



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

MARILIA TUNES MAZON

BRASIL: UM PAÍS SEM DESTINO?

CAMPINAS
2021

MARILIA TUNES MAZON

BRASIL: UM PAÍS SEM DESTINO?

Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Econômico, na Área de Economia Social e do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Denis Maracci Gimenez

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO DE DEFESA DE TESE DA
ALUNA MARILIA TUNES MAZON,
ORIENTADA PELO PROF. DR. DENIS
MARACCI GIMENEZ.

CAMPINAS
2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

M458b Mazon, Marília Tunes, 1988-
Brasil : um país sem destino? / Marília Tunes Mazon. – Campinas, SP :
[s.n.], 2021.

Orientador: Denis Maracci Gimenez.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Economia - Brasil. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Estrutura social. 4.
Mercado de trabalho. I. Gimenez, Denis Maracci, 1974-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Brazil : a country without a destiny?

Palavras-chave em inglês:

Economics - Brazil

Economic development

Social structure

Labor market

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutora em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Denis Maracci Gimenez [Orientador]

Márcio Pochmann

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky

Sulamis Dain

Data de defesa: 03-12-2021

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1741-9724>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2007283205475799>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

MARILIA TUNES MAZON

BRASIL: UM PAÍS SEM DESTINO?

Prof. Dr. Denis Maracci Gimenez - orientador

Defendida em 03/12/2021

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Denis Maracci Gimenez - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Márcio Pochmann
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Faculdades de Campinas
(FACAMP)**

**Profa. Dra. Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

**Profa. Dra. Sulamis Dain
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

RESUMO

A partir de uma visão histórico-estrutural, esta tese avalia o desenvolvimento econômico brasileiro do último século e discute os seus rumos. A tese defendida é a de que os últimos 40 anos corresponderam a um período de forte regressão econômica, social, cultural e política, se comparado ao período nacional-desenvolvimentista. O país regrediu à condição de primário-exportador e se tornou dominado pelas finanças e sua lógica rentista de valorização de ativos existentes. O baixo dinamismo econômico e a concentração de renda e riqueza levaram à fratura da estrutura social brasileira, com impactos nefastos sobre as formas de sociabilidade. De um lado, há uma imensa massa empobrecida, com carências de todos os tipos e sem direitos garantidos; de outro, há um pequeno grupo de super-ricos, que adquiriram um mando inédito sobre o país e vivem apartados em seus enclaves. O fim do projeto nacional-desenvolvimentista também correspondeu ao fim da construção de uma cultura nacional viva e original, que dava coesão à sociedade por meio da construção de valores comuns. Em seu lugar, prevaleceram os valores da concorrência e do individualismo, estimulados pelo neoliberalismo e pela indústria cultural, altamente concentrada no Brasil. O país caminhou para um processo de-civilização, cujas expressões podem ser vistas no aumento da violência, no acirramento dos conflitos sociais, no rebaixamento da cultura e das artes, nos efeitos perversos da cultura de consumo sobre uma sociedade desigual, na deterioração da educação, na despolitização da sociedade.

Palavras-chave: Economia brasileira; desenvolvimento econômico; estrutura social; mercado de trabalho.

ABSTRACT

From a historical-structural perspective, this thesis evaluates the Brazilian economic development of the last century and discusses its directions. The thesis defended is that the last 40 years corresponded to a period of strong economic, social, cultural and political regression, if compared to the national-developmental period. The country regressed to the condition of primary exporter and became dominated by finance and its rentier logic of valuing existing assets. Low economic dynamism and the concentration of income and wealth led to the fracture of the Brazilian social structure, with disastrous impacts on the forms of sociability. On the one hand, there is an immense impoverished mass, with all kinds of needs and without guaranteed rights; on the other, there is a small group of super-rich, who have acquired unprecedented control over the country and live apart in their enclaves. The end of the national-developmental project also corresponded to the end of the construction of an original national culture, which used to give cohesion to society through the construction of common values. In its place, the values of competition and individualism prevailed, stimulated by neoliberalism and the cultural industry, highly concentrated in Brazil. The country has moved towards a process of de-civilization, whose expressions can be seen in the increase in violence, in the intensification of social conflicts, in the downgrading of culture and the arts, in the perverse effects of consumer culture on an unequal society, in the deterioration of education, in the depoliticization of society.

Keywords: Brazilian economy; economic development; social structure; labour market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões com aglomerados subnormais na região metropolitana de São Paulo e parte do interior em 2013	185
Figura 2 - Áreas de favela na cidade do Rio de Janeiro	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação do Valor Adicionado da Manufatura e da Indústria no PIB, Países Selecionados, 1973.....	29
Tabela 2 - Carga tributária Bruta do Brasil em % do PIB, 1960 - 1980	30
Tabela 3 - Grau de formalização do trabalho e composição setorial da ocupação não-agrícola - Brasil (categorias selecionadas)	56
Tabela 4 - Pessoas ocupadas por setor - Brasil	59
Tabela 5 - Evolução do crédito agrícola de 1970 a 1996 (R\$ de 2019).....	67
Tabela 6 - Empréstimos rurais segundo a finalidade e a classe de produtores (em % do valor dos empréstimos) - 1966 a 1976	68
Tabela 7 - Compras e financiamentos da política de preços mínimos do Brasil*	69
Tabela 8 - População residente nos principais estados do agronegócio.....	72
Tabela 9 - Número de Municípios no Estado de Mato Grosso	72
Tabela 10 - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (unidades)... ..	73
Tabela 11 - Produção agrícola brasileira (milhões de toneladas).....	77
Tabela 12 - Produção pecuária brasileira (milhões de cabeças).....	78
Tabela 13 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários em 2017 (categorias selecionadas)	81
Tabela 14 - Coeficiente de Penetração: Importação/Consumo Aparente no Brasil (%).....	94
Tabela 15 - Coeficiente importado de insumos e componentes comercializáveis do Brasil ...	95
Tabela 16 - Matrículas do Ensino Superior, Brasil, milhares de pessoas	112
Tabela 17 - Recursos financeiros associados ao FIES - administração e financiamento dos estudantes (Valores em milhões de reais, a preços de janeiro de 2016, corrigidos pelo IPCA)	114
Tabela 18 - Matrículas no Ensino Fundamental, Brasil, milhares de pessoas	117
Tabela 19 - Matrículas no Ensino Médio, Brasil, milhares de pessoas.....	117
Tabela 20 - Número de crimes patrimoniais no Brasil.....	127
Tabela 21 - <i>Ranking</i> dos Dez Maiores Controladores de Ativos no Brasil (maio/2020).....	136
Tabela 22 - Maiores investimentos de Fundos de <i>Private Equity</i> no Brasil em 2018	140
Tabela 23 - Investimentos por setor nas modalidades <i>Private Equity</i> e <i>Venture Capital</i>	145
Tabela 24 - Número de contas por segmento bancário (maio/2020)	148
Tabela 25 - Rendimento médio mensal de todos os trabalhos segundo classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento, categorias selecionadas – 2019 (em reais).....	163
Tabela 26 - Proporção de pessoas residindo em setores de aglomerados subnormais, por cor ou raça, segundo os Municípios das Capitais – 2010.....	164
Tabela 27 - Percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo faixa de renda familiar <i>per capita</i> – Brasil, 1995 a 2015	165
Tabela 28 - Quantidade de ocupados pobres, com renda média mensal de até 2 salários mínimos, nas principais atividades (3º trimestre de 2019).....	168
Tabela 29 - Proprietários Agrícolas por Conta Própria.....	176
Tabela 30 - Quantidade de pessoas que recebem renda direta do Estado em 2019 (mil pessoas)	180
Tabela 31 - Ocupados que ganham até dois salários mínimos no Brasil, por tamanho de cidade em 2010.....	182
Tabela 32 - Porcentagem de domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais, segundo Regiões	188
Tabela 33 - Número de favelas na cidade do Rio de Janeiro	194

Tabela 34 - Distribuição dos moradores com insegurança alimentar em domicílios particulares em 2017-2018 (%).....	198
Tabela 35 - Proporção (%) da população que refere nunca ter realizado consulta odontológica, por ano, segundo região	209
Tabela 36 - Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola em 2018.....	211
Tabela 38 - Principais Denominações Evangélicas no Brasil (2010)	223
Tabela 39 - Número de parlamentares da Bancada Evangélica no Congresso Nacional, Brasil	229
Tabela 40 - Líderes evangélicos mais ricos do Brasil (2013)	231
Tabela 37 - Remuneração média por diretor estatutário (média de gasto contábil anual <i>per capita</i> de empresas com diretores – R\$ mil/ano)	241
Tabela 38 - Gasto doméstico e internacional de vestuário e calçados de luxo no Brasil (%)	270
Tabela 39 - Fatia de mercado das principais marcas e conglomerados de carros de luxo no Brasil (%)	278
Tabela 40 - Preços cobrados pelos salões de beleza frequentados pelos ricos de São Paulo em 2019 (em reais).....	288
Tabela 41 - Preços de ida e volta de voos internacionais entre os dias 15/dez/2020 e 15/jan/2021 (em reais).....	299
Tabela 1 - Principais grupos no mercado de aplicativos no Brasil em 2018	403
Tabela 2 - Sites mais acessados no Brasil (dez. de 2017).....	404
Tabela 43 - Preços de alguns dos procedimentos realizados no Hospital Albert Einstein.....	477

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Fusões e Aquisições entre Empresas Varejistas (2000 - 2014)	107
Quadro 2 - Cardápio integral da semana de 05 a 09 agosto/2019 nas escolas estaduais de São Paulo.....	212
Quadro 3 - Edifícios residenciais acima de R\$ 15 milhões em São Paulo em 2019.....	244
Quadro 4 - As dez maiores mansões de São Paulo em 2016	247
Quadro 5 - Exemplos de jatos particulares mais vendidos no Brasil em 2018	275
Quadro 6 - Valores das mensalidades das escolas mais caras da cidade de São Paulo em 2019 (em reais).....	290
Quadro 7 - <i>Ranking</i> dos bilionários brasileiros da <i>Forbes</i> em dólares (março/2019).....	474
Quadro 9 - Check-list de prestadores de serviços de casamentos e outras festas indicado pela empresa “Boutique de 3”.....	476
Quadro 10 - Lista das universidades nas quais os alunos da <i>Chapel - The international American School of Brazil</i> foram aprovados entre 2016 a 2019	478

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível do emprego industrial no Estado de São Paulo (índice 100 = 2005).....	54
Gráfico 2 - Saldo Comercial Brasileiro e Saldo Comercial do Agronegócio (bilhões de dólares).....	75
Gráfico 3 - Número de matrículas no Ensino a Distância (EaD) e no Ensino Semipresencial no Brasil	115
Gráfico 4 - Formação Bruta de Capital Fixo em relação ao total dos Fundos de Investimento (%).....	142
Gráfico 5 - Fundos de Investimento, em porcentagem do PIB	143
Gráfico 6 - Brasil: Receita Real Não Operacional de Empresas de Capital Aberto, média por período, 1995-2018 em R\$ bilhões constantes de 02/2019 (IPCA).....	144
Gráfico 7 - Ativos dos Fundos de Investimento.....	147
Gráfico 8 - Principais Investidores dos Fundos de Investimento.....	148
Gráfico 9 - Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual por classes de rendimento em 2008-2009 (Kg).....	199
Gráfico 10 - Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual por classes de rendimento em 2008-2009 (Kg).....	200
Gráfico 11 - Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual por classes de rendimento em 2008-2009 (Kg).....	201
Gráfico 12 - Taxa de obesidade no Brasil (% da população com 15 anos ou mais).....	202
Gráfico 13 - Mercado brasileiro de vestuário e calçados de luxo (em milhões de dólares)...	269
Gráfico 14 - Mercado de carros de luxo no Brasil de 2007 - 2018 (em milhões de reais)	277

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PARTE I: REGRESSÃO ECONÔMICA.....	15
Capítulo 1 - A Industrialização Brasileira	16
Capítulo 2 - O Fim da “Era Vargas”	38
Capítulo 3 - Um Retrato da Economia Brasileira Atual	62
3.1. A Supremacia do Agronegócio	63
3.2. A Regressão do Sistema Industrial, o Ocaso do Empresariado e a Emergência do Novo Executivo	91
3.3. O Novo Varejo	104
3.4. A Mercantilização dos Bens Públicos.....	111
3.5. A Dominância do Sistema Financeiro e a Emergência do Rentismo	132
3.6. As Novas Formas de Gestão do Capital.....	150
Considerações Finais: Rumo à Estagnação Secular?	153
PARTE II: REGRESSÃO SOCIAL	156
Capítulo 4 - Os Pobres do Brasil Contemporâneo.....	158
4.1. Quem São?	158
4.2. Como Vivem?	181
Capítulo 5 - Os Ricos do Brasil Contemporâneo	234
5.1. Quem São?	234
5.2. Como Vivem?	242
5.3. Os Dependentes do Dispendio dos Ricos	307
Considerações Finais: Sociedade Fraturada.....	315
PARTE III: REGRESSÃO CULTURAL E POLÍTICA	320
Capítulo 6 - Promessa de Civilização nos Trópicos	320
6.1. O Atraso Cultural e Político Brasileiro	320
6.2. A Revolução Cultural Brasileira.....	330
Capítulo 7 - 1964	362
Capítulo 8 - A De-Civilização Brasileira.....	373
Capítulo 9 - Cultura de Consumo e Meios de Comunicação de Massa	382
Capítulo 10 - O Império da Finança e da Mídia	408
CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM PAÍS SEM DESTINO?	425
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	426
ANEXOS.....	474

INTRODUÇÃO

Esta tese, realizada em longos sete anos, se inscreve na tradição do pensamento social brasileiro de análise histórico-estrutural do nosso capitalismo. Vai ao encontro da preocupação de buscar uma visão global, fugindo dos micro-temas e da especialização. Não pretende esgotar o assunto, mas despertar interesses.

Este trabalho nasceu não da corrida pela carreira, mas da angústia em relação ao ponto que chegamos. E não esconde uma tomada de posição crítica diante da realidade brasileira, que expressa valores sociais e uma visão clara do que deve ser uma sociedade civilizada.

Meu intento é olhar para os últimos noventa anos do desenvolvimento brasileiro. Mais rapidamente, para os primeiros 50 anos da nossa industrialização (1930-1980) e, mais detidamente, para os últimos 40 anos de declínio (1980-2020), para não dizer de decadência econômica, social, cultural e política.

Para tanto, este trabalho está dividido em três partes.

A primeira delas diz respeito à nossa **regressão econômica**. Nosso processo de industrialização será apresentado em suas linhas gerais para entendermos como foi possível vencer nosso enorme atraso, com a construção do Estado desenvolvimentista, com planejamento e um grande esforço nacional. Em seguida, veremos como o desmonte da “Era Vargas” colocou o país rumo a uma estagnação secular, ao destruir a capacidade de comando do Estado, a articulação da estrutura produtiva e o sistema industrial.

Os capítulos subsequentes apresentam um retrato da economia brasileira atual, passando pela supremacia do agronegócio, pela regressão do sistema industrial, pelo crescimento dos grandes varejistas, pela mercantilização dos bens públicos, pelas novas formas de gestão do capital e pela sua principal marca, a dominância do sistema financeiro e a emergência do rentismo.

A segunda parte desta tese apresenta a **regressão social** que acompanhou nossa decadência econômica. O Brasil se tornou um país mergulhado na pobreza, que se espalhou de Norte a Sul, ao longo das cidades grandes, médias e pequenas, ganhando novos contornos. Essa massa de pobres, que sobrevive nas rebarbas da estagnação econômica, será caracterizada em seus aspectos fundamentais e nas condições em que vive.

Ao mesmo tempo, a riqueza e a renda se concentraram nas mãos de um pequeno grupo de endinheirados, que vive apartado do resto do país, melhor do que nunca. Serão apresentados, nos capítulos seguintes, quem são os endinheirados brasileiros e como vivem. Mais do que um país desigual, o Brasil se tornou uma sociedade fraturada.

Na terceira parte desta tese, será apresentada a nossa **regressão cultural e política**. O Brasil, depois da Revolução de 1930, construía também o que Antonio Candido chamou de “Nossa Revolução Cultural”. Deixando para trás um passado marcado pelo analfabetismo e pelo atraso cultural, o país assistiu ao surgimento de um vigoroso movimento cultural que abrangia tanto as artes eruditas como as populares, que levaram o Brasil a dar uma grande contribuição à civilização do século XX, especialmente na música e no futebol. O primeiro capítulo dessa parte apresenta um panorama desse extraordinário movimento.

Esse processo foi interrompido pelo Golpe de 1964. O fechamento dos espaços públicos, a censura, a perseguição política, num momento em que se estabelecia uma das mais potentes indústrias culturais do mundo, marcaram a virada rumo à massificação do entretenimento, ao consumismo, à despolitização da sociedade, ao rebaixamento da educação e da cultura.

Mas a adesão incondicional ao neoliberalismo nos anos 1990 destruiu não só o Estado desenvolvimentista, o sistema industrial e disseminou a pobreza pelo país. Marcou também a aceleração do nosso processo de de-civilização. Num país mergulhado na concorrência selvagem entre indivíduos associiais, a cultura de consumo se tornou dominante. Numa sociedade em que tudo foi mercantilizado, a privatização do Estado tornou a Política um negócio alheio aos problemas do país.

PARTE I: REGRESSÃO ECONÔMICA

Se assumirmos uma perspectiva histórico-estrutural, isto é, uma perspectiva de longa duração, podemos visualizar duas conjunturas distintas no Brasil do último século.

De 1930 até 1980, deixamos de ser uma economia exportadora de produtos-primários, especialmente de café. E vivemos um processo intenso de industrialização, que levou o Brasil a um passo de se tornar um país desenvolvido. De 1980 a 2020, voltamos à condição de economia exportadora de produtos primários e sofremos uma fortíssima regressão do nosso sistema industrial.

Como foi possível romper com o atraso secular, desencadear e levar adiante o processo de industrialização? E, reversivamente, como foi possível, nos últimos 40 anos, destruir um dos processos de industrialização mais bem sucedidos do século XX?

Nos dois primeiros capítulos serão examinadas as linhas gerais do processo de industrialização brasileira e o seu colapso.

Em seguida, o leitor encontrará um retrato da economia brasileira atual: a reprimarização, o enorme atraso tecnológico, a regressão do sistema industrial, a dominação crua da finança e de sua lógica de valorização do capital, a baixíssima taxa de investimento produtivo, o espantoso grau de concentração do capital. Se a isso acrescentarmos a compressão do gasto público imposta pela finança, chegaremos a uma conclusão inevitável: a tendência à estagnação secular do Brasil. Seremos capazes de superá-la?

Capítulo 1 - A Industrialização Brasileira

Começamos observando o Brasil dos anos 1920. País periférico, exportador de produtos primários, basicamente café, uma indústria modesta, concentrada na produção de bens de consumo corrente – alimentos, bebidas, vestuário etc. O contraste com a estrutura produtiva dos países desenvolvidos era chocante: produziam aço, energia elétrica, produtos da indústria química pesada e do petróleo, bens de capital seriados que permitiam criar arranha-céus, automóveis, aviões, bens de consumo duráveis etc. Enfim, todos os produtos da II Revolução Industrial.

No Brasil, o Estado central era dominado pela força econômica e política dos interesses ligados ao complexo cafeeiro, às oligarquias periféricas aliadas e aos interesses financeiros associados, nacionais e internacionais.

Mas a dominação cafeeira de São Paulo e do sul de Minas Gerais entrou em crise nos anos 1920. Sem nos alongarmos, basta lembrar da Reação Republicana, das fricções entre São Paulo e Minas Gerais, da dissidência dentro dos interesses cafeeiros de São Paulo com o surgimento do Partido Democrático, da inquietação de parte das classes médias urbanas, das greves operárias. E do tenentismo, da Revolta de 1922, da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes - Miguel Costa. Essas turbulências, como se sabe, culminaram, após a crise de 1929, na Revolução de 1930, cujas tropas vencedoras foram comandadas pelo General Góis Monteiro.

Ao constatar a debacle da economia cafeeira, Washington Luís não teve outra atitude a não ser dizer a famosa frase: “salve-se quem puder”. Uma das primeiras medidas do governo provisório de Getúlio Vargas foi nomear o banqueiro José Maria Whitaker como ministro da Fazenda. Whitaker recebeu a Missão Niemeyer, enviada pelo governo inglês a pedido de seus bancos para propor um programa de ajuste econômico recessivo¹.

Vargas, com seu realismo político, percebeu que a já grave crise cafeeira se tornaria ainda pior com o programa de Niemeyer e resolveu tomar outro rumo, nomeando Osvaldo Aranha como ministro da Fazenda. Nesse momento, a Revolução de 1930 mostrou seu verdadeiro caráter, marcando o início da queda do *Ancien Régime* brasileiro e inaugurando uma nova conjuntura histórica.

¹ De acordo com a Missão Niemeyer, o Brasil precisava: i. reconstruir o Banco do Brasil como um Banco Central independente e ortodoxo; ii. estabelecer o equilíbrio orçamentário com corte do déficit público; iii. estabilizar a taxa de câmbio; iv. realizar uma deflação de preços; v. limitar o endividamento externo. A esse respeito, ver CPDOC (2021).

O Estado varguista adquiriu autonomia relativa face a todas as frações de classe e grupos dominantes, com a força das armas e de suas crescentes estruturas burocráticas. Como diria Gramsci, quando a passagem de uma sociedade agrária ao moderno capitalismo industrial não pode surgir pela via revolucionária propriamente dita, somente um Estado “bonapartista”, “cesarista”, pode realizar essa transição².

Vargas reuniu ao seu redor militares³ – sem os quais era impossível mudar a ordem vigente –, oligarcas dissidentes, professores, médicos, advogados, engenheiros das mais diferentes matrizes ideológicas como positivistas, socialistas, comunistas, social-cristãos e até integralistas: todos que tinham o propósito de superar o atraso brasileiro.

O nacionalismo dava unidade a esses diferentes grupos comandados por Getúlio Vargas, um positivista convicto. Esta ideologia do progresso via a sociedade industrial como o ápice do desenvolvimento humano, que abarcaria a totalidade da sociedade, integrando todas as classes sociais ao progresso material e à civilização. O progresso deveria se dar sob o lema da ordem, comandado pelo Estado, organizador e regulador dos diferentes interesses sociais em prol do desenvolvimento da nação.

É importante enfatizar que havia condições externas bastante favoráveis para um projeto de desenvolvimento. O fim da ordem internacional liberal – com a I Guerra Mundial, a crise de 1929 e a II Guerra Mundial – trouxe para o primeiro plano o Estado Interventor do *New Deal*, do Nacional Socialismo alemão, do Plano Beveridge dos sociais-liberais ingleses, da socialdemocracia sueca de Alva Myrdal. As dificuldades impostas pelo cenário internacional dos anos 1930, de enorme contração do comércio e dos fluxos de capital, exigiam grande controle das contas externas para reduzir os impactos externos, ao mesmo tempo em que abriam algum espaço para políticas nacionais de desenvolvimento.

A ruptura da ordem liberal criou condições para que o Brasil, sob nova orientação política, pudesse imaginar se desvencilhar da condição de exportador de produtos primários para os países centrais. Àquele momento, de fechamento das economias nacionais, qualquer saída da Grande Depressão precisava ser calcada na expansão do gasto público e voltada para o mercado interno para ter algum horizonte.

A concretização do projeto de desenvolvimento brasileiro enfrentava fortes resistências do complexo cafeeiro e de seus aliados internos e externos. Era preciso vencê-los pois, apesar de abalados pela crise de 1929, ainda tinham grande peso político-social.

² GRAMSCI, 2017, p. 66.

³ A esse respeito, ver SAES (2011).

De acordo com a mentalidade colonial de exportadores, comissários, banqueiros nacionais e internacionais, especuladores e liberais da classe média, o país era uma terra atrasada, racialmente inferior, cheia de gente ignorante e preguiçosa que servia apenas para ser explorada da forma mais bruta e rudimentar. Estas elites se viam como superiores e europeizadas, falavam francês e deploravam o povo que não estava à sua altura. Diziam que o país tinha vocação agrícola e que deveria se especializar nos fatores de produção abundantes. Eugenio Gudín, o pai do liberalismo econômico no Brasil e de seus filhotes neoliberais, dizia que o clima, a natureza e uma população mais branca⁴ eram fundamentais para o desenvolvimento econômico e o Brasil não tinha nenhum destes elementos⁵. De acordo com o seu “diagnóstico”, restava ao país aproveitar suas vantagens comparativas nas trocas entre, por exemplo, café e fechaduras⁶ e não ter pressa em se desenvolver econômica e socialmente.

Era contra este colonialismo cultural externo que se insurgiam os que lutavam pela industrialização. Como o sistema político era fechado, somente uma transformação “pelo alto”, com a tomada do poder por uma contra-elite, poderia levar adiante um verdadeiro projeto de nação. Tal como Gramsci viu no *Risorgimento* italiano, frente à escassez de força de mudança, o comando da “revolução passiva” não caberia a uma burguesia nacional, mas a uma camada de intelectuais⁷. Somente uma elite preparada, com conhecimento do Brasil e do mundo, poderia liderar o país na direção do aproveitamento das oportunidades que surgiram ao longo do período. Isto exigia também um Estado moderno capaz de planejar e organizar uma economia continental e heterogênea como a brasileira.

É evidente que Vargas e as forças industrializantes precisavam de apoio político, o que exigiu uma rearticulação com os interesses locais. Não havia nenhuma oposição dos proprietários agrícolas não-cafeeiros à industrialização, desde que seus interesses permanecessem intocados – legislação trabalhista restrita às cidades e fronteira agrícola fechada aos pequenos proprietários⁸.

⁴ “Se a civilização ocidental se desenvolveu invariavelmente fora da zona tropical, se o clima constituiu sempre um fator capital do metabolismo orgânico do homem, (...) não há como negar que o desenvolvimento econômico é primordialmente função do clima, dos recursos da Natureza e do relevo do solo” (GUDIN, 1952, p. 50).

⁵ A Argentina, muito mais rica que o Brasil àquele momento, tinha sido bem-sucedida “(...) simplesmente porque o clima da Argentina temperado, favorável à saúde humana e igual ao da Europa, a par de vastas e fertilíssimas planícies de aluvião e um grande rio navegável, lhe valeram, de início, uma imigração europeia muito mais intensa do que a do Brasil” (GUDIN, 1952, p. 50). O fatalismo era a marca de Gudín: “(...) por maior que sejam o esforço e a tenacidade do Equador, ele não poderá atingir o grau de desenvolvimento possível ao Uruguai” (GUDIN, 1952, p. 51).

⁶ A esse respeito, ver GUDIN (1952).

⁷ VOZA, 2017, p. 709.

⁸ A esse respeito, ver FURTADO (1972).

Num primeiro momento, a questão fundamental que se colocava aos revolucionários era como enfrentar a Grande Depressão. Foi preciso recuperar a renda nacional via política de déficits públicos para compra e queima de café e apoiar bancos e os fazendeiros através da Lei do Reajustamento Econômico e da Lei da Usura, que evitaram um colapso bancário como o ocorrido mundo afora⁹.

A criação do Departamento Nacional do Café em 1933 foi decisiva. Os cafeicultores eram obrigados a vender para o Estado tudo o que produziam. Recebiam em moeda local e o Departamento Nacional do Café – Instituto Brasileiro do Café (IBC) a partir de 1952 – exportava e recebia em dólar. Estava estatizado o comércio exterior brasileiro, o que foi fundamental para a industrialização. Em outras palavras: o Estado expropriava as divisas que seriam de propriedade dos cafeicultores.

Nessa mesma direção, também foram importantes a monopolização do câmbio pelo Banco do Brasil, a moratória da dívida externa e a nacionalização dos bancos estrangeiros.

A Contrarrevolução paulista de 1932, é óbvio, buscava uma volta à organização política do passado. Somente com a centralização do poder realizada pelo Estado Novo em 1937 foi possível derrotar definitivamente os interesses cafeeiros, avançar na construção de um Estado moderno e desencadear a industrialização acelerada.

A luta pela industrialização, além de enfrentar resistências internas e externas, demandava a edificação de um aparelho econômico estatal com a multiplicação dos órgãos de controle e regulação como autarquias, institutos, empresas, comissões executivas que solucionassem os conflitos num país heterogêneo em prol do desenvolvimento nacional. Em termos legislativos, a criação do Código de Minas (1934), que assegurava o controle público sobre o subsolo, e o Código de Águas (1934), que garantia o controle sobre a geração de energia hidrelétrica, foram marcos decisivos. Também se fazia necessário mobilizar recursos; controlar as contas externas; planejar as relações e impactos setoriais, a infraestrutura econômica e social necessária; orientar os investimentos privados; e prever os impactos sobre o emprego, a produção agrícola, as cidades, as finanças públicas, as fontes de financiamento e o balanço de pagamentos¹⁰.

A criação de comissões, conselhos, empresas e autarquias por parte do governo Vargas pretendia estabelecer as condições para o desenvolvimento econômico e social. A montagem de comissões e de conselhos se tornou a forma padrão para compreender problemas

⁹ MARTINS, 2020.

¹⁰ A esse respeito ver DRAIBE (2004), introdução e capítulo 1.

técnicos e financeiros da industrialização. À medida que os estudos e as discussões avançavam, as formulações ficavam mais palpáveis e passavam a exigir novos passos.

Para organizar o crescimento econômico, o governo formou agências de planejamento econômico como o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937) e o Departamento de Administração do Setor Público - DASP (1938). Junto a estas agências, criou conselhos e comissões de planejamento de setores industriais como o Conselho Nacional do Petróleo (1938), o Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939) e as Comissões do Plano Siderúrgico Nacional (1940), de Combustíveis e Lubrificantes (1941), de Ferrovias (1941) e do Setor Têxtil (1942). O Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento e Defesa Nacional (1939) e o Plano de Obras e Equipamentos (1943) foram as primeiras tentativas de estabelecer um planejamento quinquenal do gasto de toda a economia.

Mas o planejamento setorial é apenas parte do planejamento global do processo de industrialização. As relações inter-setoriais e com a economia como um todo, os impactos sobre as finanças públicas, as fontes de financiamento, o balanço de pagamentos são questões decisivas.

As necessidades da economia de guerra, a partir de agosto de 1942, exigiram participação do Estado na economia até então não imaginada. A Coordenação de Mobilização Econômica (CME), órgão mais poderoso da administração pública, foi uma das primeiras tentativas de planejamento integrado¹¹. O Setor de Produção Industrial da CME representou o primeiro esboço de planificação das atividades industriais, através de um grande trabalho de coleta de dados e de orientação técnica às indústrias. Também fazia parte de suas atribuições o abastecimento do mercado interno e o controle dos preços, a crise dos transportes internos e o combate à inflação. Dentro destes novos marcos, em 1944 foi instituída a taxa dos lucros extraordinários – de 20,0% a 50,0% sobre os lucros que ultrapassassem os do período 1936-1940¹².

Outra questão fundamental era a estrutura de financiamento que possibilitaria a incorporação de novos setores industriais a uma economia que produzia apenas bens de consumo leves e alguns insumos para a produção agrícola e industrial. Durante o Estado Novo, o governo Vargas pode avançar na estruturação da economia com novas formas de financiamento do investimento e de controle das contas externas com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937) e a Carteira de Importação e Exportação do

¹¹ A esse respeito, ver MARTINS (2020).

¹² VARGAS & COSTA, 1944.

Banco do Brasil (1941). Outra medida importante foi a substituição do monopólio cambial puro e simples por um sistema de câmbio múltiplo com três taxas (livre, oficial e livre-especial) em 1939¹³.

A criação da indústria de base e da infraestrutura – transporte, energia, siderurgia –, fundamental para a construção de uma indústria moderna e autônoma não estava ao alcance do setor privado, que se restringia aos setores antigos e tradicionais, em decorrência das restrições tecnológicas, dos elevados investimentos e da sua longa maturação. A solução para esse impasse foi a criação de empresas estatais que pudessem superar os problemas de financiamento do investimento ao se valer do Estado, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Fábrica Nacional de Motores (1943).

O Brasil também fora favorecido pela disputa entre Alemanha e Estados Unidos. Apesar da economia alemã ter maiores possibilidades de integração com um país primário-exportador do que os Estados Unidos, um país continental praticamente autossuficiente, o Brasil era parte da área de influência norte-americana. Essa disputa abriu um espaço importante para concessões por parte dos Estados Unidos, como a transferência de tecnologia para a produção de aço e o financiamento da instalação da usina de Volta Redonda após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial¹⁴.

No pós-guerra, as condições internacionais se tornaram ainda mais favoráveis. O arranjo internacional de Bretton Woods, no imediato pós-guerra, criou condições para a continuidade do desenvolvimento de economias como a brasileira, num ambiente internacional regulado com taxas de câmbio fixas, controle sobre fluxos privados de capitais e proteção tarifária. O bloqueio à especulação financeira internacional permitia políticas monetárias com taxas de juros baixas e mesmo negativas, elevação da carga tributária, estrita regulação do sistema financeiro, aumento do investimento público e do gasto social.

Mas ao mesmo tempo em que o cenário internacional era favorável, a concorrência intercapitalista internacional tornava-se mais acirrada, dominada por grandes empresas com escalas de produção e vendas gigantescas, que estabeleciam altas barreiras à entrada. O monopólio tecnológico e o elevado volume de investimento inicial também eram limites insuperáveis para as diminutas empresas brasileiras do ramo industrial¹⁵. Esse processo só

¹³ SUZIGAN, 1971, p. 110.

¹⁴ A esse respeito, ver LOCHERY (2014).

¹⁵ CARDOSO DE MELLO, 2009, capítulo 2.1.

seria possível sob o comando do Estado enquanto representante de um conjunto de forças interessadas no progresso e na modernização.

O Governo Dutra (1946-1950), iniciado depois do fim da II Guerra Mundial e da queda de Vargas, marcou uma interrupção no avanço da industrialização. A crise cambial, resultante de um liberalismo ultrapassado, colocou Dutra frente à tentativa de dar continuidade ao processo de industrialização com o Plano Salte, que fracassou.

A volta de Vargas, que havia construído um Estado Nacional moderno e estabelecido as diretrizes e bases para industrialização do país, marcou um novo momento na história econômica do Brasil. No segundo governo Vargas (1951-1954), acompanhado por seu sucessor Juscelino Kubitschek, a industrialização deu um passo gigantesco, entrando na etapa da industrialização pesada.

Vargas deu um salto no processo de industrialização através de importantes mudanças na estruturação estatal. Depois de implantada a indústria siderúrgica – o que exigiu enormes esforços de uma economia como a brasileira –, o problema de instalar a indústria de bens de produção ou de material de transporte era mais complexo.

Era preciso um planejamento geral da economia, o que foi realizado pela Comissão de Desenvolvimento Industrial no Plano Geral de Industrialização de 1952. Para alcançar este novo patamar de planejamento, foram criadas novas estruturas estatais que coordenavam os principais setores industriais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952), a Petrobras (1953) e a Eletrobrás (proposta em 1954 e estabelecida em 1961). No centro desta nova estrutura, estava a Assessoria Econômica da Presidência da República, criada em 1951.

A concepção de desenvolvimento no segundo governo Vargas se pautava em uma industrialização como um processo rápido, concentrado no tempo, “[...] a partir de um bloco de inversões públicas e privadas em infra-estrutura e indústria de base, reservando à empresa estatal um papel estratégico e dinâmico”¹⁶. Seus planos incluíam também a capitalização da agricultura, a redistribuição de renda, a melhoria das condições básicas de vida das massas urbanas, a organização de um sistema de financiamento e uma forma de articulação da economia brasileira com o capitalismo internacional¹⁷.

O Plano Geral de Industrialização foi um novo salto em termos da capacidade de planejamento, ao integrar o planejamento setorial ao nacional, hierarquizando os setores por

¹⁶ DRAIBE, 2004, pp. 169-170.

¹⁷ DRAIBE, 2004, pp. 169-170.

critérios estruturais, conjunturais e cambiais¹⁸. Em termos macroeconômicos, sua coordenação era realizada através de isenções tarifárias, proteção aduaneira, licenças cambiais, concessão de cambiais para importação, assistência financeira.

Mas, para alcançar esse novo patamar de planejamento, era preciso recriar estruturas estatais que coordenassem os principais setores industriais. A Petrobras e a Eletrobrás substituíram o Conselho Nacional de Petróleo e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, incapazes de desenvolverem atividades produtivas necessárias ao desenvolvimento industrial. As estatais assumiram grande importância ao comandar os investimentos e o desenvolvimento de setores-chave como o petróleo e a energia elétrica, articulando, dinamizando e vinculando as empresas privadas nacionais.

O caso da Eletrobrás, que iniciou suas operação em 1962, é expressivo: a grande empresa pública nucleava os investimentos e sua demanda abria espaços para a constituição de empresas nacionais ou multinacionais (por exemplo, Bosch e Siemens) no setor de material elétrico pesado. A Eletrobrás era uma *holding* que articulava também os investimentos das empresas públicas estaduais e provia assistência técnica e financiamento. Coordenava a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica. Enfrentava os problemas de acesso à tecnologia monopolizada ou de desenvolvimento de novas tecnologias, se associando com o capital estrangeiro, quando possível.

A Petrobras também foi concebida como uma *holding* para ter flexibilidade para atuar diretamente no setor de petróleo ou para criar subsidiárias em áreas correlatas como lavra, refinação, transporte, comercialização etc. em associação com o capital privado ou não. Era a Petrobras que comandava toda a cadeia do petróleo e da petroquímica, articulando as empresas nacionais e estrangeiras sob o seu comando.

É importante perceber que estas novas empresas eram um avanço em relação à CSN e à Vale do Rio Doce, dada a flexibilidade de suas estruturas e a capacidade de coordenação de longas cadeias produtivas.

Na química pesada, a Companhia Nacional de Álcalis cumpriu papel semelhante na organização setorial, mas havia uma empresa privada importante, a Nitro-Química, líder na produção de seda artificial, nitrocelulose, ácido sulfúrico, ácido nítrico e outros

¹⁸ “As atividades industriais foram distribuídas em três grandes setores: as indústrias de infra-estrutura, as indústrias de base e as indústrias de transformação (pesadas – bens de produção; leves – bens de consumo), e havia critérios de prioridade segundo a contribuição de cada indústria para a integração e equilíbrio da estrutura econômica do país (conceito estrutural - *sic*); a existência de uma constelação adequada, atual ou potencial, de fatores de produção e de mercados (critério conjuntural - *sic*); e a possibilidade de poupar ou adquirir divisas com que financiar a industrialização posterior (conceito cambial - *sic*)” (DRAIBE, 2004, pp. 178-179).

subprodutos. Em 1934, a *Tubize Chatillon*, um conglomerado verticalizado dos Estados Unidos que se encontrava com diversos problemas trabalhistas e acionários, fechou suas portas. José Ermírio de Moraes foi aos Estados Unidos, desmontou a fábrica e a trouxe as 18 mil toneladas de equipamentos para o Brasil em 1937. Sem a isenção tarifária do governo Vargas e a transformação dos bens de capital em participação do grupo americano na Nitro-Química, a operação não teria sido possível¹⁹. O Estado brasileiro não só planejava setores e montava empresas estatais, mas também apoiava a construção de empresas de capital privado nacional, quando possível.

No setor de material de transporte, parte do planejamento era realizado pela Fábrica Nacional de Motores (FNM). Ela enfrentava dificuldades de acesso à tecnologia e grandes desafios em termos do desenvolvimento de projetos e de design. Em associação com a italiana Alfa-Romeo, a FNM começou a produzir, em 1951, caminhões, chassis de ônibus e até mesmo automóveis em 1960. Sua estrutura era diferente da Eletrobrás e da Petrobras, pois o seu objetivo não era nuclear o setor, que seria comandado por empresas privadas estrangeiras.

A complexidade do setor automobilístico e de autopeças requeria a articulação de diversas empresas e o acesso à tecnologia indicava a necessidade de contar com empresas multinacionais. Nesse setor, o planejamento seria articulado de maneira diferente, principalmente através da estrutura de financiamento.

A questão do financiamento, fundamental em qualquer plano de industrialização, foi enfrentada pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O banco virou a principal fonte de financiamento de longo prazo para as empresas estatais, o que o tornou um órgão central de planejamento, definindo o investimento global da economia e articulando o investimento público e privado. O BNDE direcionava o fluxo de investimento da economia e determinava a lógica material do planejamento público. Os Grupos Executivos de Juscelino Kubitschek foram um aprimoramento das iniciativas tomadas por Getúlio no início dos anos 1950²⁰.

¹⁹ A esse respeito, ver MARKOVITCH (2005), cap. 7; BLANC (2016); GODINHO (2011), cap. 3; SCANTIMBURGO (1975), pp. 175-192.

²⁰ “Os Grupos Executivos setoriais utilizavam todos os instrumentos ao seu alcance para regular o processo de entrada, divisão do mercado e integração vertical, buscando proteger e garantir a posição dos empresários nacionais. Nos setores onde a empresa estrangeira não estava presente como ‘ponta’ montadora (onde não havia espaço para a empresa nacional participar como fornecedora), a preocupação era assegurar significativas fatias de mercado para o capital nacional mais apto e forte (...) O Estado cimentava, assim, as bases de uma estrutura fundamentalmente solidária de relações empresariais, combinando-as e regulando-as numa forma particular de divisão setorial e infra-setorial de produção” (DRAIBE, 2004, pp. 225-226).

No governo Vargas, o comando de todas as novas estruturas estava na Assessoria Econômica da Presidência da República. Era um órgão de planejamento encarregado de estudar e formular projetos ligados às principais necessidades econômicas nacionais tais como Petrobras, Fundo Nacional de Eletrificação, Plano Nacional do Carvão, Capes, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão de Política Agrária, Comissão de Desenvolvimento Industrial, Banco do Nordeste. A Assessoria Econômica foi responsável ainda pelo planejamento da indústria automobilística e pela elaboração de projetos relativos ao seguro agrícola e ao crédito rural.

Em síntese, as empresas estatais e o BNDE, articulados pela Assessoria Econômica, realizavam um planejamento da industrialização de caráter nacional e global, concentrado na Presidência da República²¹. Esta centralização do planejamento era fundamental para minimizar conflitos e permitir uma atuação global e coordenada do Estado que levasse a um rápido desenvolvimento industrial.

Mas o acesso à tecnologia continuava a ser um entrave, que só pôde ser superado com a mudança no cenário internacional ocorrida em meados dos anos 1950. A internacionalização produtiva, reação das empresas europeias à ampliação da concorrência gerada pela entrada das empresas norte-americanas na Europa, abriu possibilidades de incorporação das tecnologias de produção modernas no país, através da instalação das empresas europeias no Brasil.

O Plano de Metas de JK e a construção de Brasília levaram a industrialização e a infraestrutura do país a um novo patamar, completando a “industrialização pesada”. Juscelino Kubitschek, logo após sua eleição, passou meses na Europa negociando a vinda das empresas europeias, para dar continuidade à estruturação montada no segundo Governo Vargas²².

O Governo JK (1956-1960) articulou as empresas europeias às estatais e às privadas brasileiras no que ficou conhecido como o “modelo do tripé”, estabelecendo setores industriais que ainda se faziam ausentes. O financiamento externo foi resolvido com a Instrução 113 da SUMOC, criada ainda no governo Café Filho, que permitia a importação de máquinas e equipamentos sem o desembolso de divisas, com a liquidação da operação em moeda local. Portanto, o Estado realizava articulações e determinava as formas de

²¹ “Trata-se de agências de atuação de âmbito nacional, destinadas a gerar políticas globais de racionalização e financiamento da produção para setores econômicos considerados agora como áreas concretas de atividade econômica nacional – superando, pois a forma anterior de concebê-los, como conjuntos de produtos discretos, sobre os quais atuavam os velhos institutos de regulação e controle dos ministérios ou dos controles políticos tradicionais” (DRAIBE, 2004, p. 195).

²² Sobre o Plano de Metas e sua importância para a industrialização, ver LESSA (1983).

financiamento interno e externo, além de consolidar, atualizar, diminuir sobreposições, desenvolver novas ideias e instrumentos de planejamento econômico.

A vinda das empresas europeias, e depois das norte-americanas, abriu possibilidades de incorporação das tecnologias de produção modernas ao país em vários setores.

Um ponto importante a se considerar é que houve relativa estabilidade tecnológica durante este período, sobretudo relacionada aos produtos e aos métodos da indústria, incluindo escalas técnicas, uso de insumos e automação de linhas de produção. Ou seja, os elementos da II Revolução Industrial estavam consolidados, difundidos e relativamente ao alcance de processos tardios de industrialização.

Mas a discussão sobre a participação das empresas estrangeiras na industrialização brasileira é eivada de problemas de interpretação. Deve-se mencionar duas posições equivocadas, bastante difundidas. Na visão de Caio Prado, a burguesia era incapaz de realizar suas tarefas num mundo dominado pelos países centrais. Para ele, os avanços ocorridos nas estruturas produtivas e no aparelhamento da economia brasileira foram fruto do capital estrangeiro e não alteraram a condição subalterna do Brasil no sistema internacional²³.

Partindo da avaliação de Caio Prado, Fernando Henrique Cardoso considerava que a burguesia brasileira, incapaz de desempenhar seu papel histórico, optou por abdicar de sua condição revolucionária e se tornar uma sócia-menor do capital estrangeiro²⁴. Isto significava que a industrialização até podia avançar, mas sob a condução do capital estrangeiro. E diz o seguinte equívoco: “O Estado [...] continuou a ser controlado em suas decisões fundamentais pela aliança entre a burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que, por sua vez, exprimem a dominação imperialista e o subdesenvolvimento”²⁵.

Essas são avaliações sem qualquer suporte real, que desconhecem o papel do Estado como coordenador e articulador da industrialização. O capital estrangeiro jamais viria ao país se não fosse articulado no “tripé”, numa economia estruturada e articulada com infraestrutura já constituída de energia, transportes e insumos básicos baratos.

Mas a desaceleração econômica era inevitável depois de um período de elevados investimentos realizados no âmbito do Plano de Metas. As pressões inflacionárias decorrentes do uso do financiamento monetário, das dificuldades do balanço de pagamentos e da redução

²³ “[...] Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais” (PRADO JR., 2014, pp. 61-62).

²⁴ CARDOSO, 1972, p. 15.

²⁵ CARDOSO, 1972, p. 96.

do crescimento econômico ampliaram a sensação de crise no início dos anos 1960. Este clima teve papel importante na deflagração do Golpe de 1964.

ii.

Ao contrário do que pensavam os derrotados à época, o regime militar – assentado nas Forças Armadas, no grande, pequeno e médio empresariado, em parte da classe política, em largas faixas da classe média e na propriedade fundiária – não teve um caráter economicamente regressivo. Levou adiante o que chamavam de projeto “Brasil Potência”.

Mas houve uma profunda ruptura com o passado: ao invés da democracia crescentemente participativa, a ditadura cassou mandatos, interveio em sindicatos, perseguiu e exilou opositores e, com o AI-5, suspendeu o que restava dos direitos civis e políticos. Deu prosseguimento à industrialização, mas sob o controle estrito da elite militar e civil.

O regime militar encaminhou o projeto de industrialização de “Brasil Potência” com as reformas de Campos e Bulhões (1964/67), que adequaram as instituições à realidade da industrialização, preparando o Brasil para um novo período de rápido crescimento econômico, o chamado “Milagre Econômico”. Parte importante das reformas estava voltada para a ampliação da capacidade de financiamento do setor público: a criação da dívida pública com correção monetária, a formação dos fundos parafiscais e a reforma tributária que criou os impostos sobre o valor agregado e passou a cobrar efetivamente o imposto de renda²⁶.

Depois de uma política gradualista de combate à inflação nos primeiros anos do regime – que penalizou os salários com reajustes inferiores à inflação do período –, a gestão de Delfim Netto (1967-73) promoveu a expansão do crédito ao consumidor, fundamental para a retomada da economia.

O Brasil passou a crescer velozmente, puxado primeiro pela indústria de duráveis de consumo e depois pelos investimentos públicos e privados em toda a economia. O investimento na infraestrutura social – construção de hospitais, postos de saúde, escolas etc. – também dinamizou a economia e, em especial, a construção civil, que cresceu 15,0% ao ano. Outra fonte do dinamismo econômico vinha do Estado através do crédito habitacional.

A modernidade da economia se tornava clara em seu sistema de planejamento para o crescimento, fundado em três pilares: o sistema público de financiamento; o gasto público; e as empresas estatais. O sistema público de financiamento era composto pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDE, Banco Nacional de Habitação (BNH), Bancos

²⁶ A respeito da reforma tributária, ver OLIVEIRA (1978). A respeito das reformas do período, ver GUIMARÃES (1990).

Estaduais e Bancos Regionais como o Banco do Nordeste (BNB). Parte importante do crédito privado era direcionado (12,0% do total dos depósitos a vista), o que significava que praticamente 70,0% do crédito da economia era controlado pelo Estado. Mesmo com a concentração bancária realizada por Delfim Netto, os bancos privados eram subordinados à direção estatal do crédito²⁷.

O gasto público da União, Estados e Municípios também garantia a expansão da economia, sendo o Estado responsável diretamente por 50,0% do investimento total. A reforma tributária de 1966 elevou os impostos de 16,0% para 25,0% do PIB – 9 pontos percentuais – num país que crescia rapidamente.

As empresas estatais eram o terceiro pilar deste sistema de planejamento. Após a introdução do “realismo tarifário”, as empresas – principalmente do setor de siderurgia e eletricidade – investiram pesadamente durante o novo regime, puxando a atividade econômica ao mesmo tempo em que proviam insumos baratos para todas as cadeias produtivas. É importante ressaltar que as estatais investiam à frente da demanda, gerando oportunidades e garantindo rentabilidade e segurança para os investimentos privados. O investimento das empresas estatais cresceu 20,0% ao ano entre 1968 e 1973.

O investimento privado colheu as oportunidades de investimento que o crescimento foi abrindo. As empresas multinacionais ampliaram seus parques produtivos com o Investimento Direto Externo (IDE). As empresas nacionais não encontraram nenhum obstáculo ao seu crescimento: o BNDE estava à disposição das grandes empresas e a continuidade da expansão do crédito corrente e a retenção de lucros permitiam boa parte dos investimentos das médias e pequenas. As empresas de bens de consumo correntes foram igualmente beneficiadas pelos efeitos do crescimento sobre o nível de emprego e os salários.

O novo regime também se preocupou com a expansão e a modernização do setor agrícola por meio da criação de institutos de pesquisa como a Embrapa, do crédito subsidiado e da construção de infraestrutura que possibilitou a ocupação do Centro-Oeste. O Brasil enfrentava problemas com a oferta alimentar, uma vez que era dependente de importações e os preços dos alimentos pressionavam a inflação numa sociedade que se urbanizava rapidamente. O sucesso da política agrícola do regime militar transformou o Brasil já nos anos 1970 num grande produtor e exportador de alimentos.

Os serviços às empresas cresceram vertiginosamente graças ao crescimento da indústria. A urbanização acelerada foi outro vetor: os serviços e os pequenos negócios

²⁷ A esse respeito, ver MACARINI (1984).

surgiram como cogumelos nas cidades em expansão, no comércio, na segurança, no lazer, na alimentação etc.

O peso da produção industrial brasileira no PIB havia se tornado bastante respeitável. O país tinha uma estrutura diversificada, integrada e que contava com os setores típicos de uma economia capitalista desenvolvida, graças ao sucesso da articulação criada com o “tripé” e ao planejamento e comando do Estado.

Em 1973, o peso do valor adicionado pela manufatura no PIB era de 29,8%, maior que o da França (22,1%) e dos EUA (21,9%). A indústria brasileira, como um todo, adicionava 39,0% do PIB em comparação com 32,4% da indústria francesa. A produção de máquinas, equipamentos e produtos metalúrgicos no Brasil era, em 1976, mais de 30,0% do total da indústria²⁸.

Tabela 1: Participação do Valor Adicionado da Manufatura e da Indústria no PIB, Países Selecionados, 1973

	Manufatura (%/PIB)	Indústria (%/PIB)
Brasil	29,8	39,0
Estados Unidos	21,9	-
França	22,1	32,4

Fonte: BANCO MUNDIAL (2017) e BEA (2017).

O Brasil tinha um sistema industrial integrado com segmentos produtores de bens intermediários, que forneciam os principais insumos industriais – aço, celulose, petroquímica, energia; setores produtores de bens de capital – máquinas e equipamentos capazes de ampliar a automação e a produtividade de todo o conjunto da economia; setores de bens de consumo, tanto de duráveis como automóveis, geladeiras, televisores etc., como de não-duráveis como têxtil e vestuário.

No espaço de duas gerações, o país incorporou praticamente todos os resultados da II Revolução Industrial, ganhou maior autonomia econômica e modernizou sua sociedade. O Brasil também estava construindo a partir dos anos 1970 uma indústria de tecnologia da informação, que produzia computadores, centrais telefônicas, satélites, sensores, fibras óticas etc.

Essa estrutura industrial avançada estava apoiada numa infraestrutura moderna, especialmente no que se refere à energia e ao transporte. A ampliação da potência elétrica

²⁸ BANCO MUNDIAL (2017), BEA (2017) e SERRA (1998).

instalada cresceu de 779,0 MW em 1930 para 33.472,0 MW em 1980²⁹. A extensão da malha rodoviária cresceu de 302,0 mil quilômetros em 1952 para 1,4 milhão de quilômetros em 1980. A rede pavimentada cresceu de 3,1 mil quilômetros em 1955 para 74,9 mil quilômetros em 1979. A ampliação da frota de caminhões foi gigantesca: de 2,1 mil em 1929 para 932,6 mil em 1980. Já a de automóveis saiu de 105,0 mil em 1929 para 8,2 milhão em 1980³⁰. A provisão estatal a baixo custo de insumos industriais como o aço e de infraestrutura como energia, telefonia, água, rodovias, portos foi decisiva para o rápido crescimento econômico do período e para a competitividade dos produtos industriais brasileiros.

Apesar desse enorme esforço de desenvolvimento econômico, ainda permaneciam alguns problemas estruturais em relação à modernidade da economia. Um deles era o desenvolvimento precário da indústria do petróleo e a ausência da indústria petroquímica, montada somente nos anos 1970.

Outro problema era a carga tributária que, a despeito de sua subida com a reforma fiscal de 1966 num ambiente de crescimento acelerado, ainda era baixa em termos internacionais (Tabela 2)³¹. Por exemplo, em 1980, a carga tributária da Alemanha era de 36,4%, a Grã-Bretanha 33,4%, a da França 39,5% e a da Holanda 39,7%³².

Tabela 2 - Carga tributária Bruta do Brasil em % do PIB, 1960 - 1980

1960	1965	1970	1975	1980
17,4	18,8	26,0	25,2	24,4

Fonte: IBGE.

A carga tributária era suficiente para realizar investimentos produtivos expressivos, mas não para prover serviços públicos como educação de qualidade, saúde universal, habitação e transporte público de massas, o que exigiria a taxação dos ricos. Ainda que em 1980 estivessem matriculados no ensino fundamental 17,7 milhões de alunos em comparação com os 6,5 milhões de 1960, a qualidade do ensino havia caído enormemente e o abandono escolar era alto. As consultas médicas no serviço público eram 160,0 milhões em 1980, muito acima dos 36,0 milhões de 1970, mas insuficientes para acabar com as enormes

²⁹ Ibidem.

³⁰ Dados da malha rodoviária, da rede pavimentada, da frota de caminhões e automóveis retirados de IBGE (2020), Estatísticas do Século XX.

³¹ A este respeito ver OLIVEIRA (1978).

³² OCDE (2020). Dados disponíveis em: <<https://data.oecd.org/tax/tax-revenue.htm>>. Acesso em 09 de out. de 2020.

filas do atendimento, sem falar nos trabalhadores informais sem acesso ao sistema de saúde³³.

Outro problema remanescente era uma participação relativamente modesta do Brasil no comércio internacional, ao redor de 1,0%. Durante toda a industrialização, não existia uma política sistemática de incentivo à exportação, iniciada apenas na gestão de Delfim Netto no Ministério da Fazenda. O país era moderno, mas seu desenvolvimento era incompatível com sua posição no mundo, dado que seu desenvolvimento se fundou no mercado interno, ao contrário de Japão, Coreia do Sul e China, também impulsionados pelo mercado externo.

Somam-se a estas questões, os nossos problemas relativos à propriedade da estrutura industrial e aos seus impactos sobre a acumulação de capital. Nas estruturas montadas em países como o Japão e a Alemanha – nos quais os grandes conglomerados formados por bancos e grandes empresas de variados setores foram organizados ao redor do crescimento e do reinvestimento dos lucros – o financiamento interno alavanca a acumulação de capital e o desenvolvimento de novas tecnologias. O Brasil, por outro lado, foi caracterizado “[...] pela existência de um grande setor produtivo estatal na indústria de base e pela profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo, e consequentemente por uma fragilidade congênita do capital monopolista nacional”³⁴.

Como as grandes empresas do país eram estatais e estrangeiras, o impulso para a acumulação de capital não era autosustentado à medida que as empresas estrangeiras respondiam a impulsos ligados às estratégias das matrizes e aos da dinâmica do mercado nacional, sendo passivas nesse sentido³⁵.

Como as empresas nacionais privadas eram incapazes de gerar financiamento e inovações que movessem o processo adiante, cabia às empresas estatais deslanchar novos investimentos e desenvolver novas tecnologias como ocorria nas principais *holdings* setoriais (Telebrás, Eletrobrás, Petrobras) que cediam as inovações técnicas para o setor privado.

iii.

Agora, devemos responder à segunda pergunta colocada no início desta introdução: como o Brasil, que era o país do futuro, se transformou numa economia estagnada e numa sociedade fraturada e sem destino?

³³ CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 2009, p. 72.

³⁴ CARDOSO DE MELLO, 1977.

³⁵ SERRA, 1998.

Suas raízes estão nas transformações ocorridas na economia mundial que puseram fim aos Anos Dourados no início dos anos 1970: crescente desorganização monetária e financeira, esgotamento do padrão de desenvolvimento tecnológico e dos horizontes de investimento, mudanças na geopolítica e na economia internacional³⁶. Uma desordem dessas proporções englobou o centro e a periferia e exigiu uma reação de todos os países. A resposta equivocada do Brasil a essas transformações levou o país a descarrilhar nos anos 1980.

O “choque” do petróleo em 1973 colocou a ditadura brasileira frente a um dilema: reduzir a taxa de crescimento da economia para se adequar à falta de capacidade de importação de petróleo em seu novo patamar de preço ou manter o crescimento econômico a todo custo com endividamento externo.

O racionamento de petróleo e seus derivados e a redução do ritmo de crescimento econômico colocariam em risco a continuidade da ditadura, ampliando o descontentamento com o regime militar. Mesmo com o alto crescimento, o desgaste do regime ficou evidente na eleição de 1974 com o surpreendente desempenho eleitoral do MDB, que elegeu grande bancada de deputados e senadores, causando espanto tanto no governo como na oposição.

A decisão pela continuidade do crescimento acelerado se consubstanciou no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que sustentou a expansão econômica com grandes investimentos em setores já constituídos – aço, alumínio, metais não-ferrosos – e no desenvolvimento da indústria de bens de capital e petroquímica. Grandes projetos nesses setores geravam maior impacto no PIB e no emprego no curto prazo, como foram os casos da mineração de ferro em Carajás (PA); da bauxita em Trombetas (PA); do cobre em Caraíbas (BA); dos fosfatados em Patos (MG); dos potássicos em Carmópolis (SE); do gás natural na plataforma continental; do carvão e pirita na região Sul; da siderurgia em Itaqui (MA) e Tubarão (ES); do complexo cloroquímico (AL); das hidrelétricas em Itaipu (PR), Itumbiara (GO), São Simão (GO), Xingó (AL e SE), Tucuruí (PA), Paulo Afonso IV (BA); e da criação de polo petroquímico na Bahia e no Rio Grande do Sul³⁷.

Havia investimentos de menor porte também no desenvolvimento do complexo militar – em empresas como Embraer, Avibras e Indústria Brasileira de Material Bélico (IMBEL) para a criação de aviões, mísseis, blindados, sistemas de artilharia, tanques de guerra, veículos lançadores de satélites (VLS) e satélites. E em novos setores como a energia nuclear, biocombustíveis e outros que surgiram com a III Revolução Industrial como a eletrônica e as telecomunicações.

³⁶ A esse respeito, BELLUZZO (1995).

³⁷ LESSA, 1983, pp. 12-13.

O setor de telecomunicações contava com o poder de compra da TELEBRAS, que foi utilizado para elevar o nível da nacionalização dos equipamentos, desenvolver a indústria de capital nacional e incentivar o desenvolvimento tecnológico local. O CPqD da TELEBRAS desenvolvia tecnologia de ponta e a repassava para as empresas parceiras, nacionais e estrangeiras.

A lógica da estruturação setorial em novos empreendimentos permanecia a mesma do tripé, como no caso da produção de computadores: a Computadores Brasileiros (COBRA) era uma empresa de capital misto com participação estatal, privada nacional e estrangeira, que fornecia a tecnologia. Mas os baixos investimentos e a hostilidade do governo dos Estados Unidos e das grandes empresas americanas como a IBM criaram barreiras para que a indústria eletrônica como um todo se concretizasse³⁸.

Em termos setoriais, a distribuição dos investimentos do II PND foi equivocada, pensada mais em termos de seus efeitos políticos num prazo relativamente curto do que em suas consequências de longo prazo. Em meio a uma nova Revolução Industrial e Tecnológica, os investimentos nos novos setores, que se tornariam fundamentais para o desenvolvimento industrial como a robótica, a computação e as telecomunicações foram tímidos.

A opção do governo Geisel pelo caminho do crescimento a qualquer custo também foi irresponsável, visto que caminhou na contramão do mundo, que enfrentava a mudança no cenário internacional com políticas de redução do crescimento econômico para enfrentar o choque de custos gerado pela disparada do preço do petróleo. Com um discurso de que o Brasil era uma “ilha de prosperidade em meio a um mar revoltoso”, a ditadura deu continuidade ao crescimento, elevando fortemente o endividamento brasileiro em dólar com taxas flutuantes (de 12,6 bilhões de dólares em 1973 para 49,9 bilhões em 1979)³⁹.

Esse erro crasso de política econômica partia da visão de que a abundância de crédito internacional seria duradoura e de que o choque do petróleo seria rapidamente absorvido e neutralizado⁴⁰. Mário Henrique Simonsen – banqueiro, discípulo de Gudin e ministro da Fazenda do governo Geisel (1974-1979) – considerava a expansão financeira internacional positiva, fruto do fim do excesso de regulação de um keynesianismo ultrapassado. Os bancos internacionais tinham passado a disponibilizar recursos financeiros de longo prazo a taxas atrativas para investimentos em qualquer país e para qualquer empresa

³⁸ A esse respeito, ver TÁPIA (1992).

³⁹ IPEADATA, 2021.

⁴⁰ CRUZ, 1999, p. 26.

que, a despeito do risco de descasamento de moedas para os tomadores dos recursos – pagamentos em dólar, mas receitas em moeda local – geravam lucros extraordinários.

A incompreensão das transformações em curso na economia mundial teve graves consequências. A exuberância financeira do início dos anos 1970 não era resultado de uma maior liberdade dos mercados financeiros, mais eficientes e equilibrados, e sim fruto de uma progressiva desordem internacional.

Os bancos estrangeiros sediados em Londres, principalmente norte-americanos, funcionavam quase como um “sistema de crédito puro” nas operações com dólares, que não tinham regulação nem requerimentos de reservas no final dos anos 1960. Os dólares advindos dos superávits comerciais dos países árabes produtores de petróleo ampliaram ainda mais a capacidade de expansão do chamado euromercado⁴¹. A elevada elasticidade desse sistema de crédito, além de pró-cíclica, tornou-se fonte de crescente instabilidade para o sistema financeiro como um todo. Concomitante a isso, o fim do sistema de câmbio fixo abria o mercado de moedas à especulação financeira, garantindo ganhos elevados de curto prazo aos bancos ao mesmo tempo em que ampliava ainda mais a instabilidade financeira.

Num contexto turbulento como esse, Simonsen elevou a taxa de juros da dívida pública para estimular o setor privado a captar recursos no euromercado, financiando as importações de petróleo, num país em rápido crescimento, com a ampliação da dívida externa.

A subida dos juros também criou a “Ciranda Financeira”: como cresceu o diferencial de juros entre a dívida pública e o crédito fornecido pelos bancos públicos – com juros nominais muitas vezes negativos em termos reais –, muitos tomadores deixavam de realizar investimentos produtivos e utilizavam o dinheiro público para ganhar juros em cima da dívida pública⁴².

Quando a percepção do risco cambial na captação de recursos no euromercado começou a afugentar o setor privado, Simonsen obrigou as empresas estatais a tomarem recursos nos bancos estrangeiros para financiar o balanço de pagamentos, ao cortar os repasses do Tesouro às empresas estatais, ao extinguir o “realismo tarifário” e ao proibir a tomada de dívida no Brasil. Em termos macroeconômicos, a dívida externa entrava num esquema “Ponzi”, em que novas dívidas eram realizadas para pagar os juros das anteriores.

Já em termos externos, os problemas se acumulavam. A expansão financeira desordenada ampliava a oferta de dólares, levando à sua desvalorização continuada e à fuga para outras moedas, o que minava o monopólio de emissão da moeda internacional dos

⁴¹ A esse respeito, ver PÁDUA LIMA (1985).

⁴² A respeito da intermediação financeira do Brasil nos anos 1970, ver SILVA (1978).

Estados Unidos. Para estancar esse processo, os Estados Unidos elevaram as taxas de juros, que chegaram a 20,0% em abril de 1980⁴³, reafirmando a força do dólar através da atração de recursos financeiros do mundo todo para a sua dívida pública. Um efeito colateral importante dessa medida foi a elevação súbita dos juros a serem pagos pelos países devedores, o que em pouco tempo levou países como Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul e Polônia a se tornarem incapazes de arcar com pagamentos elevados em dólares.

Delfim Netto, que havia retomado o comando da economia em 1979, tentou fazer um ajuste de preços relativos com uma maxidesvalorização de 30,0% no mesmo ano, levando a um choque inflacionário e à ampliação dos encargos da dívida externa em moeda local. O setor privado, frente a essa subida da inflação, buscou proteção na dívida pública indexada à inflação. Como a situação do balanço de pagamentos continuou a se deteriorar, Delfim realizou um forte ajuste recessivo em 1981 para tentar reduzir as importações e, assim, arcar com os compromissos externos.

O cenário se deteriorava progressivamente, mas o *default* do México levou ao corte dos empréstimos por parte dos bancos, deflagrando a crise da dívida externa de 1982. Com a eclosão da crise, o governo norte-americano, através do Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs um programa recessivo que desestruturou o Brasil – seu concorrente potencial⁴⁴. A programação ao contrário do setor externo definia o volume de importações que o Brasil poderia realizar, indicando o tamanho da contração da renda necessária para pagar os juros externos e manter o equilíbrio do balanço de pagamentos.

A recessão – necessária para reduzir o consumo de importados como petróleo⁴⁵ e trigo – foi provocada pela subida dos juros da dívida pública e pelo corte de gastos públicos, reduzindo as receitas tributárias do Estado, que via suas despesas crescerem rapidamente. As estatais, que precisavam conter seus preços para diminuir o espraiamento da inflação, ficavam em posição cada vez mais frágil frente aos seus compromissos em dólar⁴⁶.

Os esforços de geração de saldos comerciais, que incluíam desvalorizações cambiais, solapavam as condições de financiamento do Brasil e do Estado, visto que as políticas ativas de câmbio e juros levavam a uma aceleração da inflação, que corroía o valor real da arrecadação de impostos e revalorizava o câmbio em termos reais, exigindo

⁴³ Valor referente à *prime rate*. Disponível em: <fed.slouisfed.org/series/PRIME>. Acesso em 18 de jan. de 2021.

⁴⁴ A disputa entre Estados Unidos e Brasil escalou ao longo dos anos 1970 com a denúncia do acordo militar, a questão das 200 milhas do mar territorial, o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental e a questão dos direitos humanos.

⁴⁵ “(...) Quando ocorreu o segundo choque do petróleo (1979-81) o Brasil ainda importava 87% do que consumia deste insumo energético” (BAER, 1993, p. 73).

⁴⁶ A esse respeito, ver BELLUZZO & ALMEIDA (2002).

desvalorizações cambiais subsequentes, aumentos dos juros internos e crescimento da dívida pública – de 5,0% em 1980 para 60,4% em 1989, com rolagem diária no *overnight*⁴⁷.

Num contexto de baixo crescimento e aceleração da inflação, a Ciranda Financeira ganhou outra dimensão: o setor privado, para manter a rentabilidade corrente, deixou de investir e passou a se desendividar, canalizando seu “excedente” líquido para a dívida pública, tornando-o rentista e patrimonialista⁴⁸. Da perspectiva do setor externo, a formação de saldos comerciais caminhava numa direção semelhante, visto que o governo comprava dólares com dívida interna a juros altos⁴⁹.

A desorganização da economia, com a aceleração da inflação, levou à generalização da indexação, alterando a formação de preços do setor privado. Os *mark-ups*, as margens das empresas determinadas por convenção e força monopólica, passaram a ser flexibilizados para cima, impulsionando a aceleração da subida dos preços⁵⁰.

A deterioração do cenário macroeconômico na segunda metade da década de 1980 levou à “financeirização dos preços”, à medida que a inflação punia a iliquidez, desestimulando a detenção de ativos produtivos. A produção para exportação, indexada pelo câmbio, estava menos exposta à incerteza inflacionária⁵¹, mas a produção para o mercado interno passou a embutir os juros nos *mark-ups*, indexando a rentabilidade da produção à dívida pública, levando o rentismo ao paroxismo.

A economia, cada vez mais disfuncional, passou a operar com duas moedas: uma de curso forçado, que era utilizada pelos que não tinham saldos financeiros e perdia valor real a olhos vistos; e outra, uma “moeda indexada” que mantinha seu valor às custas dos juros pagos pelo Estado para a dívida pública e que permitia a manutenção da renda e riqueza real às classes sociais mais altas, às empresas e aos bancos. A dívida pública evitava que a hiperinflação aberta se instalasse e destruísse toda a riqueza privada.

O setor financeiro foi especialmente beneficiado pelas políticas de ajustamento da crise da dívida, tornando-se a principal força econômica do país. Os bancos, que já aplicavam seus fundos nos títulos da dívida pública, também passaram a fazer o mesmo com os tributos e os depósitos de terceiros durante o período de compensação (*floating*), o que gerava ganhos expressivos.

⁴⁷ IPEADATA (2021).

⁴⁸ A respeito do ajustamento, ver BELLUZZO & ALMEIDA (2002), p. 219.

⁴⁹ A esse respeito, ver CRUZ (1995), item VI.

⁵⁰ A esse respeito, ver FRENKEL (1979) e TAVARES & BELLUZZO (1986).

⁵¹ A esse respeito, ver BELLUZZO & ALMEIDA (2002), capítulo 4, item 2.

A expansão da dívida pública permitiu que os todos os superavitários se acomodassem crescentemente no rentismo, enquanto a estagnação econômica e a aceleração da inflação rompiam com os mecanismos básicos de reprodução da sociedade, de mobilidade social e de ampliação do consumo moderno.

É importante salientar que a “solução” implementada não foi capaz de equacionar a crise da dívida: entre 1982 e 1986, o país pagou 55,8 bilhões de dólares em juros – mais do que a dívida externa do país em 1979 –, mas seu total cresceu para 111,2 bilhões de dólares⁵².

A única saída para defender os interesses do país e do conjunto da sua população teria sido decretar moratória e repactuar os compromissos externos, compatibilizando-os com a capacidade de pagamento do país⁵³. Mas uma ditadura cada vez mais acuada e desmoralizada pelo fracasso econômico não tinha força para resistir à pressão dos bancos e do governo norte-americano.

Em suma, o II PND e o governo Geisel estão na raiz dos problemas que levaram à crise da dívida e à nova conjuntura histórica que se abriu nos anos 1980. Ao invés de enfrentar os problemas de fundo que ainda permaneciam na industrialização brasileira – a capacidade de financiamento e inovação, a inserção no mercado internacional e a baixa carga tributária –, o governo Geisel se restringiu a enfrentar a conjuntura internacional adversa de modo a preservar a popularidade do regime. Depois de realizar investimentos mal distribuídos e exagerados, a tentativa de sustentar a ditadura politicamente destruiu progressivamente as bases de financiamento do Estado e das empresas que podiam liderar o novo ciclo de investimentos nas décadas seguintes.

A submissão aos credores internacionais e a falta de compromisso com o destino do Brasil frente à crise da dívida foram tão graves quanto os erros cometidos durante o II PND, que criou o problema do endividamento externo. A crise da dívida levou a uma década de estagnação e à progressiva deterioração das finanças públicas em meio a uma espiral inflacionária num momento decisivo do desenvolvimento capitalista, em que a III Revolução Industrial e Tecnológica se acelerava.

Sendo assim, ao final dos anos 1980, o Brasil encontrava-se diante de uma questão de fundo: a estrutura produtiva exitosa estava praticamente preservada, mas havia se tornado defasada em relação aos países avançados que já incorporavam as inovações da III Revolução Industrial e Tecnológica. O encaminhamento da crise da dívida seria decisivo para os rumos que o país tomaria nas décadas seguintes.

⁵² IPEADATA (2021).

⁵³ CARDOSO DE MELLO, 1984.

Capítulo 2 - O Fim da “Era Vargas”

Nem todos perceberam que a regressão do sistema industrial e o rentismo já estavam em marcha durante os anos 1980. As políticas econômicas de “ajustamento” serviram de instrumento para a proteção e acumulação de riqueza privada, uma vez que a moeda indexada permitiu que as empresas, os bancos, os ricos e a alta classe média saíssem ao final da década numa situação melhor do que entraram, mesmo frente à estagnação econômica e ao agravamento dos problemas sociais⁵⁴. Mas até aquele momento, as bases da estrutura econômica não haviam sido desarticuladas.

Havia um impasse sobre o rumo a ser tomado frente à incapacidade de cumprir com os pagamentos externos. Os governos de Figueiredo e de Sarney ficaram numa encruzilhada entre renegociar a dívida externa e defender o sistema industrial – expandindo-o no que fosse possível – ou ceder à pressão externa e aprofundar o ajuste recessivo, o que implicaria o progressivo desmonte do Estado e da estrutura produtiva.

Enquanto o Brasil estava paralisado, o sistema internacional passava por fortes transformações tanto em termos financeiros como produtivos.

A crise da dívida elevou o grau de exposição dos bancos norte-americanos aos países devedores e interrompeu a expansão financeira em curso, exigindo a redução dos juros básicos dos EUA nos anos 1980 e uma elevada provisão de liquidez do *Federal Reserve* para evitar a quebra dos bancos. A situação patrimonial dos bancos só pôde se resolver com o Plano Brady no governo Bush, que permitiu a transformação dos empréstimos dos países devedores em títulos negociados em mercados secundários – a securitização da dívida retirou esses empréstimos do balanço dos bancos, dando nova força à sua capacidade de expansão.

A revigorada capacidade de expansão do sistema financeiro dos Estados Unidos foi reforçada pelos recursos das grandes corporações que eram canalizados para ele. Esse grande volume de recursos estava em busca de novos negócios nos Estados Unidos por meio da desregulamentação do sistema financeiro, que abria novas oportunidades de ganhos especulativos com imóveis, ações, derivativos, fundos de pensão, fusões e aquisições etc. Mas os bancos procuravam também novos negócios fora dos Estados Unidos, por meio da imposição da abertura da conta de capital de países periféricos, o que possibilitava ganhos especulativos com a arbitragem cambial, com a compra de ativos públicos e privados já existentes nas bolsas de valores e com a compra de títulos públicos.

⁵⁴ CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 2009, p. 97.

Parte importante do processo de globalização foi justamente essa expansão financeira comandada pelos interesses do sistema financeiro norte-americano, que exigiu reformas políticas e econômicas para adequar os países aos seus designios. A globalização, portanto, não é uma ideia abstrata nem um processo natural fruto do avanço técnico, mas resultado do movimento concreto das estruturas políticas e econômicas guiadas pelo grande capital norte-americano e seu Estado.

Além da desregulamentação dos fluxos de capital, outro aspecto do processo de globalização foi a crescente desterritorialização produtiva, simbolizada pela saída das empresas norte-americanas do país. Esse processo não teria acontecido sem os novos acordos comerciais, que envolviam extraordinárias garantias para a propriedade intelectual e restrições às interferências públicas sobre os investimentos privados.

A desterritorialização foi acompanhada pela III Revolução Industrial e Tecnológica, que estava em curso nos anos 1980 e provocou mudanças radicais no padrão de desenvolvimento capitalista. As tecnologias de informação e comunicação – os computadores, os satélites, a internet – permitiram o controle sobre a produção em escala global e a formação de uma nova estrutura empresarial, que migrava especialmente para a Ásia, liderada pelas empresas norte-americanas. A brutal racionalização de custos atingiu também as empresas que trabalhavam com escalas inferiores às do mercado global, que acabaram adquiridas por concorrentes maiores.

A nova corporação gigante se transformou em integradora de uma enorme cadeia global de valor. Empresas especializadas, mais focadas e maiores, se desfizeram das suas atividades secundárias para se concentrarem no que possuíam de mais forte: a marca, o *design*, o *marketing*, a tecnologia de ponta. Essas novas estruturas empresariais dominaram os mercados em escala global, assim como seus fornecedores e subcontratados⁵⁵. Nos anos 1990 essas tendências tecnológicas se aprofundaram e foram acompanhadas por um grande movimento de globalização e expansão financeira.

Num primeiro momento, durante a década de 1980, a desterritorialização produtiva envolveu os tigres asiáticos através da subcontratação de produtos, partes e componentes. Num segundo momento, a partir dos anos 1990, o deslocamento da produção foi em direção à China.

É importante salientar que a China também se via em um impasse em meados da década de 1980. O governo chinês tinha dificuldades em avançar numa economia ainda

⁵⁵ A esse respeito, ver ANTUNES (2011).

dominada pelo “centralismo soviético”, a despeito das reformas de 1978 que permitiram a entrada de Investimento Direto Externo (IDE) e criaram um sistema de preços dual – uma quota da produção com preço fixo para o Estado e o restante liberado para o mercado.

Os reformadores da China liderados por Deng Xiaoping, em sua busca por soluções, realizaram missões para observar as experiências de industrialização do bloco soviético e da América Latina⁵⁶. O centro das atenções estava no crescimento acelerado da economia brasileira sob a ditadura militar no final dos anos 1960, cuja industrialização, infraestrutura e urbanização eram uma inspiração para os países atrasados.

A semelhança do modelo do “tripé” com a estratégia de desenvolvimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) chamava a atenção, apesar de a entrada de capital estrangeiro através de empréstimos externos ser considerada um erro pelos chineses⁵⁷. Segundo Chen Yizi, presidente do Instituto para a Reforma do Sistema, havia grande fascínio da delegação chinesa pelo Brasil: “[...] a capital modernista Brasília, rodovias, edifícios e fábricas elegantes, habitações modernas e pequenos carros para as massas”⁵⁸. Observava que o PIB *per capita* do Brasil era de cerca de dez vezes o da China e que, a despeito da grande desigualdade de renda, esta era mitigada por programas sociais⁵⁹.

Por sua vez, outro grupo de reformadores, influenciado pela ditadura chilena, Friedman e Hayek, defendia uma terapia de choque e uma liberalização geral da economia. Para eles, todas as esferas da sociedade deveriam estar subordinadas a um mercado universal⁶⁰. Friedman, em visita ao premiê chinês, fez um apelo para que o governo realizasse uma terapia de choque, limitando a oferta monetária, imprimindo menos dinheiro e depois liberalizando os preços, o que ajudaria a controlar a inflação⁶¹. Jeffrey Sachs, um dos principais arquitetos da fracassada abertura das economias socialistas na década de 1990, defendia que “o colapso do regime de partido único comunista era a condição *sine qua non* para uma transição efetiva para uma economia de mercado”⁶².

Em 1988 o governo chinês realizou um ensaio de liberalização dos preços de TVs a cores, bebidas alcoólicas e cigarros de marca, que resultou num abrupto aumento de preços⁶³. Esse movimento em direção a uma reforma radical de preços abalou a estabilidade política e

⁵⁶ WEBER, 2021, posição 6.354 do Kindle.

⁵⁷ WEBER, 2021, posição 6.374 do Kindle.

⁵⁸ CHEN, 2013, *apud* WEBER, 2021, posição 6.381 do Kindle.

⁵⁹ CHEN, 2013, *apud* WEBER, 2021, posição 6.381 do Kindle.

⁶⁰ WEBER, 2021, posição 6.878 do Kindle.

⁶¹ WEBER, 2021, posição 6.607 do Kindle.

⁶² LIPTON et al., 1990, p. 87.

⁶³ WEBER, 2021, posição 6.568 do Kindle.

social, elevando o índice de preços do varejo, que inclui bens de consumo, serviços e bens de produção, a um pico de cerca de 28,0% em abril de 1989⁶⁴. O governo reverteu o programa, recentralizando o poder e reintroduzindo o controle de preços em meio aos protestos da Praça da Paz Celestial, reprimidos pelo Exército em 1989⁶⁵.

O fracasso do neoliberalismo, que afundou as economias socialistas nas maiores depressões econômicas de suas histórias, também ajudou a colocar de lado o grupo que defendia a abertura econômica indiscriminada⁶⁶. Cristalizou-se, entre os reformadores gradualistas liderados por Deng, a ideia de que o desafio da economia chinesa era se reindustrializar, o que exigia a superação de gargalos na bens de produção essenciais e energia. A única abordagem sensata seria gradual e experimental, com forças de mercado criadas e controladas pelo Estado⁶⁷.

O estímulo ao aumento da produção, acima das quotas estatais, abriu espaço para a concorrência e a superação da economia de estilo soviético, abandonando os controles vistos como excessivos – controlar o que é "pesado" ou essencial e abandonar o que é "leve" ou sem importância⁶⁸ – e permitindo uma transição suave para uma economia marcada pela forte concorrência e pelo estrito controle público.

A manutenção do planejamento global da economia, a aceleração dos investimentos públicos, a centralização das estatais em grandes conglomerados, a abertura aos investimentos privados, a intensificação das *joint-ventures* com empresas estrangeiras para investimentos e transferência de tecnologia e a manutenção do controle sobre o núcleo industrial, o crédito e a terra foram as marcas do crescimento acelerado chinês.

Na encruzilhada da década de 1980, a China escapou da terapia de choque propagada pelo neoliberalismo para se tornar uma das maiores economias do mundo atual. Em vez de experimentar declínio econômico e desindustrialização, como aconteceu com o bloco socialista e com o Brasil, as reformas da China estabeleceram as bases institucionais e estruturais para sua ascensão econômica sob rígido comando político do partido e do Estado⁶⁹. Mantendo o controle sobre a moeda, o crédito e o câmbio, o Estado continuou dirigindo a economia, permitindo que a China crescesse em um capitalismo global⁷⁰.

⁶⁴ WEBER, 2021, posição 6.593 do Kindle.

⁶⁵ Na visão de Adrian Wood, economista do Banco Mundial na China, “a raiva econômica, ao invés de um desejo por democracia, foi o que moveu a maioria dos manifestantes em maio de 1989”. (WEBER, 2021, posição 6.660 do Kindle).

⁶⁶ WEBER, 2021, posição 6.672 do Kindle.

⁶⁷ WEBER, 2021, posição 6.911 do Kindle.

⁶⁸ WEBER, 2021, posição 6.923 do Kindle.

⁶⁹ WEBER, 2021, posição 6.965 do Kindle.

⁷⁰ WEBER, 2021, posição 7.002 do Kindle.

Em 2015, o Estado chinês possuía controle direto ou indireto sobre 38,0% do PIB do país, o que representava uma participação menor no sistema industrial que a França ou a Itália dos anos 1970. Ainda assim, os ativos nas mãos do Estado eram equivalentes a cerca de três vezes o PIB do país. As principais indústrias sobre comando estatal (39,0% do total) são dos setores intensivos em capital – recursos naturais, infraestrutura, indústria pesada, equipamentos de transporte. O Estado também controla toda a rede de transportes e telecomunicações, os principais serviços de educação e pesquisa e 85,0% dos ativos do sistema financeiro⁷¹.

Assim, a China, já durante os anos 1990, transformou-se na nova fronteira de investimentos do capitalismo global, fonte de elevados lucros para as empresas e de solução para os custos gerais, o que permitiu que o governo chinês negociasse os termos de associação com o capital estrangeiro em uma posição de força.

O contraste das reformas chinesas com o Brasil não poderia ser maior. Enquanto a China reagiu de forma ativa às transformações das estruturas internacionais, segundo um arranjo inspirado, em parte, no projeto desenvolvimentista brasileiro, o Brasil adotou o receituário neoliberal de forma passiva e sem restrições, uma vez que suas elites já haviam abandonado qualquer projeto de nação.

iii.

O liberalismo cosmopolita, típico de elites colonizadas de países pobres e atrasados, ganhou força redobrada no Brasil dos anos 1990. A forte pressão norte-americana pela liberalização foi sustentada internamente por uma coalizão entre as grandes empresas e bancos, parte importante da classe política e da grande mídia, que pautava a opinião pública e impunha os termos do debate político e econômico desde a primeira eleição direta para presidente em 1989.

O "Consenso de Washington" foi a tradução dessa nova doutrina econômica para a América Latina, que tornou imperativo o “livre mercado” e impôs a globalização como o único caminho possível e “natural”. O Estado norte-americano e as organizações multilaterais sediadas em Washington recomendavam para os países em desenvolvimento um receituário composto por dez políticas⁷²:

- i. disciplina fiscal e o estabelecimento de um teto para os gastos públicos;

⁷¹ NAUGHTON, 2017, pp. 7-8.

⁷² WILLIAMSON, 1990, pp. 7-20.

- ii. redefinição das prioridades do gasto público. Frente à necessidade de cortar gastos, as primeiras categorias passíveis de redução devem ser subsídios, educação, saúde e investimento público;
- iii. reforma tributária, com diminuição das alíquotas mais elevadas e da ampliação da base de contribuição. Ou seja, recomendam um sistema tributário mais regressivo;
- iv. os juros devem ser determinados pelo mercado (e não podem ser subsidiados), além de serem positivos para evitar a fuga de capital;
- v. o câmbio deve ser determinado pelo mercado para que o país não tenha déficit nas contas externas;
- vi. abertura comercial que garanta às firmas e aos consumidores o acesso a produtos por preços justos, sem distorções de mercado e respeitando as vantagens comparativas dos países;
- vii. eliminação das restrições ao Investimento Direto Externo (IDE), que estimularia o desenvolvimento econômico;
- viii. privatização de empresas públicas, tornando-as mais eficientes e diminuindo o déficit do governo. Motivações nacionalistas nas economias são mal vistas num mundo global;
- ix. desregulamentação de todo tipo de legislação que restrinja o funcionamento do livre mercado: sobre remessas de lucros, controles de preços, barreiras à importação, discriminação do crédito, impostos elevados, discriminação sobre pequenas e médias empresas etc.;
- x. defesa absoluta do direito à propriedade, inclusive a intelectual.

Frente à agenda neoliberal, a grande mídia banuiu da discussão tudo o que dizia respeito à industrialização e ao fortalecimento do Estado, associando o “estatismo” à ditadura. Tudo que se relacionava com organização, estruturação e planejamento passou a ser tratado como “jurássico” frente ao “livre mercado”, que desenvolveria a economia e democratizaria a sociedade. O Estado varguista, responsável pela industrialização tardia mais bem-sucedida até então, passou a ser visto como o responsável pelo atraso brasileiro.

Essa virada política, econômica e social se iniciou com a eleição de Collor, que realizou uma abertura comercial⁷³ e financeira⁷⁴ unilateral, extinguiu autarquias de comércio exterior como o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), abriu a conta financeira para investimentos estrangeiros em bolsa de valores e dívida pública, facilitou a transferência de recursos para o exterior através da readequação da CC-5 (conta corrente de não-residentes no país) e privatizou empresas estatais com a aceitação de “moedas podres”.

As reformas econômicas realizadas até o impeachment de Collor em 1992 foram parcialmente interrompidas no governo do presidente Itamar Franco, homem de passado nacionalista que hesitava em dar continuidade às medidas neoliberais. Em dois anos, seu governo teve seis ministros da Fazenda, sendo um deles Fernando Henrique Cardoso, que retomou a agenda neoliberal com entusiasmo.

Sua eleição, em 1994, marcou o fim definitivo da Era Vargas. O presidente eleito Fernando Henrique declarou em sua despedida do Senado:

“levamos a cabo a tarefa da transição. [...] Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico [sic] e ao seu Estado intervencionista”⁷⁵.

Fernando Henrique e sua coalização se insurgiram contra o projeto de desenvolvimento econômico associado a Vargas e aos militares. A “modernidade” dos liberais cosmopolitas passava pela desestruturação do Estado e pela abertura indiscriminada da economia.

A globalização – um novo “Renascimento” que “universaliza o cidadão” – permitiria superar a obsoleta industrialização estatal através da entrada do capital estrangeiro, que faria a modernização tecnológica do país e o guiaria rumo ao desenvolvimento. Por serem excessivamente fechados, os brasileiros, “caipiras” e “provincianos”, sufocavam a

⁷³ A abertura comercial teve dois momentos principais: (1) o governo Collor com extinção da maior parte das barreiras não-tarifárias e com redução unilateral de tarifas e (2) o governo Itamar Franco, depois do Plano Real, quando foi antecipada a adoção da tarifa externa comum do Mercosul. (MIRANDA, 2001, p. 17).

⁷⁴ A abertura financeira foi marcada por dois momentos, ambos protagonizados por Armínio Fraga. O primeiro momento foi durante sua gestão como diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central no governo Collor, quando foram liberalizados investimentos de portfólio e o mercado cambial. Depois, quando Armínio foi presidente do Banco Central no governo FHC, a liberalização do mercado cambial foi finalizada. (FREITAS & PRATES, 2001, p. 85).

⁷⁵ CARDOSO, 1995, pp. 9-10.

concorrência e distanciavam o Brasil do resto do mundo. O país deveria abrir sua economia, inclusive os serviços e as finanças, e se integrar ao mercado mundial, ampliando as importações de bens de consumo para reduzir os preços internos e de equipamentos para modernizar a produção local⁷⁶.

Na visão de Fernando Henrique e de seus assessores econômicos – ligados direta ou indiretamente ao sistema financeiro –, um novo tipo de Estado precisava ser criado, com novas regulações e novas formas de poder e controle em substituição ao “ultrapassado” Estado-nação, com suas políticas de proteção e de regulação.

Em primeiro lugar, o Estado deveria favorecer o “livre” funcionamento do mercado, acabando com o “corporativismo”, reduzindo gastos que servem apenas a arranjos espúrios, distorcendo a distribuição de renda. Fernando Henrique dizia que o Estado precisava ser encolhido e voltado para atender apenas os pobres e excluídos⁷⁷.

Também caberia ao Estado ser somente regulador e não mais produtor direto, vendendo suas empresas para o setor privado, que agora passaria a ser o eixo dinâmico da atividade produtiva, permitindo que o sistema de preços relativos guiasse os investimentos⁷⁸. A privatização, as concessões e a “desimobilização” de ativos públicos seriam fundamentais para a competitividade e a eficiência da economia e ajudariam a diminuir a carga tributária e a dívida pública. Os acordos de livre comércio, que reafirmam os direitos de propriedade de maneira irrestrita, também seriam importantes para colocar o mercado como princípio geral de regulação.

Em segundo lugar, o Estado deveria estender a lógica mercantil a todos os setores da sociedade e restringir sua atuação ao mínimo possível, criando mercados “livres” em todas as esferas de vida: da energia elétrica à educação, passando pelo mercado de trabalho e pelas finanças, nem que para isto fosse necessário extensa legislação e institucionalização para se criar “artificialmente” um “mercado”. Um bom exemplo foi a criação das agências regulatórias que absorveram funções dos Ministérios, estando supostamente distantes de interesses econômicos e políticos ao serem regidas por “critérios técnicos” e por terem mandatos não coincidentes com os dos governos.

Nessa visão, o Estado só não deveria ser mínimo no socorro ao setor privado, em especial do sistema financeiro; e também nos problemas corporativos que, na ausência de

⁷⁶ De acordo com a concepção de Fernando Henrique Cardoso, “é assim que se combina crescimento e distribuição de renda nas economias capitalistas maduras” (CARDOSO, 1995, p. 15).

⁷⁷ CARDOSO, 1995, pp. 13-14.

⁷⁸ CARDOSO, 1995, pp. 17-18.

regulação estatal, precisam de mais proteção judicial à medida que crescem os conflitos entre concorrentes, clientes e fornecedores.

Em terceiro lugar, o próprio órgão público deveria funcionar como uma empresa, maximizando seu valor presente, transferindo ativos para o setor privado, atraindo investidores ao país e garantindo condições de crédito favoráveis. O triunfo de uma visão microeconômica obtusa também significou a defesa incondicional da austeridade fiscal, calcada na ideia de que não se pode gastar mais do que se ganha.

Segundo essa visão neoliberal estreita, durante o varguismo o interesse público e a boa administração haviam sido substituídos pelo clientelismo e pela corrupção⁷⁹. Os monopólios estatais do petróleo, das telecomunicações, do gás encanado eram “[...] um guarda-chuva de privilégios corporativistas, de associações espúrias com interesses privados, e um obstáculo à realização dos investimentos necessários em setores vitais de infraestrutura”⁸⁰. A “solução” seria a substituição do governo pela “governança”, num modelo em que os partidos são empresários políticos e os votos se tornam recursos para obter o controle sobre cargos públicos.

O fortalecimento desse discurso contribuiu para a subordinação da política a decisões “técnicas” tomadas pelos “sábios” do mercado. Mas, é claro, num governo dirigido por economistas egressos do sistema financeiro, as decisões “técnicas” nunca foram sinônimo de neutralidade.

Os principais membros da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso saíram do mercado financeiro e voltaram a sua atividade em posições de maior destaque, seja na direção de instituições financeiras, seja na gestão de fundos de investimento. Foram os casos dos ex-presidentes do Banco Central Pérsio Arida (*Opportunity*) e Armínio Fraga (*Soros Fund Management*) e dos ex-presidentes do BNDES André Lara Resende (Matrix e Gestão de Fortunas), Luiz Carlos Mendonça de Barros (Matrix, Link Corretora e Quest Investimentos) e Eleazar de Carvalho Filho (Unibanco).

Muitos dos que não eram oriundos do mercado financeiro desejavam sê-lo. Também seguiram carreira na área, como o caso do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco (Rio Bravo) e dos ex-diretores Alkimar Moura (Itaú), Cláudio Mauch (conselheiro da Febraban), Demosthenes Madureira (Itaú-Unibanco e Brasil Warrant), Sérgio Darcy (Acrefi e Itaú-Unibanco), Daniel Gleizer (Itaú-Unibanco), Luiz Fernando Figueiredo (Gávea e Mauá Capital), Sérgio Werlang (Itaú-Unibanco), Tereza Grossi (Itaú-Unibanco) e Ilan Goldfajn

⁷⁹ CARDOSO, 1995, p. 21.

⁸⁰ CARDOSO, 1995, p. 33.

(Gávea e Itaú-Unibanco). Outros membros da equipe do Ministério da Fazenda, como o ex-ministro Pedro Malan (Unibanco), o ex-secretário Amaury Bier (Gávea) e os ex-presidentes do BNDES Edmar Bacha (BBA) e José Pio Borges (Banco Liberal e *Bank of America*) também trilharam o mesmo caminho.

Foram os membros desse núcleo que implementaram uma agenda ampla de reformas, a partir do Plano Real.

O novo cenário de câmbio valorizado e juros altos do Plano Real favoreceu o sistema financeiro. Os bancos se adaptaram rapidamente, aplicando seus recursos na dívida pública e cobrando de seus clientes as maiores taxas do mundo, obtendo lucros ainda maiores que os dos anos 1980.

O fim da inflação, entretanto, colocou diversos bancos em má situação, uma vez que o ganho do *float* representava 4,0% do PIB e de 35,0 a 40,0% do lucro dos bancos⁸¹. Para sanear o sistema financeiro, o governo criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) em 1995, que separava os ativos dos bancos em dificuldade entre *good bank* e *bad bank*. As dívidas do *bad bank* foram absorvidas pelo Estado e o *good bank* foi incorporado por outros grandes bancos, como no caso do Banco Nacional pelo Unibanco e do Bamerindus pelo HSBC.

Essas mudanças provocaram uma concentração ainda maior do sistema bancário, levando ao fechamento de 51 instituições entre 1994 e 2001⁸².

Outra defesa importante dos interesses do sistema financeiro, mas também dos ricos em geral, foi o fim do imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a redução do imposto de renda de pessoa física, com o encolhimento das faixas de tributação de 4 para 3 e a eliminação da maior alíquota (35,0%).

Além dessas medidas, o governo Fernando Henrique também reduziu os subsídios a setores estratégicos, acabou com a discriminação em prol da empresa nacional, aderiu aos novos acordos de propriedade intelectual (TRIPS) e ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e privatizou grandes empresas estatais que organizavam setorialmente a economia e proviam externalidades na infraestrutura e nos insumos básicos. As principais privatizações ocorreram nos setores de telecomunicações, desmontando e fragmentando o sistema Telebrás; no setor de energia, com a venda de empresas como a CPFL, Light, Eletropaulo, Coelba e

⁸¹ MAIA, 1999, p. 108.

⁸² CARVALHO, 2001.

CEEE; no setor de mineração, com a venda da Vale do Rio Doce⁸³; no setor financeiro, com a venda de bancos como o Banerj, Banespa e Banco Meridional; no setor petroquímico, com a venda da Copene e da Salgema; e no setor de transportes, como a concessão de estradas, da Rede Ferroviária Federal, do Metrô do Rio de Janeiro, do Terminal do Porto de Santos⁸⁴.

É importante destacar que o BNDES, a despeito de não ter sido privatizado, foi convertido em financiador da venda dos ativos estatais, abandonando suas funções de coordenação, planejamento da economia e de provisão de financiamento de longo prazo para novos investimentos.

Apesar do governo ter arrecadado 85,2 bilhões de reais com as privatizações àquele momento, esse valor foi inferior aos gastos realizados pelo Estado com a absorção de dívidas das empresas privatizadas, os investimentos realizados antes das privatizações, as demissões em massa, o dinheiro deixado em caixa e os empréstimos subsidiados dados aos compradores⁸⁵.

A justificativa para a privatização dos ativos públicos era que as estatais eram ineficientes e que as suas vendas também reduziriam a dívida pública. Isto não se confirmou, visto que a dívida interna cresceu de 108,8 bilhões de reais em 1994 para 606,5 bilhões em 2002⁸⁶.

Em termos das finanças estaduais e municipais, a subida dos juros realizada pelo Plano Real colocou estados e municípios em péssima situação. Por orientação do FMI, o governo federal assumiu a dívida dos entes subnacionais, impondo condições draconianas: pagamentos mensais ao longo de 30 anos de uma dívida com juros reais de 6,0 a 9,0% ao ano, que chegava a 13,0% das receitas líquidas de estados e municípios – o restante era capitalizado.

Os estados foram obrigados a vender ativos de toda espécie, especialmente bancos, concessionárias de energia e estradas superavitárias. Na privatização de bancos públicos, suas dívidas foram incorporadas às dívidas estaduais renegociadas, beneficiando o setor financeiro privado que comprou ativos baratos e se concentrou enormemente.

⁸³ No caso da Vale do Rio Doce, o Estado ainda reteve a *golden share*, que lhe dá o direito de obrigar a empresa a manter sua principal atividade econômica, restringindo a alienação ou encerramento de qualquer etapa que envolva a produção e a venda de minério. O núcleo das decisões estratégicas, independente da composição acionária, está submetido ao poder de veto da União (BNDES, 1997, p.13).

⁸⁴ BIONDI, 1998, p. 63.

⁸⁵ BIONDI, 1998, pp. 66-67.

⁸⁶ IPEADATA (2021). Valores de 2021.

No Paraná, por exemplo, a dívida renegociada (462,2 milhões de reais) foi multiplicada por 12 vezes com a incorporação do passivo do Banestado (5,7 bilhões de reais)⁸⁷. No total, a dívida total dos estados somava 112,2 bilhões de reais em 2000. Em 2016, havia atingido 479,9 bilhões de reais, prejudicando a administração financeira de estados e municípios e reduzindo sua capacidade de investimento⁸⁸.

O raio de manobra do Estado foi encurtado também pelo estabelecimento de emendas à Constituição que restringiram os gastos públicos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) – com a retirada de 20,0% das receitas vinculadas à Seguridade Social –, e de leis como a de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu limites para os gastos não-financeiros e criminalizou o responsável pelas despesas.

A adoção do “tripé” de política econômica, no segundo governo Fernando Henrique, com câmbio flutuantes, metas de inflação e superávit primário engessaram ainda mais a capacidade de gasto e de gestão da economia por parte do Estado. Esse tripé criou uma barreira para o crescimento, em consequência das altas taxas de juros e das restrições ao gasto público.

A abertura financeira deixou o país mais exposto às oscilações dos mercados financeiros globais, frente à necessidade de ampliação das obrigações externas decorrentes da regressão industrial. Como o país importava cada vez mais, a dívida externa subiu de 119,7 bilhões de dólares em 1994 para 195,6 bilhões em 2002 e o passivo externo líquido do Brasil, que era de 150,0 bilhões de dólares em 1994⁸⁹, chegou a 487,4 bilhões em dezembro de 2003⁹⁰. O país se tornou mais dependente dos fluxos de capitais que provocam instabilidade cambial, choques inflacionários e dificultam o cálculo da viabilidade de investimentos no médio e longo prazo.

Mas a aplicação do receituário neoliberal não envolveu apenas privatização, desregulamentação e desmonte dos mecanismos do Estado de articulação do desenvolvimento. A aplicação de seus princípios também criou mercados artificiais.

O caso do setor elétrico brasileiro é exemplar⁹¹. Um típico monopólio natural, o sistema elétrico inclui usinas hidrelétricas com diferentes bacias hidrográficas e diversos regimes pluviais, termelétricas, parques eólicos, linhas de transmissão, gasodutos, geradoras de energia, transmissoras, distribuidoras, concessionárias num país continental, o que

⁸⁷ Valores de 1998.

⁸⁸ MAAKAROUN, 2016.

⁸⁹ BATISTA JÚNIOR, 1999, p. 35.

⁹⁰ GENTIL & ARAÚJO, 2012, p. 19.

⁹¹ A esse respeito, ver BURATINI, 2004.

justificava a integração do sistema, requeria planejamento centralizado e crescimento da oferta de energia à frente do consumo para evitar estrangulamento do crescimento da economia.

Para criar um mercado “competitivo” de energia elétrica, não bastava privatizar ativos estatais e liberar as forças de mercado, mas sim criar novas regulamentações e instituições. Foi preciso criar o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (SINTREL) para garantir o acesso à rede de transmissão; a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para regular o setor e defender a concorrência; o Comitê Coordenador da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE) para realizar o planejamento indicativo do setor; o Operador Nacional do Sistema (ONS) para a operacionalização; e o Mercado Atacadista de Energia (MAE) para a comercialização no curto e longo prazo. Para garantir a concorrência, tinha que se controlar a participação cruzada, a capacidade instalada das empresas, o fornecimento e a demanda. Assim como desverticalizar as empresas para ampliar o número de participantes, o que foi realizado com dinheiro público (BNDES) e participação dos fundos de pensão das estatais.

Ocorre que a criação de um “mercado” levou à desorganização do setor, à subida dos preços, à queda de competitividade da economia como um todo e ao “apagão” de 2001. Como os ganhos de produtividade acima da média setorial não são repassados ao consumidor, os cortes de empregos e de manutenção da rede e de equipamentos se tornaram a norma. Os investimentos e a qualidade do serviço caíram, mas os preços finais subiram muito acima da inflação e a lucratividade ainda mais.

Em suma, o caminho trilhado foi diferente daquele imaginado por Fernando Henrique em seu discurso de despedida do Senado, ao dizer que “o maior risco que corríamos no Brasil era o risco do sucesso”⁹². A estabilização da inflação através da ancoragem cambial, exigiu abertura financeira – que facilitava a entrada de capital especulativo de curto prazo –, abertura comercial – para que as importações impusessem um teto para os preços internos – e a criação de um regime cambial semifixo, com flutuação apenas na direção da valorização da moeda nacional, o que significou a manutenção de “juros escorchantes” por todo o governo Fernando Henrique⁹³.

Essa política econômica consolidou o rentismo na dívida pública, tornando o sistema financeiro dominante num país que renunciou às estruturas criadas ao longo da Era Vargas para impulsionar o desenvolvimento econômico. O resultado foi a semi-estagnação da economia (crescimento médio de 2,4% ao ano), fragilidade externa que tornou o país

⁹² CARDOSO, 1995, p. 23.

⁹³ A esse respeito, ver ANTUNES (2017).

suscetível a crises externas enfrentadas com elevação ainda maior dos juros, que tornavam o desemprego e a crise social cada vez maiores.

Frente ao descalabro, o então presidente percebeu que na nova estrutura econômica “não caberia todo mundo”. Tragicamente, Fernando Henrique se transformou num “gerente de crises”.

Em 2021, quando perguntado sobre quais países havia aproveitado o processo de globalização, o ex-presidente disse: “A China aproveitou melhor. Entenderam a importância da tecnologia, deram muita atenção à ciência, à educação. No Brasil, as coisas se deram como se os ganhos viessem de barato, mas não era assim. Tinha que fazer mais esforço [...]. Nós aqui aceitamos muito a marginalização de pessoas e grupos sociais. Não incluímos essa gente⁹⁴”. Teria esquecido que o presidente do Brasil era ele?

iv.

A paralisia do Estado e a perda de seu caráter desenvolvimentista tiveram efeitos igualmente danosos sobre a estrutura do setor privado. Depois que o Estado abandonou seu papel de articulador e de dirigente do processo de desenvolvimento, a economia perdeu o eixo num cenário de abertura comercial, câmbio fortemente valorizado e juros altos. A entrada de produtos importados e a desestruturação do sistema industrial brasileiro ocorreram justamente no momento em que os resultados da III Revolução Industrial foram sendo introduzidos no Brasil. O setor industrial, responsável por boa parte dos empregos de colarinho-branco, assistiu à quebra de inúmeras empresas, incapazes de competir com as importações predatórias.

Não foi apenas a indústria que sofreu com essas transformações. As inovações introduzidas pelo computador e pelas novas tecnologias de comunicação mudaram radicalmente a estrutura das empresas de todos os setores e em todos os lugares do mundo. Essas transformações se desdobraram ao longo das últimas décadas – digitalização, robotização, inteligência artificial, internet das coisas, computação em nuvem, impressão 3D⁹⁵. Na esfera produtiva, os avanços nas tecnologias de informação facilitaram a automação do que não tinha escala suficientemente grande⁹⁶ e deram flexibilidade ao que antes era grande

⁹⁴ BALTHAZAR, 2021.

⁹⁵ Muitos autores falam em uma IV Revolução Industrial, seguindo a linha do programa do Estado alemão chamado Indústria 4.0. Como essas tecnologias, formas de produção e produtos são típicos da III Revolução Industrial, apenas tendo ganhado nova dimensão ao longo dos anos, esta tese não considera que exista uma IV Revolução Industrial.

⁹⁶ “(...) a ‘especialização flexível’ é apresentada como o oposto da produção em massa e, assim, de alguma forma contrária à contínua dominância das grandes corporações. (...) isto subestima a flexibilidade das corporações

demais. Tais mudanças reduziram bastante o emprego do pessoal de fábrica, de operadores de máquinas a engenheiros qualificados.

Mas o maior impacto das inovações da III Revolução Industrial sobre o emprego ocorreu nas atividades administrativas em seu sentido amplo, estimadas em até 2/3 do custo de pessoal de muitas grandes empresas norte-americanas nos anos 1960⁹⁷. A esse problema devem também se adicionar as dificuldades que um grande contingente de funcionários impunha à gestão, como a força dos sindicatos, a perda de controle sobre milhares de funcionários, a lentidão na tomada de decisões e a tendência inevitável da burocracia se expandir sobre si mesma⁹⁸.

A progressiva digitalização dos processos administrativos atacou todos esses problemas, ao reduzir os custos com pessoal e ao tornar acessível à alta gestão tudo o que está acontecendo nas empresas. O trabalho de escritório, que contava com um exército de pessoas qualificadas e com boas remunerações foi fortemente atingido. A destruição desses empregos médios abriu um enorme buraco nas hierarquias burocráticas e levou à polarização do mercado de trabalho⁹⁹. Esse fenômeno, que começou a ser percebido em menor escala no início do século XXI nos países desenvolvidos, foi devastador no caso brasileiro graças ao atraso estrutural e à crise econômica secular na qual o país estava mergulhado.

A perda da capacidade de investir e de articulação das estruturas produtivas por parte do Estado brasileiro tornou o rentismo, em cima dos altos juros da dívida pública, o caminho fácil para todos os setores superavitários da economia. A lógica empresarial passou a ser cada vez mais voltada para a geração de caixa, a ser aplicado na dívida pública, e a valorização dos ativos existentes, guiada principalmente por fusões e aquisições¹⁰⁰.

A desorganização da economia teve efeitos igualmente importantes sobre o mercado de trabalho. Segundo os defensores do Consenso de Washington, o mercado de trabalho brasileiro era excessivamente regulado e apresentava altos custos, o que levava o país a ter altas taxas de desemprego e o impedia de ser competitivo. Para “modernizar” as relações trabalhistas era necessário reduzir os custos com encargos e flexibilizar as relações de

gigantes, que são muito capazes de introduzir nos seus negócios novos métodos de trabalho, novas tecnologias que ampliam a versatilidade e produtos modulares que permitem uma significativa diferenciação do produto enquanto mantêm as práticas de produção em massa” (WEBSTER, 2006, p. 95, tradução nossa).

⁹⁷ A esse respeito, ver BENIGER (1986).

⁹⁸ A esse respeito, ver ANTUNES (2011), item 2.2.

⁹⁹ A respeito da polarização do mercado de trabalho, ver AUTOR (2010), AUTOR, KATZ & KEARNEY (2006), AUTOR, LEVY & MURNANE (2003), HOLZER, LANE, ROSENBLUM & ANDERSON (2011), GOOS & MANNING (2010), GOOS, MANNING & SALOMONS (2010) e GOOS, MANNING & SALOMONS (2011).

¹⁰⁰ A esse respeito, ver LAZONICK (2014).

trabalho, estabelecendo uma relação direta entre capital e trabalho¹⁰¹. Apesar desse diagnóstico, não foi necessário mudar a legislação trabalhista para desregular o mercado, uma vez que a alteração do cenário macroeconômico e o alto desemprego o desestruturaram, reduzindo os custos trabalhistas com a contratação informal e atípica.

Como a população ativa crescia enquanto o nível de emprego formal diminuía, o desemprego elevado se tornou crônico, num país com salários baixos, rotatividade elevada e sistema de proteção social precário. Durante a década de 1990, o número de desempregados passou de 3,0 milhões para 8,0 milhões¹⁰². O aumento do desemprego desorganizou o mercado de trabalho e acirrou a concorrência entre os trabalhadores, forçados a aceitarem empregos informais e com menor remuneração.

Nos sindicatos, o discurso da liberdade sindical, que colocava o Estado como um problema, já ganhava força nas categorias mais organizadas do Brasil desde as greves do final dos anos 1970. Apesar do crescimento do movimento devido à aceleração da inflação na década de 1980, as mudanças do mercado de trabalho durante os anos 1990 levaram à perda de densidade e dinamismo sindical. Frente ao alto desemprego, o número de greves declinou de 4.000 em 1989 para 500 em 1999, sinalizando o enfraquecimento das bases da representação coletiva, do poder de barganha dos sindicatos e do seu papel político¹⁰³.

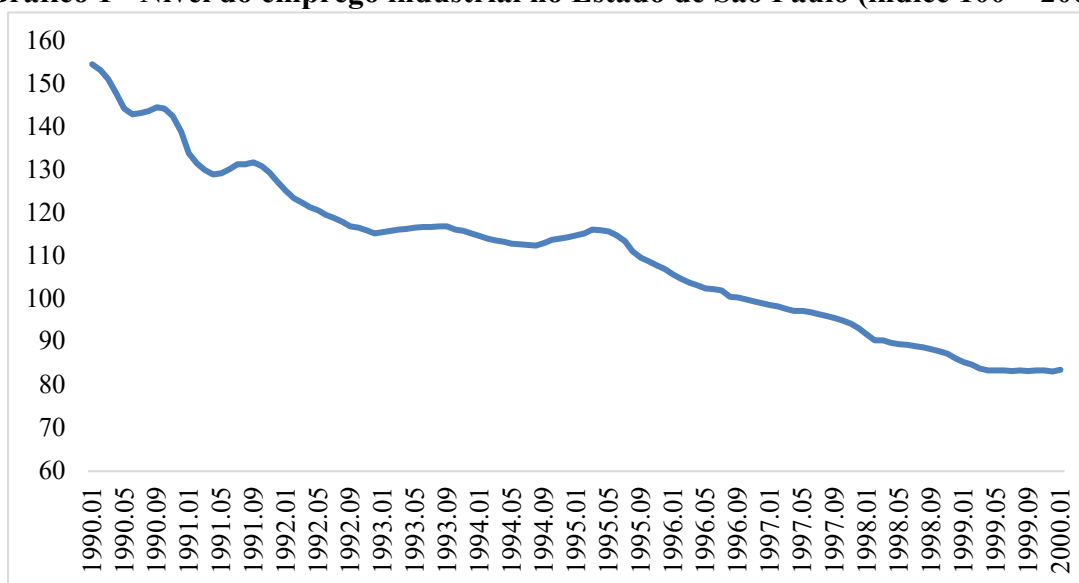
As mudanças estruturais do emprego desmontaram as principais categorias sindicais, especialmente aquelas ligadas à grande indústria moderna, que formavam categorias mais homogêneas, com atividades organizadas num mesmo local de trabalho. A reestruturação produtiva reduziu enormemente o contingente de operários de montadoras de veículos, fabricantes de autopeças, bens de capital e eletroeletrônica, o que pode ser visto no Estado de São Paulo, o maior centro industrial do país (Gráfico 1). A destruição do emprego industrial ocorreu principalmente nas plantas de maior tamanho, onde a coletividade se organizava com mais força¹⁰⁴.

¹⁰¹ MATTOSO & BALTAR, 1997, p. 22.

¹⁰² BALTAR, 2003, p. 125.

¹⁰³ KREIN, 2013, p. 6.

¹⁰⁴ BALTAR, 2003, p. 118.

Gráfico 1 - Nível do emprego industrial no Estado de São Paulo (índice 100 = 2005)

Fonte: Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Levantamento de Conjuntura (Fiesp).

Um bom exemplo é o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo, uma das maiores fábricas do Brasil. No final da década de 1970, quando ocorriam as grandes greves, a fábrica tinha cerca de 43,0 mil trabalhadores. Além de montar veículos, produzia motores, câmbio, transmissão e inúmeras peças. Já em 2009, a fábrica contava com um contingente muito menor de trabalhadores, cerca de 12,0 mil, uma vez que boa parte da produção da empresa havia sido terceirizada, não apenas atividades-meio (segurança, limpeza etc.), como atividades-fim (ferramentaria, usinagem, fundição)¹⁰⁵.

No início da década de 1990 foram eliminados 15,8% dos empregos da indústria de transformação, além de parte importante dos empregos das grandes empresas industriais ter se deslocado para subcontratadas menores¹⁰⁶. Frente à diminuição do número de trabalhadores e de sindicalizados, desde meados dos anos 1990 os sindicatos foram pressionados a adotar uma estratégia defensiva: mais voltada para a manutenção do emprego, do que para o aumento dos salários ou para outras questões mais amplas¹⁰⁷.

Os bancários, outra importante categoria sindical, também sofreram com a mudança nas formas de emprego. Os bancos, que empregavam boa parte dos quadros médios, passaram por acelerada automatização com o uso do caixa eletrônico, das transações *online* e do dinheiro virtual. A queda no número de agências se refletiu no emprego: o setor bancário,

¹⁰⁵ CONCEIÇÃO, 2009.

¹⁰⁶ BALTAR, 2003, p. 119.

¹⁰⁷ RAMALHO & RODRIGUES, 2013, p. 218.

que chegou a empregar 811,5 mil pessoas em 1989¹⁰⁸, empregava 456,0 mil em 2018¹⁰⁹. Não só o número de ocupados diminuiu, mas suas funções foram simplificadas, como foi o caso dos gerentes de agência, hoje vendedores de produtos financeiros para os clientes mais abonados.

Os petroleiros – categoria pequena, porém organizada e influente – também perderam força com a derrota na greve de 1995. Além de ser um setor estratégico para o funcionamento da economia, a organização sindical tinha dimensão política de envergadura por tratar de questões referentes à soberania nacional. A greve durou 33 dias e contou com o apoio dos trabalhadores do setor público como eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos correios e servidores federais, que buscavam recuperar perdas salariais, preservar direitos e lutar contra a quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações¹¹⁰.

O governo Fernando Henrique não cumpriu os acordos que a categoria havia estabelecido com o governo Itamar Franco e solicitou ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) que não reconhecesse a legalidade da greve, bloqueando as contas dos sindicatos e aplicando multas. Dirigentes sindicais foram demitidos, trabalhadores punidos e as refinarias foram ocupadas pelo Exército. A mídia contribuiu para a formação da opinião contra o movimento grevista, com o discurso de que as empresas públicas eram ineficientes e deveriam ser privatizadas, além de seus trabalhadores terem muitos privilégios.

A ampliação de formas precárias de contratação também fragmentou as bases de representação sindical nos outros setores. Os trabalhadores do setor informal (assalariados sem carteira, autônomos sem contribuição para a previdência) e terceirizados tem relações de trabalho frágeis e pouco estáveis, com sindicalização mais baixa que a média nacional¹¹¹. A ampliação dos contratos atípicos, como a “pejotização”, também contribuiu para a não representação desses trabalhadores pelos sindicatos.

O declínio do assalariamento foi acompanhado pelo aumento do trabalho por conta própria, concentrado no comércio de mercadorias e na construção civil (41,9% do trabalho por conta própria vinculado às atividades não-agrícolas), mas também nas atividades de transporte, serviços auxiliares da atividade econômica, atividades sociais e alimentação¹¹². O número de empregos com vínculo formal caiu de 51,9% em 1989 para 42,7% em 1999,

¹⁰⁸ DIEESE *apud* ALMEIDA, 2003, p. 19.

¹⁰⁹ MTE/ Relação Annual de Informações Sociais (RAIS).

¹¹⁰ MARTINS & RODRIGUES, 1999, pp. 157-158.

¹¹¹ “Dos 11.454 sindicatos registrados no Ministério do Trabalho em outubro de 2017, 266 representam autônomos e 476 profissionais liberais”. (GALVÃO et al., 2019, p. 2).

¹¹² BALTAR, 2003, p. 128.

com mais força na indústria de transformação, transporte, comunicação, educação, administração pública, nas quais a formalização era maior (Tabela 3)¹¹³.

Tabela 3 - Grau de formalização do trabalho e composição setorial da ocupação não-agrícola - Brasil (categorias selecionadas)

Setor de atividade	Distribuição		Grau de formalização	
	1989	1999	1989	1999
Indústria de transformação	20,7	15,3	72,5	62,9
Comércio de mercadorias	16,0	17,6	40,6	33,7
Serviço doméstico	8,4	9,9	-	-
Construção civil	8,1	8,6	36,8	20,6
Educação	6,3	7,0	79,9	75,0
Administração pública	6,2	6,1	88,1	82,2
Alojamento e alimentação	4,3	4,7	29,1	27,4
Transporte	4,3	4,5	60,8	43,4

Fonte: BALTAR, 2003, p. 141. A partir dos dados da PNAD/IBGE, 1989 e 1999.

Desde então, o movimento sindical encolheu e perdeu capacidade de articulação e de vocalização das suas demandas. Resistiu somente num setor público em encolhimento, que passou por grandes reduções de pessoal com as privatizações. O enfraquecimento do movimento sindical ajudou a desorganizar o mercado de trabalho, ampliando a força dos empregadores e permitindo formas de contratação mais flexíveis e baratas.

Enfim, o governo Fernando Henrique cumpriu sua promessa de colocar fim à Era Vargas. O projeto de desenvolvimento econômico saiu de cena para nunca mais voltar.

v.

A ascensão da China foi o grande acontecimento do início do século XXI, alterando radicalmente a divisão internacional do trabalho. A acelerada demanda por *commodities* do gigante asiático deu um novo rumo ao Brasil: o da volta à condição de exportador de produtos primários.

Num primeiro momento, o elevado superávit comercial impulsionou o crescimento econômico, amplificado internamente pela política de aumento do salário mínimo do governo de Lula – reajustado de acordo com a inflação do ano anterior e o crescimento do PIB de dois anos anteriores – e seu impacto positivo sobre o mercado de trabalho, a previdência social e os benefícios assistenciais.

¹¹³ BALTAR, 2003, p. 142.

A melhora do mercado de trabalho possibilitou a expansão do crédito consignado e para a compra de duráveis de consumo, criando uma dinâmica virtuosa com a política de valorização do salário mínimo e as melhores condições do mercado de trabalho, que resultaram na elevação do padrão de vida de parcela significativa da população.

Mas o crescimento da renda e do crédito, num cenário de manutenção de juros altos e de câmbio com tendência à valorização, aprofundou a regressão do sistema industrial à medida que permitiu a importação de produtos baratos, principalmente de origem chinesa. O investimento privado acompanhou o aumento da renda, calcado no BNDES, que voltou a canalizar seus recursos para o financiamento de longo prazo e para a formação de grandes grupos nos setores exportadores de produtos primários, mas sem retomar o seu papel de planejador da economia e do avanço industrial.

As questões decisivas ligadas ao planejamento econômico, à capacidade de comando do Estado e à reindustrialização do país não foram tocadas. Os governos Lula e Dilma não reverteram as reformas neoliberais que desestruturaram a economia e o Estado durante os governos de Fernando Henrique.

Antes da eleição de Lula em 2002, o futuro ministro da Fazenda Antônio Palocci elaborou a “Carta ao Povo Brasileiro” e articulou o apoio do sistema financeiro ao novo governo, permitindo que a Febraban nomeasse todo o alto escalão do ministério. Como diria o presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, em agosto de 2006, “havia uma grande dúvida se o PT era um partido de esquerda, e o governo Lula acabou sendo um governo extremamente conservador. (...) como ele [Lula] ficou conservador, agora está para ganhar novamente a eleição e o mercado está tranqüilo”¹¹⁴.

Sem uma reforma financeira e um planejamento avançado, tanto dos encadeamentos como dos impactos macroeconômicos, as discontinuidades da estrutura produtiva foram realçadas, os desequilíbrios cresceram e os gargalos setoriais e externos provocaram problemas de balanço de pagamentos e inflação, levando a ciclos de crescimento curtos.

Apesar disso, o processo de privatização foi paralisado, mas não o de mercantilização dos bens e serviços públicos providos por grandes conglomerados da saúde e da educação, financiado pelo Estado.

No segundo governo Lula (2007-2010), houve uma elevação importante do investimento público em infraestrutura – estradas, linhas de transmissão, petróleo, usinas

¹¹⁴ BARROS, 2006.

hidrelétricas – e subsídios à construção de milhões de habitações populares que foram mantidos nos governos Dilma. O crescimento econômico até ganhou momento, mas a falta de instâncias de planejamento e de sua articulação com a política econômica, fizeram com que não se sustentasse no longo prazo.

A descoberta do petróleo na camada do pré-sal em 2007 pela Petrobras também mudou a lógica neoliberal em relação ao setor. Frente à descoberta de algumas das maiores jazidas de petróleo das últimas décadas, o governo esboçou uma estratégia de planejamento setorial na qual a empresa pública dirigia o setor, desenvolvendo novas tecnologias e articulando empresas através do investimento público na extração e refino de petróleo e no setor naval. O patamar de investimentos anuais da empresa, que foi de pouco mais de 5,0 bilhões de dólares em média nos anos 1990, chegou a 45,0 bilhões de dólares em 2010 – 9,0% do total da formação bruta de capital fixo do país¹¹⁵.

O governo ampliou progressivamente os instrumentos de direcionamento de encomendas, com sucesso na organização de setores e na promoção do investimento, com regras de ampliação do conteúdo local¹¹⁶. Em 2010, o governo alterou o marco regulatório – introdução do modelo de partilha de produção, regra do operador único para a Petrobras e criação da Petróleo do Pré-Sal SA –, capitalizou a Petrobras e criou o Fundo Soberano.

Essa política setorial auxiliou a recuperação do estado do Rio de Janeiro e também ajudou a impulsionar o crescimento econômico, mas não avançou em direção a uma verdadeira política de desenvolvimento. Junto com as demais políticas anticíclicas, essas foram medidas pontuais.

No primeiro governo Dilma já se notava a desaceleração do ciclo de duráveis que se iniciou no governo Lula. As tentativas de reduzir os juros e as tarifas de energia foram atabalhoadas e tomadas sem um planejamento prévio a respeito do rumo que a economia brasileira deveria seguir. A dificuldade de relançar os investimentos públicos e articular parcerias público-privadas na área de infraestrutura foram alguns dos principais fatores que explicam o baixo crescimento econômico em seu governo.

Outra questão que permaneceu ao longo de todo o período foi a desorganização do mercado de trabalho e de suas instâncias de representação. Ainda que o emprego com carteira assinada tivesse aumentado, não era mais o emprego industrial que crescia (Tabela 4),

¹¹⁵ RUAS, 2012, p. 207 e p. 212.

¹¹⁶ Os exemplos de maior sucesso foram os setores naval e de equipamentos submarinos de produção, mas vários setores foram estimulados – tecnologias mecânicas, elétricas, eletrônica, automação, serviços de engenharia e montagem.

mas sim os de serviços com trabalhadores não sindicalizados, seja por trabalharem em unidades pequenas como lojas, seja por serem empresários de si mesmos que concorrem por comissões.

Tabela 4 - Pessoas ocupadas por setor - Brasil

Descrição	2003		2015		Variação
	Milhões de pessoas	(%)	Milhões de pessoas	(%)	
Agrícola	13,6	17,7	10,3	11,2	-24,5
Indústria de Transformação	10,9	14,1	11,2	12,2	3,0
Outras Atividades Industriais	0,7	0,8	0,7	0,8	0,0
Construção	5,1	6,7	8,4	9,2	64,7
Comércio e Reparação	14,1	18,3	17,2	18,8	22,0
Alojamento e Alimentação	2,9	3,7	4,7	5,1	62,1
Transporte, Armazenagem, Comunicação	3,7	4,9	5,3	5,8	43,2
Administração Pública	4,0	5,2	5,0	5,5	25,0
Educação, Saúde e Serviços Sociais	7,2	9,3	10,3	11,2	43,1
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	2,4	3,1	3,4	3,8	41,7
Serviços Domésticos	6,2	8,0	6,3	6,9	1,6
Outras Atividades e Atividades Mal Definidas	5,3	6,8	7,7	8,4	45,3
Setor Financeiro	1,0	1,3	1,2	1,3	20,0
Total	77,2	100,0	91,9	100,0	19,0

Fonte: QUADROS (2020) a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Apesar das melhorias na estrutura ocupacional e nos rendimentos, várias características da desorganização do mercado de trabalho persistiram. A flexibilização avançou com a elevação da rotatividade, o aumento da jornada de trabalho, a ampliação da contratação atípica, o avanço da remuneração variável, da terceirização, da subcontratação e da contratação como pessoa jurídica¹¹⁷.

Em suma, os governos petistas foram marcados por um maior crescimento. Porém, não sustentado e muito aquém das necessidades de reestruturação da economia do Brasil. A manutenção da desestruturação do Estado e da economia realizada pelo governo Fernando Henrique aprofundou a regressão do sistema industrial. A melhora social, decorrente mais da *fortuna* do que da *virtù*, à medida que não estava alicerçada solidamente, redundou numa rápida involução nos anos subsequentes. E tudo terminou melancolicamente com o segundo governo Dilma que, com Joaquim Levy, produziu a maior recessão da história do Brasil.

¹¹⁷ KREIN et al (2011).

As reformas realizadas por Temer (2016-2018) marcaram mais um passo em relação à desestruturação da Era Vargas. Dentre elas, devem ser destacadas a (1) PEC do teto, que limitou os gastos públicos aos valores reais do ano de 2017 durante 20 anos; (2) a ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20,0% para 30,0%, que reduziu adicionalmente o volume de gastos sociais; (3) a reforma trabalhista e a lei da terceirização, que reduziram direitos trabalhistas e tiveram severo impacto sobre a renda macroeconômica e as contas públicas e (4) as mudanças no marco do pré-sal, que privatizaram o petróleo encontrado pela Petrobras e afetaram as perspectivas de futuro geradas por essa grande descoberta.

O governo Bolsonaro, por sua vez, deu continuidade às privatizações, com destaque para a continuidade do desmonte da Petrobras, e concedeu autonomia formal ao Banco Central, convertendo-o numa espécie de quarto poder, independente das orientações governamentais.

Todas essas mudanças recentes engessaram ainda mais o Estado e as políticas públicas, ampliando o espaço para o rentismo numa sociedade profundamente desigual. Seus efeitos sobre o mercado de trabalho aprofundaram sua desestruturação, assim como o desemprego e a piora nas condições de vida. Soma-se a isso o fato de o avanço tecnológico recente ter acelerado o processo de “uberização” das relações de trabalho, em que poucas e grandes empresas de aplicativos e plataformas digitais se eximem de qualquer responsabilidade ou obrigação com seus prestadores de serviços ou “parceiros cadastrados”.

O recente aumento do número de sindicatos, de 7,6 mil em 1991 para 11,4 mil em 2017,¹¹⁸ não significou maior força ou crescimento do movimento sindical, mas apenas a pulverização das categorias profissionais, tornando-os cada vez menores, menos representativos e mera fonte de recursos para os seus dirigentes. As negociações coletivas e os espaços de interlocução política se descentralizaram e se enfraqueceram. Apesar de existirem muitos sindicatos, grande parte deles não tem relação estreita com a sua base, sendo instituições burocratizadas e sem representatividade, especialmente aquelas ligadas aos empregos precários¹¹⁹.

Com a depressão econômica iniciada em 2015 e a reforma trabalhista aprovada em 2017, o raio de ação dos sindicatos encolheu ainda mais, frente ao alto desemprego e às novas possibilidades de negociações individuais e de rescisão contratual sem intermediação sindical. O fim do imposto sindical obrigou sindicatos a reduzirem custos com pessoal e

¹¹⁸ GALVÃO et al., 2019, p. 17.

¹¹⁹ GALVÃO et al., 2019, p. 14.

estrutura física, para não mencionar os que fecharam – entre 2017 e 2019 a receita dos sindicatos caiu de 2,3 bilhões de reais para 37,0 milhões¹²⁰. Enquanto na década de 1980 a taxa de sindicalização chegou a 32,0%, em 2019 caiu para 11,2%¹²¹.

Como a estrutura do emprego criada nos governos petistas era frágil, a crise econômica gerada por Dilma e aprofundada por Temer e Bolsonaro provocou um forte e rápido retrocesso. A redução do emprego industrial e o enorme processo de concentração empresarial reduziram os empregos de melhor qualidade concomitantemente ao avanço do emprego em serviços incapazes de resistir a uma crise profunda e duradoura, como os pequenos e médios negócios. O resultado é o desemprego em massa, num cenário de concorrência selvagem.

A desestruturação social também pode ser vista na queda do empresário tradicional e de seus gerentes, uma vez que boa parte das grandes empresas nacionais quebrou ou foi vendida. Com a disseminação do neoliberalismo e a prevalência da lógica rentista nas empresas, a alta administração foi ocupada por novos executivos e CEOs, mais preocupados com a valorização das ações no curto prazo, suas carreiras individuais, suas remunerações e novas oportunidades de colocação futura do que com os destinos de longo prazo da companhia em que estão momentaneamente. Esses executivos se tornaram funcionários indiferenciados do dinheiro, movidos mais por interesses individuais do que da empresa. O enfraquecimento das entidades das classes empresariais, como a FIESP, também foi resultado deste processo. Numa sociedade estagnada como a brasileira, prevalece o rentista, a figura que vive da renda de ativos existentes numa economia sem inovação e crescimento, como já disse Schumpeter¹²².

De uma perspectiva histórica mais ampla, o neoliberalismo desorganizou a estrutura de classes do capitalismo tardio: classe trabalhadora, média e capitalista. Frente à dissolução da estrutura do mercado de trabalho, vê-se uma nova configuração emergir: de um lado, rentistas, seus sócios menores e seus clientes, que lhes oferecem serviços; de outro, trabalhadores em geral. Não uma classe trabalhadora homogênea, mas uma miríade de posições que varia ao longo do tempo – de acordo com a qualificação e o “capital social” – num ambiente de concorrência selvagem.

¹²⁰ FUCS, 2021.

¹²¹ PNAD/ IBGE.

¹²² SCHUMPETER, 1982.

Capítulo 3 - Um Retrato da Economia Brasileira Atual

O retrato da economia brasileira aqui apresentado é consequência direta das decisões tomadas a partir dos anos 1990, que alargaram o descompasso entre o país com o resto do mundo desenvolvido.

Neste capítulo serão discutidas as estruturas econômicas resultantes dessa regressão, que apontam para uma estagnação secular.

No primeiro item, à *vol d'oiseau*, serão examinados os principais traços do agronegócio e a caracterização de seus controladores. O avanço extraordinário do capitalismo no campo, que se tornou o novo centro de gravidade da economia, contrasta com a regressão dramática do sistema industrial.

A decadência da indústria brasileira, concomitante ao avanço da globalização e à aceleração da III Revolução Industrial e Tecnológica, é o objeto do segundo item. Ainda há indústrias que produzem riqueza em escala significativa, como a de alimentos e bebidas, a de cosméticos e a farmacêutica. Mas o setor como um todo se tornou pequeno, ultrapassado e desarticulado.

Os grandes saldos comerciais gerados pelo agronegócio permitiram a acumulação de reservas e a importação em massa de bens de consumo ao longo dos governos Lula e Dilma I. Esse fato teve grandes consequências sobre o comércio varejista, assunto do terceiro item. O setor “colou” no desempenho do capitalismo agrário, tornando-se importador e desconectando-se do dinamismo da indústria tal como ocorria no período 1930-1980. O comércio varejista também cresceu com a concessão de crédito e passou por um forte processo de concentração e centralização, produzindo bilionários e multimilionários como nunca.

Outra tendência importante das últimas décadas foi a progressiva mercantilização de setores e atividades de natureza eminentemente pública, tratada no quarto item. A falta de investimentos degradou os serviços públicos, abrindo espaço para o crescimento da oferta privada e a penetração da lógica rentista na saúde e na educação. Quais países, além do Brasil, têm bilionários ligados a escolas, universidades e hospitais? A segurança também se tornou crescentemente privada frente ao agravamento da crise social e ao extraordinário avanço do crime organizado no Brasil.

A dominância das finanças, tratada no quinto item, é certamente o aspecto central das mudanças estruturais das últimas décadas. O Sistema Financeiro brasileiro se tornou um dos mais concentrados do mundo, com pouquíssimas instituições que controlam a maior parte dos ativos e do crédito. Esses grandes bancos e fundos estrangeiros e nacionais reorganizaram a estrutura da propriedade e da riqueza, submetendo todas as outras esferas da vida econômica

ao seu controle, inclusive o Estado brasileiro por meio da dívida pública. É para o Sistema Financeiro que confluem todos os grandes interesses, numa lógica de valorização dos ativos existentes em oposição ao investimento novo e ao crescimento econômico. No Sistema Financeiro estão não apenas os mais ricos do Brasil, mas os detentores estratégicos do dinheiro e do poder.

Em seguida, serão feitas algumas observações sobre os responsáveis pela gestão do capital: grandes escritórios de advocacia empresarial, grandes grupos na área de propaganda e *marketing*, de relações públicas, de auditoria e de tecnologia da informação que ocuparam o espaço antes preenchido por profissionais liberais.

É somente a partir desse quadro mais amplo que se torna possível vislumbrar a regressão econômica brasileira e suas razões.

3.1. A Supremacia do Agronegócio

Ao se olhar para o Brasil no fim do governo Juscelino Kubitschek, via-se um sistema industrial avançado e, ao seu lado, uma agricultura mergulhada no atraso. Basta dizer que a estrutura agropecuária continuava a ser dominada pelo latifúndio de baixa produtividade, que convivia com o minifúndio abandonado ao seu próprio destino. A miséria e a pobreza no campo eram chocantes. O país era importador líquido de alimentos tais como cereais e carne de frango. E o café, como há mais de século, continuava a ser o maior produto de exportação do Brasil, representando mais de 50,0% das exportações totais¹²³.

O prosseguimento do crescimento econômico e demográfico e a rápida urbanização colocavam o aumento da oferta alimentar como indispensável, sob o risco de elevar o custo de vida da população citadina e de causar crises de desabastecimento.

Pois bem: em algumas décadas, o Brasil passaria a ser o maior produtor de soja, açúcar, etanol, laranja, carnes processadas e o segundo de milho. O país continua a ser um dos maiores produtores de café, mas suas exportações correspondem a uma parcela diminuta das exportações totais. É a história dessa extraordinária façanha que será contada agora. Sem deixar de lado, é claro, suas mazelas.

No início dos anos 1960, à esquerda havia, de um lado, os que apontavam o caráter feudal da agricultura e propunham uma reforma agrária, tal como Alberto Passos Guimarães em Quatro Séculos de Latifúndio. De outro lado, Caio Prado Júnior à frente, havia os que afirmavam a natureza capitalista do campo e recomendavam, especialmente, a extensão da

¹²³ VIEIRA FILHO & FISHLOW, 2017, p. 97.

legislação trabalhista aos trabalhadores rurais¹²⁴. É preciso sublinhar que nunca houve uma nobreza ou aristocracia no Brasil, mas um senhoriato, assim como nunca houve um campesinato tal como na Europa. Havia assalariamento em parte da agricultura, ainda que o trabalho assalariado andasse entrelaçado com formas pré-capitalistas, como a parceria, caso do colonato do café.

A pobreza analítica era ainda maior à direita. A Sociedade Rural Brasileira de Sálvio de Almeida Prado se apoiava no direito “sagrado” da propriedade e na tradição, contra qualquer alteração do *status quo*. Defendia o primado da propriedade como fundamento de uma sociedade liberal e democrática e a eficiência econômica da estrutura existente¹²⁵. Queixava-se também que os sucessivos governos privilegiaram somente a indústria, deixando a agricultura à margem.

É preciso entender que o desenvolvimento do capitalismo no campo era um projeto político e econômico prioritário dos vencedores de 1964. Para Castelo Branco, primeiro presidente militar, a modernização do campo tinha de ser simultânea ao reordenamento da estrutura fundiária, de modo a conjugar a ampliação da produtividade e da oferta de alimentos com a diminuição do êxodo rural e das desigualdades entre o campo e a cidade¹²⁶. O governo Castelo Branco não só não revogou o Estatuto do Trabalhador Rural, originário do governo Jango e que estendia a CLT aos trabalhadores rurais, como, desde a primeira reunião ministerial, afirmou a importância da questão do campo. Para encaminhar a solução dessas questões, ainda no início do governo foi criado o Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET), subordinado diretamente ao Ministro do Planejamento Roberto Campos e coordenado por Paulo Assis Ribeiro, um dos principais nomes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais do Rio de Janeiro (IPES-RJ)¹²⁷.

O grupo, secretariado por Júlio César Belisário Viana, sobrinho do presidente Castelo Branco, reunia-se constantemente com o general Golbery do Couto e Silva e contava com membros que participaram da “Revisão Agrária de São Paulo” no governador Carvalho Pinto e representantes do Ministério do Planejamento egressos do IPES-RJ. O grupo paulista era contra a reforma agrária e defendia a colonização como solução para o problema do campo, temendo a desorganização que poderia ser provocada pelo questionamento da propriedade

¹²⁴ Ver PRADO JÚNIOR (1979).

¹²⁵ MOTTA, 2006, p. 245.

¹²⁶ SALIS, 2008, p. 182. Para Castelo Branco, “o sistema de incentivos destinados a acelerar a industrialização nacional não se fez acompanhar de iniciativas que também estimulassem a expansão da agricultura de modo compatível com o desenvolvimento harmônico do País” (CASTELO BRANCO, 1964, Discurso de 04 de setembro de 1964).

¹²⁷ SALIS, 2008, p. 95. A respeito do IPES, ver DREIFUSS (1987).

rural. O grupo carioca, por outro lado, desejava uma modernização do campo, que elevasse a produtividade e alterasse a estrutura fundiária¹²⁸. Castelo Branco participou pessoalmente da redação do “Estatuto da Terra”, resolveu seus impasses e, depois de finalizado, negociou diretamente com o Congresso, que o aprovou em novembro de 1964.

O “Estatuto” distinguia claramente a política agrícola de modernização do campo da política de reforma agrária, que buscava alterar a estrutura fundiária em regiões atrasadas como o Nordeste. A nova política agrícola era consensual e do agrado dos proprietários rurais, que receberam generosos benefícios. Mas o “Estatuto” alteraria também a estrutura fundiária, limitando a formação de latifúndios rurais através (1) da arrecadação de terras não tituladas, (2) da desapropriação por interesse social, com exceção das empresas rurais, (3) da tributação progressiva e direcionada e (4) dos projetos de colonização, o que demandava um trabalho prévio de atualização dos cadastros rurais e do zoneamento¹²⁹. As resistências às mudanças foram grandes entre os militares mais conservadores e a UDN do Presidente do Congresso, Bilac Pinto, que tinha Delfim Netto como seu principal assessor¹³⁰.

Com a saída de Castelo Branco em 1967, a transformação da estrutura fundiária foi praticamente abandonada pelos presidentes gaúchos – Costa e Silva, Médici e Geisel¹³¹. Considerada equivocada, a reforma agrária foi desidratada e passou a ser vista como mera política social de assentamento de colonos¹³². O Ministro da Fazenda Delfim Netto, o czar da economia entre 1967 e 1973, seguiu apenas a linha que já era explícita nos seus textos e nas teses que orientava na USP: modernização sem reforma¹³³.

O desenho da política agrícola, realizado pela cúpula do regime em conjunto com um corpo técnico altamente qualificado, contou com a colaboração de Delfim Netto, que a implementou com competência. A política estava assentada em três pilares: (1) no crédito abundante e subsidiado, que incluía preços mínimos e subsídios às exportações; (2) na pesquisa, desenvolvimento e difusão da inovação; e (3) na expansão das terras agriculturáveis com o deslocamento da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste.

A modernização de uma estrutura agrária tão atrasada como a brasileira requeria um alto volume de inversões que só foi possível graças à enorme injeção de crédito público e

¹²⁸ CAMPOS, 1994, p. 685.

¹²⁹ DELGADO, 1984, pp. 99-100.

¹³⁰ Segundo Roberto Campos, Delfim Netto zombava da reforma agrária, dizendo que criaria “chácaras na Amazônia” e que transformaria as grandes propriedades agrícolas em minifúndios inexpressivos. A esse respeito ver, CAMPOS, 1994, p. 690.

¹³¹ A esse respeito, ver SALIS, 2008, capítulos 2 e 3.

¹³² A colonização assentou apenas 156.678 pessoas até setembro de 1983, das quais 35.264 pessoas apenas receberam a concessão da posse já existente (DELGADO, 1984, p. 98-99).

¹³³ DELGADO, 2001, pp. 160-161.

outros subsídios. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), estabelecido em 1965, era financiado com parte do depósito compulsório dos bancos. O papel do Banco do Brasil foi fundamental, visto que chegou a oferecer 79,0% de todo o crédito rural em 1979¹³⁴. Já o BNDE era responsável pelo financiamento de tratores e máquinas pesadas. Naturalmente, os bancos privados direcionaram o crédito aos maiores produtores.

Os velhos latifúndios, arcaicos e pouco produtivos, passaram a receber grandes volumes de crédito, que chegaram a exceder a própria renda agrícola em 1975 e 1976 (120,0% e 115,5%, respectivamente)¹³⁵. No caso do cultivo da soja, o crédito de custeio equivalia a 41,5% do total da produção em 1977¹³⁶. Além de seu alto volume, que totalizou 1,8 trilhão de reais em valores atuais entre 1970 e 1989 (**Tabela 5**), o crédito era bastante subsidiado, com taxas negativas que chegaram a 73,9% ao ano em 1980¹³⁷, e a disparada da inflação ao longo da década certamente aumentou o nível de subsídio implícito. Outro exemplo de subsídio foi a utilização de fundos públicos como o Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG): na compra de fertilizantes, arcava com quase metade dos juros a serem pagos¹³⁸. Os incentivos à exportação ampliavam ainda mais as vantagens de um setor que recebia recursos públicos para se modernizar e ampliar a produção de alimentos e as exportações. Os subsídios para a exportação de produtos primários no início dos anos 1970 variavam entre 10,5% a 14,5% do valor exportado¹³⁹.

¹³⁴ OLIVEIRA & MONTEZANO, 1982, p. 153. O Banco do Nordeste (BNB) também teve papel importante no crédito rural para os Estados do Nordeste.

¹³⁵ SERVILHA, 1994, p. 141.

¹³⁶ Ibidem, p. 115. A relação crédito de custeio sobre o valor da produção chegou a 101,0% no caso do trigo no mesmo ano. A respeito das taxas de juros reais negativas praticadas no crédito rural, ver MATA (1982).

¹³⁷ DELGADO, 1984, p. 79.

¹³⁸ SERVILHA, 1994, p. 80. A taxa de juros nominal para a compra de fertilizantes era de 15,0% a.a. para uma taxa de inflação na casa de 20,0% a.a. O fundo arcava com 7,0 pontos percentuais dos juros a serem pagos.

¹³⁹ SERVILHA, 1994, p. 112. O saldo comercial da agricultura subiu de 884,0 milhões de dólares em 1967 para 5,4 bilhões de dólares em 1980 (DELGADO, 1984, p. 25).

Tabela 5 - Evolução do crédito agrícola de 1970 a 1996 (R\$ de 2019)

Ano	Valores (em bilhões de reais)	Anual (%)	Ano	Valores. (em bilhões de reais)	Anual (%)
1970	33,1	-	1984	51,9	38,9
1971	38,3	15,6	1985	73,8	42,6
1972	47,5	23,7	1986	110,2	49,1
1973	67,1	41,5	1987	87,0	21,2
1974	82,6	23,6	1988	61,5	29,4
1975	120,9	45,8	1989	55,9	8,7
1976	123,7	2,5	1990	31,9	42,9
1977	110,6	-10,7	1991	33,1	3,2
1978	112,2	1,7	1992	36,7	10,9
1979	140,1	24,6	1993	31,5	14,1
1980	133,7	-4,4	1994	45,5	44,5
1981	116,1	-13,5	1995	28,7	36,7
1982	112,5	-3,2	1996	25,1	12,6
1983	85,0	-24,5			

Fonte: DEFANTE et al., 1999, p. 96. A partir dos dados do Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil - Departamento de Cadastro IBGE. Os valores da tabela original foram inflacionados pelo INPC do período.

Naturalmente, o crédito farto e subsidiado se concentrou nas mãos dos maiores produtores, que tinham melhores garantias a oferecer e fluxos de caixa maiores e mais constantes. Os 10 mil maiores estabelecimentos (1% do total) concentravam 38,2% do total do crédito e 44,9% das terras em 1977, enquanto 80,0% dos estabelecimentos rurais não tinham acesso a nenhum tipo de crédito oficial¹⁴⁰. A participação dos pequenos produtores no crédito minguou à medida que o capitalismo no campo avançou, o que pode ser visto na Tabela 6.

¹⁴⁰ A esse respeito, ver PINTO (1980) *apud* SERVILHA (1994).

Tabela 6 - Empréstimos rurais segundo a finalidade e a classe de produtores (em % do valor dos empréstimos) - 1966 a 1976

Ano	Agricultura			Pecuária		
	Pequenos produtores	Médios produtores	Grandes produtores	Pequenos produtores	Médios produtores	Grandes produtores
1966	34,13	45,6	20,27	33,27	54,34	12,39
1967	32,29	47,2	20,51	39,23	55,3	5,47
1968	31,07	49,72	19,21	39,53	45,93	14,54
1969	30,95	45,21	23,24	42,54	42,11	15,35
1970	27,57	47,16	25,27	39,45	45,91	14,64
1971	24,61	43,99	31,4	30,32	51,26	18,42
1972	20,69	42,17	37,14	28,92	50,09	20,99
1973	17,22	38,75	44,03	17,42	47,62	34,95
1974	15,12	37,43	47,45	17,24	48,41	34,35
1975	11,77	34,18	54,05	15,06	49,48	35,42
1976	11,38	35,09	53,53	12,12	40,97	46,91

Fonte: SERVILHA, 1994, p. 121. A partir dos dados da Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito (COMCRED).

A política de preços mínimos, um seguro importante contra os riscos de superprodução agrícola, criada ainda nos anos 1940, começou a ser mais efetiva apenas em 1963, ainda no governo João Goulart. Em 1966, a política de preços mínimos – estendida aos beneficiadores, aos exportadores e à agroindústria – ganhou novos contornos, operando através da concessão de crédito de pré-comercialização com a produção dada como garantia¹⁴¹. A política de preços mínimos como adiantamento de crédito se acentuou ao longo dos anos, sendo incorporada à política de crédito rural geral, com os preços mínimos se mantendo como referência para o crédito de custeio e comercialização (**Tabela 7**)¹⁴².

¹⁴¹ DELGADO, 1977, p. 24.

¹⁴² SERVILHA, 1994, p. 156.

Tabela 7 - Compras e financiamentos da política de preços mínimos do Brasil*

Ano	Compras diretas (% sobre o total)	Financiamentos (% sobre o total)
1965	88,4	11,6
1966	0,0	100,0
1967	18,5	81,5
1968	17,5	82,5
1969	1,8	98,2
1970	32,1	67,9
1971	3,6	96,4
1972	2,6	74,4
1973	2,2	97,8

*Excluídos a aquisição e o financiamento do café.

Fonte: SERVILHA, 1994, p. 157.

Outro importante pilar da política agrícola foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1973, com o objetivo de promover e articular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico da agropecuária no país. Sua consolidação contou com elevados investimentos: entre o ano de sua fundação até 1982, a instituição recebeu um investimento médio anual de 1,1 bilhão de reais; entre 1982 a 1991, ao redor de 1,6 bilhão ao ano; e, entre 1991 a 2013, 1,8 bilhão de reais ao ano¹⁴³.

Um dos principais desafios da instituição era formar uma rede de pesquisadores, capazes de absorver a fronteira do conhecimento agrícola mundial e adaptá-lo às peculiaridades de um país tropical. Para isso, a instituição criou uma carreira focada na qualificação científica, chegando em 2013 a ter 2.429 pesquisadores, sendo 83% deles doutores¹⁴⁴. A pesquisa estava voltada para três áreas: melhoria dos solos tropicais degradados; melhoramento de plantas e engenharia genética; e desenvolvimento de manejo integrado¹⁴⁵. Logo em seguida à sua fundação, foi também criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), com o objetivo de difundir inovações e prestar assistência técnica aos produtores.

Sem os esforços de pesquisa da Embrapa em suas várias áreas, a incorporação das terras do cerrado nos anos 1970 e 1980 seria inviável. Técnicas de correção do solo ácido do cerrado ampliaram a área agricultável. O melhoramento genético da soja permitiu sua

¹⁴³ VIEIRA FILHO & FISHLOW, 2017, p. 112. Valores em reais de 2013.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 114.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 72.

adaptação ao clima tropical, e o encurtamento do ciclo da planta tornou possível duas colheitas ao ano. Os esforços de fixação biológica de nitrogênio aumentaram a produção com menor uso de fertilizantes, com custos menores. A difusão da técnica de plantio direto – como técnica de preparo do solo no Brasil – diminuiu os efeitos da erosão, aumentou a retenção de água e o sequestro de carbono¹⁴⁶. O uso da pastagem cultivada e o seu melhoramento genético também foi fundamental para garantir o alto rendimento da produção pecuária¹⁴⁷, reduzindo o tempo médio para o abate animal.

O terceiro pilar foi a expansão do território. Ainda que houvesse grande disponibilidade de terras no Centro-Oeste, a região, hoje ocupada em grande medida pela soja, pelo algodão, pelo milho e pela pecuária, era naturalmente inadequada para as atividades agrícolas¹⁴⁸. Sem a “criação” de novas áreas agriculturáveis, não seria possível expandir tantas culturas diferentes ao mesmo tempo. Esse movimento também era importante em razão da exaustão das terras, típica da agricultura brasileira tradicional.

A ocupação do território sempre foi uma aspiração nacional, que ganhou concretude com a construção de Brasília e o início da construção da rodovia Belém-Brasília (1959). É preciso sublinhar que não há movimento de ocupação territorial sem investimentos públicos maciços em infraestrutura – transporte, energia, telecomunicações – e na estruturação das cidades rurbanas, que exige investimentos em saúde, educação, segurança, justiça, água, esgoto, arruamento, pavimentação, iluminação.

O movimento de “criação” de novas terras agriculturáveis e o avanço da fronteira agrícola também levaram à transformação da terra rural em ativo financeiro, comprada por grandes empresas que abocanhavam a valorização imobiliária. A acumulação de terras na fronteira agrícola se tornou uma estratégia de valorização patrimonial de longo prazo. Empresas dos mais diversos tipos, seguradoras como a Sul-América, industriais como a Belgo-Mineira, bancos como o Bozano-Simonsen e Itaú, tornaram-se grandes proprietários de terras nos anos 1970¹⁴⁹. Ao darem algum uso produtivo à terra, seus proprietários também ganhavam acesso ao farto e generoso crédito rural. Esse fenômeno pode ser visto na contínua valorização das terras ao longo da década de 1970¹⁵⁰ e, nos últimos 20 anos, na nova fronteira de expansão do cerrado conhecida como “Matopiba”, municípios que compõem os estados do

¹⁴⁶ Ibidem, p. 106.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 72.

¹⁴⁸ HEREDIA et al., 2010, p. 169.

¹⁴⁹ A esse respeito ver DELGADO (1984) e SILVA & KAGEYAMA (1996).

¹⁵⁰ DELGADO, 1984, p. 105.

Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, cujo dinamismo se assenta na produção de grãos, especialmente da soja.

A ocupação do Centro-Oeste também dependia de homens que se deslocassem para essa área quase deserta. O fluxo migratório em direção ao cerrado brasileiro foi protagonizado pela figura do “gaúcho”, um misto de aventureiro e trabalhador. Eram famílias de pequenos e médios agricultores oriundas da região Sul¹⁵¹, que já haviam participado de projetos de colonização nos anos 1950 e 1960 em Santa Catarina e no Paraná e procuravam novas terras devido às tensões criadas em razão do crescimento das próprias famílias.

Além daqueles que se deslocaram de forma independente, a migração para o Centro-Oeste contou com a atuação de colonizadoras privadas, responsáveis por uma ocupação mais densa dessas áreas¹⁵². Outra parte desses deslocamentos foi promovida pelo Estado. É o caso dos assentamentos do Incra que estiveram na origem de alguns municípios sojicultores do Mato Grosso, ou nos lugares em que o Estado atuou de forma associada a cooperativas do Sul ou do Sudeste para fixar colonos interessados em se estabelecer no cerrado.

Apenas o estado do Mato Grosso, entre 1980 e 1991, recebeu mais de 500 mil migrantes, com contingentes expressivos vindos do Paraná, São Paulo, Rondônia, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul¹⁵³. No Censo Demográfico de 2010, o Mato Grosso era habitado por 3 milhões de pessoas, um aumento de 166,5% em relação à década de 1980. Quando analisadas as principais cidades do agronegócio, o crescimento é ainda mais expressivo. Por exemplo, Lucas do Rio Verde tinha 6.693 habitantes em 1991 e 45.556 em 2010; Sorriso tinha 16.107 em 1991 e 66.521 em 2010¹⁵⁴.

¹⁵¹ ALMEIDA, 2013, p. 25.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Indicadores socioeconômicos do Mato Grosso, p. 64. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/cursos/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12540-mato-grosso>>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

¹⁵⁴ IBGE, Censo Demográfico.

Tabela 8 - População residente nos principais estados do agronegócio

	1970	1980	1991	2000	2010	Variação % (1970-2010)
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799	104,8
Tocantins	-	-	919.863	1.157.690	1.383.445	-
Maranhão	2.992.678	3.996.444	4.930.253	5.657.552	6.574.789	119,7
Piauí	1.680.573	2.139.196	2.582.137	2.843.428	3.118.360	85,6
Bahia	7.493.437	9.455.392	11.867.991	13.085.769	14.016.906	87,1
Mato Grosso do Sul	-	1.369.769	1.780.373	2.078.070	2.449.024	-
Mato Grosso	1.597.009	1.138.918	2.027.231	2.505.245	3.035.122	90,1
Goiás	2.938.029	3.860.174	4.018.903	5.004.197	6.003.788	104,3
SUBTOTAL	16.701.726	21.959.893	28.126.751	32.331.951	36.581.434	119,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2019). Elaboração própria.

São essas as bases do surgimento e ocupação de muitas cidades do Centro-Oeste a partir dos anos 1980. Apenas no estado do Mato Grosso, entre os anos 1980 e 2010, o crescimento do número de cidades foi de 156% (Tabela 9). O grau de urbanização do Estado passou de 57,5% em 1980 para 75,8% já em 1996¹⁵⁵.

Tabela 9 - Número de Municípios no Estado de Mato Grosso

Classes de tamanho da população	Anos				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	34	55	95	126	141
Até 2.000 pessoas	2	1	1	2	4
De 2.001 a 5.000 pessoas	4	4	9	28	32
De 5.001 a 10.000 pessoas	9	11	32	34	31
De 10.001 a 20.000 pessoas	12	25	31	40	45
De 20.001 a 50.000 pessoas	4	10	17	15	20
De 50.001 a 100.000 pessoas	2	3	2	4	5
Mais de 100.000 pessoas	1	1	3	3	4
De 100.001 a 500.000 pessoas	1	1	3	3	3
Mais de 500.000 pessoas	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2019). Elaboração própria.

Esse conjunto de políticas possibilitou o desenvolvimento de inúmeras culturas novas e reduziu o atraso tecnológico do Brasil em relação ao resto do mundo. A enorme injeção de crédito a taxas de juros reais negativas possibilitou, por exemplo, o uso de tratores e máquinas cada vez mais potentes. Em 10 anos, entre 1970 e 1980, o número de tratores aumentou 228% (Tabela 10), produzidos internamente por empresas estrangeiras como a Massey-Ferguson, John Deere e Case New Holland.

¹⁵⁵ Ibidem.

**Tabela 10 - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários
(unidades)**

	1970	1980	1995	2006	2017	Variação % (1970-2017)
Brasil	165.870	545.205	803.742	820.718	1.228.634	640,7
Tocantins	-	-	7.950	9.942	18.054	-
Maranhão	168	2.304	3.965	6.045	10.308	6035,7
Piauí	244	1.622	2.402	3.813	5.179	2022,5
Bahia	1.838	13.349	25.443	27.587	38.538	1996,7
Mato Grosso do Sul	-	23.162	36.387	37.900	52.865	-
Mato Grosso	4.386	11.156	32.752	42.330	71.042	1519,7
Goiás	5.692	27.600	43.313	44.832	68.964	1111,6

Fonte: Censo Agropecuário (2019). Elaboração própria.

Essa integração com a indústria também ocorreu no setor de fertilizantes, como os fosfatados, nitrogenados e granulados NPK, majoritariamente produzidos por empresas estatais. Além da integração para trás, a articulação entre a agropecuária e a indústria também ocorreu para a frente, na indústria de processamento. Grupos como Sadia, Ometto, Cica, Refinações de Milho Brasil, Guatapará-Silva Gordo, Klabin, Matarazzo já tinham porte relevante no país. Ganharam escala e passaram a demandar fluxos elevados e constantes de produtos agrícolas para o mercado interno e externo, apoiado em subsídios substanciais. Um exemplo é a integração ocorrida no setor de aves. Desde a década 1970, o setor foi transformado pelo modelo de integração vertical, em que as empresas processadoras controlam o processo produtivo por meio do fornecimento de pintos, medicamentos, ração e outros insumos e assistência técnica aos produtores que, por sua vez, são responsáveis pela criação das aves até o abate¹⁵⁶.

O capitalismo no campo avançou nos anos 1980, mesmo diante da disparada da inflação e da desaceleração econômica causadas pela crise da dívida externa. Os recursos se reduziram ao final dos anos 1980, chegando a cair 60,0% em relação ao pico em 1979, ainda que o montante total de crédito da década tenha sido equivalente ao da anterior (**Tabela 5**). A contração do crédito ocorreu principalmente para investimentos, um problema menor, uma vez que os grandes produtores já estavam capitalizados¹⁵⁷. Os grandes produtores tinham

¹⁵⁶ EMBRAPA, 2019, p. 20.

¹⁵⁷ DEFANTE et al., 1999, pp. 108-109.

acesso a crédito, por terem mais garantias e menos riscos. Também contribuíam com o aumento das exportações, uma das prioridades do governo àquele momento¹⁵⁸.

O desenvolvimento capitalista da agricultura planejado pelos vencedores de 1964, que se baseava na articulação entre o Estado e o setor privado, estava plenamente estabelecido. Havia grandes empresas capitalizadas, articuladas à indústria e ao comércio exterior, com um sistema de inovação e investimentos garantidos pelo Estado. Produzia-se de tudo e havia espaço para todas as culturas crescerem.

Nos anos 1990, a liberalização econômica expôs o setor a um “choque de competição” com a redução do nível de proteção, o fim das licenças de exportação, do controle de estoques reguladores de alimentos e da política de preços mínimos. A globalização e a integração dos mercados financeiros ampliaram a especulação com *commodities* e tornaram os mercados futuros altamente voláteis, expondo os produtores a variações abruptas dos resultados, chegando até a quebra de grandes empresas. A instabilidade cambial no Brasil agravou esse cenário.

Ao longo dos anos 1990, os baixos preços das *commodities* em reais e a alta dívida agrícola levaram muitos produtores, especialmente os marginais, a abandonarem a atividade. Os níveis de inadimplência rural subiram de 22,9% em julho de 1994 para 54,7% em setembro de 1997¹⁵⁹. Em meio a esse cenário, o governo realizou vários planos de renogociação de dívidas para salvar os produtores mais bem posicionados. A aprovação da Lei n. 9.138, em 1995, autorizou a securitização da dívida agrícola, com o objetivo de alongá-la e substituir os instrumentos de créditos originais por títulos de emissão governamental de vencimento futuro. Além desta, houve mais duas ondas de securitização da dívida rural, com a Resolução n. 2.471, de 1998 (conhecida como Pesa), e com a promulgação da Lei n. 10.437 em 2002¹⁶⁰.

Para os grandes produtores, o crédito, apesar de agora sujeito a taxas de juros reais positivas, contava com taxas substancialmente menores que as de mercado. Muitos também passaram a ter acesso a formas de financiamento independentes dos bancos, como os concedidos pelas cooperativas, pela agricultura sob contrato ou pelos grandes grupos estrangeiros de insumos agrícolas e *tradings* que se beneficiaram da abertura comercial. Mais uma vez, o acesso ao crédito foi determinante para o avanço tecnológico dos produtores, o que explica boa parte da heterogeneidade estrutural dos estabelecimentos agrícolas¹⁶¹.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 95.

¹⁵⁹ ARRAES & TELES, 1999, p. 406.

¹⁶⁰ SILVESTRINI & LIMA, 2011, p. 1.046.

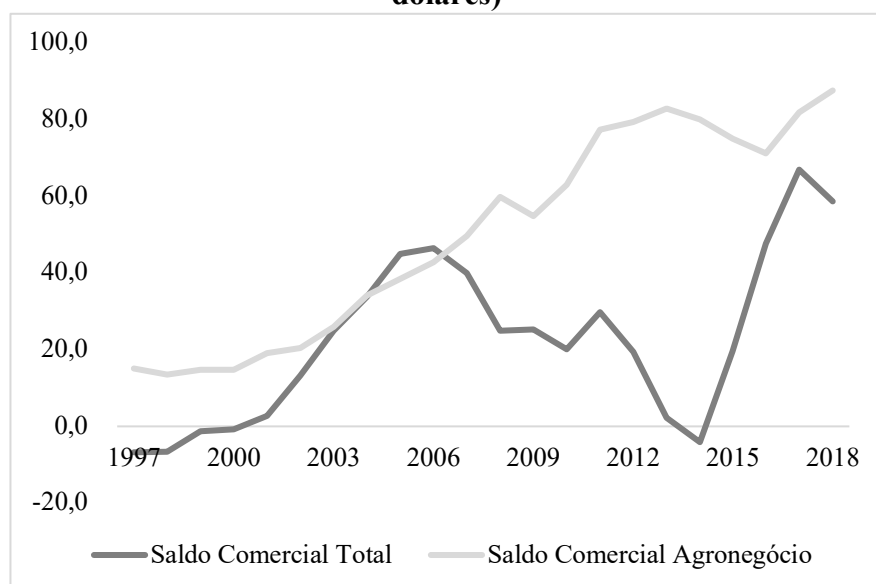
¹⁶¹ CHADDAD, 2017, p. 40.

O fator decisivo para o crescimento do agronegócio nos últimos anos foi o *boom* de *commodities* no início do século XXI. Os grandes grupos da agropecuária, consolidados e inseridos nas cadeias globais do agronegócio durante os anos 1990, encontraram na demanda externa uma fonte sustentada de crescimento.

A emergência do Leste Asiático, especialmente da China, associada a processos especulativos nos mercados financeiros e de futuros, fizeram com que os preços das *commodities* sofressem forte subida em dólares. Enquanto a demanda global de cereais cresceu 1,8% ao ano e a de óleos vegetais 5,2% entre 2000 e 2009 – taxas semelhantes às dos anos 1980 –, seus preços internacionais mais que triplicaram entre 2000 e 2008¹⁶². A elevada liquidez gerada pelo sistema financeiro desregulado levou à formação de bolhas especulativas nos principais mercados e à escalada dos preços.

Essa mudança no cenário internacional abriu um longo período de termos de troca favoráveis ao Brasil¹⁶³, que passou a gerar uma parte significativa da renda nacional e das exportações. A China, que importava 562,0 milhões de dólares de produtos agropecuários em 2000 (2,7% das exportações brasileiras), passou a importar 33,2 bilhões de dólares em 2018 (35,0% das exportações nacionais)¹⁶⁴. Entre 1997 e 2018, o saldo comercial do agronegócio saiu de 15,1 bilhões para 87,6 bilhões de dólares, um aumento de quase seis vezes.

Gráfico 2 - Saldo Comercial Brasileiro e Saldo Comercial do Agronegócio (bilhões de dólares)



Fonte: Agrostat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC.

¹⁶² HLPE, 2011, p. 20 e p. 31.

¹⁶³ VIEIRA FILHO & FISHLOW, 2017, p. 76.

¹⁶⁴ AGROSTAT, 2018.

O Brasil se tornou um importante *player* do agronegócio mundial, com taxas de crescimento da produção agrícola maiores que as apresentadas pelos Estados Unidos, China e Europa¹⁶⁵. Deve-se sublinhar que, naquele momento, a agropecuária brasileira já era bastante diversificada, indo muito além dos produtos tradicionais como cana-de-açúcar e café. Passou a ser o maior exportador mundial de carne processada de bovinos e aves, laranja, açúcar, etanol e soja, o segundo em milho.

A safra total de grãos, que era de 58,0 milhões de toneladas em 1990, passou para 100,0 milhões em 2000, atingindo 225,0 milhões de toneladas em 2016. O crescimento que mais impressiona é o da soja. De uma produção de 206,0 mil toneladas em 1960, a soja chegou a 1,5 milhão de toneladas em 1970 e a 15,0 milhões em 1979¹⁶⁶. Na safra de 2000-2001, o Brasil produziu 22,0% da produção mundial, pouco menos da metade da produção americana. Em 2017-2018, já ultrapassou os Estados Unidos¹⁶⁷ e se tornou o maior exportador mundial, produzindo 117,9 milhões de toneladas.

O aumento da produtividade fez com que culturas já produzidas no país ganhassem nova importância, como foi o caso do milho, uma cultura secular. Em 1990, o país praticamente não exportava o produto. O desenvolvimento da safrinha do milho¹⁶⁸ permitiu que, em 2016-2017, a produção brasileira se tornasse a terceira maior do mundo, atrás apenas da americana e da chinesa, sendo o segundo maior exportador (22,0% do total)¹⁶⁹.

O algodão, já plantado no Brasil desde o século XIX, reviveu nas últimas décadas. O forte crescimento da produtividade tornou a produção por hectare maior que a dos Estados Unidos. Na safra 2019/2020, a colheita atingiu um recorde histórico de 2,9 milhões de toneladas de pluma, numa cultura cada vez mais voltada para a exportação.

A produção de culturas tradicionais, como o café e o açúcar, também atingiu números inéditos. O café, principal produto de exportação do Brasil durante boa parte do século XX, representava em 2015 apenas 3,2% das exportações totais, valor inferior ao de vários outros produtos do agronegócio, como frango, açúcar e etanol¹⁷⁰. Apesar da perda de importância relativa na pauta exportadora, nunca se produziu tanto café no Brasil, que se manteve como um dos maiores exportadores do mundo, ao lado do Vietnã.

¹⁶⁵ CHADDAD, 2017, p. 7.

¹⁶⁶ HIRAKURI et al., 2020.

¹⁶⁷ KLEIN & LUNA, 2019, posição 1.843 do Kindle.

¹⁶⁸ O milho safrinha é aquele cultivado fora de sua época tradicional, depois do plantio da soja precoce no centro-sul do Brasil.

¹⁶⁹ Ibidem, posição 1.930 do Kindle.

¹⁷⁰ Ibidem, posição 1.966 do Kindle.

No caso do açúcar, o Brasil produziu 262,7 milhões de toneladas em 1990, 326,1 milhões em 2000 e saltou para 746,8 milhões em 2018, sendo responsável por quase metade das exportações mundiais¹⁷¹. O cultivo de cana-de-açúcar, concentrado no estado de São Paulo, tornou-se, desde os anos 1970, o principal cultivo do estado, correspondendo a 27,0% do uso de sua terra agrícola e 50,0% do valor da produção agrícola¹⁷².

Apesar de já existir no país desde o período colonial, a produção de laranja em larga escala é uma novidade dos anos 1970. Já em meados dos anos 2010, o Brasil tinha mais de 200 mil laranjeiras, espalhadas em 600 mil hectares e produzia em torno de 400 milhões de caixas de laranja de 40,8 quilos. O estado de São Paulo e o Triângulo Mineiro representam aproximadamente 70,0% desta produção. Atualmente, o Brasil é responsável por 50,0% da produção mundial de suco de laranja e domina 85,0% do comércio internacional¹⁷³.

O país também se tornou um importante produtor e exportador de outros produtos agrícolas como madeira, papel e celulose, e banana.

Tabela 11 - Produção agrícola brasileira (milhões de toneladas)

	1990	2000	2010	2018
Café	1,5	1,9	2,9	3,6
Milho	21,3	32,3	55,4	82,3
Laranja	17,5	21,3	18,5	16,7
Soja	19,9	32,8	68,8	117,9
Cana-de-Açúcar	262,7	326,1	717,5	746,8
Algodão	1,8	2,0	2,9	4,8

Fonte: FAOSTAT (2020) para os dados de produção de café, milho, laranja, soja, cana-de-açúcar; EMBRAPA (2020) para os dados da produção de algodão. Elaboração própria.

Na pecuária, desde 2004, o Brasil se tornou o maior exportador de carne bovina, e a JBS e a Marfrig, as maiores empresas de processamento de carne bovina do mundo. Em 2018, o Brasil exportou 24,7% da produção de carne bovina¹⁷⁴, e o restante foi destinado para o consumo interno, impactado positivamente pelo aumento do consumo de carnes e laticínios pelos mais pobres a partir de 2003.

O mesmo vale para a carne de frango. A produção de aves cresceu 1.400,0% desde 1960, quando praticamente não existia, chegando a mais de 13,0 milhões de toneladas em

¹⁷¹ Ibidem, posição 1.853 do Kindle.

¹⁷² CHADDAD, 2017, p. 79.

¹⁷³ KLEIN & LUNA, 2019, posição 1.889 do Kindle.

¹⁷⁴ CONAB, 2018.

2011¹⁷⁵. No período mais recente, o aumento do peso médio do frango e a redução do seu tempo de criação para 42 dias garantiram importantes ganhos de produtividade ao setor. Além disso, o aumento e o barateamento da produção de milho e soja no país, principais rações das aves, reduziram parte dos custos de produção. Desde 2016, o Brasil se tornou líder mundial de carne de aves, exportando 38,0% do total e o quádruplo de toda a União Europeia, seu concorrente mais próximo¹⁷⁶. Além da China, parte importante das exportações é destinada para o Oriente Médio. A produção de ovos chegou a 3,8 bilhões de dúzias em 2016, a sétima maior do mundo.

Na suinocultura, a entrada de animais híbridos na década de 1970 foi responsável por significativo melhoramento genético, garantindo carnes com menor teor de gordura. Além da redução do tempo de abate, de 200 dias na década de 1970 para 150 dias em 2017, houve aumento da leitegada de 10 leitões para 12,5 leitões por parto¹⁷⁷. Hoje, o Brasil é o quarto maior produtor e exportador mundial de carne suína.

Tabela 12 - Produção pecuária brasileira (milhões de cabeças)

	1990	2000	2010	2018
Bovino	147,1	169,9	209,5	213,5
Frango	546,2	842,7	1.238,9	1.468,4
Porco	33,6	31,6	39,0	41,4

Fonte: FAOSTAT. Elaboração própria.

Esse aumento extraordinário da oferta de produtos agropecuários foi possível em grande medida pela elevação da produtividade em todos os elos da cadeia. Na produção agrícola, o crescimento da produtividade é resultado, por um lado, da pesquisa agropecuária aplicada, do uso de melhores fertilizantes, da gestão mais eficiente de controle de pragas, das variedades de alto rendimento e das inovações de processo. De outro lado, o crescimento da área colhida depende da localização do bioma, do acesso a formais mais eficientes de mecanização do campo, do preço relativo dos insumos e do preço final do produto. Na pecuária, pesam fatores como melhoria genética, nutrição balanceada, qualidade das pastagens e mudanças na forma de gestão. O crescimento dos pastos está relacionado à fertilidade do solo, ao cruzamento genético das plantas forrageiras, ao preço da carne, à competição com a produção de alimentos e ao preço dos insumos¹⁷⁸.

¹⁷⁵ CHADDAD, 2017, p. 68.

¹⁷⁶ KLEIN & LUNA, 2019, posição 2.178 do Kindle.

¹⁷⁷ EMBRAPA, 2019, p. 21.

¹⁷⁸ VIEIRA FILHO & FISHLOW, 2017, p. 85.

A dimensão da mudança técnica no campo pode ser calculada comparando temporalmente a produção (em mil toneladas), a quantidade utilizada de terras (em milhões de hectares) e a produtividade (em quilogramas por hectare). O índice que mede quanto o uso da tecnologia foi capaz de poupar de terra, chamado de *efeito poupa-terra*, pode ser calculado a partir da divisão da produção corrente pela produtividade passada. De acordo as estimativas de Vieira Filho & Fishlow (2017), entre 1960 e 2010, o efeito total poupa-terra da produção agrícola e pecuária foi de 775,0 milhões de hectares, quase o tamanho do Brasil (851,5 milhões de hectares). Ou seja, o avanço tecnológico do campo foi capaz de poupar 91,0% da superfície brasileira em relação à tecnologia disponível nos anos 1960¹⁷⁹. Independentemente do fator de produção avaliado (mão de obra, terra ou capital), constatou-se um forte aumento de produtividade. O estudo de Gasques et al. (2016) mostra que, entre 1975 e 2015, a produtividade da mão de obra aumentou 5,4 vezes; a da terra 4,4 vezes; e a do capital 3,3 vezes. Segundo os autores, a tecnologia foi responsável por 59,0% do crescimento do valor bruto da produção, enquanto terra e trabalho foram responsáveis por 25,0% e 16,0%, respectivamente.

Além dos avanços técnicos já mencionados, a partir dos anos 2000, houve um avanço significativo dos insumos agrícolas, impulsionado pela aprovação da Lei de Biossegurança de 2005, que permitiu o uso maciço de sementes transgênicas patenteadas pelo setor privado na agricultura brasileira. Em 2017, o Brasil se tornou o segundo país em área plantada com sementes transgênicas, com 50,2 milhões de hectares¹⁸⁰. Outro salto significativo foi a nova onda de mecanização do campo, possível graças ao Programa do BNDES de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Máquinas distribuidoras de nutrientes, adubadoras, plantadeiras, pulverizadoras, roçadeiras, colheitadeiras, colhedoras e carregadoras ficaram maiores, mais potentes e eficientes.

Empresas já estabelecidas no país, como John Deere, New Holland, Case e Massey-Ferguson, abasteceram o mercado com máquinas agrícolas que minimizam o consumo de energia, colocam adubos e sementes na profundidade correta, colhem com precisão e se ajustam em tempo real à inclinação do solo, monitoram a colheita e a quebra dos grãos e mapeiam a produtividade do solo em tempo real. Inovações importantes foram a internet das coisas, o GPS, o sistema de telemetria, o piloto automático, o controle e o diagnóstico a distância, a correção e o ajustamento automático das máquinas. Por exemplo, as

¹⁷⁹ Ibidem, p. 86.

¹⁸⁰ CADE, 2020, p. 24.

semeadoras da John Deere conseguem atingir um rendimento operacional de até 18 hectares por hora no plantio. Outro exemplo é a colhedora CR1090 da New Holland, capaz de colher até 800.000 toneladas de trigo em oito horas de trabalho.

Enfim, o agronegócio articulou boa parte do território e da economia brasileira. Basta pensar em todas as cidades que são uma extensão das atividades agrário-exportadoras: no Centro-Oeste e em parte do Norte e do Nordeste, com base na soja, no algodão, no milho, no eucalipto e na pecuária bovina de corte; no Sul, com base nas aves e nos porcos; no interior de São Paulo, com a laranja e a cana-de-açúcar; no sul de Minas Gerais, com o café.

A estrutura de mercado do setor agropecuário, já caracterizada pela presença de grandes grupos nos anos 1990, concentrou-se e centralizou-se em níveis inéditos, uma vez que o crescimento do mercado mundial abriu novas possibilidades para os produtores brasileiros, desde que ganhassem escala para concorrer internacionalmente. O BNDES teve papel importante nesse movimento, ao fomentar fusões e aquisições que consolidaram grandes grupos nacionais no agronegócio, especialmente na agroindústria. O exemplo paradigmático é a JBS, que comprou a Swift, a Pilgrim's Pride e parte da Smithfield Foods, três das maiores produtoras de carne dos Estados Unidos. Seu faturamento aumentou mais de 35 vezes entre 2006 a 2016. O grupo recebeu vultosos recursos do BNDES, principalmente na forma de participação acionária. Apenas entre 2007 e 2009, o BNDES injetou 8,3 bilhões de reais na empresa, além 2,0 bilhões de reais em empréstimo¹⁸¹. Outro exemplo é a Marfrig, que fez mais de 40 aquisições entre 2006 e 2010, muitas delas com aporte do BNDES, que investiu na empresa cerca de 3,6 bilhões de reais entre 2007 e 2012¹⁸².

A maior associação entre a grande propriedade fundiária e o grande capital agroindustrial impulsionou a maior concentração e centralização do capital em todas as etapas da cadeia. Nas etapas da “porteira para dentro”, como preparação do solo, colheita, criação de animais, transporte, armazenamento. Mas também nas etapas da “porteira para fora”, nos elos para trás da cadeia (insumos e equipamentos agrícolas) e nos elos para frente da cadeia (processamento industrial e distribuição dos produtos).

ii.

O maior dinamismo do setor, em conjunto com a maior concentração e centralização do capital que o acompanhou, produziu vários bilionários, miliardários e milionários pelo Brasil afora, ligados aos principais elos da cadeia produtiva. Em geral, esses

¹⁸¹ DIEGUEZ, 2015.

¹⁸² UMA NOVA..., 2019, p. 32.

ricos são os controladores e dirigentes de grandes empresas ligadas às principais etapas da cadeia do agronegócio.

Na **produção**, o latifundiário foi substituído pelo empresário magnata, que controla fazendas de grandíssima escala que exigem aviões ou longas viagens de carro para atravessá-las. Basta dizer 0,5% dos estabelecimentos possuem mais de 10.000 hectares contra 50,0% dos estabelecimentos com 0,1 a 10 hectares. Enquanto estes últimos correspondem apenas a 2,3% da área total, os poucos estabelecimentos maiores ocupam 14,8% da área total (Tabela 13). Se se considerar que os maiores proprietários do Brasil possuem áreas entre 250 mil a 500 mil hectares, percebe-se que há grande heterogeneidade também entre os ricos do agronegócio do Brasil.

Tabela 13 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários em 2017 (categorias selecionadas)

	Total		de 0,1 a 10 ha			mais de 10.000 ha		
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	% da Área Total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	% da Área Total
Brasil	5.072.152	350.253.329	2.543.778	7.989.114	2,3	2.400	51.823.420	14,8
Norte	580.446	66.158.738	201.560	557.413	0,8	360	9.620.628	14,5
Nordeste	2.322.495	70.643.038	1.510.161	3.838.316	5,4	381	7.646.594	10,8
Sudeste	969.258	59.977.282	422.403	1.737.443	2,9	289	5.083.779	8,5
Sul	853.232	42.863.521	340.795	1.543.725	3,6	78	1.301.858	3,0
Centro-Oeste	346.721	110.610.750	68.859	312.215	0,3	1.292	28.170.562	25,5

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

A concentração é ainda maior em relação ao valor da produção. Em 2006, apenas 0,4% dos estabelecimentos agropecuários mais ricos foram responsáveis por mais da metade do valor produzido¹⁸³. Se se considerar que os grandes grupos agrícolas são proprietários de vários estabelecimentos, a concentração de riqueza no campo é ainda maior do que a estimada.

Como muitas dessas empresas se tornaram conglomerados verticalizados, que operam do plantio à comercialização, a gestão da unidade de produção agrícola também sofreu uma mudança radical. Não está associada à velha figura do fazendeiro e sim ao grande empresário, seus executivos e gestores especializados: administradores, agrônomos, gestores de riscos e de mercado de futuros, profissionais de logística, analistas de sistemas, engenheiros, *traders*, profissionais de comércio exterior e relacionamento internacional etc.

¹⁸³ IBGE - Censo Agropecuário (2006).

Para dar um exemplo, o Grupo Pinesso¹⁸⁴, importante proprietário do Centro-Oeste, além do presidente, contratou nos últimos anos um diretor de operações, um diretor comercial, seis gestores de nível médio responsáveis por gerenciar a produção agrícola e mais dois funcionários ligados às operações de criação animal. Em 2017, dos 1.050 funcionários, 110 desempenhavam alguma função administrativa e de gerência¹⁸⁵.

Essas empresas capitalistas do campo surgiram em grande medida como empresas de origem familiar. Mas há também muitas empresas controladas por bancos, fundos de investimento e subsidiárias de empresas multinacionais, como Ceagro-Mitsubishi e XinguAgri-Multigrain¹⁸⁶. Em geral, os grupos de origem familiar possuem maior presença no Centro-Oeste e no Sudeste, enquanto as fazendas de grandes corporações concentram-se no Mato Grosso e na região do Matopiba. Já na região Sul, predomina o sistema de cooperativas, que também se tornaram gigantes. Foi a forma encontrada pelos pequenos e médios produtores de se defenderem da concorrência direta, da maior concentração da agroindústria e dos grupos distribuidores. Ainda que a maior parte desses produtores não esteja entre os ricos brasileiros, algumas dessas cooperativas, como Agrária, Castrolanda e Aurora, estão entre os maiores *players* do mercado brasileiro de soja, cevada, suínos e aves.

Os exemplos de ricos do agronegócio que passaram de pequenos e médios **produtores** do Sul do país para grandes produtores do Centro-Oeste são muitos e vale mencionar alguns deles. O caso mais expressivo é o Grupo Amaggi, uma das maiores produtoras individuais de soja do mundo e a maior *trading* brasileira. Seu fundador, André Maggi, saiu de São Miguel do Iguaçu (PR), quando adquiriu, no final dos anos 1970, sua primeira terra em Mato Grosso, no município de Itiquira. Atualmente seu filho Blairo Maggi, sua esposa Lucia Maggi, sua filha Marli Pissollo e seus genros Itamar Locks e Hugo Ribeiro estão entre os mais ricos do Brasil.

Com receita bruta de 18,8 bilhões de reais em 2019, o grupo atua em toda a cadeia do agronegócio: origem e comercialização de grãos e insumo, processamento de grãos, operações portuárias, transporte rodoviário e fluvial, produção agrícola e geração e comercialização de energia elétrica. Está presente em todas as regiões do Brasil, além de ter escritórios e unidades na Argentina, Paraguai, Holanda, Noruega, Suíça e China. A Amaggi produz mais de 1,1 milhão de toneladas de grãos e fibras e origina 10 milhões de grãos

¹⁸⁴ O Grupo Pinesso entrou com pedido de recuperação judicial em 2015, por acumular uma dívida de 571 milhões de reais em decorrência de crises financeiras atribuídas às mudanças climáticas e à variação de preço das *commodities*.

¹⁸⁵ CHADDAD, 2017, p. 128.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 129.

anualmente. Ao todo são 10 fazendas com 163.517 hectares de produção agrícola em áreas próprias; 3 fazendas próprias de reflorestamento; 3 unidades de armazenamento localizadas em Mato Grosso, Rondônia e Amazonas com capacidade de armazenagem de 2,6 milhões de toneladas de grãos por ano; 3 unidades de esmagamento de soja; e 1 unidade misturadora de fertilizante¹⁸⁷.

Além do Grupo Amaggi, outro bom exemplo é o Grupo Bom Futuro, cujo fundador é Eraí Maggi Scheffer, primo de Blairo Maggi. O grupo é um dos maiores produtores de soja do mundo e está entre os maiores produtores de milho, algodão e pecuária do Brasil. Possui 530 mil hectares de terras cultivadas, divididas em 32 unidades de produção, que garantem uma produção de 1,7 milhão de toneladas de grãos¹⁸⁸.

Eduardo Logemann tem trajetória semelhante. Saiu do Rio Grande do Sul em 1999 para criar a SLC Agrícola, que chegou a possuir, em 2020, 340 mil hectares de soja, milho e algodão¹⁸⁹ – área equivalente à das cinco maiores cidades do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Goiânia. Ao todo, eram 14 fazendas em Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Maranhão e Piauí. Em 2021, após a incorporação da Terra Santa por 750,0 milhões de reais, aumentou sua área de plantio para cerca de 600 mil hectares¹⁹⁰. Depois disso, Eduardo Longemman se tornou o maior produtor de soja do mundo, ultrapassando o grupo de Eraí Maggi.

Outro exemplo é Gilberto Goellner. O agrônomo foi tentar a sorte em Mato Grosso na década de 1980, cultivando 300 hectares de terras arrendadas, fundando a Girassol Agrícola. Atualmente possui 35 mil hectares de terras para a produção de soja, milho, madeira e pecuária¹⁹¹. A Euca Energy, da qual é presidente, está montando o maior polo de eucalipto da região Centro-Oeste, com investimento no plantio de eucalipto de 1,2 bilhões de reais e de 12,0 bilhões de reais na indústria de celulose¹⁹².

Além dos proprietários gaúchos, alguns mineiros e paulistas também aproveitaram os incentivos à ocupação do Centro-Oeste. A Fazenda Roncador, criada pelo mineiro Pelerson Soares Penido nos anos 1970, é hoje uma das maiores do Brasil. Localizada em Querência, no Mato Grosso, ocupa 153 mil hectares, espaço maior do que toda a região metropolitana de São Paulo, com mais de 800 quilômetros de estradas internas. É uma verdadeira cidade onde

¹⁸⁷ Informações disponíveis no Relatório de Sustentabilidade do Grupo Amaggi do ano de 2019.

¹⁸⁸ Informações disponíveis no *site* do Grupo Bom Futuro em: <<https://www.bomfuturo.com.br/pt-br>>. Acesso em 10 de out. de 2020.

¹⁸⁹ ONDEI & SANTIAGO, 2014.

¹⁹⁰ SAMORA, 2021.

¹⁹¹ Ibidem, 2014.

¹⁹² MASSETTO, 2019.

vivem 1.000 pessoas, com aeroporto, escola, supermercado, igreja, clínica odontológica. Como diria seu fundador: “Quando cheguei, era só selva. Hoje a fazenda é um mundo”. O grupo atua principalmente no cultivo de soja e gado, chegando a colher 156,3 mil toneladas de soja em 2018, além de criar 50 mil cabeças de gado¹⁹³.

Talvez o caso mais simbólico de investidores de outros setores que passaram a atuar no agronegócio seja o de Daniel Dantas. Dantas se tornou um dos maiores proprietários de terras agrícolas do Brasil depois de a Justiça ter anulado a operação Satiagraha e a sua pena de prisão de 10 anos. O Opportunity Fund, do qual é cofundador, tem cerca de 500 mil hectares de terras agrícolas,¹⁹⁴ que requerem avião para atravessá-las.

Outros se enriqueceram enormemente com a maior capitalização de empresas do agronegócio, especialmente ao longo dos anos 2000, por meio da abertura de capital em bolsa de valores, como fizeram empresas como a SLC Agrícola, BrasilAgro, Agrifirma etc. Essas empresas, comandadas por grandes fundos, lucraram especialmente com a valorização da terra decorrente da expansão recente da fronteira agrícola no Brasil para o Matopiba. Alguns exemplos de grandes empresas que possuem terras na região são a SLC Agrícola, SLC Land Co. e a Radar S/A, com terras no sul do Piauí.

Outro exemplo, a BrasilAgro, líder na aquisição, desenvolvimento e venda de propriedades rurais com alto potencial de valorização, apresentou lucro líquido no primeiro trimestre de 2019 de 136,6 milhões de reais, um aumento de 579,0% em comparação ao mesmo período em 2018¹⁹⁵. É importante sublinhar que, quando foi lançada na bolsa em 2006, a BrasilAgro era apenas um plano de negócios, desenvolvido pelos empresários Pedro de Andrade Faria – sócio da gestora de fundos Tarpon – e Elie Horn – dono da Cyrela¹⁹⁶. Quando adquiriu a primeira fazenda em 2007, a empresa plantou 22.000 ha. Em 2014, a BrasilAgro já tinha 8 propriedades, distribuídas em 180.000 ha e com valor estimado de 1,3 bilhão de reais. Desses estabelecimentos, três foram vendidos¹⁹⁷.

Áreas próximas à região se valorizaram com rapidez. Um exemplo é a Fazenda Nova Piratininga, com 135 mil hectares, na divisa entre Goiás, Tocantins e Mato Grosso. A fazenda, comprada em 2010 por 310,0 milhões de reais, foi avaliada em 3,0 bilhões de reais cinco anos depois. A propriedade é de João Alves de Queiroz Filho, controlador do grupo Hypermarcas; Marcelo Limório Gonçalves Filho, ex-dono do laboratório de medicamentos

¹⁹³ MARZOCHI, 2019.

¹⁹⁴ SCHMIDT, 2017.

¹⁹⁵ BRASILAGRO, 2018.

¹⁹⁶ SAVANACHI, 2009.

¹⁹⁷ CHADDAD, 2017, p. 130.

genéricos Neo Química; e Igor Nogueira Alves de Melo, da farmacêutica Teuto. A fazenda produz gado bovino de alta qualidade e em larga escala, com um rebanho de 105 mil nelores puros ou cruzados com angus¹⁹⁸.

Além dos grãos e da pecuária, a plantação e a comercialização de laranja também merecem destaque. Duas das maiores produtoras do mundo são brasileiras. A Citrosuco atua em toda a cadeia produtiva do suco de laranja e vende para mais de 100 países. A Cutrale, da família de José Luís Cutrale, também atua em toda a cadeia global de abastecimento, o que engloba aproximadamente 160 mil hectares de laranjais no Brasil e até uma frota de navios¹⁹⁹.

O cultivo de cana-de-açúcar também se reestruturou e produziu alguns super-ricos. O primeiro momento decisivo foi em 1975, com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) que visava reduzir a dependência brasileira da importação de combustíveis fósseis. O Programa incluía incentivos de investimento para a construção de destilarias de etanol anexas às usinas de cana-de-açúcar existentes, a mistura obrigatória de álcool na gasolina vendida, que chegou a 27%, além de incentivos à fabricação de veículos movidos a etanol²⁰⁰. Um segundo momento decisivo foi a introdução dos veículos “flex” em 2003 e o aumento da demanda de países desenvolvidos por combustíveis renováveis. As exportações de etanol do Brasil aumentaram de um pouco menos de 100,0 milhões de litros em 2001 para 3,2 bilhões de litros em 2009²⁰¹. Algumas empresas se tornaram sociedades anônimas para realizar IPOs no Brasil e em Nova York. Entre 2000 e 2009, ocorreram 99 transações de fusão e aquisição envolvendo processadores de cana-de-açúcar²⁰².

Apenas entre 1986 e 2000, a Cosan, uma das maiores processadoras de cana-de-açúcar do mundo, adquiriu seis usinas de processamento²⁰³. Rubens Ometto, controlador do grupo, está entre os mais ricos do Brasil. A associação com a Shell em 2010 foi responsável pela criação da Raízen, maior produtora global de etanol. Outro exemplo é a Cooperativa Copersucar, uma das maiores exportadoras brasileiras de açúcar e a maior plataforma global de biocombustíveis. Em 2017, faziam parte da cooperativa 43 usinas de cana-de-açúcar, pertencentes a 24 empreendedores²⁰⁴. No mesmo ano, a empresa apresentou faturamento de 28,5 bilhões de reais, a sétima maior empresa do agronegócio.

¹⁹⁸ ONDEI, 2018.

¹⁹⁹ SCHMIDT & SPINETTO, 2015.

²⁰⁰ CHADDAD, 2017, p. 79.

²⁰¹ Ibidem, p. 82.

²⁰² Ibidem, p. 82.

²⁰³ Ibidem, p. 81.

²⁰⁴ Ibidem, p. 95.

Na **agroindústria**, os processadores de alimentos também se consolidaram como grandes grupos, formando fortes oligopólios em setores como o de proteína animal. O Brasil tem três líderes mundiais no setor. A JBS, da família Batista, foi financiada pelo BNDES e se tornou a maior processadora de carnes do mundo. A Marfrig, fundada por Marcos Molina em 2000, tornou-se a segunda maior produtora mundial, com receita bruta de 19,0 bilhões em 2017. A BRF (Brasil Foods), fruto da fusão da Sadia com a Perdigão, chegou a controlar 16,3% do comércio mundial de aves em 2016. O grupo, de capital aberto, tem como principais acionistas fundos de pensão de estatais (Previ e Petros) e a própria Marfrig, cuja participação no capital da companhia chegou a 31,6% em junho de 2021²⁰⁵. Na avicultura e na suinocultura, as quatro maiores empresas processam 88,0% de todas as aves e suínos de corte do país, as duas maiores delas exportando 70,0% da carne de frango²⁰⁶.

No caso das cooperativas de suínos e aves, o uso de contratos de produção entre integradores e criadores com fórmulas de precificação pautadas pelo desempenho relativo também levou ao aumento da concentração de criadores. Em Santa Catarina, a produção de suínos aumentou 230,0 mil toneladas em 1985 para 682,0 mil toneladas em 2006, ainda que o número de produtores tenha diminuído de 35.000 para 12.000²⁰⁷.

Esse nível de concentração também aconteceu em etapas anteriores da cadeia produtiva, especialmente no setor de **insumos agrícolas**, intensivo em capital, pelos seus altos investimentos em P&D e em ativos fixos. Essas características explicam a dominância do setor por grupos estrangeiros e o fato de o Brasil apresentar saldo comercial negativo em defensivos agrícolas e em fertilizantes, dois importantes elos da cadeia produtiva.

Os mercados de sementes e de defensivos agrícolas são dominados pelos mesmos grupos transnacionais, que passaram nos últimos anos por fusões bilionárias: Bayer-Monsanto, Syngenta-ChemChina, Basf e Corteva (fruto da fusão Dow e DuPont). Como se trata de um setor intensivo em P&D na área de biotecnologia, os maiores investimentos desses grupos no mercado nacional dependeram da consolidação de um aparato jurídico de proteção de direitos de propriedade intelectual relativos a genéticos e cultivares. Nada mais do que uma forma de garantir que as empresas se apropriassem economicamente de seus esforços de inovação por meio da cobrança de *royalties* e taxas tecnológicas. A maior utilização de sementes transgênicas impulsionou a união das empresas de sementes com as de defensivos agrícolas: o uso de determinada biotecnologia para controle de pragas implica a aquisição de

²⁰⁵ PRESSINOTT, 2021.

²⁰⁶ CHADDAD, 2017, p. 69.

²⁰⁷ Ibidem, p. 69.

determinados tipos de defensivos. O número de cultivares e plantas disponíveis para o produtor aumentou de 51 em 1998 para 1.708 em 2012, e o mercado doméstico de sementes aumentou de 1,6 milhão de toneladas em 2011 para 3,0 milhões de toneladas em 2013²⁰⁸.

No mercado de fertilizantes, a privatização de empresas estatais nos anos 1990 abriu espaço para grandes grupos estrangeiros, uma vez que sua produção exige elevadas economias de escala frente aos altos investimentos para prospecção mineral e compra de maquinário. Apesar da forte presença de grupos estrangeiros, como a norueguesa Yara e a americana Mosaic, empresas nacionais, como a Fertipar e Heringer, também controlam parte considerável do mercado de fertilizantes. Alceu Elias Feldmann, fundador da Fertipar, é hoje um dos mais ricos do Brasil. Sua *holding*, formada por 12 empresas, fornece fertilizantes para 15,0% do mercado nacional. Juntas, as quatro maiores empresas possuem 73% do mercado brasileiro²⁰⁹.

O consumo de fertilizantes aumentou enormemente entre 1960 a 2015, e o uso de fósforo, nitrogênio e potássio (NPK) passou de 243,0 mil toneladas em 1960 para 13,7 milhões de toneladas em 2015. Apenas em 2015, o Brasil produziu 9,0 milhões de toneladas de fertilizantes processados e importou 21,0 milhões de toneladas²¹⁰. Atualmente, o país é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, atrás apenas da China, Índia e Estados Unidos.

A maior concentração dos fornecedores de insumo agrícolas iniciou recentemente um processo de concentração também no **setor de distribuição**, provocada pela entrada de fundos de investimento e grupos estrangeiros nesse mercado. Para citar alguns exemplos, a chinesa Dakang adquiriu o controle da Belagrícola, do Paraná; o fundo Pátria Investimentos adquiriu o Grupo Pitangueiras, do Paraná, e a rede Impacto, no Mato Grosso; o fundo Aqua Capital investiu na Rural Brasil, em Goiás, no Mato Grosso e Pará, e na Agro 100, com presença no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul²¹¹.

Já o mercado de **importação e exportação** de *commodities* agrícolas é dominado por quatro empresas: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Juntas, elas são conhecidas como o “grupo ABCD”. Comercializam, transportam e processam diversas *commodities*. Possuem navios, portos, ferrovias, refinarias, silos, moinhos e fábricas. Juntas, suas operações representam 70,0% do mercado mundial de *commodities* agrícolas²¹².

²⁰⁸ CHADDAD, 2017, p. 24.

²⁰⁹ CADE, 2020, p. 22.

²¹⁰ KLEIN & LUNA, 2019, posição 1589 do Kindle.

²¹¹ CADE, 2020, p. 17.

²¹² HEINRICH BÖLL STIFTUNG, 2018, p. 28.

Portanto, o protagonismo brasileiro no agronegócio mundial foi acompanhado por níveis inéditos de concentração e centralização da riqueza e mudanças nas suas formas de controle: desde a estrutura fundiária às novas unidades produtivas e formas de gestão. Os poucos controladores e gestores desses grandes grupos se tornaram super-ricos, dominando o agronegócio. Hoje determinam grande parte dos rumos do país.

Não resta dúvida de que o agronegócio se tornou a atividade mais organizada e articulada da economia brasileira no período atual. As bases para o avanço do capitalismo no campo foram resultado de um projeto político, desenhado pelos governos militares. Ainda que a ocupação do cerrado brasileiro tenha dependido da iniciativa de médios e pequenos produtores como os gaúchos, ela não existiria sem o forte papel do Estado por meio do crédito abundante e subsidiado, do investimento em infraestrutura e em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Em um curto período, entre 1964 a 1989, a fisionomia da agricultura e da pecuária brasileira se transformou. Tornou-se moderna, competitiva e crescentemente integrada ao mercado internacional.

Os produtores que sobreviveram ao período de liberalização econômica e a seu “choque de competição” nos anos 1990, graças à renegociação das dívidas rurais e ao surgimento de outras formas de financiamento, puderam tirar proveito do aumento da demanda internacional de *commodities* a partir dos anos 2000, quando os termos de troca estavam favoráveis ao país. Em plena crise econômica causada pela Covid-19, a receita do agronegócio cresceu quase 40% com a venda de grãos em 2020, com produção recorde de mais de 250,0 milhões de toneladas num cenário em que os preços internacionais da soja e do milho estão historicamente elevados e a desvalorização cambial foi de mais de 30%²¹³.

iii.

Apesar de muitos propagandearem que o Brasil é um dos poucos países com condições de ampliar a oferta de alimentos no mundo, a produção de *commodities* não tem grandes barreiras à entrada e sempre pode ser substituída por outros concorrentes. Isso aconteceu com a cana-de-açúcar, com o café e pode acontecer com outros produtos: a soja começou a ser plantada na Sibéria²¹⁴, a França também envida esforços para desenvolver uma cultura própria²¹⁵ e os países asiáticos, especialmente a China, estão comprando terras em larga escala na África para desenvolver culturas não só de soja como de outros produtos básicos.

²¹³ CHIARA, 2020.

²¹⁴ GOTTEMS, 2020.

²¹⁵ CUNHA, 2020.

Estimativas apontam que, nas últimas décadas, foram comprados 134,5 milhões de hectares na África, ao redor de 30% por países asiáticos²¹⁶. Os chineses também estão financiando a expansão acelerada da produção de porcos na Argentina, para reduzir a dependência de poucos fornecedores²¹⁷.

Se, de um lado, grandes compradores como os chineses buscam diversificar seu rol de fornecedores, de outro, a questão ambiental no Brasil é cada vez mais questionada no exterior, ameaçando as exportações. O crescimento do agronegócio tem empurrado a fronteira agrícola para áreas de preservação, terras indígenas e florestas da região amazônica. Fazem parte do agronegócio ilegal grileiros, madeireiros e garimpeiros, de pequeno porte até grandes empresas.

Jassonio Costa Leite, o maior grileiro de terras indígenas do Brasil, recebeu uma multa de 105,5 milhões de reais em abril de 2021, por ter desmatado uma área equivalente a 21,0 mil campos de futebol na terra indígena Ituna-Itatá no Pará, uma das regiões mais desmatadas ilegalmente na Amazônia²¹⁸. Na tentativa de legalizar o desmatamento, foi montada uma pequena vila no território, instalando pessoas com título de eleitor para consolidar a ocupação.

Um problema adicional é que há quase 50,0 milhões de hectares de florestas públicas sem definição formal de uso (área maior que a Espanha), o que abre espaço para a ação de grileiros. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, 11,6 milhões de hectares dessas terras já foram tomados por grileiros²¹⁹.

A prática de grilagem também está associada a madeireiros ilegais, que atuam principalmente em Rondônia, que, entre 1990 e 2017, perdeu 6,0 milhões de hectares de formação florestal e viu a abertura de pastagens subir de 2,7 milhões de hectares para cerca de 9,0 milhões de hectares²²⁰.

Há, portanto, uma certa simbiose entre as práticas do agro ilegal. A ocupação de terras por grileiros passa pelo desmatamento, que propicia o negócio de madeireiros, ao mesmo tempo em que abre pastagens para a pecuária em terras indígenas e públicas.

Outra atividade de exploração que tem crescido na região amazônica é o garimpo ilegal, cujo faturamento está estimado entre 3,0 e 4,0 bilhões de reais anuais. Apesar da

²¹⁶ ANSEEUW et al., 2012, pp. 22-23.

²¹⁷ GOÑI, 2020.

²¹⁸ BORGES, 2021.

²¹⁹ AZEVEDO-RAMOS et al., 2020.

²²⁰ MOURA, 2020.

presença de pequenos garimpeiros, a maior parte da operação é realizada por empresas de porte expressivo, em geral associadas a corretoras de títulos e valores imobiliários que legalizam a venda de ouro. Por exemplo, em regiões como Itaituba, uma única empresa compra cerca de 100 escavadeiras que chegam a custar 1,0 milhão de reais cada²²¹. Segundo dados do ICMBio, o garimpo foi responsável por 33% do desmatamento nas áreas de conservação federal em 2017.

O aumento do desmatamento e da ocupação ilegal de terras no Brasil se tornou uma questão internacional com importância crescente, frente aos esforços e acordos de combate ao aquecimento global. Essas práticas têm colocado o agronegócio brasileiro em risco no mercado internacional, sujeito a restrições e sanções mais rigorosas, especialmente em países desenvolvidos.

iv.

A despeito do peso relativamente pequeno da agropecuária no PIB brasileiro (5,1% em 2018), uma avaliação mais ampla de suas atividades permite dizer que o agronegócio tem um peso maior na economia²²². Mas, no afã de valorizar o setor e ampliar a sua importância para a dinâmica econômica do país, há autores que estimam esse número em até 40,0% do PIB, como Ramalho et al. (1988).

Mesmo a medida que se convencionou utilizar para dimensionar o agronegócio no Brasil, a do CEPEA/USP, que o estima em 21,1% em 2018, inclui muitos setores distantes da atividade primária. Essa metodologia inclui no agronegócio a totalidade da produção industrial de abate e laticínios, produtos do fumo, açúcar e biocombustíveis, mas também a indústria de papel e celulose, de alimentos, calçados, vestuário e móveis, além de serviços como atacado, varejo, alojamento e mesmo padarias e lanchonetes²²³.

Num país em que economia vem regredindo há décadas, vende-se a ideia de que o agronegócio é grande e dinâmico o suficiente para gerar empregos em grande escala e mover uma economia continental como a brasileira. Suas estruturas produtivas, porém, são curtas em

²²¹ SALOMON, 2020.

²²² Muitos têm advogado que é preciso olhar a importância dessas atividades de uma maneira mais abrangente, que permita visualizar melhor a sua importância e os seus efeitos dinâmicos sobre a economia. Desde a publicação do trabalho de DAVIS & GOLDBERG (1957), é crescente o número de estudos que defende que, ao invés de se considerar o PIB do setor primário (agricultura, pecuária, pesca, caça e extrativismo), deveria se contemplar também as atividades industriais que produzem insumos para a atividade agropecuária (fertilizantes, defensivos, implementos etc.), as agroindústrias que processam os produtos do campo e os serviços de logística, distribuição e comercialização.

²²³ A esse respeito, ver CEPEA (2017).

termos de encadeamentos, o que significa baixa capacidade de articular serviços intermediários.

Isso, junto ao fato de o setor ser muitíssimo automatizado, faz com que o efeito multiplicador sobre a renda, o emprego (direto e indireto) e os impostos seja ainda menor. O Brasil também tem transferido parte da renda e dos empregos de outros elos da cadeia do agronegócio para o exterior, como o processamento de grãos. Mesmo diante de um surto de crescimento espantoso do setor primário, o número de trabalhadores da agropecuária não familiar era de apenas 5,0 milhões de pessoas em 2017²²⁴. A especialização do Brasil na exportação de *commodities* também tornou o país mais suscetível aos movimentos especulativos dos preços futuros e do câmbio, que rebatem nos preços e na disponibilidade interna dos alimentos.

Em meio à decadência brasileira, os que procuram se apegar à ilusão de que o agronegócio seria uma solução se apoiam numa obsoleta teoria das vantagens comparativas, de que o país deveria se especializar no que faz melhor. Tentam reviver um passado em que o atraso econômico, social e político levou o Brasil a uma crise de grandes proporções, como na década de 1920.

No período recente, a especialização nacional na produção e exportação de bens primários não possibilitou um crescimento econômico significativo, ao mesmo tempo em que gerou uma estrutura social extremamente desigual ao seu redor. Mesmo diante do extraordinário crescimento do agronegócio, regiões vinculadas à agricultura familiar, principalmente no Norte e no Nordeste, continuam mergulhadas na miséria. Esse padrão de crescimento do setor também criou milhões de pobres rurbanos, que se acumulam ao redor das principais cidades do agronegócio. Esses assuntos serão mais bem discutidos na terceira parte desta tese.

3.2. A Regressão do Sistema Industrial, o Ocaso do Empresariado e a Emergência do Novo Executivo

Quando se examina a indústria brasileira atual, fica patente o seu atraso, a sua desarticulação e o seu pequeno tamanho relativo. Essa situação – inimaginável no início da década de 1980, quando o país tinha uma estrutura industrial avançada, integrada e moderna – só pode ser compreendida à luz da emergência da III Revolução Industrial e Tecnológica e da reação do Brasil a estas transformações.

²²⁴ IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2017.

A mudança no padrão tecnológico foi desencadeada pelo desenvolvimento de inúmeras aplicações do transistor (1948) – dispositivo miniaturizável capaz de regular e ampliar os fluxos elétricos. A partir da junção de milhares e posteriormente bilhões de transistores em circuitos integrados como um *chip*, foi possível controlar máquinas e equipamentos com maior flexibilidade e precisão e informatizar inúmeros serviços e processos produtivos. Essas transformações ganharam impulso a partir dos anos 1970, com o desenvolvimento de computadores e dos equipamentos eletrônicos. Outras transformações importantes ocorreram nas telecomunicações –satélites, fibra ótica, internet –, no desenvolvimento de novos materiais – compósitos e materiais com nanotecnologia – e novas formas de energia.

O que seria conhecido como o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) passou a ser o centro das transformações tecnológicas que transbordaram para todos os outros setores da economia. Mais que o surgimento de novos produtos e setores, essa revolução é distinguida pela transformação das formas de produção, gestão e comercialização propiciadas pela eletrônica e por seus desdobramentos – robotização, computação em nuvem, *big data*, internet das coisas, inteligência artificial.

Todos os setores da estrutura industrial passaram a ser digitalizados, ganhando flexibilidade, ampliando a automação e a integração dos processos. Essas transformações mudaram radicalmente o padrão de desenvolvimento econômico, o que atingiu não só as unidades fabris de produção como também as estruturas administrativas e o setor de serviços como um todo.

Seus efeitos também foram sentidos em todo o planeta: o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação, em conjunto com os contêineres e navios gigantes que reduziram enormemente os custos do transporte internacional, levaram a um deslocamento das estruturas produtivas ao redor do mundo, especialmente para a Ásia.

Essa mudança teve fortes consequências geopolíticas, com deslocamento do eixo produtivo para a China, que, por meio de um forte planejamento estatal, soube tirar proveito dessa reestruturação produtiva internacional para impulsionar sua industrialização. Extremamente pobre e atrasada até o início dos anos 1980, a China se transformou na economia mais dinâmica do mundo graças à adoção de políticas semelhantes às brasileiras de então – planejamento geral da economia, articulação do setor público com o setor privado, associação do capital nacional com o capital estrangeiro, organização setorial ao redor de empresas estatais, crédito majoritariamente público.

Em retrospectiva, é possível dizer que o Brasil era um dos países mais bem posicionados para se aproveitar das mudanças em curso. No que se refere às Tecnologias de Informação e Comunicação, o Brasil dava seus primeiros passos nos anos 1970 e desenvolvia diversas tecnologias de ponta – computadores, fibras óticas, satélites –, criando estruturas públicas e privadas capazes de concorrer com os EUA. Também contava com as vantagens de um mercado interno grande em rápido crescimento e de um sistema industrial integrado e articulado pelas empresas estatais e pelo crédito público.

Mas essas transformações radicais atingiram o Brasil em um momento delicado. Os equívocos da política econômica nos anos 1970 que levaram ao alto endividamento externo, transformaram esse país industrializado e promissor no caso mais impressionante de regressão sistêmica já ocorrido. Os erros cometidos pelo governo Geisel, que sustentou o crescimento econômico com o endividamento em dólar para manter sua popularidade, levaram o país à crise da dívida com a súbita elevação dos juros americanos em 1979.

Em meio a fortes pressões dos EUA, que tentavam desestruturar o concorrente emergente, o país reagiu da pior forma possível aos constrangimentos do balanço de pagamentos. As elites políticas e empresariais abandonaram o projeto nacional de desenvolvimento econômico e social estabelecido nos anos 1930, embarcando na lógica financeira do enriquecimento pessoal rápido sem compromisso com os destinos do país e de sua população.

A crise da dívida e a aceitação passiva do Brasil às condições impostas pelos bancos levaram ao fim dos 50 anos de crescimento econômico acelerado, levando à estagnação e paralisação dos investimentos num momento de transformação tecnológica rápida e de reestruturação da estrutura produtiva internacional.

Desde então, o sistema industrial brasileiro foi perdendo complexidade, capacidade de investimento e inovação. O encolhimento da indústria, parte desse fenômeno, aparece na participação da indústria de transformação no PIB, que caiu de 35,9% em 1985 para 11,3% em 2018. E também na queda do nível da produção física da indústria, que, a despeito da descontinuidade das séries, encontra-se em 2020 no mesmo patamar de meados dos anos 1980.

Estima-se que, entre 2015 e 2020, o Brasil perdeu 36,6 mil estabelecimentos industriais, uma média de 17 fábricas por dia nos últimos cinco anos²²⁵. A saída recente de várias empresas estrangeiras estabelecidas no país há décadas é outro grave sintoma da crise

²²⁵ AMORIM et al, 2021.

secular em que o Brasil está mergulhado. Esse movimento foi marcado pelo desadensamento das cadeias produtivas e, mais importante, pela perda de unidade e pela desarticulação do conjunto industrial, que funcionava de maneira integrada.

A reação passiva à III Revolução Industrial e Tecnológica e aos constrangimentos do balanço de pagamentos se consubstanciaram no apoio veemente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) à abertura comercial abrupta no início dos anos 1990 e também à estratégia de combate à inflação empregada pelo Plano Real.

Os juros reais elevados – 24,3% a.a. em média entre 1995 e 1998 – provocaram forte valorização do câmbio, que reduzia a inflação graças à entrada maciça de bens industriais baratos. A FIESP apoiou entusiasticamente esse movimento, que provocou uma mudança brusca do cenário competitivo e levou à quebra de muitas empresas e à venda de outras. Desinteressados das repercussões sobre o emprego, a renda e a posição internacional do país, boa parte dos industriais brasileiros preferiu vender suas empresas e virar rentista. A indústria remanescente passou a importar partes e componentes para reduzir custos, canalizando seus lucros especialmente para aplicações financeiras.

As importações de partes e componentes se disseminaram por toda a estrutura industrial, crescendo de 5,9% para 19,3% entre 1990 e 1998 – um aumento de 227,0% (Tabela 14).

Tabela 14 - Coeficiente de Penetração: Importação/Consumo Aparente no Brasil (%)

	1990	1995	1998
Bens de consumo não duráveis	3,0	7,2	8,1
Bens de consumo duráveis	9,2	16,7	30,3
Bens intermediários elaborados	6,4	16,9	20,8
Bens intermediários	2,9	10,3	10,4
Bens de capital	17,7	39,0	57,0
Bens de capital, equipamento de transporte	3,2	14,9	22,6
Total da indústria	5,9	15,1	19,3

Fonte: MOREIRA, 1999, p. 307.

Esse fenômeno prosseguiu nas décadas seguintes: a continuada valorização do câmbio provocada pelos altos juros levou a penetração das importações na indústria de transformação a 22,3% em 2016 (Tabela 15). A produção de qualquer bem industrial passou a depender de importações, o que diminuiu a autonomia econômica do país. Enquanto a capacidade de crescimento, geração de emprego e impostos do país caiu sensivelmente, os

bens produzidos tiveram rápida elevação da qualidade, como os novos carros, agora equipados com injeção eletrônica importada, mais modernos e eficientes que os que tinham carburador produzido no ABCD paulista.

Tabela 15 - Coeficiente importado de insumos e componentes comercializáveis do Brasil

Setores	2003/2004	2013/2014	2016
Baixa e média-baixa tecnologia	10,8	13,6	10,5
Alta e média-alta tecnologia	26,3	38,7	41,4
Indústria de transformação	16,5	24,4	22,3

Fonte: MORCEIRO, 2019, pp. 10 - 13.

A diminuição da participação da indústria no PIB se deu de forma relativamente concentrada setorialmente, especialmente nos setores mais intensivos em tecnologia, que perderam 40,0% de peso no PIB desde 1980²²⁶. Como essa queda ocorreu durante o rápido avanço da III Revolução Industrial, a especialização regressiva da indústria brasileira se agravou²²⁷.

Outra mudança decisiva foi o desmonte dos instrumentos estatais de articulação da economia. A contração sistemática do investimento público direto e a privatização do Setor Produtivo Estatal (SPE) e das áreas mais lucrativas da infraestrutura desarticularam o arranjo que promoveu a industrialização. A sistemática pressão norte-americana contra o aço e a energia baratos do Brasil ganhou apoio político com a eleição de Collor em 1989. A venda de empresas estatais importantes, iniciada em seu governo com a privatização da Usiminas em 1991, privou a economia de um dos pilares de seu êxito, os insumos baratos que se disseminavam por todo o sistema industrial. A venda das estatais do aço favoreceu tanto o Grupo Gerdau, comprador da maior parte das estatais, como Benjamin Steinbruch, comprador da Companhia Siderúrgica Nacional, que se tornaram verdadeiros monopolistas do setor, praticando preços mais elevados.

As privatizações avançaram por outros setores da infraestrutura como o elétrico, de telefonia, rodoviário, ferroviário, portuário, durante o governo Fernando Henrique. Em setores que são monopólios naturais, essas empresas agora privadas não têm concorrência e estão submetidas a poucas exigências de investimento e de qualidade, além de terem tarifas

²²⁶ IEDI, 2019a, p. 2.

²²⁷ COUTINHO, 1997.

indexadas ao dólar²²⁸. Por isso, obtêm lucros exorbitantes. Por exemplo, na lista de bilionários da *Forbes* está a família que controla o Grupo CCR, líder na administração de rodovias no Brasil, com 3,7 mil km administrados, além de ter a concessão de linhas metroviárias e aeroportos. Recentemente, a Andrade Gutierrez tem negociado a venda de sua participação na CCR para a empresa de *private equity* IG4. Esse é um ponto importante para salientar, uma vez que a participação de fundos nacionais e estrangeiros tem sido crescente no setor de infraestrutura.

Outro exemplo é a família que controla o Grupo CR Almeida, principal acionista da EcoRodovias e de empresas como a Elog e a Ecoporto de Santos. O seu fundador, César Beltrão de Almeida, também está na lista da *Forbes*. No setor de energia, um caso a ser citado é do bilionário Paulo Roberto Godoy Pereira, dono da Alupar, *holding* fundada em 2006 e dona de dezenas de empresas de transmissão de energia e hidrelétricas no Brasil.

Deve-se insistir que a subida relativa dos preços básicos foi acompanhada pela desarticulação das relações virtuosas com a empresa nacional e a empresa estrangeira, que era realizada por empresas do setor produtivo estatal e da infraestrutura cujo exemplo maior era o Sistema Telebrás.

Em suma, o sistema industrial se desintegrou, por um lado, com a abertura comercial com câmbio valorizado e juros altos que levou a estrutura industrial a ser cada vez mais dependente de importações de partes e componentes mais sofisticados. De outro, pelo encolhimento do Estado, que solapou uma das virtudes do desenvolvimento brasileiro, a produção de insumos e de infraestrutura a baixo custo, e que acabou tanto com a capacidade de articulação setorial e de inovação como com a capacidade de investimento e de crescimento do país. Quando se compara com as áreas que acompanharam a III Revolução Industrial da Ásia, especialmente com a China, vê-se que a indústria brasileira de hoje é pequena, obsoleta e desarticulada, manietando a capacidade do Brasil de crescer aceleradamente de forma sustentada.

A **indústria de bens de capital**, a mais complexa e importante do sistema industrial, por produzir máquinas e equipamentos para as outras indústrias e por garantir a autonomia ao investimento e o crescimento da produtividade, foi uma das mais afetadas (Tabela 14). Além dos problemas enfrentados pelas outras indústrias – como a abertura comercial, o câmbio valorizado e os juros altos –, ela também foi atingida pela queda do investimento e do crescimento em todos os setores. Como o Brasil não acompanhou os

²²⁸ As tarifas são indexadas ao IGP-M, que tem alta sensibilidade às variações cambiais.

avanços da III Revolução Industrial, não chegou a produzir robôs, máquinas-ferramenta computadorizadas (CNC) ou equipamentos com alto grau de sofisticação. É nesse setor que o atraso da indústria brasileira fica mais evidente, tornando-se um obstáculo para a retomada do investimento de forma autônoma.

Uma das únicas grandes empresas que sobreviveu a esse cenário foi a WEG, que leva as iniciais dos nomes dos seus fundadores: Werner, Eggon e Geraldo. Produz motores elétricos, equipamentos para geração e transmissão de energia e, mais recentemente, aerogeradores e tintas. A demanda por reposição de equipamentos de todo o parque energético brasileiro e a bem-sucedida internacionalização da empresa, que tem fábricas em 12 países, estão entre as razões de seu êxito. Há hoje 13 bilionários entre os seus herdeiros.

Mas o melhor exemplo do que aconteceu com a indústria de bens de capital é o da Bardella Indústrias Mecânicas, de Claudio Bardella. Fundada em 1911, consolidou-se como uma grande empresa com o crescimento do Milagre Econômico. Tornou-se uma das maiores fornecedoras de equipamentos para metalurgia, energia, petróleo, gás, aços trefilados e laminados. A empresa era fornecedora de estatais e faturava com obras de infraestrutura. Em 1980, a empresa foi responsável pelo projeto da usina hidroelétrica de Itaipu, equipamentos para as usinas nucleares de Angra 1 e 2 e, nos anos 2000, para as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau²²⁹. Mas, frente às dificuldades recentes que a empresa vem enfrentando, entrou com um pedido de recuperação judicial em 2019.

Ainda restaram empresas importantes na **indústria de bens básicos e intermediários**, como a CSN, que era estatal, a Gerdau e a Votorantim. Essas empresas, com grande poder de mercado, sofrem menos com a concorrência chinesa graças à natureza dos seus produtos, que têm altos custos de transporte. Como seus investimentos são de grande escala e longa maturação, essas empresas regulam a utilização de sua capacidade de acordo com os preços internacionais e as perspectivas de crescimento da economia para evitarem a imobilização de novos capitais.

O nível de investimentos do setor siderúrgico, por exemplo, caiu de 6,2 bilhões de dólares por ano no final dos anos 1970 para 1,4 bilhão de dólares por ano depois das privatizações²³⁰. Seus controladores, alguns dos mais ricos empresários do Brasil, como Benjamin Steinbruch e a família de Jorge Gerdau, vivem dos ativos já existentes.

Ainda que tenha sobrevivido, a indústria siderúrgica brasileira perdeu importância em relação ao mundo. Enquanto o Brasil dobrou a produção de aço nos últimos 40 anos (15,3

²²⁹ OLMOS & ANDRADE, 2019.

²³⁰ Valores de 2017.

milhões de toneladas em 1980 para 32,5 milhões de toneladas em 2019), a Índia multiplicou a sua produção em 11 vezes (de 10,0 milhões de toneladas para 111,2 milhões), a Coreia do Sul em quase 8 vezes (de 9,0 milhões de toneladas para 71,4 milhões) e a China em quase 30 vezes (37,0 milhões de toneladas em 1,06 bilhão em 2020). A produção de aço nesses países emergentes tem escala superior, é mais eficiente, menos poluente. Uma das plantas da sul-coreana POSCO tem capacidade de produzir mais de 20,0 milhões de toneladas por ano (praticamente 2/3 da produção do Brasil).

No Brasil, a própria Votorantim, da família Ermírio de Moraes, símbolo da grande indústria nacional de cimento, química e alumínio, montou, nos anos 1990, um banco pequeno que já dava tanto lucro quanto todo o conglomerado industrial²³¹. Em 2011, vendeu a Nitroquímica – empresa que foi decisiva para a industrialização brasileira –, para o fundo BRL Trust. A gravidade da crise brasileira também pôde ser sentida no setor de cimento, com a saída recente de importantes empresas, como o grupo franco-suíço LafargeHolcim – maior produtor mundial – e o grupo irlandês CRH.

No setor de papel e celulose, o país se defendeu graças às suas vantagens naturais e climáticas, também ligadas ao complexo agropecuário. Nos últimos anos, o setor produziu alguns bilionários brasileiros, como a família Feffer, donos da Suzano, que acaba de se fundir com a Fibria, já fruto da fusão da Votorantim Celulose e Papel com a Aracruz em 2009. A empresa é a quinta maior não financeira do Brasil e a maior produtora de celulose do planeta. Em 2017, a Fibria apresentou faturamento de 11,7 bilhões de reais e a Suzano, na ordem de 10,5 bilhões de reais.

No setor de **bens duráveis de consumo**, o complexo automobilístico, cerca de 25,0% de toda indústria nacional, é um símbolo do que aconteceu com o setor em geral. Importa grande parte de seus componentes, tem grande capacidade ociosa, faz investimentos em grande medida para reposição e, através dos seus bancos, “aluga” carros para os compradores individuais (pessoa física). Mais recentemente, o anúncio da saída da Ford do Brasil e o fechamento de suas três fábricas afetou 5,0 mil funcionários, além de toda a cadeia de fornecedores e distribuidores. A Mercedes também anunciou no final de 2020 que não produziria mais veículos de passeio no país, e a Audi, que está considerando fazer o mesmo, já deixou de produzir o modelo A3 no Paraná.

O setor automobilístico está passando por mudanças profundas que envolvem a eletrificação e a digitalização de veículos, o uso de *big data* e a direção autônoma. De acordo

²³¹ ERMÍRIO..., 2018.

com as tendências recentes, o Brasil ficará de fora dessas transformações produtivas e da nova divisão do trabalho vinculada ao setor.

É preciso salientar que, apesar de as montadoras serem transnacionais, os fornecedores de peças eram em grande medida nacionais, como a Metal Leve, de José Mindlin. A empresa, fundada em 1949, era a maior fabricante de pistões e bronzinas utilizadas nos setores automobilístico e aeronáutico. Mas a empresa não resistiu à abertura comercial dos anos 1990 e, em 1996, foi vendida para a concorrente alemã Mahle. O destino da Cofap, de Abraham Kasinski, foi o mesmo. A maior empresa de autopeças do Brasil, que faturava 1,0 bilhão de dólares e exportava para 97 países, também foi vendida para a Mahle em 1998. Alguns comentam que Kasinski recebeu 30,0 milhões de dólares pela venda da Cofap²³².

A indústria da linha branca – eletrodomésticos de maior porte como geladeira, fogão, micro-ondas, *freezer*, ar-condicionado – foi dominada por grandes grupos internacionais com a incorporação da Continental, Consul e Semer pela Whirlpool, da Climax e da Refripar pela Electrolux e da Dako pela Mabe. A modernização da produção se deu nos mesmos moldes da indústria automobilística, com importações dos componentes eletrônicos e das partes mais sofisticadas.

Indústrias nacionais importantes, como a de bens eletrônicos de consumo, desapareceram. Basta pensar na Gradiente, Sharp, CCE, que produziam televisores, equipamentos de som e computadores. Num primeiro momento, tornaram-se importadoras, mas depois não resistiram à concorrência externa e fecharam suas portas. O déficit comercial do complexo eletrônico, entre 1996 e 2000, totalizou 29,1 bilhões de dólares, 191,0% maior que o de petróleo e derivados²³³. Em 2018, o déficit do complexo eletrônico atingiu o recorde de 18,2 bilhões de dólares²³⁴. A crise econômica secular também tem levado à saída de várias empresas estrangeiras, como a Sony, a LG e a Canon em 2021.

A indústria de **bens de consumo não duráveis** é heterogênea e seu desenvolvimento dependeu do crescimento econômico e das políticas públicas aplicadas nas últimas décadas. No caso da indústria farmacêutica, seu desempenho esteve ancorado na política de genéricos e nas compras do Estado brasileiro – o maior comprador de remédios do mundo. A tendência de envelhecimento da população também contribuiu para o aumento da demanda no setor.

²³² CHAIM, 2002.

²³³ TAVARES, 2001, p. 10.

²³⁴ A respeito do déficit comercial de 2018, ver IEDI, 2019b.

Mas a importação de princípios ativos e insumos farmacológicos ativos, antes produzidos no país, fez o déficit comercial do setor atingir 7,0 bilhões de dólares em 2018²³⁵. A falta de perspectiva de longo prazo da economia brasileira também tem provocado a saída de empresas estabelecidas há décadas no mercado nacional como a suíça Roche e a americana Eli Lilly.

Algumas famílias ficaram muito ricas no ramo farmacêutico graças ao crescimento do mercado de genéricos. A Medley, de Alexandre Negrão, é hoje a maior indústria de medicamentos genéricos do país. A empresa, que era, até os anos 1990, um pequeno laboratório fundado pelo avô do proprietário em Campinas, foi vendida em 2009 para o laboratório francês Sanofi em 2009 por 664,0 milhões de dólares. Carlos Sanchez, fundador do laboratório farmacêutico EMS, é um dos homens mais ricos do Brasil, com fortuna avaliada em 6,9 bilhões de reais em 2016. Já Maurício Billi comanda a expansão da Eurofarma, cujas vendas foram de 4,3 bilhões de reais em 2018, considerando-se apenas o mercado interno²³⁶. As três famílias sócias do laboratório Aché – Baptista, Siaulys e Depieri –, depois da compra da Biosintética Farmacêutica em 2005, também entraram no segmento de genéricos. A Aché é conhecida por pagar altos dividendos aos seus controladores: entre 2009 e 2013, cada uma das famílias sócias recebeu quase 250,0 milhões de reais em dividendos²³⁷. Outro milionário brasileiro da indústria farmacêutica é Marcelo Hahn, presidente da Blau Farmacêutica. A empresa, que nasceu como uma pequena importadora de preservativos no final dos anos 1980, passou a produzir hemoderivados e remédios oncológicos para hospitais e clínicas que chegam a custar 800,00 reais o frasco.

A indústria de beleza e perfumaria também deu origem a alguns ricos no Brasil. É o caso de Antônio Luiz Seabra, fundador da Natura. Com seu modelo de vendas diretas, a Natura vende para várias classes sociais, especialmente para as mais pobres. Num país com renda média baixa como o Brasil, o modelo de vendas diretas teve grande adesão e foi responsável pela expansão considerável da empresa ao longo dos anos, transformando-a na maior do Brasil em seu setor. Nos últimos anos, a Natura se internacionalizou e adquiriu outras marcas e concorrentes como a australiana Aesop em 2016, a britânica The Body Shop em 2017 e a Avon em 2020. Outro caso é o de Miguel Krigsner, fundador do grupo Boticário e que já esteve entre os nomes da lista de bilionários da *Forbes*.

²³⁵ IEDI, 2019b.

²³⁶ MENEGHETTI, 2019.

²³⁷ GRANDO, 2013.

Já a indústria têxtil sofreu fortemente com a entrada maciça de importados, que representaram um déficit comercial de 4,5 bilhões de dólares em 2019 e mais de 1,0 bilhão de peças importadas em 2018²³⁸. Entre as poucas grandes empresas que sobreviveram está a Coteminas, da família do ex-vice-presidente José de Alencar, que, sozinha, é responsável por 20,0% do consumo nacional de algodão. Além da produção, verticalizou-se e entrou no segmento varejista por meio de marcas como MMartan, Artex e Santista – como a maioria das empresas que sobreviveu na indústria de bens-salários. Com a internacionalização da empresa, a Coteminas passou a representar mais da metade dos tecidos brasileiros exportados para os Estados Unidos. A Hering trilhou caminho parecido: entrou no varejo e investiu em marcas próprias, tendo hoje a maior rede de franquias de vestuário do Brasil. Em 2021, fundiu-se ao grupo Soma, proprietário de marcas como Farm e Animal, que abriu seu capital na bolsa em 2020.

Apesar da enxurrada de importados ter ameaçado a rentabilidade do setor calçadista, os grandes grupos brasileiros do setor conseguiram se expandir por meio da criação e aquisição de novas marcas e da abertura de seu capital. Esses grandes grupos também conseguiram aumentar sua rentabilidade por meio do licenciamento de marcas estrangeiras, com garantias de exclusividade em sua distribuição.

As famílias de Pedro e Alexandre Grendene Bartelle são detentoras de dois grandes grupos do setor. O Grupo Vulcabras-Azaleia, da família de Pedro Grendene Bartelle, possui marcas como Olympikus, Azaleia e Djean, além de controlar as operações da Under Armour no Brasil. O grupo, que estava passando por uma série de dificuldades devido à concorrência externa, conseguiu se reerguer depois de um novo IPO em 2017. O Grupo Grendene, comandado por Alexandre Grendene Bartelle até 2015, é outro gigante do setor. Possui marcas como Ipanema, Melissa, Rider e Grendha. Alexandre Grendene também atua em outros setores, como o moveleiro com a Dell Anno e no agronegócio com a produção de cana-de-açúcar e criação de touros nelore.

O Grupo Arezzo & Co, dos bilionários Anderson e Alexandre Birman, é dona de marcas como Anacapri e Schutz. Além da forte expansão do número de franqueados, o grupo passou a distribuir com exclusividade a marca Vans no Brasil. Outra forte expansão veio com a abertura de capital na bolsa em 2011.

A indústria de alimentos e bebidas, desde a década de 1990, passou por um processo de centralização gigantesco. O símbolo disso é a Anheuser-Busch InBev, que,

²³⁸ ABIT, 2020; MERLIN, 2018.

durante um extenso processo de fusões e aquisições, criou alguns bilionários brasileiros. É o caso de Jorge Paulo Lemann, um dos homens mais ricos do mundo, com uma fortuna estimada em 106,0 bilhões de reais e os seus sócios, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira.

Não se trata apenas de produzir cerveja, mas de fazer fusões e aquisições. Os três principais sócios da empresa são banqueiros que começaram no ramo da cervejaria com a compra da Brahma em 1989. Dez anos depois, compraram a Antarctica, dando origem à *American Beverage Company* (AMBEV). Muitas vezes apoiada pelo BNDES, a AMBEV seguiu fazendo aquisições durante os anos 2000, muitas delas fora do país. Comprou a paraguaia Cervecería Nacional em 2001, a argentina Quilmes em 2002. Em 2004, a Ambev anunciou a fusão com a belga Interbrew, fabricante da Stella Artois. Em 2008, comprou a americana Anheuser-Busch, dona da Budweiser. Em 2015, adquiriu a africana SABMiller. A 3G Capital, empresa de investimentos de Lemann e seus sócios, comprou em 2010 o Burger King e, três anos depois, a Heinz. Uma das últimas aquisições importantes foi a Kraft, em 2015.

Também devem ser citados outros grupos do setor alimentício e de bebidas, cujos fundadores se tornaram bilionários, como foi o caso da Bauducco, Cacau Show, Copenhagen, Petrópolis, Schincariol, Yoki e Parati. Na maioria dos casos, essas empresas cresceram fazendo IPOs ou vendendo o seu controle para fundos e empresas estrangeiras.

A **construção civil residencial** teve um *boom* importante com o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, as melhores condições de crédito e o aumento da renda familiar. Ainda que essas empresas tenham sofrido com a crise econômica desde 2015, o setor produziu alguns super-ricos. A MRV, a maior construtora do programa habitacional petista, multiplicou sua capacidade produtiva em 10 vezes durante o período, atingindo, em 2012, 98,0 mil imóveis em construção²³⁹. Seu proprietário, Rubens Menin Teixeira de Souza, entrou para a lista de bilionários da *Forbes* e hoje atua em outros segmentos como o financeiro, com o banco Inter, e de mídia, com a CNN Brasil. Outros exemplos são Elie Horn, fundador da Cyrela, e a família de Ernesto Zarzur, da EZTec.

Em suma, pode-se dizer que a indústria brasileira remanescente é ultrapassada, desarticulada e diminuta. No setor de bens de capital, as poucas que sobreviveram não acompanharam a III Revolução Industrial. As antigas estatais do setor de bens básicos e intermediários perderam seu protagonismo e se tornaram ineficientes quando comparadas a

²³⁹ Informações disponíveis no *site* da MRV em:

<<https://www.mrv.com.br/institucional/pt/relacionamentos/noticias/mrv-maior-participacao-no-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em 4 de ago. de 2020.

de outros países. O setor de bens duráveis, principalmente formado pelo complexo automobilístico, tornou-se importador e defasado tecnologicamente frente aos avanços recentes do carro elétrico e da automação dos veículos. No setor de bens não duráveis, a indústria farmacêutica se tornou importadora e mostrou sua vulnerabilidade na pandemia de Covid-19. O setor de alimentos e bebidas e de outros bens leves como vestuário, calçados e beleza se concentrou enormemente, levando ao fechamento de muitas pequenas e médias empresas ligadas a estes.

ii.

O movimento estrutural das cadeias produtivas, de especialização no seu *core business* e de terceirização de outras atividades, em conjunto com o avanço tecnológico, também levou à redução drástica das ocupações de nível médio e à polarização das estruturas burocráticas empresariais. Para aumentar a eficiência e cortar custos, as grandes empresas passaram a adotar um organograma mais achatado, fortalecendo uma camada de diretores executivos envolvidos em áreas estratégicas e de planejamento e reduzindo o número de gerentes nas áreas administrativas e operacionais. Esses executivos e CEOs são muito diferentes do empresário e do executivo tradicionais, preocupados com o crescimento e os destinos da empresa. Os gestores do capital de hoje estão mais preocupados com o Ebitda, o fluxo de caixa, a criação de valor para o acionista e com sua carreira individual, mudando constantemente de posição e de empresa.

A partir dos anos 1990, os rendimentos dos altos executivos foram atrelados crescentemente ao mercado de ações, graças aos bônus pagos com *stock options*. A prática recorrente de recompra de ações pelas empresas para elevar o seu preço garantiu o aumento da remuneração dos executivos em detrimento do tradicional modo de remuneração como salários²⁴⁰, garantindo aos executivos das grandes empresas rendimentos de muitos milhões. Não deixa de ser sintomático que o presidente da FIESP, a outrora poderosa associação dos industriais de São Paulo, não seja um grande empresário, mas um executivo.

Essa lógica também invadiu a gestão de empresas públicas, como a Vale e a Petrobras, uma vez que passaram a ter cada vez menos participação acionária do Estado. Sua gestão se tornou semelhante à de qualquer empresa privada, sendo subordinada a regras estritas de governança, que exigem elevada distribuição de dividendos e reajustes de preços vinculados às oscilações do petróleo no mercado internacional, pressionando a taxa de inflação.

²⁴⁰ A esse respeito, ver LAZONICK (2014).

A Petrobras, nos últimos anos, tornou-se uma máquina de gerar dividendos, mesmo em anos em que a empresa tenha prejuízo. Está sendo progressivamente reduzida a uma empresa de exploração de petróleo, vendendo todos os ativos não diretamente relacionados a essa atividade – transporte, refinarias, energias renováveis – com o objetivo de diminuir o endividamento para gerar caixa e pagar dividendos²⁴¹. Segundo o Observatório Social da Petrobras, a empresa se desfez de 231,0 bilhões de reais em ativos entre janeiro de 2015 e julho de 2021²⁴². Esse movimento comandado pela finança vai contra a lógica das empresas do setor petrolífero, cuja força está na integração de toda a cadeia produtiva e não na especialização em atividades primárias básicas.

A despeito da decadência profunda da indústria brasileira, há alguns poucos proprietários e gestores que controlam parte importante da economia, recebendo elevados dividendos, e que têm peso decisivo nos rumos do país.

3.3. O Novo Varejo

O agronegócio, que se beneficiou do aumento dos preços e da demanda internacional por *commodities*, gerou divisas que viabilizaram o surgimento de um novo tipo de comércio varejista. As exportações do agronegócio permitiram que o comércio passasse a se apoiar largamente em importações, descolando-se relativamente da produção industrial nacional. Isso vale especialmente para as grandes cadeias de lojas de departamento (Magazine Luiza, Fast Shop, Casas Bahia, Havan, Riachuelo etc.), que vendem eletrônicos de consumo e vestuário com alto conteúdo importado.

Isso é um retrocesso de grandes proporções. Durante a industrialização brasileira, o comércio cresceu a reboque da industrialização e da urbanização, ao contrário da República Velha, quando estava colado aos interesses dos exportadores de produtos primários, especialmente no que dizia respeito às importações de bens correntes e de luxo²⁴³. Naquele momento, os dois setores – varejista e agrário-exportador – se posicionavam contra qualquer projeto nacional de industrialização.

Hoje, uma exceção é a venda de carros, que ainda tem conexões com a indústria. Trata-se também de um setor bastante concentrado. Num universo de 4.063 concessionárias, 9 proprietários têm 508 concessionárias²⁴⁴. Apenas o Grupo CAOA tem mais de 200 concessionárias Ford, Hyundai e Chery. Frente à sua expansão, também se tornou sócio de

²⁴¹ WEIMANN, 2021.

²⁴² LUNA, 2021.

²⁴³ OLIVEIRA, 2009.

²⁴⁴ ICDP & FENABRAVE, p. 39, 2019.

fábricas da Hyundai e da Chery no Brasil por meio da montagem de kits CKD (*Completely Knock-Down*). Podem-se citar também as locadoras de automóvel, que compram diretamente das montadoras e obtêm descontos de 30%, além da isenção do ICMS. Por isso, conseguem revender carros com pouco tempo de uso a preços menores que as revendedoras tradicionais. Um pouco mais da metade da receita líquida da Localiza, por exemplo, vem da venda de veículos seminovos. Hoje, a empresa é a maior do setor na América Latina, e Salim Mattar, um dos seus donos, é um dos bilionários brasileiros.

Outro ponto de convergência entre os interesses do agronegócio e do varejo se dá no segmento supermercadista, como é o caso do Grupo Carrefour e do Grupo Pão de Açúcar. Apesar de as empresas não serem produtoras diretas, por meio de marcas próprias, controlam a cadeia produtiva pela subcontratação de uma enorme rede de fornecedoras de produtos perecíveis. Ou seja, ditam regras cada vez mais rígidas para os seus fornecedores que, por sua vez, são beneficiados pela melhor distribuição de seus produtos.

É interessante sublinhar que algumas grandes redes varejistas se expandiram acompanhando a forte subida da renda nas cidades ligadas ao agronegócio, especialmente no interior de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo. O caso mais emblemático é a rede de lojas de departamento Havan, de Luciano Hang. A Havan, que começou com uma loja de tecidos em Brusque (SC) em 1986, abriu a primeira grande loja de departamento em Curitiba em 1995. Depois, expandiu-se para as principais cidades de Santa Catarina e hoje está presente em 17 estados com 149 megalojas, sendo a maior parte delas (80,0%) em cidades com menos de 500 mil habitantes. A empresa, que é conhecida pela sua fachada que imita a Casa Branca e pelas réplicas da Estátua da Liberdade, teve boa parte de sua expansão financiada com dezenas de empréstimos do BNDES. Suas lojas possuem mais de 100 mil produtos, boa parte deles importados.

Desde os anos 1990, o setor varejista brasileiro passa por um processo profundo de concentração, abertura de capital, internacionalização, diversificação de seus negócios e aproximação com instituições financeiras. Os ganhos foram maiores durante o governo Lula, com o crescimento das vendas de bens de consumo, gerado pelo aumento da renda e dos empregos com carteira assinada, que impulsionaram a expansão do crédito. Muitos dos que estão na lista dos bilionários da *Forbes* estão vinculados diretamente ao setor, entre eles, Luíza Trajano (Magazine Luíza), Michel Klein (Casas Bahia e Ponto Frio), Anita Louise Regina Harley (Casas Pernambucanas), Flávio Rocha (Riachuelo), Régis e Ghislaine Dubrule (Tok&Stok), Luciano Hang (Havan) e Ilson Mateus (Grupo Mateus).

Em 2017, os quatro maiores varejistas brasileiros – Carrefour, Grupo Pão de Açúcar, Via Varejo (Casas Bahia e Ponto Frio) e Walmart²⁴⁵ –, dentre as 92 maiores empresas do setor, possuíam 42,1% de mercado. Entre as dez maiores empresas do varejo brasileiro estão quatro do segmento de supermercados, duas de eletrodomésticos, duas drogarias e perfumarias e duas de departamento.

O processo de concentração foi muito intenso no caso do segmento supermercadista tanto em razão da maior atuação de grandes grupos estrangeiros no mercado, como Carrefour, Walmart e Casino, quanto pela maior diversificação de marcas e verticalização e horizontalização das cadeias. Em 2021, a compra das operações do Walmart no Brasil pelo Carrefour concentrou ainda mais o mercado. Atualmente, os grandes varejistas de alimentos possuem não apenas supermercados, hipermercados e minimercados, mas também atacados, lojas de conveniência e marcas próprias de produtos (Quadro 1).

²⁴⁵ Em 2019, o grupo Walmart mudou seu nome para Big depois de sua venda para o Fundo Advent International.

Quadro 1 - Principais Fusões e Aquisições entre Empresas Varejistas (2000 - 2014)

Varejista Adquirente	Varejista Adquirida
Wal-Mart	Bom Preço e Sonae (Sul e SP, que havia adquirido Mercadorama, Nacional e Maxxi Atacado, Todo Dia)
GPA	Supermercados ABC, Sé Supermercados, Sendas, Assaí, Ponto Frio, Casas Bahia (48,1% de participação acionária do grupo francês Casino, que a partir de 2012 passou a deter o controle acionário do ex-Grupo Pão de Açúcar, agora rebatizado Grupo GPA), Rio Expresso
Carrefour	Big Bom, Rede Antonelli, Mercantil São José (CE), BIG, Atacadão e Gimenes
Savegnago	5 lojas Carrefour na região de Ribeirão Preto
Magazine Luíza	Lojas Maia, Lojas do Baú da Felicidade
Máquina de Vendas	Insinuante, Ricardo Eletro (que havia adquirido a MIG), City Lar
Americanas.com	Submarino.com, Shoptime, Ingresso.com, B2W viagens, Submarino Finance e Blockbuster (no Brasil) formando a B2W (Companhia Global de Varejo)
Renner	Camicado
Boticário	Scalina, Trifil
Droga Raia	Drogasil, Drogaria Panda
Drogaria São Paulo	Drogaria Pacheco
Farmais	Sant'ana
Brazil Pharma	Big Bem, Estrela Galdino, Mais Econômica
Drogaria Guararapes	Drogaria Big Bem (da Brasil Pharma)
Profarma	Arp Med, Drogasmil e Farmalife
Eurofarma	Schering Plough, Laboratório Laprin
Ultrapar	Imifarma
CVS	Drogaria Onofre
Grupo Viva Santé	LM Farma
Cencosud	GBarbosa, Mercantil Rodrigues, Perini, Bretas
Clube do Desconto	Bom Proveito
Inbrands	VR Menswear, VR Kids, Richards, Mandi, Ellus
Cielo	Braspag, Stelo, Merchant e-Solutions
Alpargatas	Osklen
Multiplan	Shopping Vila Olimpia
CSD	Rede de Supermercados Amigão

Fonte: SALTORATO et al., 2016, p. 89.

A concentração do varejo de alimentos também aconteceu regionalmente, transformando pequenos e médios supermercadistas em importantes *players*. O grupo Savegnago, por exemplo, tornou-se a maior rede de supermercados do interior paulista. Fundada por Sebastião Edson Savegnago, a primeira loja da rede foi aberta em 1976, na cidade de Sertãozinho. Desde 2003, começou a se expandir para outras cidades, como Ribeirão Preto,

Jardinópolis, Rio Claro, Jaboticabal, São Carlos, atingindo o marco de 44 lojas em operação, presentes em 16 cidades. Em 2018, a rede faturou 3,0 bilhões de reais.

Outro exemplo ainda mais expressivo é o Grupo Mateus, líder varejista das regiões Norte e Nordeste. Seu fundador, Ilson Mateus, entrou para a lista de bilionários da *Forbes* em 2020 com uma fortuna estimada em 20,0 bilhões de reais. Começou como garimpeiro em Serra Pelada (PA) nos anos 1970, tornou-se dono de mercearia em 1986 e hoje é proprietário de 137 lojas físicas presentes em mais de 50 cidades.

No caso das lojas de departamento de vestuário e eletromoveleira, além da aquisição de várias marcas, as novas formas de atuação no setor de crédito levaram à falência de vários concorrentes de menor porte. O segmento de drogarias também se transformou completamente, após a fusão da Raia com a Drogasil e da Drogaria São Paulo com a rede Pacheco, ambas em 2011. Desde então, é visível o aumento do número de farmácias em todas as cidades. A Raia Drogasil, por exemplo, está presente em 22 Estados, com 1.825 lojas. A companhia vem abrindo 200 pontos de venda por ano desde 2016²⁴⁶. Sua participação no mercado brasileiro, de 12,9% em 2018²⁴⁷, tende a aumentar com a recente compra da rede Onofre. É importante mencionar que o setor de drogarias foi um dos principais alvos dos fundos de *private equity*, que alavancaram o seu processo de centralização e concentração de capital. Apenas para citar alguns exemplos, o Fundo Pátria adquiriu uma fatia da rede de drogarias Drogasil, o Fundo Kinea – do Itaú Unibanco – adquiriu a rede de farmácias Panvel, o Fundo General Atlantic comprou a rede de drogarias Pague Menos.

Evidente que processos de fusão e aquisição dessa magnitude pressupõem novas formas de capitalização e de gestão. Se consideradas somente as empresas ligadas ao comércio de móveis e eletrodomésticos, farmácia, vestuário, calçados e supermercados, entre 2007 e 2014, ocorreram 26 processos de abertura de capital (IPO) na Bolsa de Valores de São Paulo. Entre elas estão empresas como Arezzo, Magazine Luíza, B2W, Via Varejo, Hering, Grazziotin, Brazil Pharma, Marisa, Hypermarchas, Restoque, RaiaDrogasil. Se considerados outros segmentos varejistas, o número de empresas que fizeram IPO sobe para 55²⁴⁸. Dentre os acionistas majoritários, além dos próprios sócios fundadores, destacam-se vários fundos de investimento nacionais e internacionais. A Renner tem participação do Schroders, JPMorgan

²⁴⁶ RAIA..., 2018.

²⁴⁷ Dado disponível no *site* do Grupo Raia Drogasil em: <<https://www.rd.com.br/Default.aspx>>. Acesso em 10 de mai. de 2019.

²⁴⁸ SALTORATO et al., 2016, p. 93.

Asset Management Holdings e BlackRock. A Magazine Luíza, do Alaska. Marisa e Hering, do Coronation.

Apesar do crescimento das vendas ao longo dos anos 2000, é importante destacar que a maior parte do comércio brasileiro ganhou muito com as operações financeiras ligadas às suas vendas. Ganharam vendendo dinheiro para a grande massa de pobres que passou a consumir no período Lula-Dilma I, especialmente por meio de cartões de crédito próprios (*Private Label* ou *Co-Branded*). Esse processo, iniciado ao longo dos anos 2000, marcou o início da forte atuação das empresas varejistas no setor financeiro por meio da oferta de crédito, mas também dos juros que vão embutidos no preço à vista.

Os varejistas passaram a oferecer serviços para um segmento de mercado significativo no Brasil, o de consumidores desbancarizados. O consumidor de baixa renda prefere buscar crédito na loja, pois é onde se materializam seus desejos de consumo. O banco é muito distante para essas pessoas e impõe muitas restrições. As escolhas do consumidor estão relacionadas ao tamanho da prestação, não aos juros. Uma pesquisa da WMcCann, realizada em 2010 com casais com renda entre 1.000 e 2.000 reais, mostrou que 47,0% deles tinham vergonha de pedir dinheiro emprestado e 81,0% afirmam que o banco é o último lugar em que solicitariam crédito²⁴⁹.

Por essas razões, o volume total de cartões emitidos pelas lojas é maior do que o dos próprios bancos²⁵⁰. A C&A, por exemplo, tem praticamente o mesmo número de cartões emitidos que o Bradesco. Juntas, Renner e Riachuelo têm um número de cartões comparável ao de correntistas do Itaú-Unibanco. O Grupo Guararapes, proprietário da Riachuelo, tem 20,0% de sua receita gerada pelo setor financeiro²⁵¹.

Frente a esse potencial de mercado, as parcerias entre bancos e varejistas cresceram significativamente na última década. O Itaú-Unibanco chegou a investir 455,0 milhões de reais na associação com o Grupo Pão de Açúcar; outros 620,0 milhões de reais para *joint-ventures* com o Magazine Luiza, Lojas Americanas e Lojas Marisa; e 725,0 milhões de reais para o Carrefour Soluções Financeiras²⁵².

Mais recentemente, os grandes varejistas têm ido além e transformado suas financeiras em bancos físicos e digitais. A Renner, em 2018, teve aval do Banco Central para transformar sua subsidiária financeira em uma instituição independente, a Realiza. A

²⁴⁹ CONSUMIDOR..., 2010.

²⁵⁰ SALTORATO et al., 2016, p. 88.

²⁵¹ Ibidem, p. 90.

²⁵² Ibidem.

Riachuelo está aguardando autorização para transformar a Midway, sua financeira, também em um banco. Até o terceiro semestre de 2018, a receita de empréstimo pessoal da Riachuelo havia crescido 69,7% na comparação anual. Os serviços financeiros corresponderam a 47,0% da geração de caixa do grupo nos nove primeiros meses de 2018²⁵³.

Esse movimento não se restringe apenas aos varejistas de vestuário. As Casas Bahia, em junho de 2019, tornaram-se uma *fintech* com o banQi. Segundo os dados oferecidos pela própria empresa, apesar de 28,0% de seus clientes não terem conta em banco e 58,0% não possuírem cartão de crédito, 71,0% são donos de smartphones e aptos a abrirem uma conta digital. É possível fazer pagamento de boletos, transferência de dinheiro, recarga de celular e bilhete único, além de empréstimos pessoais, saques, seguros e portabilidade da conta salário.²⁵⁴

Como resposta, algumas instituições financeiras como Inter, C6 e BTG lançaram *marketplaces* para concorrer com grandes varejistas como a Magalu, mas também com aplicativos de entregas, operadoras de telefonia ou qualquer segmento que apresente um número expressivo de clientes que possam comprar seus produtos financeiros. A tendência é que poucas empresas, formadas por bancos e varejistas, dominem crescentemente o mercado por meio de superaplicativos, que concentram parte importante dos serviços do dia a dia da população.

Outro aspecto importante da maior concentração do varejo em termos geográficos são os *shoppings centers*, que passaram a dominar boa parte do comércio das cidades em detrimento dos antigos centros, agora locais degradados e abandonados. Esse movimento aconteceu não apenas nas metrópoles, mas também em cidades médias, como é o caso de Sorocaba, onde foram criados cinco *shoppings* nos últimos anos, além dos três já existentes²⁵⁵.

Um dos bilionários brasileiros que faz parte da lista da *Forbes* é José Isaac Peres, fundador da Multiplan, dono de vários *shoppings* espalhados pelo Brasil, como o Barra Shopping no Rio de Janeiro e o Pátio Savassi em Minas Gerais. Outros dois exemplos importantes são o Grupo Jereissati, dono dos Shoppings Iguatemi, com participação em 17 *shoppings centers*, 2 *outlets* e 3 torres comerciais²⁵⁶; e o Grupo JHSF, com quatro *shoppings*

²⁵³ ARROYO, 2019.

²⁵⁴ VALIM, 2019.

²⁵⁵ TOMAZELA, 2015.

²⁵⁶ Informação disponível no *site* do Grupo Iguatemi em: <<https://iguatemi.com.br/institucional/empresa-0>>. Acesso em 3 de mai. de 2019.

em operação, além de vários outros empreendimentos de alto padrão como a Fazenda Boa Vista e os hotéis e restaurantes da rede Fasano²⁵⁷.

A crise econômica, que se iniciou em 2015, e os altos custos por metro quadrado cobrados pelas administradoras dos *shoppings* levaram ao fechamento de muitas lojas e ao excesso de capacidade ociosa em muitos *shoppings*. O avanço do *e-commerce*, especialmente depois da crise pandêmica (Covid-19), tende a acelerar esse processo: o melhor exemplo é o Magazine Luíza (Magalu), que tem realizado inúmeras aquisições de plataformas *on-line*, como Época Cosméticos, Netshoes, Estante Virtual, Zattini e Shoestock.

A diversificação do Magalu, que tem apostado nas vendas *on-line* e em se tornar um “*superapp*”, estimulou seus concorrentes a comprarem marcas de outros setores que ainda não são fortes. A Renner, por exemplo, está negociando a compra da Dafiti e as Lojas Americanas compraram a Uni.co (dona de marcas como Puket e Imaginarium).

Em suma, o varejo passou por um processo de concentração e centralização sem precedentes, que exigiu uma profunda conexão com o sistema financeiro para a concessão de crédito, fundamental para alavancar as vendas. Essa transformação ampliou o controle de poucos empresários, que agora comandam grandes redes de distribuição e manipulam elevados volumes de crédito ao consumidor.

3.4. A Mercantilização dos Bens Públicos

A Constituição brasileira, como a de qualquer país civilizado, garante, como direitos básicos de todos os cidadãos, a segurança dos espaços públicos e dos indivíduos, o acesso à saúde universal e à educação pública, gratuita e de qualidade.

Sob a justificativa de que o Estado não tem recursos para arcar com os custos desses serviços, os governos, desde o movimento de 1964, foram repassando essas atribuições para o setor privado, mercantilizando bens e serviços que não deveriam ter preço. As políticas fiscais de “ajuste” levaram à degradação da educação, da saúde e da segurança pública, empurrando aqueles que tinham condições econômicas para os serviços privados.

i.

A **Educação** foi uma das esferas em que esse processo aconteceu com maior intensidade. Em termos históricos, o Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos e mesmo dos da América Latina, criou o seu sistema educacional universitário muito tardiamente²⁵⁸. As

²⁵⁷ Informação disponível no *site* do Grupo JHSF em: <<http://jhsf.com.br>>. Acesso em 3 de mai. de 2019.

²⁵⁸ A primeira universidade da América espanhola, a de São Domingos, foi criada em 1538 (HOLANDA, 1995, p. 98).

primeiras universidades surgem apenas nos anos 1920 e 1930 – a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, e a Universidade de São Paulo, em 1934.

O Ensino Superior continuou restrito até 1964, sendo formado por poucas universidades federais e algumas estaduais. Ao seu lado, havia outras poucas instituições privadas confessionais, como as PUCs e o Mackenzie, e instituições como a FAAP em São Paulo e a Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Foi a partir dos governos militares que se iniciou o processo de massificação da Educação, marcado pela crescente participação do ensino privado.

O desenvolvimento urbano e industrial criava novas oportunidades de emprego que exigiam formação superior e conhecimento técnico, o que estava na base do debate público sobre a expansão da Educação. A classe média em expansão pressionava o Estado pelo ingresso no Ensino Superior, especialmente nas universidades públicas²⁵⁹. Até então, o acesso à universidade era praticamente monopólio dos ricos e da alta classe média. Frente a essa situação, o Estado promoveu a expansão das matrículas dos cursos superiores, de 93,0 mil em 1960, para 425,0 mil em 1970 e 1.377,0 mil em 1980, com a ampliação da participação privada de 44,3% para 64,3% (Tabela 16).

Tabela 16 - Matrículas do Ensino Superior, Brasil, milhares de pessoas

	Público	% Público	Privado	% Privado	Total
1960	52	55,7	41	44,3	93
1970	211	49,5	215	50,5	425
1980	492	35,7	885	64,3	1.377
1990	781	50,7	759	49,3	1.540
2000	887	32,9	1.807	67,1	2.694
2010	1.462	26,8	3.987	73,2	5.449
2018	1.905	29,8	4.490	70,2	6.394

Fonte: Estatísticas do Século XX - IBGE e INEP.

Ao final da década de 1980, em decorrência da estagnação econômica, a expansão do Ensino Superior criou uma inflação de diplomas²⁶⁰, dado que as oportunidades de ocupação e de negócio encolheram. A massificação da universidade foi acompanhada pela lógica da produtividade e da quantidade, que redundou no gigantismo e no burocratismo, com professores despreparados e currículos desatualizados, deteriorando a qualidade de ensino.

²⁵⁹ Um bom exemplo foi o movimento dos chamados excedentes – os aprovados sem vagas – nos anos 1960.

²⁶⁰ Essa expressão foi consagrada por COLLINS (1979) e PARKIN (1979) ao se referirem à ampliação da educação nos Estados Unidos e seus efeitos sobre a estratificação social.

No governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma nova onda de expansão do Ensino Superior privado, cujo número de matrículas mais do que duplicou entre 1990 e 2000 – passou de 759,0 mil para 1.807,0 mil (**Tabela 16**). O governo abandonou a ideia de universalização do ensino público, optando pela liberalização do Ensino Superior com a abertura de novos cursos privados. Como disse o Ministro da Educação Paulo Renato à época, era necessário retirar os controles burocráticos estatais que estavam bloqueando o crescimento das matrículas²⁶¹. A partir de então, começaram a ganhar força instituições de ensino privado não confessionais geridas apenas pela lógica empresarial e financeira.

O programa do governo Lula considerava as dificuldades de acesso dos mais pobres ao Ensino Superior e a “falta de pessoal com formação universitária” como problemas a serem enfrentados durante o seu mandato. A ideia era que o crescimento absoluto de matrículas deveria continuar, acompanhado pela expansão do Ensino Superior público²⁶². Apenas entre 2003 e 2014 (governo Lula I e II e Dilma I) foram criadas 18 novas universidades federais e 173 *campi* universitários, praticamente duplicando o número de alunos. A expansão sem critério, focada mais na quantidade de matrículas do que na qualidade do ensino, também apresentou sérios problemas vinculados à falta de infraestrutura e à dificuldade de acesso a várias das universidades e *campi* construídos sem planejamento. Por exemplo, a USP Leste, fundada em 2005, apresentou índice de evasão de 37,0% em 2012²⁶³.

Mas a expansão das instituições privadas continuou a ser maior que a das públicas, estimulada pela criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004. O objetivo do programa era conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda de cursos de graduação e sequenciais em formação específica em instituições privadas²⁶⁴. Como contrapartida à concessão de bolsas de estudo, essas instituições receberiam a isenção de tributos como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Deve-se salientar que o PROUNI beneficiou mais as instituições de Ensino Superior com fins lucrativos do que as filantrópicas e as fundações, que já tinham direito à isenção de todos os impostos, inclusive os municipais, prevista pela Constituição Federal.

²⁶¹ ROSSETTI & SIMÕES, 1997.

²⁶² A esse respeito, ver CARVALHO (2014).

²⁶³ PROFESSORES..., 2012.

²⁶⁴ MANCEBO, 2015, p. 37.

A euforia com o crescimento econômico durante o governo Lula II levou o Ministro Fernando Haddad a propor, em 2010, colocar 10 milhões de alunos no Ensino Superior. Para tanto, seria necessário o crescimento acelerado do ensino privado. A solução foi a expansão dos recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) – criado em 1999 –, que subiram de 2,4 bilhões em 2010 para 15,5 bilhões em 2015, sem exigência real de qualidade dos cursos (**Tabela 17**). A expansão do financiamento aumentou enormemente o número de matrículas no Ensino Superior, abrindo espaço para um processo acelerado de fusões, aquisições e lançamentos de ações, alavancadas por fluxos de caixa inflados com substanciais recursos públicos.

Tabela 17 - Recursos financeiros associados ao FIES - administração e financiamento dos estudantes (Valores em milhões de reais, a preços de janeiro de 2016, corrigidos pelo IPCA)

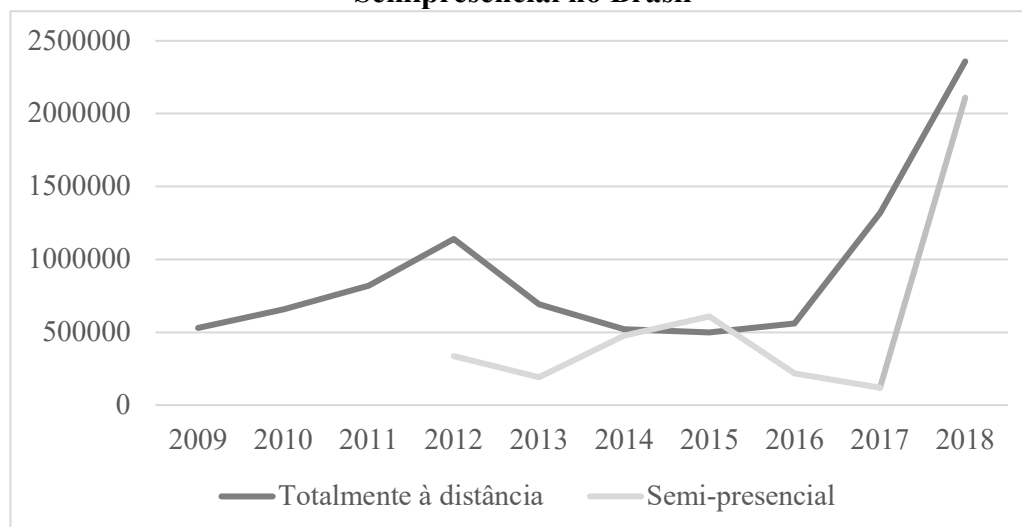
Ano	Recursos para a administração do FIES	Recursos para o financiamento dos estudantes	Total
2005	115,7	1.330,0	1.445,8
2010	170,1	2.349,9	2.520,0
2011	196,7	3.183,0	3.379,3
2012	229,5	6.734,3	6.963,7
2013	333,2	8.935,6	9.268,8
2014	138,1	13.965,0	14.103,1
2015	820,0	14.710,0	15.530,0

Fonte: CHAVES & AMARAL, 2016, 62.

Esse movimento de expansão das matrículas foi facilitado pelo rebaixamento dos currículos, iniciado no governo Fernando Henrique com a criação das graduações tecnológicas de 2 anos. Mas principalmente por sua massificação através do Ensino a Distância (EaD) ao longo dos anos 2000, cujo número de matrículas passou de 1,7 mil em 2000 (0,1% do total de matrículas)²⁶⁵ para 528,3 mil em 2009 (**Gráfico 3**). A expansão do EaD foi ainda maior a partir de 2016, quando passou de 561,7 mil para 2,5 milhões em 2019 (28,5% do total), em decorrência da crise econômica e da procura por cursos mais baratos. O mesmo aconteceu com os cursos semipresenciais, que passaram de 217,2 mil alunos em 2016 para 2,1 milhões em 2018. A consolidação de grandes grupos educacionais, com modelos de ensino degradados, caminhou na direção de ofertas de serviços mais baratos, a distância e de pior qualidade.

²⁶⁵ CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2019.

Gráfico 3 - Número de matrículas no Ensino a Distância (EaD) e no Ensino Semipresencial no Brasil



Fonte: CENSO DIGITAL EAD, 2018, p. 62.

Grupos como Cogna (antiga Kroton), Yduqs (antiga Estácio e IBMEC), Ser e Unip ganharam espaço, chegando a ter mais de um milhão de alunos cada um, com a introdução progressiva do ensino a distância. Formou-se um proletariado de professores malformados, que ganham pouco e ministram grande quantidade de aulas para salas abarrotadas de alunos. Os critérios de avaliação utilizados pelo MEC passaram a priorizar mais a infraestrutura e aspectos quantitativos e não a qualidade do ensino e a formação dos próprios professores. Ao que parece, nenhuma instituição foi fechada por baixa qualidade. A prova do ENADE de 2019, uma das principais formas de avaliação, revelou que 43,0% dos cursos das instituições do Ensino Superior privado tiraram nota 1 ou 2, de um total de 5, em 2019²⁶⁶.

O Objetivo foi um dos primeiros grupos educacionais do Brasil. Seu fundador, João Carlos Di Genio, montou as Faculdades Objetivo em 1972, que dariam origem à futura Universidade Paulista (UNIP), uma das universidades que mais cresceram no período recente. Atualmente, possui 530 mil alunos no Ensino Superior, sendo 300 mil na modalidade presencial e 230 mil a distância. Ao todo, são 36 *campi* e 600 polos de ensino a distância²⁶⁷.

A Cogna, a maior empresa do setor de Educação privada no Brasil, começou na década de 1960 como um curso pré-vestibular, o Pitágoras. Em 2014, a empresa fundiu-se com a Anhanguera Educacional, tornando-se uma das maiores do Ensino Superior do mundo.

²⁶⁶ BERMÚDEZ, 2020.

²⁶⁷ KOIKE, 2018.

Antes da crise pandêmica (Covid-19), o grupo possuía mais de 1,1 milhão de estudantes presenciais e mais de 819,0 mil na modalidade de EaD.

A Ser Educacional, fundada por José Janguê Bezerra Diniz, tem mais de 50 instituições de ensino presencial e mais de 300 polos de Ensino a Distância. Sua receita líquida em 2017 foi de 1,2 bilhão de reais²⁶⁸. O negócio, que começou como um curso preparatório para concursos públicos em 1994, fez em 2013 o maior IPO da América Latina no segmento da Educação. O aporte de capital possibilitou uma onda de aquisições, como a Universidade da Amazônia, a Universidade Guarulhos e a Univeritas (em Minas Gerais). Atualmente, o Grupo conta com mais de 152,0 mil alunos²⁶⁹.

Esses grupos têm uma expressiva participação dos fundos de investimento, inclusive estrangeiros. Entre os principais acionistas da Cogna estão os fundos Alaska, Comgeste e o JPMorgan. Além destes, um terço das ações está nas mãos de fundos estrangeiros como Invesco, BlackRock, Fundo Soberano de Cingapura, Coronation e Capital World Investors. A Estácio, controlada pelo BRL Trust, tem forte participação de alguns dos mesmos grupos: Coronation, Black Rock e Capital World Investor.

A mercantilização da educação também foi significativa no Ensino Básico. A partir dos anos 2000, as matrículas do Ensino Fundamental caíram como um todo em razão da diminuição da taxa de natalidade, em curso desde os anos 1970. Enquanto o ensino público apresentou queda importante do número de matrículas, o ensino privado cresceu nas últimas duas décadas (**Tabela 18**). A falta de prioridade que foi atribuída pelo Estado à escola pública e a sua degradação são os principais motivos da expansão do ensino privado na educação básica. O sistema público paga mal aos professores, tem problemas de infraestrutura física e de segurança. Mas o formato dos vestibulares e o acirramento da concorrência também deterioraram a situação das escolas privadas, que massificaram o ensino e rebaixaram as exigências em relação aos alunos.

²⁶⁸ LIMA, 2018, p. 58.

²⁶⁹ Informação disponível no *site* do Grupo Ser Educacional em: <<https://www.sereducacional.com/sobre-o-grupo>>. Acesso em 23 de jul. de 2020.

Tabela 18 - Matrículas no Ensino Fundamental, Brasil, milhares de pessoas

	Total Público	% Público	Privado	% Privado	Total
1959	6.297	88,2	844	11,8	7.141
1969	11.111	90,4	1.183	9,6	12.294
1979	19.245	87,4	2.780	12,6	22.025
1989	24.115	87,5	3.443	12,5	27.558
1999	32.782	90,9	3.277	9,1	36.060
2009	27.996	87,8	3.872	12,2	31.868
2019	22.207	82,0	4.717	18,0	26.924

Fonte: Estatísticas do Século XX - IBGE e INEP.

No Ensino Médio o número de matrículas caiu, principalmente na escola pública (Tabela 19). A passagem do Ensino Fundamental para o Médio é marcada pelo aumento do abandono escolar. Em 2019, entre os adolescentes de até 14 anos, o abandono era de 8,1%. Com 15 anos, esse número subia para 14,1%. Entre os principais motivos do abandono está a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). No caso das adolescentes mulheres, somam-se a esses motivos a gravidez (23,8%) e os afazeres domésticos (11,5%)²⁷⁰.

Tabela 19 - Matrículas no Ensino Médio, Brasil, milhares de pessoas

	Público	% Público	Privado	% Privado	Total
1960	-	-	-	-	114
1969	487	56,7	423	43,3	910
1979	1.419	53,4	1.239	46,6	2.658
1989	2.422	69,6	1.057	30,4	3.478
1999	6.545	84,2	1.224	15,8	7.769
2009	7.364	88,3	974	11,7	8.338
2019	6.532	87,5	934	12,5	7.466

Fonte: Estatísticas do Século XX - IBGE e INEP.

Os fundos de investimento, que dominaram o Ensino Superior, também entraram no Ensino Médio e Fundamental, não tanto pela compra de escolas, mas principalmente pela oferta de sistemas de ensino e gestão. Diferentemente do Ensino Superior, que tem um número maior de alunos concentrados no campus ou a distância, o Ensino Básico é pulverizado, e as escolas são geralmente pequenas. Como possuem poucos alunos, não são atrativas em termos da escala para os grandes grupos. Uma das poucas exceções é o Grupo Eleva Educação, que

²⁷⁰ PNAD EDUCAÇÃO, 2019.

tem entre seus principais acionistas Jorge Paulo Lemman. Após a compra dos colégios Anglo, Pitágoras, Maxi e Lato Sensus do Grupo Cogna, a Eleva se tornou um dos maiores grupos de educação básica do mundo com 120 mil alunos²⁷¹.

Mas a lógica predominante na Educação Básica é a do sistema de ensino criado pelo Anglo e posteriormente adotado por outras marcas como Objetivo, Positivo e Pitágoras, que contornou o problema da escala. A produção em escala de seus próprios materiais foi bem-sucedida, o que levou outras escolas a se associarem ao seu sistema de ensino, comprando seus materiais. A unificação dos vestibulares brasileiros fortaleceu o *marketing* vinculado a essas marcas, líderes no *ranking* de candidatos aprovados, alavancando a venda de sua metodologia e material didático. O livro foi substituído pela apostila dos grandes grupos na maioria das escolas privadas do país, levando ao rebaixamento da educação e à padronização das aulas e das tarefas, que podem ser realizadas por professores mais baratos e menos qualificados.

Muitas escolas públicas também passaram a adotar sistemas de ensino, vendidos aos municípios pelos grupos empresariais Pearson, Somos Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo²⁷². Além da venda de apostilas para alunos e docentes, os sistemas de ensino incluem produtos e serviços como atividades de formação para docentes, pacotes de videoconferência, acesso a Tele Sala, simulados e assistência pedagógica. Em 2013, o gasto do município por aluno na compra do sistema privado de ensino chegou a ser de 143,04 reais para o Grupo Objetivo e de 394,98 para o grupo Positivo, o que, no total, equivale até 6,0% dos gastos municipais com Educação para pagamento de sistemas de ensino²⁷³.

Os livros didáticos não apostilados, ainda utilizados em muitas escolas públicas, fazem do Estado brasileiro o maior comprador de livros do mundo. Um mercado garantido de milhões de exemplares por ano levou os grandes grupos educacionais a comprarem as maiores editoras do país. A Cogna, ao comprar o Grupo Somos em 2018, incorporou as principais editoras de livros didáticos como Scipione, Ática, Saraiva e Atual, além do Sistema Anglo.

A maior concorrência no setor de Educação Básica também levou as escolas privadas a terceirizarem serviços vinculados a sua gestão, seja para reduzir custos ou mesmo pela necessidade de atender padrões mínimos de qualidade. Essa demanda também foi suprida pelos grandes grupos por meio de serviços de *marketing* e de soluções educacionais diversas como plataformas de ensino a distância, gestão acadêmica, postagem de conteúdos etc.

²⁷¹ LAURENCE & CALMON, 2021.

²⁷² ADRIÃO et al., 2016, p. 114.

²⁷³ ADRIÃO et al., 2016, pp. 121 - 122.

A Arco Educação, grupo especializado em sistemas e soluções para Educação como a plataforma de ensino SAS e apostilas, vende seus produtos para 1,2 milhões de alunos em 4,5 mil instituições de ensino ao redor do país²⁷⁴. Oto de Sá Cavalcante e seu filho ficaram bilionários após sua *holding* atingir valor de 2,6 bilhões de dólares em 2019, com a abertura de capital em Nova York. No mesmo ano, o grupo adquiriu o Sistema Positivo por 1,7 bilhões de reais. Entre seus sócios está o fundo de *private equity* General Atlantic, com 20,0% do capital.

Na Educação Básica, o Grupo SEB (Sistema Educacional Brasileiro), de Chaim Zaher, é outro bom exemplo. Com faturamento de cerca de 800,0 milhões de reais, o Grupo começou com a Conequipe de Araçatuba. Num primeiro momento, fez parceria com o Objetivo e, depois, comprou o COC. Em 2010, a SEB vendeu as marcas Dom Bosco, Pueri Domus, Name e COC para a Pearson por 888,0 milhões de reais; três anos depois, vendeu a UniSEB para o grupo Estácio por 615,0 milhões de reais. Em 2017 adquiriu a operação da rede canadense de ensino básico Mapple Bear no Brasil, além de várias aquisições regionais. Mais recentemente, com a escola Concept, Chaim Zaher entrou para o segmento de escolas para o segmento AAA.

O Objetivo é o único grande grupo educacional que não está sob o comando de fundos de investimento. João Carlos Di Genio, recusou muitas ofertas, inclusive, de venda para a concorrência. No Ensino Básico, considerando os colégios, os cursinhos e os sistemas de ensino, o Grupo possui 500 mil alunos.

ii.

Na área da **saúde**, aconteceu processo semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição de 1988. Concebido como um sistema universal, o SUS realiza todo o tipo de atendimento, do primário ao mais complexo, além do atendimento emergencial. Também é responsável pela vacinação gratuita e pela distribuição de diversos medicamentos sem custos para qualquer cidadão. Um sistema completo como este, referência no mundo, tem padecido da falta de recursos. Seu subfinanciamento implica falta de infraestrutura – que restringe a entrada ao sistema –, falta de médicos e enfermeiros principalmente em regiões mais pobres, longas filas, falta de medicamentos e insumos básicos etc. Por essas razões, quem tem condições contrata um plano de saúde e só utiliza o SUS em

²⁷⁴ LOTUFO, 2020.

caso de acidente ou quando o serviço privado não cobre procedimentos caros, como transplantes de órgãos e algumas operações cardíacas.

Com a abertura irrestrita ao capital estrangeiro para o setor hospitalar do país, a área de serviços médicos sofreu forte concentração ao longo dos anos 2000. A Lei 13.097, sancionada em 2015 pela presidente Dilma Rousseff, permitiu a “participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde”. A legislação anterior possibilitava esse tipo de compra pelo capital estrangeiro através das operadoras de planos de saúde que, por sua vez, podiam comprar hospitais²⁷⁵. A nova lei levou à maior concentração e à desnacionalização do setor em seus principais segmentos: hospitais, planos de saúde, laboratórios e medicina diagnóstica.

Três dos herdeiros da família Pinheiro Koren de Lima, fundadora do Grupo Hapvida, estão na lista de bilionários brasileiros divulgada pela *Forbes*. A empresa, que começou como uma clínica oncológica em 1979, criou um plano de saúde em 1993. Desde então, passou a adquirir concorrentes e se tornou a principal operadora de assistência médica e odontológica do Norte e Nordeste. Atualmente, o Grupo Hapvida conta com 26 hospitais, 75 clínicas e 84 laboratórios. A abertura de capital em 2018 na B3, que marcou a entrada de 8 fundos de investimento no controle acionário da empresa, permitiu uma expansão ainda maior para outras regiões do Brasil como o interior de São Paulo, com a aquisição do Grupo São José e do Grupo São Francisco; e o Centro-Oeste, com o Grupo América. Entre os principais fundos estão Trust Asset Management, Verde, M Square, Gap Asset e Brasil Warrant.

A Rede D’Or, o maior grupo hospitalar do país, possui 42 hospitais, 35 clínicas oncológicas, 43 mil funcionários diretos e 87 mil médicos parceiros²⁷⁶. Dos 30,0 mil leitos oferecidos pelos hospitais privados no Brasil, 6,6 mil são do Grupo²⁷⁷. Nos últimos quatro anos, o Grupo cresceu por meio de aquisições, com o investimento de 7,0 bilhões de reais na compra de 15 hospitais, estratégia possível graças à capitalização da empresa em 2015, quando o Banco BTG Pactual saiu da sociedade e deu espaço ao fundo de investimento Carlyle (dono de 12,0%) e ao fundo soberano de Cingapura (26,0%). A família Moll, fundadora da Rede D’Or, ainda possui 58,0% das ações²⁷⁸. Entre as compras mais recentes do Grupo está a

²⁷⁵ OLIVEIRA, 2015.

²⁷⁶ Informação disponível no *site* do Grupo Rede D’Or em: <<https://www.rededorsaoluiz.com.br/o-grupo/sustentabilidade>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

²⁷⁷ VALIM, 2019.

²⁷⁸ Ibidem.

participação acionária da Qualicorp, a maior administradora de planos de saúde coletiva do país.

Outro bom exemplo é a Amil, uma das maiores operadoras de planos de saúde do país. A empresa da família Godoy Bueno foi comprada pela americana United Health, que pagou aos controladores brasileiros 6,5 bilhões de reais em 2012. Na ocasião, a empresa tinha 5,9 milhões de clientes. Com parte do dinheiro da venda, os fundadores da Amil compraram a Dasa, o maior laboratório de medicina diagnóstica do Brasil, e a Ímpar, rede de 7 hospitais. Paulo Sérgio Barbanti, ex-proprietário do grupo Notre Dame Intermédica, quarto maior no segmento de plano de saúde no Brasil, vendeu seu negócio para o *private equity* norte-americano Bain Capital em 2012 e passou a compor o rol de bilionários brasileiros.

Outros importantes laboratórios como Alliar e Hermes Pardini abriram seu capital recentemente. A Alliar foi fundada pela gestora de *private equity* Pátria e em 5 anos já havia feito 20 aquisições, uma das principais, o Centro de Diagnósticos do Brasil (CDB). A maior parte dos seus investidores hoje é estrangeira. No caso de um dos maiores laboratórios da América Latina, o Hermes Pardini, já havia a participação do *private equity* Gávea em seu negócio antes de fazer seu IPO em 2017. O Fleury, a segunda maior empresa do setor, ainda que não tenha aberto o seu capital, conta com participação da Bradesco Seguros e do fundo Advent International.

Deve-se sublinhar que o crescimento desses grandes grupos hospitalares, especialmente em segmentos premium – como é o caso da Onco Star da Rede D’Or –, tem ameaçado hospitais tradicionais da elite como o Sírio Libanês e o Albert Einstein, inclusive no que diz respeito às maiores remunerações dos médicos. O Dr. Paulo Hoff, um dos mais importantes oncologistas do país, teria recebido, de acordo com especulações da imprensa²⁷⁹, 50,0 milhões de reais de luvas para trocar o comando da oncologia do Sírio pelo da rede D’Or, além de salário de mais de 1,0 milhão de reais mensais.

iii.

A mercantilização dos bens e serviços públicos também atingiu a **segurança**. O monopólio da violência legítima, prerrogativa do Estado, foi abalado pelo crescimento de vários grupos do crime organizado, que se aproveitaram do desaparecimento estatal e ocuparam áreas cada vez maiores das grandes cidades brasileiras, submetendo parcelas significativas da população ao seu domínio. Nessas regiões, onde o poder público se encontra

²⁷⁹ FELITTI, 2018.

ausente, o crime organizado se armou com equipamentos de última geração, graças ao ganho financeiro e as conexões internacionais vinculadas ao tráfico de drogas, que se tornou a atividade mais importante e lucrativa do crime organizado no Brasil a partir dos anos 1980.

Ainda que existam várias facções, o Primeiro Comando da Capital (PCC) é o melhor exemplo de como o crime organizado afeta o poder estatal e a ordem pública. O PCC inovou em relação às demais facções criminosas ao se estruturar de forma verticalizada, centralizada e burocratizada, estabelecendo-se como uma grande empresa internacionalizada, que se aproveitou da desorganização do Estado brasileiro. Isso possibilitou que o grupo estendesse seu domínio sobre o varejo de drogas ilícitas em vários Estados do Brasil, além do atacado através do controle sobre o tráfico internacional, especialmente com a rota “caipira” (Paraguai, Bolívia e Peru) e a exportação para Europa e África.

Estima-se que a organização fature alguns bilhões de reais por ano, o que colocaria o PCC entre as 500 maiores empresas do país²⁸⁰. Também se estima que o PCC exporte 1,0 tonelada de drogas por semana nos Portos de Santos, Itajaí, Rio de Janeiro e Fortaleza²⁸¹. Algumas apreensões recentes revelaram que a frota de aeronaves do PCC era superior à das Polícias Civil e Militar do Estado de São Paulo juntas. Enquanto as duas instituições possuíam 33 aeronaves em 2020, o número de aeronaves apreendidas pela Polícia Federal ligadas à facção criminosa foi de 37, uma delas avaliada em 20,0 milhões de dólares²⁸².

Os líderes do PCC em liberdade não vivem mais nas periferias das cidades, mas em condomínios de luxo. Seus líderes possuem patrimônios da ordem de muitos milhões de reais, sendo que cinco deles – André do Rap, Anderson Gordão, Suaélino Martins, Bi da Baixada e Valdeci Colorido – amealhavam um patrimônio comum de 500,0 milhões de reais²⁸³. Já em 2006, Marcola insinuava ter 25,0 milhões de reais, provenientes apenas de dois assaltos a transportadoras de valores dos quais havia participado. A tentativa de resgatar Marcola do sistema prisional em 2019 envolveria gastos da ordem de 200,0 milhões de reais segundo a polícia de São Paulo.

Outro exemplo, Gegê do Mangue, então da alta cúpula do PCC, assassinado em 2018, gastou 8,5 milhões de reais quando se transferiu para o Ceará para comandar as operações da organização. Entre suas aquisições estavam quatro imóveis de luxo, duas Range Rover, duas BMW e um Porsche Cayenne²⁸⁴. André do Rap, responsável pela logística

²⁸⁰ GODOY, 2018.

²⁸¹ JOZINO, 2020a.

²⁸² JOZINO, 2021.

²⁸³ JOZINO, 2020c.

²⁸⁴ RODRIGUES et al., 2018.

internacional do PCC, morava em uma mansão em Angra dos Reis, com carros importados, lancha de luxo e dois helicópteros. Além das atividades vinculadas ao tráfico, investia em artistas do litoral de São Paulo e preparava-se para investir no futebol²⁸⁵. Orlando Marques dos Santos, o Sarará, um dos líderes do PCC presos na Argentina, tinha avião próprio, imóveis de luxo em Alphaville e uma fazenda em Tocantins com 3.500 cabeças de gado²⁸⁶.

Os ricos vinculados ao PCC não são apenas seus líderes diretos. São também empresários que nunca tiveram passagem pela polícia, responsáveis pelo sofisticado esquema de lavagem de dinheiro para a facção. Na operação policial que desmantelou um dos seus tentáculos de lavagem de dinheiro, foram descobertas 78 empresas, que lavaram 32,0 bilhões de reais para o PCC em quatro anos²⁸⁷.

A formação do PCC tem relação com a atrocidade cometida pelo governador Fleury em 1992. O massacre de 111 presos no Carandiru mostrou aos sobreviventes que era preciso algum tipo de organização que pudesse colocar um freio na insuportável brutalidade do sistema carcerário. Em 1993, Cesinha, Geleião, os principais líderes, mais Misael, Du Cara Gorda, Bicho Feio, Isaías Esquisito, Da Fé e Zé Cachorro organizaram a morte dos líderes da principal gangue que dominava o Piranhão, a Casa de Tratamento e Custódia de Taubaté num jogo de futebol²⁸⁸. O estatuto do PCC estabelecia: “Irmão não mata irmão. Irmão não explora irmão. Os ‘Fundadores’ são os chefes”.²⁸⁹

Baseado numa disciplina férrea e na organização dos presos contra o sistema que os oprime, o também chamado Partido do Crime foi batizando irmãos. A política míope do governo de São Paulo buscou separar as lideranças sistematicamente, levando-as para outros presídios para desmobilizar o PCC ou mesmo para que seus líderes fossem mortos, como se tentou com a transferência para Sorocaba de Geleião, o único fundador ainda vivo. Geleião, ao contrário do que o governo imaginou, não só sobreviveu a Sorocaba como se impôs de tal forma que todo o presídio se converteu ao PCC em pouco tempo.

As transferências das lideranças levavam o PCC a novas unidades do sistema prisional e à conversão em massa de novos membros, o que provocava novas rebeliões e novas transferências. Essa política acabou espalhando o PCC por todo o sistema prisional de São Paulo. A organização das penitenciárias foi impressionante: acabaram as brigas entre os presos, os estupros e o consumo de crack e uma nova ordem foi estabelecida internamente. Os

²⁸⁵ REBELLO, 2020.

²⁸⁶ JOZINO, 2020b.

²⁸⁷ ADORNO, 2020.

²⁸⁸ CHRISTINO & TOGNOLLI, 2017, p. 23.

²⁸⁹ Ibidem, p. 25.

presos ampliaram sua capacidade de resistência e de mobilização, o que resultou em rebeliões em massa simultâneas em diversas unidades prisionais, que acuaram o governo do Estado e que permitiram a obtenção de vantagens cada vez maiores para os presos e mesmo o controle sobre o sistema prisional.

A partir do controle estabelecido sobre as cadeias, o PCC percebeu que podia agir fora delas com o uso dos celulares. Inicialmente, cada um tinha seu negócio fora dos muros, mas havia uma caixinha comum para financiar visitas de familiares, fugas, proteção a membros fora das cadeias. As tentativas da Polícia Militar de exterminar as lideranças do PCC, tal como o massacre da Castelinho, em Sorocaba, foram inócuas. Foram mais ações para causar impacto e aparecer na televisão do que efetivas. As principais lideranças do PCC estavam seguras dentro dos presídios, e a facção substituía com facilidade o pessoal fora das cadeias.

O domínio sobre as ruas mudou de patamar com a ascensão de Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como Marcola, ao comando do PCC. Marcola percebeu que o PCC deveria deixar a “luta contra o sistema” em segundo plano e se concentrar no tráfico de drogas, banindo todos os elementos irracionais de sua atividade, agora verdadeiramente empresarial. As rebeliões, os grandes assaltos e os sequestros também deviam ser postos de lado, pois eram mais arriscados e traziam muitos problemas para a organização.

A política de encarceramento em massa do governo do estado de São Paulo também teve papel fundamental no crescimento do PCC. Em 1993, havia 32,0 mil presos em São Paulo; em 2016, último dado existente, eram 240,0 mil, o que significa um aumento de 7 vezes numa população que cresceu menos de 50,0% no período. As grandes quantidades de pobres trazidas para dentro das cadeias levaram a uma grande adesão de novos “primos” e “irmãos”, que podem chegar até a 300,0 mil hoje.²⁹⁰

Sob o comando de Marcola, o PCC se tornou uma grande empresa, gerida de maneira profissional pelas mais diversas áreas, conhecidas como sintonias: advocacia, atividades financeiras, sociais (cestas básicas, pensões etc.), transporte dos parentes dos presos, segurança, distribuição e comercialização etc. Apenas com advogados, estima-se que a organização gastou 2,5 milhões de reais no primeiro semestre de 2015²⁹¹. Há ainda a Sintonia do Apoio, que faz a assessoria da Sintonia Final, e as Sintonias Gerais inferiores, de cidades, de estados, que possuem “disciplinas” e gerentes financeiros cuidando da contabilidade e da

²⁹⁰ Números mais conservadores apontam para 20 mil irmãos filiados e contribuintes, mas estima-se que o número de “primos” e outros associados em geral varia entre 130 mil e 250 mil.

²⁹¹ HISAYASU, 2016.

tesouraria. Todas essas sintonias são formadas por células que podem ser cortadas e substituídas rapidamente, num grande edifício burocrático centralizado.

O controle burocratizado das diversas sintonias se espalhou para os presídios, as biqueiras, a maconha, o crack, a cocaína, os jogos de azar, as peruas, os postos de gasolina etc. Em São Paulo, mas também com muita força no Paraná, Mato Grosso do Sul, Piauí, Sergipe, Alagoas, Acre, Roraima. O controle sobre todos os ramos da cadeia de valor – refino, distribuição – chegou aos pontos de venda de droga e aos preços. Essas mudanças exigiram a reorganização da periferia: por exemplo, os justiceiros que trabalhavam para o comércio local foram expulsos ou mortos, pois geravam insegurança jurídica e podiam entrar em confronto com o PCC.

A centralização do PCC permitiu que ele fosse dominando progressivamente as regiões mais pobres de quase todo o Brasil e expandisse seus tentáculos: (1) lavando dinheiro no transporte público, nos postos de gasolina, no comércio de partes e componentes de carros, até clínicas de estética de alto padrão e (2) ampliando sua participação nas cadeias globais de valor do tráfico internacional, dominando o Paraguai, o refino, a infraestrutura de transporte, a distribuição e a venda. O PCC passou a ocupar novos elos da cadeia internacional de valor, tornando-se o responsável por uma *línea*, pela saída da droga da Bolívia e pela reexportação para terceiros mercados. O PCC tornou a “Rota Caipira” até mais importante que o tráfico da Colômbia, em decadência nas últimas duas décadas. Muitos chamam de Narcosul a associação com a Bolívia, que tornou o PCC uma das mais internacionalizadas e potentes organizações criminais do mundo, fazendo acordos de exportação com as máfias italiana, libanesa, congoleza, nigeriana²⁹².

A lucratividade do negócio é alta. Basta dizer que o PCC compra o quilo da cocaína pura em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) por 1,0 mil dólares e revende em São Paulo por 8,0 mil dólares ou na Europa por 50,0 mil dólares²⁹³. Em um negócio lucrativo como esse, há muito espaço para enriquecer rapidamente com o tráfico. O PCC também oferece carreiras corporativas promissoras, dado que as atividades administrativas e jurídicas são muitas num negócio monopolista em franca expansão. Segundo indícios, essa iniciativa inovadora na área do crime ampliou seu poder financeiro, corrompendo policiais e membros do Poder Judiciário.

No Rio de Janeiro, um dos poucos Estados brasileiros ainda fora do controle do PCC, a situação é mais complexa. A menor organização e tamanho dos grupos criminosos – Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA) –

²⁹² ABREU, 2017, p. 24.

²⁹³ Ibidem, p. 21.

associada à concorrência com as milícias, num contexto de menor nível de renda e dinamismo econômico, levaram as organizações na direção oposta à determinada por Marcola ao PCC. As facções criminosas cariocas não se concentraram apenas no tráfico de drogas e também praticam crimes contra o patrimônio – roubo de cargas e de carros – para aumentar o faturamento de suas atividades. A incapacidade de estabelecer uma ordem única também leva a frequentes guerras entre grupos adversários nos morros, com elevado número de mortos. A continuidade dos conflitos reduz a lucratividade do setor, em consequência da necessidade de grande número de “soldados”, aquisição de armas e munições²⁹⁴. De acordo com a Polícia Civil, há 1.413 favelas com atuação do crime organizado, 81% delas comandada pelo tráfico. Em suas estimativas, há em média 40 homens armados em cada uma das favelas, perfazendo um total de 56.520 indivíduos portando fuzis e pistolas na cidade²⁹⁵.

Nos anos 2000, os grupos milicianos cresceram rapidamente frente a esse cenário de insegurança, legitimando-se inicialmente como um contraponto ao tráfico. Em troca de segurança, a população paga taxas pelo uso de diversos bens e serviços de uso cotidiano como material de construção, mercado imobiliário, botijão de gás, TV a cabo, luz, água e transporte. Ainda que os grupos milicianos se posicionem como garantidores da ordem contra o crime organizado, mais recentemente, alguns estudos mostram uma maior simbiose entre tráfico e milícia, uma vez que a milícia passou a incorporar a seus negócios o mercado do varejo de drogas²⁹⁶. A diversificação das atividades econômicas garantiu maior poder financeiro e político das milícias, agora infiltradas diretamente no poder público, principalmente em prefeituras e casas legislativas.

Frente ao abalo do monopólio da violência estatal e à sensação de insegurança, os ricos se protegeram. A segurança privada se expandiu enormemente a partir dos anos 1990 e se transformou num setor econômico altamente lucrativo, cujo faturamento foi de 33,8 bilhões de reais em 2018²⁹⁷. Assim como na educação e na saúde, o controle da violência passou a ser crescentemente mercantilizado. Ainda que existam divergências nos dados divulgados pela Polícia Federal, pela Federação Nacional de Empresas de Segurança e pela PNAD, pode-se dizer que o número de seguranças privados no Brasil é de aproximadamente 1,0 milhão de pessoas, mais que o dobro do contingente de policiais²⁹⁸. Isso sem considerar agentes

²⁹⁴ CURI, 2020, p.5.

²⁹⁵ Ibidem, p. 10.

²⁹⁶ REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS, 2020.

²⁹⁷ FENAVIST, 2019, p. 30.

²⁹⁸ Aproximação feita a partir dos levantamentos realizados por RODRIGUES et al. (2019).

ocupados em atividades informais e não registradas, como vigias de rua, seguranças informais, empresas clandestinas, policiais realizando “bicos”.

A expansão e a especialização do crime organizado estão na raiz do aumento dos roubos de cargas; dos assaltos a bancos, aeroportos e transportadoras de valores; e dos crimes virtuais como espionagem industrial, roubos de dados bancários e pessoais. Marcola, por exemplo, era líder de uma quadrilha especializada em roubo de transportadoras de valores e Andinho, dentro do PCC, liderava o sequestro de grandes empresários, executivos e seus parentes. Apesar de o PCC ter encerrado as atividades nesse ramo, a segurança pessoal dos executivos e suas famílias continua a ser uma das atividades contempladas pelas grandes empresas de segurança privada.

Mas a principal atividade da segurança privada formal é a vigilância patrimonial, contratada através de pessoas jurídicas, como bancos, *shoppings*, restaurantes, supermercados, escolas, hospitais, lojas, lotéricas, postos de combustíveis, condomínios. A vigilância patrimonial cobre a segurança dos clientes, funcionários, prédios e mercadorias, o que também inclui serviços como os de portaria, recepção, sistema de alarme, circuito fechado de TV, detecção de incêndio e monitoramento 24 horas. Outra atividade importante é o transporte de cargas e valores, o que envolve escolta armada e sistemas de rastreamento. Os serviços de proteção contra crimes cibernéticos também cresceram. Um aspecto pouco discutido é que a violência no país não está relacionada apenas ao crescimento do número de homicídios e do tráfico de drogas, concentrado nas periferias, mas também ao aumento de crimes patrimoniais – concentrados nos bairros ricos e em áreas comerciais.

Tabela 20 - Número de crimes patrimoniais no Brasil

	2007	2010	2013	2016	2018
Roubo de veículo	110.624	151.682	216.651	273.339	247.148
Furto de veículo	-	-	240.168	279.221	243.808
Roubo de carga	10.974	11.715	13.534	23.364	22.334
Roubo à instituição financeira	485	1.564	762	1.081	987

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Elaboração própria.

Entre os bilionários listados pela *Forbes* está a família de Paulo Sérgio Freire Macedo, ex-proprietária da Nordeste Segurança e da Transbank, duas das maiores empresas de segurança privada e de transportes de valores do Brasil. Em 2012, as duas empresas foram vendidas para o grupo espanhol Prosegur por 826,0 milhões de reais, que se tornou o atual líder de mercado e o primeiro grupo a operar em quase todo o Brasil. A história do Grupo, antes chamado de Pernambuco Segurança, é emblemática. Foi fundado no final dos anos 1960

pelo patriarca da família, Hilson de Brito Macedo, ex-major do Exército e funcionário público federal, quando o governo criou o decreto-lei que regulamentava os serviços de segurança como privados. Em 1976, o grupo comprou quatro carros-fortes e entrou também no setor de transporte de valores. Quando começou a abrir filiais nos estados de Alagoas e Paraíba, o grupo mudou seu nome para Nordeste Segurança de Valores. Apesar de já ser uma empresa regional de médio porte, o grupo se expandiu de forma expressiva a partir dos anos 1990, quando o Bradesco se tornou um dos seus principais clientes no estado de São Paulo. Para atender a essa nova demanda, foi criada a Transbank. Em 2004, o grupo adquiriu a Norsegel, a maior empresa da região Norte, por 40,0 milhões de reais. O Grupo espanhol Prosegur comprou depois a Transvig, a maior do segmento em Roraima. Em 2015, somente a Nordeste Segurança e a Transbank tinham um faturamento anual de 794,0 milhões de reais, 20,9 mil empregados e estavam presentes em 14 estados de diversas regiões do Brasil²⁹⁹.

Outro importante grupo do setor é o Haganá, fundado em 1997. Em 2001, o grupo possuía 2,0 mil funcionários. Em 2012, passaram para 6,0 mil funcionários, que prestavam serviços para 45,0 mil apartamentos e 180,0 mil residências. Hoje está presente em várias cidades do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e, tem como clientes PwC, Nike, Allianz, Kering e Colégio Bandeirantes. O Grupo Souza Lima, que nasceu como uma empresa de Segurança Patrimonial em 1990, conta com 22,0 mil funcionários e 15 filiais em 11 estados.

Um acontecimento recente que expressa a força dos grupos de segurança privada no Brasil foi a recepção do presidente Jair Bolsonaro por Washington Cinel em sua mansão, antiga residência de Antônio Ermírio de Moraes. Ex-policia militar e ruralista, Cinel é um dos bilionários brasileiros proprietário do Gocil Serviços de Vigilância e Segurança, uma das maiores empresas do setor.

Nos últimos anos, alguns setores políticos e sociais passaram a estimular uma solução individual para o problema da segurança. Apoiados pela indústria de armas, grupos ligados à segurança pública e privada com presença no legislativo advogam a liberação do porte e do uso de armas para a defesa pessoal. Essa ideia é rejeitada por mais de dois terços da população e não há estudos que mostrem sua eficácia no estabelecimento de uma maior segurança pública. É consenso entre os estudos sobre o assunto que mais armas significam mais mortes e que os Estados Unidos, dentre os países desenvolvidos, é o mais violento. As vendas de armas no Brasil quase triplicaram entre 2018 e 2020. Atualmente, mais de 1 milhão de brasileiros têm porte legal de arma, metade composta por policiais militares e soldados³⁰⁰.

²⁹⁹ CASTILHO, 2015.

³⁰⁰ GORTÁZAR, 2020.

Os grandes beneficiários dessa demanda são a indústria de armas, as empresas de segurança e os clubes de tiros.

Além de ser uma afronta ao monopólio estatal da violência legítima, é uma tentativa de reproduzir caricaturalmente a legislação dos Estados Unidos. Criada em 1791, a Segunda Emenda dizia que o povo tem o direito de possuir e portar armas e de estabelecer uma milícia bem regulada – situação compreensível no século XVIII, quando não havia um Estado plenamente estabelecido na terra de ninguém que era a fronteira de expansão do Oeste.

iv.

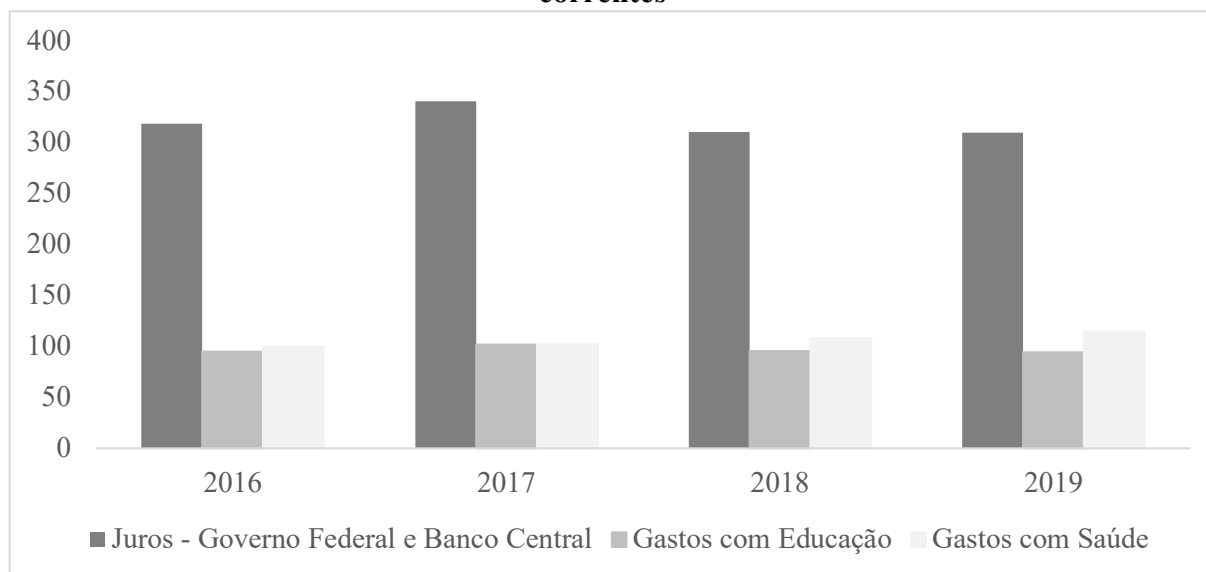
Nas últimas décadas, o Estado brasileiro não conseguiu garantir a todos os cidadãos a educação pública, gratuita e de qualidade, a saúde universal e a segurança pública, pactuados pela sociedade na Constituição de 1988, sob a justificativa de que não havia dinheiro.

A Emenda Constitucional nº 95 (PEC do Teto), aprovada em 2016, foi além: estabeleceu que os gastos do Estado estão congelados por 20 anos, sendo reajustados apenas pela inflação. A justificativa de uma determinação draconiana como essa é que a dívida pública cresceu excessivamente e que a situação fiscal estava fora de controle. A PEC do Teto coloca fim a qualquer pretensão de universalização dos direitos sociais. Considerando-se o aumento da população, vê-se que o gasto *per capita*, insuficiente para garantir serviços públicos de boa qualidade, será reduzido sistematicamente³⁰¹.

Mas, se os gastos estão congelados e não há dinheiro para universalizar direitos e garantir uma boa educação, o mesmo não se pode dizer dos gastos com juros, os maiores gastos do país há décadas e que ultrapassam em muito os gastos com saúde e educação (Figura 1). As altas taxas de juros são o principal fator da elevação dos gastos com a dívida pública desde o Plano Real e não os gastos sociais ou os investimentos públicos, que se encontram em mínimos históricos.

³⁰¹ DWECK et al., 2018, p. 48.

Figura 1 - Gastos Federais com Saúde, Educação e Juros do Brasil, em bilhões de reais correntes



Fonte: IPEADATA (2020) e Portal da Transparência (2020).

A observação da história fiscal, diria Schumpeter, revela o espírito de um povo, seu nível cultural e sua estrutura social³⁰². Assim sendo, pode-se dizer que a história recente do Brasil revela que se pode tributar os mais pobres através dos impostos sobre o consumo para gastar com os mais ricos, que são os receptores dos pagamentos de juros. Mas mostra também que os privilegiados não estão dispostos a pagar impostos para tornar a sociedade mais justa e coesa.

Schumpeter também aponta que o pagamento de impostos é a primeira forma de solidariedade social. É a obrigação social que garante direitos a todos os seus membros, sendo o elemento crucial do desenvolvimento da comunidade imaginária que muitos chamam de nação³⁰³. Diferentemente do que dizem as teorias neoliberais, um imposto não é somente algo que se paga em troca direta por algum bem ou serviço. Os impostos conectam os cidadãos a uma rede de reciprocidade, fundamental para a manutenção da coesão de qualquer sociedade moderna.

É a partir dos impostos que o Estado se torna capaz de organizar a vida econômica e social de um país e de garantir a segurança, a saúde e a educação das pessoas. Sem uma estrutura tributária que permita ao Estado garantir os direitos básicos a todos e o conagração dos indivíduos num todo social, a sociedade tende a regredir à barbárie das hordas primitivas³⁰⁴. O egoísmo individual e a defesa dos interesses privados da própria

³⁰² SCHUMPETER, 1991, p. 101.

³⁰³ A esse respeito, ver também COSTA NETO, 2018.

³⁰⁴ SCHUMPETER, 1991, p. 109.

família são desagregadores de qualquer ordem social. Daí a importância de um Estado que tribute e ordene os interesses em prol do bem comum.

Mas as elites políticas e econômicas que controlam o país, sob a justificativa de que “não há dinheiro”, abriram mão de um projeto de país moderno, de construir laços comunitários entre todos os brasileiros. Num dos poucos países em que não há impostos sobre dividendos – uma das principais formas de remuneração dos mais ricos e bem situados – e os impostos sobre a renda³⁰⁵ e o patrimônio são especialmente baixos, a história fiscal do Brasil mostra que sua elite não quer construir uma comunidade. Os que têm condições de pagar por serviços privados passaram a se utilizar deles, rompendo com os laços mais básicos de solidariedade que organizam uma sociedade. Resolvem seu problema individual, sem se interessar pela solução coletiva das questões que se colocam para a sociedade. Ao resto do país sobram serviços deteriorados e escassos.

Também não consideram a possibilidade de o país crescer mais rapidamente, o que reduziria a dívida pública e ampliaria a capacidade de gasto do Estado. Alfredo Setúbal, presidente da *holding* Itaúsa, controladora do banco Itaú-Unibanco, diz que o país não pode crescer mais que 2,0% ao ano – este seria o seu crescimento potencial³⁰⁶. Na visão das elites, apenas com políticas de austeridade, que reduzam o tamanho do Estado e levem ao reequilíbrio das contas públicas, o nível de crescimento poderia ser maior.

Esse contrassenso – supor que a contração do gasto amplia a renda – seria baseado na maior confiança do mercado, que ampliaria os investimentos. Mesmo instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI) reconhecem a fragilidade dessa visão, desacreditada no mundo desenvolvido depois da crise financeira de 2008³⁰⁷. O orçamento público não pode ser visto como um orçamento doméstico, visto que o Estado emite moeda, e seu gasto cria renda. Kalecki, já nos anos 1940, mostrou como o gasto público é a forma *par excellence* de mover a acumulação de capital, ampliando a arrecadação de impostos, os salários e os lucros do setor privado – em detrimento do controle privado sobre o crescimento da economia, através do estado de confiança. Além de contraproducente do ponto de vista macroeconômico e fiscal, a tese da “contração que leva à expansão” é uma justificativa ideológica dos interesses dos controladores da riqueza do país.

³⁰⁵ A alíquota máxima do imposto de renda para pessoa física no Brasil é de apenas 27,5%, incidindo esse valor sobre os rendimentos do trabalho. Os rendimentos do capital pagam, no máximo, 22,5% para aplicações de curto prazo e 15% para aplicações de prazos maiores.

³⁰⁶ SCHELLER & LUZ, 2020.

³⁰⁷ ROSSI et al., 2018, p. 27.

Em termos concretos, o surgimento de grandes grupos com larga participação de fundos de investimento na oferta de bens públicos foi a contrapartida da massificação de serviços degradados à grande parte da população. Essa não deixa de ser uma situação peculiar: os ricos não pagam impostos para sustentar os direitos universais, de um lado, e, de outro, recebem ganhos substanciais das empresas e dos fundos de investimento que oferecem para a população os serviços que não querem financiar.

3.5. A Dominância do Sistema Financeiro e a Emergência do Rentismo

É interessante pensar que, durante o processo de industrialização, os bancos privados desempenharam um papel marginal no desenvolvimento do país, o que contrasta com a sua atual dominância.

Num primeiro momento, o investimento público era realizado, na maior parte dos casos, com recursos fiscais, emissão monetária e recursos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil. Excepcionalmente, o investimento foi feito com empréstimo externo, como no caso da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), financiada pelo Eximbank dos EUA.

Depois da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, o setor produtivo estatal passou a ter uma nova fonte de financiamento estável com *funding* do Fundo de Reaparelhamento Econômico, proveniente do adicional de 15,0% do imposto de renda, além de outros fundos setoriais criados ao longo dos anos 1950. Os principais fundos criados foram o Fundo Federal de Eletrificação, Fundos de Renovação e Melhoramentos das Ferrovias, Fundos de Renovação Patrimonial, Fundos de Pavimentação, Fundo para Substituição de Ramais Ferroviários, Fundo de Marinha Mercante e Fundo Portuário Nacional. O BNDE também contou também com aportes de recursos estrangeiros do Eximbank e do Banco Mundial³⁰⁸.

Outra medida importante foi a Instrução nº 70 da SUMOC (1953), que estabeleceu um sistema de taxas múltiplas de câmbio, com quatro categorias para exportação e cinco para importação. Esse sistema de câmbio múltiplo subsidiava a compra de equipamentos e insumos essenciais e penalizava a importação de produtos não essenciais. Por exemplo, a diferença da taxa oficial em relação à categoria menos favorecida chegou a atingir 1.500% no caso de automóveis. Os recursos arrecadados chegaram a ser equivalentes a 12% da receita total do governo federal em 1956, o que foi fundamental para o financiamento da industrialização³⁰⁹.

³⁰⁸ A esse respeito, ver MELO et al., 2009.

³⁰⁹ CPDOC, 2021.

O investimento das empresas estrangeiras também prescindiu do setor financeiro brasileiro, uma vez que foi realizado, durante o Plano de Metas, com base nas importações sem cobertura cambial da Instrução nº 113 da SUMOC (1955). As empresas importavam equipamentos industriais sem enviar dólares ao exterior, podendo incorporar os equipamentos ao seu capital social a uma taxa de câmbio altamente favorável. O financiamento do investimento era provido pela matriz, que recebia subsídios para efetivar o investimento no Brasil. Outra forma era o aval do BNDE para empréstimos por parte das empresas estrangeiras no exterior³¹⁰.

No caso das empresas nacionais, à medida que eram de porte relativamente pequeno ou médio, os investimentos dependiam da acumulação de lucros e da renovação dos créditos para capital de giro.

Pode-se dizer que, até o Plano de Metas, o Brasil conseguiu se industrializar com um sistema financeiro pouco desenvolvido, dominado pelo Banco do Brasil, que realizava aproximadamente 50,0% das operações de crédito³¹¹. Havia também centenas de bancos privados que ofereciam capital de giro para as empresas brasileiras e empréstimos pessoais. Esses bancos, mesmo com taxas de juros negativas, ganhavam bastante com o elevado volume de empréstimos, mas não tinham estrutura de capital capaz de fornecer crédito no montante e na quantidade necessária para financiar investimentos de grande porte. A expansão do crédito era sempre liderada pelo Banco do Brasil que, através dos seus empréstimos, levava à ampliação das reservas de todo o sistema bancário.

Além da impossibilidade de transformar bancos oriundos de uma economia mercantil voltada para a exportação de produtos primários em bancos capazes de arcar com investimentos pesados, o processo de industrialização manteve os bancos em seu papel marginal para (1) bloquear ganhos especulativos de curto prazo que provocavam instabilidade macroeconômica e (2) para garantir que os poucos recursos existentes fossem canalizados para fins produtivos. Essa “repressão financeira” – que abrangia também o monopólio estatal do câmbio – foi importante para evitar o avanço do rentismo durante a industrialização.

A estrutura do Sistema Financeiro ganhou nova forma a partir de 1964, com a reforma de Campos e Bulhões, que pretendia modernizar o financiamento da economia ao criar bancos especializados que financiassem o setor imobiliário, o investimento, o consumo à moda do *New Deal* norte-americano. Mas, durante a gestão de Delfim Netto no Ministério da Fazenda, houve uma mudança radical de direção, rumo à formação de conglomerados

³¹⁰ LESSA, 1983, p. 59.

³¹¹ LESSA, 1983, pp. 70 - 71.

financeiros sob a liderança dos bancos comerciais, que se concentraram e passaram de 188 em 1968 para 72 em 1974.

A criação da Resolução nº 63 (1967) favoreceu a expansão dos bancos privados ao permitir que os bancos brasileiros captassem recursos no euromercado. Um dos objetivos era estimular o setor privado a financiar investimentos de longo prazo, ainda que com recursos externos. Esse movimento também ajudou na captação de recursos externos para financiar o balanço de pagamentos ao longo dos anos 1970.

Os maiores bancos comerciais também passaram a conceder crédito ao consumidor, realizando quase 70,0% das emissões de letras para o crédito ao consumidor, inovação que sustentou a ampliação do consumo de bens duráveis durante o “Milagre Econômico” (1968-1973).

O controle dos depósitos pelos cinco maiores bancos comerciais privados (exclusive Banco do Brasil) passou de 20,9% em 1967 para 34,2% em 1976 (um aumento de 64%)³¹². Mesmo com essa significativa concentração bancária realizada por Delfim Netto, os bancos privados continuavam relativamente acomodados em seus ganhos de curto prazo, sem interesse em arcar com os riscos e os prazos longos de maturação dos investimentos.

Os únicos empréstimos mais longos realizados pelos bancos privados eram para o crédito agrícola, oriundos do direcionamento do crédito imposto pelo Estado após 1964. De uma perspectiva schumpeteriana, pode-se dizer que os bancos privados apenas rentabilizavam os seus capitais, não tendo papel relevante na criação de novos investimentos durante todo o período da industrialização, visto que não financiavam a acumulação de capital, apenas o giro das empresas.

Outra mudança importante introduzida pelas reformas realizadas após 1964 foi criação de novas bases de financiamento para o setor público, notadamente (1) a subida da carga tributária, (2) a criação da correção monetária que permitiu a emissão de dívida pública e (3) o estabelecimento dos fundos paraestatais que forneciam o *funding* para investimentos como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). O Sistema Público de Financiamento passou a ser composto pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDE, Banco Nacional da Habitação (BNH), Bancos Estaduais e Bancos Regionais como o Banco do Nordeste (BNB)³¹³.

³¹² MACARINI, 2007, p. 350.

³¹³ A esse respeito, ver GUIMARÃES, 1990, capítulo 3.

Como parte importante do crédito privado era direcionado (12,0% do total dos depósitos a vista), praticamente 70,0% do crédito da economia era controlado pelo Estado durante os anos 1970. O Brasil era exemplo de planejamento econômico e o país que mais se aproximava da ideia de “socialização do investimento” de Keynes³¹⁴.

A situação dos bancos se modificou a partir dos anos 1980, quando a queda dos empréstimos em decorrência da estagnação e da tendência à hiperinflação foi mais que compensada pela nova dinâmica da dívida pública. O rentismo ganhou grande impulso, visto que os bancos passaram a se utilizar do *floating* – recursos de terceiros aplicados na dívida pública durante o período de efetivação das transações – para obter elevados ganhos proporcionados pela dívida pública.

Em suma, a deterioração das condições financeiras do setor público, em decorrência da crise da dívida externa, permitiu que os bancos crescessem fortemente e acumulassem cada vez mais poder, submetendo o Estado às suas exigências para manter o financiamento da dívida pública³¹⁵.

A estabilização da economia com o Plano Real mudou radicalmente o cenário. Com a globalização e o excesso de liquidez existente nas economias centrais, o Brasil passou a se utilizar de altas taxas de juros para atrair recursos estrangeiros de curto prazo, que também ganhavam com a valorização do câmbio, para financiar as contas externas. Essa nova situação favorecia também os bancos brasileiros, que se aproveitaram das altas taxas de juros da dívida pública e da canalização de todos os recursos financeiros disponíveis na economia para eles, que os reaplicavam na dívida pública.

A concentração do sistema financeiro, que se iniciou durante a gestão de Delfim Netto no Ministério da Fazenda, acelerou-se ao longo dos anos 1990 também com a privatização dos bancos estaduais³¹⁶. Nesse período, consolidaram-se grandes bancos múltiplos como Bradesco, Itaú, Unibanco, Real e Nacional. Apesar de os dois primeiros terem entrado em atividades produtivas, principalmente no então promissor setor de tecnologia da informação, é na área financeira que esses grupos prosperaram.

No século XXI, a concentração bancária se intensificou ainda mais, colocando o Brasil entre os países com maior concentração bancária do mundo, de acordo com o Fundo

³¹⁴ KEYNES, 1996, p. 345.

³¹⁵ A esse respeito, ver BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, capítulo 4.

³¹⁶ Os bancos públicos estaduais eram importantes instrumentos de desenvolvimento regional que foram incorporados pelos grandes bancos privados.

Monetário Internacional³¹⁷. A despeito de possuir 134 bancos múltiplos em 2020³¹⁸, 77,9% do volume total dos ativos está nas mãos de quatro bancos – Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander Brasil.

Tabela 21 - *Ranking* dos Dez Maiores Controladores de Ativos no Brasil (maio/2020)

Ordem	Instituição	Total Volume Financeiro (R\$ milhões)	Participação Relativa (%)	Total Administrado pela Própria Inst.	Total Administrado por Outra Inst.
1	ITAU-UNIBANCO S.A.	2.887.474,9	28,8	1.710.565,0	1.176.909,9
2	BRADESCO	2.476.610,7	24,7	1.171.928,9	1.304.681,8
3	BB	1.799.981,5	18,0	1.753.511,6	46.469,9
4	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	642.812,8	6,4	501.728,3	141.084,5
5	BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM S.A.	590.546,5	5,9	24.822,1	565.724,3
6	CAIXA	436.044,1	4,4	398.796,0	37.248,1
7	BTG PACTUAL	263.923,6	2,6	116.571,5	147.352,1
8	SAFRA	213.186,6	2,1	212.169,9	1.016,7
9	BRL DTVM	104.895,2	1,0	67.263,8	37.631,4
10	BNP PARIBAS	89.211,4	0,9	31.722,1	57.489,3

Fonte: ANBIMA (2020).

O caso do Bradesco é uma boa ilustração desse processo. Passou de pequena agência bancária em Marília a um dos três maiores bancos privados do Brasil. O banco foi fundado em 1943 por Amador Aguiar e atendia principalmente as massas que estavam sendo incorporadas à sociedade urbana-industrial, como imigrantes, pequenos comerciantes, vendedores etc. As bases do crescimento do Bradesco durante os anos 1960 e 1970 foram duas: a ampliação da rede de agências – em 1967, o Bradesco já estava presente em 11 estados, com um total de 326 agências³¹⁹ – e a incorporação de vários outros bancos pequenos e médios – apenas na década de 1960 incorporou 17 concorrentes. O Bradesco se tornou o maior banco comercial privado em 1976, controlando cerca de 12,1% dos depósitos do sistema bancário, o que contrasta com os 4,2% dos depósitos controlados pelo maior banco comercial privado em 1964³²⁰. Ao longo dos anos 1990, o crescimento do grupo foi ainda maior, com destaque para a compra do Banco de Crédito Nacional (BCN) em 1997, do Banco Mercantil em 2002, do Banco Zogbi em 2003, do banco espanhol Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) em 2003 e do HSBC em 2015.

Outro caso emblemático é o Santander, que tinha uma presença relativamente tímida no Brasil, mas que passou a ganhar força, num primeiro momento, com a aquisição de

³¹⁷ TAKAR, 2017.

³¹⁸ BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020.

³¹⁹ Dados disponíveis no site da Fundação Bradesco em: <http://www.fundacaobradesco.org.br/museu/ban_txt.asp>. Acesso em 10 de dez. de 2019.

³²⁰ MACARINI, 2007, p. 350.

bancos médios como o Banco Geral do Comércio em 1997 e o Banco Noroeste em 1998 e, principalmente, com a compra do Banespa em 2000 – que pertencia ao governo paulista e era um dos cinco maiores bancos do Brasil – e a do ABN Amro Real em 2008.

Outras fusões e aquisições importantes do setor foram a compra do Nacional pelo Unibanco em 1995, a do Bamerindus pelo HSBC em 1997, a do Banerj pelo Itaú em 1997, a do BankBoston pelo Itaú em 2006 e a fusão do Itaú e do Unibanco em 2008.

As instituições financeiras federais, apesar de não terem sido privatizadas como as estaduais, passaram por uma forte reestruturação. O Banco do Brasil, um dos maiores bancos brasileiros tanto em número de agências, como em patrimônio e receita líquida, tem abandonado, na prática, desde meados dos anos 1980, sua função de banco público, aproximando-se mais de um banco estatal “privado”³²¹. Guiado progressivamente pela lógica empresarial privada, o banco se distanciou de sua função de promotor do crescimento econômico por meio do financiamento de projetos prioritários ao país, mas pouco atrativos aos bancos privados, e de agente importante da execução das políticas monetárias e creditícias. Com a exceção de seu papel preponderante no crédito agrícola, o Banco do Brasil se tornou cada vez mais um banco comercial típico, que opera por meio da concessão de crédito de forma mais segura e lucrativa, visando gerar valor para os acionistas. Essa lógica tende a se sobrepor às diretrizes das políticas governamentais focadas nos retornos sociais e às políticas de regulação e financeiras³²².

A Caixa Econômica Federal passou por processo semelhante. Criada por Dom Pedro II para ser um banco para a poupança da população, a Caixa manteve essa característica até os dias de hoje. A partir de 1986, com a incorporação do Banco Nacional da Habitação (BNH), a Caixa também se tornou o núcleo do financiamento habitacional e de boa parte da infraestrutura urbana no Brasil. O banco é o principal agente de diversos programas sociais como Bolsa Família, aposentadorias, auxílio emergencial etc. Apesar dessas características, a Caixa atua como um banco comercial igual aos privados quando se trata de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas, cobrando taxas de juros “de mercado”.

Há ainda outros bancos menores, focados em nichos, cujos controladores auferem grandes lucros e se tornaram super-ricos. É o caso da família Safra, uma das mais ricas do mundo; de Aloysio de Andrade Faria, do Banco Alfa; e da família Dayan, do Banco Daycoval.

No caso dos bancos de investimento, deve-se sublinhar o caso do BTG Pactual, cujos principais sócios estão entre os bilionários do Brasil – Roberto Sallouti, Marcelo Kalim

³²¹ A esse respeito ver ANDRADE & DEOS (2009).

³²² ANDRADE & DEOS, 2009, p. 53.

e André Esteves. Originalmente uma corretora de valores mobiliários, o banco, que abriu seu capital em 2009 e recebeu investimentos do fundo soberano de Cingapura, tornou-se uma das mais importantes instituições brasileiras no século XXI, gerenciando ativos e patrimônios de milionários e fazendo investimentos em empresas no Brasil e no exterior. Entre elas está a Estapar Estacionamentos, símbolo do rentismo urbano. Parte importante dos seus negócios é a oferta primária de ações (IPO), tendo participado da maioria dos lançamentos primários e secundários da Bolsa de Valores brasileira.

Os grandes bancos também incorporaram seguradoras, um setor altamente lucrativo. Além de cobrarem altos prêmios para assumirem os riscos contratados, as seguradoras também obtêm altos lucros com títulos da dívida pública, acumulados para cobrir as despesas com os eventuais sinistros. Hoje, elas estão entre os maiores investidores institucionais do Brasil, acumulando ativos que equivalem a 25,0% da dívida pública³²³. A Bradesco Seguros é a maior seguradora do Brasil, com quase 25,0% do mercado nacional e lucro líquido de 5,2 bilhões em 2018³²⁴. A Porto Seguro, da família de Jayme Garfinkel, depois da associação com o Itaú Unibanco, tornou-se a maior seguradora de automóveis e residências do país. Patrick Larragoiti, controlador da Sul América, uma das principais seguradoras brasileiras, também está entre os bilionários brasileiros.

Depois de mudanças na legislação entre 2009 e 2013, o setor de pagamentos eletrônicos foi aberto à competição, com rompimento do virtual duopólio da Visa e da Mastercard, controladas pelos grandes bancos³²⁵. A Stone, fundada em 2012, entrou no que é conhecido como negócio das maquinhas e cresceu em meio a esse novo cenário. Recebeu aporte da 3G, de Jorge Paulo Lemman e sócios, BTG, Walmart e Gávea Investimentos. Em 2018, quando abriu seu capital na bolsa Nasdaq, seus fundadores Eduardo Cunha Monnerat Solon de Pontes e André Street tornaram-se bilionários. Outro bom exemplo é Luiz Frias, proprietário da *Folha de São Paulo* e do Uol, mas que ficou bilionário com a PagSeguro³²⁶.

Nos últimos anos, outros agentes ganharam espaço e passaram a se beneficiar dos altos juros brasileiros como assessorias, plataformas de investimento e *fintechs*. As altas taxas cobradas pelos bancos tradicionais para (1) a utilização de meios de pagamentos eletrônicos

³²³ Informação disponível no *site* da CNseg em: <<https://cnseg.org.br>>. Acesso em 4 de ago de 2020.

³²⁴ Dados divulgados pelo Bradesco Seguros em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coaso/arquivos-demonstracoes-anuais/2018-12/BradescoSegurosSA-05444-DO-201812.pdf>>. Acesso em 4 de ago de 2020.

³²⁵ Em 2009, o Itaú Unibanco detinha 50% das ações da Redecard, credenciadora da Mastercard. A Cielo, credenciadora da Visa, pertencia ao Bradesco, Banco do Brasil e Santander.

³²⁶ Uma mudança recente (novembro de 2020) é a introdução do PIX, sistema eletrônico de pagamentos desenvolvido pelo Banco Central, que não cobra taxas para transações bancárias instantâneas e que pode afetar sensivelmente as empresas de pagamentos eletrônicos e as *fintechs*.

e (2) de administração e corretagem para investimentos em fundos abriram espaço para o surgimento de concorrentes em meio às transformações digitais recentes.

Várias corretoras e plataformas de investimentos surgiram desde então. A XP, de Guilherme Benchimol, tornou-se a maior consultoria de investimento do país com 3 plataformas virtuais (XP, Rico e Clear). Ganhou mercado ao oferecer investimentos nos mais diversos tipos de fundos sem cobrar taxas através da internet e de agentes autônomos de investimento. Em 2017, 49,9% de suas ações foram compradas pelo Itaú Unibanco. Em 2019, A XP abriu o capital na Nasdaq e conseguiu autorização do Banco Central para operar como banco múltiplo. Apesar do aumento do número de novos concorrentes, as corretoras e plataformas de investimentos estão ligadas aos grandes bancos ou, quando independentes, estão subordinadas a eles.

Tanto as *fintechs* quanto os grandes bancos passaram a oferecer uma maior variedade de aplicações financeiras, além das tradicionais como o Certificado de Depósito Bancário (CDB) e a poupança. Compõem o seu cardápio de produtos fundos de investimento em ações, fundos de investimento imobiliário, fundos multimercados, previdência complementar, Exchange-Traded Fund (ETF), letras de crédito imobiliário (LCI), letras de crédito agrícola (LCA), Certificado de Operações Estruturadas (COE) etc.

Nas últimas décadas, esses fundos de investimento ganharam cada vez mais importância, por darem maior diversificação e, em alguns casos, maior rentabilidade para os investidores, inclusive para pequenos e médios investidores da classe média-alta. Esses fundos podem ser geridos pelos próprios bancos ou por gestores independentes. Há também que se considerar a origem dos fundos, dado que, nos últimos anos, a participação de fundos estrangeiros no Brasil cresceu enormemente. Uma das estratégias dos fundos estrangeiros de *private equity* (Tabela 22) é a de criar veículos de investimento para comprar empresas, em geral de capital fechado, e realizarem fusões e aquisições para posterior abertura de capital de grupos maiores, com o objetivo de obter elevados ganhos no horizonte de 5 a 10 anos.

Tabela 22 - Maiores investimentos de Fundos de *Private Equity* no Brasil em 2018

Gestores	Valor Milhões	Portfólio
Advent	BRL 1.900	Walmart Brasil
Innova Capital e Naspers	USD 400	Ifood
Tecent	USD 200	Nubank
GIC	BRL 1.000	Algar Telecom
Dragoneer Investment Group, DST Global, Founders Fund, QED, Redpoints, Ribbit Capital e Thrive Capital	USD 150	Nubank
Innova Capital e Naspers	USD 124	Movile
IG4 Partners	BRL 400	Iguá Saneamento
Softbank	USD 100	Loggi
Neuberger Berman	BRL 380	Uniassselvi
Advent	BRL 355	Estácio
Adam Street Partners e CPPIB	USD 85	Mutant
Vinci Partners	BRL 300	Cura Laboratórios
Vinci Partners	BRL 300	Domino's
General Atlantic, KaszeK Ventures, Ruane, Cunniff & Goldfarb, Qualcomm Ventures e QED	BRL 250	Quinto Andar

Fonte: KPMG & ABVCAP, 2019.

Dentre os diversos tipos de fundos existentes no Brasil, é preciso destacar os Fundos de Pensão das Estatais (FPE) como Previ, Funcef e Petros, que possuíam quase 45,0% do total dos ativos dos fundos brasileiros de previdência complementar³²⁷. Boa parte dos seus recursos são aplicados em títulos públicos – ao redor de 30,0% a 45,0% – e o restante em ações de empresas que eram estatais como as do setor elétrico, de telecomunicações, de capital misto como a Vale do Rio Doce e a Petrobras, grandes obras de infraestrutura feitas pelo governo federal e governos estaduais ou em empresas como a BR Foods e a Ambev.

Em termos das funções cumpridas pelos bancos no Brasil, pode-se dizer que (1) proveem o crédito corrente e (2) aplicam os recursos líquidos da economia que fluem para os bancos em busca de valorização financeira.

A elevada concentração de ativos em poucas instituições dá enorme controle sobre todo o crédito da economia, fazendo com que os deficitários crônicos estejam submetidos ao seu domínio. Todos que precisam de recursos, sejam pessoas físicas, sejam empresas que necessitam de capital de giro, são obrigados a pagar as maiores taxas de juros do mundo.

As empresas que precisam de financiamento ao longo de seu ciclo de produção se deparam com juros e *spreads* elevados, respectivamente de 8,8% e 32,2% em 2018³²⁸. Para se financiarem, essas empresas são obrigadas a ceder parte importante dos seus lucros e a repassar os custos financeiros para os preços de seus produtos. Numa economia em que a taxa de investimento é baixa e que, portanto, a concorrência também é baixa, os juros cobrados

³²⁷ CONTI, 2016, p. 376.

³²⁸ CUSTO..., 2020.

pelos bancos fazem com que os preços sejam “financeirizados”. Por exemplo, um consumidor que vá comprar uma geladeira paga o mesmo preço, independentemente de o pagamento ser a vista ou em muitas prestações no país dos maiores juros do mundo.

As taxas cobradas de pessoas físicas também são abusivas e fazem com que os bancos se apropriem progressivamente da renda das famílias. De acordo com nova regra criada pelo Banco Central no começo de 2020, as taxas de juros cobradas no cheque especial não podem ser maiores que 8,0% ao mês, ou seja, 151,8% ao ano. Antes disso, a taxa média cobrada pelos bancos estava em 12,4% ao mês, o equivalente a 306,0% ao ano. Ainda mais elevadas são as taxas no rotativo do cartão de crédito, que fecharam 2019 acima de 300,0% ao ano. Apenas para fins comparativos, o Banco Itaú do Paraguai, o maior daquele país, cobra uma taxa de 12,5% ao ano no cartão de crédito.

Num cenário como esse, é enorme a massa de pessoas que não consegue honrar seus compromissos financeiros. O número de inadimplentes no Brasil chegou a 62,1 milhões em janeiro de 2019, o que equivale a 40,2% da população adulta do país³²⁹, sendo um terço das dívidas não pagas com bancos e cartões. Em linhas gerais, nove em cada dez inadimplentes pertencem à classe C/D/E, possuem em média 36 anos e uma dívida média de 2.615,98 reais³³⁰. Frente a juros tão altos, qualquer pessoa que precise recorrer ao sistema financeiro em razão de algum imprevisto ou mesmo para honrar contas do dia a dia está altamente propensa a se tornar inadimplente. Algumas instituições financeiras se aproveitam da difícil situação dos “negativados”, oferecendo empréstimos com taxas de juros que ultrapassam 900,0% ao ano³³¹. É o caso da Crefisa, cujos donos José Roberto Lamacchia e Leila Pereira estão entre os mais ricos do Brasil. Além da instituição financeira voltada para crédito pessoal, são donos da Faculdade das Américas (FAM).

Da perspectiva macroeconômica, os bancos já absorviam, desde os anos 1980, todos os fluxos positivos de caixa das empresas e das famílias, que buscavam se defender da aceleração da inflação através do ganho fácil proporcionado pela dívida pública brasileira. Com as elevadíssimas taxas de juros praticadas desde o Plano Real, o sistema financeiro ganhou força e se tornou dominante. A desarticulação dos mecanismos de coordenação e planejamento do Estado no governo Fernando Henrique comprometeu a capacidade de crescimento do país. A diminuição do investimento público em infraestrutura e das empresas estatais também afetou negativamente os investimentos privados, o que reduziu drasticamente

³²⁹ CNDL & SPC, 2020, p. 3.

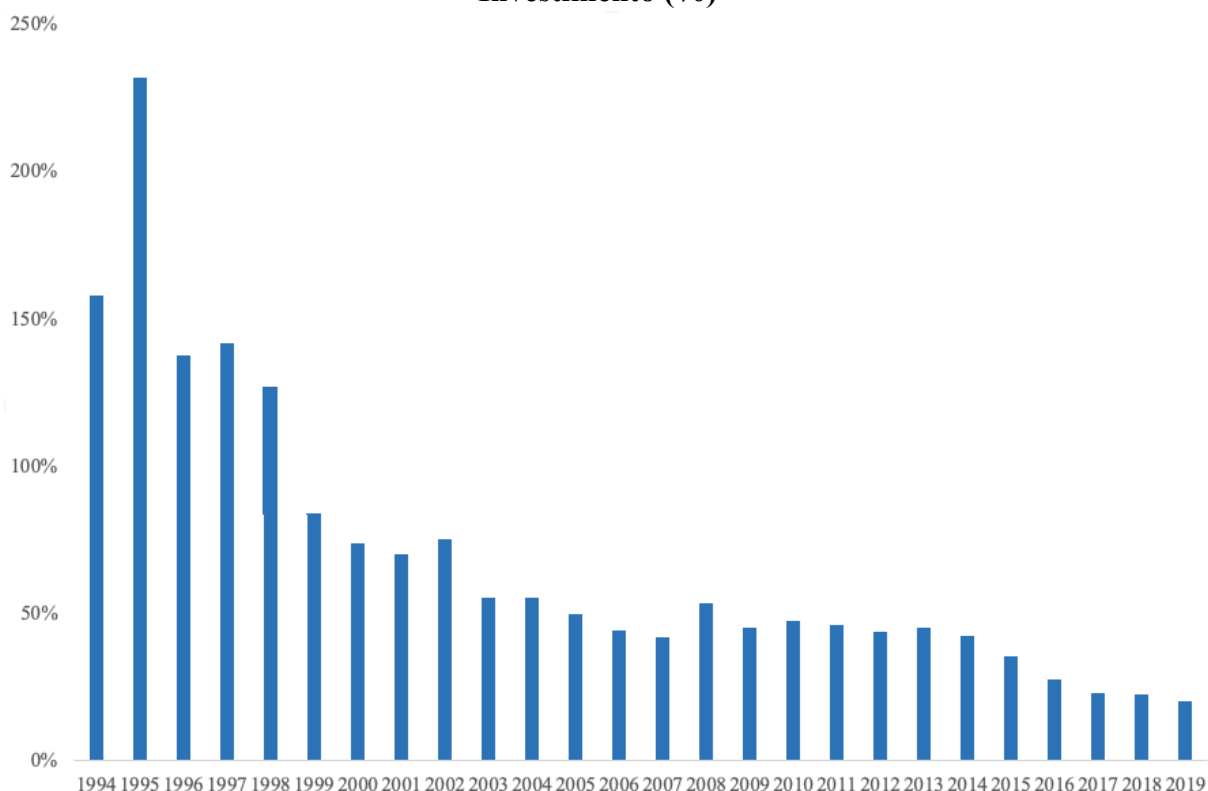
³³⁰ CNDL & SPC, 2018, p. 4.

³³¹ BANCO CENTRAL, 2020.

o nível de investimento total. À medida que o cenário era hostil para novos investimentos produtivos, os fluxos financeiros foram direcionados em grande medida para a dívida pública através dos bancos, transformando o sistema financeiro no centro da economia brasileira nas últimas décadas.

Esse movimento de avanço do rentismo, da apropriação da renda de ativos já existentes, pode ser visto na relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o volume dos fundos de investimento (Gráfico 4). A redução do investimento foi acompanhada pelo crescimento do montante dos recursos aplicados no sistema financeiro. A taxa de investimento do setor privado, entre 2013 e 2017, caiu 5,0% do PIB (de 19,0% para 14,0%)³³², enquanto a poupança do setor privado, no mesmo período, saiu de -0,1% para 7,9% do PIB. Esse saldo positivo disponível, junto à poupança das famílias, foi canalizado para a dívida pública, que subiu no mesmo período 22,4% do PIB. Dos recursos canalizados para o sistema financeiro, 69,6% foram destinados à aquisição de títulos públicos³³³.

Gráfico 4 - Formação Bruta de Capital Fixo em relação ao total dos Fundos de Investimento (%)



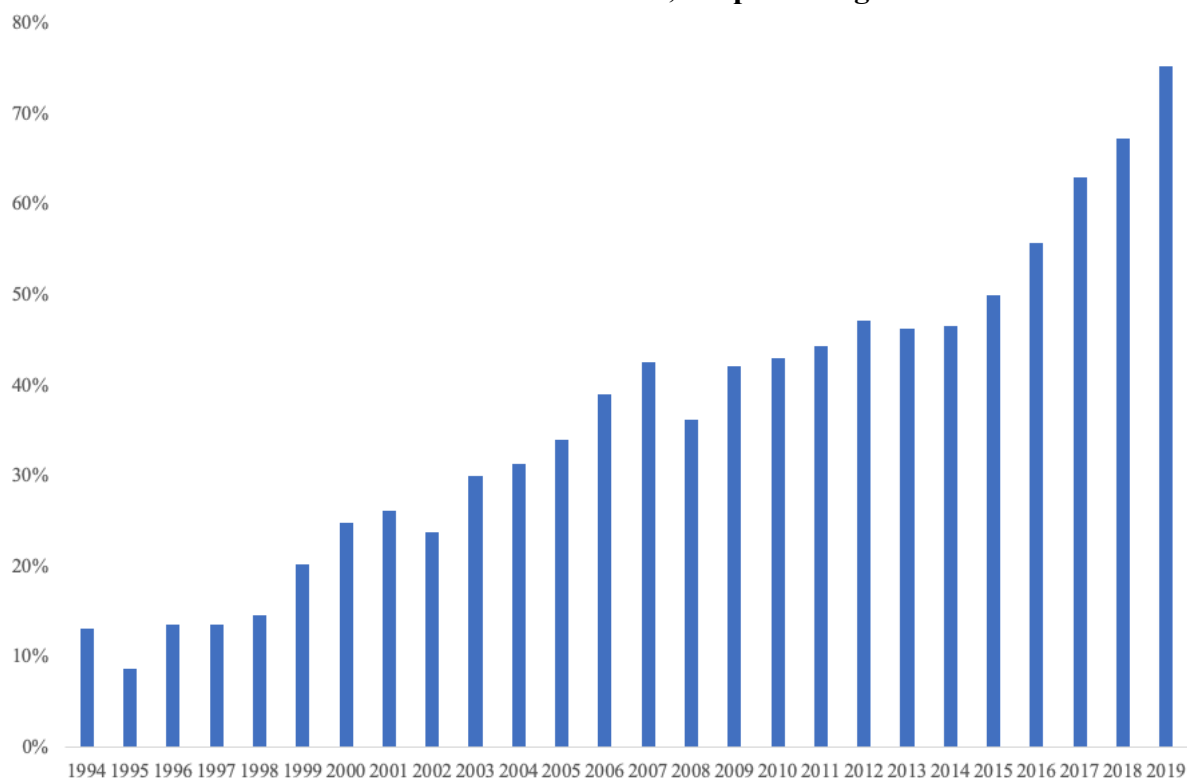
Fonte: ANBIMA; IPEADData (2020). Elaboração própria.

³³² CEMEC/FIPE, 2018, p. 13.

³³³ Ibidem, p. 20.

O resultado é claro. Pouco investimento novo, pouco crescimento, mas grande acumulação de riqueza financeira. O descolamento do estoque de riqueza financeira do crescimento econômico também pode ser visto na participação crescente dos fundos de investimento em relação ao PIB, que era menos de 10,0% em 1995 e que atingiu pouco mais de 75,0% em 2019 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Fundos de Investimento, em porcentagem do PIB

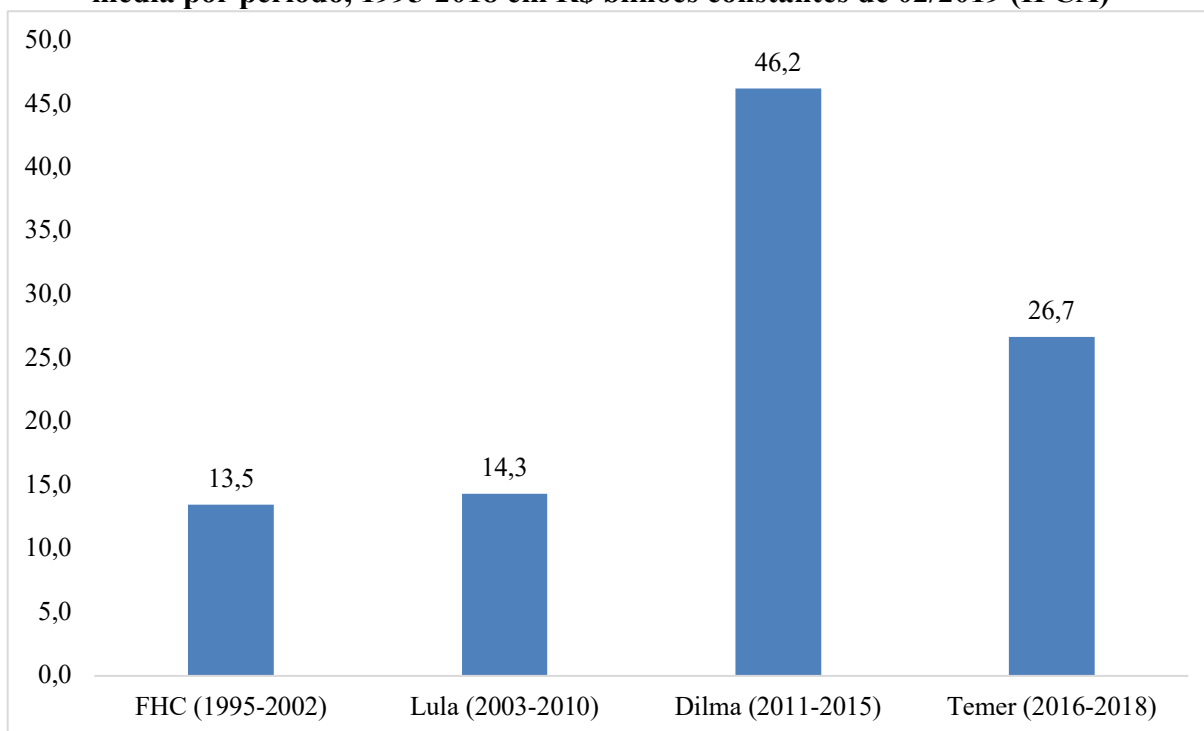


Fonte: ANBIMA; IPEADData (2020). Elaboração própria.

A receita real não operacional das empresas aumentou consideravelmente, especialmente no governo Dilma (Gráfico 6). Significa dizer que as empresas passaram a se interessar progressivamente pela valorização acionária e pelos ganhos com juros. Por exemplo, a Rede Globo ganhou quase 1,0 bilhão de reais em juros no ano de 2018³³⁴.

³³⁴ CASTRO, 2019.

Gráfico 6 - Brasil: Receita Real Não Operacional de Empresas de Capital Aberto, média por período, 1995-2018 em R\$ bilhões constantes de 02/2019 (IPCA)



Fonte: CVM *apud* Economática.

Mais do que investir e crescer, o objetivo das atividades empresariais passou a ser o de gerar caixa para aplicar na dívida pública, distribuir dividendos e valorizar as ações, também em razão da maior participação de grandes fundos estrangeiros no controle acionário. São fundos como BlackRock, Blackstone, Carlyle, Advent, Coronation, Invesco, Fundo Soberano de Cingapura que em geral se associam a fundos nacionais como Pátria, Alaska, Tarpon em investimentos em todos os setores da economia – indústria, agronegócio, varejo, infraestrutura, serviços de utilidade pública, terras, shoppings, imóveis em geral, agências de propaganda e relações públicas, educação, saúde. Um bom exemplo são os fundos de *private equity*, que cresceram enormemente nos últimos anos (Tabela 23).

Tabela 23 - Investimentos por setor nas modalidades *Private Equity* e *Venture Capital*

		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Agronegócio	Investimento em R\$ Milhões	355,4	743,6	528	397,8	-	567,20	915,8	618,3	4.126,1
	Quantidade de empresas investidas			13	6	0	17	13	23	72
Alimentos e Bebidas	Investimento em R\$ Milhões	1.184,80	1.635,80	880	132,6	370,7	1.247,9	1.373,80	2.053	7.630,7
	Quantidade de empresas investidas			5	3	7	8	8	9	40
Educação	Investimento em R\$ Milhões	710,9	297,4	176	132,6	2.224,50	453,80	2.271,20	1.538,80	7.805,2
	Quantidade de empresas investidas			7	3	13	4	9	14	50
Infraestrutura	Investimento em R\$ Milhões	1.540,20	892,30	352	-	-	-	3.170,40	418	6.372,9
	Quantidade de empresas investidas			7	0	0	0	2	3	12
Produção e Serviços Industriais	Investimento em R\$ Milhões	710,9	594,8	704	265,2	370,7	340,3	470,50	43,9	3.500,3
	Quantidade de empresas investidas			8	6	11	8	5	3	41
Real Estate e Construção Civil	Investimento em R\$ Milhões	829,4	1.933,20	704	-	370,7	2.042	26,30	344,3	6.249,9
	Quantidade de empresas investidas			23	0	5	10	2	4	44
Saúde e Farmácia	Investimento em R\$ Milhões	1.421,80	594,80	528	2.121,80	7.044,10	794,10	432,10	1.052,70	13.989,4
	Quantidade de empresas investidas			12	9	22	13	15	25	96
Serviços Financeiros	Investimento em R\$ Milhões	710,9	-	352	397,8	370,7	1.247,90	523,30	2.698,60	6.301,2
	Quantidade de empresas investidas			4	7	12	13	18	28	82
Varejo	Investimento em R\$ Milhões	592,4	3.271,60	1.056	397,8	2.039,10	1.247,90	1.237,30	1.159,60	11.001,7
	Quantidade de empresas investidas			11	7	5	11	8	3	45

Fonte: KPMG & ABVCAP, 2019.

Interessada apenas em resultados financeiros, essa forma de gestão empresarial serve de base para maiores ganhos com fusões, aquisições e IPOs; no caso deste último, com participação de bancos internacionais para a atração de investidores estrangeiros e a colocação de papéis em Nova York. De acordo com dados divulgados pela B3, das empresas que fizeram IPOs entre 2009 e 2020, 56,0% tinham fundos de *private equity* como sócios³³⁵. A abertura de

³³⁵ FUNDOS..., 2020.

capital em Bolsa traz novos recursos para as empresas, mas estes raramente são utilizados para realizar novos investimentos, servindo principalmente fusões e aquisições que valorizem as ações. Segundo levantamento realizado pela Economática, as empresas listadas em bolsa no Brasil reduziram, na última década, seus investimentos em termos reais de 338,0 bilhões de reais em 2011 para 272,0 bilhões de reais em 2019³³⁶. Esse processo, possível graças à abertura financeira, criou muitos ricos no Brasil, gestores desses fundos, que não aparecem nas estatísticas.

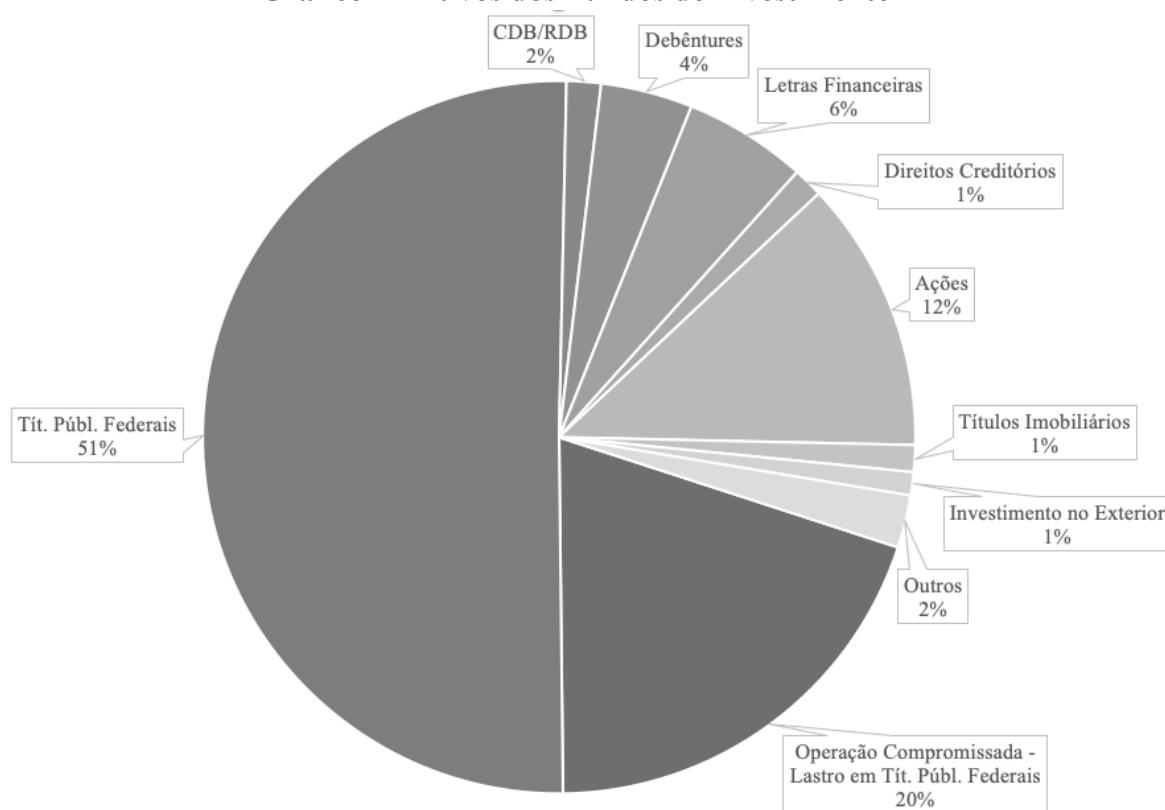
Mesmo no caso do agronegócio, parte importante dos seus lucros não é reinvestida, uma vez que os investimentos do setor são financiados, em boa parte, por meio do crédito agrícola do Banco do Brasil e do direcionamento compulsório do crédito privado. Apenas para a safra 2019/2020, o montante de crédito concedido foi de 222,4 bilhões de reais, com taxa média de juros de 6,1% ao ano³³⁷. No caso do setor varejista, o reinvestimento também é baixo, voltado em grande medida à expansão da rede de lojas e em *e-commerce*. Os ganhos dos grandes varejistas também são canalizados para o sistema financeiro.

Essa lógica também vale para a poupança das famílias ricas e de classe média alta que, *grosso modo*, até os anos 1990, era destinada para cadernetas de poupança e imóveis. Hoje, o grosso desse montante é aplicado na dívida pública. Os fundos de pensão, especialmente das grandes estatais, como a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, também incorporam trabalhadores de menor renda na esfera do rentismo.

Os dividendos distribuídos aos acionistas, bem como parte importante dos altos salários e bônus pagos ao alto escalão das grandes corporações, também se encaixam nessa lógica, especialmente depois que o governo Fernando Henrique acabou com a tributação sobre os dividendos. A poupança individual de quem tem altos salários também vai sendo investida no Tesouro Direto, nos fundos multimercados, fundos de investimento em cotas, fundos de pensão etc. Quando se observam os ativos dos fundos de investimento, vê-se que 51,0% são títulos públicos e 20,0% operações lastreadas em títulos públicos, totalizando 71,0% de todos os ativos financeiros do país (Gráfico 7).

³³⁶ MOURA & CUCOLO, 2021.

³³⁷ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2019.

Gráfico 7 - Ativos dos Fundos de Investimento

Fonte: ANBIMA (2020). Elaboração própria.

Isso significa que, apesar da baixa taxa de crescimento, a economia brasileira acumula riqueza principalmente na forma de dívida pública. Dessa perspectiva, a dívida pública é a riqueza privada garantida pelo Estado. Essa massa crescente de recursos, remunerada com elevadas taxas de juros durante décadas, é a base do rentismo, que se espalha por todos os setores em função da concentração da propriedade nas mãos dos fundos de investimento e dos grandes bancos.

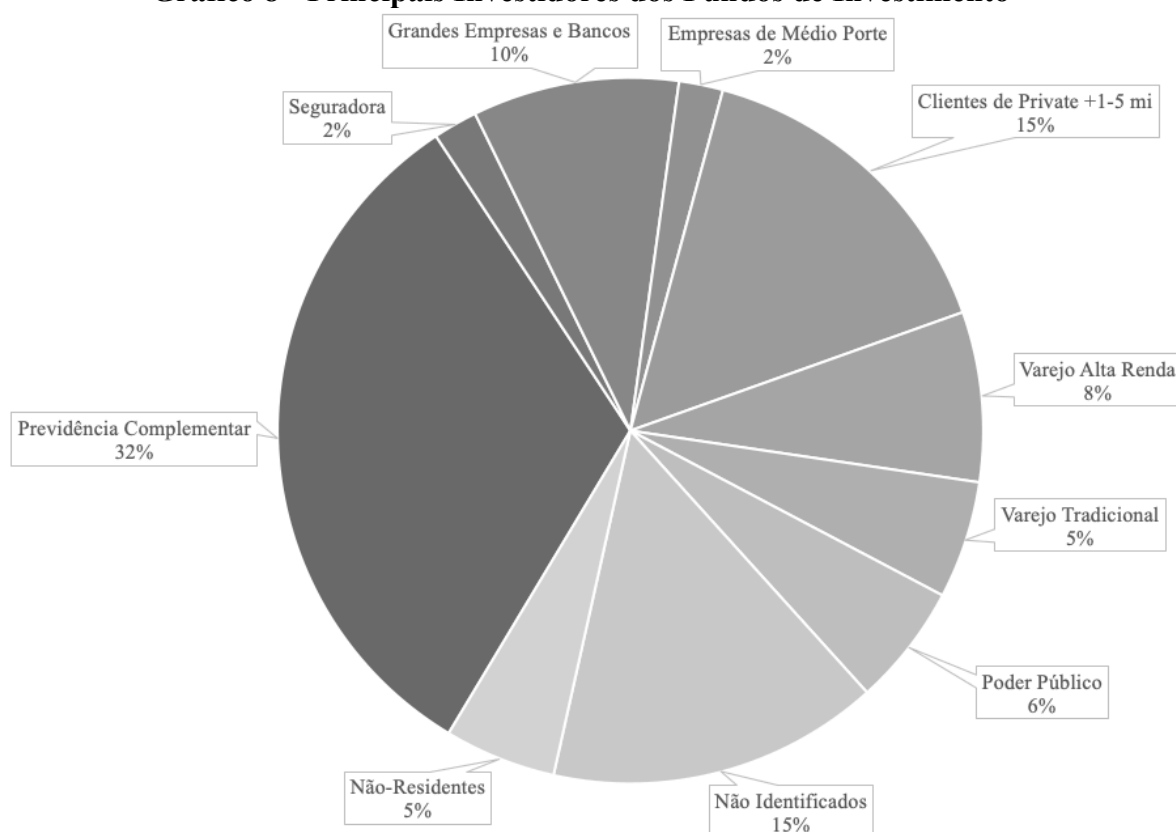
Os grandes beneficiários desse *modus operandi* da economia são poucos. Quantos seriam esses investidores? É possível ter uma ideia a partir dos dados de segmentação bancária divulgados pela ANBIMA. Os investidores do segmento *Private Bank*, com mais de 1 milhão de reais investidos em bancos como o Banco do Brasil *Private*, Itaú *Private Bank*, Santander *Private Banking* e Bradesco *Private Bank*, somam 120.406 indivíduos, com uma aplicação total de 1,2 trilhões de reais. Isso mostra a alta concentração de riqueza dentro desse grupo muito seletivo. O segmento de alta renda não deixa de ser expressivo: mais de 7,8 milhões de investidores com aplicações financeiras acima de 100 mil reais (Tabela 24).

Tabela 24 - Número de contas por segmento bancário (maio/2020)

Segmento	Aplicações financeiras (reais)	Número de contas
Private Bank	acima de 1 milhão	120.406
Alta Renda	acima de 100 mil	7.884.587
Varejo	público em geral	92.464.424

Fonte: ANBIMA. Elaboração Própria.

Juntos, os clientes *private* e do varejo de alta renda controlam 23,0% do total dos fundos de investimento (Gráfico 8). Mas, se se considerar que muitas dessas pessoas possuem previdência complementar, são proprietárias e acionistas de grandes bancos e empresas e de empresas de médio porte, esse grupo seleto de indivíduos detém uma parcela muito maior do total dos fundos.

Gráfico 8 - Principais Investidores dos Fundos de Investimento

Fonte: ANBIMA (2020). Elaboração própria.

Pelas razões apresentadas, o lucro dos bancos brasileiros é incrivelmente alto. Em 2019, Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil tiveram 85,5 bilhões de reais de lucro, o maior da história. Bancos, como o Itaú ou Bradesco, dobram seu patrimônio de mais de

centenas de bilhões em seis anos³³⁸. Seus proprietários e principais acionistas, membros das famílias Moreira Salles, Villela, Aguiar e Setubal, não só estão entre os mais ricos do mundo, como controlam indiretamente parte importante da economia brasileira.

A capacidade de criar dinheiro através do crédito e a gestão de todos os recursos líquidos da economia dão ao sistema financeiro o poder de decisão sobre o futuro de qualquer empreendimento. Autores clássicos como Marx, Schumpeter e Keynes já diziam que as finanças são o centro nervoso do sistema capitalista. Como Luiz Gonzaga Belluzzo corretamente assevera, nas últimas décadas, as metamorfoses da riqueza contemporânea, que fomentaram o avanço do rentismo e o inchaço das dívidas públicas nacionais, tornaram a situação ainda mais crítica, ampliando o domínio dos bancos sobre a economia e a sociedade³³⁹. No Brasil, isso foi levado ao paroxismo.

Enquanto alguns poucos agentes superavitários, como os grupos empresariais citados nos capítulos anteriores e famílias de alta renda, não dependem do crédito do sistema financeiro, todos os outros, a esmagadora maioria das pessoas físicas e jurídicas, estão submetidos às decisões de um pequeno número de bancos.

O conluio dos bancos, que conta com a participação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, permite que os juros às pessoas jurídicas e físicas sejam os mais altos do mundo ao mesmo tempo em que se bloqueia a entrada de novos concorrentes. O poder se desdobra na ocupação de cargos da diretoria e da presidência do Banco Central por executivos que transitam entre uma instituição financeira e outra: o diretor do Banco Central de hoje é o alto executivo dos grandes bancos de ontem ou de amanhã.

Essa promiscuidade culmina na gestão dos juros e da dívida pública, que responde mais aos interesses privados do que aos do Estado. O sistema financeiro exerceu forte pressão pela independência formal do Banco Central aprovada em 2021, o que representa o controle da política econômica do país pelo sistema financeiro.

O predomínio desses interesses encontra pouca resistência na opinião pública. Uma vez que os bancos controlam direta ou indiretamente os principais grupos de mídia e agências de notícias, pautam o debate econômico definindo seus interesses particulares como se fossem os do país. Travestidos de um suposto saber técnico, seus interesses velados transformaram a ideologia neoliberal em senso comum³⁴⁰.

³³⁸ VALOR 1000, 2019.

³³⁹ BELLUZZO & GALÍPOLO, 2019, pp. 179 - 180.

³⁴⁰ BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017, p. 90.

3.6. As Novas Formas de Gestão do Capital

O avanço da III Revolução Industrial e a maior complexidade das estruturas burocráticas foram responsáveis pela maior especialização das empresas em determinadas etapas da cadeia e, conseqüentemente, pela terceirização de várias atividades produtivas e serviços. Esse movimento atingiu também atividades antes realizadas por profissionais liberais ou por pequenos escritórios, que foram se transformando em grandes corporações. Ao mesmo tempo em que se tornaram ultraespecializadas, oferecem uma ampla gama de serviços às empresas.

Essas transformações econômicas recentes levaram à formação de uma camada importante de ricos responsável pela gestão do capital, que se reestruturou ao redor dos detentores da riqueza. Podem ser controladores e sócios de prestadoras de serviços às grandes empresas como as agências de propaganda e de pesquisa de mercado – WMcCann e Africa, entre outras –, escritórios de consultoria financeira – KPMG, Deloitte, PwC, Ernst & Young –, empresas de relações públicas – FSB Comunicação, por exemplo.

Uma boa ilustração do que vem acontecendo com esses prestadores de serviços são os escritórios de advocacia, que se transformaram em superescritórios especializados com 300 a 400 advogados³⁴¹. Muitos destes atuam como sócios, aumentando sua participação e gradação de acordo com o tempo de escritório e seu desempenho, evitando a ação do Fisco ao receberem dividendos.

Embora o Escritório Pinheiro Neto não divulgue números, calcula-se que seja o escritório de advocacia com maior faturamento (mais de 200,0 milhões de reais anuais). O escritório atende empresas como Telefônica, Carrefour, Itaú, General Motors, Bradesco e Makro. Estima-se que escritórios como Machado, Meyer; o Tozzini, Freire; e o Demarest & Almeida faturem algo em torno de 150,0 milhões de reais. Este último, por exemplo, atende clientes como Monsanto, Goodyear, Votorantim, CPFL, Itaú, Santander, Ford, Volkswagen e General Electric. Em quantidade de advogados, o Tozzini, Freire lidera o *ranking*, com 428 profissionais, incluindo os 53 sócios (em 1991, antes das privatizações, tinha apenas onze advogados).

As agências de propaganda e *marketing* também se tornaram grandes empresas. O avanço dos meios de comunicação e da tecnologia foram responsáveis pelo surgimento de novas formas de *marketing* e publicidade muito mais especializadas e sofisticadas: gestão de mídias sociais, produção de conteúdo, *web analytics*, vendas *on-line*, *search engine*

³⁴¹ CENTOFANTI, 2016.

optimization (otimização para mecanismos de busca) etc. As grandes agências, já renomadas e consolidadas no mercado, tornaram-se ainda maiores porque passaram a operar cada vez mais como agências *full service*. Reúnem uma ampla equipe de profissionais com diferentes especialidades como estatísticos, antropólogos, psicólogos sociais e economistas que cuidam das “contas” das empresas, desde a assessoria de imprensa e relações com clientes até o planejamento de mídia e a criação em todas as plataformas.

Outro ponto decisivo para o crescimento das agências foi o enorme movimento de fusão e aquisição de agências nacionais importantes com grandes conglomerados internacionais de comunicação, especialmente a partir dos anos 2000.

A Y&R, maior agência do mercado brasileiro em volume de investimento em mídia, foi resultado da fusão do Grupo Newcomm, de Roberto Justus, com o maior grupo de empresas de publicidade do mundo, a WPP, em 2004. Atualmente, são responsáveis pela publicidade de empresas como Danone, Bradesco, LG, American Express e Casas Bahia. Além da Y&R, a *holding* Newcomm possui agências como Grey Brasil, Wunderman e Red Fuse.

A WMcCann foi fruto da fusão da tradicional agência W/Brasil, de Washington Olivetto, com a americana McCann Erickson em 2010. Entre seus clientes estão Globo, L’Oréal, Coca-Cola e MasterCard. A brasileira Almap fundiu-se com o conglomerado americano BBDO, formando a AlmapBBDO. Possui clientes como HP, Pepsi, Boticário e Havaianas.

Outro caso emblemático foi a venda do grupo ABC, de Nizan Guanaes, para a *holding* americana Omnicom por 1,0 bilhão de reais em 2015. O Grupo ABC fatura mais de 400 milhões de dólares, possui 15 empresas e 30 escritórios no Brasil, incluindo três das 20 maiores agências do País: a Africa, a DM9 e a Loducca. Atende clientes como P&G, Johnson & Johnson, Itaú-Unibanco e Vivo.

O mercado de relações públicas no Brasil também se expandiu e passou a atrair grandes conglomerados globais de comunicação. Além das relações com a imprensa, passaram a atuar em áreas como *compliance*, governança corporativa, responsabilidade social e gestão de crises. Além de muitos jornalistas, compõem também a equipe profissionais especializados em inteligência de mercado, análise de dados, gerentes de projetos e *videomakers*.

Das 250 maiores agências do segmento de relações públicas no mundo, cinco são empresas brasileiras. A FSB Comunicações, a maior do país, teve receita de 67,9 milhões de dólares em 2018. Além de clientes privados como Nestlé, JBS, BTG Pactual, Empiricus,

Editora Abril, L’Oreal, a FSB também assumiu vários contratos com o setor público ao longo dos anos. Processos de fusão e aquisição também passaram a acontecer no segmento. Em 2018, a FSB Comunicação fez sua primeira operação de fusão, com outra agência brasileira de porte médio, a Loures. Outras grandes do segmento, como o Grupo In Press e CDN estão vinculadas ao grupo Omnicom.

Empresas de serviços financeiros e de auditoria, como KPMG, PwC, Deloitte e Ernst & Young (conhecidas como *Big Four*) também passaram a oferecer uma gama muito mais ampla de serviços, como consultoria de gestão e estratégica, consultoria empresarial, governança corporativa, *compliance*, fusões e aquisições, reestruturações, inovação e tecnologia.

Trata-se de um mercado altamente concentrado, que passou por muitos processos de fusão e aquisição internacionais, já no final dos anos 1980: a Peat Marwick se fundiu com o Grupo KMG em 1987, formando a KPMG; a Ernst & Whinney incorporou a Arthur Young em 1989, formando a Ernst & Young; a Deloitte se uniu a Haskins & Sells e a Touche Ross para formar a Deloitte & Touche; a Pricewaterhouse se juntou a Coopers & Lybrand em 1998. Das 100 maiores empresas brasileiras em vendas líquidas no ano de 2012, 94 delas foram auditadas pelas *Big Four*³⁴². A escalada na hierarquia dessas empresas possibilita que alguns gestores se tornem sócios (*partners*), tal como nos escritórios de advocacia e nas agências.

No que se refere à gestão propriamente dita, as empresas de sistemas de informação assumiram um papel decisivo. A Totvs domina metade do mercado brasileiro de *software* de gestão, colaboração e consultoria, especialmente para pequenas e médias empresas. Esses *softwares* automatizam a contabilidade, folha de pagamento, gestão orçamentária, análises gerenciais, apuração de impostos, controle de estoques, faturamento, emissão de boletos, acompanhamento de processos trabalhistas e gerenciamento de comércio eletrônico. O grupo, de Laércio Cosentino, expandiu-se por meio de muitas fusões e aquisições depois do seu IPO em 2006. Desde então, adquiriu mais de 35 empresas. Além de seu fundador, o controle acionário do grupo está nas mãos do Itaú Unibanco, do Fundo Soberano de Cingapura, da Constellation, de Jorge Paulo Lemman e do fundo americano Lone Pine Capital.

³⁴² VELOZO et al., 2012, p. 55.

Considerações Finais: Rumo à Estagnação Secular?

Tendo em vista o quadro apresentado, vê-se que os anos 1990 marcaram uma mudança profunda na dinâmica econômica e na origem da riqueza no Brasil. De uma economia industrializada liderada pelo Estado, a estrutura econômica passou a ter o agronegócio como novo centro de gravidade.

O governo Fernando Henrique Cardoso marcou o fim do processo de industrialização do Brasil ao desestruturar os mecanismos de coordenação e planejamento públicos, num cenário de abertura comercial com câmbio valorizado e juros elevados, em meio à III Revolução Industrial e Tecnológica. Assistiu-se à regressão do sistema industrial, que se tornou ultrapassado, desnacionalizado e com “buracos” nas cadeias produtivas, supridos por importações. Parte importante dos grandes empresários nacionais, sem condições de concorrer com as importações, vendeu seus ativos para empresas estrangeiras e se tornou rentista, aplicando seus capitais no mercado financeiro. As empresas, por sua vez, deixaram de buscar o crescimento e o investimento de longo prazo e passaram a ser administradas com objetivo de ampliar o caixa para gerar valor para seus acionistas.

Esse cenário perdurou até a ascensão da China como grande potência internacional no começo dos anos 2000, quando houve uma rearticulação da dinâmica macroeconômica brasileira. A industrialização chinesa transformou o agronegócio no setor mais dinâmico da economia brasileira: além dos produtos agropecuários, o Brasil se tornou um importante provedor de minério de ferro e petróleo cru, graças ao papel fundamental da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobras.

A III Revolução Industrial e Tecnológica e o crescente protagonismo chinês já tendiam a levar o Brasil à posição de provedor de alimentos e matérias-primas para uma economia continental em rápido crescimento. Mas a manutenção dos juros altos e do câmbio valorizado nos governos petistas intensificou a regressão do sistema industrial e facilitou a articulação do setor primário com a China.

O aumento continuado do salário mínimo, em conjunto com a expansão do crédito, elevou a demanda por bens de consumo básicos e duráveis, cada vez mais baratos, supridos pela potência asiática: vestuário, eletrodomésticos, mobiliários, beleza, eletrônicos etc. De outro lado, a demanda chinesa por matérias-primas e alimentos empurrou a economia brasileira na direção do suprimento desses produtos. Soldaram-se fortes interesses em torno dessa nova divisão do trabalho em que a China produz bens industriais e o Brasil fornece alimentos e matérias-primas. Isso significa que a economia brasileira passou por um processo

de reprimarização. O próprio presidente da Confederação Nacional da Indústria alertou para o risco de o Brasil se tornar a roça do mundo³⁴³.

Em termos da dinâmica econômica e da origem da riqueza, trata-se de um retrocesso de grandes proporções. Esse quadro é muito diferente do período entre 1930 e 1980, quando a indústria e o Estado comandavam esse processo. Como todos os casos bem-sucedidos mostram, não existe processo de desenvolvimento econômico que não seja liderado pela indústria e pelo Estado. Os impactos dinâmicos da indústria manufatureira sobre a economia são superiores aos demais setores por diversas razões. Os encadeamentos para frente e para trás da indústria são muito mais extensos, o que gera mais renda e mais empregos diretos e indiretos, inclusive, de melhor qualidade. Além da maior arrecadação de impostos, a indústria gera externalidades positivas e os transbordamentos da atividade produtiva são consideráveis. Uma vez que o progresso técnico é originado no setor industrial, o crescimento da produção manufatureira tem forte relação com o aumento da produtividade em todos os setores e permite o acúmulo de capacidades tecnológicas essenciais para um desenvolvimento autônomo.

Essa nova estruturação econômica, centrada no setor primário e nas suas exportações, trouxe novas formas de acomodação e articulação entre outros setores, que se beneficiaram no período em questão. A regressão do sistema industrial e o aumento das exportações de produtos primários favoreceram o casamento entre o agronegócio e o comércio varejista. O aumento dos preços e da demanda internacional por *commodities* permitiu ao Brasil a geração de divisas que viabilizou a enxurrada de importações do comércio varejista. Nesse sentido, pode-se estabelecer um paralelo da dinâmica econômica atual com a da República Velha: o consumo, na ausência de um setor industrial expressivo, fez-se dependente da importação de produtos possibilitada pelo setor agroexportador.

Deve-se sublinhar que, além da articulação com o agronegócio, o comércio varejista também se aproximou do sistema financeiro por meio da venda de crédito para os mais pobres. Muitas dessas empresas, inclusive, passaram a atuar como bancos.

O Estado foi sendo progressivamente desestruturado e cooptado pelos “de cima”, tornando-se uma espécie de promotor do rentismo. Os altos juros reais praticados ao longo de 25 anos acabaram com qualquer perspectiva de novos investimentos. A queda recente dos juros não alterou esse estado de coisas, na medida em que apenas deslocou o rentismo da dívida pública para Fusões & Aquisições e para a especulação financeira. Ao mesmo tempo,

³⁴³ BRASIL..., 2021.

o Estado também garantiu a apropriação de riqueza por poucos através da venda das grandes estatais, que passaram a auferir rendas substantivas aos seus compradores sem necessidade de novos investimentos.

Essas mudanças foram financiadas, em boa parte, por um sistema tributário regressivo, que onera os mais pobres e concentra ainda mais a renda e a riqueza. Enquanto isso, a saúde, a educação e a segurança públicas, garantidas pela Constituição de 1988 como direitos universais, ficaram subfinanciadas sob a justificativa de que o Estado estaria quebrado.

Os interesses do agronegócio, do comércio varejista, do setor financeiro, dos grandes grupos educacionais e de saúde não apenas se articulam ao redor do rentismo, mas ao redor da diversificação cruzada de seus investimentos. A centralização da propriedade atingiu patamares inéditos, com poucas empresas e fundos concentrando a riqueza não apenas no setor em que atuam, mas em toda a economia brasileira.

É a volta do Brasil predatório, de extração de riqueza para poucos, sem contrapartida para os demais. O país voltou a ser nada mais que um local a ser explorado. Vê-se hoje que o período de industrialização foi uma anomalia na triste história brasileira. O passado foi desenterrado com o renascimento do rentista predador, movido apenas pela cobiça.

Enquanto parte dos ricos industriais do pós-guerra estava engajada em um projeto de construção nacional, o fato de a economia e a sociedade serem dominadas pela “financeirização” e pelo rentismo faz com que os ricos atuais se descolem de qualquer projeto nacional inclusivo. São simplesmente cosmopolitas desinteressados dos destinos do país, tal como os miliardários da República Velha.

Mutatis mutandis, o Brasil voltou a ser o que era no início do século XX. Deixou seu projeto desenvolvimentista e inclusivo de lado e regrediu à condição de exportador de *commodities* de baixo dinamismo. Essa volta ao passado se mostra ainda mais grave num país agora urbano, que passou por uma forte desestrututuração do mercado trabalho em meio à III Revolução Industrial e Tecnológica, que tende, por si só, a destruir empregos aceleradamente.

A volta ao passado primário-exportador, portanto, evidencia a profundidade da crise econômica de um país sem projeto e destino. Estaria o Brasil condenado à estagnação secular?

PARTE II: REGRESSÃO SOCIAL

A regressão econômica teve efeitos funestos sobre a sociedade brasileira, mergulhando o país num mar de pobreza. Em 2019, 80,0% da população ocupada ganhava até 2,3 mil reais por mês (pouco mais de 2 salários mínimos), com rendimento médio de 1,3 mil reais³⁴⁴. A esses 74,0 milhões de pessoas, juntavam-se 12,5 milhões de desempregados e 29,9 milhões de aposentados e pensionistas que ganhavam até 2 salários mínimos.

Ao mesmo tempo, a riqueza e a renda se concentraram nas mãos de um pequeno grupo de milionários e bilionários cosmopolita, que vive apartado do resto do país.

O baixo dinamismo econômico, engendrado pela lógica rentista de valorização de ativos já existentes e pela reprimarização da economia, cria poucas ocupações e oportunidades de negócios, encolhendo a classe média e cindindo a sociedade entre ricos e pobres. O pouco dinamismo está nos serviços para os mais ricos que, no entanto, incorporam um número restrito de pessoas em relação ao conjunto da força de trabalho.

O avanço da mercantilização dos bens públicos – educação, saúde, segurança – sucateou a oferta provida pelo Estado e tornou os serviços de melhor qualidade restritos aos que podem pagar por eles. Enquanto os ricos usufruem de um cardápio diversificado de serviços, os pobres são relegados à falta de acesso e ao atendimento precário. O Brasil se tornou uma sociedade com poucos cidadãos e milhões de subcidadãos.

Esse quadro contrasta enormemente com o período de industrialização, quando o Brasil tinha uma sociedade em movimento. A distância entre ricos e pobres era grande, mas o crescimento econômico vertiginoso e a mobilidade social ascendente abriam a perspectiva de um futuro melhor para todos, acomodando as tensões sociais. O passado era terrível, o presente difícil, mas o Brasil era o “país do futuro”, que se projetava como uma civilização autêntica, alegre e moderna.

Se o crescimento econômico acelerado e as políticas sociais não se mostraram suficientes para a superação da pobreza e a redução da desigualdade social, o que se viu foi uma incorporação acelerada da população miserável do campo às cidades, reduzindo fortemente a pobreza rural e elevando significativamente o padrão de vida. Enfim, uma mobilidade social talvez comparável a dos Estados Unidos do início do século XX e a da China recente.

Nesta parte da tese, será realizada uma caracterização sumária de quem são os pobres e os ricos brasileiros e do mundo em que vivem. Além da polarização da estrutura

³⁴⁴ Média dos rendimentos dos ocupados do decil que vai de 70% a 80%. (IBGE, 2020a).

social, serão apresentadas questões relacionadas ao aumento da desigualdade nas estruturas de consumo, aos tipos de emprego gerados pela desigualdade social e à desorganização da vida nas cidades.

Capítulo 4 - Os Pobres do Brasil Contemporâneo

4.1. Quem São?

É importante dizer que a caracterização de pobreza não é consensual. Em geral, há três formas de se olhar para o problema: (1) por meio de linhas de pobreza, que identificam um determinado número de pessoas em situação de vulnerabilidade material; (2) por meio da abordagem das capacidades, inspiradas no trabalho de Amartya Sen; e (3) a partir uma visão radical de democracia participativa, que contempla os direitos ligados à dignidade da pessoa humana.

Para os ricos e poderosos, a pobreza e a desigualdade se tornaram problemas sem solução. Parece ser isso que o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso quer dizer com a naturalização da pobreza no Brasil³⁴⁵. O conformismo com o qual observam a catástrofe social se expressa no entendimento de que os pobres são apenas aqueles que vivem com menos de 1 dólar por dia, visão consolidada pelo Banco Mundial³⁴⁶.

A maioria dos estudos sobre pobreza no Brasil adota perspectivas reducionistas como esta, que limitam a discussão às linhas de pobreza³⁴⁷, servindo como base para as políticas sociais de corte neoliberal que substituiriam as políticas universais. No mundo do neoliberalismo, em que o Estado precisa conter seus gastos sociais, as políticas focalizadas de transferência de renda se consolidaram como uma alternativa simples e barata, voltadas para os muito pobres, focadas em carências e não mais em direitos universais garantidos pela Constituição³⁴⁸. A ideia de justiça foi substituída pela de eficiência, e a distribuição focalizada de serviços e benefícios sociais ocupou o lugar dos direitos e da cidadania.

Essa abordagem reduziu a pobreza a uma camada residual que não tem “capital humano” suficiente para participar do processo de concorrência na sociedade. Aos outros, menos pobres, fica subjacente a ideia social-darwinista de que “a pobreza é a melhor política social”, visto que a necessidade os obrigaria a buscar novas oportunidades e a tentar prosperar

³⁴⁵ BALTHAZAR, 2021.

³⁴⁶ FERREIRA et al., 2015.

³⁴⁷ É o caso dos estudos que medem o número de pobres a partir do salário mínimo ou de um de seus múltiplos, dos cortes utilizados pelo Banco Mundial de 1 ou 2 dólares por dia ou de planos de políticas públicas, como o Brasil Sem Miséria que definia uma linha de pobreza extrema de 70 reais por mês em 2011. Há também estudos que estabelecem linhas de pobreza a partir do consumo observado, utilizando um parâmetro monetário mínimo vinculado às despesas para atender necessidades básicas (alimentação, moradia, acesso a serviços públicos etc.). Alguns estudos que utilizam o valor do salário mínimo e seus múltiplos como medida de pobreza no Brasil são PFEFFERMAN & WEBB (1983); PASTORE et al. (1983); HOFFMANN (1984); ALBUQUERQUE (1993); OSORIO (2015). Alguns estudos que utilizam o consumo observado das famílias como medida de pobreza são FAVA (1984), ROCHA (2000), FERREIRA et al. (1998).

³⁴⁸ A esse respeito, ver GIMENEZ (2007).

investindo em seu capital. Como disse Jorge Paulo Lemman, em meio à depressão da economia na pandemia de Covid-19, “o desconforto do brasileiro gera oportunidade”³⁴⁹.

Essas análises perdem a perspectiva do estado de calamidade em que se encontra o país, uma vez que se restringem apenas aos miseráveis e encobrem as novas formas da pobreza e sua heterogeneidade. Para citar um exemplo recente, os pobres “invisíveis” descobertos pelo Ministro da Economia Paulo Guedes somariam 38,1 milhões de brasileiros que não tinham carteira assinada nem recebiam algum benefício social antes de terem direito ao auxílio emergencial durante a crise pandêmica de 2020. Isso basta para mostrar que as linhas de pobreza não fornecem um quadro geral da sociedade, apenas a mensuração absoluta da renda de uma parcela diminuta da população.

A sofisticação das linhas de corte para a pobreza, que pode incluir matizes regionais, indicadores sociais ou cestas de consumo, não resolve o problema e tem diversas dificuldades empíricas. A definição das variáveis das linhas de pobreza e da unidade de análise é arbitrária e simplificadora, reduzindo a pobreza a uma determinada quantidade de calorias ingeridas ou a uma renda insuficiente.

Nas últimas décadas, surgiram novas pesquisas inspiradas em Amartya Sen, que buscam fugir da estreiteza dessa discussão e enfatizam o caráter multidimensional da pobreza³⁵⁰. Para Sen, é preciso olhar para as “capacidades” das pessoas – ter boa saúde, alimentar-se adequadamente, ter respeito próprio etc. – para entender os limites impostos pela pobreza. A discussão não deve se restringir a um determinado valor monetário recebido, mas considerar um patamar mínimo de condições de vida que todos deveriam ter para exercerem sua liberdade. Ao invés de discutir linhas de pobreza, medidas de distribuição de renda e mensurações de bem-estar, Sen propõe que se discuta a liberdade individual e que se avalie o desenvolvimento de uma sociedade a partir do quanto ela dá de liberdade para as pessoas buscarem uma vida melhor. Portanto, dá um importante passo à frente.

Um desdobramento de suas reflexões é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que avalia a renda *per capita*, a escolaridade e a expectativa de vida ao nascer. Quanto maiores esses indicadores, pretensamente maiores seriam o desenvolvimento humano e a liberdade. Na mesma direção, foi criado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que também inclui frequência escolar,

³⁴⁹ DESCONFORTO..., 2021.

³⁵⁰ A respeito das proposições de Sen, ver ANTUNES (2011), item 4.3. Ver também SEN (1973), SEN (2000) e SEN (2001).

desnutrição, acesso a energia elétrica e existência de piso no domicílio, entre outros elementos³⁵¹.

Subjacente à visão de Sen e seus indicadores está a ideia de justiça como equidade de John Rawls³⁵². A superação dos verdadeiros problemas da pobreza passaria pela igualdade de oportunidades: dando-se um mínimo de condições de vida para todos, a concorrência seria justa e premiaria os melhores.

Essa posição ignora o fato de que o capitalismo é uma máquina de produção de desigualdades, que torna a igualdade de oportunidades um ideal inatingível. O mundo econômico e social não pode ser compreendido fora da totalidade das relações sociais que o compõem. A vida econômica é realizada pelas pessoas de uma sociedade que produzem coisas umas para as outras. A reiteração dessas relações condiciona a vida e vai moldando uma totalidade estruturada. Esse processo cumulativo leva pessoas que detêm ou que acumulam mais dinheiro a ter uma melhor posição na sociedade. Diria Weber que os que têm poder são capazes de impor sua vontade para realizar os seus interesses, a despeito da resistência dos outros³⁵³. Há uma assimetria nas relações de poder entre os diversos atores sociais: os que têm dinheiro e poder estão numa posição diferente em relação aos que não o têm e precisam vender sua força de trabalho.

Há os que mandam e os que obedecem. Os que acumulam capital e investem, de um lado, e os que precisam vender sua força de trabalho, de outro. Há também os detentores do dinheiro, que subordinam todos e que decidem os rumos da vida dos empresários e dos trabalhadores. Isso significa, por exemplo, que as decisões tomadas sobre o investimento determinam o movimento de uma totalidade assimétrica como a economia de um país.

Num mundo organizado dessa forma, nada mais equivocado que pensar em indivíduos livres numa concorrência justa. A apropriação assimétrica de recursos por parte de uma classe conforma as estruturas sociais e estabelece determinados marcos à ação social. A dominação impessoal dos interesses de classe, típica de uma sociedade capitalista desenvolvida, favorece atores como o rentista na sua busca por mais dinheiro. As decisões do *rentier* sobre seus ativos constroem ou encurtam as possibilidades de vida e de sucesso dos outros, num mundo no qual todos são formalmente livres³⁵⁴. Assim, no capitalismo, a propriedade validada pelo Estado permite que a riqueza privada seja usada como capital, o

³⁵¹ A esse respeito, ver SERRA (2017) e UNDP (2015).

³⁵² *Justice as fairness*, em inglês. A esse respeito, ver RAWLS (1971) e SANDEL (2020), capítulo 5.

³⁵³ A esse respeito, ver BRENNAN (1997).

³⁵⁴ A esse respeito, ver MURPHY (1988).

que envolve a garantia do poder legítimo de dispor e controlar, de se apropriar do retorno de serviços e trabalhos humanos, dos meios materiais da produção e das oportunidades de ganho.

Habilidades mercantilizáveis também são uma forma de se distribuir o poder nessa sociedade. O domínio sobre a educação de qualidade, o acesso à cultura e a relações com homens poderosos permite que certas pessoas e/ou grupos possuam uma situação relativamente melhor dentro da sociedade. Como Weber bem coloca, a concorrência individual passa a ser clivada por duas ordens de fatores: a primeira e mais importante é a **propriedade do capital**, usada para se obter retornos no mercado, e a segunda são os **monopólios sociais** sobre as habilidades pessoais que podem ser oferecidas no mercado para obter os melhores empregos e oportunidades disponíveis. Quem domina os monopólios econômicos – dinheiro e meios de produção – ou sociais – relações com os ricos, melhor educação – manda nos outros³⁵⁵. A partir dessa perspectiva de classe e depois de se vislumbrar o mundo dos ricos brasileiros, como se pode pensar em igualdade de oportunidades?

Por essas razões, as abordagens que tratam a pobreza pela ótica da falta de acesso a oportunidades neutralizam o problema das iniquidades e dos privilégios³⁵⁶. Tomados os caminhos do *mainstream*, todo o problema da igualdade se esgota no acesso aos mínimos para a sobrevivência, num mundo mais pautado nas leis da natureza (de vida e de morte) do que numa vida social comum construída sobre valores³⁵⁷.

É preciso tratar o problema de outra perspectiva, que permita apreender a complexidade da realidade social. Deve-se considerar como pobres todos aqueles que não podem exercer plenamente seus direitos sociais e políticos, excluídos pelos monopólios econômicos e sociais que se reproduzem constantemente³⁵⁸. Nessa categoria se enquadra uma enorme massa de pessoas que vive sob privação permanente de meios para levar uma vida digna, seja por falta de comida ou de roupa, seja pela falta de cuidados médicos, de segurança, ou de uma casa habitável. Pessoas que não têm acesso à cultura, à educação e à informação para tomarem decisões em uma sociedade complexa.

Dezenas de milhões de brasileiros têm sua vida submetida à violência e à desordem, sem condições mínimas de exercer sua cidadania, sem direitos garantidos, estabilidade ou mesmo esperança. Um mundo no qual, para sobreviverem, as pessoas

³⁵⁵ A esse respeito, ver ANTUNES (2011), item 4.4, e BRENNAN (1997).

³⁵⁶ TELLES, 1993, p. 6.

³⁵⁷ TELLES, 1998, p. 44.

³⁵⁸ Essa visão sobre a pobreza tem uma larga tradição no pensamento social latino-americano que, mais recentemente, pode ser encontrada em TELLES (1992), (1993), (1998) e CHAUI (1987).

dependem inteiramente de recursos materiais e da solidariedade que são capazes de mobilizar de forma pessoal.

Os direitos sociais, culturais e políticos não podem ser reduzidos à lógica particular das necessidades, uma vez que a criação e a garantia de direitos universais são o núcleo definidor da democracia. Por exemplo, o acesso à comida e à água expressam, acima de tudo, o direito à vida; o acesso ao transporte e à habitação, o direito a boas condições de vida; o acesso à educação, à informação e à cultura, o direito de participar da vida pública e de exercer a cidadania; o acesso a um emprego decente, o direito ao trabalho e a uma inserção social digna ³⁵⁹. Os direitos universais se distinguem da lógica particular das carências ou dos privilégios e são a base para qualquer sociedade que se pretenda democrática e civilizada.

Portanto, a definição de pobreza utilizada nesta tese não é a de linhas de pobreza, tampouco o seu reducionismo a carências materiais, mas pobreza como a ausência de direitos sociais e políticos que garantam a dignidade dos indivíduos e o seu reconhecimento como cidadãos. Da mesma forma que a riqueza deve ser pensada a partir das estruturas políticas e econômicas, o mesmo deve ser feito com a pobreza. Os números e eventuais cortes de renda utilizados aqui são mais uma referência do que expressão de alguma verdade científica.

Dessa perspectiva, pode-se avaliar como a pobreza se tornou um fenômeno mais complexo, heterogêneo e que se espalhou pelo território nacional, levando dezenas de milhões de pessoas a viverem uma vida miserável não apenas em termos materiais, mas também em termos humanos e morais, que ameaça mergulhar o país na barbárie.

ii.

A massa de pobres brasileiros é muito maior do que a observada pelas pesquisas oficiais. Se fossem consideradas as linhas de pobreza calculadas pelo IBGE (145 reais mensais *per capita* para extremamente pobres e 420 reais para pobres em 2018), o total da população pobre seria 6,5% e 25,3%, respectivamente. Mas esses números não dão a dimensão verdadeira da pobreza que aflige uma imensa massa de despossuídos.

Basta dizer que, de um total de 92,5 milhões de pessoas ocupadas, os 80,0% mais pobres (74,0 milhões de pessoas) ganhavam em média 1,3 mil reais em 2019 (Tabela 25). Os mais bem situados ganhavam 2,3 mil reais, um pouco mais de 2 salários mínimos por mês, insuficientes para garantir um padrão digno e civilizado de vida, ainda mais se pensarmos em famílias com dois ou mais dependentes.

³⁵⁹ CHAUÍ, 2019, pp. 9-13.

Tabela 25 - Rendimento médio mensal de todos os trabalhos segundo classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento, categorias selecionadas – 2019 (em reais)

Classes de percentual de pessoas	Rendimento (R\$)
Até 10%	267
Mais de 10% até 20%	675
Mais de 20% até 30%	992
Mais de 30% até 40%	1.056
Mais de 40% até 50%	1.260
Mais de 50% até 60%	1.506
Mais de 60% até 70%	1.871
Mais de 70% até 80%	2.329
Média dos 80% mais pobres	1.245

Fonte: IBGE, 2020a.

Se forem somados os ocupados pobres com os 83,4% dos aposentados e pensionistas que ganhavam até 2 salários mínimos em 2019 (29,9 milhões de pessoas) e os desempregados no mesmo ano (12,5 milhões), pode-se estimar que há 116,4 milhões de adultos pobres no Brasil. Esses números estão longe de serem exatos e possuem muitas limitações, mas indicam que a massa de pobres no Brasil é maior do que a apresentada pelas pesquisas oficiais e mostram que há uma enorme heterogeneidade de rendimento, condições de vida e inserção social. Há pessoas que ganham pouquíssimo, vivem do auxílio do Estado e da assistência privada; há outras que ganham um pouco mais e garantem os alimentos do dia a dia, mas sem assegurar sua qualidade; há outros, mais bem remunerados, que vivem no limiar e passam necessidade frente a qualquer incidente ou instabilidade da ocupação e da renda.

Do ponto de vista **sociodemográfico**, a pobreza tem forte clivagem racial e de gênero. Os negros e pardos, maioria da população brasileira (55,8% em 2018), são também a maior parte da massa de pobres com rendimento médio de até dois salários mínimos (57,4% em 2015)³⁶⁰. Há dezenas de milhões de pobres brancos, mas, quanto mais extrema a pobreza, maior é a participação de negros e pardos: entre os 10,0% com os menores rendimentos em 2018, negros e pardos representavam 75,2% dos indivíduos³⁶¹. Um retrato disso é a participação de negros e pardos vivendo em favelas, maior do que a de brancos em todas as

³⁶⁰ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

³⁶¹ IBGE, 2019, p. 4.

capitais brasileiras, chegando a ser mais que o dobro em São Paulo e no Rio de Janeiro (Tabela 26). A maior precariedade nas condições de moradia e de acesso a serviços básicos também é marcada por diferenças raciais.

Tabela 26 - Proporção de pessoas residindo em setores de aglomerados subnormais, por cor ou raça, segundo os Municípios das Capitais - 2010

Municípios das capitais	Total	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda
Porto Velho	11,3	8,4	12,6
Rio Branco	10,1	8,8	10,4
Manaus	16,5	12,6	17,9
Boa Vista	0,4	0,2	0,5
Belém	54,5	44,9	58,2
Macapá	16,1	14,0	16,8
Palmas	-	-	-
São Luís	23,0	17,1	25,5
Teresina	16,2	11,3	17,9
Fortaleza	16,2	12,4	18,4
Natal	10,1	7,4	12,3
João Pessoa	12,7	8,9	15,8
Recife	22,8	16,0	27,9
Maceió	12,3	9,2	14,2
Aracaju	10,8	7,9	12,3
Salvador	33,1	19,2	36,4
Belo Horizonte	13,0	6,7	18,5
Vitória	8,1	3,5	12,3
Rio de Janeiro	22,2	14,3	30,5
São Paulo	11,4	7,3	18,7
Curitiba	9,3	7,4	17,6
Florianópolis	4,2	3,0	11,0
Porto Alegre	13,8	10,4	26,8
Campo Grande	0,2	0,1	0,3
Cuiabá	9,3	6,6	10,7
Goiânia	0,3	0,2	0,3
Brasília	5,2	3,4	6,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Na hierarquia social, os homens brancos estão acima das mulheres brancas, que estão acima dos homens pretos ou pardos, que possuem rendimentos superiores aos das mulheres dessa mesma cor ou raça³⁶². Além da pior situação econômica, recaem sobre a

³⁶² IBGE, 2019, p. 3.

mulher pobre e negra brasileira todas as formas de opressão: a de gênero, a de classe e a racial³⁶³.

Ainda que a maior inserção feminina no mercado de trabalho e a ocupação de melhores cargos tenha contribuído para o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres no país – de 22,9% em 1995 para 40,5% das famílias em 2015³⁶⁴ – deve-se salientar que a presença de mulheres chefes de família é muito maior nos estratos de renda inferiores (Tabela 27).

Tabela 27 - Percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo faixa de renda familiar *per capita* - Brasil, 1995 a 2015

Renda Familiar <i>per capita</i>	Ano				
	1995	2001	2007	2013	2015
Até 1 SM	73,4	71,2	65,5	48,8	56,6
Acima de 1 a 3 SM	19,4	21,4	26,4	41,4	33,9
Acima de 3 a 5 SM	3,9	4,2	4,5	5,2	5,2
Acima de 5 a 8 SM	1,8	1,7	2,1	2,5	2,6
Acima de 8 SM	1,5	1,5	1,5	1,9	1,7

Fonte: IPEA/DISOC.

Na grande parte dos casos são mães solteiras (40,0% das famílias chefiadas por mulheres), com histórico de abandono, desestruturação familiar e gravidez precoce. Não raro foram vítimas de abuso e violência doméstica. Estão expostas constantemente à sobrecarga de trabalho, em ocupações mal remuneradas em tempo parcial ou intermitente, além de terem que lidar sozinhas com o trabalho doméstico e a criação dos filhos.

Olhar para a **ocupação** também é uma forma de mostrar a situação precária dessa enorme massa de pobres, mesmo a dos mais bem situados em termos da renda. É preciso considerar que houve uma enorme transformação nas formas e relações de trabalho nas últimas décadas, que afetaram a sua inserção no mercado de trabalho, tal como apresentado na parte I desta tese. As principais transformações foram: (i) a requalificação do trabalho nos postos superiores e a desqualificação do trabalho em geral; (ii) a redução da demanda por trabalho, graças à automação; (iii) a reorganização empresarial com crescente participação de partes e componentes importados; e (iv) o desassalariamento e a contratação por prazo fixo e tarefa.

³⁶³ NUNES, 2018, p. 78.

³⁶⁴ IPEA/DISOC.

Em termos setoriais, houve um acelerado processo de extinção de empregos industriais e agrícolas, mas seus efeitos também atingiram o trabalho de escritório e todos os setores da vida humana – o computador conectado à internet e seus desdobramentos substituem ou simplificam qualquer tipo de atividade rotinizável.

Assim como para as camadas médias, as mudanças tecnológicas tiveram forte efeito sobre o trabalho dos mais pobres. O progresso tecnológico atingiu fortemente as ocupações de baixa qualificação, acabando também com as perspectivas de ascensão social típicas das estruturas da II Revolução Industrial.

Pensem no trabalho do pintor, facilitado e desqualificado pelas inovações das tintas (mais duráveis, prontas, de fácil acabamento) e nos materiais (compressores, rolos que não respingam). Nos equipamentos elétricos à disposição do pedreiro (serras, britadeiras, furadeiras, lixadeiras) e nos materiais à disposição (mais fáceis de colocar, de secagem mais rápida). Nos equipamentos à disposição do jardineiro (máquinas de cortar grama, de cortar cerca viva, de poda de árvores, de irrigação) e nos produtos para controle de pragas, nos adubos. Nos novos equipamentos do encanador e do eletricista, cheios de aparatos eletrônicos para medir, cortar, trocar.

Ou no trabalho do motoboy. Antes se exigia uma série de saberes que envolviam tarefas burocráticas (autenticação de documentos, coleta de assinaturas), monetárias (pagamentos de contas, retirada de talões de cheque, transporte de dinheiro), conhecimento da cidade. Os motoqueiros, para conseguirem um emprego, também eram submetidos a testes com um instrutor que avaliava seu desempenho no trânsito. Hoje, em grande medida, sua função se resume à de entregador com um celular. Outro bom exemplo é o trabalho do operador de *telemarketing*, que vem sendo substituído por robôs e sistemas de inteligência artificial e pelas mudanças nos canais de propaganda para redes sociais e aplicativos.

O crescimento econômico pífio nos últimos 40 anos, concomitante às políticas neoliberais de desregulamentação e terceirização do mercado de trabalho, também ajudou a fomentar o surgimento de um novo tipo de relação de trabalho. O assalariamento típico do pós-guerra em países industrializados, com grande participação do emprego público e carreiras estáveis, cedeu lugar a um mercado de trabalho flexível com ociosidade disseminada, demandas determinadas e prazos fixos, com pacotes de trabalho para quase todas as atividades profissionais. Seja para o advogado, seja para o pedreiro, seja para a diarista, as novas relações de trabalho são frágeis, por tarefa e por tempo determinado.

A ideia de um vínculo formal de trabalho se restringiu às carreiras públicas, ligadas à organização do Estado e ao funcionamento da máquina pública. No setor privado, ainda que

existam vínculos tradicionais e mais longos, o novo padrão é marcado pelo serviço sob demanda. Nesse mundo da III Revolução Industrial e da aceleração do tempo histórico, “tudo que é sólido se desmancha no ar”, e as relações de longo prazo se tornam exceções que confirmam a regra. Atualmente, a maior parte da força de trabalho é composta por trabalhadores genéricos, que não se encaixam em nenhuma categoria moderna de ocupação. Uma manifestação desse fenômeno é a enorme quantidade de pessoas que vive na informalidade – 41,0% da população ocupada, 38,8 milhões de brasileiros em 2019³⁶⁵.

Como precisam de mais de uma atividade ou de bicos para sobreviverem, o trabalhador é, na verdade, um “virador”: um dia é pedreiro, num outro encanador, pintor, jardineiro, piscineiro, motorista etc. Ou é empregada doméstica e revendedora ao mesmo tempo. Ou é garçom e “uber”. Fazem de tudo e são facilmente substituídos por outros. Ou seja, os pobres se tornaram parte de uma massa indistinta, o que Karl Marx chamava de “trabalho em geral”.

Observadas essas mudanças estruturais, categorias como o desemprego – friccional, por desalento ou por jornada insuficiente – deixam de captar os movimentos em curso no mercado de trabalho. Ademais, as pesquisas do IBGE, pensadas para um outro tipo de mercado de trabalho, revelam apenas a atividade principal dos ocupados no momento da entrevista. Mas essa mesma pessoa pode desempenhar outra atividade ao mesmo tempo, o que revela a profunda desorganização do mercado de trabalho no Brasil.

Tendo isso em vista, devem-se apresentar e qualificar os grandes agregados ocupacionais que concentram os mais pobres no país, levando-se em consideração que as pessoas mudam facilmente de ocupação e fazem trabalho sob demanda.

Para aprofundar a discussão a respeito das ocupações dessas pessoas, será utilizada a estratificação sócio-ocupacional desenvolvida por Quadros (2003), a partir dos dados da PNAD³⁶⁶. Seus trabalhos são uma importante referência sobre o assunto por não reduzirem a estratificação social à renda e considerarem a ocupação como uma forma primordial de hierarquização da sociedade.

Dentre os setores da economia, foram escolhidas as atividades (90,7% do total da PEA) com o maior contingente de pobres. Nessas atividades foram selecionados os grupos de ocupados com uma renda média mensal inferior a 2 salários mínimos em 2019 (1.996 reais), que dão uma estimativa do total de pobres no Brasil. De um total de 85,0 milhões de ocupados selecionados, 62,7 milhões podiam ser considerados pobres (73,8%).

³⁶⁵ PNAD Contínua/IBGE, 3º trimestre de 2019.

³⁶⁶ A respeito da metodologia do autor aplicada à discussão da pobreza no Brasil, ver QUADROS (2019).

Tabela 28 - Quantidade de ocupados pobres, com renda média mensal de até 2 salários mínimos, nas principais atividades (3º trimestre de 2019)

Atividades	Total (mil pessoas)	Pobres (mil pessoas)	% de pobres
Comércio	17.632,7	12.814,2	72,7
Indústria de Transformação	10.733,7	7.526,9	70,1
Construção Civil	6.858,7	6.823,2	99,5
Serviços Domésticos	6.335,0	6.334,1	100,0
Alojamento e Alimentação	5.484,3	5.016,3	91,5
Ativ. Adm. e complementares	4.159,8	3.529,6	84,8
Outras Atividades de Serviços	3.968,2	3.416,8	86,1
Transporte, Armazenagem e Correio	4.869,6	2.956,2	60,7
Saúde e Serviços Sociais	4.802,1	2.845,4	59,3
Educação	6.670,0	2.104,0	31,5
Adm. Pública, Defesa e Seguridade	5.007,9	1.149,3	23,0
Agricultura, Pecuária e Afins	8.510,9	8.226,6	96,7
Atividades Selecionadas	85.032,9	62.742,6	73,79

Fonte: PNAD 3º trimestre (2019).

Uma parcela importante dos trabalhadores pobres está no **comércio**. São 12,8 milhões de pessoas, que trabalham principalmente como vendedores e balconistas. Trata-se de uma categoria muito heterogênea, uma vez que estão espalhados por toda a cidade: no centro e na periferia; nas áreas ricas, pobres e de classe média; nos *shoppings* e no comércio popular; nas grandes redes e pequenos negócios; nos aeroportos; em farmácias; nos supermercados. Sua remuneração depende da sua função, posição e local de trabalho. Um farmacêutico, em geral, está mais bem posicionado que o frentista; o vendedor de *shopping*, melhor que o vendedor da loja popular do centro da cidade. Mas, em grande parte dos casos, apesar de terem carteira assinada, dependem de comissões cada vez menores com a desaceleração econômica.

Também vale ressaltar a crescente desqualificação do trabalho do vendedor. Diferentemente dos vendedores qualificados de grandes magazines do passado, que tinham que saber lidar com o cliente e conhecer os produtos, o vendedor de hoje se tornou um mero repositor de mercadorias. O autoatendimento, as vendas *on-line* e a informatização dos processos de venda simplificaram esse tipo de trabalho.

Também estão no comércio informal, nas ruas, nos transportes e nas bancas. O número de vendedores ambulantes – de vestuário, eletrônicos, comida, vassouras, panos de chão – aumentou mais de 500,0% entre 2015 e 2018³⁶⁷. O Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de São Paulo (SINTEIN), formado pelos vendedores ambulantes, chegou a ter mais de 20,0 mil associados espalhados pelo Brás, mas também em São Miguel e Jabaquara³⁶⁸. Além da preocupação de vender quantias mínimas para o seu sustento, sofrem com as disputas pelos espaços nas cidades, com os seus pares e com as autoridades. Como a ocupação irregular é uma infração, essas pessoas estão sujeitas diariamente a terem suas mercadorias apreendidas e, muitas vezes, a serem tratadas como criminosas.

Existem aqueles que preferem vender em automóveis ou carrocinhas, principalmente na periferia. É o caso de mascates que vendem o que produzem (verduras, ovos etc.) ou que revendem descartes dos centros atacadistas de alimentos mais próximos (como a CEAGESP ou a CEASA).

Compõem também o comércio as vendedoras ligadas às empresas de cosméticos e vestuário, que dependem de comissão. Apenas a Avon e a Natura juntas somam 6,3 milhões de vendedoras autônomas³⁶⁹. Existem também as “revendedoras-das-vendedoras”, uma forma de a revendedora “oficial” obter mais prêmios ou garantir cotas mínimas de vendas. Geralmente, a revendedora “oficial”, que trabalha com várias marcas, tem uma rede de dez revendedoras não cadastradas e repassa para elas entre 20% a 30% de comissão³⁷⁰.

Muitas também são sacoleiras de vestuário (roupas femininas, masculinas, infantis, lingerie, produtos sensuais e eróticos) que revendem de subatacadistas ou lojas maiores que fornecem os produtos e dão crédito. O problema é que alguns clientes atrasam o pagamento ou simplesmente não pagam. Como a responsabilidade da inadimplência é da revendedora, um calote de 200 reais, para quem ganha um salário mínimo, significa quase um quinto de salário para quitar a dívida³⁷¹. As revendedoras também se tornam grandes consumidoras das marcas, uma vez que a comissão se reverte em desconto, fazendo com que exista certa indistinção entre venda e consumo³⁷².

Ainda que a **indústria de transformação** empregue menos nos dias atuais, ela concentra muitos pobres (7,5 milhões de pessoas), que trabalham como mecânicos,

³⁶⁷ MENDONÇA, 2019.

³⁶⁸ SILVA, 2014, p. 76.

³⁶⁹ FERNÁNDEZ, 2019.

³⁷⁰ ABÍLIO, 2011, p. 41.

³⁷¹ Ibidem, p. 42.

³⁷² Ibidem, p. 40.

marceneiros, carpinteiros, operadores de máquinas e trabalhadores elementares. O operário qualificado do setor metalúrgico, de remuneração mais alta e associado a um sindicato forte, praticamente desapareceu. A escalada da automação, em conjunto com a crescente importação de partes e componentes, desqualificou o trabalho de muitos e acabou com o de outros.

Hoje, uma das categorias que mais se destacam dentro da atividade é a confecção têxtil ³⁷³. Em 2019, 630 mil pessoas trabalhavam como operadores de máquinas de costura, 616 mil como alfaiates, 289 mil como artesãos de tecidos de couros e materiais semelhantes, 137 mil como costureiros bordadeiros, 111 mil na fabricação de calçados e 76 mil com confecção de roupas³⁷⁴. Trabalham, por exemplo, nas pequenas e médias fábricas de confecção espalhadas pelo Brás e Bom Retiro em São Paulo, que empregam brasileiros em situação vulnerável e muitos imigrantes. Essas fábricas de confecção abastecem não apenas lojas de bairro e redes locais, mas também o comércio informal (sacoleiros e camelôs) e grandes varejistas. Essas pessoas chegam a trabalhar 16 horas por dia, em condições precárias, muitas vezes análogas à escravidão.

Na **construção civil**, a esmagadora maioria das atividades (99,5%) possui remuneração mensal média menor que dois salários mínimos. Somam 6,8 milhões de trabalhadores menos qualificados como pedreiros, pintores, serventes e afins, encanadores, eletricitas, azulejistas. Alguns são contratados com carteira assinada, outros são terceirizados sem carteira e direitos nas grandes empreiteiras que sobraram ou nas de menor porte, fortemente afetadas pela depressão econômica. Mas grande parte deles está na “viração”, fazendo trabalho autônomo ou bicos eventuais. O trabalho é intermitente: um mês tem trabalho; no outro, não.

Parte considerável dos pobres atua principalmente como **trabalhador doméstico**. Como já mencionado, a maior desigualdade de renda contribuiu fortemente para a formação de uma clientela e para o crescimento dos serviços pessoais a preços baixos, representados pelo aumento do número de empregadas domésticas, mordomos, passeadores de cachorros, cuidadores, jardineiros etc. Além de comporem o exército de pessoas que trabalham para os ricos brasileiros, os baixos salários do trabalhador doméstico também garantem à classe média brasileira um padrão de vida superior àquele correspondente à mesma classe social em países civilizados. Enquanto as pessoas de classe média de países europeus, ou mesmo nos Estados Unidos, tiram o lixo, limpam o banheiro, arrumam a cama e cortam a grama, a classe média brasileira compra tempo livre por baixos salários.

³⁷³ QUADROS, 2019, p. 10.

³⁷⁴ PNAD Contínua/IBGE, 3º trimestre de 2019.

É uma das maiores categorias ocupacionais do Brasil e a maior população de empregadas domésticas do mundo³⁷⁵, totalizando 6,3 milhões de pessoas em 2019. Os Estados Unidos, país desenvolvido com maior contingente de trabalhadores domésticos, tinham 2,2 milhões de ocupados nessa categoria em 2019³⁷⁶, com uma população aproximadamente 40% maior que a brasileira.

São majoritariamente mulheres, afrodescendentes, de baixa escolaridade, cujo salário médio era de 884,64 reais por mês em 2019³⁷⁷. Apesar dos esforços de equalização dos direitos trabalhistas – como a introdução do FGTS –, 70% das domésticas continuavam na informalidade em 2018³⁷⁸. Como diaristas, acabam trabalhando menos horas do que gostariam: uma média de 27,9 horas por semana em 2018³⁷⁹, dependendo de outras atividades para complementarem a renda.

A alta desigualdade social criou círculos concêntricos de renda em que os trabalhadores domésticos estão presentes em diversos níveis sociais, mesmo nos mais baixos. Muitas empregadas domésticas têm a sua própria empregada, em condições ainda mais degradadas. Ganham aproximadamente 300 reais por mês, para cuidar dos filhos das que ganham mais no horário extraescolar.

Os pobres também estão nos **serviços de alojamento e alimentação**. São 5,0 milhões de pessoas que trabalham como garçons, cozinheiros, ajudantes de cozinha, padeiros, chapeiros, copeiros, açougueiros, *pizzaiolos*, tiradores de chope, *barmen*, auxiliares ou donos de carrinhos de comida e *food trucks*. É comum trabalharem em mais de um lugar. Por exemplo, como o garçom que trabalha em um restaurante durante o almoço e, terminada a jornada no fim do dia, corre para o seu segundo trabalho, como garçom em um bar, indo para casa altas horas da noite. Muitos também tentam incluir seu negócio próprio nessa jornada dupla: são padeiros contratados em um estabelecimento que, à noite e aos finais de semana, fazem bolos e salgadinhos por encomenda. Ou são chapeiros em uma padaria que, à noite, trabalham em seu próprio carrinho de lanche.

Há um contingente enorme de pobres em **atividades administrativas e serviços complementares**. São 3,5 milhões de pessoas, desde escriturários até o pessoal da limpeza, segurança, alimentação, manutenção, logística e telecomunicações. Em todos os serviços básicos da produção e da distribuição de mercadorias e serviços. São trabalhadores

³⁷⁵ BETIM, 2018.

³⁷⁶ Economic Policy Institute (EPI), 2020.

³⁷⁷ PNAD Contínua/IBGE, 3º trimestre de 2019.

³⁷⁸ TRÊS..., 2018.

³⁷⁹ Ibidem.

concentrados ao redor das áreas mais industrializadas – nas grandes cidades e nas cidades de médio porte –, mas também nas cidades do agronegócio.

O *telemarketing*, por exemplo, é a porta de entrada de muitos brasileiros com baixa qualificação no mercado de trabalho. Em 2012, no período de crescimento, o setor chegou a empregar 1,4 milhão de pessoas³⁸⁰. A maior parte são mulheres jovens, no seu primeiro emprego, com ensino médio cursado em escola pública. Atuam majoritariamente no Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), mas também em televendas e recuperação de crédito em empresas terceirizadas que pagam de um a dois salários mínimos com remuneração variável.

Esses funcionários atendem de 100 a 200 ligações por dia, com metas muito rígidas. É recomendado que o atendimento ao cliente não ultrapasse 10 minutos. Caso contrário, o operador terá que reduzir o atendimento dos clientes seguintes para compensar o tempo perdido. Em São Paulo, esses funcionários têm direito a 40 minutos de pausa e 20 minutos para a refeição, durante uma jornada de trabalho média de 6 horas e 20 minutos.

Os clientes, durante a ligação, extravasam todo o seu descontentamento e frustração com muitas grosserias. Do outro lado da linha, os funcionários são obrigados a ouvi-los calados, sem interrupções. O *script* das respostas é o mesmo, com linguagem e entonação padronizada. Como as conversas são gravadas e monitoradas 24 horas, qualquer intercorrência é motivo de advertência ou demissão. Quando a ligação termina, os funcionários também recebem notas do próprio cliente. Além do estresse e da pressão psicológica, muitos operadores de *telemarketing* sofrem lesões por esforço repetitivo e alguma perda auditiva em razão do uso prolongado de fones.

Milhões de pobres estão também em **outras atividades e serviços**, como os serviços urbanos (3,4 milhões). Pensem nos trabalhadores que fazem o “trabalho sujo” como garis, carroceiros de reciclados, lixeiros etc. No caso destes últimos, pessoas que correm 25 km por dia e estão expostas a cortes por cacos e furos de agulhas. Dos 530 profissionais que coletam o lixo de Belo Horizonte, pelo menos cinco deles sofrem cortes profundos todo mês em razão do lixo mal embalado³⁸¹. Vários não informam sobre os acidentes de trabalho para não perderem o emprego.

Os serviços urbanos incluem também manicures, cabeleireiros, massagistas, depiladoras, barbeiros. Não apenas nos bairros centrais, mas também nas periferias, em salões improvisados nas garagens das casas, especializados na estética disseminada pelo futebol e

³⁸⁰ GAVRAS, 2019.

³⁸¹ FERREIRA, 2019.

pelo *funk*. Não deve ser negligenciado também o maior cuidado dos homens com a aparência e o corpo, responsável pelo crescimento do número de salões na última década. É interessante notar que os salões de beleza também se tornaram pontos fixos de marcas de cosméticos que fazem vendas diretas por catálogo, além de serem lugares de sociabilidade na periferia.

Muitos também trabalham como guardadores de carros ou flanelinhas. Vivem de gorjetas, comumente vistas como extorsão pelas pessoas. Uma parte trabalha como guardador apenas em períodos noturnos, em eventos e festas, como forma de complementar renda. Mas existem aqueles que fazem disso uma “profissão”, com horário e local regular. São “donos” dos seus pontos: delimitam seu espaço entre um poste e outro, uma árvore e outra, entre uma quadra e outra, o que pressupõe disputa. Os guardadores “donos” de espaços mais privilegiados, com rendimento que varia de 20 a 50 reais por dia, chegam a “alugar” o seu ponto para terceiros em horários em que não estão trabalhando por 15 reais³⁸². Existem ainda os que conseguem se cadastrar e vender bilhetes de Zona Azul em grandes centros. Em um dia bom, chegam a ganhar 80 reais por dia; mas, num dia de chuva, podem receber apenas 13 reais. Se considerarmos aproximadamente 10 reais de condução para ir e voltar até o ponto de trabalho, quanto sobra?

Há também muitos pobres na segurança privada, como guardas e vigias. Muitos dos que atuam na segurança privada são ex-policiais ou policiais que buscam complementar sua renda. Justamente pelos baixos salários, muitos desses policiais também acabam entrando para as milícias, uma forma de segurança privada que se transmutou em crime organizado.

Muitos trabalham nos **transportes, armazenagem e correios**, em grande medida como motoristas de automóveis, caminhões pesados, ônibus e motos (2,9 milhões).

Os milhares de motoboys compõem o retrato da grande cidade, numa tentativa de vencer o tempo em espaços cada vez mais caóticos. É uma ocupação em ascensão em um espaço urbano colapsado. São 200 mil apenas em São Paulo, dos mais de 900 mil que trabalham com motofrete no país³⁸³.

Em termos trabalhistas, são cada vez mais raros os motoboys contratados diretamente por uma empresa. Ou são terceirizados por uma empresa de motofrete e geralmente têm salário fixo (trabalhador com contrato), ou prestam serviços sem nenhum vínculo empregatício para aplicativos como iFood, Rappi e Loggi, sem garantia de jornada e baixos rendimentos. Nas favelas brasileiras, 29,0% dos moradores ganham renda extra graças

³⁸² PRADO, 2016, pp. 58-59.

³⁸³ ABÍLIO, 2014, p. 13.

aos serviços prestados por meio de aplicativos³⁸⁴. Aqueles com melhores condições financiam motos usadas; os que não podem, alugam o seu meio de transporte, motos ou bicicletas. Qualquer intercorrência, como um dia chuvoso ou um acidente do trabalho, compromete a renda do mês.

Para entrar no ramo, ter coragem é mais importante do que ter qualificação. A expressão “cachorros loucos”, conhecida entre os motoboys, designa aqueles que cortam caminhões, correm a 110 km, passam pelo “corredorzinho” da lombada, quebram retrovisores, escapam de *blitz*³⁸⁵. São aqueles que, literalmente, dão a vida pelo trabalho. Para muitos, são tidos como imprudentes; para os motoboys, é uma forma de garantir que a remuneração no fim do mês seja maior e o cliente não fique esperando insatisfeito.

A prática das empresas de bonificar os motoboys que fazem um maior número de viagens também teve responsabilidade pelo aumento de mortes por acidente. Apenas na cidade de São Paulo, o número de mortes envolvendo motociclistas aumentou 18,0% em 2019, totalizando 360 pessoas³⁸⁶. Além de ficarem afastados do trabalho sem receber quando sofrem acidentes, ainda arcam com o prejuízo da moto quebrada.

Dos 2,0 milhões de caminhoneiros, 85,0% ganham entre um e três salários mínimos e quase metade deles trabalha mais de 44 horas semanais quando há demanda por fretes³⁸⁷. As longas jornadas de trabalho são responsáveis por vários problemas de saúde, como doenças cardiovasculares e ortopédicas. Além da baixa renda, os que trabalham por conta própria (27,0% da categoria) têm que lidar com a intermitência do trabalho em decorrência da falta de cargas, além de custos do veículo como a própria aquisição do caminhão, sua depreciação e manutenção.

Em especial, há muitos pobres no setor de **saúde e serviços sociais** (2,8 milhões): são enfermeiros, auxiliares de enfermagem, cuidadores de enfermos e idosos. Se, por um lado, um quarto dos enfermeiros brasileiros trabalha entre 41 a 60 horas semanais, existem também aqueles – 31 mil enfermeiros – que cumprem jornadas de menos de 10 horas por dependerem de bicos³⁸⁸. Se considerada toda a categoria de enfermagem do setor público, 45,0% desses profissionais (aproximadamente 480 mil pessoas) recebem até 2.000 reais mensais³⁸⁹. No setor privado, 31,9% desses profissionais recebem entre 1.000 a 2.000 reais mensais³⁹⁰. Para

³⁸⁴ JUCÁ, 2019.

³⁸⁵ Ibidem, p. 23.

³⁸⁶ PREFEITURA..., 2019.

³⁸⁷ LIMA, 2018, p. 75.

³⁸⁸ COFEN & FIOCRUZ, 2017, p. 340.

³⁸⁹ Ibidem, p. 358.

³⁹⁰ Ibidem, p. 372.

garantirem uma renda um pouco maior, fazem muitos plantões, que comprometem sua vida pessoal e o seu sono.

Na **educação** há menos pobres em termos relativos que em outros setores da economia (31,5%). Os 2,1 milhões de pobres da educação estão em tarefas auxiliares, como as administrativas, de apoio e manutenção. Os professores substitutos ou temporários (por exemplo, 14,0% dos professores da rede pública do estado de São Paulo) também se enquadram nessa categoria. Às vezes o salário é de 900 reais, às vezes de 1,5 mil reais, o que os obriga a trabalhar em três escolas ou mais³⁹¹. A situação dos professores do ensino básico (2,9 milhões de docentes em 2019) é um pouco melhor à medida que possuem estabilidade e ganham um pouco mais que 2 salários mínimos: o piso salarial do professor de escola pública no Brasil é de 2.557 reais por mês³⁹².

A **Administração Pública, Defesa e Seguridade Social** é a categoria de atividade com menor presença de pobres (23%). Os 1,1 milhão de pobres presentes nessa categoria estão mais ligados a atividades auxiliares e de manutenção, como limpeza, segurança, recepção, coleta de lixo e a atividades que exigem menor qualificação técnica como é o caso dos trabalhadores comunitários de saúde.

Hoje, muitos pobres estão fora do mercado de trabalho, por causa do aumento do encarceramento. Há mais de 800 mil **presos** no Brasil. Pode parecer pouco, mas em 1990 havia somente 90 mil. Um aumento de mais de 780,0% em 30 anos. A superlotação carcerária e a precariedade das instalações fazem com que essas pessoas vivam em condições indignas e degradantes. O fato de as prisões serem espaços onde o crime se articula e se organiza em conjunto com as faltas de perspectivas de inserção social dos ex-detentos levam muitos de volta à criminalidade como membros do crime organizado. Ou tornam-se motoboys, uma vez que muitas empresas de entregas não exigem comprovação de antecedentes criminais³⁹³.

Deve-se também fazer uma breve consideração sobre a **geração atual de jovens pobres** brasileiros. Em 2019, dos 50,0 milhões de pessoas com idade de 15 a 29 anos no país, 23,8 não estudavam (47,6%): não tinham ensino superior completo e não frequentavam escola, pré-vestibular ou curso da educação profissional³⁹⁴.

A maior parte não estuda por precisar trabalhar, ainda que isso signifique uma inserção muito ruim no mercado. Vagam entre pequenos serviços eventuais, a criminalidade

³⁹¹ SETTE & VILARDAGA, 2019.

³⁹² MILITÃO, 2019.

³⁹³ ABÍLIO, 2014, p. 14.

³⁹⁴ IBGE, 2020b, p. 101.

e a desocupação, com a dificuldade adicional, no caso das mulheres, de ter que enfrentar questões como a gravidez precoce, os afazeres domésticos e os cuidados de crianças e adolescentes. Quanto mais pobre é o jovem, mais grave é o problema dos afazeres domésticos e do cuidado de crianças e adolescentes.

Se com a educação formal a inserção no mercado de trabalho já é difícil, sem ela a situação é ainda pior, principalmente num mundo em que a III Revolução Industrial avança e destrói ocupações de todo tipo. Entre os jovens que nunca frequentaram a escola, 82,3% deles estavam sem ocupação em 2019³⁹⁵. Um sintoma dessa terrível situação dos jovens brasileiros é que há 11,1 milhões deles que não trabalham nem estudam (22,1% dos jovens). A proporção está muito acima da média da OCDE e é uma das piores situações entre os países do Mercosul.

Acomodar-se à estagnação secular, naturalizando a pobreza e a desigualdade, significa condenar dezenas de milhões de jovens a uma vida sem perspectiva e lugar no mundo. Esse não é apenas um problema individual ou pontual, mas uma das principais questões a ser enfrentada pela sociedade brasileira.

Além dessa enorme massa de pobres urbanos, existem milhões de **pobres rurais**, ainda que apenas cerca de 15,0% da população viva nessas áreas³⁹⁶. A pobreza rural, personificada na figura do pequeno proprietário sem recursos, escala e que produz em terra de baixa qualidade, é um resquício do passado e dos problemas estruturais referentes à concentração fundiária no Brasil. Em geral, os pobres **rurícolas**, que vivem em condições precárias e com baixa remuneração, estão nas regiões Norte e Nordeste, cuja renda média mensal não ultrapassava 900 reais em 2019.

Tabela 29 - Proprietários Agrícolas por Conta Própria

	Número de ocupados	Renda média (R\$)
Sul	804.379	1.988
Centro-Oeste	214.814	1.745
Sudeste	772.477	1.362
Norte	532.039	899
Nordeste	1.087.529	437
Total	3.411.237	1.167

Fonte: PNAD contínua – IBGE, 3º trimestre de 2019.

³⁹⁵ IBGE, 2020b, p. 108.

³⁹⁶ IBGE, Censo Demográfico 2010.

Se somados os proprietários agrícolas por conta própria, os trabalhadores autônomos agrícolas e os trabalhadores não remunerados da agricultura, existiam 4,8 milhões de pessoas vinculadas ao minifúndio da agricultura familiar em 2019. São pequenos agricultores, cuja renda média mensal estava abaixo de 1.164 reais. Produzem principalmente mandioca, feijão, leite de vaca e de cabra, porcos e aves³⁹⁷, de fácil produção e para consumo próprio, especialmente no caso da mandioca, de lavoura rústica e colhida de acordo com a necessidade do produtor, sem grandes perdas.

Os trabalhadores assalariados da agricultura (2,7 milhões) recebiam uma renda média mensal abaixo de 1.000 reais em 2019³⁹⁸. São trabalhadores elementares (“peões”) da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca, mas também alguns operadores de máquinas agrícolas menos complexas, trabalhadores da pasteurização do leite e vinculados à conservação de frutas e legumes.

Além de sua baixíssima renda monetária, a maior parte dos pobres rurais não tem acesso a bens e serviços básicos. Ainda que os programas sociais do período Lula, como o “Luz para Todos” e o “Bolsa Família”, tenham melhorado a vida de milhões de pessoas, não resolveram o problema da pobreza rural no Brasil.

Além desta, há um outro tipo de pobreza ligada ao campo, caracterizada pela figura do pobre “**rurbano**”, fruto do crescimento das cidades ligadas às atividades agropecuárias. Esse fenômeno já estava presente em algumas cidades brasileiras, especialmente no Sudeste, em áreas de cultivo de cana-de-açúcar e laranja. O avanço do agronegócio, a partir dos anos 2000, impulsionou o desenvolvimento desse tipo de cidade, voltada ao atendimento de suas demandas, como serviços financeiros e jurídicos, fornecimento de insumos e de máquinas agrícolas, armazéns e indústrias que beneficiam a produção do campo, estabelecimentos comerciais e bancários, assistência técnica especializada³⁹⁹. A subida da renda local e a expectativa de empregos atraíram muitos migrantes para esse tipo de cidade, que passou a acumular pobres aos magotes.

Por exemplo, Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, sempre foi uma cidade conectada às atividades agropecuárias, com muitas atividades urbanas ligadas a essas demandas. Até o fim do século XX, era uma cidade relativamente pequena, com parte da população trabalhando diretamente no campo como boia-fria, e outra parte trabalhando nas atividades urbanas ligadas à agropecuária. Com o crescimento do agronegócio e a

³⁹⁷ HOFFMANN, 2014, p. 419.

³⁹⁸ PNAD Contínua, 3º trimestre de 2019.

³⁹⁹ FIORAVANTI, 2017, p. 5.

mecanização do campo, a população flutuante de boias-frias perdeu suas ocupações e passou a vagar ao redor de atividades urbanas em geral.

A riqueza da cidade cresceu, mas não o suficiente para evitar o agravamento da pobreza urbana, da violência e da favelização, ainda mais com a atração de migrantes. De 2016 a 2018, o número de favelados subiu de 25,0 mil para 43,0 mil⁴⁰⁰. A maior favela da região fica no Jardim Progresso, com 1,9 mil moradias e 7,7 mil moradores. Em abril de 2020, uma pesquisa feita com quase 2 mil favelados apontou que 47,0% não tinham água e 15,0% nem sabonete⁴⁰¹. De acordo com a Prefeitura, atualmente 15,0% da população do município encontra-se em situação de vulnerabilidade social média ou elevada⁴⁰².

A pobreza urbana acompanhou o desenvolvimento do agronegócio, crescendo no Centro-Oeste e nas áreas do Norte e Nordeste conhecida como “Matopiba”. As novas oportunidades econômicas intensificaram o crescimento populacional e a migração de nordestinos que trabalham nas fazendas para os mais ricos, mas também na construção civil e como prestadores de serviços em geral para os endinheirados – seguranças, porteiros, empregadas domésticas, manicures, garçons etc. A construção de rodovias federais também exerceu papel importante para a migração e a formação de bolsões de pobreza nestas regiões. Ao longo dessas estradas, formaram-se trechos intraurbanos, que abrigam serviços de hospedagem, comércio e materiais de construção, revendedoras de veículos, máquinas e insumos agrícolas e até mesmo alguns grandes estabelecimentos do setor produtivo⁴⁰³.

O caso de Luís Eduardo Magalhães, cidade do agronegócio na Bahia, é expressivo. Possuía 18.757 habitantes em 2000, passou a ter 60.105 em 2010, chegando a 84.753 em 2018. Atualmente, a cidade possui revendedoras autorizadas de grandes fabricantes de máquinas agrícolas, como a John Deere, além de condomínios e outros estabelecimentos de luxo já citados nesta tese. Das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais em 2010, 15,3% trabalhavam no setor agropecuário, 7,0% na indústria de transformação, 9,5% no setor de construção, 16,0% no comércio e 40,7% no setor de serviços. Destes, 67,8% ganhavam até 2 salários mínimos, e 32,4% não têm ensino fundamental nem carteira assinada⁴⁰⁴. Em Barreiras, cidade média vizinha a Luís Eduardo Magalhães, houve o crescimento do número de áreas de ocupação irregular e o adensamento de favelas mais antigas. Em 2015, a cidade chegou a ter 18 áreas de ocupação irregular, com destaque para o

⁴⁰⁰ CASTANHO, 2018.

⁴⁰¹ 47% DOS..., 2020.

⁴⁰² CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2019, p. 21.

⁴⁰³ PEQUENO & ELIAS, 2015, p. 18.

⁴⁰⁴ Dados do Censo Demográfico 2010 processados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

bairro Santa Luzia, que abrigava mais de 30 mil habitantes e era o maior colégio eleitoral do município⁴⁰⁵.

Primavera do Leste, um dos centros da produção de soja mato-grossense, produz muita riqueza, mas também uma população pauperizada. Em 2010, 66,6% dos ocupados ganhavam até 2 salários mínimos, e 29,3% não tinham fundamental completo e carteira assinada⁴⁰⁶. A cidade possui favelas como a que fica ao longo da BR-070, formada por 90 famílias de migrantes alagoanos e maranhenses, que moram em casas de lona e papelão sem nenhum serviço de utilidade pública⁴⁰⁷. Além desses miseráveis, há muitos pobres como os que moram no Conjunto Residencial Padre Onesto Costa, construído pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que hoje se encontram sem emprego e perspectiva⁴⁰⁸.

iii.

Deve-se ressaltar que a pobreza no Brasil seria ainda mais profunda sem a atuação do Estado.

A renda direta paga pelo Estado a funcionários públicos, aposentados e pensionistas, e beneficiários de programas sociais atingia pelo menos 69,2 milhões de pessoas em 2019. Isso significa que 39,7% da População em Idade Ativa (PIA) recebia algum benefício do Estado (Tabela 30). Trata-se de um número baixo comparado aos Estados Unidos, berço do neoliberalismo, que apenas com seus principais programas sociais (*Social Security, Food Stamp, Medicare, Medicaid, Seguro Desemprego*) atendiam a 187,2 milhões de pessoas em 2019 (56,5% da população). Se somado aos Programas Sociais o funcionalismo público (22,6 milhões de pessoas), o número de beneficiários direto do Estado norte-americano chega a 209,7 milhões (63,3% da população)⁴⁰⁹.

Para a maior parte dos brasileiros que recebem alguma forma de benefício direto do Estado, são recursos insuficientes, que mal cobrem necessidades muito básicas como alimentação e moradia como no caso de programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família, o Garantia-Safra e o Seguro-Defeso, que atendem a 21,1 milhões de pessoas.

⁴⁰⁵ PEQUENO & ELIAS, 2015, p. 26.

⁴⁰⁶ Dados do Censo Demográfico 2010 processados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

⁴⁰⁷ FIORAVANTI, 2017, pp. 17-18.

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 17.

⁴⁰⁹ Social Security Beneficiary Statistics; U.S. Bureau of Labor Statistics; Centers for Medicare & Medicaid Services; Food and Nutrition Service (2019).

Tabela 30 - Quantidade de pessoas que recebem renda direta do Estado em 2019 (mil pessoas)

	BPC	Seguro-Defeso	Garantia de Safra	Famílias beneficiárias do Bolsa Família	Funcionários estatutários	Regime Geral da Previdência Social	Previdência do Setor Público	Total
Nordeste	1.787	295	454	7.431	2.362	9.099	779	22.208
Norte	499	268	0	1.907	933	1.830	189	5.626
Centro- Oeste	407	12	0	729	896	1.979	282	4.305
Sudeste	1.747	41	32	3.971	3.197	14.956	1.645	25.588
Sul	529	23	0	941	1.161	5.933	602	9.189
TOTAL	4.969	638	486	14.980	8.448	33.797	5.917	69.235

Fonte: Portal da Transparência; Ministério da Previdência; CAGED (2019).

Nas regiões Norte e Nordeste, o papel do Estado para minimizar a pobreza é ainda mais decisivo. No que diz respeito à renda das famílias, a aposentadoria rural (3,3 milhões de beneficiários no Nordeste e 628,0 mil no Norte em 2019) é fundamental para garantir a sobrevivência de inúmeras famílias e é considerada por muitos o maior programa de distribuição de renda que existe no país⁴¹⁰.

O Programa Bolsa Família, apesar do baixo valor recebido por família, atingia quase 15,0 milhões de família no país, sendo 7,4 milhões no Nordeste e 1,9 milhões no Norte. Nessas regiões, a quantidade de beneficiários do Bolsa Família é maior do que a de pessoas com carteira de trabalho assinada (CLT), o que explicita a persistência da pobreza rural e a situação de calamidade vivida nessas regiões.

O setor público também tem um peso importante no combate à pobreza em termos da geração de empregos diretos, por serem mais estáveis e com melhor remuneração. Apesar do crescimento do funcionalismo público nas últimas três décadas – passou de 5,1 milhões para 11,4 milhões⁴¹¹ de vínculos entre 1986 e 2017⁴¹² –, o setor permanece com um número pequeno de funcionários em relação a outros países – menos de 10,0% da PEA. Está abaixo do nível de países desenvolvidos (22,0% da PEA nos países da OCDE em 2018) e de vários países da América Latina como Argentina (17,2% da PEA) e Uruguai (15,0%)⁴¹³.

⁴¹⁰ MAIS..., 2019.

⁴¹¹ Esse número não inclui as empresas públicas, cujo total declinou ao longo do tempo.

⁴¹² Dados levantados por LOPEZ & GUEDES (2019), a partir da RAIS/ME. Além dos estatutários, esses dados também incluem os funcionários com vínculos temporários e com carteira assinada.

⁴¹³ OECD.Stat, 2018.

No Norte e no Nordeste do Brasil, a participação do emprego público em relação ao total de ocupados é maior que no resto do país (16,0% e 13,5%, respectivamente⁴¹⁴), sendo praticamente o único núcleo dos empregos de melhor qualidade nessas regiões.

Em suma, os programas sociais, a previdência social e o emprego público são decisivos para atenuar a desigualdade social e a pobreza, principalmente em regiões com baixo dinamismo econômico. Ainda que a participação do Estado brasileiro seja inferior aos países citados, os ricos e seu *entourage*, que pagam baixos impostos, defendem que o Estado brasileiro é inchado, paquidérmico e atrapalha o desenvolvimento do país. Se nossa situação já é catastrófica, há de se imaginar o que seria de um país com menos empregos públicos, previdência e programas sociais.

Feitas essas considerações, a pergunta que deve ser feita é: em quais condições os pobres do Brasil contemporâneo vivem? Ou, como perguntaria Daniel Hirata⁴¹⁵: como essas pessoas sobrevivem na adversidade?

4.2. Como Vivem?

O objetivo deste capítulo é traçar um quadro geral de como vivem os pobres no Brasil. Depois de caracterizar as ocupações e as condições de trabalho da enorme massa de pobres, é preciso apresentar onde estão, como moram, sua cesta de consumo alimentar, suas condições de transporte, educação, saúde e acesso aos bens da cultura.

4.2.1. Morar

Predominantemente, os pobres estão onde os ricos estão. Seja pelas ocupações disponíveis para os mais pobres estarem ligadas ao consumo conspícuo, seja pelo fato de as regiões mais ricas serem mais dinâmicas e oferecerem melhores oportunidades.

Grande parte dos pobres no Brasil vive nas grandes regiões metropolitanas do Sudeste, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Segundo os dados do último Censo Demográfico (2010), 29,1 milhões dos ocupados que recebiam até dois salários mínimos estavam nas 24 principais regiões metropolitanas e capitais (Tabela 31).

⁴¹⁴ IPEA, 2021. Além dos estatutários, esses dados também incluem os funcionários com vínculos temporários e com carteira assinada.

⁴¹⁵ HIRATA, 2010.

Tabela 31 - Ocupados que ganham até dois salários mínimos no Brasil, por tamanho de cidade em 2010

	milhões de pessoas	% da PEA
Regiões Metropolitanas e Capitais	29,1	65,2
Cidades Médias - 100 mil até 605 mil	9,5	68,5
Cidades pequenas - até 100 mil	29,4	83,4

*Apesar de o IBGE classificar como cidades médias aquelas com 100 mil a 500 mil habitantes, para a elaboração da tabela, considerou-se uma linha de corte um pouco maior (até 605 mil habitantes) para incluir 6 cidades que ficariam de fora da classificação padrão (Ribeirão Preto, Uberlândia, Feira de Santana, Juiz de Fora, Joinville, Londrina).

**O Atlas do Desenvolvimento Humano considera como região metropolitana apenas as 24 mais importantes: Baixada Santista, Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Distrito Federal e Entorno, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, São Luís, Teresina, Vitória, Maceió, Manaus, Natal, Petrolina-Juazeiro, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Vale do Rio Cuiabá.

Fonte: Elaboração própria a partir do processamento de dados do Censo Demográfico 2010 pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Mas, nas últimas décadas, o ingurgitamento das grandes metrópoles empurrou milhões de pessoas para cidades médias, que passaram a contar com expressivo número de pobres – 9,5 milhões dos ocupados já em 2010.

Se, até os anos 1980, havia grande migração do Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para áreas mais dinâmicas como São Paulo e Rio de Janeiro, com a estagnação econômica, o fluxo migratório perdeu força, passou a ter menor amplitude e mudou de direção, rumo às cidades médias. O Sudeste ainda recebeu o maior volume de migrantes, mas o Centro-Oeste se tornou um destino importante⁴¹⁶.

A difusão da pobreza para as cidades pequenas também foi impressionante. Ainda que boa parte da pobreza do campo já estivesse nas áreas rurais das cidades pequenas, o crescimento da pobreza urbana nessas cidades expressa uma mudança importante. O fechamento da fronteira agrícola aos pequenos proprietários e o aumento da concentração fundiária expulsaram muitos que, sem perspectivas de migração para os decadentes centros industriais, refugiaram-se nas áreas urbanas das cidades pequenas.

Ou seja, do ponto de vista **espacial e da rede urbana**, a pobreza se concentrou nas grandes metrópoles, mas também transbordou para cidades médias e pequenas.

Um fenômeno importante a se destacar é a conurbação⁴¹⁷ – junção de áreas urbanizadas com municípios próximos – provocada pelo rápido crescimento demográfico e pela expansão desordenada das cidades, em especial das maiores. À medida que as cidades crescem, acabam incorporando núcleos urbanos vizinhos à sua dinâmica econômica e

⁴¹⁶ JARDIM, 2011, p. 1.

⁴¹⁷ ROLNIK, 2017, p. 40.

demográfica. As áreas metropolitanas se multiplicaram de 9 para 36 entre 1970 e 2010, chegando a 74 hoje⁴¹⁸. As maiores taxas de crescimento populacional das cidades do entorno em relação ao centro expressam um aumento relativo das regiões pobres e periféricas.

O caso de São Paulo é exemplar. Já nos anos 1950, cidades como Osasco, Taboão da Serra, Guarulhos e as do ABC passaram a funcionar como extensão da capital e a atrair muitos migrantes para trabalharem em atividades industriais do setor metalúrgico e automobilístico em grandes fábricas como a Caterpillar, a Metal Leve, a MWM⁴¹⁹. Ainda que essas cidades fossem mais pobres em relação ao centro, tinham renda média superior aos outros municípios da região e não funcionavam como cidades-dormitórios. A região era um dos principais polos industriais de São Paulo e foi palco de vários movimentos operários responsáveis pelas grandes greves no final dos anos 1970.

Como a região foi fortemente afetada pela regressão industrial, as alternativas de emprego mais próximas aos milhões de pobres dessas regiões acabaram sendo as empresas de logística, de transporte e condomínios residenciais de classe média. O comércio na periferia também se tornou uma fonte importante de empregos, mas com salários muito menores que os das regiões mais nobres.

Os bolsões de pobreza se espalharam ao longo das estradas na direção dos municípios do ABCD, como Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema; da região metropolitana da Baixada Santista, como Cubatão; próximos às Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, como Cajamar; na rodovia Castelo Branco como Osasco, Santana e Itapevi; na rodovia Raposo Tavares como Embu e Taboão da Serra⁴²⁰. A periferia metropolitana não está apenas nas áreas para além das marginais, mas também além dos limites municipais⁴²¹.

O Rio de Janeiro, expressão maior da regressão social brasileira, também está marcado pela conurbação desordenada. A cidade está entre as mais favelizadas do país, com um tipo único de segregação – o morro e o asfalto – e manchas de pobreza se espalhando para toda a Baixada Fluminense.

Outro fenômeno que deve ser destacado foi a difusão da pobreza e das favelas para cidades de médio porte. Desde meados dos anos 1990, o Brasil passou por um novo ciclo

⁴¹⁸ Definidas por lei estadual sem critérios unificados, as regiões metropolitanas são instituições criadas para tentar tornar mais eficiente a gestão de problemas que ultrapassam a delimitação municipal. São bastante heterogêneas, uma vez que não há requisitos mínimos de população, de importância econômica ou de área total. Santa Catarina, por exemplo, tinha 293 municípios em 2010, sendo apenas 7 fora de regiões metropolitanas (CASTELLO BRANCO et al., 2013, p. 10).

⁴¹⁹ TELLES & CABANES, 2006, p. 17.

⁴²⁰ BALTRUSIS & D'OTTAVIANO, 2009, p. 139.

⁴²¹ Ibidem, p. 147.

de urbanização, caracterizado pelo aumento considerável do número de cidades médias, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes de acordo com os critérios do IBGE⁴²². Existem atualmente 264 cidades de médio porte no Brasil, num universo de 5.570 municípios. Nelas vivem aproximadamente 25,0% da população brasileira⁴²³.

Uma vez que as metrópoles se esgotaram como “reservatório de mão de obra”, iniciou-se uma mudança do fluxo migratório para as cidades médias, que passaram a apresentar crescimento populacional acima das grandes metrópoles (2,4% a.a. entre 1991 e 2000, contra 1,6%). Ainda que as cidades médias tenham funcionado como válvulas de desconcentração populacional das grandes metrópoles e que tenham amenizado as deseconomias de escala vinculadas ao crescimento dos centros urbanos, elas foram incapazes de absorver dignamente todas essas pessoas. Inclusive porque o crescimento populacional nas cidades médias, especialmente no Centro-Sul do país, esteve ligado ao crescimento de centros intermediários pertencentes às regiões metropolitanas⁴²⁴.

A pobreza nas cidades médias brasileiras reflete o nível de desenvolvimento das regiões do país e, portanto, varia de acordo com sua localização regional, dinâmica migratória e produtiva⁴²⁵. As cidades médias das regiões Sul e Sudeste, por exemplo, são menos pobres que aquelas do Norte e do Nordeste, com nível de pobreza acima da média nacional. Outro exemplo: o crescimento das cidades médias no Norte esteve vinculado à Zona Franca de Manaus e à maior presença da indústria extrativista e mineradora no interior do Pará, o que confere traços específicos aos pobres desses municípios⁴²⁶. Isso vale para o Centro-Oeste e parte do Sul e Sudeste, nas cidades médias ancoradas no crescimento do agronegócio.

Interessa dizer que, em geral, as cidades médias passaram a reproduzir em menor escala as mazelas sociais dos grandes centros: infraestrutura precária, violência, tráfico de drogas, fome, favelas etc. No estado de Minas Gerais, são polos como Ipatinga, Juiz de Fora, Governador Valadares, Montes Claros, mas também cidades menores como Mariana. No interior de São Paulo, em cidades maiores como Campinas, mas também menores, como

⁴²² De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são consideradas cidades médias aqueles núcleos urbanos, não metropolitanos e não capitais estaduais, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Importante dizer que o critério demográfico para a categorização das cidades médias do Brasil, adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é objeto de debates acadêmicos.

⁴²³ OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019.

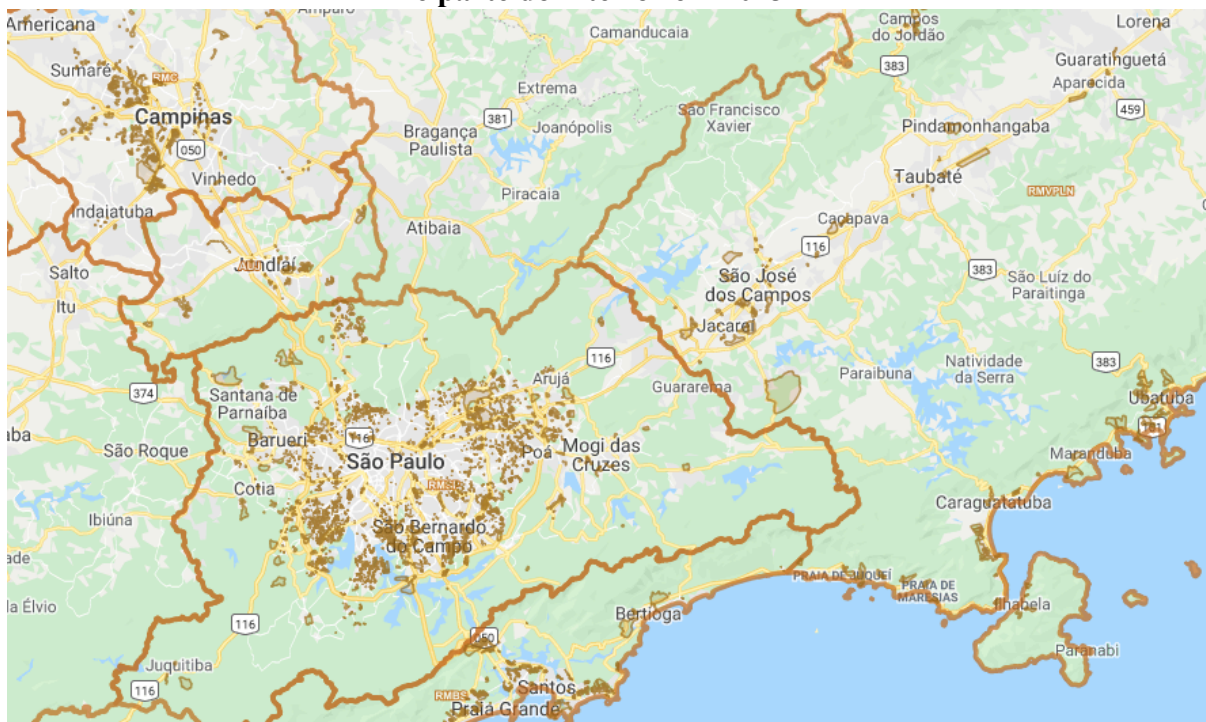
⁴²⁴ Esse processo foi chamado por alguns urbanistas de *desconcentração-concentrada*. Ver CARVALHO (2003), FILHO & SERRA (2001), ANDRADE et al. (2001).

⁴²⁵ Para entender como essas características interferem nos tipos de pobreza nas cidades médias, ver ANDRADE et al. (2001).

⁴²⁶ DOURADO, 2018, p. 13.

Jacareí, Bertioga, Sumaré, São Sebastião e Guaratinguetá. Enfim, são dezenas de milhões de pessoas penduradas em frestas de sobrevivência nas cidades, num país cada vez mais desigual.

Figura 1 - Regiões com aglomerados subnormais na região metropolitana de São Paulo e parte do interior em 2013



*Legenda: As regiões mais escuras do mapa indicam maior densidade de aglomerados subnormais.
Fonte: Emplasa.

ii.

Em termos **intraurbanos**, a pobreza se concentrou nas periferias e nos centros degradados das cidades. Se as cidades brasileiras já eram famosas pela sua desorganização, o processo de urbanização se tornou ainda mais segregado, violento e caótico nas últimas décadas. A cisão das metrópoles em uma cidade dos ricos e outra dos pobres se escancarou.

A dinâmica interna das cidades, moldada pela movimentação das pessoas rumo ao trabalho, à escola, ao médico, ao comércio, sempre foi governada pelas camadas de mais alta renda, que controlam as melhores localizações. Ao se controlar a localização, ganha-se tempo – menos deslocamentos, cansaço e estresse, mais lazer, conforto e tranquilidade. A tendência secular de estruturação do espaço intraurbano pelos mais ricos segregou espacialmente as cidades, concentrando ao redor de suas residências os empregos e serviços de seu interesse. Diria David Harvey que “os ricos podem comandar o espaço, enquanto os

pobres são prisioneiros dele”⁴²⁷. A disseminação do carro nas camadas mais altas a partir dos anos 1970 permitiu que os mais ricos se isolassem mais, abandonando os centros das cidades e muitas vezes se refugassem em condomínios fechados em áreas suburbanas. À medida que as desigualdades se acentuaram, a população cresceu, o país se “desindustrializou” e o Estado perdeu capacidade de atender às demandas sociais, os ricos abandonaram aos pobres a cidade decadente, congestionada e poluída.

De um lado, há um pequeno núcleo de ricos em áreas amenas, arborizadas, legalizadas, seguras e submetidas às regras de convivência e sociabilidade determinadas pelo poder público. De outro lado, gigantescas manchas urbanas abandonadas pelo Estado, com massas crescentes de pobres que se expandem para áreas irregulares, sem acesso ao mínimo de serviços e com riscos de diversas naturezas. Áreas onde a unidade habitacional é a laje, não a casa. Onde não há ruas asfaltadas e limpas, creches, escolas, nem mesmo praças ou quadras esportivas. Onde impera a luta pela sobrevivência e a lei do mais forte, em meio à falta de comida, saneamento, transporte, segurança⁴²⁸. E a tensão permanente de viver numa guerra e num espaço espremido e precário que pode ser tomado ou destruído a qualquer momento.

É preciso enfatizar que a degradação dos centros urbanos e a periferização manteve o padrão histórico da **casa própria-loteamento irregular-autoconstrução** nas periferias, que sempre exigiu jornadas extras para finalizar a construção de uma casa cuja posse não era legalmente garantida. A ocupação da periferia também permaneceu descontínua, deixando grandes vazios urbanos que serviam à especulação e valorização imobiliária, dado que a ampliação dos serviços públicos transferia para as áreas não ocupadas os ganhos da benfeitoria pública⁴²⁹.

Esse movimento pode ser visto com maior clareza em São Paulo. Entre 1980 e 2000, as áreas mais ricas tiveram um decréscimo de mais de 100 mil habitantes ao mesmo tempo em que a região do extremo sul – Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela, Marsilac, Parelheiros – ganhou quase 1 milhão de novos moradores⁴³⁰. Enquanto as regiões nobres ampliaram a área de suas moradias, as periferias dos extremos da cidade se abarrotavam com mais pobres.

A ação do Estado favoreceu esse movimento com a construção de conjuntos habitacionais nas periferias, deslocando os mais pobres para os extremos da cidade. O melhor

⁴²⁷ HARVEY, 1976, p. 171.

⁴²⁸ HUGHES, 2003, p. 59.

⁴²⁹ COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, 1976, p. 29.

⁴³⁰ HUGHES, 2003, p. 56.

exemplo é a Cidade Tiradentes, um conjunto habitacional planejado pelo Estado nos anos 1980⁴³¹. A Cidade Tiradentes foi um conjunto habitacional pensado para abrigar as pessoas removidas de favelas desocupadas ou que haviam passado por problemas como enchentes ou incêndios. Num distrito que não tem hospital nem biblioteca, o conjunto Santa Etelvina, um dos maiores projetos já realizados com 27,6 mil unidades habitacionais, tem graves problemas de erosão numa localidade com topografia altamente irregular e penosa para caminhadas, isolada da periferia circundante por apenas duas vias de acesso. Ao longo dos anos 1990, o isolamento da Cidade Tiradentes foi diminuído pelo surgimento de favelas nos interstícios, em áreas sujeitas a inundações e deslizamentos.

A periferização de São Paulo também foi impulsionada pela valorização imobiliária a partir dos anos 1990, que terminou de expulsar os pobres e a baixa classe média das áreas mais bem situadas⁴³². Entre 2008 e 2015, o preço dos imóveis subiu 218,2% em São Paulo e 265,2% no Rio de Janeiro⁴³³.

A maior ocupação das regiões periféricas por setores médios da sociedade também afetou a dinâmica urbana nos municípios das regiões metropolitanas, não apenas de São Paulo, mas do Rio de Janeiro. Ao invés de viverem espremidos em apartamentos com preços abusivos nas regiões melhores, muitos optaram por viver em condomínios em áreas mais afastadas. Trata-se de uma nova forma de morar, “moderna” e segura, em locais com serviços urbanos precários, cujo valor da terra é mais baixo⁴³⁴. A demanda por esse tipo de empreendimento fez com que incorporadores e empreendedores desse segmento lucrassem muito nos anos 1990 e 2000. A migração de parte da classe média para regiões mais periféricas atraiu novos empreendimentos para a região, como *shoppings centers* e redes varejistas de alimentos e vestuário de renome, o que afetou fortemente o comércio local, que empregava a população mais vulnerável.

A estagnação secular, o empobrecimento de parte importante de população, o crescimento desordenado das cidades e a especulação imobiliária redundaram numa máquina de produção de cortiços e favelas⁴³⁵, expressão maior do aumento da pobreza e da miséria em todo o território brasileiro (Tabela 32).

⁴³¹ HUGHES, 2003, p. 106.

⁴³² ROLNIK, 2017, p. 65.

⁴³³ MARICATO, 2015, p. 39.

⁴³⁴ LAGO, 2015, p. 111.

⁴³⁵ MARICATO, 2013, p. 155.

Tabela 32 - Porcentagem de domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais⁴³⁶, segundo Regiões

	1980	1991	2000	2010	2019
Norte	1,0	4,1	5,3	11,6	18,9
Nordeste	0,9	2,6	2,2	6,7	8,6
Sudeste	2,6	3,6	4,2	6,4	8,1
Sul	0,6	1,1	0,1	1,9	3,1
Centro-Oeste	0,6	0,4	0,4	1,3	2,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010. Estimativas preliminares do Censo Demográfico de 2020, divulgadas em 2019.

A favela, essa ocupação destrutiva e desorganizadora do espaço público, tornou-se a única opção para os mais pobres, que ocuparam os interstícios que seriam destinados a equipamentos públicos e a áreas verdes, o que inclui mananciais, áreas de preservação ambiental, áreas alagáveis, encostas íngremes e aterros sanitários abandonados⁴³⁷. São áreas sem valor econômico, que não estão inseridas formalmente na lógica de especulação imobiliária. A segregação socioespacial se ampliou, num contexto em que o Estado não consegue atender às demandas da população mais pobre, cada vez mais excluída e deslocada para áreas mais periféricas e distantes dos centros geradores de emprego⁴³⁸.

A ponta Sul de São Paulo é novamente um bom exemplo. A região se converteu em um dos maiores pontos de concentração de favelas da cidade, sendo relativamente próxima à área de maior concentração de riqueza do mercado financeiro globalizado. Nessa região, riqueza e pobreza se entrecruzam em “circuitos de empregos que, do polo moderno-moderníssimo da economia, vão se espalhando pelas redes de subcontratação e trabalho precário”⁴³⁹.

Já o extremo Leste da cidade, onde se difundiram muitos assentamentos irregulares, favelas e ocupações, concentra os piores indicadores sociais e urbanos. Pela longa distância geográfica, os pobres dessa região estão ainda menos integrados ao eixo urbano dinâmico. Ainda que muito longe, vários moradores da região Leste se deslocam até o centro velho e abandonado da cidade, fortemente degradado. Trabalham nas franjas do mercado formal e informal como camelôs, ambulantes e no mercado de confecção têxtil e em suas redes de subcontratados.

⁴³⁶ O IBGE utiliza o termo “aglomerado de domicílios subnormais” para caracterizar as favelas. Para efeitos censitários, os aglomerados subnormais caracterizam um conjunto de, no mínimo, 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos com frequência de forma desordenada, densa e carentes de serviços públicos essenciais. (QUEIROZ FILHO, 2015, p. 342)

⁴³⁷ MARICATO, 2015, p.82.

⁴³⁸ HUGHES, 2003, p. 50.

⁴³⁹ Ibidem, p. 18.

Percebe-se que a cidade se tornou um espaço mais heterogêneo, assim como a pobreza.

iii.

A vida dos pobres que moram em áreas próximas ao centro é diferente da vida dos que moram nas regiões distantes da periferia. Essas distâncias afetam o acesso à infraestrutura e serviços urbanos, a regularidade da posse da habitação, as formas de construção do domicílio, a subordinação ao despotismo do crime organizado.

As desigualdades habitacionais de São Paulo são as mais extremas e assustadoras. Mas, se anatomia do homem é chave para a anatomia do macaco, dado que o mais desenvolvido mostra as características que não podem ser vislumbradas nos mais atrasados, São Paulo mostra com mais crueza e clareza a evolução futura das cidades brasileiras – traços comuns a todas, diria Villaça⁴⁴⁰.

Algumas diferenças nas áreas de moradia dos mais pobres podem ser vistas através da história da família de Sandra Lurdes, que morava em uma casa alugada na Freguesia do Ó em São Paulo até o marido ficar desempregado. A perda de renda levou a família para uma área invadida no Morro Doce, onde passaram a morar numa casa cercada por esgoto a céu aberto. Ao conseguirem montar uma mercearia improvisada em sua nova habitação, passaram a ser considerados privilegiados na região⁴⁴¹.

A pobreza da Freguesia do Ó era bem menos sofrida, dado que o bairro tinha todos os serviços públicos básicos – eletricidade, água encanada, esgoto, calçadas e ruas pavimentadas, coleta de lixo, limpeza da rua, poda das árvores – e tinha vias de acesso melhores e mais próximas, além de transporte público mais fácil e acessível. A Freguesia do Ó faz parte da cidade legalizada e disciplinada pelo Estado, tendo um subcentro com comércio local desenvolvido, com casas de material de construção, supermercados, agências bancárias, padarias, farmácias, academias, lojas diversas, mas também outras instituições como igrejas de diferentes religiões, delegacia de polícia, unidades de saúde, escolas, creches etc.

Apesar de não ter nenhum cinema, teatro ou museu, a Freguesia do Ó tem 1,4 sala para concerto ou show para cada 100 mil habitantes, muito menos que em Pinheiros (92,6). A Cidade Tiradentes, o Jardim Ângela, a Brasilândia nem isso tem⁴⁴².

⁴⁴⁰ VILLAÇA, 2001.

⁴⁴¹ HUGHES, 2006, p. 61.

⁴⁴² MAPA DA DESIGUALDADE, 2019.

A Freguesia do Ó tem praças, além de 617,1 árvores por quilômetro quadrado, 3 vezes menos que o Alto de Pinheiros, mas 300 vezes mais que o Marsilac. É uma área relativamente mais segura para as mulheres – há 251 ocorrências de violência contra a mulher para cada 10.000 mulheres, o dobro de Perdizes, mas bem menos que as 803 da Sé. Em termos da taxa de homicídios, a Freguesia tinha 8,7 para cada 100 mil habitantes em 2016, bem melhor que os 25,1 do Marsilac, mas muito distante do nível sueco do Jardim Paulista (1,1)⁴⁴³. Se um morador precisa de atendimento na rede pública de saúde, tem de aguardar 36 dias, o que é muito melhor que os mais de 2 meses de Parelheiros, mas que não se compara com o atendimento no dia da Vila Mariana. Na Freguesia, a idade média das pessoas que morrem é pouco mais de 69 anos, muito menos que os 80 anos de Moema, mas muito mais que os 57 da Cidade Tiradentes.

Viver numa região como essa, mais próxima de áreas em que há acesso a empregos um pouco melhores, é importante. A formalização do emprego, um indicador a ser considerado quando se trata do emprego dos pobres, é 1,81 para cada 10 pessoas em idade ativa, 6 vezes maior que na Cidade Tiradentes, mas quase 10 vezes menor que em Pinheiros. No Jardim Ângela e na Brasilândia, áreas mais pobres e distantes, existe trabalho só em trechos das vias principais, em pequenas lojas, mercearias e padarias.

Morar mais longe significa menos áreas de lazer ou praças, menor distância entre as casas em ruas esburacadas e cheias de lixo. Significa viver espremido na laje, a verdadeira unidade habitacional da periferia e o centro de sua vida urbana: *playground*, solário, área de churrasco e armadilha que vitima inúmeras crianças que trepam nos muros para tentar chegar a elas⁴⁴⁴.

Quanto mais distante, também maior é a violência desregrada e maiores as brigas e mortes movidas por vingança. A polícia, quando aparece, piora a situação ao agredir e ao extorquir indiscriminadamente os moradores. Nas áreas em que o PCC tomou o comando e impôs sua lei de ferro e de silêncio, a situação é diferente: a polícia garante o bom funcionamento do tráfico e não se intromete com o partido do crime em troca de propina. Nessas regiões, só se mata com autorização do gerente da área e após debates entre os envolvidos para expedir a sentença – de espancamento, de banimento, de morte ou de vida. Fora das áreas do PCC, campeia a lei do mais forte e a morte banal: de mulheres, crianças, idosos, mas principalmente de jovens negros e pardos sem perspectiva de vida e futuro.

⁴⁴³ REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS, 2020.

⁴⁴⁴ HUGHES, 2006, p. 66.

A regularidade da propriedade é outro fator importante a se considerar: é muito menor nas áreas mais pobres e mais distantes, numa cidade em que se estima que metade dos imóveis sejam irregulares. Os motivos são vários, desde projetos construídos pelas gestões Maluf e Pitta que se apropriaram de áreas privadas sem autorização judicial, passando por erros dos loteadores e chegando às invasões de áreas de mananciais e de risco, que não podem ter a propriedade registrada⁴⁴⁵. Viver numa área mais periférica significar estar sempre à beira do despejo ou da destruição de sua casa. Mas também, em lugares como o Jardim Pantanal, do alagamento constante que lhe emprestou o nome, ou do risco de desabamento, incêndio, explosão, contaminação química e doenças.

Essas diferenças de localização também podem ser vistas em distritos com diferentes histórias, como a Cidade Tiradentes e a Brasilândia. A Cidade Tiradentes surgiu como símbolo da segregação de jovens negros desempregados em um gueto distante, num beco sem saída longe de tudo⁴⁴⁶. Com apenas dois acessos a uma região tão distante, é um dos distritos com o maior número de viagens a pé em num relevo acidentado, sem calçamento, mobiliário urbano e arborização para proteger o pedestre, que não tem condições de pagar pelo transporte coletivo.

Na Brasilândia, não tão distante geograficamente da Freguesia do Ó, a ocupação desordenada de áreas íngremes de proteção ambiental, com moradias de alto risco e palafitas, começou nos anos 1970. Loteamentos clandestinos, sem infraestrutura e planejamento que foram progressivamente ocupando áreas públicas remanescentes, áreas verdes, margens de córregos não canalizados. Uma área de alta densidade populacional e construída, mas com pequenos comércios, bares, serviços de subsistência e igrejas. Mesmo assim, muito poucos postos de trabalho – um dos piores patamares de emprego formal da cidade – e muita dificuldade para melhorar a infraestrutura, dada a exiguidade do espaço para o sistema viário e os espaços verdes. A falta de espaço leva à progressiva ocupação da Serra da Cantareira, ao adensamento das casas e ao aluguel de cômodos⁴⁴⁷. Num distrito que não tem escolas suficientes nem unidades de saúde – recebeu um hospital só em 2020 –, moram quase 300 mil pessoas, com péssimos indicadores de mortalidade materna e infantil, baixo peso dos nascidos, gravidez na adolescência, alta mortalidade por AIDS, com uma das mais baixas

⁴⁴⁵ Ibidem, pp. 64-65.

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 112.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 118.

médias de idade ao morrer (60,0 anos), com alto número de homicídios (17,1 para cada 100 mil habitantes em 2016) e com a segunda maior porcentagem de favelas da cidade (29,6%)⁴⁴⁸.

A localização dentro da cidade, em suma, é decisiva para a vida do pobre. Mas dentro das diversas áreas, pior ainda é morar em favelas (ocupação informal) ou cortiços, muitas vezes com mais de uma família convivendo na mesma casa, cômodo ou laje.

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro somam mais da metade das favelas do Brasil⁴⁴⁹. Em São Paulo, 11% da população vivia em favelas em 2010. Ao todo eram 2.098 favelas e 1,3 milhões de moradores nessas condições.⁴⁵⁰ Se considerada a região metropolitana como um todo, o número de pessoas que morava em favelas no último Censo era de 2,1 milhões. Cerca de 95% dos domicílios em favelas tinham responsáveis ganhando entre zero e três salários mínimos, sendo o seu rendimento médio de 2.106 reais⁴⁵¹. Além da cidade de São Paulo, a favelização se estende a outras regiões do interior do estado. Em Campinas, de acordo com o último Censo, cerca de 150 mil pessoas, 12,9% da população, viviam em favelas.

As áreas em vermelho no mapa abaixo (Figura 2) são os pontos de favela na cidade do Rio de Janeiro. No total são 900 favelas, que abrigam aproximadamente 25% da população da cidade. Apenas na favela da Maré são 129.770 pessoas; no Complexo do Alemão são 69.143; na Rocinha são 100.000⁴⁵².

⁴⁴⁸ MAPA DESIGUALDADE, 2019 e REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS, 2020.

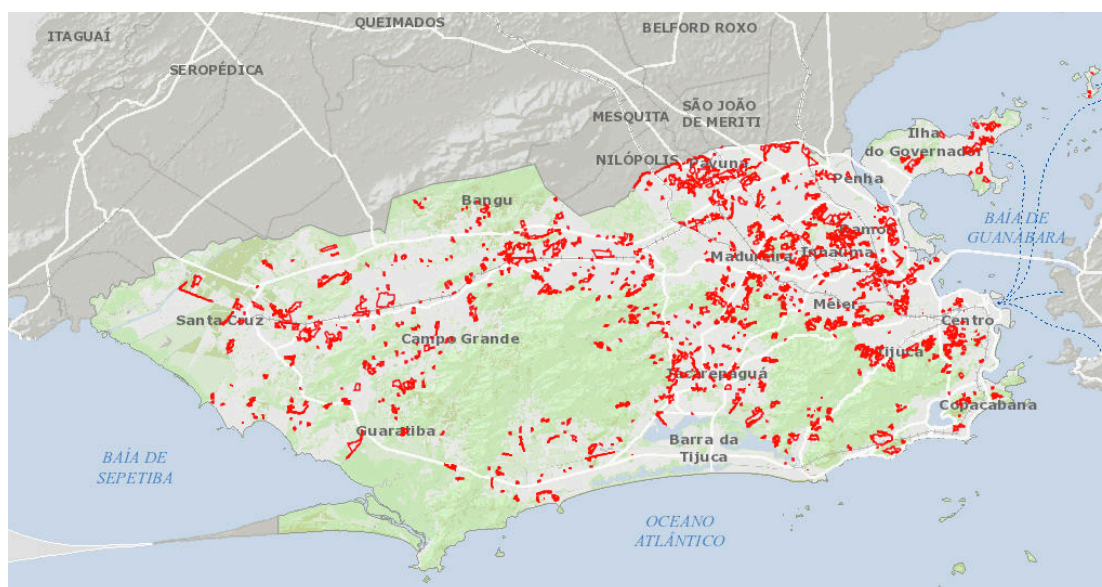
⁴⁴⁹ Ainda que São Paulo tenha um maior número de favelas, o Rio de Janeiro é mais favelizado, ou seja, possui favelas maiores e mais próximas umas das outras, formando verdadeiros complexos. Outra diferença importante é a sua forma de distribuição: em São Paulo as favelas ficam às margens da cidade, na periferia, e no Rio de Janeiro nos morros, muitas vezes em regiões centrais.

⁴⁵⁰ FERREIRA, 2017.

⁴⁵¹ SARAIVA, 2014, p. 320.

⁴⁵² DATA RIO, ago. de 2019.

Figura 2 - Áreas de favela na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Data Rio (ago/2019).

Apesar de muitos moradores não possuírem título de propriedade de suas casas, isso não impede o surgimento de um mercado imobiliário clandestino. Há uma espécie de privatização das invasões⁴⁵³. O preço pago por essas habitações varia de acordo com a região. No Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, uma casa pode custar 15 mil reais; uma quitinete, 10 mil reais; e uma laje, 20 mil reais⁴⁵⁴.

Como forma de conseguir renda extra com aluguel, muitos moradores têm construído novos andares em suas casas, o que tem levado a uma verticalização das favelas, de forma irregular e precária. É a única forma de gerarem alguma renda com o seu patrimônio, seja ele formal ou não, por meio da exploração de pessoas ainda mais pobres⁴⁵⁵. Essa segunda camada, de locatários, tem crescido de forma expressiva. Em Paraisópolis, em São Paulo, o aluguel de um andar com três cômodos varia entre 400 e 500 reais, incluindo água e luz⁴⁵⁶.

As casas que ficam em ruas, asfaltadas ou não, são mais caras do que as de vielas ou becos, as quais nem endereço têm e, portanto, não existem para os Correios. Também são mais desvalorizadas as casas às margens dos córregos, mais suscetíveis a alagamento⁴⁵⁷. É o caso das casas próximas do Antonico, em Paraisópolis. Disse uma moradora que perdeu seus bens em uma enchente: “Eu amo Paraisópolis, só não amo

⁴⁵³ DAVIS, 2006, posição 747 do ebook.

⁴⁵⁴ MOTTA, 2016, p. 209.

⁴⁵⁵ DAVIS, 2006, posição 791 do ebook.

⁴⁵⁶ GOMES, 2019.

⁴⁵⁷ ALENCAR & BELAZI, 2013, p. 94.

meu endereço⁴⁵⁸”. Ou seja, existe diferenciação social em termos de moradia mesmo dentro da favela.

É importante notar o número de assentamentos não urbanizados nas favelas. Na cidade do Rio de Janeiro são 647, ou seja, 71% das favelas não têm condições básicas de infraestrutura (Tabela 33). As ruas não possuem asfaltamento, e o esgoto e o lixo estão a céu aberto.

Tabela 33 - Número de favelas na cidade do Rio de Janeiro

Assentamento urbanizado	152
Assentamento em processo de urbanização	6
Assentamento parcialmente urbanizado	87
Assentamento não urbanizado	647
Assentamento parcialmente reassentado	8
TOTAL	900

Fonte: Data Rio (agosto/2019).

Numa última pesquisa realizada pelo IBGE⁴⁵⁹, cerca de 23 milhões de domicílios brasileiros em 2018 não estavam conectados à rede de coleta de esgoto (33,7% dos domicílios). No Norte, a falta do serviço atinge 78,2% dos domicílios. No Nordeste são 55,4% das casas sem tratamento. No Censo de 2010, na cidade de São Paulo, a rede de esgoto não chegava à metade dos domicílios em lugares como Ferraz de Vasconcelos, Carapicuíba, Embu, Franco da Rocha e Francisco Marato⁴⁶⁰. Em 2018, três estados apresentavam falta de água em mais de 40% dos domicílios: Rio Grande do Norte (40,2%), Acre (60,3%) e Pernambuco (61,4%)⁴⁶¹. São cerca de 21 milhões de brasileiros morando em domicílios sem coleta de lixo. A maioria está concentrada no Nordeste (10,5 milhões) e no Norte (3,8 milhões).

No Rio de Janeiro, as comunidades com alguma infraestrutura têm constantemente seus serviços urbanos suspensos em decorrência da violência. Além de terem o serviço de luz interrompido, catadores de lixo e carteiros se recusam a subir o morro. Muitas vezes são os próprios moradores que se organizam para essas atividades⁴⁶².

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 77.

⁴⁵⁹ Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores 2018, feita com base em informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

⁴⁶⁰ SARAIVA, 2014, p. 329.

⁴⁶¹ Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores 2018, feita com base em informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

⁴⁶² ALVES & EVANSON, 2011, p. 58.

A ausência de saneamento adequado e a precariedade das construções expõem a população a graves riscos de saúde. Em 2017, 34,7% dos municípios do país registraram uma epidemia ou endemia relacionadas ao saneamento básico, segundo o Suplemento de Saneamento da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE⁴⁶³. A Rocinha, por exemplo, é o principal foco de tuberculose do país. De acordo com a prefeitura do Rio de Janeiro, em 2015, a taxa de incidência na comunidade era de 372 casos a cada 100.000 habitantes (11 vezes maior que a média nacional)⁴⁶⁴.

iv.

Como são essas casas? A principal característica desses domicílios é a improvisação: puxadinhos, a permanente falta de acabamento, o avanço sobre a via pública etc.⁴⁶⁵ Para essas pessoas, “as construções marcam os tempos da vida”⁴⁶⁶.

Apesar de a média de morador por domicílio nas favelas ser relativamente baixa – na região metropolitana de São Paulo era de 3,6 em 2010⁴⁶⁷ – a casa é sempre insuficiente em termos de espaço. É comum um único quarto para toda a família e a cozinha ser junto com a sala; o banheiro dentro da casa, quando existe, é para todos.

Parte significativa da mobília da casa é de segunda mão. São móveis recebidos de parentes, doados pelos patrões, comprados em *sites* como OLX ou em feiras de rua, como é o caso da Feira do Rolo, que ocorre no Campo Belo em Campinas. Aos domingos, a feira, que já chegou a receber 10.000 pessoas, vende não apenas móveis e eletrodomésticos, mas também plantas, frangos, rodas de carro etc. É uma mescla de coisas usadas, perdidas ou roubadas. Tirando os produtos novos, tudo é passível de troca, de “rolo”.

Quando não são de segunda mão, a mobília e os eletrodomésticos são comprados com muito sacrifício, pagos em várias prestações, em lojas de departamento como Casas Bahia, Marabraz e Magazine Luíza. É importante lembrar a importância do cartão próprio da loja, que possibilita esse tipo de compra, já que, em boa medida, são consumidores desbancarizados. Os poucos da família que possuem cartão de crédito o compartilham com os demais parentes. Disse Adriana Martins, moradora de favela, em uma entrevista para o *Estadão*: “Hoje, dez pessoas usam meus cartões; [...] tenho talento para administrar crédito”.

⁴⁶³ BLOWER, 2019.

⁴⁶⁴ BETIM, 2015.

⁴⁶⁵ CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2016, rel. 1, p. 62.

⁴⁶⁶ MOTTA, 2016, p. 210.

⁴⁶⁷ CENSO DEMOGRÁFICO, 2010.

Os usuários dividem também a anuidade do cartão⁴⁶⁸. Ter uma rede de apoio formada por amigos, parentes e vizinhos é imprescindível para lidar com as incertezas e adversidades do que é ser pobre no Brasil.

Em áreas mais degradadas do Rio de Janeiro, a própria construção e venda de imóveis passou a ser realizada pelo crime organizado. Nesse mundo abandonado pelo Estado brasileiro, vige o despotismo privado de uma bandidagem miliciana que faz parte da estrutura de segurança pública. Policiais civis e militares, bombeiros e soldados montaram um “Estado paralelo” para controlar essas regiões, apoiando-se também na eleição de representantes de outras esferas do setor público, como vereadores e deputados.

O Escritório do Crime, considerado a principal milícia da cidade, usava três construtoras e uma imobiliária para erguer e negociar imóveis ilegais em Rio das Pedras e na Muzema, na zona oeste do Rio. Além da comercialização de lotes e imóveis, a milícia exige de moradores e comerciantes o pagamento de taxas de “proteção”, ágio na venda de botijões de gás, garrações de água mineral e centrais de sinal clandestino de TV (“gatonet”). Estima-se que, só no Rio de Janeiro, 2 milhões de pessoas estejam em áreas sob influência de milícias, espalhadas em 37 bairros e 165 favelas da Região Metropolitana⁴⁶⁹.

A concentração de milícias e de facções criminosas nas periferias em conjunto com a ação truculenta da polícia fazem com que os moradores sejam vítimas de uma violência sistemática. Estão submetidos a uma verdadeira guerra entre a polícia, a milícia e o tráfico, que ora possuem uma relação de cooperação, ora de concorrência. Essa guerra às vezes transborda seus limites locais e leva o terror a toda cidade, como em 2006, no caso dos ataques do PCC no estado de São Paulo, e, em 2021, em Manaus e outras cidades, com o Comando Vermelho. Quem mais sofre continuam sendo os pobres, que dependem dos serviços públicos interrompidos ou destruídos pela ação dos criminosos.

O que se vive na favela é uma espécie de estado de exceção, em que a Constituição é suspensa em nome da guerra armada contra o tráfico⁴⁷⁰. Além do risco de balas perdidas, os moradores são constantemente abordados e revistados e têm suas casas invadidas pela Polícia Militar em busca de possíveis traficantes, armas ou drogas. Nas favelas, os moradores são tratados pela polícia, pela imprensa e pela opinião pública como bandidos em potencial, sendo as maiores vítimas do terror que impera solto nas regiões onde moram.

⁴⁶⁸ CHIARA, 2010.

⁴⁶⁹ GRANDIN et al., 2018.

⁴⁷⁰ O relatório do governo do Estado do Rio de Janeiro, anexado às considerações contra a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 635) que proíbe as ações policiais em favelas durante a pandemia, é expressivo (CURI, 2020).

A troca de tiros, que muitas vezes dura dias, não tem hora para acontecer. Frequentemente, os moradores são surpreendidos pela manhã, quando crianças estão indo à escola, e os moradores, ao trabalho. É impossível sair de casa para comprar comida ou ir ao trabalho – o que compromete ainda mais a renda dessas famílias. Para não perder o dia de trabalho, muitos trabalhadores dos morros, em época de tiroteio, não voltam para casa e acabam dormindo nas ruas⁴⁷¹. Uma moradora do Complexo do Alemão, em razão de um fogo cruzado, disse ter ficado abaixada nos fundos de casa com seus filhos sem comida durante quatro dias⁴⁷².

A morte dos mais pobres, vítimas da violência na periferia, é banal, e as investigações policiais, inconclusivas. Um exemplo: em Madureira, zona norte do Rio de Janeiro, um comerciante foi morto por milicianos por deixar de pagar uma taxa de 5 reais⁴⁷³. A morte é um misto de armas de fogo, drogas ilícitas, resolução violenta de conflitos interpessoais e o tratamento policial dessas questões por um Estado que só está presente nesses momentos.

O Brasil concentra 14,0% dos homicídios do planeta. Do total de homicídios no país em 2017, metade ocorreu em apenas 2,1% dos municípios⁴⁷⁴. A enorme maioria se dá em apenas alguns bairros pobres. Isso para não mencionar o número de pessoas desaparecidas nas favelas, que não entram nas estatísticas de homicídios. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios eram negros⁴⁷⁵. Em 2017, 35,8 mil jovens foram assassinados no Brasil, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, a maior nos últimos dez anos⁴⁷⁶.

A recente chacina na comunidade do Jacarezinho no Rio de Janeiro foi a maior da história. Foram 28 mortos, sendo 27 moradores e 1 policial. A polícia invadiu indiscriminadamente casas, matou suspeitos que haviam se entregado na frente de famílias e crianças, numa operação que supostamente tinha como objetivo livrar crianças do tráfico de drogas: uma “solução” truculenta para um problema social.

4.2.2. Comer

O Brasil, que havia saído do mapa da fome da ONU em 2014, regrediu. Em 2017-2018, 41,0% dos brasileiros (84,9 milhões de pessoas) não tinham acesso regular e permanente

⁴⁷¹ ALVES & EVANSON, 2011, p. 88.

⁴⁷² Ibidem, p. 89.

⁴⁷³ BARRETO FILHO, 2020.

⁴⁷⁴ MADEIRO, 2018.

⁴⁷⁵ IPEA, 2019, p. 49.

⁴⁷⁶ Ibidem, 25.

à comida⁴⁷⁷. Quase metade do país precisava limitar o tipo ou a porção dos alimentos consumidos, ou mesmo passava fome. Esse dado confirma que existem muito mais pobres no Brasil do que o estimado pelas pesquisas que estabelecem linhas de corte de renda muito baixas.

Desse total, 56 milhões de pessoas estavam com insegurança alimentar leve, quando há alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e há comprometimento da qualidade da alimentação. Outros 18,6 milhões de brasileiros apresentavam insegurança alimentar moderada, quando os moradores adultos passam a conviver com restrição quantitativa de alimentos no período de referência. E 10,3 milhões estavam com em insegurança alimentar grave, quando faltam alimentos para todos os moradores, incluindo, crianças (**Tabela 34**). A situação é mais crítica nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste, onde mais da metade das pessoas apresentavam algum tipo de insegurança alimentar. Também é pior entre a população negra e nos lares chefiados por mulheres.

Tabela 34 - Distribuição dos moradores com insegurança alimentar em domicílios particulares em 2017-2018 (%)

	Total	Situação do domicílio	
		Urbano	Rural
Com segurança alimentar	59,0	60,9	47,9
Com insegurança alimentar	41,0	39,1	52,1
Leve	27,0	26,5	30,2
Moderada	9,0	8,2	13,5
Grave	5,0	4,4	8,4

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2017/2018).

Esse quadro é ainda mais grave se pensarmos que o Brasil se tornou o terceiro maior produtor e o maior exportador de alimentos do mundo.

Além destes em situação crítica, outros milhões de pobres mais bem situados vivem com um orçamento apertado para a compra de itens básicos. Famílias com rendimento mensal de até 1.908 reais gastavam com alimentação aproximadamente 17,0% de seu rendimento total, o equivalente a 328,74 reais por mês – 261,05 destinados à alimentação no domicílio e 67,69 reais à alimentação fora do domicílio.⁴⁷⁸

Frente à restrição orçamentária, a compra dos pobres urbanos é planejada, feita mensalmente e quase sempre em mais de um lugar, dependendo das promoções. Os mais

⁴⁷⁷ IBGE/POF 2017-2018.

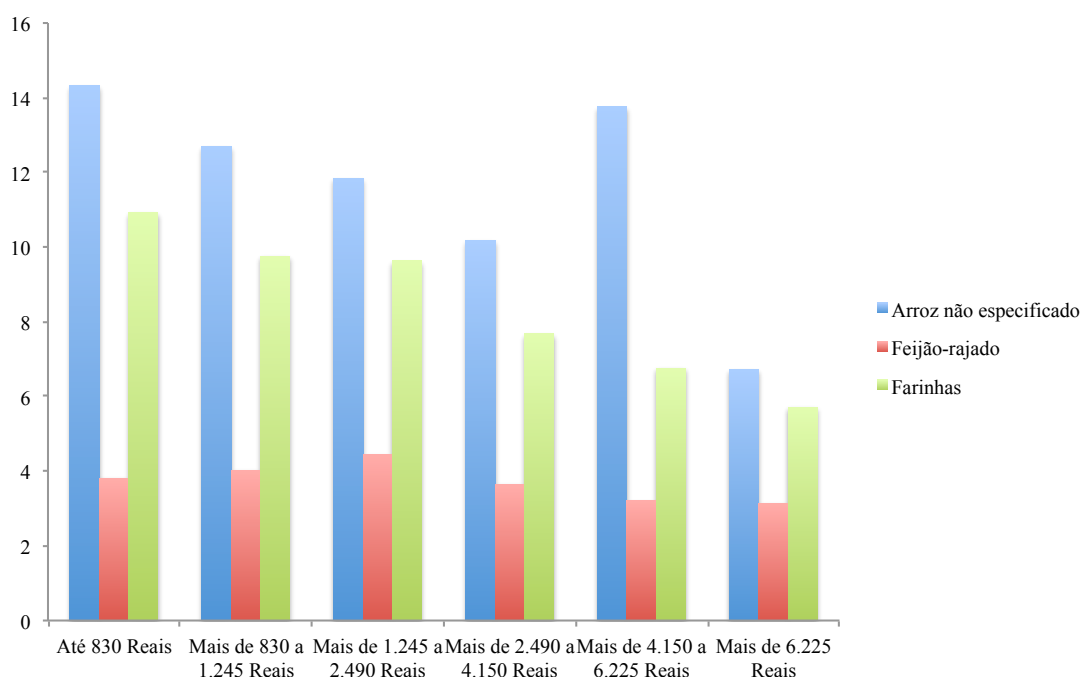
⁴⁷⁸ Dados preliminares do IBGE/POF 2017-2018 para o estrato de renda até 1.908 reais.

pobres comprem em atacados como Atacadão, Tenda e Assaí, e em hipermercados e supermercados populares, como Dia%, Pague Menos, Extra. Aqueles que não têm carro acabam comprando em mercados menores e em sacolões, presentes nas periferias. Outra opção recorrente é ir de ônibus e voltar com as compras utilizando aplicativos de transporte, ou contar com um amigo em troca de outros serviços.

Os resultados preliminares da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, não totalmente disponibilizados, indicam que a população com rendimento de até dois salários mínimos come menos da metade da quantidade ingerida pelos mais bem situados (aqueles que ganham mais de 14,3 mil reais mensais, segundo a pesquisa). São 199 kg de alimentos por ano contra 429 kg consumidos pelo segundo grupo.

Tradicionalmente, a refeição dos mais pobres revelava a importância do arroz, do feijão e da farinha na dieta, como mostra a POF 2008/2009, a última pesquisa divulgada com os dados completos (Gráfico 9). Mas a divulgação preliminar da POF 2017/2018 indica forte queda no consumo desses produtos em todas as classes, inclusive nas mais baixas, devido a sua substituição por alimentos industrializados.

Gráfico 9 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual por classes de rendimento em 2008-2009 (Kg)

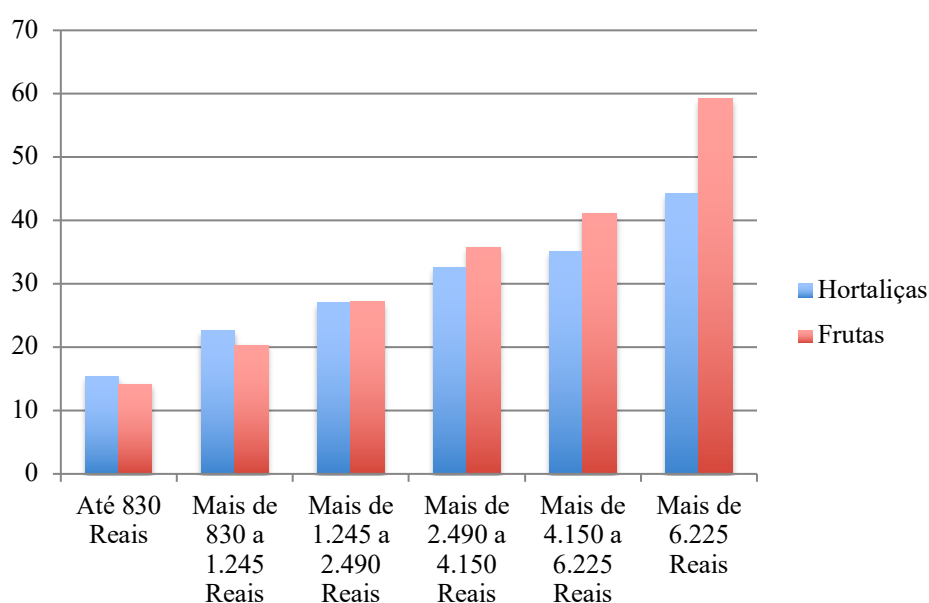


Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008/2009).

O consumo de hortifrúti é diretamente proporcional à renda (Gráfico 10). No caso das frutas, os de cima chegam a consumir o triplo dos mais pobres. As maiores similaridades

no consumo entre os estratos sociais ocorrem apenas em produtos mais comuns, como banana, tomate, batata, produtos também consumidos em maior quantidade pelos de cima. Além do baixo consumo de hortifrúti, os pobres das cidades estão mais suscetíveis a produtos com mais agrotóxicos e de pior qualidade, uma vez que o preço de produtos orgânicos é em média 30,0% maior que os demais⁴⁷⁹.

Gráfico 10 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual por classes de rendimento em 2008-2009 (Kg)



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008/2009).

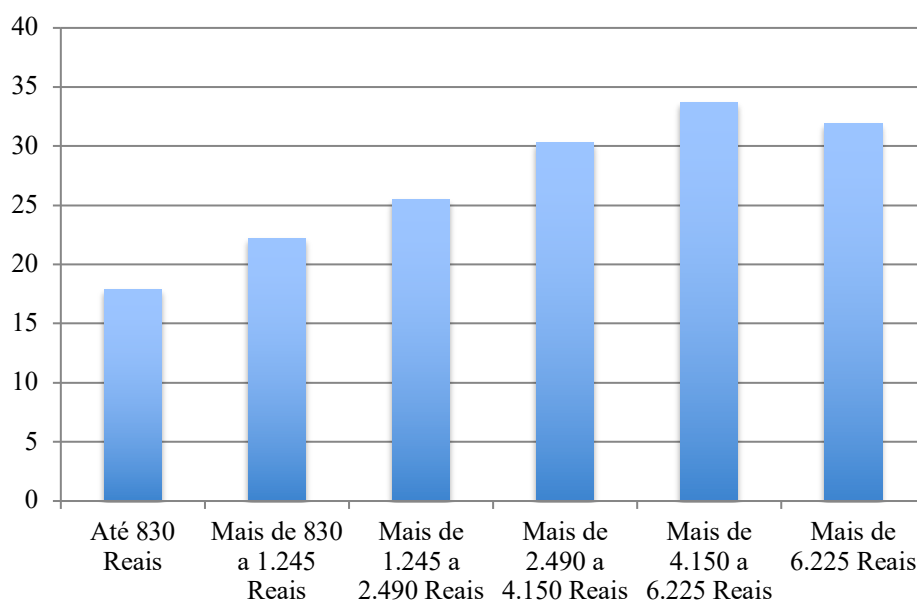
Uma figura do passado que se disseminou recentemente na periferia e, mesmo em alguns centros urbanos, é a do verdureiro ou do carroceiro, que passa vendendo de casa em casa numa *kombi* ou *pick-up* velha. Além de o preço ser menor, é possível pagar fiado. Uma caixa com 30 ovos custa 10 reais; o quilo da mandioca é vendido por 1 real⁴⁸⁰. Esses vendedores, quando não são pequenos produtores, compram a preços muito baixos verduras, legumes e frutas que seriam descartados em centros de distribuição de produtos hortigranjeiros como a CEAGESP e a CEASA. As feiras tradicionais, antes comuns em várias áreas da cidade, inclusive na periferia, ficaram voltadas às classes mais abastadas e, portanto, concentradas apenas nos bairros mais ricos.

⁴⁷⁹ ROSSI, 2015.

⁴⁸⁰ Valores de 2019.

O Brasil, um dos maiores produtores de carne no mundo, tem um consumo muito desigual entre os diferentes estratos sociais. Enquanto os mais pobres consumiam 17,9 kg anuais de carne bovina em 2008-2009, os mais bem situados consumiam 31,8 kg (Gráfico 12). Os de baixo consomem mais carnes bovinas de segunda – acém, costela, peito, coxão duro, músculo – do que de primeira.

Gráfico 11 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual por classes de rendimento em 2008-2009 (Kg)



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008/2009).

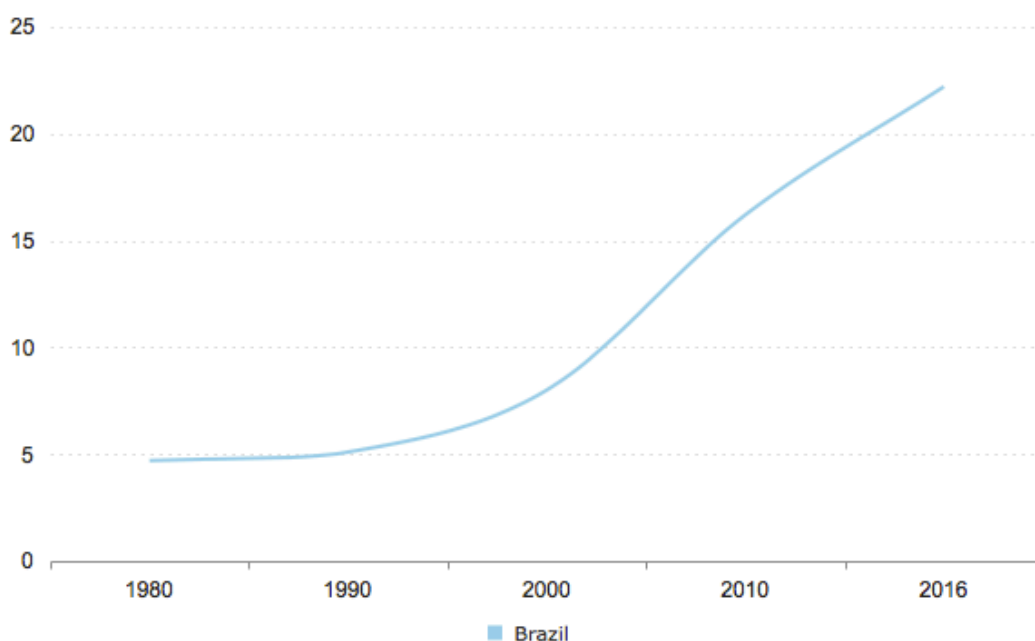
Carnes mais baratas, como frango e porco, também compõem a dieta dos pobres urbanos, principalmente as partes mais baratas, como asa e bisteca. O que merece destaque, entretanto, é o consumo de embutidos, como linguiça, salsicha, mortadela, presunto, além de outras carnes mais industrializadas, como frangos empanados (*nuggets*) e hambúrgueres de baixa qualidade.

Outros produtos congelados e ultraprocessados fazem parte da dieta: batata frita, *pizza* e lasanha congelada, macarrão instantâneo, salgadinho, bolachas recheadas, suco em pó. Os pães são também aqueles mais processados, com maior durabilidade: bisnaguinhas, pão de forma e pão de hambúrguer. Os queijos também, *mozzarella* e prato.

A dieta dos pobres de hoje é diferente da dos pobres de antigamente: predominam os produtos industrializados em detrimento dos frescos (ou da comida “de verdade”). Não à toa, o consumo de sal e açúcar é maior entre os mais pobres: 1,5 kg de sal por ano, contra 1,3

kg nos estratos superiores; e 11,2 kg de açúcar por ano, contra 8,6 kg no caso dos mais ricos⁴⁸¹. A subida da renda média ao longo dos anos 2000 junto ao barateamento dos industrializados levaram à explosão de casos de obesidade no país, concentrados atualmente nos estratos sociais inferiores (**Gráfico 12**).

Gráfico 12 - Taxa de obesidade no Brasil (% da população com 15 anos ou mais)



Fonte: Euromonitor International (2019).

É comum, na correria do dia a dia, comer em carrinhos ambulantes espalhados nos centros urbanos e na periferia: cachorro-quente, pastel, lanche. Comer fora de casa, de forma recreativa, é raro. Quando esses momentos acontecem, quase sempre, são em *fast food* ou churrascarias. As bebidas consumidas nos bares também são de pior qualidade, geralmente destilada. De acordo com os resultados preliminares da POF 2017/2018, enquanto um brasileiro pobre bebe, em média, 2 litros de cerveja por ano, um brasileiro do grupo mais rico bebe, em média, 15 litros.

O alto tempo de deslocamento de casa para o trabalho força muitas pessoas a levarem marmita ou a pedi-la. Nos centros urbanos, é possível comer à vontade por 10 reais⁴⁸². Algumas empresas chegam a oferecer marmitas para seus funcionários. O iFood, por exemplo, tem um programa conhecido como “OL”: se o entregador trabalhar entre 11h e 13h em um

⁴⁸¹ Dados preliminares do IBGE/POF 2017-2018.

⁴⁸² Valor de 2019.

único restaurante, além de ganhar 20 reais pelo período e mais 1,50 reais por refeição entregue, ele também recebe uma marmita para almoçar.

Deve-se sublinhar que muitas famílias dependem da cesta básica, dada pelo empregador ou por programas sociais – governamentais, de ONGs ou de igrejas. Muitos optam por comprar a cesta básica, às vezes vendida de porta em porta ou em alguns atacados por aproximadamente 120 reais⁴⁸³, dependendo do tamanho. Em comunidades da zona oeste do Rio de Janeiro, milicianos dominam o mercado de cestas de alimentação, além de comercializarem a venda de carnes a preços bem menores do que os praticados no mercado⁴⁸⁴. Em Rio das Pedras, frangos assados inteiros são vendidos em padarias por 12 reais⁴⁸⁵, menos da metade do preço encontrado em outros estabelecimentos.

4.2.3. Vestir

O comércio popular está concentrado nos centros urbanos – cada vez mais degradados em consequência do abandono dos ricos e da decadência econômica do país – e nos subcentros das periferias. Estamos falando de uma rede enorme de vendedores, formada não apenas por varejistas e atacadistas, mas também pelo comércio informal. Apenas no Brás, em 2016, havia cerca de 60 mil varejistas, contando camelôs e feirantes.⁴⁸⁶

Centenas de milhares de pessoas se dirigem cotidianamente aos mercados populares do centro de São Paulo. O Brás, em dias normais, recebe cerca de 300 mil pessoas; em épocas de pico, chega a 1 milhão⁴⁸⁷. São, em média, 300 ônibus fretados por dia, chegando a 600 em datas comemorativas⁴⁸⁸. Além dos consumidores mais pobres, são também pequenos comerciantes e camelôs, vindos da periferia da cidade, de outras cidades da região metropolitana, do interior do estado e, inclusive, de outros estados. Trata-se de um verdadeiro polo de turismo de sacoleiros⁴⁸⁹.

A Feira da Madrugada, que ocorre principalmente no Pátio do Pari em São Paulo, recebe diariamente entre 15 a 20 mil pessoas e 200 ônibus⁴⁹⁰. A feira atrai um número ainda maior de vendedores do que o Brás, uma vez que o horário alternativo de funcionamento

⁴⁸³ Valor de 2019.

⁴⁸⁴ GARCIA, 2019.

⁴⁸⁵ Valor de 2019.

⁴⁸⁶ COMÉRCIO..., 2016.

⁴⁸⁷ Dados disponíveis no *site* da Associação de Lojistas do Brás – ALOBRÁS disponível em: <www.alobras.com.br>. Acesso em 13 de ago. de 2019.

⁴⁸⁸ Ibidem.

⁴⁸⁹ SILVA, 2014, p. 40.

⁴⁹⁰ Ibidem, pp. 60-61.

mantém a distância policiais e fiscais. Vendem roupas, calçados, brinquedos, bijuterias, óculos, celulares, bolsas, bonés, carregadores etc.

As lojas do Brás e do Bom Retiro também vendem de tudo, mas principalmente vestuário. Até início dos anos 2000, predominavam no Brás confecções de produção local, como aquelas de pequenos produtores de *jeans* e bermudas de *tactel* vindos do Nordeste ou de donos de pequenas oficinas autônomas ou subcontratas localizadas no entorno da região. Muitas dessas pequenas confecções fecharam suas portas nos últimos anos, frente à inundação de produtos chineses⁴⁹¹.

Como vendem tanto no varejo quanto no atacado, os preços são acessíveis. É possível encontrar vestidos infantis por 10 reais, calças jeans por 15 reais, camisetas por 5 reais e roupas íntimas por 2 reais. Apesar de os preços variarem muito, a técnica de venda comum é a do “grito”, com ofertas sendo anunciadas por locutores em caixas de som em volume alto.

As peças falsificadas, vendidas em grande medida pelos ambulantes, são uma forma de os pobres se apropriarem de símbolos de riqueza e de *status*. Além das peças falsificadas, no Brás e no Bom Retiro, é possível encontrar algumas pontas de estoque de marcas mais conhecidas, como Hering e Zara. São sobras de peças mais básicas de coleções passadas ou com defeito.

Os *shoppings*, mesmo aqueles mais populares, quase nunca são a primeira opção, apesar de as famílias, por conta das facilidades do cartão próprio das lojas, às vezes comprarem em lojas de departamento como C&A, Renner, Riachuelo e Marisa. Nos demais centros urbanos, como de cidades médias do interior de São Paulo, o Torra-Torra está entre as lojas populares mais conhecidas. É possível comprar calcinhas por 1,99 reais ou camisas sociais por 15 reais⁴⁹².

Mas não é preciso sair da periferia para encontrar lojas, padarias, cabeleireiros, açougues, farmácias. Algumas favelas se parecem mais com cidades independentes do que com um bairro. Em Heliópolis, uma das maiores favelas de São Paulo, existem aproximadamente 3.000 pontos comerciais⁴⁹³. Paraisópolis, além dos 8.000 pontos comerciais⁴⁹⁴, passou a ter Casa Lotérica, agências do Banco do Brasil e do Bradesco e um número crescente de salões de beleza. Além do alto número de estabelecimentos comerciais,

⁴⁹¹ Ibidem, p. 62.

⁴⁹² Valor de 2019.

⁴⁹³ VILICIC, 2007, posição 81 do ebook.

⁴⁹⁴ GOMES, 2019.

chama a atenção a alta rotatividade dos pontos: o salão de beleza vira comércio de artigos em geral, que depois vira mercadinho, que termina na mão de uma costureira. É difícil de se estabelecer frente ao aumento dos aluguéis nas favelas.

Um tipo de comércio popular importante na periferia é a “birosca”, uma espécie de “rebarba” da favela ou dos centros urbanos degradados que vende de tudo: calculadoras, isqueiros, rádios, relógios, celulares, televisores. São produtos *made in China* ou de origem duvidosa, contrabandeados ou roubados. Vender fiado confere aos mercados e lojas de favela vantagem considerável em relação ao comércio popular dos centros urbanos.

As revendedoras também são parte importante do comércio popular. São parentes, colegas, vizinhas, que revendem artigos de vestuário, beleza e para casa de marcas como Avon, Natura, Jequiti, Mary Kay, Tupperware ou, para empresas de confecções de pequeno porte. É muito comum as revendedoras usarem parte do dinheiro da venda, quando não ele todo, para comprar produtos do catálogo para elas mesmas⁴⁹⁵. Uma forma de não “usar o dinheiro de casa” para adquirir esses itens e andarem mais arrumadas. Ou seja, as vendedoras são também as principais consumidoras desses produtos. Mas parte do guarda-roupa é formado por roupas de segunda-mão, passadas de parente para parente, ou de patrão para empregado, ou comprada em brechós, que, na favela, vendem peças de roupa até por 1 real.

4.2.4. Saúde

O SUS, apesar de referência mundial, enfrenta problemas estruturais graves de subfinanciamento. Os pacientes costumam dizer que o serviço prestado pelo SUS é muito bom, mas quando está disponível. 71,0% da população brasileira depende, totalmente ou não, do Serviço de Saúde Público⁴⁹⁶. Ainda que o SUS seja referência em atenção primária, a população que depende do sistema de saúde público enfrenta dificuldades no acesso a tratamentos de média e alta complexidade.

Não há poucos médicos no Brasil, mas a sua má distribuição segue a lógica da desigualdade social do país, visto que faltam médicos na periferia das grandes cidades e em áreas mais afastadas no Norte e Nordeste, a despeito de um número de médicos adequado aos padrões da Organização Mundial da Saúde. De acordo com o Conselho Federal de Medicina, havia um médico para cada 470 brasileiros em 2018. No Norte, esse número era de 953,3; no Nordeste, 749,6⁴⁹⁷. As cidades mais pobres dependiam muito do programa “Mais Médicos”. Mais de 500 cidades em extrema pobreza (renda familiar

⁴⁹⁵ MOTTA, 2016, p. 205.

⁴⁹⁶ PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE - IBGE, 2013.

⁴⁹⁷ SOBRINHO, 2018.

mensal *per capita* de até 77 reais) ficaram desassistidas com a suspensão temporária dos contratos dos médicos cubanos⁴⁹⁸.

Mesmo com salários na casa de 10.000 ou 12.000 reais por mês no SUS⁴⁹⁹, os médicos ganham muito mais se trabalharem para os endinheirados como dermatologistas, cirurgiões plásticos ou simplesmente dando plantões em hospitais, ganhando bem e sem ter que se preocupar com a evolução dos pacientes. O mesmo acontece no caso dos enfermeiros. Disse um dos que trabalham no hospital de Heliópolis: “Às vezes me arrependo de ter aderido ao serviço público. Poderia ganhar até 3.000 reais em consultórios particulares. Hoje meu salário é de 1.000 reais”⁵⁰⁰.

Frente a essa situação, o tempo de espera para conseguir consultas e realizar exames específicos é longo. Em São Paulo, o tempo médio de espera para um exame era de aproximadamente 5 meses em 2019⁵⁰¹. Os principais pedidos acumulados para consulta eram com ortopedista (124,1 mil), oftalmologista (71,8 mil), neurologista (59,8 mil) e cardiologista (46,4 mil)⁵⁰². Alguns aguardam cirurgias para casos graves por anos.

A falta de leito é outro problema. Segundo o Conselho Federal de Medicina, entre 2010 e 2015, o Brasil perdeu 13 leitos por dia, um total de 23,5 mil vagas⁵⁰³. As maiores reduções foram, proporcionalmente, no Rio de Janeiro (22,0%), Sergipe (20,9%), Distrito Federal (16,7%), Paraíba (12,2%), Goiás (11,5%) e Acre (11,5%). São dois os principais motivos: falta de médicos e enfermeiros, e de equipamentos. Uma fiscalização feita pelo Tribunal de Contas da União em 116 hospitais do país, em 2014, confirmou que 77,0% mantêm leitos desativados por falta de equipamentos básicos como monitores e ventiladores pulmonares⁵⁰⁴. É comum casos de pessoas em situação grave que, por falta de leito, ficam internadas em macas ou cadeiras espalhadas pelos corredores. Como o caso de um menino de 5 anos que, depois de ficar 11 horas na cadeira de um hospital público em Goiânia, morreu aguardando um leito⁵⁰⁵.

A superlotação sobrecarrega médicos e enfermeiros, o que compromete a qualidade do atendimento. Como o tempo de atendimento deve ser rápido, muitos diagnósticos simples são feitos de forma errada. Esse foi o caso de uma aposentada que tinha

⁴⁹⁸ MADEIRO, 2018.

⁴⁹⁹ Valores de 2019.

⁵⁰⁰ VILICIC, 2007, posição 436 do ebook.

⁵⁰¹ BEDINELLI, 2019.

⁵⁰² Ibidem.

⁵⁰³ SOBRINHO, 2018.

⁵⁰⁴ MAIS..., 2014.

⁵⁰⁵ MENINO..., 2019.

malária, mas que foi tratada como se tivesse infecção urinária⁵⁰⁶. A falta de equipamentos básicos também explica casos como esse. Em 2014, alguns equipamentos estavam fora de uso por falta de contratos de manutenção em 45,0% dos hospitais públicos⁵⁰⁷.

A atual crise econômica em conjunto com a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos até 2036, sucatearam vários hospitais públicos. Um levantamento feito pelo Conselho Federal de Medicina em maio deste ano, em 506 hospitais, verificou que alguns não possuem nem área para higienizar as mãos⁵⁰⁸. As camas não tinham lençóis em 63,0% das 131 unidades de internação analisadas. Os centros cirúrgicos não contavam com fontes de oxigênio em 21,0% dos casos. No hospital de Heliópolis, a falta de agulha para aplicar medicamentos específicos torna a picada mais dolorosa por não ser a injeção da espessura correta⁵⁰⁹.

O país vive uma crise sem precedentes no abastecimento de remédios à população mais pobre. Em 2019, dos 134 medicamentos distribuídos pelo Ministério da Saúde à rede pública, 25 estavam em falta ou eram insuficientes e outros 18 estavam com baixos estoques. Dois milhões de pessoas dependiam desses remédios para tratamentos contra o câncer de mama, leucemia infantil e inflamações. Em estados como Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, faltava medicação para 20 mil pacientes que passaram por transplantes de rins e fígado.

Somados a esses problemas, os hospitais públicos localizados na proximidade de favelas têm suas atividades frequentemente suspensas por falta de segurança. No hospital de Heliópolis, por exemplo, o toque de recolher e os tiroteios são comuns em decorrência da invasão de criminosos que querem resgatar algum parceiro internado ou executar rivais⁵¹⁰. Médicos e enfermeiros narram já terem sido ameaçados por traficantes que exigiam tratamento prioritário. Uma enfermeira do Heliópolis lembra dos gritos dos pacientes: “Não parecia nem que estávamos em um hospital, com gente doente, tomando medicação”⁵¹¹.

Além dessas ameaças, os profissionais de saúde convivem com pacientes vítimas de violência ou de acidentes de trabalho. O hospital de Heliópolis é especializado em cirurgias abdominal, torácica e dermatologia cirúrgica, graças aos tiros, facadas, acidentes de moto e queimaduras recorrentes na região⁵¹². O Hospital Getúlio Vargas, o mais próximo do

⁵⁰⁶ CYMBALRUK et al., 2018.

⁵⁰⁷ MAIS..., 2014.

⁵⁰⁸ ROCHA, 2019.

⁵⁰⁹ VILICIC, 2007, posição 584 do ebook.

⁵¹⁰ Ibidem, posição 476 do ebook.

⁵¹¹ Ibidem, posição 1465 do ebook.

⁵¹² Ibidem, posição 549 do ebook.

Complexo do Alemão e da Penha, é um dos que mais atende vítimas de tiros no Rio de Janeiro⁵¹³. Em 2015, mais de um baleado dava entrada no hospital por dia⁵¹⁴.

Mesmo diante das dificuldades e problemas, esses hospitais são a salvação para muita gente: “É por meio de suas contradições que Heliópolis ganha feições próprias. Apesar dos bisturis enferrujados e dos tiros, é esse hospital a que quase duas mil pessoas recorrem todos os dias”⁵¹⁵.

Ao esgotamento do SUS deve-se adicionar a expulsão de parte dos remediados e da baixa classe média dos planos de saúde particulares. Além de as mensalidades terem aumentado acima da inflação, essa parcela da população teve queda ou estagnação de seus rendimentos. Vários que tinham acesso a planos de saúde corporativos também perderam o benefício em decorrência do aumento do desemprego e do corte de custos das empresas com a crise econômica. Estima-se que, desde o início da crise, em 2014, mais de 3,2 milhões de pessoas perderam seus convênios médicos⁵¹⁶.

Esses fatores explicam o crescimento das chamadas clínicas populares, que oferecem consultas e exames com preços 80,0% menores do que os cobrados pelos profissionais particulares ou planos de saúde. Os serviços são mais baratos porque os atendimentos e exames são feitos em larga escala. Um médico dessas clínicas chega a atender 40 pacientes em um único dia, o que, considerando-se uma jornada de oito horas, significa fazer diagnósticos a cada 12 minutos. Com a pandemia da COVID-19, surgiram também planos 30 a 40 reais de telemedicina que oferecem consultas a distância, descontos em exames e medicamentos, assistência funerária e odontológica e encaminhamento cobrado para consultas ao vivo que pagam até 30 reais para os médicos⁵¹⁷.

Ainda que a precariedade de muitos hospitais públicos ou das clínicas populares exponha a desigualdade no acesso à saúde, essas diferenças são ainda maiores no que diz respeito à saúde e higiene bucal. Em 2008, 11,7% da população nunca tinha consultado o dentista. Nas regiões Norte e Nordeste, esse número chegava a 17,0% (**Tabela 35**).

⁵¹³ ALVES & EVANSON, 2011, p. 63.

⁵¹⁴ SERRA, 2015.

⁵¹⁵ VILICIC, 2007, posição 584 do ebook.

⁵¹⁶ CILO, 2019.

⁵¹⁷ Uma dessas empresas é a OnVida, conforme informações disponíveis em: <<https://www.onvidamais.com.br/index>>. Acesso em 9 de out. de 2020.

Tabela 35 - Proporção (%) da população que refere nunca ter realizado consulta odontológica, por ano, segundo região

Região	1998	2003	2008
Brasil	18,7	15,9	11,7
Região Norte	22,1	20,4	17,1
Região Nordeste	29,1	25,4	17,5
Região Sudeste	13,6	11,4	8,4
Região Sul	13,7	10,4	7,6
Região Centro-Oeste	16,2	13,2	9,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – Suplemento Saúde.

Apesar de o Brasil estar entre os países com mais dentistas no mundo, quatro a cada dez brasileiros perdiam todos os dentes depois dos 60 anos segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013. No Brasil, enquanto os ricos pagam tratamentos estéticos no valor de uma casa – lembrem-se do caso do deputado pastor Marco Feliciano, que gastou 157 mil reais do Estado num *dentist designer* –, milhões de pessoas ainda praticam métodos medievais para lidar com a dor de dente.

4.2.5. Educação e Cuidados dos Filhos

A única opção de educação para os mais pobres, evidentemente, é a escola pública, salvas raras exceções que conseguem bolsa em uma escola privada. Em 2017, de 184,1 mil escolas de Educação Básica no Brasil, 78,3% eram públicas⁵¹⁸, onde estão matriculados 39,7 milhões crianças e jovens⁵¹⁹. O fato de o ensino ser gratuito não é garantia de que as crianças consigam estudar. Faltam condições mínimas, como uma estrutura familiar e domiciliar adequada, condução, alimentação, tempo para estudo etc.

O Brasil é um dos países com o maior número de pessoas sem diploma do Ensino Médio: em 2018, mais da metade dos adultos (52,0%) com idade entre 25 e 64 anos não atingiram esse nível de formação⁵²⁰. Em 2019, eram 1,5 milhão de crianças e jovens fora da escola, sendo a grande maioria aqueles entre 15 a 17 anos (903,2 mil)⁵²¹. Em 2019, 22,1% dos jovens do país não trabalhavam, nem estudavam⁵²². Os dados mostram como a educação foi perdendo o seu papel emancipador e de possibilidade de ascensão social. Por um lado, a geração de empregos de melhor qualidade no Brasil é muito restrita; de outro, a qualidade da educação no país piorou consideravelmente no ensino público, mas também no ensino

⁵¹⁸ CENSO ESCOLAR, 2017.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ OCDE, 2018.

⁵²¹ ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2019, p. 15.

⁵²² IBGE, 2020b, p. 105.

privado. Os alunos não sabem ler, escrever e fazer contas básicas. Mesmo se apresentam desempenho insatisfatório, não repetem de ano.

Enquanto nas escolas públicas o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)⁵²³ do Ensino Fundamental foi de 5,5 em 2017, nas escolas privadas o índice alcançado foi de 7,1⁵²⁴. Para o Ensino Médio, no mesmo ano, as escolas públicas alcançaram 4,4, e o ensino privado, 6,4. Apenas 14,1% das crianças do grupo de nível socioeconômico muito baixo possuem nível suficiente de alfabetização em leitura. Esse patamar é alcançado por 83,5% das crianças do grupo de nível socioeconômico muito alto⁵²⁵.

Uma das principais dificuldades é a constituição do corpo docente. Além de ganharem baixos salários, muitos professores não possuem formação adequada. Cerca de quatro em cada dez professores que davam aula para os anos finais do Ensino Fundamental (entre o 6º e o 9º ano) no Brasil em 2018 não tinham formação adequada para o que ensinavam; no Ensino Médio, esse número era de 3 em cada 10 professores⁵²⁶. Dependendo da região, esse índice é ainda pior: em 2018, 16,5% dos professores no Nordeste possuíam formação até o nível médio, enquanto no Sudeste eram 6,4% dos docentes.

Além das puxadas horas de trabalho, muitos professores, por conta das condições socioeconômicas dos alunos, acabam assumindo papéis de pais ou psicólogos. Os casos de desrespeito com o professor, muitas vezes vítimas de violência, também são responsáveis pela rotina pesada de trabalho. O número de professores afastados é altíssimo; só no município do Rio de Janeiro, um professor é licenciado a cada três horas por doenças ligadas ao estresse⁵²⁷.

O Brasil é líder de violência nas escolas segundo um *ranking* elaborado pela OCDE. Em 2013, 12,5% dos professores brasileiros do Ensino Fundamental e Médio foram vítimas de agressões verbais ou intimidados ao menos uma vez na semana⁵²⁸. A rede de apoio para os alunos com problemas de comportamento ou psiquiátricos é precária. As 1.222 escolas estaduais do Rio de Janeiro, com cerca de 700 mil alunos, contam com apenas oito profissionais que cumprem esse papel – psicólogos, assistentes sociais, professores e psicopedagogos⁵²⁹.

⁵²³ O Idep, divulgado a cada dois anos, é o principal indicador de qualidade da Educação do Brasil.

⁵²⁴ ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2019, p. 64.

⁵²⁵ Ibidem.

⁵²⁶ ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2019, p. 102.

⁵²⁷ A VIOLÊNCIA..., 2019.

⁵²⁸ Ibidem.

⁵²⁹ BORGES, 2019.

A estrutura das escolas públicas também chama a atenção. Menos da metade das escolas de Ensino Fundamental tem biblioteca e laboratório de informática; 37% têm quadra de esportes; 8% têm laboratório de ciências (**Tabela 36**).

Tabela 36 - Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola em 2018

Recurso disponível	%
Biblioteca e/ou sala de leitura	48,0
Acesso à internet	60,2
Laboratório de informática	46,5
Quadra de esportes	37,2
Laboratório de ciências	8,1
Banheiro dentro do prédio	80,8
Água filtrada	81,7
Abastecimento de água	
Rede pública	59,6
Poço artesiano	18,8
Cacimba/cisterna/poço	14,0
Outros	7,6
Inexistente	5,1
Esgoto sanitário	
Rede pública	32,9
Fossa	61,0
Inexistente	7,5

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica a partir dos dados do MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar

Aquelas que têm esses recursos básicos convivem com a falta de manutenção de quadras com problema no alambrado ou sem pintura, tetos da biblioteca com infiltração, carteiras quebradas. Para manter a escola funcionando em condições mínimas, muitos professores e pais de alunos fazem vaquinhas, doam coisas ou fazem trabalho voluntário quando podem.

A merenda, eventualmente cortada, é de baixa qualidade e de pouco valor nutricional, a despeito de vários alunos frequentarem a escola somente para comer. Os alimentos *in natura* foram progressivamente substituídos pelos processados, às vezes sendo somente “merenda seca”, como bolacha (**Quadro 2**). Quando são oferecidas refeições, elas são repetidas: sardinha em lata três vezes na semana, como ocorreu nas escolas estaduais da

Zona Leste de São Paulo, ou macarrão, como no caso dos alunos de Guarulhos⁵³⁰. Em 2018, por exemplo, foi comprado molho de tomate em pó.

Quadro 2 - Cardápio integral da semana de 05 a 09 agosto/2019 nas escolas estaduais de São Paulo

Data	Cardápio
05/ago	Bebida Láctea + Biscoito Arroz colorido + Lentilha+ Ovos cozidos Bebida Láctea + Biscoito doce
06/ago	Bebida láctea + Bolo Arroz branco + Almondega ao molho Bebida Láctea + Biscoito salgado com requeijão cremoso
07/ago	Bebida Láctea + Biscoito com geléia Arroz branco + Estrogonoffe de carne + goiabinha (sobremesa) Bebida Láctea + Bolo
08/ago	Bebida láctea + Bolo Macarrão ao molho com atum Bebida Láctea + Biscoito com geléia
09/ago	Bebida Láctea + Biscoito salgado com requeijão cremoso Arroz colorido + Carne de panela + Farofa temperada Bebida láctea + Bolo

Fonte: Diretoria de Ensino do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://decentro.educacao.sp.gov.br/cardapios-da-merenda-escolar/>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

Além de a educação ser de má qualidade, os estudantes e professores de escolas públicas estão crescentemente expostos a episódios de violência que vêm de dentro e de fora da escola. Em São Paulo, nos últimos cinco anos, foram registrados 225,5 mil boletins de ocorrência em estabelecimentos educacionais, o equivalente a 117 por dia, sem mencionar os crimes não registrados⁵³¹. Entre os principais tipos de ocorrência estão lesões corporais, ameaças, injúrias, furtos e danos ao patrimônio.

Em 2010, policiais militares do Rio de Janeiro invadiam com frequência duas escolas com o “caveirão”, sem aviso prévio, para usar a escola como “escudo” na guerra contra os traficantes. Foi o caso de 2 mil alunos de Ensino Fundamental que tiveram que se esconder em suas salas de aula, correndo o risco de morrer por bala perdida⁵³².

No Rio de Janeiro, muitas escolas da periferia têm o ano letivo interrompido por balas perdidas: 381 escolas (25,0% da rede municipal) ficaram sem aulas em algum dia do

⁵³⁰ PINHO, 2019.

⁵³¹ ADORNO, 2019.

⁵³² ALVES & EVANSON, 2011, p. 55.

ano de 2017 em razão dos tiroteios⁵³³. 129 mil crianças foram afetadas, e muitas foram vítimas diretas, como o caso da menina de 13 anos que morreu baleada no pátio da escola⁵³⁴. Algumas mães das favelas da Maré chegaram a fazer um escudo de alumínio, grande, para três ou quatro pessoas, para se protegerem dos tiros e levarem seus filhos até a escola⁵³⁵. Os professores, recorrentemente, têm de cumprir uma jornada mais longa para cuidar dos filhos daqueles pais que não conseguiram buscá-los em razão dos tiroteios. Uma mãe do Complexo da Maré, narrando um episódio de tiroteio na escola, disse:

O meu outro filho estava na escola e quando eu cheguei lá, ele estava parecendo um bicho acuado. Estava abaixado debaixo de uma mesa de refeitório, com um banco de concreto. Estava ali, tremendo todo, entre a mesa e o banco, parecia um bichinho. Eu comecei a chorar porque estava vendo um filho meu ali... Um bichinho tremendo de medo e as outras crianças maiores lá em cima chorando, uma se escondeu dentro do armário do professor⁵³⁶.

Diante do conflito armado, os professores ficam sem opção, dado que não podem fazer nada contra a invasão da polícia com o caveirão no pátio da escola, ao mesmo tempo em que são cobrados pelos traficantes por permitir isso. As ameaças vêm de todos os lados. Uma das professoras da escola desabafou:

Vou confessar que tenho medo de morrer. Eu vim aqui para trabalhar, somos professoras. A gente não veio aqui para enfrentar bandido, esta não é a nossa área. Eu não sou polícia! Agora o meu medo é que uma dessas crianças seja atingida. Porque nessa situação, mesmo que eu sobreviva, se uma criança for atingida por uma bala, acabou a minha vida. Imagine vivenciar isso, um aluno meu atingido por uma bala, morrendo ali, sem eu poder ajudar nem fazer nada. Acabou a minha vida. Eu sei que não sou responsável, mas a gente se sente responsável por eles.⁵³⁷

Os cuidados das crianças e dos jovens fora da escola também acabam sendo um problema. A jornada de trabalho dos pais é longa, são poucas as escolas públicas com ensino integral, e a fila de espera para conseguir vagas em creches é grande. A mãe, quando não larga o emprego para cuidar dos filhos, contrata alguém como uma vizinha, uma amiga ou um

⁵³³ FRANCO, 2017.

⁵³⁴ MENINA..., 2017.

⁵³⁵ ALVES & EVANSON, 2011, p. 93.

⁵³⁶ Ibidem, p. 89.

⁵³⁷ Ibidem, pp. 67-68.

familiar que aceita o trabalho por um preço baixíssimo. Para os que não têm condição alguma, as crianças e jovens ficam sozinhos, na rua, num ambiente degradado, imoral e perigoso.

4.2.6. Transporte

No Brasil os que andam de transporte público, tradicionalmente, são os mais pobres, cujas condições de vida pioraram devido à oferta insuficiente e de má qualidade dos ônibus e metrô.

Os trabalhadores nas grandes metrópoles chegam a passar até 1/3 de suas vidas em ônibus e trens⁵³⁸. O tempo médio de deslocamento dos paulistanos era de 2h43 por dia em 2018⁵³⁹. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, o tempo médio de deslocamento diário era de 2h21. Apesar de o trânsito ruim afetar todos os estratos sociais, uma pesquisa realizada pelo IPEA em 2013 apontou que os trabalhadores de baixa renda faziam viagens, em média, 20,0% mais longas que os demais estratos⁵⁴⁰. Quando chove e ocorrem alagamentos ou acidentes, o tempo de trânsito é ainda maior.

Para chegar ao trabalho, é comum pegar três conduções. Devido ao alto tempo de deslocamento, muitos não conseguem aproveitar o benefício do Bilhete Único, que, apesar de poder ser usado em até quatro veículos diferentes em São Paulo, dura apenas duas horas. Essa regra é comum em muitas outras cidades.

Na cidade de São Paulo, o tempo médio que se levava do domicílio à primeira condução era de 27 minutos em 2017⁵⁴¹. Por conta da má iluminação, de caminhos com mato ou mesmo na beira da estrada, os casos de estupros e roubos são recorrentes. Depois de chegar ao ponto de ônibus ou terminal, o tempo de espera é alto e incerto. Muitos ônibus não param por estarem lotados; outros se atrasam; muitos são tirados de linha sem aviso prévio ou quebram no meio do caminho. Os usuários da estação Capão Redondo, em São Paulo, relataram esperar até 40 minutos para embarcar no metrô⁵⁴². Por usarem o transporte nos horários de pico, muitos ficam em pé durante quase todo o trecho.

Em São Paulo, as passagens de metrô, trens e ônibus são caras, ainda mais em relação ao serviço prestado. O alto preço da passagem tem impedido muitas pessoas de procurarem emprego. Por isso, em São Paulo, 31,0% das viagens são realizadas a pé⁵⁴³. Na grande Recife, quase 60,0% das pessoas que ganham até 1 salário mínimo andam a pé, em

⁵³⁸ A ROTINA..., 2019.

⁵³⁹ IBOPE & REDE NOSSA SÃO PAULO, set. de 2018.

⁵⁴⁰ PEREIRA & SCHWANEN, 2013, p. 5.

⁵⁴¹ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS, 2017, p. 48.

⁵⁴² SOUZA, 2020.

⁵⁴³ COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, 2017, p. 29.

contraposição ao pouco mais de 10,0% das pessoas que ganham mais de 20 salários mínimos⁵⁴⁴. A caminhada ocorre em calçadas estreitas, esburacadas, cheias de lixo, mal iluminadas, sem sinalização, com pouca segurança e muitas vezes inexistentes.

Aonde o ônibus não chega, dentro de várias favelas, a comunidade depende dos serviços prestados pelas cooperativas de perueiros, controladas pela milícia no Rio de Janeiro ou pelo PCC em São Paulo. Segundo o Ministério Público, o faturamento das milícias com transporte aumentou dez vezes em dez anos, chegando a 27 milhões de reais⁵⁴⁵.

O número de motocicletas no Brasil, que era de 1,8 milhão em 2000, passou para 26,7 milhões em 2017⁵⁴⁶. Isso porque andar de moto se tornou uma alternativa muito mais barata e rápida do que o transporte público. Aqueles que conseguem só comprar uma moto usada, quase nunca possuem carteira de motorista. Esses casos ocorrem com maior frequência nas regiões Norte e Nordeste⁵⁴⁷. Muitos têm carteira de motorista para poderem trabalhar, como é o caso dos entregadores. Os motociclistas ganham mais que os ciclistas em serviços de entregas como iFood. Enquanto os motoqueiros que trabalhavam 12 horas por dia tinham renda média de 4 mil reais por mês em 2019, os ciclistas ganhavam ao redor de 2 mil reais⁵⁴⁸.

Mesmo assim, por falta de opção, muitos se tornaram entregadores ciclistas. Para irem de suas casas até os pontos de concentração de restaurantes das grandes metrópoles, pedalam até 30 km⁵⁴⁹. Alguns ciclistas chegam a percorrer 80 km diários, contando com a ida, a volta e as entregas.

O caso de Thales Coelho, entregador por aplicativos, é emblemático. O rapaz mora em Cajamar e, para chegar à capital paulista, usa transporte público: primeiro pega um ônibus, depois trem e metrô. No entanto, para trabalhar, aluga uma bicicleta do serviço de empréstimo do banco Itaú – são 20 reais por mês. Mas, a cada uma hora de uso, Thales precisa trocar a unidade ou renová-la. Ele afirma ganhar cerca de 300 reais por semana⁵⁵⁰.

4.2.7. Tempo Livre e Entretenimento

Ainda que a indústria cultural de massa tenha homogeneizado relativamente o conteúdo do entretenimento entre as classes sociais – especialmente entre os jovens –, o acesso à cultura e ao lazer no Brasil é muito desigual e se manifesta de várias formas.

⁵⁴⁴ MOREIRA & SCHREINER, 2017, p. 2045.

⁵⁴⁵ GARCIA, 2019.

⁵⁴⁶ OBSERVATÓRIO NACIONAL DE SEGURANÇA VIÁRIA, 2017, p. 7.

⁵⁴⁷ Ibidem, p. 9.

⁵⁴⁸ DORMIR..., 2019.

⁵⁴⁹ Ibidem.

⁵⁵⁰ Ibidem.

Em primeiro lugar, em relação ao tempo disponível ao lazer, muito maior nas classes mais abastadas, dado que suas jornadas de trabalho são mais reguladas e com direito a férias, além de terceirizarem seus afazeres domésticos. Como a distância que percorrem de casa ao trabalho é menor em relação aos moradores da periferia, podem desfrutar de mais tempo livre no dia a dia.

Em segundo lugar, as desigualdades em relação ao consumo de lazer e entretenimento se manifestam espacialmente. É verdade que houve diminuição considerável dos espaços públicos destinados à cultura e ao lazer nas cidades grandes e médias como um todo. Ainda que os espaços públicos como teatros, casas de espetáculo, cinemas, parques, bibliotecas, museus, quadras poliesportivas já estivessem sendo sucateados ou privatizados, são as regiões nobres das cidades que concentram esses pontos.

A população da periferia, para ter acesso à cultura, tem que enfrentar horas de transporte público. Além do tempo gasto, muitas vezes falta dinheiro para o transporte. Ou seja, o espaço, apesar de público, não é democrático. Um caso emblemático são as praias da Zona Sul do Rio de Janeiro, frequentadas quase que somente pela elite. Basta mencionar o que aconteceu em 2015, quando, depois de uma série de arrastões na região, a classe média mobilizou a polícia para fazer revistas e apreensões nos ônibus vindos da Zona Norte da cidade⁵⁵¹.

Mas o principal lugar de entretenimento nas cidades grandes e médias são os *shoppings centers*, que absorveram atividades de lazer antes realizadas na rua: o teatro, o cinema, a prática esportiva, os eventos e as próprias compras. Nas regiões nobres, o preço cobrado pelo estacionamento e as poucas linhas de metrô ou ônibus nas proximidades excluem muitos do acesso ao *shopping*. Mas a exclusão não se limita ao preço do estacionamento ou a seu acesso. Muitas vezes a exclusão é coercitiva. Foi o caso das crianças de uma escola pública barradas no Shopping JK Iguatemi em São Paulo. No início de 2019, um grupo de 120 crianças, que havia ganhado um prêmio da Secretaria de Educação de Guaratinguetá, viajou 200 quilômetros até o *shopping* para visitar uma exposição. Uma funcionária impediu a entrada das crianças, muitas delas negras, alegando que a presença fora do horário geraria problemas com os seguranças. No entanto, poucos minutos antes, um grupo de crianças brancas entrara tranquilamente para ver a exposição⁵⁵².

⁵⁵¹ Essa situação é análoga àquela retratada no documentário “Os pobres vão à praia”, de 1989, realizado pela extinta rede Manchete. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kOzGFJZZVe8>>. Acesso em 20 de jun. de 2021.

⁵⁵² CRIANÇAS..., 2019.

Nas periferias, o lazer ocorre principalmente na laje ou na rua, nas passagens de automóveis, em campos de futebol improvisados, em praças abandonadas. Apesar de as formas de entretenimento se darem em espaços públicos, não são organizadas ou intermediadas pelo Estado. As atividades mais organizadas são realizadas em espaços filantrópicos, como as igrejas neopentecostais ou nas poucas oficinas culturais do terceiro setor.

Em terceiro lugar, as desigualdades no lazer e no entretenimento também se manifestam em relação à própria natureza da atividade. No caso dos mais ricos, personalizada e exclusiva, com uma vasta gama de serviços que proporciona momentos inesquecíveis e nenhum tipo de preocupação. Evidente que os mais ricos também usufruem do entretenimento de massa. Mas, quando o fazem, acompanham tudo do camarote, um espaço segregado com serviços diferenciados. No caso dos mais pobres, as atividades são improvisadas, estigmatizadas, irregulares e muitas vezes associadas à criminalidade, como é o caso das atividades vinculadas ao *funk*, ao futebol e ao grafite.

A cultura periférica e suas formas de entretenimento carregam características regionais específicas. Fácil pensar nas diferenças de gêneros musicais das festas periféricas da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo. Não apenas no que diz respeito ao *funk* e ao *rap*, mas também nas diferentes formas de *funk*, o “proibidão” e o “ostentação”. Ainda que existam particularidades, essas são as formas pelas quais a população pobre, principalmente jovem, busca seu lugar na metrópole por meio da construção de espaços precários de sociabilidade, mediadas pela lógica de mercado e símbolos de consumo, em grande medida intermediada pela internet e programas televisivos.

A festa de fluxo, uma das principais formas de diversão nas periferias brasileiras das grandes cidades, expressa bem esse ponto. São carros estacionados na rua, com caixas de som superpotentes. Além de terem custo zero e de serem democráticas porque acontecem na rua (“é só chegar”), a festa de fluxo é uma forma de driblar a coerção policial justamente pelo seu caráter imprevisível e pela falta de planejamento. Um grupo de poucos garotos estaciona espontaneamente o carro e, pelas redes sociais, aciona colegas e conhecidos para aparecerem. Muitas pessoas que estão passando também participam e, de repente, a festa conta com uma multidão. Quando a polícia finalmente chega, a festa muda de lugar, para ruas próximas, a partir da mesma lógica. A Polícia Militar registra entre 300 a 400 “festas de fluxo” na cidade de São Paulo a cada final de semana, o que torna ainda mais difícil sua fiscalização⁵⁵³.

⁵⁵³ BRÁS, 2018, posição 2.464 do Kindle.

Qual é a música tocada nessas festas? Desde os anos 1990, o *rap* e o *funk* são as principais “atitudes” dos marginalizados e segregados no Brasil. Ainda que o *rap* tenha sido mais forte em São Paulo, o *funk* – de origem carioca –, tomou conta de todo o país e dos encontros de rua. Diferentemente do *rap*, com os seus temas políticos num tom de denúncia da condição social da comunidade, o *funk* possui caráter mais dançante, de diversão e deboche, para não falar do imaginário e dos sonhos de consumo desse grupo.

O *funk* do tipo “ostentação” é o limite disso, com suas letras sobre carros importados, bebidas caras e marcas de vestuário de luxo. O consumo é visto como a principal forma de entrada para a cidadania. Para a gravação de seus clipes, quase artesanais, jovens pobres alugam casas e carros para aparentar um estilo de vida que não têm. Essa atitude também se faz presente nas festas.

As pessoas cantam, dançam, ostentam roupas de grifes conhecidas, como óculos modelo Juliet da marca Oakley, camisetas Abercrombie & Fitch e modelos caros de tênis – os últimos lançados no mercado – das marcas Adidas, Nike e Mizuno. Usam cordões de prata e ouro, relógios e fones de ouvido chamativos. Os celulares de última geração compõem o estilo. Durante a festa, desfilam com bebidas alcóolicas mais caras, como uísques Red Label e vodka Absolut, que compram rateando com a turma de amigos em hipermercados que atendem a região⁵⁵⁴. Contrapondo-se aos símbolos do capitalismo global, o espaço da festa também é dividido com vários jovens que usam chinelos e camisetas de escolas de samba e times de futebol local. Mesmo utilizando produtos falsificados, o padrão “ostentação” não pode ser exibido por todos⁵⁵⁵.

A festa de fluxo tem seu ponto de pico geralmente no início da madrugada, quando a circulação de carros é impossível frente à quantidade de pessoas, carros e motos estacionadas. O público tem entre treze e vinte e oito anos⁵⁵⁶. Um dos momentos mais aguardados dessas festas é a guerra dos “passinhos”, em que os participantes exibem suas técnicas próprias de dança, desafiando os adversários.

A rua é o local da convivência, mas também do conflito. A segurança da festa é informal e feita pelo crime organizado, que conhece os moradores locais e evita tumultos desnecessários. A ação coercitiva da polícia, recorrentemente intimidadora e violenta, compõe o clima da festa, uma vez que os participantes reagem com desobediência e resistência.

⁵⁵⁴ Ibidem, posições 435 e 981 do Kindle.

⁵⁵⁵ Ibidem, posição 1.147 do Kindle.

⁵⁵⁶ Ibidem, posição 962 do Kindle.

Esse modelo de festa apresenta diferenças importantes em relação às festas periféricas dos anos 1970 e 1980. Os bailes *black* cariocas, movidos a *soul* e *funk* norte-americanos, apesar de já serem um fenômeno de massa e juntarem milhares de pessoas⁵⁵⁷, eram uma forma mais organizada de diversão. Os bailes aconteciam em clubes, ginásios de esportes ou quadras de escolas de samba⁵⁵⁸ e contavam com grande equipe de profissionais envolvidos: montagem de palco, equipe de montagem e técnicos de som, *DJ*, iluminadores e, inclusive, de seguranças contratados (o que não impedia episódios de violência). Os clubes contratavam bilheteiros, pagavam as despesas com faxina e se encarregavam do serviço de bar vendendo bebidas alcóolicas, refrigerantes e sanduíches⁵⁵⁹. As letras das músicas traziam a temática do orgulho negro, do “*black is beautiful*”. Apesar de os bailes *black* serem mal vistos por muitos, não era incomum que moradores de regiões mais abastadas do Rio de Janeiro participassem. Era uma forma de diversão mais politizada, organizada e menos segregada.

A repressão do regime militar concomitante ao desenvolvimento da indústria cultural no Brasil levaram aos poucos à despolitização e à banalização das letras. As pessoas passaram a frequentar os bailes para extravasar e dar vazão aos seus instintos mais primitivos, não para ouvirem discursos⁵⁶⁰. Houve também uma progressiva simplificação do gênero musical ao longo dos anos. A incorporação de elementos da música eletrônica no *funk* e a utilização de equipamentos mais modernos e intuitivos – cada vez mais baratos – possibilitaram que muitos jovens pobres produzissem suas próprias músicas nos dias de hoje.

A internet garantiu visibilidade para esses MCs, não apenas pelo seu alcance, mas porque descarta a necessidade de intermediários culturais e da indústria fonográfica para sua produção e divulgação. São garotos que fazem sucesso justamente por serem muito próximos de seus fãs: vivem na mesma comunidade, têm as mesmas aspirações, frequentam as mesmas escolas e festas. O que ficou conhecido como “rolezinho” nos anos 2000 é uma face desse movimento. Muitos MCs marcavam encontros com o seu público em *shoppings*, seguindo essa lógica de “proximidade”. Os eventos provocaram repercussões negativas nas classes mais altas, que viam os rolezinhos como invasão de espaços antes inacessíveis àquela camada

⁵⁵⁷ Na época, eram realizados ao redor de 700 bailes *funks* a cada final de semana, muitos deles reunindo mais de 2 mil pessoas. (VIANNA, 1988, posição 113 do Kindle).

⁵⁵⁸ Ibidem, posição 444 do Kindle.

⁵⁵⁹ Ibidem, posição 464 do Kindle.

⁵⁶⁰ Ibidem, posição 396 do Kindle.

social. As justificativas giravam ao redor da segurança e, inclusive, o poder público pôs em discussão o direito de ir e vir desses jovens⁵⁶¹.

ii.

Outra parte importante das atividades de lazer se organiza ao redor do futebol: as escolas de times profissionais, o futebol de várzea, a torcida organizada. Há quem consiga trilhar o esporte como carreira e ingressar em times profissionais em diferentes categorias. Esses jogadores veem no futebol uma forma de sair da pobreza e sonham em ser um dia como “Neymar” ou, pelo menos, ficarem ricos jogando fora do país. Mas a realidade é terrível: o futebol também reflete o aumento da desigualdade social que assola o país. Em 2014, 8 em cada 10 jogadores profissionais viviam com menos de 1.460 reais por mês. Os que ganhavam mais de 20 salários mínimos por mês totalizavam apenas 2,0% dos 31.000 jogadores registrados na Confederação Brasileira de Futebol⁵⁶². Como os contratos são curtos, quando os campeonatos estaduais acabam, muitos ficam parados por seis meses, sem seguro-desemprego.

Por isso, a maioria dos jogadores pobres se aventura no futebol amador. O futebol de várzea, apesar de já ter tido mais apelo nas regiões periféricas e ter produzido grandes jogadores, ainda tem força nas comunidades brasileiras sob outras roupagens. Atualmente, estima-se que existam, somente na cidade de São Paulo, 3.000 times de várzea, entre cadastrados e não cadastrados na liga paulistana. O esporte é praticado em campos improvisados de terra batida, nas poucas escolas públicas que têm quadra – muitas vezes em condições degradadas – ou em algumas poucas arenas de futebol *society*. Os times se organizam em ligas, representando os seus bairros. Carregar a camisa do seu time é um forte símbolo de pertencimento e de *status*:

o time de futebol Vida Loka pode não representar nada em outras regiões da cidade, mas ostentar essa camisa pelos bailes de fluxo da Zona Norte paulistana é sinal de pertencimento e admiração para a grande maioria dos aficionados pelo esporte principal do bairro⁵⁶³.

Apesar da força do futebol de várzea nas periferias paulistas, o número de campos destinados ao esporte diminuiu significativamente a partir dos anos 1990. O seu sumiço é

⁵⁶¹ Ver PINHEIRO-MACHADO (2019).

⁵⁶² CERATTI, 2014.

⁵⁶³ BRÁS, 2018, posição 1.399 do Kindle.

explicado pelo aumento do contingente de pessoas morando nas favelas – que passam a ocupar espaços “livres” – e pela especulação imobiliária nessas regiões. Por exemplo, a arena do Palmeirinha em Paraisópolis é um dos únicos espaços de lazer na comunidade da zona sul paulistana com mais de 100 mil moradores. Durante as décadas 1980 e 1990, a comunidade tinha quatro campos que, ao longo dos anos, desapareceram: dois foram ocupados por moradias, um virou uma Escola Técnica Estadual (Etec), e outro, igreja. A arena Palmeirinha, mantida pelo time da várzea, está sempre lotada e divide sua agenda entre aluguel para partidas, horários abertos à população e uso por programas sociais. Mais de 120 crianças participam da escola de futebol da comunidade.

As comunidades paulistanas mais pobres chegam a organizar vários torneios importantes como a Copa Vida Loka, a Copa Martins Neto e a Copa Pioneer. São em média 40 campeonatos por ano. No caso Copa Pioneer, a disputa entre 24 times chega a reunir 20 mil pessoas nos campos da periferia da cidade. Os prêmios variam entre quantias de dinheiro modestas para dividir entre os atletas, ônibus para ajudar no transporte dos jogadores ou troféus. A liga de campeões da várzea reuniu no ano de 2018 aproximadamente 417 mil torcedores, número superado apenas pelo Paulistão (1 milhão) e pelo Campeonato Mineiro (497 mil) dentre os campeonatos regionais de futebol.

Com exceção dos campeonatos maiores, que contam com o patrocínio de grandes empresas, a maior parte dos jogos é financiada pelos diretores dos times, com o apoio de comerciantes locais, perueiros e chefes locais do crime organizado⁵⁶⁴. Como diria Daniel Hirata: “Talvez seja possível dizer que as relações com o mundo das atividades ilícitas sejam constitutivas do futebol varzeano”⁵⁶⁵.

Não são poucos os torcedores que têm mais paixão pelos times de suas “quebradas” do que pelos times maiores, inclusive, porque o aumento do preço dos ingressos tem tornado menos democrático o acesso aos grandes estádios e partidas. O futebol de várzea é uma solução alternativa para o torcedor “raiz” em contraposição à elitização dos estádios e seus “torcedores consumidores”. Além de não ter de pagar pelo ingresso e pelo deslocamento para assistir ao futebol de várzea, é permitido o uso de instrumentos de percussão (proibidos nos grandes estádios), a participação especial de blocos de samba, com direito a cerveja em vários bares e ambulantes espalhados ao redor do campo⁵⁶⁶.

⁵⁶⁴ HIRATA, 2006, p. 257.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 277.

⁵⁶⁶ Ibidem, p. 253.

Por assumirem esse caráter mais bairrista e territorializado, as disputas entre torcedores adversários passam a ser mais acirradas e violentas, ultrapassando o espírito esportivo. As maiores rivalidades do futebol de várzea ocorrem em equipes de localidades próximas, do mesmo bairro ou zona. O aumento da violência em todos os tipos de partidas de futebol transformou as formas de sociabilidade antes vinculadas ao esporte. Famílias deixaram de frequentar os jogos, e festas e churrascos tornaram-se momentos de acertos de contas entre grupos rivais⁵⁶⁷.

Esse tipo de comportamento agressivo é visto de forma mais extremada nas torcidas organizadas dos grandes clubes, que contavam em 2019 com 2,5 milhões de torcedores⁵⁶⁸, em sua maioria homens de classe baixa.

O crescimento vertiginoso das torcidas organizadas a partir dos anos 1980 e 1990 levou à sua burocratização e fragmentação interna. Esse novo formato é caracterizado pelo estabelecimento de domínios territoriais (subsedes), que são governados por grupos de torcedores da mesma região ou comunidade. Com o tempo, esses líderes locais passaram a agir com mais autonomia, de forma descoordenada em relação às diretrizes da sede central, constituindo sua identidade através da apropriação do espaço urbano. São inúmeros os relatos de violência de grupos do mesmo clube, que disputam visibilidade entre os membros da comunidade. Alguns subgrupos gostam de ser reconhecidos como “jovens dispostos a defender o território de moradia⁵⁶⁹”.

Seus interesses, portanto, transcendem o futebol. Além de assegurar que nenhuma torcida organizada rival se aproprie ou invada seu espaço, os subgrupos realizam ações sociais em prol da comunidade. Organizam doação de sangue para moradores hospitalizados, vendem rifas para ajudar doentes necessitados, distribuem ovos de páscoa para as crianças carentes, constroem espaços de lazer para a população⁵⁷⁰. Atuam onde o Estado não se faz presente e tentam dissociar a imagem da torcida organizada da vagabundagem ou bandidagem. Alguns subgrupos, inclusive, exigem como pré-requisito para o ingresso dos novos membros a frequência na escola⁵⁷¹.

As atividades vinculadas ao futebol e ao funk movimentam vários pequenos negócios na comunidade: vendedores ambulantes em dias de festas e partidas, confecções de bandeiras e camisetas de times locais, equipes de produção de eventos, seguranças e muitos

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 268.

⁵⁶⁸ BOCAGE, 2019.

⁵⁶⁹ SOARES, 2019, posição 1.421 do kindle.

⁵⁷⁰ Ibidem, posição 1.304 do kindle.

⁵⁷¹ Ibidem, posição 272 do kindle.

cabelereiros e barbeiros que reproduzem a estética disseminada pelos jogadores e MCs. Os salões de beleza e barbearia têm se tornado espaços importantes de sociabilidade nas periferias das grandes cidades. Aos sábados, dias de “rolê”, alguns salões chegam a fazer 100 cortes de cabelo⁵⁷².

4.2.8. Igrejas Neopentecostais

As igrejas evangélicas também se tornaram parte importante do cenário periférico das cidades. Estima-se que apenas nesta última década foram criadas mais de 100 mil novas igrejas, 25 por dia. O número de pessoas que se declaram evangélicas passou de 5,0 milhões em 1980 para mais de 60,0 milhões em 2019, totalizando 30,0% da população⁵⁷³.

O termo evangélico abrange pelo menos 2.600 denominações que podem ser divididas em três grupos principais. O primeiro é composto pelas Igrejas Reformadas, como as igrejas Presbiterianas, Batistas e Luteranas. O segundo grupo é formado pelas igrejas pentecostais mais tradicionais, como a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus Belém, e pelas igrejas pentecostais de massa, como a Assembleia de Deus Vencer em Cristo conhecida como Madureira ou Penha de Silas Malafaia. O terceiro grupo é formado pelas igrejas neopentecostais da chamada terceira onda da década de 1980, como a Igreja Universal do Reino de Deus (Edir Macedo), a Igreja Internacional da Graça de Deus (R.R. Soares) e a Igreja Mundial do Poder de Deus (Valdemiro Santiago).

A Tabela 37 mostra os últimos dados disponíveis sobre o número de fiéis das principais denominações evangélicas do Brasil. De acordo com o Censo Demográfico, a Assembleia de Deus era a maior denominação em 2010, mas há grande pulverização dos fiéis entre as igrejas.

Tabela 37 - Principais Denominações Evangélicas no Brasil (2010)

Religião	Milhares de pessoas	%
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Assembleia de Deus	12.314,4	6,5
Evangélica não determinada	9.218,1	4,8

⁵⁷² FAGUNDEZ, 2015.

⁵⁷³ DATAFOLHA, dezembro de 2019.

Evangélicas de origem pentecostal - outras	5.267,0	2,8
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Batista	3.723,9	2,0
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Congregação Cristã do Brasil	2.289,6	1,2
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Universal do Reino de Deus	1.873,2	1,0
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Evangelho Quadrangular	1.808,4	1,0
Outras	5.780,8	3,0
Total	42.275,4	22,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Este item não pretende tratar dos evangélicos como um todo, mas do neopentecostalismo, o grande fenômeno das últimas décadas. O neopentecostalismo, ou terceira onda do pentecostalismo, se distingue por um novo individualismo, no qual cada um se faz empreendedor e administrador de sua própria fé⁵⁷⁴. Difere também por uma tendência “judaizante”, cada vez mais calcada no Velho Testamento, ao contrário das igrejas protestantes reformadas.

Quais são os fatores que explicam o seu crescimento?

De um lado, os pobres foram sendo crescentemente abandonados não apenas pelo Estado, mas pela Igreja Católica, que acabou com as atividades das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas periferias, por ordem de João Paulo II. Comunidades abandonadas com pessoas vivendo em territórios degradados ou em situações extremas como a dos presídios brasileiros são terreno fértil para uma nova forma de pertencimento, que acolhe os solitários e lhes oferece uma adaptação à realidade⁵⁷⁵. Estas igrejas neopentecostais atraem as pessoas ao forjarem uma identidade comum, ao criarem mecanismos de ajuda mútua, ao fazerem eventos e festas para congregar as pessoas. O crescimento da massa de excluídos e uma forte tradição de religiosidade mágica na cultura popular estabeleceram um terreno sólido e fértil para a expansão neopentecostal.

Do outro lado, há o aprofundamento da crise de valores ligada ao avanço da sociedade de massas, cujos ditames são o dinheiro e o consumo. As igrejas neopentecostais atendem à demanda dos pobres pelos “bens da salvação”, retirando o sujeito do abandono e apontando um caminho para prosperidade.

As igrejas neopentecostais estão perfeitamente ajustadas a situação social que se desenhou nos últimos anos também por serem a religião dos simples. Max Weber, em sua monumental sociologia das religiões, separava a religião dos *virtuosi* da religião de massas

⁵⁷⁴ DUNKER et al., 2021

⁵⁷⁵ DUNKER et al., 2021.

pautada pela magia. O re-encantamento da realidade dos neopentecostais passou a justificar o mundo existente e a sua adaptação a ele, colocando a ação individual e o investimento na “igreja” como a solução de todos os problemas.

Por ser uma “religião mágica”, há uma profusão de milagres e exorcismos. O discurso mágico ganhou nova perspectiva em uma narrativa maniqueísta que atribui as mazelas sociais e psíquicas a entidades sobrenaturais como o demônio. Isto significa que não há pecado e que todo o mau existente é responsabilidade do diabo. Há uma naturalização da situação social e uma explicação mágica de todos os acontecimentos, o que inclui o aquecimento global, parte dos planos de Deus que culminariam no Juízo Final.

O mundo estaria dividido em dois: os maus, possuídos; e os bons, membros da igreja. Como toda seita, tem caráter totalitário e influência do darwinismo social: os membros da igreja serão salvos e os infiéis condenados e relegados à própria sorte.

Como operam numa sociedade em putrefação, de iletrados, seu meio de comunicação fundamental é a televisão, o rádio e a internet. Nos cultos, os “testemunhos” são mais importantes que os textos bíblicos, com forte peso da cultura oral. De tão simplificado e padronizado que é o culto, pastores gravam programas de rádio e sermões para diferentes denominações.

A “Teologia da Prosperidade” é também um fator decisivo para a adesão de muitos pobres a estas religiões, ao sustentar a crença de que a aproximação com Deus lhes trará prosperidade. O princípio básico é o da doação financeira, do investimento: deve-se dar a Deus para que ele devolva com lucro⁵⁷⁶. “Não há nada a perder”, diria Edir Macedo. A plausibilidade da “Teologia da Prosperidade” é facilitada pelas expectativas acanhadas dos frequentadores, que almejam uma modesta ascensão social. É um discurso negador da pobreza.

Seu público-alvo, os pobres urbanos, não vê mais o sofrimento como redenção, tal como na teodiceia cristã. Para a “Teologia da Prosperidade”, quem tiver fé progredirá; já os outros serão empregados a vida toda⁵⁷⁷. Não há uma salvação da alma como no catolicismo, mas soluções individuais para problemas mundanos como um amor perdido, a falta de dinheiro, a cura de uma doença, o fim da dependência das drogas⁵⁷⁸.

Estas denominações mostram que o sofrimento é uma escolha, em contraste direto com o catolicismo, no qual Cristo sofreu para expiar os pecados dos homens. O sofrimento é

⁵⁷⁶ FRESTON, 1993, p. 105.

⁵⁷⁷ Idem, p. 106.

⁵⁷⁸ DUNKER et al., 2021.

consequência de um pacto com Deus que foi malfeito e que deve ser reconstituído. O aumento do dízimo e as doações semi-voluntárias são formas de readequação contratual para alcançar o sucesso. O neopentecostalismo estimula o fiel a exigir “seus direitos diante de Deus” como uma “religião de resultados”.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é o melhor exemplo da expansão do movimento neopentecostal, pelo seu poderio econômico e midiático. Como a maior parte das denominações neopentecostais, surgiu no Rio de Janeiro em meados da década de 1970 e cresceu a partir da compra de rádios e da TV Record pelo seu líder, Edir Macedo.

Em termos concretos, sua mensagem é utilitária, individualista e baseada na busca do enriquecimento fora do trabalho assalariado. É uma mensagem anti-literária, ligada à percepção de que a educação formal não leva a lugar nenhum no mundo dos pobres das cidades degradadas. A educação feminina é ainda mais desestimulada uma vez que, segundo o próprio Edir, a mulher poderia se tornar a “cabeça” da família, levando à sua desestruturação⁵⁷⁹.

Outra característica distintiva é a mundaneidade. O mundo é feito para o homem usufruí-lo, num materialismo vulgar ajustado aos tempos atuais. “Pare de sofrer” é o lema da IURD que se contrapõe aos valores da Igreja Católica, que vê o sofrimento como parte da vida terrena e que critica a riqueza, a ganância e o lucro. O neopentecostalismo é uma religião de pobres que valoriza o consumo e a vitória como empreendedor.

O emprego, de qualquer natureza, é visto como uma forma subalterna de vida e de opressão. Mas, para usufruir do mundo, é preciso fazer parte da igreja, assinando um contrato mercantil com o intermediário de Deus na Terra – o pastor. É uma forma terrível de validar a desigualdade, a pobreza e de naturalizar a calamitosa situação do país. Quanto a isto, não há nada a fazer. O crente deve ir à igreja, cumprir os “mandamentos” do pastor, entregar tudo o que tem para receber com juros o que merece, pois “Deus é fiel”. Portanto, não é uma religião da mudança, como o catolicismo em sua essência. O neopentecostalismo tem articulação profunda com o mundo como ele é.

Um ponto importante da “teologia” de Edir Macedo é uma ética do enriquecimento súbito, fruto de jogadas audaciosas, o que é reforçado pelas suas mansões, carros importados, helicópteros, aviões. Ele não é hipócrita, já que alcançou a meta de todos nesta sociedade: ficar rico.

⁵⁷⁹ SOARES, 2019.

Macedo prega “(...) que Jesus Cristo salva, batiza com o Espírito Santo, mas também, e antes de tudo, que liberta as pessoas que estão oprimidas pelo diabo”⁵⁸⁰. Diferentemente do pentecostalismo tradicional, no qual os demônios são mantidos à distância, na IURD eles são buscados e enfrentados: “pretos-velhos”, “caboclos”, espíritos do mal são dominados pelos pastores, que os entrevistam e os expulsam.

Não há adoração de imagens, mas farto uso de símbolos: a Maçã do Amor, a Rosa Consagrada, o Nardo Ungido, o Cajado de Moisés. Há também a Vigília do Clamor de Jonas, a Reunião da Nação dos 318 e as correntes da Prosperidade, da Libertação (da bruxaria, feitiçaria, macumba, inveja, olho grande). As correntes são um processo de limpeza do passado que permite o exorcismo, um ritual que reforça a transformação da vida.

A confissão positiva é a mola propulsora da vida do crente: nunca confesse dúvidas, temores, doenças. Admitir um problema é abrir a porta para os poderes malignos, sendo a pobreza resultado da falta de fé ou da ignorância.

O encantamento do mundo também passa pela percepção de que Brasília está sob influências maléficas desde o governo Figueiredo, desde a crise da dívida. É o demônio da corrupção. Este é um ponto importante joga luz sobre o grande conformismo político presente na IURD: vivemos num mundo decaído, corrupto e hostil, mas a crise econômica é um problema individual que só tem solução “espiritual”. Males sociais são sinais de possessão⁵⁸¹.

Em termos comportamentais, a IURD é uma das mais liberais, tanto na vestimenta como no embelezamento feminino, sendo até defensora do aborto. Não possui normas muito rígidas para os frequentadores, que são flutuantes. A flexibilidade moral é importante para se adaptar a qualquer situação, para atrair fiéis mais facilmente e para não expulsar ninguém.

A IURD concorre num mercado popular de lealdades muito frágeis. A flexibilidade é grande e as pessoas mudam de religião de acordo com o resultado. Como as barreiras à entrada são baixas, qualquer um pode montar uma nova igreja e atrair novos fiéis. A porta da IURD está aberta a qualquer um. As exigências morais só aparecem – de maneira crescente – nas camadas superiores (membros, obreiros voluntários e pastores), que devem abandonar as drogas, a homossexualidade e a promiscuidade. A prestação de serviços religiosos é geral e descompromissada, mas todos são estimulados a frequentar o culto duas vezes por semana.

Os templos gigantes são utilizados para fazer espetáculos de massa, como o Templo de Salomão para 10 mil pessoas, que possui um jardim bíblico com visitas guiadas

⁵⁸⁰ MACEDO, s/d., p. 118.

⁵⁸¹ LEITE, 2019, p. 112.

em várias línguas por 35 reais. É importante enfatizar que quase metade dos fiéis da IURD chegaram a ela pela TV. O programa de todas as noites e madrugadas da TV Record é bastante preciso: “Fala que Eu Te Escuto”, voltado aos despossuídos e desesperados, às famílias desestruturadas e aos indivíduos que têm problemas com drogas e violência.

Diferente das igrejas reformadas em que o pastor estuda anos para se formar na faculdade de Teologia e pregar a palavra de Deus, nas igrejas pentecostais de massa e neopentecostais os pastores têm formação prática simples. A formação de quadros dura no máximo seis meses, depois de Macedo ter extinguido o curso de formação superior de quatro anos em Teologia no Rio de Janeiro, quando percebeu que para atingir seu projeto expansionista, a formação teológica deveria ser mais curta e simples. Em seu livro “A Libertação da Teologia”, Edir diz que pastor é como jogador de futebol: não saem das escolinhas, eles surgem, aparecem. Depois só precisam ser lapidados⁵⁸².

Por esta e outras razões, estas igrejas são muito mais ágeis e flexíveis que a Igreja Católica, além de aceitarem como pastores mulheres e homens, casados ou solteiros. Os pastores, jovens solteiros ou recém-casados sem filhos que abandonaram as drogas, mudam frequentemente de lugar para não formarem bases independentes.

A estrutura altamente hierarquizada, com uma burocracia de baixa estratificação social relativamente bem remunerada, abre uma perspectiva de carreira para muitos. Tais igrejas oferecem emprego estável, sem grande exigência de qualificação profissional. Os rendimentos básicos são de 2.500 reais em média, com perspectivas futuras de ganhos maiores. Na Assembleia de Deus, comandada pelo pastor Silas Malafaia, os rendimentos podem chegar a 22.000 reais, sem contar os benefícios⁵⁸³. As possibilidades de emprego não se dão apenas dentro da igreja em si, mas em carreiras corporativas em conglomerados vinculados à sua estrutura financeira e de comunicação. Há também a possibilidade de abrir seu próprio negócio.

ii.

As igrejas neopentecostais também começaram a disputar espaço na política nacional. A IURD, já nos anos 1980, elegeu seu primeiro deputado, o ex-jogador de futebol e radialista Roberto Augusto Lopes. Era líder da igreja em São Paulo e foi o deputado

⁵⁸² MARIANO, 2004, pp. 127-128.

⁵⁸³ JÚNIOR, 2016.

constituente mais votado do PTB no Rio de Janeiro, se desligando da IURD por discordar da visão empresarial e mercantilista de Edir Macedo⁵⁸⁴.

No final da década de 1980, a bancada evangélica já contava com 33 parlamentares. Desde então, a invasão da política pela esfera religiosa levou à formação de uma das maiores bancadas da Câmara dos Deputados: em 2019, eram 85 deputados federais, além de 7 senadores (Tabela 38).

Tabela 38 - Número de parlamentares da Bancada Evangélica no Congresso Nacional, Brasil

	Deputados Federais	Senadores	Total de Parlamentares
1987-1990	33	-	33
1991-1994	23	1	24
1995-1998	32	5	37
1999-2002	49	2	51
2003-2006	59	4	63
2007-2010	32	4	36
2011-2014	70	5	73
2015-2018	75	5	78
2019-2022	85	7	92

Fonte: LEITE, 2019, p. 137.

As igrejas neopentecostais funcionam como um verdadeiro partido político, com um posicionamento conservador nos costumes, liberal na economia e abertamente hostil à esquerda, à intervenção do Estado e a qualquer pauta de gênero ou identitária. Lutam contra a “ideologia de gênero” e a destruição da família que, segundo sua visão, são estimuladas pelos meios de comunicação, comprometidos com o marxismo, o socialismo, o espiritismo e o demônio, assim como os seus patrocinadores da indústria do tabaco e da bebida.

Nas suas versões mais radicalizadas, há uma ideia de que os cristãos devam ser governados segundo às leis do Antigo Testamento. Uma teocracia inspirada em Israel seria o melhor modelo, inclusive na aplicação da pena capital para os homossexuais, adolescentes incorrigíveis, adúlteros etc. A família, por suposto, deve ser patriarcal e os criminosos devem sofrer. Edir Macedo chegou a escrever que há um plano divino para o país, que se encontra

⁵⁸⁴ LEITE, 2019, p. 50.

submetido a uma teocracia católica, que mantém os verdadeiros crentes subjugados tal como os “cristãos” no Egito Antigo⁵⁸⁵.

Fortemente entrelaçados ao neoliberalismo, os neopentecostais se colocam contra o Estado que acusam de ineficiente e dominado pela corrupção. O Estado laico, com sua ingerência sobre as famílias, as escolas e os corpos, se colocaria contra a realização dos desígnios de Deus⁵⁸⁶.

Também se posicionam contra o Estado social, uma vez que estas iniciativas concorrem com as promovidas pelas Igrejas, forma importante de ampliar o seu público. Apenas a Igreja Universal possui 257,0 mil voluntários no país, que oferecem orientação jurídica, psicológica e serviços variados⁵⁸⁷. Em 2018, esses projetos atenderam perto de 11,0 milhões de pessoas no Brasil, um terço dos assistidos pelo Programa Bolsa Família⁵⁸⁸.

Atendem a todo tipo de gente, apoiando os que levam uma vida dura e que foram abandonados pelo Estado: presidiários, dependentes de álcool e de drogas, adolescentes, idosos, moradores de rua, prostitutas, travestis, policiais, pacientes de hospitais públicos, mulheres vítimas de violência.

Por exemplo, durante a greve dos caminhoneiros de 2018, a IURD montou uma tenda em um terminal de cargas na rodovia Fernão Dias na Zona Norte de São Paulo para cortar o cabelo e fazer a barba dos motoristas. Outro exemplo é o programa Universal nas Forças Policiais, que atende profissionais da Polícia Militar, Civil, Federal Rodoviária, Corpo de Bombeiros, agentes penitenciários e Forças Armadas⁵⁸⁹. Suas ações sociais também têm alcance nos presídios, um dos programas mais antigos e abrangentes da Universal: apenas em 2019, 1,6 milhão de presidiários e seus familiares foram assistidos. Em uma ação recente, os voluntários se encarregaram de montar estruturas de distribuição de água e alimentos na frente de hospitais públicos com filas quilométricas⁵⁹⁰. Conversam com as pessoas, oferecem comida, pedem para fazer uma oração. Na luta pela sobrevivência diária, as igrejas neopentecostais são as únicas instituições que lhes estendem as mãos.

iii.

⁵⁸⁵ A este respeito, ver LEITE, 2019, capítulo 2.

⁵⁸⁶ DUNKER et al., 2021.

⁵⁸⁷ MATTOS, 2019.

⁵⁸⁸ Ibidem.

⁵⁸⁹ Ibidem.

⁵⁹⁰ UNIVERSAL..., 2019.

A participação política é uma prova de que há um projeto de poder, fortalecido pelo controle dos meios de comunicação. As concessões de rádio e TV evangélicas foram e são decisivas para o enorme aumento do número de fiéis e para o enriquecimento acelerado de seus líderes.

Em 2013, a revista Forbes criou um ranking da fortuna dos maiores líderes religiosos do Brasil. Em primeiro lugar estava Edir Macedo, com um patrimônio estimado em 950,0 milhões de dólares. O bispo começou a acumular fortuna quando adquiriu a Rede Record no final da década de 1980. Atualmente é dono de vários outros meios de comunicação (211 veículos), como a Record News e o jornal “Folha Universal”, além de uma ampla gama de empresas vinculadas aos seus negócios como repetidoras, rádios, editora, construtora, fábrica de móveis, loja online e banco. Deve-se também lembrar que Edir Macedo já foi alvo de muitos escândalos por charlatanismo, estelionato, desvio e lavagem de dinheiro.

Em segundo lugar está o “apóstolo” Valdemiro Santiago, ex-pregador da Igreja Universal do Reino de Deus e atual dono da Igreja Mundial do Poder de Deus, com 220,0 milhões de dólares. Sua igreja chegou a possuir mais de 4.000 templos. A recente perda de seu canal de TV, concomitante à suspensão temporária dos cultos durante a pandemia de Covid-19 e a consequente redução de doações e dízimos, diminuíram significativamente a receita da Igreja, ainda que o seu líder continue com um patrimônio considerável.

Em terceiro lugar na lista da Forbes está o líder da Assembleia de Deus Madureira, Silas Malafaia, com 150,0 milhões de dólares. Além de muitos templos, é proprietário de uma das maiores gravadoras e editoras do segmento gospel do Brasil. Algum tempo depois da publicação, o pastor Silas Malafaia divulgou nota desmentindo a Forbes, dizendo que o seu patrimônio era apenas 3,0% daquele divulgado pela revista, ou seja, 4,5 milhões de dólares. Ainda deve-se citar R. R. Soares, cunhado de Macedo e ex-membro da Igreja Universal do Reino de Deus, com 125,0 milhões de dólares (Tabela 39).

Tabela 39 - Líderes evangélicos mais ricos do Brasil (2013)

Nome	Fortuna (milhões de dólares)	Igreja
Edir Macedo	950	Igreja Universal do Reino de Deus
Valdemiro Santiago	220	Igreja Mundial do Poder de Deus
Silas Malafaia	150	Assembleia de Deus Vitória em Cristo
R.R. Soares	125	Igreja Internacional da Graça de Deus

Fonte: FORBES. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2013/01/17/the-richest-pastors-in-brazil/#4d3d72c55b1e>>.

Existem também os ricos da base vinculados a Igrejas. São pastores, donos de um número expressivo de templos, que possuem uma fonte importante de recursos não-tributáveis e contam com trabalho voluntário dos fiéis. Em sua maioria, são pastores que montaram igrejas em sua própria garagem, fenômeno conhecido como o das “garagens divinas”. Num primeiro momento, não possuem registro na Receita Federal, nem alvará para funcionamento, caso de 95% das igrejas do país hoje⁵⁹¹. Depois de um período de funcionamento bem-sucedido, começaram a montar filiais, com salões maiores e em melhores localizações, como foi o caso da Igreja Lagoinha em Betim (MG), que montou uma unidade no Monte Carmo Shopping⁵⁹², dentre suas mais de 500 igrejas⁵⁹³. Esta iniciativa trouxe um fluxo considerável de pessoas para um dos shoppings com maior espaço vago do país.

Outro exemplo é a Comunidade Evangélica Flordelis, da deputada federal pelo Rio de Janeiro Flordelis. A primeira igreja foi criada com a mãe, depois de deixarem a Assembleia de Deus. O marido, ex-namorado de um de suas filhas biológicas, foi adotado por ela quando tinha 15 anos⁵⁹⁴. Sempre cheia de crianças adotadas informalmente, a casa dos pastores ficou famosa por conta das mais de 50 crianças adotadas no Jacarezinho. A casa era acanhada e vários dormiam juntos no chão da sala e da cozinha.

A igreja Comunidade Flordelis chegou a ter 9 templos e uma sede para 5.000 pessoas. A carreira como cantora gospel deslanchou nos últimos 10 anos, com a gravação de 5 discos e shows para dezenas de milhares de fiéis, que permitiam ganhos de 150 mil reais ao mês e que a impulsionaram ao cargo de deputada federal em 2018 com quase 200 mil votos⁵⁹⁵. Acusada pela polícia de ser a mandante do assassinato do marido em conluio com alguns dos filhos, Flordelis também é acusada pela nora de desviar 5,0 milhões de reais da igreja⁵⁹⁶.

Como essas igrejas menores possuem dificuldades na sua administração, surgiu um importante segmento de consultores e assessores que oferecem serviços como assistência contábil, financeira, jurídica, regularização da construção e obtenção de alvarás, projetos de engenharia, organização de eventos, obtenção e recuperação de crédito, convênios médicos, segurança patrimonial e pessoal etc. Por exemplo, a empresa de consultoria Igreja Simples

⁵⁹¹ BALLOUSSIER, 2018.

⁵⁹² SHOPPING..., 2018.

⁵⁹³ Dado divulgado pela Igreja Lagoinha, disponível em: <<https://lagoinha.com/pagina/13059/sobre-nos>>. Acesso em 24 de ago. de 2020.

⁵⁹⁴ PHILLIPS, 2020.

⁵⁹⁵ PHILLIPS, 2020.

⁵⁹⁶ GORTÁZAR, 2020.

provê todos estes serviços para cerca de 1.000 clientes, por uma taxa operacional mensal de 398 reais para igrejas com até 300 fiéis e 498 para igrejas maiores. Outro exemplo, é a Nogueira Consultoria, que cobra 120 reais mensais por serviços deste tipo para mais de 500 igrejas, além de oferecer cursos online⁵⁹⁷.

⁵⁹⁷ BALLOUSSIER, 2018.

Capítulo 5 - Os Ricos do Brasil Contemporâneo

5.1. Quem São?

Apesar da relevância do tema, existem poucos estudos na Economia e na Sociologia sobre os ricos no Brasil. Em geral, esses estudos são de caráter quantitativo – procuram definir e captar qual o tamanho desse grupo.

Os estudos que utilizam os dados do IBGE⁵⁹⁸ têm problemas estruturais graves. A captação das informações sobre a renda através da auto-declaração leva à forte subestimação, especialmente da renda do capital, uma vez que os entrevistados não têm intenção de declarar seus ganhos ou os desconhecem⁵⁹⁹. Soma-se a isso o fato de os pesquisadores terem pouco ou nenhum acesso aos ricos, que não dão entrevistas.

Nos últimos anos, a Receita Federal concedeu acesso a alguns de seus dados, que permitiram uma melhor compreensão sobre os ricos brasileiros. O estudo de Pedro Souza, a partir dos dados da Declaração do Imposto de Renda, mostra que, em 2013, o 0,1% mais rico no Brasil era composto por 140,0 mil pessoas cuja renda média mensal era de 235,0 mil reais e o 1,0% mais rico, composto por 1,4 milhões de pessoas, ganhava em média 53,0 mil reais mensais. Vale dizer que a fração do 0,1% mais rico nos dados tributários é em média quase três vezes maior do que nas PNADs e 75,0% maior do que nos Censos⁶⁰⁰.

Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, também a partir da análise das Declarações do Imposto de Renda, mostram que, em 2013, havia 70,0 mil pessoas no topo da pirâmide dos super-ricos brasileiros, com rendimentos acima de 108,3 mil reais mensais. Abaixo, estariam outras 200,0 mil com rendimentos a partir de 54,2 mil reais mensais⁶⁰¹.

Apesar de a renda ser menos subestimada nos estudos baseados no imposto de renda, a evasão e a elisão fiscal são altas; os rendimentos mais elevados, como o do capital, são subdeclarados; os proprietários e a alta direção de empresas e bancos têm muitos de seus empregados e bens como carros, aviões e imóveis registrados em nome de suas respectivas instituições, que também pagam plano de saúde e outras despesas com cartões corporativos. Há também problemas na medição do rendimento de trabalhadores não assalariados, empregadores e trabalhadores por conta própria.

Outra questão é que todos esses estudos, baseados nos dados sobre o imposto de renda e do IBGE, estabelecem uma estratificação dos ricos a partir da renda, e não da riqueza.

⁵⁹⁸ Por exemplo, MEDEIROS (2005).

⁵⁹⁹ POCHMANN et al., 2004, p. 16.

⁶⁰⁰ SOUZA (2016).

⁶⁰¹ ORAIR & GOBETTI (2016).

A renda é um fluxo corrente, composto pela renda do trabalho (salário, remuneração do trabalho autônomo, *pro labore*, renda da profissão liberal), da proteção social, de aluguéis, juros e dividendos. Mas é o controle sobre ativos que gera os fluxos de lucros, dividendos e aluguéis que fluem para os ricos. Por isso, a riqueza deveria ser o ponto de partida de qualquer estudo quantitativo sobre o tema.

Há alguns relatórios de bancos, agências financeiras e consultorias internacionais que estimam o estoque de riqueza dos mais ricos. O Credit Suisse e o Boston Consulting Group, publicam anualmente um *Wealth Report* a partir da categoria *High Net Worth Individuals* (HNWIs), ou seja, aqueles com mais de 1,0 milhão de dólares disponível para investimentos e/ou em patrimônio, dependendo da metodologia. De acordo com o *Credit Suisse*, em 2018 o Brasil tinha 154,0 mil pessoas com mais de 1,0 milhão de dólares em ativos financeiros e reais⁶⁰².

Há também os números divulgados pela *Forbes* sobre os bilionários, calculado principalmente a partir do valor de mercado das ações. Enquanto em 2012 havia no Brasil 74 bilionários (em reais), esse número mais do que dobrou em 2015 (160 bilionários), chegando a 238 bilionários em 2020, em plena crise econômica (Anexo 1).

Mas, os dados financeiros e patrimoniais também estão longe de retratar a realidade, dado que o patrimônio é fortemente subestimado pelo valor nominal não corrigido de imóveis e ações, além de os números dos estudos de bancos, consultorias e revistas como a *Forbes* não considerarem parte importante da riqueza que está oculta em pessoas jurídicas, *trusts*, fundos de investimentos, dentro e fora do país, como têm mostrado os vazamentos de dados que apareceram no *Panama Papers* e no *Pandora Papers* sobre empresas *offshore*.

A despeito de suas limitações e diferentes metodologias, há quase um consenso entre os estudos quantitativos de que o Brasil é um dos países com maior concentração de renda e riqueza no mundo. Apontam também que o número de ricos aumentou, principalmente a partir dos anos 2000, e que houve aumento na desigualdade mesmo entre os mais ricos, isto é, a riqueza se tornou ainda mais concentrada.

Mas a discussão sobre quem são os ricos ganha uma perspectiva diferente frente ao retrato do Brasil apresentado na primeira parte desta tese: a questão não é quantificar ou estratificar os ricos, determinando seu patrimônio ou definindo o seu número, e sim de compreender o seu papel como controladores da riqueza social. São personificações de

⁶⁰² CREDIT SUISSE, 2018, p. 11.

relações econômicas que alteraram a estruturação da sociedade em seu próprio benefício, a partir de uma reorganização neoliberal.

Mais do que nomear essas pessoas, deve-se compreendê-las como personificações de categorias econômicas, como representantes de determinados interesses e relações de classe⁶⁰³. Os controladores do capital devem ser analisados, não em termos de pessoas em si (sua história e trajetória pessoal), mas como representantes de uma lógica de valorização do capital que paira acima deles e os obriga a obedecê-la, ainda que de maneira inconsciente.

A partir das mudanças na economia e de seus efeitos sobre as formas de riqueza e controle, é possível vislumbrar as transformações recentes na estrutura social. A enorme concentração de riqueza reformulou as estruturas de comando e de poder, criando uma nova hierarquia dos grupos sociais que dominam a economia a partir do controle que exercem sobre o dinheiro e sua aplicação na produção e da distribuição de bens e serviços.

Os ricos devem ser hierarquizados não apenas pelo tamanho do seu patrimônio, mas também pelo poder político e econômico que advém do controle de ativos. Seu poder não é fruto apenas da fatia de mercado que a sua empresa detém, mas do poder econômico que ela também exerce sobre fornecedores, clientes e instâncias públicas. Pode ser também o poder sobre a indústria cultural, que determina pautas de discussão políticas e sociais, controla os bens culturais, veicula propagandas e define estilos de vida e padrões de consumo. E também pode ser pelo seu prestígio social. Como disse Weber, esse é um dos principais determinantes da posição social, que torna *parvenus*, ricos com status social inferior.

A partir dessa lógica, pode-se categorizar os ricos brasileiros em alguns grupos.

No centro do poder estão os controladores das instituições financeiras. São proprietários dos grandes bancos múltiplos e de investimento, de grandes seguradoras, empresas de pagamento eletrônico, corretoras e plataformas de investimentos e gestores de fundos de investimentos nacionais e estrangeiros. Dentre todos os magnatas, pode-se dizer que são esses que comandam verdadeiramente a economia do país. Controlam todos os fluxos financeiros, determinam o futuro de negócios por meio do acesso ao crédito, dominam os principais veículos de comunicação e o Estado por meio do financiamento da dívida pública. É importante enfatizar que, principalmente por meio dos fundos de investimento, o setor financeiro controla parte importante de todos os outros setores da economia, do agronegócio a hospitais e escolas.

⁶⁰³ MARX, 1999, prólogo, p. XV.

Ao redor desse, há um outro grupo dominante que adquiriu um mando inédito sobre a economia, o que coloca seus membros como os super-ricos ou magnatas do país. São os proprietários de grandes grupos que dominam as atividades favorecidas pela rearticulação da economia e do Estado a partir dos anos 1990.

No agronegócio, a maior associação entre a grande empresa agrícola e o grande capital agroindustrial impulsionou a maior concentração e centralização do capital, produzindo muitos super-ricos ligados às principais etapas da cadeia: insumos, produção, distribuição, comercialização.

Em termos da produção agropecuária, os magnatas do campo são donos de conglomerados verticalizados, que atuam do plantio à comercialização. Em geral, são proprietários de latifúndios entre 250 mil a 500 mil hectares, responsáveis por grande parte do valor da produção agropecuária. Esses magnatas poderiam ser divididos em três principais tipos sociais: o “gaúcho” – denominação que abrange pessoas não apenas do Rio Grande do Sul, mas também de Santa Catarina e do Paraná, que migraram para o Centro-Oeste durante as décadas de 1970 e 1980; os empresários de outros setores, como o financeiro, o varejo, a saúde, a educação e a comunicação, que diversificaram seus investimentos; e o de famílias tradicionais, já proprietárias de terras há anos.

Na agroindústria, são controladores dos grandes grupos oligopolísticos vinculados principalmente ao processamento de proteína animal; no mercado de insumos, ao mercado nacional de fertilizantes; na distribuição, às empresas que receberam aporte de fundos de investimento.

Num nível abaixo, existem os proprietários de empresas menores, geralmente de porte médio, que apresentaram alto faturamento e auferiram grandes lucros nas últimas décadas. Ao redor das grandes empresas e dos proprietários do agronegócio, há uma “franja” que acompanhou o crescimento do setor e se enriqueceu. Há diferentes cortes para a definição da categoria de média empresa, mas, de forma aproximada, são empresas cujo número de funcionários varia entre 100 e 500 pessoas, e sua receita operacional entre 4,8 milhões a 300,0 milhões de reais⁶⁰⁴. De acordo com os dados do IBGE de 2018, na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, existiam no Brasil 148 empresas com 250 a 499 funcionários e 372 empresas com 100 a 249 funcionários.

Muitos controladores dessas empresas, quase sempre de origem familiar, formam a base dos ricos do setor, com poder e riqueza menores. Poderiam ser divididos em dois tipos.

⁶⁰⁴ Categoria utilizada pelo BNDES.

O primeiro deles é composto por médias empresas comerciais que vendem insumos e máquinas agrícolas ou empresas que vendem todo tipo de serviço como sistemas para manejo de lavoura e pecuária, pulverização de culturas, avaliação de solos, pesquisa genética etc. O segundo tipo é formado por médios empresários e proprietários de terras que vendem seus produtos para marcas próprias de grandes redes supermercadistas e para a agroindústria.

Ainda que existam vários industriais ricos, o setor se tornou especializado em bens de consumo correntes, partes mais simples dos processos industriais e em montagem final dos produtos, ficando obsoleto em relação à III Revolução Industrial e Tecnológica e menos relevante para a produção de riqueza no país. Com a abertura comercial, restaram cada vez menos magnatas ligados aos setores de bens de capital, de bens básicos e intermediários e de duráveis. Muitos enriqueceram ao se tornarem controladores de empresas privatizadas durante o governo Fernando Henrique, em setores como o do aço e o de infraestrutura – elétrico, de telefonia, rodoviário, ferroviário, portuário.

Apesar da decadência do sistema industrial, ainda há setores que produzem riqueza em escala significativa, como o de alimentos e bebidas, cosméticos, calçados e farmacêutico. Como já mencionado, na maioria dos casos, essas empresas cresceram fazendo IPOs ou vendendo o seu controle para fundos e empresas estrangeiras. Deve-se sublinhar que, com a desnacionalização da indústria brasileira, muitos ricos ligados ao setor não são proprietários ou controladores diretos, mas executivos e gestores de multinacionais.

Há também uma gama de empresas de médio porte importante em alguns desses setores. De acordo com os dados do IBGE de 2018, na indústria de transformação existiam 1.837 empresas que possuíam entre 250 e 499 funcionários e 5.125 empresas que possuíam entre 100 e 249 funcionários. Alguns de seus proprietários auferem lucros significativos e formam a base dos industriais ricos do Brasil, caracterizados por dois tipos. Um exemplo é o de empresas de médio porte que fornecem equipamentos, serviços especializados de engenharia e partes e componentes dos mais diversos tipos. Há também empresas médias no setor de bens de consumo, que produzem bens intermediários para grandes empresas ou vendem diretamente para os consumidores finais, com marcas próprias ou não.

Mais recentemente surgiu uma nova cepa de super-ricos provenientes do setor varejista, principalmente supermercadista, eletromoveleiro, de drogarias e perfumarias e de vestuário. São proprietários de grandes redes que cresceram ancoradas no alto coeficiente de importações e na venda a crédito. Muitos destes super-ricos, inclusive, estão localizados fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, em regiões que passaram a apresentar maior dinamismo em razão do agronegócio.

Também nas novas corporações ligadas à gestão se viu uma centralização extraordinária de mercado, que foi acompanhada pelo controle da *expertise* e da acreditação das melhores práticas de gestão e controle. Na advocacia, propaganda, relações públicas, contabilidade, auditoria, gestão da informação surgiram oligopólios importantes que criam proprietários e sócios (*partners*) ricos.

A crescente mercantilização dos bens públicos e a penetração da lógica rentista em seus negócios também produziu magnatas. São controladores dos grandes grupos da educação superior, de sistemas de ensino, editoras e serviços educacionais. Na saúde, são proprietários de grupos hospitalares, de laboratórios e de planos de saúde. São também controladores de grandes empresas privadas de segurança, principalmente aquelas especializadas em vigilância patrimonial, contratadas por pessoas jurídicas como bancos, *shoppings*, restaurantes, supermercados, escolas, hospitais, condomínios etc.

A crise social também produziu alguns bilionários e multimilionários. Entre os magnatas brasileiros estão aqueles que ocupam os altos postos do comando de grandes empresas do crime como o PCC. A maior centralização e burocratização da organização criou uma camada considerável de ricos vinculados à sua gestão nas mais diversas áreas: advocacia, atividades financeiras, segurança, logística etc.

A indústria cultural cresceu em tamanho e importância e tomou novas formas. Além dos magnatas dos grandes grupos de mídia que controlam os principais veículos de TV, rádio, jornais e revistas, as novas mídias ampliaram o comando dos grupos já estabelecidos e criaram novos super-ricos, proprietários das principais plataformas de distribuição de conteúdo. Subordinados a essas megaempresas de mídia, existe uma ampla camada de milionários, formada pelos profissionais típicos da indústria cultural voltados para o entretenimento, como celebridades, artistas, modelos, jogadores de futebol, apresentadores de programas televisivos, *youtubers*, cantores, participantes de *reality shows* etc.

A salvação das almas e a religião foram invadidas pelas igrejas neopentecostais que, com sua “teologia” da prosperidade, produziram alguns bilionários e multimilionários. São proprietários de vários veículos de comunicação, mas também de centenas de templos e outros negócios como editoras e gravadoras.

Além dos capitalistas propriamente ditos, há ainda uma camada de ricos formada pelos funcionários mais qualificados do dinheiro, gestores do alto escalão burocrático dos principais grupos empresariais do país. Apesar de não serem os detentores do capital, trata-se de um grupo relevante, social, simbólica e economicamente, que ocupa postos elevados nas hierarquias institucionais da sociedade moderna.

Como mencionado anteriormente, o fato de seus rendimentos estarem crescentemente atrelados aos ganhos provenientes da valorização de ativos financeiros transformou gestores e CEOs em multimilionários (Tabela 40). De acordo com o levantamento publicado no *Valor Econômico*, o salário médio anual de um CEO no Brasil foi de 11,1 milhões de reais em 2019, valor 600 vezes maior que a remuneração média paga aos funcionários das próprias companhias⁶⁰⁵. Essa discrepância está muito acima de países como a Suécia (60 vezes mais) e mesmo os Estados Unidos (265 vezes mais). Além do setor financeiro, as empresas de setor de consumo e varejo, frigorífico, educação e saúde são as que apresentam maiores discrepâncias entre os rendimentos dos CEOs e dos demais funcionários da companhia.

⁶⁰⁵ SCHINCARIOL, 2020.

Tabela 40 - Remuneração média por diretor estatutário (média de gasto contábil anual *per capita* de empresas com diretores – R\$ mil/ano)

Empresa	Ranking	Total média	Fixa	Variável	Ações	Outros
Vale	1º	23.837	5.037	6.862	2.424	9.514
B3	2º	23.258	2.192	3.105	10.945	7.017
Itaú Unibanco	3º	13.506	1.186	3.832	8.389	98
Oi	4º	13.267	6.977	5.750	410	130
Pão de Açúcar - GPA	5º	13.024	5.436	3.972	3.616	0
Hypera	6º	10.601	1.994	8.249	357	0
Gerda	7º	10.474	3.437	3.981	2.059	996
Kroton	8º	10.296	2.279	4.059	3.957	1
CVC	9º	10.092	1.697	4.309	4.086	1
Multiplan	10º	9.826	2.107	3.018	4.701	0
Klabin	11º	8.683	3.674	2.965	2.043	1
Cielo	12º	8.588	1.593	1.793	695	4.507
CPFL Energia	13º	7.794	3.422	2.338	0	2.033
Carrefour (Atacado)	14º	7.776	2.817	2.519	1.127	1.312
CSN	15º	7.768	3.016	4.730	0	23
BRF	16º	7.767	3.663	0	2.740	1.365
Bradesco	17º	7.680	2.043	2.121	0	3.516
Natura	18º	7.383	1.818	1.574	1.319	2.672
BR Malls	19º	6.702	1.209	1.026	4.378	89
Lojas Americanas	20º	6.681	2.660	1.763	2.259	0
Eneva	21º	6.568	2.011	4.557	0	0
Rumo	22º	6.483	1.412	4.517	525	29
Even	23º	6.431	1.636	0	3.770	1.026
Via Varejo	24º	6.346	2.391	2.498	1.414	52
Braskem	25º	6.273	1.787	4.417	0	70
Ultrapar	26º	6.251	3.116	1.522	200	1.413
Santander	27º	6.197	2.523	1.837	1.837	0
Localiza	28º	6.190	3.768	478	934	1.010
Lojas Renner	29º	6.114	1.315	1.759	3.041	0
Raia Drogasil	30º	5.900	1.816	1.301	2.513	271

Fonte: Valor Econômico (2018), baseados nos dados divulgados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5495203/so-metade-da-bolsa-revela-salario-de-diretor>>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

O diretor-presidente e os demais diretores têm remunerações ainda maiores do que as citadas acima, especialmente no sistema financeiro. Em 2018, o diretor-presidente do Itaú-Unibanco recebeu entre salários, bônus e outras vantagens 46,0 milhões de reais, o equivalente a quase 4,0 milhões por mês. O diretor-presidente do Santander recebeu no mesmo ano 43,1 milhões e, o da B3, 37,0 milhões de reais⁶⁰⁶.

⁶⁰⁶ TAKAR, 2019.

Abaixo deles, muitos outros funcionários mais qualificados, como engenheiros de produção que nada produzem, físicos e matemáticos que criam modelos econométricos e algoritmos de investimentos, advogados empresariais e consultores de investimento, também amedham patrimônios consideráveis no Brasil contemporâneo.

5.2. Como Vivem?

Este item descreve alguns aspectos da vida privada dos endinheirados brasileiros. Não se pretende fazer uma etnografia ou um estudo exaustivo, mas apresentar em linhas gerais como seus padrões de vida se descolaram do restante da população e mesmo da alta classe média.

Os padrões de consumo e os estilos de vida que serão apresentados se referem aos ricos em geral (multimilionários e milionários), e não aos bilionários e magnatas que controlam a economia, tendo em vista a dificuldade de acesso a esses dados. A maior parte deles se esconde atrás de um amplo esquema de proteção e não tem interesse em revelar sua vida privada, profissional ou política⁶⁰⁷.

Mas, em linhas gerais, pode-se dizer que os magnatas e bilionários diferem dos demais ricos em termos do número de mansões e casas dentro e fora do país; do número de carros de luxo; da quantidade e tamanho de seus aviões, helicópteros e iates particulares; do exército de funcionários e profissionais para cuidar e gerenciar os seus bens e sua vida pessoal e familiar. Sempre que possível, ao longo do texto, serão apresentados alguns exemplos de suas diferenças em relação ao resto dos ricos.

O crescimento da oferta de serviços e bens de luxo no Brasil, especialmente a partir de meados dos anos 2000, mostra que houve um aumento do exército de dependentes dos padrões de consumo dos ricos: no morar, no vestir, no comer, no festejar, na educação dos filhos, nas férias, nos cuidados de si. O dispêndio dos ricos criou empregos, reforçando a desigualdade social através da formação de círculos concêntricos de renda.

As fontes de pesquisa utilizadas foram diversas: revistas de luxo, catálogos, jornais, *sites* de empresas e de formadores de opinião, livros, dissertações e teses, que contemplam os hábitos de consumo dos ricos no Brasil e seus estilos de vida. Foi realizado também um levantamento da rede de fornecedores e prestadores de serviços da “alta sociedade brasileira”, enfatizada no texto por meio de exemplos.

A pesquisa contou com entrevistas com vários prestadores de serviços para os

⁶⁰⁷ PAGE et al., 2018, pp. 3-4. Apesar de os autores se referirem especialmente aos bilionários norte-americanos, o mesmo vale para o Brasil.

ricos, como diretores de hospitais e de escolas, diretores de *shoppings*, funcionários da área de vendas do comércio de luxo de iates e aviões, com a finalidade de cancelar os dados previamente levantados, bem como estabelecer linhas de análise mais consistentes.

A utilização das redes sociais mostrou-se de grande valia para este trabalho. Evidentemente, foram tomados os devidos cuidados para excluir informações vinculadas a propagandas de serviços e produtos.

A pesquisa se delimitou em grande medida ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, tanto pela concentração de ricos e maior oferta de bens de luxo nesses centros urbanos, mas também pela maior facilidade de acesso aos dados em tais regiões.

5.2.1. My house, my castle

Começemos pela casa, principal *locus* da vida privada e reflexo importante dos padrões de consumo e do comportamento de seus habitantes.

Os endinheirados brasileiros moram em edifícios de alto padrão, condomínios fechados de luxo e refúgios – segundas casas, no Brasil ou no exterior, muitas vezes situadas em lugares privativos, afastados ou exóticos.

Sua localização é comumente concentrada, uma vez que a formação de um “subsistema econômico” ao redor da desigualdade social pressupõe também a formação de um subsistema geográfico. O modelo atual de urbanização brasileira, guiado crescentemente pela especulação imobiliária, aprofundou ao longo dos últimos anos o processo de “gentrificação”. Isto é, a crescente sofisticação e enriquecimento de uma região elevaram os custos de vida e expulsaram os seus habitantes mais antigos. Os mercados, bares e comércios locais são paulatinamente substituídos por bistrôs, supermercados de alto padrão, lojas de grandes marcas, enotecas etc.

Enquanto os ricos das grandes metrópoles vivem em áreas arborizadas e de fácil acesso, parte considerável do seu exército de funcionários percorre distâncias cada vez maiores para chegar ao trabalho, além de enfrentar ônibus lotados e trânsito para poder servi-los. Para economizar tempo e evitar imprevistos, não à toa, vários empregados acabam morando com os patrões.

Em 2006, 94,5% dos principais membros da sociedade tradicional carioca moravam na Zona Sul⁶⁰⁸. Apesar de a Barra da Tijuca concentrar muitos ricos, estes são emergentes, o que faz o lugar ser rejeitado pelos membros da elite tradicional, apesar de investirem muito na área, por meio da compra de terrenos e imóveis comerciais e

⁶⁰⁸ GODIM, 2006.

residenciais⁶⁰⁹.

O mesmo acontece na cidade de São Paulo. Muitos dos edifícios residenciais mais caros da cidade estão dispostos num raio de 2,5 quilômetros⁶¹⁰, num espaço que compreende Morumbi, Jardins, Itaim Bibi e Vila Nova Conceição (**Quadro 3**). Os condomínios ficam próximos a locais como Parque do Ibirapuera, restaurantes badalados e escritórios da Faria Lima. Trata-se de apartamentos acima de 15 milhões de reais e que chegam a 30 mil reais o m², em grande medida com um estilo neoclássico e alguns traços europeus⁶¹¹.

Quadro 3 - Edifícios residenciais acima de R\$ 15 milhões em São Paulo em 2019

Condomínio	Ano	Bairro
Clemont Ferrant	1994	Vila Nova Conceição
Edifício Mirage	2000	Vila Nova Conceição
Frederic Chopin	2002	Pinheiros
Calla Di Volpi Romazzino	2003	Itaim Bibi
Chateau Margaux	2003	Vila Nova Conceição
L' Essence Vila Nova Conceição	2003	Vila Nova Conceição
L' Essence Jardins	2004	Jardim América
Chateau Petrus	2007	Jardim Paulistano
George Sand	2007	Jardim Paulistano
Maison Madeleine	2007	Vila Nova Conceição
Edifício Lindenberg Leopoldo	2008	Jardim Guedala
Franz Schubert	2008	Pinheiros

Fontes: Pesquisa realizada pelo Portal 123i, *site* especializado em venda e aluguel de imóveis em São Paulo.

Quando Adolpho Lidenberg, dono de uma das principais construtoras de apartamentos de luxo de São Paulo, começou a fazer seus prédios, seus clientes eram os ricos tradicionais que iam para a Europa e voltavam querendo morar em lugares com a cara de Paris⁶¹². Apesar da maior parte dos moradores ser de famílias mais tradicionais, esses empreendimentos abrigam vários novos ricos que “*moram no L'Essence para chamar a atenção e precisam chamar alguém para arrumar a mesa de jantar*”, conforme disse um dos arquitetos da construtora⁶¹³. O aspecto palaciano e monumental é o que predomina nessas residências.

Os apartamentos em questão possuem pelo menos quatro suítes e vagas na garagem para até 12 carros (em média, os apartamentos têm vagas para 8 carros). Como

⁶⁰⁹ LEMOS, 2008, p. 80.

⁶¹⁰ BARROS, 2017.

⁶¹¹ Valores de 2019.

⁶¹² PULICI, 2015, p. 241.

⁶¹³ Ibidem, p. 247.

mentionado por um arquiteto-paisagista dos apartamentos de luxo com estilo neoclássico de São Paulo:

Você vê, é grande a entrada principal, você vê o tipo de vegetação. Mas o que é que eu tenho aqui no térreo? Eu tenho um grande estacionamento. Por quê? Porque as pessoas querem mostrar os seus carros, está certo? Eu vou visitar o meu amigo, eu quero mostrar o meu novo Porsche, que eu acabei de comprar⁶¹⁴.

Alguns apartamentos trazem cômodos como sala de lareira, sala de apoio, sala de cinema, adega, galeria, quarto de vestir, terraço social, rouparia e jardim de inverno. Os apartamentos do Edifício L'Essence Jardins possuem aquecimento no piso. Outros têm saletas e dependências de empregados formadas por duas suítes. Contam com aquecimento central, quadras poliesportivas, pistas de *cooper*, quadra de *squash*, ginástica, saunas e até espaço zen⁶¹⁵.

Interessante notar os nomes dos condomínios. Alguns com nomes de castelos, palácios e mansões, escritos em francês ou italiano. No caso da Barra da Tijuca seus dois primeiros condomínios chamavam-se Nova Ipanema e Novo Leblon⁶¹⁶, fazendo alusão aos bairros onde mora a alta sociedade tradicional do Rio de Janeiro. Nomes de músicos renomados também são comuns: Franz Schubert e Frédéric Chopin. Em um condomínio na Barra da Tijuca, há ruas que levam o nome de pintores impressionistas, cujas obras sequer são apreciadas pelos ricos nos museus e em suas viagens internacionais. Para sanar problemas relacionados à falta de referências culturais, alguns condomínios contam com um historiador da arte para oferecer cursos para seus compradores, conforme relata em entrevista um gerente da empreendedora:

Quando vendemos esses apartamentos, patrocinamos um curso aqui mesmo no condomínio, para ensinar aos futuros moradores, algumas noções de história da arte. Assim, eles se sentem mais integrados ao conceito do empreendimento. Eles acham tudo muito chique e adoram se sentir parte de um ambiente sofisticado. Mas, a maioria, não tem qualquer conhecimento. Fazemos isso para eles⁶¹⁷.

Evidentemente, essa diferença de nível cultural entre ricos tradicionais e novos

⁶¹⁴ Ibidem, p. 245.

⁶¹⁵ WILTGEN, 2016.

⁶¹⁶ LEMOS, 2008.

⁶¹⁷ Ibidem, p. 82.

ricos varia, conforme fala um morador rico da Zona Sul do Rio de Janeiro, entrevistado por Luiz Henrique Lemos:

Existe uma massa de novos ricos na Barra da Tijuca. Geralmente pessoas meio burrinhas. Eu tenho um caso para te contar: eu tenho uma conhecida que mora na Barra da Tijuca e tem uma casa em Miami. Parece que todos que têm casa na Barra têm também em Miami. Todo ano ela vai fazer o mesmo cruzeiro pelas Bahamas. Ela mora naquele condomínio que tem um campo de golfe. Ela participou de uma viagem para Nova Iorque com meu grupo de amigas. Ela tinha casa em Miami e já tinha ido ‘trezentas vezes’ a Nova Iorque. Ela ficou deslumbrada com a nossa viagem, porque nunca tinha entrado num museu. Nunca tinha assistido a um musical na Broadway. Só ia a Nova Iorque para fazer compras⁶¹⁸.

Além do espaço privilegiado, os edifícios de luxo contam com serviços comparáveis aos de hotéis cinco estrelas. É o caso do Palazzo Lumini, condomínio de alto padrão em Curitiba, com apartamentos de 1.440 m², serviços de gastronomia 24 horas e spa. Possui também heliponto, campo de golfe, garagens especiais e uma piscina por andar. A área comum conta com um bar inglês, brinquedoteca, pista de *cooper*, salão de festas, lareira coletiva, *fumoir*, gazebo, quadra de tênis e salão de beleza. O apartamento possui terraço gourmet, adega automatizada, sala de jantar, cristaleira particular, suítes e salas de banho⁶¹⁹.

Vários condomínios de luxo oferecidos pela Carvalho Hosken⁶²⁰ na Barra da Tijuca contam com transporte exclusivo para os principais destinos nos arredores. A construtora também oferece em seu portfólio bairros planejados com escolas, centros comerciais, jardins temáticos, trilha ecológica plana e um acervo com obras de artistas contemporâneos como Ascânio MMM, Franz Waissmann, Sonia Ébling⁶²¹. Em 2005, lançaram um condomínio de luxo, o Residencial Bernini, com lava a jato na garagem e funcionários com uniformes desenhados pelo estilista Carlos Tufvesson⁶²².

Quanto às mansões dos ricos brasileiros, em São Paulo muitas delas estão concentradas no Jardim Europa e região (**Quadro 4**). A casa de João Dória, por exemplo, tem 3.300 m² de área construída, em um terreno de 7.031 m². A casa de Joseph Safra tem 130

⁶¹⁸ Ibidem, pp. 195-196.

⁶¹⁹ ALTO..., 2014.

⁶²⁰ Carlos Carvalho, da Carvalho-Hosken, é, junto com Tjong Hiong Oei e Pasquale Mauro, um dos maiores proprietários de terras da Barra da Tijuca. (CEZIMBRA & ORSINI, 1996, p. 10).

⁶²¹ Informação disponível no *site* da Carvalho Hosken em: <<http://www.carvalhohosken.com.br/>>. Acesso em 10 de mai. de 2019.

⁶²² LEMOS, 2008, p. 82.

cômodos, cinco andares e uma piscina subterrânea, protegida por um muro de cinco metros de altura e muitas seguranças.

Quadro 4 - As dez maiores mansões de São Paulo em 2016

	Proprietário	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)	Valor estimado (R\$ milhões)
1	Família Safra, dona do banco de mesmo nome	21.862	10.868	97
2	Edemar Cid Ferreira, ex-controlador do Banco Santos	8.182	7.888	62
3	Família Constantino, fundadora da Gol Linhas Aéreas	6.250	6.425	43
4	Rolf Roberto Baumgart, da família fundadora do Center Norte	5.166	5.053	29
5	Abram Szajman, empresário e presidente da Fecomercio	4.625	4.059	32
6	Luiz Roberto Ortiz Nascimento, da família fundadora da Camargo Corrêa	4.511	3.973	32
7	Kiyoteru Yonamine, da família fundadora da Panco	3.582	3.835	24
8	Fausto Silva	4.635	3.716	32
9	Jorge Antonio Miguel Yunes, fundador da editora Ibep	7.230	3.511	96
10	João Doria, empresário e governador de São Paulo	7.031	3.304	46

Fonte: *Folha de São Paulo* a partir dos dados da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1794831-mansoes-de-safra-faustao-e-doria-estao-entre-as-dez-maiores-de-sp.shtml>>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

A “segunda casa” da família também é um empreendimento diferenciado, quase sempre em um complexo que compreende casas e hotéis. O caso mais emblemático é o da Fazenda Boa Vista, no interior de São Paulo, local onde opera uma filial do Hotel Fasano. De acordo com a pesquisa realizada no *site* da JHSF, um terreno de 5.043 m² valia aproximadamente 10,1 milhões de reais em 2021⁶²³.

Trata-se do único empreendimento no Brasil com dois campos de golfe de 18 buracos projetados por dois renomados escritórios internacionais. Cada campo tem seu

⁶²³ Informação disponível no *site* da JHSF em: <<https://realestate.jhsf.com.br/imovel/fazenda-boa-vista-qxi-l01>>. Acesso em 19 de jun. de 2021.

próprio *clubhouse*, um local para petiscos e brindes proporcionados pelo Fasano após as partidas, e *fairways* totalmente integrados à paisagem, com percurso entre lagos e matas nativas. O lugar também contempla uma pista de *triathlon* completa. Para as crianças, existe um curral adaptado, a chamada “Fazendinha”, “com toda segurança, sob a supervisão de uma equipe especialmente treinada, [onde] as crianças podem observar e alimentar galinhas, coelhos, pavões, além de ordenhar vacas e tomar o leite recém-tirado”⁶²⁴. O espaço também dispõe de um centro equestre com modernas instalações para a prática de salto e polo, além de picadeiro coberto, pista de grama e de areia, veterinários e salas para tratadores. Além das impecáveis cocheiras para 200 cavalos, há dois campos de polo de categoria internacional.

Um artigo da revista *Vogue Casa*⁶²⁵, descreve com detalhes uma das residências da Fazenda Boa Vista, dividida em três seções: a que abriga a generosa sala e a cozinha, no térreo; o apartamento dos proprietários, acima; e os quartos dos caseiros, abaixo. Os banheiros foram projetados com rasgos no teto dos boxes, de onde se pode ver o céu, o sol, a lua. A sauna possui uma sala de repouso espelhada e as espreguiçadeiras da piscina vieram de Miami.

Recentemente, a Fazenda Boa Vista ganhou uma extensão ainda mais luxuosa, o Boa Vista Village, com uma área de 1,5 milhões de m². Além de todos os serviços já existentes, o novo empreendimento terá centro comercial de 20 mil m², formado por lojas nacionais e internacionais, restaurantes, cinema, teatro, escola, galerias de arte, supermercados, *family office* etc. Outra novidade será a piscina para prática de *surf* com ondas de até 22 segundos e 2,8 metros de altura. Enfim, uma espécie de cidade só para os ultrarricos.

Além da Fazenda Boa Vista, existem outros condomínios com propostas similares próximos à cidade de São Paulo, como o Haras Larissa, o Quinta da Baronesa e o Fazenda da Grama. Todos possuem campos de golfe, o Haras Larissa e o Quinta da Baronesa possuem hípicas, e o Fazenda da Grama possui uma praia artificial com ondas de 0,5 a 2,0 metros de altura.

No Rio de Janeiro, um exemplo de condomínio de luxo é o Portobello Resort em Mangaratiba, onde o jogador de futebol Neymar e muitos condenados por corrupção têm residências. Neymar comprou sua casa de 10 mil m² por 28 milhões de reais em 2016. A propriedade possui seis suítes, heliponto, quadra de tênis, espaço *gourmet*, adega subterrânea climatizada com capacidade para três mil garrafas, *spa* com *jacuzzi* aquecida, sauna a vapor, sala de massagem, uma moderna academia e vaga para lancha de grande porte. Além de ser

⁶²⁴ Informação disponível no *site* da Fazenda Boa Vista em: <<https://boavista.com.br/#amenities/3>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁶²⁵ ZOBARAN, 2016.

um condomínio de luxo, o lugar funciona como *resort* e safári para turistas, com diárias de aproximadamente 1.000 reais⁶²⁶.

A expansão dos condomínios de luxo também ocorreu em cidades importantes do agronegócio. Na cidade baiana de Luís Eduardo Magalhães foram construídos dois condomínios de alto padrão em 2004, com sessenta casas, aeroporto particular, campo de golfe com 80,0 mil metros quadrados e um clube com parque aquático. Até o início dos anos 1990, o único empreendimento que existia no lugar era um posto de gasolina na beira da estrada⁶²⁷.

Também é praxe entre os ricos ter imóveis fora do país, principalmente nos Estados Unidos e, mais recentemente, em Portugal, quando o país começou a oferecer vistos de residência para não europeus que comprassem imóveis no valor de mais de 500 mil euros. De acordo com o Banco Central, os dois países responderam por 51,0% do investimento recorde de brasileiros em imóveis no exterior em 2017, somando 3,2 bilhões de dólares⁶²⁸.

Nos Estados Unidos, a maior parte dos ricos brasileiros tem imóveis em Miami e Orlando, mas também em Los Angeles. De acordo com a Receita Federal, os brasileiros são a segunda nacionalidade que mais adquire imóveis em Miami, responsáveis por 12,0% da compra de imóveis da cidade, e também os que compram os imóveis mais caros⁶²⁹. 26,0% dos apartamentos do Edifício 1000 Museum, inaugurado em 2017 em Miami e desenhado por Zaha Hadid, foram comprados por brasileiros, contra 24,0% adquiridos pelos próprios americanos⁶³⁰. São 83 apartamentos que custam de 5 milhões a 15 milhões de dólares. O prédio possui heliponto, cinema e dois andares de *spa*. Em 2019, dez famílias brasileiras compraram apartamentos no empreendimento de luxo Turnberry em Miami, cujos preços variam entre 3,5 milhões a 35 milhões de dólares⁶³¹. O prédio possui três restaurantes, três piscinas, unidades com área de 1.800 metros quadrados e um aeroporto particular.

Muitos têm apartamentos em Nova Iorque. Joesley Batista, da JBS, possui um duplex na Olympic Tower na Quinta Avenida, comprado de Nizan Guanaes, cujo valor de mercado em 2017 era de 20 milhões de dólares. Joesley manteve o motorista, as copeiras e as cozinheiras. O preço do condomínio e impostos custam 12 mil dólares por mês⁶³².

Em Portugal, o destino favorito é Lisboa. Por exemplo, Regina de Camargo Dias, uma das três irmãs que controlam a construtora Camargo Corrêa, está entre os brasileiros de

⁶²⁶ Valor de 2019.

⁶²⁷ SALGADO, 2004.

⁶²⁸ DURÃO, 2018.

⁶²⁹ RECEITA..., 2017.

⁶³⁰ SILVA, 2014.

⁶³¹ CUNHA, 2019.

⁶³² CARNEIRO, 2017.

alta renda que compraram imóveis onde o preço chegava a 10 mil euros por metro quadrado em 2019⁶³³.

ii.

As casas dos ricos brasileiros possuem particularidades em relação às similares de outros países. O estúdio inglês Yoo, responsável por importantes projetos residenciais e de hotelaria de alto padrão pelo mundo, teve que adaptar seus projetos ao gosto dos ricos brasileiros, por terem academias dentro de casa e pela separação entre a área social e a cozinha, dado que “o cliente desse tipo de empreendimento costuma ter uma equipe de funcionários”⁶³⁴. Aliás, uma outra explicação pela preferência pelo estilo neoclássico em contraposição ao moderno é justamente a delimitação marcada dos ambientes:

[...] poder-se-ia perguntar se a resistência à planta livre que atenua a separação entre o setor social e o setor de serviços – e, consequentemente, nossas arraigadas formas hierárquicas de sociabilidade – não explicaria, ao menos parcialmente, esse desgosto pelo modernismo⁶³⁵.

Os projetos são assinados por arquitetos, decoradores e *designers* de interiores, com participações em mostras de renome – como Casa Cor São Paulo –, muito presentes em revistas especializadas – como Casa Claudia e Casa Vogue – e com atuação internacional, principalmente em Miami. Entre os arquitetos mais requisitados entre os ricos brasileiros está Sig Bergamin, conhecido pelo seu maximalismo e jeito irreverente de misturar cores, tecidos e texturas. O arquiteto, que possui um escritório no Jardim América, mora também em Nova York, Miami e Paris.

Os projetos são personalizados e com riqueza de detalhes. Esses arquitetos optam geralmente por materiais como mármore, tapeçarias, além de muita madeira e vidro. Mesclam estilos modernos e clássicos, utilizando obras de arte e mobiliário antigo ou exclusivo, às vezes assinados pelos próprios arquitetos. Lustres de cristal e itens em tons de dourado compõem a decoração.

Éder Meneghini, que já fez mais de mil projetos de decoração de mansões na Barra da Tijuca⁶³⁶, diz colocar em seus projetos amarelo-ouro (“emergente adora amarelo, que é a

⁶³³ ALMEIDA, 2019.

⁶³⁴ MORAR..., 2015.

⁶³⁵ PULICI, 2015, p. 252

⁶³⁶ CEZIMBRA & ORSINI, 1996, p. 17.

cor do ouro”), hidromassagens de mármore italianos, além de quadros berrantes e retratos pintados a óleo da família⁶³⁷. O mesmo arquiteto, em entrevista concedida à Diana Nogueira de Oliveira Lima, disse se ver como uma espécie de “mediador cultural”, por orientar os emergentes a terem aquilo que deveria ser almejado por eles, sem que ao menos saibam⁶³⁸. O principal objetivo desse tipo profissional é o de garantir *status* ao cliente, conforme disse um arquiteto de renome dos apartamentos de luxo de São Paulo:

o status é uma coisa importante, eu não estou falando de status no sentido de preconceito [...]. Prestígio, se sentir honrada, sentir que ela fez um grande sacrifício na vida e ela conseguiu. Então essa questão de status é fundamental, porque é a coisa externa, é como eu me apresento para a sociedade, é como eu me apresento no meu entorno⁶³⁹.

Móveis, artigos de decoração e utensílios são comprados em lojas sofisticadas com curadoria especializada, inclusive internacionais, como na Boca do Lobo em Portugal.

Entre os móveis de *design* assinado mais requisitados pelos ricos brasileiros estão os dos irmãos Humberto e Fernando Campana, conhecidos pelos seus altos preços. O apresentador Pedro Bial, por exemplo, tem um sofá desenhado pelos irmãos no valor de 120 mil reais⁶⁴⁰.

Uma das criações mais polêmicas dos irmãos Campana foi a que levou o nome “Favela” produzida pela empresa italiana Edra, de móveis feitos com ripas de madeira pinus sobrepostas de forma irregular. A pobreza, tão distante de seus clientes, é vista como “exótica” e “excêntrica”⁶⁴¹. Disse um dos irmãos em entrevista para a *Revista Exame* em 2017:

Existe um ruído na minha cabeça e na do meu irmão, que só agora, que estamos mais próximos de comunidades carentes, percebemos. Na época em que a idealizamos vimos muita beleza na construção espontânea das casas, de preencher espaços vazios com pedaços de madeira, mas agora questionamos o nome da obra. Nós não entendíamos o ar pejorativo que a palavra “Favela” tem nas pessoas⁶⁴².

Nos últimos anos, várias marcas do mercado de luxo de vestuário e joalheria entraram no segmento de artigos para casa, como Versace, Hermès, Gucci, Fendi, Tiffany e

⁶³⁷ LEMOS, 2008, p. 86.

⁶³⁸ LIMA, 2004, p. 19.

⁶³⁹ PULICI, 2015, p. 246

⁶⁴⁰ PEDRO..., 2020.

⁶⁴¹ A esse respeito ver FERREIRA (2011).

⁶⁴² CERIONI, 2917.

Louis Vuitton. Vendem itens exclusivos – louças, móveis, papéis de parede, almofadas – feitos em parceria com renomados ateliês. Em 2017, entre os itens da lista de casamento de Marina Ruy Barbosa e Xande Negrão na H.Stern Home estavam um vaso de 37 cm da marca Baccarat (43,8 mil reais), uma baixela com sete peças (31,8 mil reais), um faqueiro com 130 peças (26,8 mil reais) e um jogo de 24 taças de Bordeaux (1,6 mil reais)⁶⁴³.

No mercado nacional, a marca de Tânia Bulhões, esposa de Pedro Grendene, é uma grande referência no mercado de alto segmento de artigos para casa. Inaugurada em 2005, a Tânia Bulhões Home tem um imóvel inspirado em um palacete francês de 3 mil metros cúbicos em São Paulo, cujo investimento foi de 7 milhões de reais. A maior parte dos 18 mil itens expostos no dia da inauguração foram escolhidos pessoalmente em viagens às fábricas de Christofle, Baccarat, Limoges, Sèvres e Vista Alegre⁶⁴⁴.

Uma boa área verde é considerada um diferencial importante em condomínios de alto padrão em cidades como São Paulo. Nessas casas, o trabalho do paisagista dialoga com o do arquiteto, por estarem os jardins integrados à residência. Além de ser o lugar de contemplação e relaxamento dos moradores, os jardins cumprem papel de sustentabilidade e eficiência da casa ao regular a temperatura do ambiente e absorver a água da chuva. Os jardins, internos e externos, são compostos por uma variedade considerável de plantas, geralmente um híbrido de plantas nativas brasileiras e plantas exóticas de outros países, além da combinação de plantas ornamentais, árvores e flores.

Os edifícios de alto padrão com estilo neoclássico de São Paulo contam com um jardim mais europeizado, com bastante lavanda, puxando para a Provence, um pouco para a Toscana, conforme disse um paisagista da construtora São José, uma das mais importantes empresas desse tipo de condomínio:

Além de caminhos, praças, bancos e jardim geométrico, pode-se criar um ar mais tropical recorrendo a palmeiras, porque tem isso também no sul da França. Saint-Tropez, na Provence, tem... Está cheio de Palmeiras em jardins franceses⁶⁴⁵.

Compõem o jardim espelhos d'água, painéis de pedras, vasos de cerâmica vietnamitas e madeiras como o cumaru e o ipê⁶⁴⁶. O jardim, desenhado pelo paisagista, exige manutenção feita por equipe de jardineiros, encarregados e agrônomos, uma vez que as

⁶⁴³ LISTA..., 2017.

⁶⁴⁴ BARBOSA & RIBEIRO, 2009.

⁶⁴⁵ PULICI, 2015, p. 243

⁶⁴⁶ MARQUES, 2017.

orquídeas, o jardim vertical, as árvores frutíferas, as palmeiras e os longos gramados demandam limpeza, poda e adubos.

Além dos jardins, o paisagismo é composto por áreas de lazer e convívio social, *deck* e piscina, sendo a última crescentemente integrada com lagos, formando uma espécie de piscina biológica. É também pré-requisito piscinas com teto retrátil nos condomínios de alto padrão. Evidentemente, existem serviços especializados, de piscineiros, para a manutenção das piscinas e dos lagos. Devem-se também mencionar os serviços de entrega semanal de flores frescas e arranjos para toda a casa – banheiros, cozinha, salas⁶⁴⁷.

Muitos ricos são colecionadores de objetos raros ou de obras de arte e contam com serviços de curadoria. Elena Kalil Mahfuz, rica de São Paulo, construiu uma casa no Jardim América especialmente para abrigar suas peças de arte. Seu *designer* de interiores, Gil Donnat, foi o mesmo que assinou a decoração do antigo restaurante Fasano. Em 2009, Elena costumava reunir um grupo seletivo de vinte amigas para ter aulas de história da arte ministrada por um professor da Universidade de São Paulo, sobre o seu próprio acervo e outros. Em entrevista, mencionou que uma das aulas mais interessantes foi sobre biombo Coromandel chinês do século XVII, que toma quase a parede inteira do fundo da “sala vermelha”, no térreo⁶⁴⁸. A sala tem esse nome por conta do tom vermelho dos vasos, potes e abajures sangue de boi, também chineses, distribuídos principalmente sobre aparadores (um abajur sangue de boi do século XVIII custa cerca de 20 mil reais). Sua coleção tem coroas, tapeçaria, esculturas etc., todas valorizadas por nichos e iluminação dirigida.

iii.

Quando falamos dos mais ricos, poderíamos dividir a vida dentro de casa em quatro áreas: a administração do lar, que envolve empregadas domésticas, mordomos, governantas, babás, que lidam mais diretamente com a família; a manutenção do domicílio, que envolve piscineiros, jardineiros, eletricitas e encanadores especializados etc.; o embelezamento do lar, que envolve arquitetos, *designers*, curadores e paisagistas; e, por último, a segurança, que envolve uma equipe de seguranças privados, mas também porteiros, vigias e outras empresas especializadas como as de manutenção de câmeras, fechaduras eletrônicas etc. Muitas dessas funções são caracterizadas por uma espécie de trabalho invisível, executado nos mínimos detalhes, feito longe dos olhos dos patrões para não os aborrecer: a dobra perfeita do edredom, os vasos com flores, a casa perfumada, a roupa pronta

⁶⁴⁷ PULICI, 2010, p. 201.

⁶⁴⁸ FOLGATO, 2009.

no cabide do *closet*, o cachorro com os pelos aparados, a mesa servida devidamente, o carro limpo.

Os empregados da casa, mais do que os demais dependentes que serão citados ao longo desta tese, têm com os patrões uma forte relação de confiança e lealdade, uma vez que conhecem, mais do que ninguém, os seus modos de vida – assim como a distância que os separa. Por isso, todos os funcionários devem ser discretos e preservar a intimidade dos moradores.

Apesar de a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares – IBGE) não abranger os domicílios mais ricos, os dados mostram informações interessantes a respeito da contratação de empregadas domésticas. Mesmo entre os domicílios menos abastados, existe uma desigualdade considerável: em 2008, 90,8% dos domicílios não tinham nenhuma empregada, contra 8,2% que possuíam uma empregada e 0,8% que possuíam duas empregadas. As casas mais abastadas, não abrangidas pela pesquisa, apresentam números muito superiores a estes, tanto pelo nível de especialização dos funcionários, quanto pela quantidade de imóveis que detêm.

Enquanto comumente nas casas de classe média a empregada doméstica é uma espécie de “faz tudo” – limpa, passa, cozinha, cuida dos filhos, molha as plantas, leva o cachorro para passear –, nas casas abastadas cada uma dessas funções corresponde a um profissional específico, o que confere uma hierarquia nítida entre os funcionários que trabalham na casa.

A empregada doméstica de alto padrão geralmente está uniformizada e nunca sozinha. A funcionária responsável pela limpeza não apenas varre ou esfrega; deve saber usar eletrodomésticos de última geração, com manual em inglês, muitas vezes comprados em viagens internacionais. Os pisos, mármore e pratarias também exigem certa especialização. A lavagem das roupas demanda a classificação de tecidos e sua forma correta de lavagem – muitas vezes à mão ou em serviços de lavanderia profissional. A passadeira deve dominar as técnicas de passar camisas, calças, roupas finas e peças básicas, os tipos de tecidos e suas temperaturas ideais e saber dobrar roupas de cama, mesa e banho, geralmente de linho, com vários fios, com as iniciais de cada morador.

A multiplicação dos bens de consumo nas casas, assim como o seu nível de detalhamento em termos de uso e apresentação, é acompanhada de maiores exigências na contratação de empregadas domésticas. Antigamente eram necessárias características como discrição e confiabilidade; hoje, além destas, são exigidos antecedentes criminais, treinamentos específicos, fluência em outra língua.

Para suprir essa demanda, multiplicam-se nas principais metrópoles brasileiras agências para a formação e recrutamento de empregadas e empregados domésticos de todos os tipos. A Home Staff, localizada em São Paulo, faz perguntas na triagem como “você sabe servir à francesa?”, além de checarem as referências das candidatas⁶⁴⁹. Outras empresas de recrutamento, como a Veritas⁶⁵⁰ – com mais de 10.000 clientes –, oferecem treinamento especializado nas casas para os empregados, tais como o de lavar e passar de roupas, serviços de mesa e postura profissional.

Cresce o número de domicílios que contratam empregadas estrangeiras que ajudam no ensino de outras línguas para os filhos. As empregadas filipinas, cada vez mais comuns no Brasil, recebem, por exemplo, treinamento na *Housemaid Academies*, oferecido pelo governo de seu país, para trabalhar em mansões⁶⁵¹. Para contratá-las, os ricos brasileiros pagam a uma empresa especializada 6.000 reais, além da passagem de ida e volta da empregada, que fica no país por dois anos. Conforme depoimento dado à *Folha de São Paulo*, muitos patrões disseram contratar empregadas filipinas pelo fato de aceitarem dormir em casa e serem mais dispostas e multifuncionais que as brasileiras. Ganham em torno de 20% a mais do que a média das empregadas nacionais.

O século XXI também viu renascer a figura do mordomo, vinculado à antiga aristocracia. Além das atribuições antigas, como recepcionar os moradores e visitas, supervisionar e oferecer treinamento aos demais empregados da casa e cuidar da adega, o mordomo contemporâneo se assemelha muito a um assistente pessoal: também lê *e-mails*, reserva passagens etc⁶⁵². Por ser uma figura geralmente masculina e ter melhor formação e noções de regras de etiqueta, ocupa o topo da hierarquia dos empregados da casa. Mais do que qualquer outro funcionário, o mordomo deve antecipar as necessidades do patrão e otimizar seus esforços e tempo. No Brasil, tem surgido cursos para a formação de mordomos, como o oferecido pelo Senac, intitulado “A Excelência em Servir”⁶⁵³. Além das residências, esse profissional pode atuar em hotéis, barcos e navios, jatos particulares, *spas* e, inclusive, lojas de varejo de alto padrão, com as de Manhattan, em que os funcionários têm que frequentar cursos para mordomos⁶⁵⁴.

⁶⁴⁹ NOGUEIRA, 2016.

⁶⁵⁰ Informação disponível no *site* da Agência Veritas em: <<http://www.agenciaveritas.com.br/index.html>>. Acesso em 16 de jun. de 2020.

⁶⁵¹ SACKUR, 2015.

⁶⁵² ABARCA, 2012.

⁶⁵³ Informação disponível no *site* do SENAC em:

<<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=DYNAMIC,oracle.br.dataservers.CourseDataServer,selectCourse&course=6080&template=395.dwt&unit=NONE&testeira=473>>. Acesso em 2 de abr. de 2019.

⁶⁵⁴ SHERMAN, 2007.

Todo esse exército de funcionários domésticos é supervisionado com grande rigor pela “madame”, cuja função é a manutenção do estilo de vida da família (“*Labor of lifestyle*”), por meio de tarefas vinculadas ao consumo como renovar a decoração de suas casas, planejar as férias e outras atividades de lazer, além, claro, de organizar e participar de eventos sociais, beneficentes ou não.

Os condomínios de luxo e algumas mansões contam com vários porteiros. Uma pesquisa realizada com porteiros de edifícios de alto padrão observou que esses funcionários desempenham um maior número de tarefas do que os porteiros de áreas menos ricas: além de cumprimentarem os moradores e visitantes, comunicam-se com os motoristas, entregam jornais e correspondências, recebem pacotes e entregas, anunciam os visitantes, chamam os elevadores⁶⁵⁵. Além do nome e sobrenome de todos os moradores, os porteiros devem saber quem são os passeadores de cachorro de cada apartamento (também sabem que os inquilinos gastam mais para os cachorros passearem do que os próprios porteiros ganham por hora).

Toda essa estrutura pressupõe um forte esquema de segurança, que compreende instrumentos como câmeras, cercas elétricas, alarmes, portas de aço e, naturalmente, uma equipe treinada, formada muitas vezes por policiais, que “complementam” seus salários. Em 2013, foi divulgado na imprensa brasileira que os gastos mensais com segurança de Abílio Diniz e sua família eram de cerca de 30 milhões de reais⁶⁵⁶. Apenas em Alphaville, no início dos anos 1990, trabalhavam 800 seguranças privados⁶⁵⁷.

O esquema de segurança desses domicílios conta com guaritas blindadas, câmeras de infravermelho, sensores de presença, guaritas externas junto às rodovias – no caso de empreendimentos de veraneio que costumam ser mais isolados –, ronda 24 horas, sala de monitoramento etc. Somam-se à equipe de fardados da residência os seguranças pessoais de todos os membros da família.

Podemos estender a lista desses funcionários do âmbito doméstico para vários espaços de “convívio”: os jardineiros que trabalham nos condomínios, nos *shoppings* de luxo, nos campos de golfe, nas hípicas; a equipe de seguranças dos *shoppings*, restaurantes, clubes, lojas etc. Trata-se, de fato, de um grande contingente de pessoas dedicadas a preservar os espaços frequentados pelos mais ricos.

Os *pets* – categoria que abrange além de gatos e cães, outros animais como cobras, lagartos, iguanas, porcos-espinhos –, são considerados por muitos ricos como membros da

⁶⁵⁵ BEARMAN, 2005.

⁶⁵⁶ GEROMEL, 2014, p. 22.

⁶⁵⁷ CALDEIRA, 2003, p. 263.

família, o que justifica seus cuidados especiais. Além dos passeios diários com passeadores ou treinadores, vão ao *pet boutique* e, quando os donos viajam, frequentam hotéis, que prometem férias inesquecíveis para o *pet* dos endinheirados. O Malabo Pet Resort oferece, por 534 reais o final de semana⁶⁵⁸, quartos individuais (para os animais) com ambiente climatizado, coberto e revestido com piso antiderrapante, varanda e espaço para os bichinhos de estimação “correrem e se exercitarem livremente” quando não estão em “horários de atividades e lazer”⁶⁵⁹. Conta também com piscina, academia (com esteira submersa) e pátio coberto para atividades nos dias de chuva, além de veterinários de diversas especialidades.

Para “desestressarem”, existem as creches para cães, uma espécie de “Day Care”, para o animal passar o dia, gastar energia e se socializar com outros cães. O Ponto Dog, em São Paulo, oferece esse serviço num espaço de 600 m², que conta com piscina, 12 câmeras para o dono acompanhar o seu cachorro em tempo real, além de recreadores treinados, por 331 reais por dia⁶⁶⁰.

Os *pets* frequentam os *shoppings* de luxo, que destinam até um espaço especial para estes, como o São Conrado Fashion Mall, que possui um *Pet Lounge*, com pista de *agility* para brincadeiras. Várias marcas importantes de vestuário de luxo, que estão presentes nesses *shoppings*, vendem itens para cães. É o caso da Louis Vuitton, que vende coleiras que custam até 1.680 reais, guias para coleira de 1.940 reais e bolsa para passear com o animal por 13.300 reais⁶⁶¹.

Outro negócio voltado para os *pets* dos endinheirados que tem crescido principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo é o de comidas “de verdade” para cães – uma espécie de *chef* e *delivery* de comidas prontas para os bichos. São alimentos frescos, balanceados, sem conservantes, com a promessa de deixar o cachorro mais bonito e saudável. O Petchef⁶⁶², por exemplo, entrega toda semana sete pacotes de comidas variadas, embrulhadas a vácuo. O valor do serviço para um cachorro médio de 22kg gira em torno de 417 reais por mês. Os pratos levam ingredientes selecionados, como é o caso do “Risotto da Granja”, feito com arroz integral, coxa e sobrecoxa de frango, legumes da estação, ovos, cúrcuma e sal rosa do Himalaia. Quando necessário, o veterinário da empresa entra em contato

⁶⁵⁸ Valor de 2019.

⁶⁵⁹ Informação disponível no *site* do Malabo Pet Resort em: <<http://www.malabopetresort.com.br>>. Acesso em 10 de fev. de 2019.

⁶⁶⁰ Valor de 2019. Informação disponível no *site* do Ponto Dog em: <<https://www.site.dog>>. Acesso em 10 de fev. de 2019.

⁶⁶¹ Valores de fevereiro de 2019, disponíveis no *site* oficial da Louis Vuitton em: <<https://br.louisvuitton.com/por-br/buscar/dog>>. Acesso em 10 de fev. de 2019.

⁶⁶² Informação disponível no *site* do Pet Chef em: <<http://petchef.com.br/planos>>. Acesso em 10 de fev. de 2019.

com o veterinário do cão e desenvolve uma dieta especial para ele, além de produzirem dietas prescritas por veterinários ou zootecnistas. A equipe da empresa é composta por um veterinário responsável, uma nutricionista especialista em segurança alimentar e um nutrólogo veterinário.

5.2.2. A comida como experiência

Em São Paulo, até meados dos anos 1990, não eram muitos os restaurantes frequentados pelos mais ricos. Eram estabelecimentos mais tradicionais, geralmente de culinária francesa, como Freddy, La Casserole, Marcel e Paddock, além de uma ou outra churrascaria, como o Rodeio e o Varanda. Hoje existem muitos outros, localizados especialmente em *shoppings* e hotéis de luxo das áreas nobres da cidade, cujo valor de uma refeição completa, com *couvert*, prato de custo médio, sobremesa e água estava acima de 250 por pessoa, com *ticket* médio ao redor de 500 reais⁶⁶³.

A preferência dos endinheirados continua pela cozinha internacional, de uma gama de nacionalidades muito mais ampla: além dos bistrôs e *pâtisseries* francesas, existe uma vasta lista de restaurantes italianos, japoneses, portugueses, peruanos, árabes e americanos. A cozinha é menos tradicional e mais contemporânea, com menu, geralmente, em formato degustação.

A escolha do estabelecimento depende do nível de reputação do restaurante e de indicações de conhecidos do círculo social, *concierges*, revistas especializadas – como a antiga *Veja São Paulo*, *Menu*, *Paladar Estadão* – e do Guia Michelin. Outro movimento que deve ser sublinhado é a transferência de restaurantes mais tradicionais localizados na Zona leste de São Paulo, como o restaurante Don Curro, para regiões mais ricas como Pinheiros, Itaim Bibi e Jardins.

A história do Fasano é emblemática em muitos sentidos. Foi fundado na década de 1930 e começou a fazer sucesso nos anos 1960, como confeitaria e salão de festas na Avenida Paulista. Foi apenas a partir da década de 1990 que passou a operar como um restaurante mais requintado, depois de sua transferência para a Rua Haddock Lobo e seu refinado projeto arquitetônico⁶⁶⁴. O restaurante se expandiu e se tornou frequentadíssimo pelos ricos brasileiros principalmente a partir dos anos 2000, com a abertura do Hotel Fasano e a posterior fusão com a JHSF.

O *restaurateur* Rogério Fasano é reconhecido por sua alta gastronomia italiana e

⁶⁶³ Valores de 2019.

⁶⁶⁴ Em 2003, o restaurante se transferiu para a Rua Vittorio Fasano.

serviço impecáveis. O restaurante dispõe de 80 lugares e de uma sala privativa que acomoda até 26 pessoas. Possui pianista ao vivo todas as noites⁶⁶⁵. Dentre os destaques do menu, encontram-se o *agnolotti* de galinha d'angola com creme de *burrata* e tomates cereja, o *fettuccini* com caranguejo do Alasca e vôngoles e o *paccheri* com molho clássico *genovese*.

A avaliação de um cliente sobre o restaurante no *site TripAdvisor* é bastante ilustrativa sobre a experiência oferecida pelo restaurante:

Todos os adjetivos positivos que fizer aqui serão meros clichês e ainda não estarão a altura do padrão de excelência que o Fasano proporciona aos seus clientes. Um salão de verve clássica, e ao mesmo intimista, que só ao adentrar se consegue ter noção do luxo que a casa impõe, logo depois de ter ficado boquiaberto com a suntuosa lareira de mármore ainda no hall do hotel. Neste momento, finalmente, começamos a prestar atenção que existem notas elegantes de um piano que é conduzido com maestria por um senhor gentil que passeia por um repertório que mescla o moderno e erudito que trás (sic) o fino do jazz e bossa nova. A brigada sempre atenta, se antecipa a cada suspiro do cliente, passando despercebida e deixando tudo perfeito. Porém, quando provocada porque puxamos assunto, se demonstra humana e agradável em conversas que vão desde o próprio local em si, até chegar no futebol. Aqui vale uma nota especial para o maître Maikon, que mesmo sabendo que não somos habitués da casa, nos deixou confortáveis com os mimos de um serviço atencioso e cordial. Já falar sobre a comida é mais difícil. Isso porque ao comermos o menu degustação somos desafiados a cada prato a acreditar que é impossível que o próximo passo seja melhor que o anterior. E acreditem, sempre é. Porém ao sair de lá, cheguei a sonhar com o tradicional ravióli de pato com redução de casca de laranja.⁶⁶⁶

O Fasano possui dois menus degustação, um com ingredientes da montanha pelo preço de 410 reais por pessoa e outro apenas com massas por 300 reais⁶⁶⁷. Outro restaurante tradicional da cidade, o Figueira Rubaiyat cobrava 278 reais por um *baby beef* vindo da Austrália. Um dos principais pratos do A Bela Sintra, um restaurante português de alto padrão, é a lagosta ao *thermidor*, servida por 202 reais e vendida numa média de cinco a seis unidades por dia⁶⁶⁸. O Maní, de Helena Rizzo, tem um menu harmonizado com vinhos naturais que

⁶⁶⁵ Informação disponível no *site* do Hotel Fasano em: <<http://www.fasano.com.br/gastronomia/fasano>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

⁶⁶⁶ Avaliação de cliente feita no *site TripAdvisor* em julho de 2018, disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Restaurant_Review-g303631-d781072-Reviews-Restaurante_Fasano-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html>. Acesso em 13 de abr. de 2019.

⁶⁶⁷ Preços de set. de 2017 consultados em: <<https://vejasp.abril.com.br/estabelecimento/fasano/>>. Acesso em jun. de 2019.

⁶⁶⁸ BIANCHI, 2014.

custa 730 reais. O D.O.M., com culinária brasileira contemporânea comandada por Alex Atala, possui menus fechados, com preços de 242 a 495 reais. No Tuju, de Ivan Ralston, existem dois menus, um por 250 reais e outro por 450 reais. No restaurante Jun Sakamoto, de culinária japonesa, o menu degustação não sai por menos de 320 reais por pessoa num balcão que atende apenas 8 pessoas. No Ryo, outro restaurante japonês, o menu do jantar varia entre 450 a 650 reais⁶⁶⁹. Se considerarmos o consumo de bebidas alcoólicas, os preços são ainda mais altos, fazendo com que a conta ultrapasse sem muita dificuldade os 4 dígitos. Adegas ainda mais sofisticadas, como a do Fasano, possuem rótulos acima de 10.000 reais.

Outro exemplo: a gastronomia do Restaurante Emiliano oferece um café da manhã com quatro opções de cardápio (um deles, com conceito *Wellness*) por 75 reais por pessoa. Algumas opções do almoço *à la carte* são Caviar Beluga por 470 reais, *Parfait de foie gras* com pêra caramelizada ao vinho do Porto e pimenta sichuan por 90 reais e *Magret* de pato com *risotto* de *shitake* levemente defumado por 106 reais⁶⁷⁰. O *Lobby Bar* do Hotel possui um conceito sofisticado e ao mesmo tempo despretensioso, com um jardim de orquídeas suspensas e cadeiras de cordas douradas, criadas pelos irmãos Fernando e Humberto Campana, que dão o tom intimista e acolhedor. Oferece em seu menu ostras, Caviar Beluga com um *shot* de Vodka Absolut Elyx, *Parfait de foie gras* com uma taça de Sauternes.

Muitos dos restaurantes citados possuem várias outras marcas. O Fasano, por exemplo, tem o Parigi, o Gero São Paulo, o Nono Ruggero etc. Alex Atala, além do D.O.M., tem o restaurante Dalva e Dito. Helena Rizzo, além do Maní, tem a Padaria do Maní e o Manioca. Jun Sakamoto tem o Junji Sakamoto. Apesar de a proposta ser mais “descolada” e de os menus serem um pouco mais baratos do que em seus restaurantes principais, ainda assim seus frequentadores são os endinheirados.

O exército de pessoas movimentado por esses restaurantes é enorme. Assim que o cliente estaciona, existe uma equipe de *valet* pronta para atendê-lo, assistida por uma equipe de segurança. Quando entram, os clientes têm sua reserva confirmada pela recepcionista e são dirigidos até a mesa pelo *hostess*. Depois do atendimento do *maître* e do *sommelier*, uma equipe de garçons e *commis* está pronta para servir os pratos. Também existe a equipe administrativa e de coordenação, formada pelo *restaurateur*, gerente, mestre de fila, caixa etc. Para dar um exemplo, os três restaurantes da Rede Rubaiyat contam com uma equipe administrativa de oito pessoas para gerenciar suas 10.000 garrafas de vinho.

⁶⁶⁹ Valores de 2019.

⁶⁷⁰ Valores de 2018.

Por trás das cortinas, existem *bartenders*, copeiros, *chef* executivo, *souschef*, confeitheiros e outro cozinheiros de diferentes especialidades, além de seus auxiliares. O *chef* executivo é a principal estrela do restaurante, responsável pela sua marca. Quanto mais renomado o *chef* do restaurante, maior o nível de exigência a que os demais empregados estão submetidos. Processos como a montagem da mesa, a coreografia do servir e o estado dos uniformes são altamente rigorosos⁶⁷¹.

Uma vez que a concentração espacial da riqueza elevou o preço de todos os estabelecimentos nas áreas em que vivem e trabalham os endinheirados, comer e beber qualquer coisa nessas regiões tornaram-se atividades caras, inclusive um cafezinho. Na região da Avenida Faria Lima, em São Paulo, o *ticket* médio do almoço variava entre 45 a 110 reais em 2020, em contraposição à média de uma refeição no restante da cidade de aproximadamente 35 reais⁶⁷². Para não deixar de mencionar os gastos extras, com estacionamento e gorjetas, que variam de 20 a 100 reais.

Além dos restaurantes, essas novas formas de segmentação por renda se estenderam a pizzarias, hamburguerias, padarias, sorveterias, supermercados, açougues, empórios etc.

As padarias artesanais de luxo, as *boulangeries*, ganharam espaço em São Paulo principalmente a partir dos anos 2000. São especializadas em pães com fermentação natural, farinha orgânica, funcionais, integrais, de diversas nacionalidades, com nozes, cereais e frutas secas. Apenas em 2012, foram abertas em São Paulo três lojas da rede de padaria belga *Le Pain Quotidien* (Vila Madalena, Itaim-Bibi e Cidade Jardim). Juntam-se ao novo rol de padarias artesanais muitas outras empresas como *Jelly Bread*, *Marie-Madeleine*, *Julice Boulangerie*, *Mr. Baker*, PÃO (Padaria Artesal Orgânica) e Cór Bakehouse. Há empresas que investem milhões de reais para entrar no mercado de padarias de alto padrão, como foi o caso da *Marie-Madeleine*, que investiu 2 milhões para abrir uma unidade, e da *Le Pain Quotidien*, que investiu 8 milhões de reais para abrir três unidades⁶⁷³.

Outro bom exemplo em São Paulo é a Padaria do Maní, inaugurada em 2015. O estilo é de uma “luxuosa simplicidade”, com arquitetura inspirada em uma casa da roça, ofertas do dia escritas à mão e teto preenchido por cipós. A própria padaria descreve o perfil e hábitos de seus clientes:

⁶⁷¹“Nos restaurantes, e mais particularmente na alta cozinha, os funcionários sofrem com o crescente espaço ocupado por renomados *chefs*. Eles cuidam de mais e mais coisas: utensílios de mesa, montagem, coreografia, uniformes”. (PEREY & MEYER, 2013, p. 38, tradução nossa).

⁶⁷² SOARES & ROSARIO, 2020.

⁶⁷³ FERREIRA, 2013.

[...] bem cedo, clientes de bochechas vermelhas passam após a corrida e tomam, em poucos segundos, um suco verde de 450ml. Há quem traga seus cachorros, que, da calçada, miram os ovos mexidos de seus donos com olhar pidão. Do aconchegante deque voltado para a calçada, uma moça faz aulas particulares de inglês tomando um chá, às terças e quintas à tarde. Um vizinho de bairro passa toda quarta-feira e leva para casa um bolo de brigadeiro inteirinho. O horário extenso permite que a Padoca acomode todos os apetites: do café da manhã ao chá da tarde, passando pelo almoço rápido e permitindo que, até as 19h, o cliente passe e leve para casa um jantar delícia, embalado com muito carinho. Do pão de fermentação natural ao iogurte com granola, o cardápio reúne dezenas de comidinhas frescas feitas na casa e também uma seleção de itens de pequenos produtores de São Paulo e imediações, quase sempre orgânicos.⁶⁷⁴

No mercado de confeitaria e chocolataria o processo foi o mesmo. Até 2011, havia ao redor de 15 docerias mais sofisticadas em São Paulo. Em 2013, esse número já era de 70, boa parte nos Jardins e em Pinheiros⁶⁷⁵. Antigas docerias mais chiques, como Dulca, Cristallo e Gerbaud, começaram a dividir espaço com confeitarias e *pâtisseries* ainda mais finas, que incorporam tendências internacionais e novas interpretações de doces clássicos, como a filial brasileira da famosa Payard Patisserie de Nova Iorque, a Confeitaria Dama, a Confeitaria Marília Zylbersztajn, a Le Bon Gateau etc. São várias também as chocolaterias sofisticadas: L'Univers de Chocolat (Itaim), Cau Chocolates (Jardim Paulista), Chocolat du Jour (Jardim Paulista), e DoceCafé (Jardim Paulista). Proprietária deste último estabelecimento, a *chocolatier* Maria Ignez Adurens já vendeu seus bombons para a primeira classe da Varig, para o hotel Copacabana Palace e para o Duty Free, com versões de bombons que chegavam a custar 300 reais o quilo⁶⁷⁶.

As pizzarias passaram por processo semelhante. Até o início dos anos 1990 não eram muitas as pizzarias frequentadas pelas classes sociais mais altas e médias. Entre as mais tradicionais estavam as pizzarias Castelões, Camelo e Speranza. Desde então, cresceu muito o número de estabelecimentos com proposta diferenciada, que utilizam ingredientes orgânicos, importados e fermentação natural. No Eatly Rossopomodoro, as pizzas individuais variam entre 46 a 65 reais. Entre os sabores mais sofisticados está a pizza com molho de tomate, finalizada com *carpaccio*, *burrata* e trufa preta. A maior parte das pizzas vendidas no

⁶⁷⁴ Informação disponível no *site* do Manioca em: <<http://manimanioca.com.br/padocadomani/ambiente/>>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

⁶⁷⁵ JAKITAS, 2013.

⁶⁷⁶ Valor de 2004.

A Tal da Pizza custam mais de 100 reais. Uma *margherita* grande da 1900 Pizzaria, da Pizzaria Veridiana e do Bráz custa mais de 80 reais.

Também surgiram inúmeras opções de hamburguerias mais refinadas, inclusive com ingredientes nobres como *foie gras* e trufas, como o oferecido pelo Formidabile Bistrot no Rio de Janeiro por 98 reais ou como era oferecido pelo Burger Lab Experience em São Paulo até pouco tempo atrás⁶⁷⁷. Mas geralmente as hamburguerias *gourmets* assumem caráter mais descolado e informal, ainda que com preços bem acima da média.

As sorveterias também passaram por uma forte diferenciação do consumo a partir de 2010. Seus produtos são feitos a partir do zero ou com bases prontas italianas, com corantes naturais, receitas e ingredientes sazonais. Algumas têm produção diária, em pequena escala, para que não haja reaproveitamento. São sorveterias como Frida & Mina, Davvero, Pine Co. Gelato Boutique, Albergo dei Gelati, cujo preço de um sorvete de duas bolas varia entre 14 a 24 reais. O Bacio de Latte, rede de sorvetes *gourmets*, expandiu-se enormemente desde sua fundação em 2011, com um média de 15 lojas inauguradas por ano.

Os supermercados mais sofisticados também eram poucos, com destaque para a Casa Santa Luzia em São Paulo, que hoje possui concorrentes como o *Saint Marche*, o Empório Santa Maria e o Eataly. Os supermercados *premium* oferecem produtos sem conservantes, orgânicos, artesanais, sustentáveis, livres de sódio, gordura e açúcar, conforme o recomendado pelos médicos, pelos nutricionistas ou pela alta gastronomia. Os alimentos são fresquíssimos, conforme disse a diretora-geral da Casa Santa Luzia em entrevista: “Recebo queijo minas frescal, por exemplo, até quatro vezes na semana. Isso, em termos de perecíveis, faz muita diferença⁶⁷⁸”. São supermercados inundados de produtos importados de todos os tipos: desde chás, vinhos, chocolates, geleias, até *shampoos*, sabonetes e desodorantes. Na Casa Santa Luzia, a participação dos importados chega a 50% do portfólio de produtos.

Além dos produtos diferenciados, esses supermercados oferecem experiência exclusiva por meio de curadorias e *personal shoppers*. Apenas o *Saint Marche*, com o total de 18 lojas, emprega 46 *personal shoppers*⁶⁷⁹. O próprio supermercado se define como um espaço de “gente que quer curadoria e menos enchimento de linguiça⁶⁸⁰”. A casa Santa Luzia,

⁶⁷⁷ Valores de 2019.

⁶⁷⁸ GINAK, 2019.

⁶⁷⁹ Informação disponível no *site* do Saint Marche em: <<http://www.marche.com.br/nossa-historia/>>. Acesso em 10 de fev. de 2020.

⁶⁸⁰ LEAL, 2018.

com apenas uma unidade, possui oito nutricionistas que auxiliam tanto na seleção dos produtos, quanto em consultorias ao cliente⁶⁸¹.

As refeições feitas em casa também supõem um time amplo, formado tanto por empregados – cozinheiros e copeiros –, quanto por fornecedores de serviços – *personal chef*, *sommeliers*, *personal diet*.

A preparação do almoço leva toda a manhã, uma vez que não se trata do preparo de um simples. Enquanto se prepara um menu específico para os patrões, prepara-se também uma “quentinha” para os empregados⁶⁸². Além do almoço, também se prepara o lanche da tarde para receber as amigas da patroa, a lancheira das crianças, o pré-treino da academia, o jantar, o chá da noite. Para tais atividades, em casas mais abastadas ou tradicionais, os cozinheiros podem contar com a ajuda de um copeiro, para auxiliá-lo a arrumar a mesa (tipos de talheres, utensílios e dobraduras de guardanapos), arrumar bandejas (frios e frutas) e ter noções de modalidades de serviços de mesa (à francesa, à inglesa, à americana, *self-service* e coquetéis), guardar os talheres e limpá-los devidamente – principalmente os de prata –, preparar sucos, servir cafés etc.

Geralmente, o cozinheiro da casa já teve experiência em restaurantes ou alguma formação em gastronomia. Na hora da contratação, faz parte do treinamento do funcionário aprender receitas da família dos patrões, os modos de apresentação dos pratos e disposição da mesa, preferências de temperos, entre outras coisas.

Para uma reunião de amigos ou em ocasiões especiais, os endinheirados podem ter um serviço de restaurante em casa, contratando um *personal chef*. Além da maior privacidade – critério de escolha número um dos clientes –, não é necessário ter que esperar em filas ou fazer reservas em restaurantes requisitados. O cliente escolhe todo o menu: os pratos são inusitados, exóticos, com formato de degustação, dos aperitivos às sobremesas. O próprio *chef* faz as compras em lugares especializados e, depois do evento, limpa a louça. Caso não tenha a indicação de um profissional por algum amigo, o consumidor pode contratar o serviço por meio de *sites* especializados como o *Welcome Chef*⁶⁸³, que oferece opções de

⁶⁸¹ GINAK, 2019.

⁶⁸² Disse uma rica dos Jardins entrevistada por Carolina Pulici em sua tese de doutorado: “Eu como, por exemplo, arroz integral. Então arroz integral sou eu e o meu marido atualmente. E a minha mãe que agora está morando comigo porque está velhinha (...) Somos três pessoas para almoçar. E tem três, vamos contar o piscineiro, vamos dizer assim, entre quatro a cinco por dia deles aí né? O guarda e tudo. Então eu gasto um pacotinho de um quilo de arroz integral, dura três semanas, duas semanas, mas lá são cinco quilos por semana de arroz que vai. Então são vinte quilos de arroz. Açúcar é uma coisa que não dá para acreditar. Em tudo, em tudo, eles comem muito. O prato é desse tamanho. E, por exemplo, e se você for num restaurante de nível mais, né, popular, é um absurdo o que eles comem. E aquele prato que já vem aquilo eu já perco o apetite na hora”. (PULICI, 2010, p. 192).

⁶⁸³ Informação disponível no *site* do Welcome Chef em: <<https://www.welcomechef.com.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

chefs autônomos para o cliente escolher de acordo com o tipo de refeição, preço e recomendações. Nesse *site*, ter um *personal chef* em casa custa de 100 a 200 reais por pessoa (isso para um grupo de 10 pessoas; o preço individual poderia chegar a 1.500 reais). Os *chefs* cadastrados no *site* prestam em média seis serviços por mês⁶⁸⁴, apesar de terem que pagar uma mensalidade de 300 reais para o *site*, além de a plataforma ficar com 15% do serviço prestado. Em 2017, o *site* contava com uma equipe de 30 *chefs*. O *site* Meu Bistrô⁶⁸⁵, que presta serviço análogo, conta com mais de 1.670 *chefs* registrados. O serviço personalizado acaba sendo uma forma de muitos *chefs* complementarem seus baixos salários em restaurantes, além de as plataformas *on-line* possibilitarem a não dependência dos círculos sociais para a ampliação do número de clientes.

Muitas empresas oferecem serviços de *personal chef*, como a Kaza Sushi – especializada em comida japonesa – e também disponibilizam ao cliente um sistema completo de gerenciamento de convidados⁶⁸⁶. Outras, como o Bistrô Mediterrâneo⁶⁸⁷, oferecem conjuntamente a louça para o evento: pratos, talheres, *sousplats* etc. A equipe, além do *chef*, geralmente é composta por organizadores, decoradores, serviço de copa e atendentes. Como menciona um endinheirado entrevistado por Luiz Henrique Lemos:

Eles (os endinheirados emergentes da Barra da Tijuca) nunca fazem nada da própria cabeça. Eles vão dar uma festa ou fazer um evento qualquer, contratam alguém que possa produzir algo de bom gosto. Uma conhecida minha, de uma família tradicional, é dona de um bufê. Ela me disse que precisava, muitas vezes, além de fornecer o bufê, ir à casa dessas pessoas para indicar qual a toalha que combinava com os sofás, a louça e as flores que enfeitam o ambiente. E mais, tinha que ajudar a escolher a roupa que a mulher deveria usar naquele evento⁶⁸⁸.

A escolha do vinho também exige – quase sempre – a presença de um *sommelier*, profissional que atuava antigamente apenas em hotéis de luxo ou em restaurantes de alto padrão. Além de auxiliar na escolha de rótulos e na sua harmonização, são encarregados da quantidade de garrafas, adequação das taças, sequência dos vinhos e explicação sobre a história e característica de cada um deles. Existem profissionais que oferecem consultoria na

⁶⁸⁴ CODOGNO, 2017.

⁶⁸⁵ <https://meubistro.com>

⁶⁸⁶ Informação disponível no *site* do Kaza Sushi em: <<https://kazasushi.com.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁶⁸⁷ Informação disponível no *site* do Bistrô Mediterrâneo em: <<http://www.bistromediterraneo.com>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁶⁸⁸ LEMOS, 2008, p. 197.

criação, customização e manutenção das adegas, além de dar palestras e cursos sobre vinhos⁶⁸⁹, que às vezes funcionam como entretenimento para os clientes. De acordo com a Associação Brasileira de *Sommeliers* de São Paulo, o salário médio da profissão é entre 1.300 a 5.000 reais em São Paulo⁶⁹⁰.

Em meio a tanta comilança e novos prazeres, é preciso também se manter em paz com a balança. Apesar de os endinheirados frequentarem nutricionistas, muitas vezes enfrentam dificuldade para seguir a dieta à risca. Para isso existe o *personal diet* que, além de ter formação em nutrição, estende o seu atendimento para o âmbito domiciliar: organiza a despensa e a geladeira do cliente de forma a ajudá-lo na dieta, além de facilitar ao máximo o preparo e o consumo dos alimentos, deixando-os lavados, picados etc. A empresa N.O.S. em Casa⁶⁹¹, por exemplo, oferece consultoria de 20 horas, que inclui: a montagem de cardápios naturais, orgânicos e saudáveis, além do auxílio em seu preparo; *check list* de utensílios de cozinha; auxílio na escolha dos ingredientes; arrumação da geladeira, higienização e armazenamento dos alimentos; separação correta do lixo. No Brasil, o Senac⁶⁹² e várias outras instituições oferecem cursos intensivos ou de pós-graduação na área de *personal diet*.

5.2.3. *Shoppings de luxo*

Veblen, já no final do século XIX nos Estados Unidos, havia percebido a moda e o vestuário como fontes importantes de distinção da classe ociosa. A massificação desses produtos, o barateamento de sua produção e a maior mobilidade social exigia das elites um esforço contínuo de diferenciação. Nessa busca, as classes mais altas acabavam por ditar a moda, que se disseminava aos poucos aos estratos inferiores, até se massificar e ser substituída por outra novidade. O autor chamava a atenção para as roupas desconfortáveis e com excesso de adornos das classes mais altas – fossem das mulheres com os seus vestidos com “frufus” ou o uso de bengalas pelos homens – como forma de enfatizar a oposição ao trabalho e o seu sentido útil.

A moda, que, desde então, opera como importante forma de distinção social, ganha na atualidade novas dimensões, em um mercado comandado, por um lado, pelo *fast-fashion* e lojas de departamentos com preços competitivos, e, de outro, pelas *maisons* e

⁶⁸⁹ SOLLITTO & LOBATO, 2018.

⁶⁹⁰ Valores de 2020. Informação disponível no *site* da Associação de Sommeliers de São Paulo em: <<https://www.abs-sp.com.br/sommelier>>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

⁶⁹¹ Informação disponível no Instagram da Nós em Casa em: <<https://www.instagram.com/nosemcasa/>>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

⁶⁹² Informação disponível no *site* do SENAC em:

<<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=DYNAMIC,oracle.br.dataservers.CourseDataServer,selectCourse&course=22992&template=395.dwt&unit=NONE&testeira=473>>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

grandes conglomerados de luxo. Nos dois casos, a moda passa a ser mais dinâmica, conferindo à distinção social novas manifestações.

Aqueles que estudam o mercado de luxo sabem que, desde os anos 1980, um número crescente de marcas abandonou o que era conhecido como “luxo tradicional”, pautado em uma lógica artesanal e familiar, e migrou para o “novo luxo”, baseado numa lógica industrial e financeira⁶⁹³. A internacionalização das marcas e o aumento da concorrência entre elas impulsionaram diversas operações de fusão e aquisição e a consolidação de grandes conglomerados como o pioneiro Louis Vuitton Möet Hennessy (LVMH), o Grupo Richemont e o Gucci Group, os três maiores grupos de vestuário de luxo do mundo.

Significa dizer que o foco dos produtos de luxo em geral deixa de ser a qualidade, o seu caráter estético e a *expertise* artesanal, para enfatizar a marca e a propaganda em si. Um produto, que antes era feito para durar a vida toda ou mesmo para ser deixado como herança, passa a ser suscetível a modismos e a ciclos mais curtos de produção e de consumo. Grifes que antes lançavam dois ou três modelos por ano hoje lançam uma infinidade. Muitos são os fatores que explicam esse movimento. O principal deles é a própria lógica dos conglomerados que, em detrimento da exclusividade e da *expertise* – prerrogativas antes importantes –, optam pela rápida expansão de mercados e internacionalização de seu negócio, por meio de lojas de departamentos, diversificação da linha de marcas e segmentos de produtos – perfumes, maquiagem, carteiras, óculos etc.

Esse movimento coincide com uma mudança importante no perfil do consumidor de vestuário de luxo, não mais formado apenas pelo rico tradicional, caracterizado em grande medida pela figura do herdeiro, mas também pelo novo rico, que se distingue pela rápida ascensão social. Para atender esse público e as novas oportunidades de mercado que daí surgem, o mercado de luxo de vestuário tem se tornado cada vez mais segmentado, com gradações maiores de preços, produtos e público.

No Brasil, os consumidores desse mercado giram em torno de 20 milhões⁶⁹⁴, pertencentes às camadas de renda mais altas da sociedade e também de algumas camadas da classe média. Apesar de a base de consumidores ter se expandido e se massificado, o mercado de luxo ainda confere aos estratos superiores novas formas de diferenciação, não apenas no que se refere a produtos feitos sob medida, mas especialmente nos serviços especializados e personalizados atrelados a essa indústria.

⁶⁹³ LIPOVETSKY & ROUX, 2005.

⁶⁹⁴ DINIZ, 2014.

O que os ricos vestem? Em maior ou menor quantidade, compram marcas de luxo, tanto da alta costura, quanto do *prêt-à-porter* (ou seja, roupas já disponíveis nas lojas de luxo, que não são feitas sob medida), cujos preços, sempre altos, variam de acordo com a marca. Se para um simples passeio o(a) endinheirado(a) estiver com um sapato e bolsa de luxo, provavelmente está vestindo mais que 10 mil reais. Sapatos sociais de marcas requisitadas como Christian Louboutin, por exemplo, não saem por menos que 4 mil reais. Uma bolsa Hermès custa ao redor de 30.000 reais. Uma Chanel, em média, 30.000 reais⁶⁹⁵. Isso para não contar os “looks” de gala que, por conta das joias e dos vestidos sob medida, ultrapassam 100 mil reais.

Diferentemente dos ricos de antigamente, que prezavam a qualidade, os ricos atuais prezam a quantidade. É comum fazerem coleção de bolsas, relógios, sapatos. Nesse sentido, muitos *closets* custam milhões de reais. Djalma Rezende, advogado milionário do agronegócio, tem mais de 1 milhão de reais só em relógios, além de colecionar sapatos que custam entre 20.000 a 25.000 reais⁶⁹⁶.

Evidente que o aumento dos *closets* requer a figura de um novo profissional: o *personal organizer*. As consultorias são oferecidas em formato de cursos, que podem ser ministrados para os clientes ou para os empregados da casa – garantindo assim a perpetuação das soluções propostas mesmo após o término do projeto. O profissional oferece soluções de organização não apenas para o *closet*, mas também para cozinhas, escritórios, banheiros etc.

Até o começo dos anos 2000, as compras de artigos de luxo de marcas internacionais dependiam em grande medida de viagens. Em território nacional, só era possível achá-los, a preços amargos, no eixo Rio-São Paulo em lugares como a Rua Oscar Freire, a Daslu, o Shopping Iguatemi na Avenida Brigadeiro Faria Lima e no espaço Lundgren em Ipanema.

O número de *shoppings* de luxo no país cresceu desde então. Em 2008, o Grupo JHSF, sócio do Grupo Fasano, inaugurou o Shopping Cidade Jardim em São Paulo, com renomadas marcas de luxo internacionais, entre elas as cinco marcas mais prestigiadas no mundo, também conhecidas como “Big 5”: Hermès, Chanel, Prada, Louis Vuitton e Gucci. O Grupo Jereissatti, dono dos Shoppings Iguatemi, inaugurou em 2012 o Shopping JK, com 23 grifes inéditas no Brasil, como Bottega Veneta, Burberry, Dolce & Gabbana e Jaeger-Lecoultrre. Outros *shoppings* de luxo inaugurados entre 2012 e 2013 foram o Shopping RioMar

⁶⁹⁵ Valores de 2021.

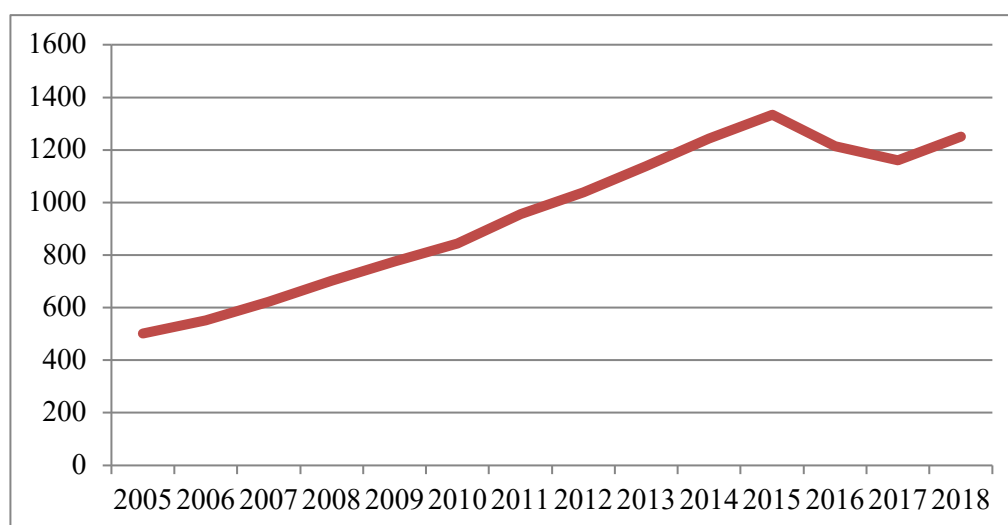
⁶⁹⁶ Djalma Rezende mostra seu *closet* em entrevista dada ao Programa Domingo Show na Record. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cqIe9hS6s-U>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

em Recife (grifes como Prada, Burberry, Dolce & Gabbana), Village Mall na Barra da Tijuca (Cartier, Prada, Miu Miu, Montblanc) e o Shopping Pátio Batel em Curitiba (Louis Vuitton, Versace, Tiffany & Co). No caso destes últimos, trata-se de uma mudança importante: enquanto em 2010 o eixo Rio de Janeiro-São Paulo correspondia a mais de 80,0% das vendas de artigos de luxo do país, em 2013 passou a representar 65,0%⁶⁹⁷.

Inclusive, algumas marcas de luxo têm aberto *Pop Up Stores* – lojas menores, com caráter temporário – em *shoppings* de alto padrão do interior, especialmente de São Paulo. O Shopping Iguatemi Campinas inaugurou em 2018 a primeira loja da Louis Vuitton fora das capitais brasileiras, e em 2019 uma loja da Dolce & Gabbana e outra de itens de beleza da Chanel.

A chegada em massa de grifes internacionais, em consonância com a maior concentração de renda e riqueza, explica a expansão do mercado de vestuário de luxo brasileiro desde 2005 (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Mercado brasileiro de vestuário e calçados de luxo (em milhões de dólares)



Fonte: Euromonitor International (2019).

O movimento descrito acima também explica o porquê, no ano de 2018, 92,2% das compras de artigos de luxo foram realizadas em território nacional (Tabela 41).

⁶⁹⁷ PASSARELLI & FEIJÓ, 2014.

Tabela 41 - Gasto doméstico e internacional de vestuário e calçados de luxo no Brasil (%)

Categoria	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doméstico	91,8	91,8	91,8	91,8	91,8	92,2
Internacional	08,2	08,2	08,2	08,2	08,1	07,8
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Euromonitor International (2019).

Grande parte dos consumidores brasileiros prefere comprar em território nacional, uma vez que são reconhecidos pelos vendedores, recebem tratamento especial e tomam *drinks* enquanto olham os produtos. O rico brasileiro gosta de ser mimado e está disposto a pagar mais caro por isso⁶⁹⁸. Pesa também o fato de que muitos novos ricos não sabem falar inglês, além de muitas dessas compras serem impulsivas, voltadas para alguma ocasião (festas, eventos etc.).

Se considerarmos a Rua Oscar Freire e os Shopping Centers Cidade Jardim, JK Iguatemi e Iguatemi, em primeiro plano, e os Shopping Centers Morumbi, Pátio Higienópolis, Villa Lobos, Bourbon e Vila Olímpia, em segundo plano, perceberemos que o consumo de luxo se concentra na parte sudoeste de São Paulo com distância média de 10 km entre eles. São microcentros de consumo em bairros como Higienópolis, Morumbi, Pinheiros, Perdizes, Vila Olímpia, Itaim e Jardim Paulista⁶⁹⁹.

Além de as grifes internacionais conferirem distinção aos *shoppings* de luxo, os serviços de excelência oferecidos são importantes. A escolha do produto, por exemplo, requer um time de profissionais, formado pelas atendentes de lojas, recrutadores especializados, *personal shopper* e *personal stylist*, plataformas de vendas *on-line* – uma espécie de *delivery* do luxo –, mas também *valets*, seguranças, carregadores de compras etc.

Uma pesquisa sobre anúncios de empregos em lojas de vestuário de luxo em São Paulo mostra que o valor em média recebido pelos atendentes é de 5.000 reais e pode chegar a 15.000 reais quando ocupam o cargo de gerência⁷⁰⁰. Entre as atribuições exigidas estão a obsessão pelos detalhes e sensibilidade para ouvir o cliente para oferecer-lhe tratamento personalizado. Devem também, muitas vezes, ter curso superior, domínio do inglês, alguma experiência internacional (por exemplo, um intercâmbio), liderança de equipe e visão de negócios. Existem, inclusive, vários cursos de formação específicos para a área de vendas de

⁶⁹⁸ DINIZ, 2014.

⁶⁹⁹ SILVA, 2014, p. 158.

⁷⁰⁰ KIRIHATA, 2012.

produtos e artigos de luxo. É o caso do curso de extensão em *marketing* de luxo, oferecido pela ESPM em parceria com a Vogue⁷⁰¹.

A contratação desses profissionais requer uma agência recrutadora especializada: é o caso da DressCode, dirigida por Silvana Bianchini, consultora de imagem pessoal e corporativa, contratada em média cinco vezes por mês pelo Shopping Iguatemi em São Paulo para oferecer consultoria para a contratação e treinamento de funcionários para lojas de vestuário e outros artigos de luxo. A consultora tem uma formação superespecializada: formada pela FAAP em Propaganda e *Marketing*, em consultoria de imagem nos mais renomados institutos norte americanos e europeus, com especialização em análise de cores, tipologia do feminino e do masculino, estilo pessoal, *personal shopping* e organização de guarda roupa pelo *Dominique Isbecque International* de Nova Iorque, em Etiqueta Empresarial, Linguagem Corporal, e Vestimenta Profissional pelo *Image Institute* de Atlanta, em *Stylist* pelo Instituto Marangoni em Milão, e em *Color Analysis* nos Estados Unidos⁷⁰².

Junto aos serviços mais comuns oferecidos por esses *shoppings* como o de *valet*, *concierges* e outros mais exclusivos como o *Lounge One*, oferecido pelo Shopping JK – com *toilettes* exclusivos, serviço de café, embalagens para presentes com detalhes diferenciados –, destacam-se as figuras do carregador de compras, que ajuda o cliente a levar suas compras até o carro ou para o guarda-volumes.

Outra figura importante é a do *Personal Shopper* – especializado, com formação internacional e com atuação em outras áreas de consultoria. Por exemplo, o time de *personal shoppers* do Shopping JK é composto por Chris Francini, consultora de estilo e imagem pessoal (*personal stylist*) formada pelo Instituto Marangoni em Milão, autora de dois livros sobre estilo e que, além de prestar serviços para os consumidores do *shopping*, também oferece *workshops* e palestras sobre o assunto⁷⁰³, e por Deborah Cattani, que estudou estilismo e moda na Esmo de Paris, teve parte da sua carreira na Richards, Daslu Homem e Tom Ford, e é especialista em moda masculina, com uma empresa que presta consultoria para noivos, pais e padrinhos⁷⁰⁴. Ocupando a mesma posição, o Shopping Iguatemi tem como consultoras de moda Bia Perotti, que deixou o seu trabalho na revista *Elle* para fundar um *blog* de moda

⁷⁰¹ Informação disponível no *site* da ESPM em: <<http://www2.espm.br/cursos/espm-sao-paulo/marketing-do-luxo>>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

⁷⁰² Informação disponível no *site* da Dresscode em: <<http://www.dresscode.com.br/sobre-nos>>. Acesso em 17 de jun. de 2020.

⁷⁰³ Os serviços oferecidos por Chris Francini podem ser consultados em: <<http://www.chrisfrancini.com.br/about>>. Acesso em 02 de maio de 2019.

⁷⁰⁴ Os serviços oferecidos por Deborah Cattani podem ser consultados em: <<https://www.deborahcattani.com.br>>. Acesso em 02 de maio de 2019.

(hoje patricionado pela revista *Caras*) e Katia Fridrich, que além de ter trabalhado para Joyce Pascowitch, realizou parcerias com Nivea, Tiffany, H Stern etc.

Além dos serviços diferenciados, os *shoppings* de luxo oferecem muitos mimos para os clientes *high-end*, como convites *VIPs* para eventos e desfiles, viagens e almoços. De acordo com informações fornecidas por um entrevistado, o Shopping Iguatemi oferece para a sua clientela AAA palestras com personalidades da moda como Christian Louboutin, com direito a *champagne* e doces, ou mesmo, coquetéis em inaugurações de lojas como a da Louis Vuitton e almoços na Casa Jereissati.

Ainda que 97,0% das vendas do mercado de moda de luxo ainda sejam em lojas físicas no Brasil, os endinheirados não têm que ir necessariamente ao *shopping* para adquirir seus produtos. Hoje, no país, existem várias plataformas *on-line* especializadas em vendas de artigos de vestuário de luxo. É o caso da Farfetch, empresa inglesa, com mais de 11 escritórios pelo mundo. O grande atrativo da empresa é que, além de entregar na casa dos consumidores, é possível entregar a compra no exterior – em Miami, Nova Iorque, etc. – em apenas um dia em um hotel ou *boutique*. O mercado brasileiro é o terceiro maior da empresa, atrás apenas dos mercados americano e britânico.

É possível também que o consumidor brasileiro tenha acesso a peças de vestuário de luxo de toda sorte sem comprá-las. Como são muito caras e exclusivas, muitas vezes não disponíveis em todas as lojas, tem surgido no Brasil um grande número de negócios especializados em aluguel de vestuário de luxo. Uma espécie de ostentação com hora para acabar. É o caso de empresas como I Bag You e BoBags: itens como uma *clutch rockstud* da Valentino, que custa 8.000 reais, pode ser alugada por 270 reais durante sete dias.

Nessa mesma direção – de ostentar sem ter muito dinheiro para desembolsar – o mercado de segunda mão ganha força. O *site* Peguei Bode foi um dos pioneiros no Brasil, com vendas de vestuário e acessórios de luxo que já não servem ou são considerados como desclassificados pelos ricos do topo e que são desejados pelos menos ricos.

Uma característica importante do consumidor brasileiro é a compra em parcelas, com cartão de crédito ou cheque pré-datado, inexistente no universo do luxo, visto que seus consumidores sempre possuem dinheiro suficiente para compras à vista. As marcas que vêm para o mercado brasileiro, se desejam se expandir, têm que se adaptar a isso. Segundo Diniz, “[...] o consumidor brasileiro é o único a comprar luxo em parcelas. Na mente do consumidor,

ele não está gastando 5.000 reais em uma bolsa, mas dez parcelas de 500 reais cada”⁷⁰⁵. Como disse Baudrillard, o crédito liberta o homem das coerções da propriedade.

Tantos novos produtos e marcas no mercado brasileiro requerem divulgação em meios de comunicação especializados e selecionados, em formato impresso ou digital. Entre 2004 e 2014, surgiram aproximadamente no país 24 revistas dedicadas ao mercado de luxo e *premium*, entre elas a *Wish Report*, *IstoÉ Platinum*, *Polo Life*, *Robb Report Brasil*, *Joyce Pascowitch*, *Casa Claudia Luxo*, *The President* e *Lifestyle Magazine Brasil*⁷⁰⁶. Muitas dessas revistas não cobram dos anunciantes, dado que ter publicidade de certas marcas traz *status* para a revista, além de a própria publicidade ficar misturada com o seu conteúdo (publieditorial). Várias marcas de luxo têm sua própria revista, como era o caso da Daslu, que contratava uma editora para fazer uma revista sobre estilo de vida. Mais do que vender produtos, as revistas investem no compartilhamento e criação de valores com o cliente (*branded content*).

Em grande parte dos casos, essas revistas são dirigidas e encaminhadas a clientes específicos, e não encontradas em bancas comuns. É o caso da *Lifestyle Magazine* que, além de ir para o *mailing* da Mercedes-Benz, da Swiss Airlines e do Shopping Cidade Jardim, só pode ser encontrada em bancas selecionadas, como as dos Jardins e das Avenidas Paulista e Faria Lima. Outro exemplo, dos 40.000 exemplares de cada edição da revista *Wish* – também donos da revista *MasterCard Black* –, apenas 5.000 vão para as bancas. Os outros 35.000 são distribuídos entre o *mailing* e hotéis 5 estrelas; 80,0% do *mailing* se concentra na capital e no interior de SP e o restante vai em grande medida para o Rio de Janeiro e Brasília.

Quem são os clientes dessas revistas? No caso da revista *Wish*, o seu leitor tem mais de 35 anos e renda mensal familiar acima de 50 mil reais. A revista *The President*, da Custom Editora, é destinada apenas para presidentes e CEOs de 3.000 maiores empresas no Brasil (6.000 presidentes e 2.000 formadores de opinião). Esses executivos, entre salários e bônus, ganham uma renda anual que varia entre 1 milhão a 200 milhões de reais. Em sua maioria são homens, na faixa dos 50 aos 70 anos⁷⁰⁷.

A Doria Editora, pertencente ao grupo de Comunicação e *Marketing* do governador de São Paulo João Doria Jr., é dona de 50,0% da revista *Robb Report Brasil*, uma das mais importantes revistas internacionais especializadas no mercado de luxo, com matérias sobre mansões, viagens de luxo, joias, jatos e iates. Vale mencionar que Ricardo Geromel, ex-

⁷⁰⁵ DINIZ, 2014, p. 46.

⁷⁰⁶ PASSARELLI & FEIJÓ, 2014.

⁷⁰⁷ PASSARELLI & FEIJÓ, 2014.

jornalista da área de bilionários da *Forbes*, disse que, nos eventos organizados pela Lide, empresa de João Dória, foi onde ele encontrou o maior número de bilionários *per capita* no Brasil⁷⁰⁸

5.2.4. Ricos e velozes

O cosmopolitismo, traço importante das elites globais, pressupõe mobilidade⁷⁰⁹. Apesar da expansão e das comodidades oferecidas pelos espaços exclusivos nos aeroportos das principais metrópoles brasileiras, há um segmento privilegiado da sociedade que não enfrenta filas no *check-in*, embarque e raio-X, e que foge de atrasos e burocracias. São donos do seu próprio transporte aéreo ou podem fretar facilmente um.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Aviação Civil de 2018, a frota brasileira de aeronaves particulares – que inclui desde “teco-tecos” aos jatinhos mais luxuosos – cresceu 41% na última década. Em maio de 2018, existiam 10.190 aeronaves voltadas para serviços aéreos privados, a 2ª maior frota do mundo⁷¹⁰.

De acordo com Leonardo Fiuza, que exercia o posto de diretor comercial da TAM Aviação Executiva, além dos super-ricos, o crescimento de mercado tem sido puxado por profissionais liberais, como advogados, médicos e consultores⁷¹¹.

O crescimento do mercado de aviões executivos demanda, evidentemente, maior investimento em aeródromos, que não vem sendo realizados pelo Estado e pela aviação regional. O Brasil tem o segundo maior número de aeródromos privados do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos⁷¹². Em 2018, eram 591 aeródromos públicos contra 3.263 aeródromos particulares, reconhecidos pela ANAC. Do total de aeródromos particulares, 35,0% eram heliportos, concentrados especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro⁷¹³.

Muitos desses aeródromos localizam-se nos próprios condomínios de luxo ou muito próximos deles. Por exemplo, o Aeroporto de Jacarepaguá, onde os endinheirados da Barra da Tijuca fretam helicópteros, também é usado como ponto de pouso de condomínios como o Marapendi e o *Golden Green*⁷¹⁴.

Os preços das aeronaves particulares variam conforme o modelo e o ano. O avião de entrada mais comum no Brasil é o Phenom 100⁷¹⁵, da Embraer, cujo preço é de 4,1 milhões

⁷⁰⁸ GEROMEL, 2014.

⁷⁰⁹ ORTIZ, 2019, p. 210.

⁷¹⁰ ANUÁRIO BRASILEIRO DE AVIAÇÃO CIVIL, 2018, p. 32.

⁷¹¹ TOCHERO, 2012.

⁷¹² BRANCATELLI & DÉCIMO, 2012.

⁷¹³ ANUÁRIO BRASILEIRO DE AVIAÇÃO CIVIL, 2018, p. 16.

⁷¹⁴ CEZIMBRA & ORSINI, 1996, p. 37, p. 89.

⁷¹⁵ BICHONE et al., 2016, p. 106.

de dólares. Leva 4 passageiros e o custo da hora de voo é de 674 dólares. O de Neymar e de Pedro Grendene, por exemplo, é um Cessna Citation, que custa 16,5 milhões de dólares, leva 10 pessoas e o custo da hora de voo é de 1.761 dólares. O *top* de linha usado pelos ricos brasileiros, como Abílio Diniz, Carlos Jereissati, Paulo Lemann e família Marinho, é o Dassault Falcon 7X, que custa 45 milhões de dólares, leva 19 passageiros e custa 1.918 por hora. (**Quadro 5**).

Quadro 5 - Exemplos de jatos particulares mais vendidos no Brasil em 2018

Modelo	Preço (milhões de dólares)	Número de passageiros	Custo/ hora de voo (dólares)	Exemplos de proprietários
Phenom 100	4,1	4	674	Claudia Leite
Cessna Citation Sovereign	16,5	10	1.761	Neymar Junior, Pedro Grendene
Dassault Falcon 7 X	45	19	1.918	Abílio Diniz, Jereissati, Paulo Lemann, Roberto Irineu Marinho

Fontes: JETADVISORS, 2019; FORBES, 2018. Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/forbeslife/2018/07/conheca-os-jatinhos-de-21-brasileiros/>>. Acesso em: 03 de fev. de 2019.

No Brasil, jatinhos, helicópteros, aviões executivos, iates e *jet skis* não pagam IPVA, ainda que sejam veículos automotores. No caso dos jatinhos, alguns endinheirados, por meio de suas empresas, recorrem a linhas de financiamento do BNDES para comprá-los⁷¹⁶.

Outros serviços em franca expansão no Brasil são os de fretamento de aeronaves privadas, como os oferecidos pela Flapper. Os preços variam muito, dependendo do tipo de aeronave e destino. O intuito dos donos da empresa é “popularizar” esse serviço personalizado. Uma viagem de São Paulo para o Rio, por exemplo, pode sair por 1.350 reais por pessoa, mas os preços médios ainda estão bem acima disso⁷¹⁷.

Compartilhar a posse de transportes de luxo também passou a ser possível no Brasil a partir de 2009. A *Prime Fraction Club* é pioneira no segmento de propriedade compartilhada, com um portfólio que, além de aeronaves executivas e helicópteros, abrange embarcações e carros esportivos. Os custos são divididos entre os sócios na compra e no

⁷¹⁶ Um dos entrevistados do mercado brasileiro de jatos entrevistados por Bichone et al. (2016) relatou que “[...] o cara pode ser um *High Networth Individual* (indivíduo rico), e [...] criar uma empresa só para registrar a aeronave”. Outro entrevistado pelos autores reforça: “a pessoa que tem muito dinheiro acaba comprando a aeronave no nome da empresa dele, não no nome de pessoa física, conferindo a característica de que, no mercado brasileiro, maioria dos jatos executivos estão registrados sob o nome de empresas”. (BICHONE et al., 2016, p. 109).

⁷¹⁷ Valores de 2016. RIBEIRO, 2016.

usufruto. Dependendo do número de cotas, o preço pode chegar a um décimo do original⁷¹⁸. A empresa também é responsável pela gestão do ativo, o que inclui contratação de tripulação, hangaragem e administração do bem, entre outros serviços. De acordo com o sócio-presidente da empresa, o serviço é voltado para “aqueles que têm muito patrimônio, mas não têm tempo para desfrutar da fazenda, da casa de praia, do barco”⁷¹⁹. No ano de 2017, o *Prime Fraction Club* dispunha de 14 ativos compartilhados, no valor estimado de 180 milhões de reais. Inaugurada em 2008, apresentou nos últimos anos crescimento médio de 24,0%⁷²⁰.

A *Four Private*, empresa que oferece serviço análogo, cuida para que cada sócio, quando desfrutar de seu barco, sinta-se único, por meio do próprio enxoval com roupas de cama, toalhas, pratos, talheres a seu gosto. Disse o CEO da empresa: “Sabemos que exclusividade e liberdade são essenciais para os clientes AAA”⁷²¹.

Em 2010, o Brasil foi o principal cliente da empresa Azimut-Benetti, a maior fabricante de iates de luxo do mundo, com um total de vendas de 120 unidades. O público é formado em grande parte por empresários acima de 40 anos, que podem desembolsar no mínimo 1 milhão de reais⁷²².

Um iate de entrada, modelo 46, custa aproximadamente 2,5 milhões de reais. Os iates de padrão médio, modelo 75, custam entre 20 a 30 milhões de reais em média. Um topo de linha, com o Azimut 95, custa 45 milhões de reais⁷²³. Este último modelo possui três pavimentos, cinco suítes, três cabines reservadas à tripulação e *jacuzzi*⁷²⁴. Aproximadamente 50 pessoas trabalham simultaneamente em sua confecção, majoritariamente artesanal e customizada⁷²⁵. No ano anterior ao lançamento do barco, apenas seis unidades da Azimut 95 haviam sido encomendadas em todo o mundo, sendo dois deles no Brasil⁷²⁶.

A decoração e os materiais de revestimento do barco – do piso ao teto – também devem expressar os gostos do dono. Tapetes, móveis, luminárias, acessórios de banheiro e cozinha, enxoval e até os uniformes dos marinheiros podem ser escolhidos. Marcas de luxo, como Armani e Fendi, são utilizadas no interior do barco. Tânia Ortega, *yatch designer* da empresa *Tutto a Bordo*, disse em entrevista concedida a *Isto É* que uma cliente quis o barco todo decorado com estampas de oncinha, outro ter pedido as cores da bandeira da Itália na

⁷¹⁸ QUEIROZ, 2017.

⁷¹⁹ Ibidem.

⁷²⁰ PRIME..., 2017.

⁷²¹ QUEIROZ, 2018.

⁷²² ORSOLINI, 2011.

⁷²³ Valores de 2019.

⁷²⁴ CATUCCI, 2016.

⁷²⁵ VALIM, 2017.

⁷²⁶ Ibidem.

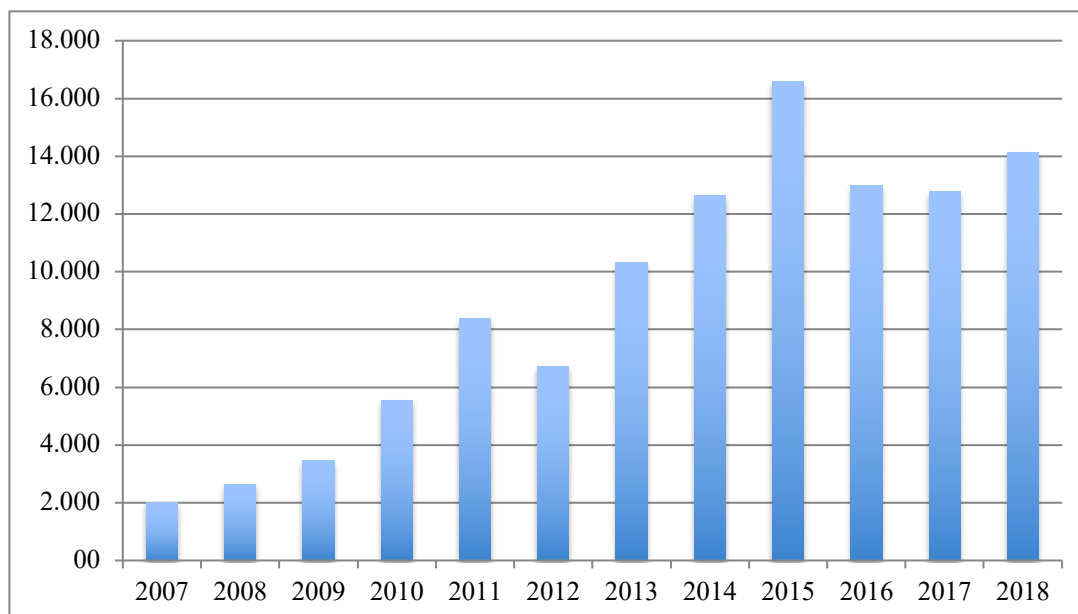
decoração e uma terceira ter pedido para instalar a bordo um secador de cabelo de salão, o que exigiu certas adaptações no barco⁷²⁷.

O *mailing* da revista de luxo *Iate Life*, patrocinada pelo *Yatch Club* de Ilhabela, abarcava, em 2014, 10.000 proprietários de iates, barcos e lanchas e também sócios de iate clubes de vários estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁷²⁸.

A manutenção de um superiate é caríssima. De acordo com um entrevistado da área de vendas de uma importante empresa de iates no Brasil, um marinheiro habilitado custa entre 8.000 a 10.000 reais por mês; um auxiliar de marinheiro entre 2.000 a 3.000 reais por mês; um responsável por serviços gerais (cozinha, limpeza etc.) entre 2.000 a 3.000 reais por mês; a marina, 10.000 reais por mês; a manutenção, aproximadamente 100.000 reais por ano; além do gasto de 400L de diesel por hora.

O mercado de carros de luxo também mostrou um crescimento expressivo ao longo dos anos 2000, apesar de sua desaceleração a partir de 2016, explicada pela crise econômica (**Gráfico 14**).

Gráfico 14 - Mercado de carros de luxo no Brasil de 2007 - 2018 (em milhões de reais)



Fonte: Euromonitor International (2019).

Entre os carros de luxo mais vendidos no Brasil em 2018 estavam aqueles da “base”, que custavam mais de 170.000 reais, como o Audi Q3, Mercedes-Benz Classe C e

⁷²⁷ MASSON, 2017.

⁷²⁸ PASSARELLI & FEIJÓ, 2014, p. 75.

Volvo XC40. Na categoria intermediária estavam os carros que valiam mais de 300.000 reais, como Porsche Cayenne, Ranger Rover Sport, BMW X6. No topo, muitos ricos colecionam carros de altíssimo luxo, que custam mais de 1,5 milhão de reais, como Ferraris, Maseratis, Lamborghinis etc.

A alta demanda tornou atraente a montagem de veículos de luxo no Brasil, como a inauguração da unidade da BMW em Araquari (SC) em 2014, da Audi em São José dos Pinhais em 2015, a retomada da produção da Mercedes-Benz em Iracemápolis (SP) em 2016 e da Land Rover em Itatiaia (RJ) também no mesmo ano, sendo esta a primeira fábrica da empresa fora da Inglaterra.

Para fazerem frente ao crescimento do segmento de luxo, as empresas também têm ampliado sua rede de concessionárias no país. A Mercedes, atual líder do mercado brasileiro de carros de luxo (**Tabela 42**), passou de 32 pontos em 2013 para 47 em 2014⁷²⁹.

Tabela 42 - Fatia de mercado das principais marcas e conglomerados de carros de luxo no Brasil (%)

Marcas	Conglomerados	2009	2011	2013	2015	2017
Mercedes-Benz	Daimler AG	34	27	23	31	31
BMW	Bayerische Motoren Werke AG	27	29	31	25	23
Audi	Volkswagen AG	09	12	13	24	20
Land Rover	Tata Motors Ltd	18	22	26	15	16
Porsche	Volkswagen AG	06	06	05	02	05
Jaguar	Tata Motors Ltd	01	00	01	01	04

Fonte: Euromonitor International (2019).

Além do segmento de luxo, os carros *premium* têm apresentado bom desempenho de vendas. A Volvo, apenas no ano de 2018, vendeu 6.840 unidades no mercado nacional, crescimento de mercado de 96,0% em relação ao ano anterior⁷³⁰. A empresa tem carros com versões que custam mais de 400 mil reais, como o XC90.

Os ricos enfrentam alguns percalços por possuírem carros de luxos num país tão desigual quanto o Brasil. Um dos endinheirados citados no livro das jornalistas Márcia Cezimbra e Elisabeth Orsini, sobre os emergentes da Barra, disse ter deixado de usar carros importados, depois de um homem ter cuspidido no vidro de seu carro em frente à Central do Brasil:

⁷²⁹ MERCADO..., 2014.

⁷³⁰ BORGES, 2019.

Um horror de negão cuspiu no carro gritando ladrão, ladrão. Uma agressividade contra carro importado. Uma vez me jogaram um objeto em Copacabana. Outra vez fui ao Teatro Municipal e me cuspiram o carro todo. Desisti da Mercedes⁷³¹.

O aluguel de limusines também é uma forma de diversão entre os endinheirados mais extravagantes. Vera Loyola, *socialite* da Barra da Tijuca, e suas amigas costumavam alugar limusines na *Laser* do Barrashopping para saírem à noite e tomarem uns *drinks*:

Sai mais barato do que um táxi, gente. Uma limusine custa mil dólares, mas a gente paga 400 dólares porque eles fazem desconto para as emergentes. Nos adoram. Vamos nos divertindo, todas juntas. É assim em Nova York. Essas senhoras lá de baixo (Zona Sul) vivem na Europa e nos Estados Unidos e não sabem disso? É uma comodidade normal. É a mesma coisa com o helicóptero. Outro dia recebi um telefonema às 9 horas e tinha que resolver um problema até às 10h30 na cidade, impreterivelmente. Como ia fazer neste trânsito todo parado? Só de helicóptero. Telefonamos na hora e fomos de graça. Sabe por quê? Pela notoriedade de irmos com eles⁷³².

Para aqueles menos abonados que estão sem um motorista particular, existe um mercado restrito de táxi de luxo em São Paulo que atende principalmente altos executivos e funcionários de embaixadas. Os carros são pretos, blindados e seus motoristas falam inglês e espanhol, e alguns até outros idiomas como alemão, italiano e mandarim. Em 2016, segundo a Secretaria Municipal de Transportes, a capital tinha 162 veículos do serviço de luxo, o que representa 0,5% do total da frota de táxis da cidade. Um dos motoristas da empresa, proprietário de Hyundai Azera importado avaliado em mais de 160 mil reais, afirmou sua renda ter aumentado em mais de 200,0% depois que entrou para o segmento. Disse em entrevista ao *Estadão*:

O passageiro que a gente transporta se sente mais seguro nesse tipo de veículo. Todos os proprietários de carros blindados também têm curso de direção defensiva e contra sequestros⁷³³.

5.2.5. Hospital Cinco Estrelas e Cuidados de Si

Os hospitais de alto padrão no Brasil são estruturas complexas, que envolvem uma vasta equipe médica e assistencial – como enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas,

⁷³¹ CEZIMBRA & ORSINI, 1996, p. 63.

⁷³² CEZIMBRA & ORSINI, 1996, p. 51.

⁷³³ ITALIANI, 2016.

nutricionistas e assistentes sociais –, uma sofisticada infraestrutura técnica (aparelhos de diagnósticos, serviços laboratoriais, farmácia) e de hotelaria, além de uma enorme equipe administrativa. São Paulo possui dois dos melhores hospitais da América Latina: o Hospital Albert Einstein, com 13.200 funcionários e 9.400 médicos; e o Hospital Sírio Libanês, onde trabalham 5.000 pessoas.

Muito provavelmente, nenhuma outra empresa capitalista emprega tantas pessoas em um único local.

Se, desde a sua fundação – o Sírio, em 1921, e o Albert Einstein, em 1955 –, esses dois hospitais já eram frequentados por suas respectivas comunidades, é a partir do final dos anos 1980 que ambos se tornaram a grande referência de toda a elite brasileira. Isso se explica especialmente pela rapidez do avanço tecnológico da medicina e o consequente aumento dos custos dos atendimentos. Muitos hospitais públicos, antes referências de qualidade e, por isso, também frequentados pelos mais ricos, não conseguiram acompanhar a reposição de equipamentos novos e mais complexos dos hospitais particulares, especialmente do Sírio e do Einstein, por duas razões: a lentidão e a burocracia enfrentada pelos processos de licitação no Brasil, dado que, muitas vezes, quando um equipamento é comprado, já se tornou obsoleto; e pelas limitações do financiamento público no setor da saúde.

Um ex-diretor do Sírio Libanês contou-nos que os aparelhos e procedimentos do Sírio e do Einstein não são muito diferentes de outros hospitais particulares de São Paulo. O que atesta, então, a qualidade do Sírio e do Einstein? Disse o entrevistado: “O que importa é a marca! Os meus pacientes não dizem que tiraram sangue... Dizem que tiraram sangue no Fleury. Dizem que foram operados no Einstein...”.

Mas o que sustenta as marcas de hospitais de luxo? Essa diferenciação do serviço, que antes aparecia em grande medida na qualidade do tratamento e no nível dos médicos, acentuou-se e estendeu-se a todas as áreas do hospital: portaria, segurança, limpeza, hotelaria etc. Ou seja, apesar de os pacientes desses hospitais optarem por um serviço de saúde diferenciado por conta de sua qualidade, muitos também o fazem pela “ostentação”, no sentido de quererem um tratamento de luxo do começo ao fim, disse um médico entrevistado. Nessa mesma direção, o médico Milton Glezer, vice-diretor clínico do Hospital Albert Einstein em 2005, disse, em entrevista para a *Folha de São Paulo*, que a hotelaria hospitalar de alto padrão ajuda a justificar os gastos com equipamentos médicos de última geração:

Todo o investimento em modernas aparelhagens não é visível para um leigo. O paciente não sabe se o tomógrafo é de primeira ou de quinta

geração. Então, os hospitais investem em luxos, porque isso é mais palpável⁷³⁴.

O preço médio da diária depende do procedimento realizado. No Hospital Albert Einstein, a diária do leito, independentemente do procedimento, custa em torno de 1.404 reais⁷³⁵. No Sírio Libanês, a diária do leito no apartamento mais simples custa 1.840 reais e a do apartamento com varanda, 2.085 reais. Se considerarmos os procedimentos, as contas são impagáveis⁷³⁶. Não à toa, os próprios convênios têm extinguido os planos de saúde particulares e optado pelos corporativos.

Os hospitais de luxo paulistanos investem em serviços de hotelaria, o que inclui não apenas quartos de alto padrão, mas vários serviços como o de *concierge*, carregador de malas, *chefs* de cozinha, copeiras etc. O time de *concierges* é crescente: no Hospital Albert Einstein passou de quatro pessoas em 2002 para trinta em 2016; e no Sírio-Libanês subiu de três em 2005 para dezoito em 2016.⁷³⁷

O Hospital São José, unidade *premium* da Associação de Beneficência Portuguesa, abriu em 2007 uma nova unidade que lembra um *hotel-boutique*, com diárias que variam entre 700 a 1.500 reais⁷³⁸. A relação entre funcionários e pacientes é de sete para um. Caso o paciente tenha animal de estimação, há uma sala coberta de 3,6 metros quadrados para eles. Segundo o diretor-médico da instituição em 2016, João Gandara de Moraes Filho, o hospital garante a privacidade dos clientes:

Cerca de 30% de nossos pacientes vêm aqui fazer cirurgia plástica [...] Os outros 70% são industriais, executivos e esportistas que não querem fazer alarde sobre seus problemas de saúde⁷³⁹.

Os pacientes também esperam que “a gastronomia seja comparável à de hotel cinco estrelas”, conforme disse em entrevista Luci Uzelin, coordenadora do Serviço de Alimentação do Hospital Albert Einstein em 2010⁷⁴⁰. Apesar de o cardápio ser preestabelecido, uma parte considerável dos pedidos é feita de forma personalizada, ainda que de acordo com a dieta prescrita pelo médico. No Albert Einstein, o número de pedidos diários personalizados chega a

⁷³⁴ OLIVEIRA & MANTOVANI, 2015.

⁷³⁵ Valores de 2019.

⁷³⁶ Os valores de alguns procedimentos específicos cobrados pelo Hospital Albert Einstein podem ser consultados no Anexo 3.

⁷³⁷ CHAYAMITI, 2016.

⁷³⁸ Valores de 2019.

⁷³⁹ DUARTE, 2006.

⁷⁴⁰ ISKANDARIAN, 2010.

30,0%. Em 2010, a cozinha do hospital contava com 50 pessoas. No Hospital Oswaldo Cruz são servidas, por exemplo, codorna assada, ovinhos da ave sobre cenouras fatiadas, dispostas em formato de ninho, e arroz com legumes⁷⁴¹. O hospital conta com um garçom exclusivo por andar⁷⁴².

O Hospital Sírio-Libanês possui até uma pista de *cooper* e um centro de medicina esportiva onde o acompanhante do paciente pode se exercitar. Segundo Marcia Caselato, gerente de hotelaria do local em 2005, “quando não tem entretenimento, a pessoa se torna uma péssima acompanhante”⁷⁴³. No Hospital há também um salão de beleza, que oferece serviços de cabelo, estética (massagem, depilação) e podologia, cujo atendimento pode ser realizado no próprio salão ou nos quartos. No Hospital Oswaldo Cruz, as possibilidades de contratação de serviços pelo acompanhante são várias: manicure e pedicure, corte e escova de cabelo, *design* de sobrancelha, *quick massage*, Netflix e o pacote *premium*, que inclui máquina de café Nespresso, enxoval padrão luxo, roupão de banho, serviço de gastronomia diferenciada, café da manhã para acompanhante, vaga de estacionamento e serviço de *concierge*⁷⁴⁴. Outras atividades oferecidas para o acompanhante são: ioga, oficina de bem-estar emocional e espiritual, reflexologia e musicoterapia, entre outras⁷⁴⁵. Como nos disse um médico entrevistado para esta tese, o Sírio e o Einstein parecem verdadeiros *shoppings centers*, com restaurantes de toda espécie e redes de franquias como Kopenhagen, Viena, Arabia, além de livrarias e serviços bancários como o do Banco Safra.

O atendimento personalizado é parte importante do serviço de alto padrão. No Hospital Albert Einstein, em 2013, eram 1,5 médicos e 5 enfermeiros por leito⁷⁴⁶. Possuíam também 60 nutricionistas, 289 fisioterapeutas e 38 fonoaudiólogos. No Sírio Libanês eram 0,5 médicos e 3,1 enfermeiros por leito, além de 35 nutricionistas, 119 fisioterapeutas e 5 fonoaudiólogos⁷⁴⁷. O Vila Nova Star, um dos mais novos empreendimentos de luxo da Rede D’Or, terá 23 funcionários por leito⁷⁴⁸.

⁷⁴¹ OLIVEIRA& MANTOVANI, 2005.

⁷⁴² Informação disponível no *site* do Hospital Oswaldo Cruz em:

<<https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/o-hospital/complexo-hospitalar/comodidades-do-hospital>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁷⁴³ OLIVEIRA& MANTOVANI, 2005.

⁷⁴⁴ Informação disponível no *site* do Hospital Oswaldo Cruz em:

<<https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/o-hospital/complexo-hospitalar/comodidades-do-hospital>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁷⁴⁵ Informações disponíveis no manual do paciente do Hospital Oswaldo Cruz em:

<<https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/wp-content/uploads/2017/09/manual-do-paciente.pdf>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁷⁴⁶ ANUÁRIO ANÁLISE SAÚDE, 2013, p. 200.

⁷⁴⁷ Ibidem, p. 230.

⁷⁴⁸ VALIM, 2019.

As maternidades também são símbolos importantes dos serviços diferenciados oferecidos por esses hospitais. No mais recente edifício do Hospital São Luiz, a maternidade conta com cromoterapia, aromaterapia e música ambiente para embalar os recém-nascidos. No quarto de pré-parto, a gestante tem a sua disposição um serviço de cromoterapia e banheira de hidromassagem. O hospital tem um “*happy hour* do bebê”, em que pianistas, violinistas e flautistas tocam para pais e visitantes. Um famoso apresentador televisivo, que teve sua filha no Hospital São Luiz, disse em entrevista:

Nem parece que é uma maternidade. A pessoa só percebe que é um hospital quando entra na sala de operações⁷⁴⁹.

A maternidade do Hospital Albert Einstein conta com 530 apartamentos privativos, 3 leitos de unidade semi-intensiva obstétrica e 3 suítes (apartamento e antessala). O preço da cesárea no Hospital Albert Einstein em 2019, segundo informações do seu *site*, era de 17.459 reais e do parto normal, 16.317 reais⁷⁵⁰.

O Hospital e Maternidade Santa Catarina, que possui uma das melhores UTIs neonatais do Brasil, conta com quatro suítes do tipo AAA, cujo preço da diária é de 1.044 reais. Durante a internação, pacientes e familiares dispõem de atendimento psicológico. Antes do parto, as gestantes podem relaxar tomando um banho de banheira ou fazendo uma massagem. Depois do nascimento, elas se arrumam para receber as visitas contratando os serviços de cabeleireiro e manicure⁷⁵¹.

Tanto o Sírio quanto o Einstein têm investido muito em informatização e segurança nos procedimentos médicos. O Einstein, em 2017, foi pioneiro na adoção de um prontuário totalmente digital, que possibilita o acesso a todo histórico do paciente no hospital, com informações sobre as circunstâncias de admissões hospitalares, resultados de exames, consultas, cirurgias, registros dos médicos e equipes assistenciais etc⁷⁵². Todos os pacientes recebem uma etiqueta digital que monitora desde a localização do paciente dentro do hospital até o remédio ministrado. Esse novo salto na informatização do atendimento médico no Einstein custou mais de 100 milhões de reais, segundo informações de um médico

⁷⁴⁹ OLIVEIRA& MANTOVANI, 2005.

⁷⁵⁰ Valores de fevereiro de 2019, disponíveis em:

<<https://medicalsuite.einstein.br/apoio-comercial/Paginas/procedimentos-gerenciados.aspx#>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁷⁵¹ DUARTE, 2016.

⁷⁵² Informação disponível no *site* do Hospital Albert Einstein em:

<<https://www.einstein.br/noticias/noticia/einstein-disponibiliza-prontuario-digital-para-os-pacientes>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

entrevistado pela *Folha de São Paulo*⁷⁵³. O Sírio, em 2016, também investiu 8 milhões de reais em um sistema que gerencia remédios e suprimentos⁷⁵⁴. Quando os pacientes precisam de remédio, ele os localiza no estoque e libera na quantidade indicada. Além de evitar erros médicos, como receitas erradas ou mal interpretadas, falta de prevenção a alergias ou dosagens ministradas em quantidades ou horários incorretos, esse sistema reduz o desperdício de suprimentos em até 20,0%.

Os médicos desses hospitais, evidentemente, são os mais requisitados do país e tornam-se, quase sempre, celebridades do ramo, que cobram mais de 1.000 reais a consulta em seus consultórios particulares. Segundo um ex-diretor do Sírio Libanês, “o que atesta a ‘qualidade’ desses médicos e justifica o seu valor de 1.000 reais a consulta é o simples fato do seu nome estar atrelado ao Einstein ou ao Sírio. É uma marca!”.

Uma pesquisa realizada pelo DataFolha em 2018 levantou quem são os médicos mais requisitados em São Paulo, por meio de entrevistas com 822 especialistas de nove especialidades médicas. Foram 27 nomes apontados pela pesquisa com o seguinte perfil: homem branco, 69 anos, professor em uma renomada escola de medicina, com boa atuação no ensino e na pesquisa, e liderança em associações médicas⁷⁵⁵.

De acordo com o Documento Oficial do Plano de Carreiras do Einstein, um médico da instituição ganha 80,0% a 120,0% a mais do que a média de mercado⁷⁵⁶. A remuneração médica do Einstein é composta pelo salário-base mensal, um bônus anual e mais uma variável mensal. De acordo com uma pesquisa realizada pela revista *Galileu*, um médico diretor desses hospitais ganha ao redor de 50 mil reais mensais, além das consultas⁷⁵⁷. Entretanto, são poucos os médicos contratados com regime de exclusividade. Na maior parte dos casos, esses médicos atuam como prestadores de serviços para os hospitais e, portanto, possuem remuneração variável, ainda que acima da média de mercado. Por exemplo, a remuneração pelo “plantão” costuma ser 30,0% maior do que a média do mercado.

O caso mais emblemático do aumento expressivo de renda dos médicos de ponta no Brasil foi o de um dos maiores oncologistas do país que, recentemente, de acordo com as especulações da imprensa, teria recebido 50 milhões de reais de luvas para trocar o comando do Sírio e ir para a rede D’Or – maior rede de hospitais privados do país –, além de mais de 1

⁷⁵³ PINTO, 2016.

⁷⁵⁴ Ibidem.

⁷⁵⁵ ALVES, 2018.

⁷⁵⁶ CUNHA, 2007, p. 32.

⁷⁵⁷ TOLEDO, 2018.

milhão de reais mensais de salário⁷⁵⁸. Como o próprio médico disse em entrevista à *Veja*, “o paciente com câncer dá muito retorno financeiro aos hospitais porque tem de se submeter a terapias com medicamentos, exames de imagem, laboratoriais, reabilitação etc. Mesmo depois do fim do tratamento, ele ainda é acompanhado com frequência ao menos por cinco anos”⁷⁵⁹.

A infraestrutura para os médicos também é diferenciada. Além dos equipamentos de ponta e ampla equipe de assistentes, o Hospital Albert Einstein tem um espaço com academia – com vestiário e professores de educação física –, local de repouso, bufê de comidas leves, serviço de educação médica, *conciierge* e computadores com acesso às principais publicações científicas do mundo. No novo edifício do Hospital São Luiz, há uma central de apoio aos médicos com profissional para secretariá-los em tempo integral e até uma sala de massagem rápida.

ii.

Os cuidados preventivos com a saúde dos endinheirados também são muitos e motivo de grande preocupação e investimento. Contam com *personal trainers*, nutricionistas, nutrólogos, fisioterapeutas, massagistas etc. O lugar símbolo onde se concentram esses serviços, voltados para a construção do corpo ideal, são as academias *fitness*, para aqueles que não querem treinar na academia de casa ou do condomínio. A partir de 2010, surgiram em São Paulo as academias *boutiques*, um novo conceito de academia voltado para o público AAA, com o intuito de oferecer serviços diferenciados, que combinem atividade física personalizada, orientação nutricional e ambiente confortável, que integre o conceito de *spa* e relaxamento.

A *Les Cinq Gym*, inaugurada em 2014 nos Jardins, cobra 1.500 o plano mensal e uma mensalidade de 869 reais para um plano de 13 meses⁷⁶⁰. Com decoração de hotel de luxo, o mobiliário da academia conta com móveis alemães e as paredes possuem revestimentos de Murano. O balcão da recepção é de pedra de ônix, vinda da Indonésia. Os vestiários têm sauna e clima de *spa*, que imitam praia e natureza: o masculino tem pé direito alto e pedras no chão que massageiam os pés, além da queda da água do chuveiro criar uma verdadeira sensação de cachoeira; no feminino, existe uma área específica para maquiagem, com um camarim e vários produtos de beleza disponíveis. Todos os alunos podem usar à vontade produtos de higiene da marca Granado, além de toalhas de 400 fios egípcios. Os

⁷⁵⁸ Ibidem.

⁷⁵⁹ LOPES, 2018.

⁷⁶⁰ Valores de fevereiro de 2019.

espelhos são de bronze e a iluminação é teatral para valorizar o corpo da pessoa. Em uma das paredes da área de musculação, são projetadas fotos dos alunos que usam o Instagram para compartilhar seus momentos de malhação: “Eles adoram uma *selfie*”, disse em entrevista o proprietário da academia⁷⁶¹.

Na sala de musculação tem água de coco e oleaginosas à vontade, além de toalhas sempre geladas. A academia oferece serviços de manicure “gratuitos” duas vezes por mês. A academia também é a única no país a contar com um serviço de *fitness host*:

O rapaz fica próximo à recepção, à espera de cada aluno. Conversa com ele, procurando entender, sem ser invasivo, a necessidade do dia, colhendo informações que possam ser úteis na elaboração do treinamento adequado. Ciente do que o aluno precisa, o *fitness host* o acompanha pela academia.⁷⁶²

A *Les Cinq Gym* aceita apenas 500 alunos para assegurar que o espaço não fique superlotado e para garantir o serviço personalizado⁷⁶³, com um professor para cada quatro alunos.

A academia do Reebok *Sports Club*, localizada na cobertura do Shopping Cidade Jardim, com uma área de 6.560 m², tem geladeira com frutas e água em garrafinhas personalizadas, acesso a sua unidade internacional (que fica em Madri), área Zen (para atividades como ioga, relaxamento e alongamento), Spa e o *Kids Club*, para receber filhos de alunos.

A *BodyTech* do Shopping Iguatemi tem Toalhas Trousseau, cafés Nespresso, barrinhas de cereais e isotônicos à disposição dos alunos. Ao se matricular, o cliente passa por três avaliações: funcional, nutricional e fisioterapêutica. O preço do plano anual é de 1.035 reais por mês⁷⁶⁴. As academias padrão AAA também contam com restaurantes *light*, com cardápio estabelecido por nutricionistas, além de lojas de roupa e material esportivo de alto padrão⁷⁶⁵.

⁷⁶¹ BARG, 2015.

⁷⁶² Informação disponível no *site* da Les Cinq Gym em: <<http://lescinqgym.com.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁷⁶³ BARG, 2015.

⁷⁶⁴ Valor de fevereiro de 2019, disponível no *site* da BodyTech em: <<https://www.bodytech.com.br/academia/iguatemi-sao-paulo>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

⁷⁶⁵ LIMA, 2004, p. 16.

Além das academias, os cuidados estéticos e de si se estendem para muitas outras áreas: cirurgiões plásticos, dermatologistas, *hair stylists*, manicures, esteticistas, acupunturistas etc.

As clínicas estéticas de luxo oferecem tratamentos de massoterapia, rejuvenescimento e renovação capilar, tratamentos faciais, redução de medidas e flacidez, depilação definitiva, rejuvenescimento, reposição de volume e preenchimentos, além de vários outros tratamentos injetáveis, principalmente aplicações de *botox*. A Clínica Mais, que atende ricos e celebridades em São Paulo, em menos de quatro anos, desde sua inauguração em 2014, mudou-se para um prédio de 6 andares, com 1.800 metros quadrados no bairro do Paraíso e que custou 20 milhões de reais. Chegou a empregar mais de 180 profissionais, como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, biomédicos, orientadores físicos e terapeutas capilares. Em 2018, a clínica atendia em média 180 clientes, que pagavam tratamentos estéticos entre 2.000 a 15.000 reais. A “inspiração” do lugar é descrita no próprio *site* da empresa:

O novo espaço foi inspirado no Palácio de Versalhes, misturando o luxo “vintage” antigo com alguns toques do moderno. A nova Mais conta com seis andares de muitos espelhos, mármore, lustres, reproduções de telas renascentistas e detalhes em dourado como se banhados no ouro. Tudo combinado com o que há de mais moderno em tecnologia. Todas as tarde há a presença de música clássica tocada ao vivo em um piano de cauda, deixando o ambiente leve e agradável.⁷⁶⁶

Muitas clínicas de luxo se transformaram em verdadeiros *spas* urbanos, aliando-se à ideia de bem-estar integrado. É o caso do Aigai Spa, um refúgio para os ricos que precisam descansar sem sair de São Paulo, localizado no bairro de Pinheiros. O tratamento *Refresh and Renew*, uma massagem de 50 minutos para a desintoxicação da pele custa 530 reais. A *Blossom*, uma massagem de 80 minutos com pedras relaxantes nos ombros e tonificação das mãos custa 630 reais⁷⁶⁷.

Não se pode deixar de mencionar os gastos com cirurgias plásticas, que colocam o Brasil em segundo lugar no *ranking* mundial. O médico Carlos Fernando Gomes de Almeida, um dos cirurgiões mais cobiçados do eixo Rio-São Paulo, operava cerca de 15

⁷⁶⁶ Informações disponíveis no *site* da Clínica Mais em: <<https://maisc.com.br>>. Acesso em 13 de ago. de 2020.

⁷⁶⁷ Valores de 2020.

pessoas por mês em 2017. O preço de qualquer intervenção era no mínimo 50.000 reais, desconsiderando-se os demais custos com hospital etc⁷⁶⁸.

Muitos dos salões de beleza de luxo em São Paulo surgiram no início dos anos 2000, como foi o caso do Studio W, de Wanderley Nunes, e do MG Hair, de Marco Antonio di Biaggi. Localizado no Shopping Iguatemi, o Studio W ocupa uma área de 1,6 mil metros quadrados e, dois anos após sua abertura, já recebia 8 mil clientes por mês. O MG Hair, cujo investimento foi de 3 milhões de reais, possui área de 2 mil metros quadrados, com áreas específicas para as noivas, tinturas e estética. Pouco tempo após a sua abertura, já recebia 2 mil clientes assíduos⁷⁶⁹. O preço mínimo de um corte de cabelo nesses salões se aproxima de 400 reais. Mas o *ticket* médio é muito mais alto devido a outros serviços somados, como a lavagem, a tintura, a escova e a manicure. O *ticket* médio do salão de Marcos Proença é de 1.000 reais, e a fila de espera para novos clientes é grande⁷⁷⁰.

Tabela 43 - Preços cobrados pelos salões de beleza frequentados pelos ricos de São Paulo em 2019 (em reais)

Salão	Cabeleireiro	Corte	Escova	Pé e mão	Localização
MG Hair Design	Marco Antonio de Biaggi	390 a 890	170	165	Jardim América
Marcos Proença Cabeleireiros	Marcos Proença	380 a 550	170	145	Jardim Paulistano
Studio W	Wanderley Nunes	356 a 440	142	153	Shopping Iguatemi
Rom. Concept Felipe	Romeu Felipe	300 a 470	120	120	Jardim Paulista
C. Kamura	Celso Kamura	270 a 550	150	130	Cerqueira César

Fonte: Pesquisa realizada pela *Veja São Paulo* em nov. de 2019. Elaboração própria.

Como esses cabeleireiros tornaram-se marcas, expandiram-se por meio da abertura de novos salões nas principais cidades do Brasil, cursos próprios, além do desenvolvimento de linhas de produtos com o seu nome.

Os serviços de alto padrão para os cuidados dos cabelos vão além dos salões. O Mariá Spa do Cabelo, no alto de Pinheiros em São Paulo, é um refúgio urbano para quem quer relaxar e tratar de forma mais profunda e personalizada os fios. Antes do tratamento, o cliente passa por uma análise completa do couro cabeludo com aparelhos ultrassom. Os lavatórios de

⁷⁶⁸ PESSOA, 2017.

⁷⁶⁹ RANGEL, 2007.

⁷⁷⁰ IODICE, 2019.

cabelo são japoneses, reclinam 180 graus e são acoplados a uma maca de massagem, permitindo que a pessoa fique deitada durante o processo. O tratamento Ritual Mariá mais uma massagem craniana de 30 minutos custa 700 reais⁷⁷¹.

5.2.6. Formando Cosmopolitas em Escolas *VIP*

Até a década de 1990, estudar em uma escola de elite no Brasil significava frequentar colégios tradicionais, com décadas de história, onde haviam estudado integrantes de famílias ricas, pais e avós dos alunos atuais. Essas escolas, como Santa Cruz, Dante Alighieri, Bandeirantes e Vera Cruz em São Paulo, apesar de ainda manterem o seu prestígio e altas mensalidades, estão cedendo espaço para novos *players*, com outras propostas e formato de ensino: bilíngue e voltado a formar cidadãos cosmopolitas. Enquanto as mensalidades das escolas particulares tradicionais de São Paulo variam entre 2.500 a 5.000 reais, as novas escolas de elite cobram de 6.000 a 10.300⁷⁷², várias delas com fila de espera.

Isso significou uma nova segmentação de mercado de escolas particulares no Brasil, a de “escolas de luxo”, onde os filhos dos mais ricos não mais convivem com aqueles de classe média alta, inclusive. É importante notar que esse segmento não estava sendo contemplado pelas escolas tradicionais de São Paulo até pouco tempo. Em entrevista concedida para a pesquisa, um importante diretor de escolas voltadas para a alta classe média em São Paulo disse que, mais do que o projeto pedagógico, os pais endinheirados optam pelas “escolas de luxo” pelo fato de ela ser exclusiva, o que significa que seus filhos convivem apenas com seus pares. Não à toa, as escolas mencionadas mantêm um controle rigoroso em relação a bolsas e descontos, que são praticamente inexistentes. Essa escolha é justificada pelos pais pela pretensa segurança.

Apenas em 2018, três novas instituições de ensino com esse perfil começaram a funcionar em bairros nobres da capital paulista: *Avenues*, *Concept*⁷⁷³ e *Red House International School*, com mensalidades acima de 6 mil reais (**Quadro 6**).

⁷⁷¹ Valor de 2020.

⁷⁷² Esse valor não inclui taxas como a de matrícula ou viagens.

⁷⁷³ O preço da mensalidade da escola Concept não consta no Quadro 6, uma vez que a escola o divulga apenas mediante visita.

Quadro 6 - Valores das mensalidades das escolas mais caras da cidade de São Paulo em 2019 (em reais)

Escolas	Infantil	Fundamental I (1-5 série)	Fundamental II (6-9 série)	Médio
Avenues	10.358	10.358	10.358	10.358
Graded	7.402	7.402	9.097	9.218
St. Francis College	4.930	6.860	8.730	8.730
St. Paul's School	6.725	6.725	8.493	8.493
Chapel School	7.353	7.353	8.340	8.340
Red House International School	5.267	5.467	6.097	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos *sites* das próprias empresas e de informações fornecidas por elas. (fev/2019).

O que justificaria esses valores? O currículo, além de contemplar as normas exigidas pelo MEC, oferece várias atividades eletivas e extracurriculares voltadas para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais do aluno, sua criatividade e curiosidade. Oferecem atividades como música, artes, teatro, *public speaking*, culinária, jornalismo esportivo, xadrez, *ballet*, circo, fotografia e ciência forense. Atividades profissionalizantes, como *marketing*, *design* digital, de moda e programação também são itens obrigatórios. Os cuidados com o corpo e com a saúde são igualmente valorizados. Muitas dessas escolas, além de contar com um *fitness center* (como a *Avenues*), oferecem futsal, basquete, vôlei, esgrima, capoeira, jiu-jítsu, judô, *taekwondo*, *badminton*, *rugby* etc. Trata-se, enfim, de um novo currículo – voltado para impulsionar os “talentos” de crianças e jovens –, livre da angústia e do sofrimento do modelo padrão de educação voltado para a aprovação no concorrido vestibular brasileiro.

Para tal, a estrutura das escolas conta com lousa digital, *ipads*, *maker lab*, impressoras 3D, cortadoras a laser, auditórios grandes, vários ginásios e salas especializadas: para leitura, laboratórios, salas com acústica para música etc. Na *Chapel School*, por exemplo, as salas de aula são equipadas com lousas digitais e projetores; há três laboratórios de informática e multimídia; mais de 280 computadores em rede; mais de 84 *Chromebooks*; e mais de 60 *ipads* e uma impressora 3D⁷⁷⁴. Na *St. Paul's School*, existem dois grandes espaços de *performances* musicais e artísticas: um teatro com capacidade para 400 pessoas, com um piano de cauda e três órgãos Rodgers, e outro teatro com capacidade para 90 pessoas, que é frequentemente usado para concertos e ensaios de música de câmara. Em 2016, a escola tornou-se a primeira no Brasil a oferecer os prestigiosos exames da *London College of Music*,

⁷⁷⁴ Informação disponível no *site* da *Chapel School* em: <<http://chapelschool.com/novo/pt/infraestrutura/>>. Acesso em 03 de ago. de 2019.

um certificado internacionalmente reconhecido e respeitado por universidades internacionais. As refeições também são preparadas por uma equipe própria. Na *Chapel School*, os cardápios são balanceados e elaborados por um corpo de quatro nutricionistas, com o objetivo de desenvolver hábitos alimentares saudáveis⁷⁷⁵. Uma estrutura desse porte requer investimentos consideráveis: a *Concept*, em São Paulo, investiu 75 milhões de reais, e a *Avenues*, ao redor de 300 milhões⁷⁷⁶.

A *Avenues*, escola frequentada pelos ricos de Nova Iorque, abriu sua filial em agosto de 2018 em São Paulo. O prédio ocupa uma área de 40 mil metros quadrados no Morumbi, zona Sul de São Paulo, com capacidade para receber 2.100 estudantes⁷⁷⁷. A remuneração dos professores chega a 20 mil reais, 40,0% acima da média paga a profissionais que atuam no ensino médio de escolas particulares de outros segmentos⁷⁷⁸. Diferentemente de outras escolas particulares, que pagam o professor por hora-aula, as escolas de elite exigem dedicação em tempo integral.

O acompanhamento durante toda a vida escolar é muito personalizado, não apenas pelo fato de as classes serem pequenas e a relação professor/aluno ser alta, mas também pela equipe de pedagogos, conselheiros e tutores à disposição dos alunos:

Os *Deans* são mentores em tempo integral, cuja única responsabilidade é o bem-estar socioemocional e o sucesso acadêmico dos nossos alunos. Trabalhando em estreita colaboração com os professores e atuando como ponto único de contato com os pais, os *Deans* garantem que os alunos sejam totalmente amparados durante suas atividades escolares. A relação estudante-*Dean* é uma poderosa fonte de continuidade entre as principais passagens dos níveis escolares e, mais adiante, na formatura e na entrada na universidade⁷⁷⁹.

Os professores, em muitas dessas escolas de luxo, realizam reuniões diárias para discutir o progresso de cada um dos alunos, em contraposição à reunião semanal realizada pelas escolas voltadas também para a alta classe média.

Na *Avenues*, a equipe de gestores, além de contar com diretores e coordenadores, dispõe de um Diretor de Ensino e Aprendizagem (*Director of Teaching and Learning*), além

⁷⁷⁵ Ibidem.

⁷⁷⁶ OYAMA, 2018.

⁷⁷⁷ Informação disponível no *site* da Avenues em: <<https://www.avenues.org/pt-br/sp/nossa-escola/>>. Acesso em 03 de ago. de 2019.

⁷⁷⁸ CAFARDO, 2018.

⁷⁷⁹ Informação disponível no *site* da Avenues em: <<https://www.avenues.org/pt-br/sp/nossa-escola/>>. Acesso em 03 de ago. de 2019.

de Chefes de Divisão Associados (*Associate Division Heads*) para cada duas séries. A *St. Paul's School* oferece um serviço individual de tutor de música para piano, órgão, cordas e voz. Uma reportagem feita pelo *The Guardian*, em 2018, sobre os tutores dos super-ricos na Inglaterra, salienta que esses profissionais, além de tutores, são também mentores, guias e amigos, para não dizer em muitos casos, pais substitutos⁷⁸⁰. O tutor, além de ser professor dos alunos, funciona como conselheiro dos pais e mediador de relações familiares.

A participação dos pais na escola é ativa – pelo menos, há espaço para tal. As reuniões são frequentes: enquanto as escolas para a alta classe média realizam geralmente reuniões trimestrais com os pais, as de “luxo” oferecem a possibilidade de reuniões semanais, além de cursos e seminários para os pais sobre temas ligados à educação dos filhos. Outras escolas contam com espaços dedicados à sociabilidade dos pais: na *Avenues*, por exemplo, depois de deixarem seus filhos na escola (ou a qualquer momento do dia escolar), os pais e outros membros da comunidade podem se reunir para um café no *Parent Café*⁷⁸¹.

Os programas de intercâmbio são inúmeros nessas escolas. O objetivo é criar experiências interculturais que tornem os alunos verdadeiros cosmopolitas. Essas experiências podem incluir viagens durante as férias escolares, excursões e programas de estudos. Os alunos da *Avenues*, por exemplo, desde a sua abertura em Nova Iorque, têm participado de programas em toda a Europa, América Latina, Ásia e África. Viagens temáticas incluem estudos sobre a mudança climática na Nova Zelândia, investigações da cultura e da sociedade do Marrocos e estudos da História da Arte na Itália⁷⁸². A escola também tem como objetivo oferecer intercâmbios para o *campus* de Nova Iorque e os futuros na China e Inglaterra:

A experiência de viver no exterior é insubstituível. Começando nos *Middle Grades* e percorrendo toda a vida escolar, os alunos da *Avenues* São Paulo têm múltiplas oportunidades de estudar e viajar para o exterior, inclusive para o nosso campus de Nova Iorque e para outros campus da *Avenues*, à medida que eles forem inaugurados. Com variadas extensões, os programas da *Avenues* são integrados, de forma bastante coesa, ao *World Course*. Essas experiências podem ser concretizadas em forma de viagens e programas de estudos de curto ou longo prazos. No decorrer da vida acadêmica, os alunos

⁷⁸⁰ BATTY, 2018.

⁷⁸¹ Informação disponível no *site* da *Avenues* em: <<https://www.avenues.org/pt-br/sp/nossa-escola/>>. Acesso em 03 de ago. de 2019.

⁷⁸² Informação disponível no *site* da *Avenues* em: <<https://www.avenues.org/pt-br/sp/estudos-no-exterior/>>. Acesso em 03 de ago. de 2019.

provavelmente terão em seus repertórios mais de um ano de vivência no exterior⁷⁸³.

Trata-se da formação de uma verdadeira casta cosmopolita. Quando se formam, poucos desses alunos cursam o ensino superior no Brasil. Ingressam em universidades nos Estados Unidos, Canadá e Europa. Os alunos da *Chapel School*, entre 2016 a 2019, ingressaram em 181 universidades ao redor do mundo, sendo apenas 7 delas brasileiras, contra 125 americanas (Anexo 4). Para isso, as escolas contam com profissionais especializados que auxiliam os estudantes no processo de inscrição até a preparação para os exames específicos em processos seletivos. Mesmo as escolas voltadas para a alta classe média têm adotado esse modelo voltado para a aprovação no exterior, ainda que em menor medida. A aprovação no vestibular brasileiro, apesar de continuar sendo um indicador importante de qualidade, tem se tornado uma medida mínima e/ou ultrapassada.

Entre as explicações desse processo destacam-se a degradação do ensino público superior no Brasil, agravada pela expansão acrítica da educação durante os anos 2000; e a maior participação das cotas nas universidades públicas, tanto pela diminuição do número de vagas antes destinadas à classe média e aos ricos, quanto pelo convívio com os mais pobres.

5.2.7. Casamentos e outras celebrações

Até início dos anos 1990, bastava uma única ou poucas pessoas para organizar todo o casamento, que se resumia a arranjos de mesa, mesa de doces e bolo, bebidas, bufê e som. O que distinguia em boa medida o casamento dos ricos dos demais era a qualidade e a quantidade desses itens. A partir dos anos 2000, esses atributos de distinção passaram a se colocar em outros patamares.

A começar pela centralidade de um novo profissional: o *wedding planner*. Além de contratar os fornecedores, planeja o cronograma da festa, organiza seus custos, formata a lista de convidados, acompanha as reuniões com decoradores, prova de flor, degustação etc., “gerencia” o nervosismo e ansiedade das noivas ou donos da festa, resolvem imprevistos de última hora – desde rasgos no vestido até um possível desmaio de algum convidado –, como descreve uma cliente desse tipo de serviço:

A Boutique de 3 tem o poder de tornar nossos sonhos realidade, com organização, planejamento e paciência exercendo muitas vezes o

⁷⁸³ Informação disponível no *site* da *Avenues* em: <<https://www.avenues.org/pt-br/sp/objetivos-educacionais/>>. Acesso em 03 de ago. de 2019.

papel de um psicólogo! Elas fazem a festa ser perfeita, captando nossa essência, sem que tenhamos qualquer tipo de preocupação⁷⁸⁴.

A Boutique de 3 é uma das principais empresas de organização de festas e casamentos para ricos e celebridades no Brasil. A empresa pertence a três profissionais de alto nível, que trabalhavam para Vera Simão, famosa na alta sociedade pela organização de festas inesquecíveis. Diz uma delas:

Não existe falar que não cuidamos de tal parte. Abraçamos a causa a partir do momento em que estamos fazendo o casamento dela. Nunca dizemos que é assim ou assado. Não existe certo ou errado! Existe o sonho de cada noiva⁷⁸⁵.

A gama de fornecedores hoje é incomparavelmente maior do que anos atrás. Não à toa, priorizam profissionais únicos, que só atendem a um casamento por dia. Em um casamento com 500 convidados, por exemplo, uma média de 150 pessoas trabalham durante mais de 10 horas⁷⁸⁶. Como existem muitos fornecedores envolvidos, todo o cerimonial é cronometrado, com roteiros e protocolos para tudo: fotos, músicas, ordem de entrada, dança etc. O Anexo 2 traz o *checklist* de fornecedores divulgado pelas responsáveis da “Boutique de 3”.

A gráfica contratada não é responsável apenas pela parte de papelaria (*save the date*, convite oficial, cartão de agradecimento), mas também auxilia na criação da identidade visual do casamento (caligrafia, cor, estilo, monograma). Essas tarefas são indispensáveis uma vez que todos os itens do casamento são personalizados: lencinhos para chorar na cerimônia, cardápio, programação do casamento, missal, saquinhos para chuva de arroz, leques, *kit* toalete, presentes para os padrinhos, jogos americanos etc. Aliás, as lembrancinhas são cada vez mais numerosas: *panneaux*, bolsas de praia, *nécessaires*, chapéus, joias etc.

A equipe de fotografia deixou de contar apenas com o fotógrafo, para contar com uma equipe de audiovisual completa (*videomaker*, cinegrafista etc.). A equipe de música também não é mais composta apenas pelo DJ. O casamento e as festas dos endinheirados contam com uma atração principal, geralmente um artista do momento, o que demanda uma empresa especializada em montagem e desmontagem do palco, equipe de som e luz. A cerimônia também conta com coral e orquestra.

⁷⁸⁴ UGOLINI et al., 2016, p. 62

⁷⁸⁵ Ibidem, p. 48

⁷⁸⁶ Ibidem, p. 241.

A montagem do lugar conta com *designers* de interiores e cenografistas de festas, arquitetos, floristas, empresas de aluguel de mobiliário, auxiliares de montagem. Vic Meirelles, por exemplo, é um dos principais contratados. Já fez a festa do Príncipe Ranier de Mônaco, o jantar do WTC para a Rainha Silvia da Suécia, e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o casamento de Ronaldinho e Daniela Cicarelli no castelo de Chantilly e muitos mais. Decora eventos para os grupos Camargo Corrêa, Shopping Iguatemi, Shopping Pátio Higienópolis, Hermés, Louis Vuitton, além de ser colaborador de revistas como *Vogue* e *Casa Vogue*, *Joyce Pascowitch*, *Casa Jardim* e *Inesquecível Casamento*. Contrata-lo não sai por menos de 10.000 reais, além das despesas com plantas e afins que ficam até quatro vezes acima dessa quantia⁷⁸⁷.

A escolha do vestido da noiva é um evento em si. É comum encomendá-lo sob medida em *maisons* de luxo fora do país. Ticiania Villas, esposa de Joesley Batista, por exemplo, foi a Paris três vezes no jatinho particular da família para experimentar seu vestido de casamento encomendado na Chanel⁷⁸⁸. Além de fazer o vestido exclusivo da noiva, os estilistas também providenciam as roupas das madrinhas, pajens e daminhas, todos com os nomes dos convidados bordados na etiqueta⁷⁸⁹. Alguns profissionais famosos do ramo estão habituados a oferecerem uma festa na prova de vestidos das madrinhas e da noiva, com *DJ* e *champagne*. De acordo com as especialistas da Boutique de 3, existem festas em que as aniversariantes trocam três vezes de vestido. No caso das noivas, o tecido mais nobre e clássico é o zibeline de seda (tecido que as princesas europeias mais usam)⁷⁹⁰, além de muita renda, aplicações de pérolas, cristais etc. Para a noiva e suas madrinhas estão à disposição, antes e durante a cerimônia, cabeleireiro e maquiador.

As comidas e bebidas são garantidas pela equipe de bufê – que conta com *chefs*, auxiliares, garçons e copeiras –, doceiras, *cake designers*, *bartender*. Em uma festa realizada fora do país, em Turks & Caicos, as *wedding planners* levaram um *expert* em bufê, que soubesse dividir as áreas de atuação de garçons, ensinar o *chef* a montar travessas e, o mais importante, adaptar a comida local ao formato brasileiro⁷⁹¹.

Na hora da festa, outras equipes são obrigatórias: a de toalete, responsável para manter alguns confortos dos convidados na festa – remédios, grampos, laquês, escova etc. –, até costurar um vestido se necessário; de limpeza; de recepção, de seguranças e de

⁷⁸⁷ LEME, 2017.

⁷⁸⁸ DIEGUEZ, 2015.

⁷⁸⁹ UGOLINI et al., 2016, p. 214.

⁷⁹⁰ Ibidem, p. 205.

⁷⁹¹ Ibidem, p. 156.

manobristas. Quanto aos últimos, quando o casamento é em área residencial e não há espaço para os manobristas pararem o carro, deixam-nos na entrada do condomínio e contratam carrinhos de golfe para o transporte dos convidados⁷⁹².

Os casamentos dos endinheirados geralmente são realizados em residências próprias, no Hotel Unique, Casa Fasano, Fazenda das Cabras, Hípica Paulista, Fazenda Santa Rita, Clube Monte Líbano, Yatch Club de Santos, Jockey Club de SP, Fazenda Boa Vista e Estação Julio Prestes. Mas uma prática cada vez mais comum entre os ricos brasileiros é o *destination wedding*, ou seja, quando o casamento ocorre em uma cidade diferente da qual os noivos vivem, por exemplo, em Trancoso na Bahia e em São Miguel dos Milagres em Alagoas, mas também fora do país como em Turks & Caicos no Caribe.

O *destination wedding* geralmente é mais caro. Pressupõe um número maior de eventos – *welcome party*, o casamento em si e o *brunch* do dia seguinte – e um maior número de presentes para os convidados:

Em um casamento que fizemos em Turks & Caicos, a noiva personalizou uma bolsa de praia e dentro incluiu: máquina para fotos debaixo d'água, protetor labial, pashimina, chapéu, dentre outros itens⁷⁹³.

Fica mais caro também porque os noivos têm que levar a equipe do casamento até o local da festa. E quando o casamento é fora do país é necessário importar vários prestadores de serviços ou itens. Em um dos casamentos que fez em Turks and Caicos, a Boutique de 3, tendo descoberto que o fornecedor local de móveis só tinha estampas de onça, importou vários itens de decoração da festa de Miami⁷⁹⁴, além de desenvolveram capas de almofadas diferentes para cada dia da festa.

Dizem as especialistas que um dos itens mais difíceis de serem definidos nessas festas suntuosas é a lista de convidados. Preta Gil, celebridade brasileira e cliente da Boutique de 3, confirma:

O momento mais difícil, para mim, na organização do casamento foi a lista. Primeiro começamos com um número utópico de 300 convidados, quando fomos pôr no papel, de cara ela subiu para 500⁷⁹⁵.

⁷⁹² Ibidem, p. 240.

⁷⁹³ Ibidem, p. 245

⁷⁹⁴ Ibidem, p. 255.

⁷⁹⁵ Ibidem, p. 67.

No casamento de Luiza Setubal, filha de Olavo Setubal Jr., do Banco Itaú, a lista de convidados contava com 1.200 pessoas⁷⁹⁶. O de Joesley Batista com Ticiania Villas juntou 1.500 convidados⁷⁹⁷.

Quanto custam esses casamentos? O de Whinderson Nunes custou mais de 1 milhão de reais. Assim como o de Marina Ruy Barbosa e o de Luciano Huck e Angélica. O de Preta Gil mais de 2 milhões de reais. O de Djalma Rezende, o maior até então, 8 milhões de reais. Só a sua roupa custou 1 milhão de reais.

A extensa lista de fornecedores se aplica a outros tipos de festas, especialmente às infantis. Decorações mirabolantes, máquina de fazer neve, *show* de astro *teen*, carruagens com cavalos de verdade, lembrancinhas de 200 reais, máquinas para fabricar chocolates customizados são alguns dos itens presentes nas comemorações. De acordo com Edda Ugolini, sócia da Boutique de 3, uma comemoração básica não sai por menos de 45.000 reais. O valor médio estimado é de 100.000⁷⁹⁸.

Andrea Guimarães, famosa pela organização de festas infantis de alto padrão, conta com uma equipe de dez funcionários e organiza quarenta festas por mês. Muitas das festas costumam ocorrer no Planet Mundi, bufê de Moema, cujo aluguel por quatro horas aos finais de semana custa 22.000 reais para cinquenta convidados⁷⁹⁹.

Adriana Farelli, assessora de eventos e especialista em papelaria e lembrancinhas para festas, disse em entrevista que alguns pais chegaram a gastar 60.000 reais apenas com esses itens, sendo um dos seus produtos mais caros um convite em formato de maleta com orelhas de Mickey no valor de 300 reais cada⁸⁰⁰. Uma das clientes de Adriana Farelli divulgou em suas redes sociais que, além da assessora de eventos, o chá de bebê de seu primeiro filho contou com mais 15 empresas: *buffet*, fotografia e vídeos, decoração, doces básicos, bar de *drinks*, oficinas, *designer* gráfica (arte do evento), painel e almofadas, *DJ* e iluminação, balões, bolo e doces decorados, balas, mobiliário infantil e peças decorativas, formas para doces e cantor⁸⁰¹.

As festas para adultos também não ficam para trás. Ney Suassuna, ex-senador e morador da Barra da Tijuca, ofereceu uma comemoração de *réveillon* para 500 convidados: “foram três caminhões de frutas e flores. E bolas também. [...] Eu trabalhei três dias como

⁷⁹⁶ Ibidem, p. 80.

⁷⁹⁷ DIEGUEZ, 2015.

⁷⁹⁸ LEME, 2017.

⁷⁹⁹ Ibidem.

⁸⁰⁰ Ibidem.

⁸⁰¹ Informação disponível no *site* da influenciadora digital Lala Noletto em: <<http://www.lalanoletto.com.br/2018/o-cha-de-bebe-de-pedro-chadopedrons/>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

louco, com uma equipe de 40 pessoas, montando o maior *réveillon* da Barra da Tijuca”⁸⁰², disse Éder Meneghini, organizador da festa e decorador de mansões da Barra. Janualdo Borges de Souza, também um endinheirado da Barra, comemorou seu aniversário em casa com duas orquestras ao vivo, champanhe francês à vontade e caviar e salmão dos melhores bufês do Rio de Janeiro para 500 convidados⁸⁰³.

5.2.8. Viagens de Lazer e a Trabalho

A queda nos preços das passagens aéreas em conjunto com a valorização cambial desde meados dos anos 1990 levaram a uma maior popularização das viagens domésticas e internacionais no Brasil. O consumo desses momentos de lazer, forma importante de distinção social entre classes, ganhou nova dimensão entre os endinheirados desde então: passagens áreas de primeira classe ou em aviões privativos, aeroportos *VIPs*, lugares exóticos ou inusitados, busca por experiências sensoriais, hotéis *boutique* e outros aspectos que serão tratados ao longo deste item.

Se, no dia a dia dos endinheirados, o exército de pessoas pronto para servi-los é considerável, em viagens e em outros momentos de lazer ele aumenta de tamanho, uma vez que os clientes não devem ter nenhum trabalho para se divertirem e relaxarem. Além do deslocamento de uma parte dos funcionários domésticos para o destino da viagem, como babás e empregadas, entra em cena uma nova gama de serviços especializados.

Inclusive para tarefas mais básicas como a de arrumar malas. É comum empresas de consultoria de imagem oferecerem esse tipo de serviço, como o “Viaje *light and chic*” da DressCode.⁸⁰⁴ Os trajes são escolhidos não apenas para melhor se ajustarem aos programas previstos, mas de maneira temática de acordo com o destino: uma forma de “entrar no clima” e sair bem nos ensaios fotográficos – aliás, outro serviço comumente contratado.

Como os ricos buscam experiências exclusivas e únicas, a agência de turismo de luxo opera como uma espécie de conectora entre seus clientes e os melhores hotéis e lugares no mundo. O serviço é oferecido apenas com indicação ou agendamento. O preço cobrado depende do destino, da época e dos desejos dos clientes. Mas trabalham com diárias de, no mínimo, 1.500 ou 2.000 reais por pessoa, sem considerar a parte aérea⁸⁰⁵. Além do itinerário personalizado, providenciam passagens, *vouchers* e documentos de viagem, além de

⁸⁰² CEZIMBRA & ORZINI, 1996, p. 60.

⁸⁰³ Ibidem, p. 58.

⁸⁰⁴ Informação disponível no *site* da Dresscode em: <<http://www.dresscode.com.br/personal/viaje-light-and-chic>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

⁸⁰⁵ Valores de 2019, levantados em entrevistas com agências de luxo em São Paulo e no *site* da empresa OWT Boutique Travel disponível em: <<https://owt.com.br/como-trabalhamos/>>. Acesso em: 19 de jun. de 2020.

disponibilizarem consultor 24 horas. São empresas que trabalham com hotéis cinco estrelas, com passagens aéreas de classe executiva, cujos preços entre 10 a 20 mil reais, e de primeira classe, com preços entre 30 a 50 mil reais para voos internacionais saindo de São Paulo. Voar para a Ásia de primeira classe em companhias de alto padrão, como a Emirates, pode custar ao redor de 70 mil reais.

Tabela 44 - Preços de ida e volta de voos internacionais entre os dias 15/dez/2020 e 15/jan/2021 (em reais)

Destinos e Companhias Aéreas	Primeira Classe	Classe Executiva
São Paulo - Nova Iorque		
American	53.262	16.634
São Paulo - Paris		
Air France	45.174	11.016
São Paulo - Pequim		
Lufthansa	34.211	20.748

Fonte: Elaboração própria a partir dos preços disponíveis nos *sites* das companhias aéreas no dia 15 de ago. de 2020.

Os preços da tabela são referentes aos voos mais baratos e com menor número de escalas para cada um dos destinos.

Além de um hotel de alto padrão, esse viajante espera ter experiências envolventes e “autênticas”. Muitos, inclusive, veem as viagens como a principal forma de se adquirir cultura. Cabe à agência de viagens corresponder a essas expectativas e oferecer serviços personalizados durante todo o período: trilhas com motos de luxo, degustações privadas em vinícolas, reservas em restaurantes disputados, visitas agendadas em lojas ou galerias, safáris noturnos etc. Na *Prime Tour*, agência *premium* em São Paulo, tudo é possível:

O museu do Louvre aberto só pra você. Um voo de balão sobre os templos dourados de Myanmar. Noites sob o céu estrelado da África do Sul ou da Antártida. Um pedido de casamento no Corcovado ao nascer do sol, tendo o Cristo Redentor só pra vocês. Um exclusivo jantar fechado na Grande Muralha da China, ou a dois na Ponte Vecchio de Florença. Um mergulho noturno no Havaí, uma partida de polo a camelo em Dubai. A bordo de yacht e carro de Fórmula 1, snowcat e elefante, ou mesmo pilotando um avião – tudo é possível para o cliente PrimeTour!⁸⁰⁶.

A *Next to Travel* é outra dessas agências em São Paulo. Como o próprio *site* da

⁸⁰⁶ Informação disponível no *site* da Prime Tour em: <<http://primetour.com.br/contato/>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

empresa diz, trabalham com o “que há de melhor no turismo mundial, com as aspirações mais profundas do viajante, seja num *resort* de luxo numa ilha remota das Filipinas ou num hotel urbano descolado no bairro do momento em Amsterdã⁸⁰⁷”. *L’Unik Travel*, outra empresa do ramo, faz um *briefing* com o cliente para saber sobre suas preferências, desde o assento para a reserva do aéreo até se tem restrições alimentares, a localização do hotel ideal etc⁸⁰⁸. São também especializados em locação de veículos de luxo no exterior com as melhores locadoras do mundo, desde carros, helicópteros, jatos e iates.

Além dos arrumadores de malas e das agências de turismo de luxo, somam-se à equipe os prestadores de serviços aéreos de primeira classe, motoristas e *transfers*, funcionários do hotel de luxo – *concierges*, camareiras, *hostess*, *chefs*, garçons, *barmen*, *maîtres*, supervisores, massoterapeutas etc. –, além de toda a sorte de pessoas envolvidas em passeios como guias turísticos, mergulhadores, historiadores da arte, motoristas de barcos, instrutores de esqui etc.

É importante enfatizar que a noção comum de “férias” – poder ficar longe do trabalho uma ou duas vezes ao ano –, não necessariamente se aplica para os mais ricos⁸⁰⁹. Viagens internacionais para lugares requintados não precisam esperar datas específicas ou ocasiões especiais para acontecerem.

No inverno, frequentam estações de esqui em Aspen, nos Estados Unidos, Courchevel, na França, ou Saint Moritz, na Suíça. Alguns hotéis *boutiques* nessas estações custam mais de 3.000 reais a diária⁸¹⁰. Composto o cenário com vista privilegiada entre as montanhas nevadas, encontra-se uma vasta gama de lojas de luxo – como Dior, Prada, Louis Vuitton. Talvez seja a maior concentração de lojas de luxo num lugar tão pouco habitado.

Courchevel, onde estão as estações de esqui mais antigas da França, recebe 6 mil visitantes no inverno e não mais que 2 mil no restante do ano⁸¹¹. Os brasileiros são o décimo maior público estrangeiro. A região possui 19 hotéis de luxo e 7 restaurantes estrelados pelo Guia Michelin.. A diária do hotel mais luxuoso do local, o Cheval Blanc, varia entre 1.400 e 33 mil euros e o seu restaurante, o Le 1947, é um dos mais indicados com um menu degustação de 395 euros⁸¹².

⁸⁰⁷ Informação disponível no *site* da Next to Travel em: <<http://www.next2.com.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

⁸⁰⁸ Informação disponível no *site* da L’Unik Travel em: <<https://luniktravel.com.br/servicos/>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

⁸⁰⁹ Disse um rico dos Jardins entrevistado por Carolina Pulici: “Para mim é diferente porque eu não tenho férias, né, a cada dois meses eu tiro dez dias e viajo”. (PULICI, 2010, 204).

⁸¹⁰ Valores de 2020.

⁸¹¹ SOUZA, 2014.

⁸¹² Valores de 2019.

Em Saint Moritz, os endinheirados hospedam-se em hotéis como o Bradutt's Palace, fundado em 1896, com diárias mínimas próximas a 3.000 reais⁸¹³. Os hóspedes tomam seu café da manhã com vista para os Alpes ao som de harpa. A piscina aquecida do hotel é cercada de vidros também com vista para os Alpes e o lago de Saint Moritz. Em Aspen, entre os hotéis mais procurados pelos ricos brasileiros está o The Little Nell, hotel cinco estrelas cujas diárias não saem por menos de 1.000 dólares⁸¹⁴.

No verão, viajam com frequência para praias no Caribe, na Itália, na Grécia, nas Maldivas, onde ficam hospedados em hotéis com suítes com mais de 300 metros quadrados, sob águas cristalinas, com piscinas particulares de borda infinita. Anitta, a famosa cantora de funk, quando visitou as Maldivas em 2020, ficou hospedada no *resort* Lux South Ari Atoll Resort & Villas e gastou um pouco mais de 100 mil reais para uma viagem de sete dias. O roteiro incluiu motorista particular de sua casa no Brasil até o aeroporto (ida e volta); passagens aéreas em primeira classe com a Emirates; traslados em hidroavião da capital de Maldivas até a ilha onde fica o *resort*; cinco diárias na suíte Lux Villa de 360 metros quadrados e piso de vidro na sala para ver o fundo do mar⁸¹⁵. Os muitos ricos podem desfrutar de destinos ainda mais caros, como as ilhas Seychelles, que abrigam um dos hotéis mais caros do mundo, o North Island Lodge, onde um quarto não sai por menos de 7 mil dólares⁸¹⁶.

Viagens para compras também são frequentes. Existe uma infinidade de prestadores de serviços para auxiliarem brasileiros a comprar em Nova Iorque, Miami e Orlando, especializados de acordo com o tipo de compra. É o caso do iBaby Concierge, serviço de *personal shopper* especializado em enxoval de bebê. Esse tipo de consultoria chega a custar mais de 700 dólares. Como relata uma cliente que utilizou o serviço da empresa:

Nos meses que antecederam minha viagem nos falávamos quase que diariamente, combinando tudo sobre os produtos, roupinhas etc. Fiquei impressionada com sua dedicação! Ela me ajudou a escolher tudo. [...] Para se ter uma ideia, na Burberry de Las Vegas não tem roupinha para criança e eu teria que comprar online. Mas a Ju (personal shopper) falou com a gerente e conseguiu levar quase toda coleção para que eu escolhesse o que quisesse! É um atendimento muito exclusivo!⁸¹⁷.

⁸¹³ Valores de 2019.

⁸¹⁴ Valores de 2019.

⁸¹⁵ VARELLA, 2020.

⁸¹⁶ Valores de 2019.

⁸¹⁷ Informação disponível no *site* do iBaby Concierge em:

<<https://www.ibabyconcierge.com/personalbabysshopper>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

Em Nova Iorque, hospedam-se em hotéis cinco estrelas como o Four Seasons e o Baccarat Hotel, com diárias acima de mil dólares. Mas, dependendo dos quartos, podem chegar a 16 mil dólares⁸¹⁸. Joesley Batista, presidente da JBS, ficou hospedado com a família no Baccarat Hotel quando saíram do Brasil depois das denúncias de envolvimento em casos de corrupção em 2017.

Cidades ícones como Paris, Roma, Milão, Barcelona e Londres são visitadas com frequência. Seja para matar a saudade de restaurantes favoritos ou rever amigos. Em Paris, hospedam-se em hotéis como o Ritz e o Hotel George V, cujas diárias mais baixas saem ao redor de 1.500 dólares. Mas possuem quartos de 30 mil dólares, com vista para a Torre Eiffel⁸¹⁹.

Um dos principais destinos do luxo hoje é também a China. Em Hong Kong, hospedam-se em hotéis cinco estrelas como o Four Seasons, com diárias entre 400 dólares e 35 mil dólares. Em Shanghai, em hotéis como o Mandarin Oriental Pudong, cujas diárias variam entre 200 e 23 mil dólares. Outro importante destino de luxo são os Emirados Árabes. No Emirates Palace Hotel e no hotel Burj Al Arab Jumeirah os preços oscilam entre 1.000 e 12 mil dólares⁸²⁰.

No Brasil, a principal prática turística dos endinheirados são viagens para praias pacatas, frequentadas antes apenas pelos habitantes locais, especialmente pescadores. Bons exemplos são as praias de São Miguel dos Milagres, em Alagoas, e Trancoso, na Bahia. Por trás do discurso da busca por uma “vida simples”, existe uma estrutura de altíssimo padrão composta por pousadas, condomínios, aeroportos, campos de golfe, restaurantes, *boutiques* e galerias de arte, entre outros serviços.

A região de Trancoso conta com alguns aeroportos privados, como o do Terravista Golfe, condomínio que inclui campo de golfe e teatro. A hospedagem em uma das mansões de seis suítes do complexo Terravista durante o *réveillon* varia entre 4 mil e 18 mil reais a diária, por um período mínimo de nove dias⁸²¹. Ficam à disposição dos hóspedes até três funcionários. Estão inclusos na diária o café da manhã na casa, *amenities* L’Occitane, arrumação diária, limpeza, segurança 24 horas, além do transporte em carrinho de golfe para ir e voltar da Praia do Rio da Barra. Há também uma variedade de serviços extras como

⁸¹⁸ Valores de 2020.

⁸¹⁹ Valores de 2020.

⁸²⁰ Valores de 2020.

⁸²¹ Valores de 2020. Informação disponível no *site* do Terravista em: <<http://terravistavilas.com.br/reveillon-2019/>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

transfer privativo, locação de veículos, aulas de golfe, *chef* de cozinha para eventos privativos nas casas, *babá*, *spa*, *personal trainer*, manicure, cabeleireira, massagista, entre outros.

Outro complexo de luxo de Trancoso, o *Oasis Collections*, também um complexo de casas para viajantes de alto padrão, oferece serviços dignos de hotéis cinco estrelas: serviço de *concierge* 24 horas, acesso *VIP* a clubes e festas, geladeira abastecida de acordo com lista fornecida pelos clientes, carro (blindado ou não) com motorista, *chefs* de cozinha, entre outros⁸²².

As viagens corporativas e a trabalho também são diferenciadas. Em São Paulo, o perfil do hóspede do hotel cinco estrelas é composto majoritariamente por clientes corporativos⁸²³, o que explica sua concentração próxima ao principal centro de negócios da cidade – Faria Lima, Luis Carlos Berrini, Nações Unidas etc. As grandes cadeias de luxo estão integradas espacialmente com o comércio de alto padrão, como a Rua Oscar Freire e arredores, o Shopping Center Iguatemi, o Shopping Center Cidade Jardim e o Shopping Center JK Iguatemi⁸²⁴. O Hotel Emiliano, inclusive, oferece serviços e descontos para os seus hóspedes realizarem compras em algumas lojas da Oscar Freire.

Os hotéis Emiliano e Fasano, localizados no Jardins, estão entre os mais exclusivos de São Paulo. Além de serem hotéis cinco estrelas, pertencem também à categoria “boutique”, por terem menos de cem quartos, oferecerem serviços de altíssimo padrão e contarem com vários objetos exclusivos como parte da decoração de suas dependências⁸²⁵. Ambos foram inaugurados entre 2003 e 2004, o que demonstra um movimento importante dos grandes grupos de investirem em hotéis mais exclusivos. A infraestrutura menor e mais privativa justifica a preferência de figuras públicas como celebridades, políticos e empresários de se hospedarem nesses hotéis ao invés de outros maiores como Hilton e *Renaissance*. Ou seja, além das grandes redes, geralmente internacionais, os ricos brasileiros frequentam pequenos *resorts* e hotéis *boutique* que promovem experiências ainda mais exclusivas.

A ampliação do centro de negócios de São Paulo em conjunto com a mudança do eixo geográfico dos hotéis de luxo da cidade inserem-se em uma nova articulação entre capital financeiro, imobiliário e setor hoteleiro em dois momentos: o primeiro, durante os anos 1990, por meio da chegada de redes de luxo internacionais e/ ou hotéis de maior porte como Sofitel, *Renaissance*, Intercontinental, Sheraton WTC; e, durante os anos 2000, com a construção de

⁸²²GARGARO, 2015.

⁸²³SILVA, 2010, p. 117.

⁸²⁴SILVA, 2014, p. 22.

⁸²⁵SILVA, 2010, p. 113.

hotéis de luxo menores (*boutique*) como Fasano, Emiliano e Unique. Muitos desses empreendimentos foram viabilizados pela empreendedora dona do terreno, recursos próprios advindos de outros setores e financiamento do BNDES⁸²⁶.

O próprio Hotel Fasano é um importante exemplo de diversificação das operações de um grupo familiar brasileiro do setor de alimentação que em conjunto com investidores do capital imobiliário entraram no mercado hoteleiro. Além da família Fasano, a negociação envolveu o Grupo Pão de Açúcar, na figura de João Paulo Diniz, que já participava dos negócios vinculados aos restaurantes, e a Construtora JHSF. O financiamento foi de 20 milhões de reais por parte do BNDES e mais 15 milhões do Grupo Pão de Açúcar, ficando a compra do terreno e a construção do hotel por conta da JHSF⁸²⁷. O hotel Unique é outro bom exemplo. Seu proprietário, Victor Siauly, dono da Marvic's Empreendimentos e Participações Ltda., também é dono do laboratório farmacêutico Aché⁸²⁸.

Uma das principais suítes do Hotel Emiliano⁸²⁹ – a “Cubo” –, com 135 m² e mezanino, possui uma vista de 180° da cidade, além de piscina, sala de estar, escritório, copa, lavabo e maleiro. Possui sistema de automação por *Ipad* para o ar-condicionado, iluminação especial e cortinas. Os vasos sanitários são japoneses, com controle de temperatura, e o bidê é eletrônico. As toalhas de banho pesam 850 gramas em tamanhos gigantes. A roupa de cama é de algodão egípcio 500 fios. Os travesseiros são recheados com plumas de gansos húngaros.

Os quartos do Hotel Fasano de São Paulo possuem apartamentos com 35 m² com elegante decoração. As camas *king-size* contam com lençóis de algodão egípcio de 500 fios e travesseiros de plumas de ganso. As cortinas são de linho, os tapetes *kilins* persas, os banheiros de mármore branco, os quadros com molduras venezianas e os vasos de murano.

O Grupo Fasano também dispõe de vários outros importantes hotéis de luxo, entre eles o localizado na Fazenda Boa Vista, cuja proposta é trazer o “requinte” Fasano para o ambiente campestre. O preço mínimo da diária pelo quarto “mais simples” é de 1.312 reais⁸³⁰.

A sofisticação da proposta gastronômica é um pré-requisito dos hotéis de luxo. Geralmente possuem mais de uma marca de restaurante, com propostas variadas que abrangem restaurantes mais formais, outros menos e um *lounge bar*. Os *chefs* são internacionais; a equipe de cozinha é composta por recepcionistas, *maitres*, garçons,

⁸²⁶ SILVA, 2014, p. 90.

⁸²⁷ SILVA, 2014, p. 79.

⁸²⁸ SILVA, 2014, p. 81.

⁸²⁹ De acordo com as informações disponibilizadas no *site* do hotel em julho de 2018, a diária de sua suíte mais barata do hotel custava de 393 dólares⁸²⁹.

⁸³⁰ Valor de julho de 2018.

sommeliers, padeiros, confeitadores e ajudantes em geral; os cardápios, além do café da manhã, almoço, lanches e jantares, oferecem quase sempre uma opção de *brunch*. Os ingredientes são importados ou frescos.

Muito além de programas de alto padrão unificados, os hotéis e *resorts* de luxo têm investido em experiências mais autênticas, que envolvem uma promessa de “transformação” interior, pautada no conceito de bem-estar. Nesse sentido, uma mudança atual importante no serviço hoteleiro de luxo é a acomodação de *spas* e locais destinados ao bem-estar, boa forma, beleza e repouso em suas dependências. Entram em seu escopo de serviços aulas de meditação, ioga, retiros espirituais, cardápios naturais, terapias alternativas etc.

O próprio Copacabana Palace, um dos hotéis de luxo mais tradicionais do Rio de Janeiro, que estava passando por um período decadente até ser comprado da família Guinle pelo empresário americano James Blair Sherwood em 1989, passou por uma reestruturação. A reforma orçada em 90 milhões de dólares, comandada pelo arquiteto francês Michel Jouannet, tinha entre os seus principais objetivos a montagem de um *spa*, com três andares e sete salas de atendimento, para tratamentos de casal, um *fitness center* e saunas seca e a vapor. O hotel oferece mais de vinte tratamentos de massagem e beleza, além de um *spa cuisine*, que disponibiliza um menu saudável desenvolvido pelo mesmo *chef* do restaurante Cipriani⁸³¹. Para atender os hóspedes, a equipe de profissionais do *spa* realizou 240 horas de treinamento específico com padrão de excelência internacional⁸³².

O Spa Santapelle, do Hotel Emiliano, conta com terapeutas experientes aptos para proporcionar experiências multissensoriais, com ampla variedade de massagens como *shiatsu*, drenagem linfática, reflexologia, massagens aromáticas, esfoliação corporal e tratamentos faciais. O ambiente aconchegante, feito para acalmar o corpo e a mente, tem uma área externa de relaxamento com ofurôs, ducha e um *deck* com espreguiçadeiras. Uma permanência de cinco horas no *spa*, que inclui ofurô, massagem, esfoliação, *shiatsu*, massagem para os pés e lanchinhos leves custa 2.036 reais; um banho aromático com duração de quinze a vinte minutos custa 150 reais; um serviço de maquiagem custa 840 reais; um corte masculino de cabelo 520 reais⁸³³.

A linha de “amenidades”, como produtos de banhos e loções, oferecida pelos hotéis de luxo, deve fazer jus aos hóspedes. Nas suítes do sexto andar do Copacabana Palace,

⁸³¹ PORTO, 2014, p. 85.

⁸³² PESSOA, 2011.

⁸³³ Valores de 2018.

produtos Bvlgari estão à disposição dos hóspedes; o Sofitel faz uso das marcas Hermès e Lanvin; o *Four Seasons* faz uso de Bvlgari e L'Occitane. Isso porque as pessoas reagem melhor às marcas que compram. Por isso, a escolha da marca que representará o hotel também depende muito da embalagem, que precisa ser semelhante ao produto no varejo, com sua marca em evidência. Esse excesso de cuidado também passa pelos detalhes: toalhas e roupões sempre limpos e trocados, flores e frutas frescas nos quartos, xampus, condicionadores, cremes de todas os tipos sempre cheios, recados sempre escritos à mão.

Por conta de sua localização, o Hotel Emiliano disponibiliza aulas de ioga e de corrida no Parque Ibirapuera e *personal trainers*. Os hotéis da Rede Fasano oferecem um pacote com serviços exclusivos para a comemoração de uma noite especial a dois, com “pequenas” mordomias, como café da manhã servido no apartamento, garrafa de espumante Fasano, decoração com velas e rosas, uma joia desenhada exclusivamente para os hóspedes, além do serviço realizado pelo mordomo de fazer e desfazer as malas. Caso os endinheirados queiram fazer um piquenique, o Hotel Fasano Boa Vista possui uma equipe de *Room Service* à disposição para preparar a cesta com frutas, bolos e pães, entre outros, e o *concierge* poderá indicar os melhores locais para essa atividade. No Copacabana Palace, são oferecidas toalhas umedecidas com água gelada para refrescar os hóspedes à beira da piscina. *Noisette* de frutas e sucos diversos, como o carioca (cenoura, laranja, mamão e manga) são servidos constantemente pelos garçons⁸³⁴.

O objetivo principal dos funcionários é atender a todos os desejos dos hóspedes, independentemente de quais sejam. Nenhum pedido pode ser ignorado, caso contrário, os clientes se sentem ofendidos. Os funcionários (quase) nunca devem dizer não para o cliente: se ele chegar para tomar café da manhã depois do horário permitido, tudo bem! Se o “não” for inevitável, o funcionário deve fingir que checkou todas as opções possíveis, mesmo sabendo desde o início que a resposta seria negativa; depois deve responder “infelizmente” e oferecer ao cliente algo que dê a impressão de ele estar ganhando algo em troca⁸³⁵.

Em 2014, durante nove meses, Benjamin Bowen, um rico *designer* inglês, hospedou sua cadela da raça *bichon frisé*, sozinha, em uma suíte de luxo do Copacabana Palace, com área de 140m². A cadela contou uma equipe de funcionários à sua disposição 24 horas por dia, que a levava para passeios na praia, ao *pet shop* e ao veterinário⁸³⁶. Andrea Natal, diretora geral do hotel na época, disse na hora de se despedir da cadela:

⁸³⁴ Ibidem.

⁸³⁵ SHERMAN, 2007, p. 121.

⁸³⁶ GRILLO, 2014.

Para *Lady* [nome da cadela], a hora do adeus também não vai ser fácil. Quem gostaria de trocar a vida de princesa em um castelo como esse e voltar para a rotina da vida doméstica⁸³⁷.

O nível de personalização dos hotéis de luxo é um grande diferencial. Os funcionários devem tratar sempre o cliente pelo nome, bem como os seus filhos e *pets*. Os *concierges* e os recepcionistas buscam saber informações prévias sobre o cliente como o lugar onde jantou na noite passada, se é a sua primeira vez na cidade, se está comemorando o seu aniversário. Se o cliente é antigo, a personalização atinge níveis ainda mais altos: devem saber quais jornais os clientes gostam de ler, como gostam do travesseiro, se preferem que limpem o quarto sem produtos químicos (e que higienizem e purifiquem o ar), o tipo de comida de que gostam etc⁸³⁸.

O Copacabana Palace, no Rio, e o Hotel Unique, em São Paulo, oferecem, por exemplo, menu de travesseiros, como o de penas de ganso, aromático de camomila, antialérgico para crianças, além dos ortopédicos.

Para *valets*, carregadores de malas, garçons, as gorjetas são parte importante de sua renda. Quanto mais agradam os clientes, mais ganham gorjetas. Os funcionários que lidam diretamente com os hóspedes ganham mais e possuem maior qualificação do que aqueles que ficam espacialmente escondidos no hotel, como faxineiras. Os funcionários sempre devem estar prontos e entusiasmados para atender ao desejo do outro: são obrigatórios o uso de frases como “o prazer é meu” ou “eu ficaria feliz em fazer isto para o sr. ou sra.”.

O comportamento dos hóspedes depende muito da categoria de ricos a que pertencem. Uma pesquisa etnográfica realizada por Rachel Sherman⁸³⁹ em dois hotéis de luxo nos Estados Unidos constatou que os clientes com menos dinheiro dão mais trabalho para os funcionários, porque exigem mais atenção do que aquilo que estão pagando.

5.3. Os Dependentes do Dispêndio dos Ricos

Como vimos, o aumento da concentração de riqueza nas últimas três décadas transformou todas as esferas da vida num microcosmo da desigualdade social: áreas residenciais e seus lugares de convívio; *shoppings centers*; restaurantes e padarias; aviões,

⁸³⁷ PORTO, 2014, p. 99.

⁸³⁸ “No hotel Mandarin Oriental em Hong Kong, por exemplo, um macaco de brinquedo de um hóspede frequente sempre o espera na cama; em outro hotel de Hong Kong, os trabalhadores passam a camisa de um hóspede perto de sua porta porque ele gosta da sensação de pano quente ao se vestir de manhã”. (SHERMAN, 2007, p. 29, tradução nossa).

⁸³⁹ Ver SHERMAN, 2007. O estudo etnográfico durou 12 meses (2000-2001) nos seguintes hotéis de luxo nos Estados Unidos: Royal Court e Luxury Garden

carros e barcos; agências de viagem e hotéis; hospitais e academias de ginástica; escolas; casamentos e festas.

O aumento do número de ricos foi responsável não apenas pelo crescimento do mercado de luxo no país, mas por novas formas e estratégias de segmentação de mercado, crescentemente ligadas à renda.

Esse já era um fenômeno presente no final do século XIX, quando os ricos gozavam de produtos e serviços diferenciados, por exemplo, em cabines de primeira classe em trens e navios ou, no século seguinte, em aviões. O contraste em relação aos dias de hoje é que, ao mesmo tempo em que capitalismo contemporâneo massificou serviços e produtos, também acentuou a segregação e a exclusividade do topo. Os ricos não apenas têm espaço diferenciado no avião, mas esperam em salas separadas, muitas vezes com entrada especial no aeroporto e salas de embarque. Dependendo da companhia aérea e do aeroporto, os demais nem os veem embarcando. Para não mencionar que muitos têm seu próprio transporte aéreo. Enfim, não ter contato com os demais passou a fazer parte da experiência de consumo dos ricos.

O aumento da desigualdade ocorreu mesmo entre os mais ricos. Por isso, as empresas de luxo abriram outros negócios e marcas para atender a um leque mais amplo do público endinheirado. Os ricos do topo, além de terem seus espaços preservados, são invejados pelos ricos da base que, apesar de se sentirem prestigiados por consumirem produtos e serviços de luxo, não chegaram ainda ao auge do leque oferecido por esse mercado. Ou seja, adicionar algumas camadas abaixo na indústria de luxo não afeta o *status* da elite do topo, ao mesmo tempo em que reforça os desejos dos de baixo.

A exclusividade e personalização desses serviços e bens só é possível graças à existência de várias camadas de prestadores de serviços profissionais, dependentes do dispêndio ultrajante dos ricos. São clientes⁸⁴⁰, ou agregados modernos, não mais selecionados por critérios afetivos, mas pela lógica de mercado, suas novas formas de segmentação e estratégias de nicho.

O aumento e a concentração da riqueza e da renda em níveis nunca antes vistos permite uma gama infinita de especializações, dado que tarefas de toda espécie requerem um profissional. Tudo pode se transformar em um serviço sofisticado e de alto padrão. Trata-se

⁸⁴⁰ *Cliente* no sentido romano do termo. Tratava-se de “um homem livre que vem fazer a corte ao pai de família e orgulhosamente se proclama seu cliente; é rico ou pobre, poderoso ou miserável (...). Nada há de surpreendente no fato de um homem rico ou influente viver cercado de protegidos e amigos interessados, mas entre os romanos tal evidência tornou-se uma instituição e um rito” (VEYNE, 2009, p. 89).

de um mundo onde pipocam consultores, cuidadores, facilitadores e *personal* para tudo: arrumar malas, planejar viagens, comprar carros, levar os filhos para a escola, planejar o casamento, arrumar a geladeira, carregar as compras, escolher e preparar os alimentos, servir, colocar a toalha e os talheres na mesa, escolher vinho, comprar roupas, organizar a casa, gerenciar as redes sociais, planejar as finanças, cuidar do corpo, educar os filhos, passear e dar banho nos animais de estimação, decorar a casa, estacionar o carro, abrir portas etc. Em menor ou maior sentido, são profissionais responsáveis não apenas pela reprodução da vida material dos endinheirados, mas também pela sua estilização e estetização, no sentido utilizado por Pierre Bourdieu⁸⁴¹.

São prestadores desses serviços, evidentemente, grandes empresas do setor de luxo – como marcas de vestuário renomadas e redes internacionais de hotéis 5 estrelas –, mas também pequenos e médios empresários, profissionais liberais e trabalhadores especializados, em boa medida com média e alta qualificação. Esses profissionais estão localizados em restaurantes de luxo, condomínios de alto padrão, *shopping centers* dos bairros ricos, lojas de alimentos e bebidas especializadas, hotéis e hospitais de luxo, *spas*, salões de beleza frequentados por celebridades, escolas bilíngues, hípicas e outros clubes recreativos, casamentos requintados etc.

É preciso deixar claro, portanto, que a definição de “serviços pessoais” utilizada nesta tese vai além de sua classificação tradicional que, na maior parte dos casos, engloba somente ocupações como cabeleireiros, manicures e pedicures, esteticistas, cuidadores e serviços similares. A partir desse tipo de classificação, a discussão recente sobre desigualdade social e o mundo do trabalho enfatiza as relações de dependência dos trabalhadores menos qualificados com aqueles mais ricos – empregadas domésticas, seguranças, porteiros –, mas não dos outros dependentes dos ricos, que possuem maior qualificação e renda – consultores pessoais, psicanalistas, psicólogos, cirurgiões plásticos, *mâitres*, *sommeliers*, *chefs* de cozinha etc. Os serviços de luxo de todos os tipos – inclusive médicos – são justamente diferenciados pela relação humana e emocional entre cliente e prestador de serviço⁸⁴². Portanto, toda a indústria do luxo, inclusive a de venda de bens, é caracterizada pelo serviço pessoal prestado.

Por essas razões, o contingente de dependentes dos ricos abrange estratos socioeconômicos diversos. As posições sociais relativas não dependem apenas da renda e da ocupação, mas de outros fatores como rede de contatos, fama, modelo de negócio etc. É possível dividir os dependentes dos ricos em três tipos básicos.

⁸⁴¹ BOURDIEU, 2006, p. 57.

⁸⁴² PEREY & MEYER, 2013, p. 16.

O primeiro deles são os dependentes com alto nível de profissionalização, como médicos, psiquiatras, advogados, estilistas, arquitetos e *designers* de interiores. Esses profissionais formam também uma camada de alta renda, que desfruta de um estilo de vida mais próximo ao de seus clientes, ou que o mimetiza dentro de suas possibilidades. Graças a uma poderosa rede de contatos, clínicas ou escritórios luxuosos, tornam-se, de alguma forma, celebridades ou “figurões” do ramo. Em muitos casos, esses prestadores de serviços famosos fazem uso de sua marca para vender para o mercado de massa. Um caso emblemático é o de *chefs* de cozinha, que criam livros, programas de TV (*reality shows*) etc. Enquanto os serviços de qualidade são consumidos pelos ricos, muitas de suas marcas são vendidas para o mercado de massa, de forma despersonalizada.

Um segundo tipo é o dos dependentes com nível alto ou médio de qualificação, mas com rendimentos menores, como *personal trainers*, maquiadores, esteticistas, professores particulares, *sommeliers*, secretárias pessoais, vendedores de lojas de luxo que não podem pagar por aquilo que eles mesmos produzem e oferecem. O tipo de trabalho desempenhado por esse segundo grupo compartilha duas características com o primeiro tipo: o alto nível de interação com os clientes e a intangibilidade do serviço oferecido.

Por último, há o grosso dos dependentes, aqueles menos qualificados, com trabalhos mais rotineiros, como empregadas, porteiros, seguranças, jardineiros, manobristas, motoristas etc., que, na maior parte dos casos, interagem menos ou indiretamente com os clientes e patrões. Muitos pobres brasileiros se encaixam nessa camada, apesar de ganharem salários maiores do que a média de sua categoria por trabalharem para os mais ricos. Ainda assim, muitos dependem de outro trabalho para sobreviver.

Em termos estruturais, o capitalismo brasileiro contemporâneo também traz uma outra novidade na prestação de serviços para os mais ricos: a substituição paulatina dos profissionais liberais por empresas de porte médio, em sua maioria. Trata-se, portanto, de uma forma ainda mais racionalizada de competência cultural de classe. A força da marca, garantida pelos altos investimentos em *marketing*, atua como garantia de qualidade e de autoridade cultural no assunto, o que fornece respaldo para seus consumidores. A gama de serviços oferecidas por essas empresas passa a ser muito maior, dada a sua estrutura de maior porte. Isso as transforma não apenas em prestadoras de serviços para a manutenção dos estilos de vida dos endinheirados, mas também em verdadeiras *taste makers*, que dependem da criação de desejos ilimitados e de uma moral hedonista do consumo, baseada no crédito, despesa e

fruição⁸⁴³.

Outro fato importante é que, se antes a elite era conhecedora de alimentos, bebidas, vestuário, mobiliário, arte, justamente porque desfrutava do ócio, hoje, dada a sua falta de erudição, educação, modos e de tempo, conta com especialistas e consultores para tais tarefas. Os novos ricos, diferentes dos ricos tradicionais, são os expoentes disso. Para estar no topo, não é só necessário ter renda elevada, mas também saber julgar e manusear os bens e serviços consumidos (ou seja, ter cultura). Nesse sentido, a herança da sociedade de corte acabou sendo embrutecida dentro da sociedade de massas, tendo o seu sentido original esvaziado⁸⁴⁴.

Até meados do século XX, a forma pela qual o conhecimento sobre etiqueta e arte era adquirida era tão ou mais importante do que aquilo que se sabia, uma vez que a integração da burguesia se dava pela escola. No caso dos domínios menos legítimos que a arte, como o cardápio e a decoração da casa, a trajetória social pesava, uma vez que esses assuntos não eram ensinados na escola⁸⁴⁵. No capitalismo contemporâneo, a diferenciação social pelas vias de aprendizagem perdeu sua importância, especialmente no caso brasileiro, onde tanto as escolas públicas quanto as privadas tiveram sua qualidade rebaixada, ao mesmo tempo em que se assiste ao avanço da indústria cultural e ao rebaixamento dos gostos da elite. É o prestador de serviços especializado, portanto, que cumpre a tarefa de manutenção dos estilos de vida, com o detalhe de que a sua técnica e nível de conhecimento sobre o assunto, em muitos casos, importa menos do que a sua rede de contatos e sua vivência entre os dominantes.⁸⁴⁶

No capitalismo contemporâneo, os prestadores de serviços, além de especialistas, são também profissionais. A profissionalização pressupõe a formação de carreiras, com cursos de aperfeiçoamento relacionados ao servir, e a capacidade de oferecer serviços diferenciados. Esse tipo de trabalho é caracterizado por relações intangíveis entre trabalhadores e

⁸⁴³ Trata-se de uma “nova burguesia dos vendedores de bens e serviços simbólicos, empresários e quadros das empresas de turismo e jornalismo, de imprensa e cinema, de moda e publicidade, de decoração e promoção imobiliária: por seus conselhos dissimuladamente imperativos e pelo exemplo de uma arte de viver que eles vivem como exemplar, os novos *taste makers* propõem uma moral reduzida a uma arte de consumir, gastar e usufruir” (BOURDIEU, 2006, p. 291).

⁸⁴⁴ ELIAS, 2001, p. 129.

⁸⁴⁵ BOURDIEU, 2006, pp. 83-84.

⁸⁴⁶ “Artesãos ou comerciantes de luxo, de cultura ou de arte, gerentes de “butiques” de confecção, revendedores de grifes, comerciantes de roupas e adereços exóticos ou de objetos rústicos, de discos, antiquários, decoradores, *designers*, fotógrafos ou, até mesmo, proprietários de restaurantes ou de bistrôs da moda [...], todos estes vendedores de bens ou serviços culturais encontram [...] um meio de obter o melhor rendimento para um capital cultural em que a competência técnica conta menos que a familiaridade com a cultura da classe dominante e o controle dos signos e emblemas da distinção e do gosto”. (Ibidem, pp. 133-134).

consumidores, pautados na emoção e na experiência, em que o consumidor, de certa maneira, participa da produção do serviço. É o ápice do que Wright Mills chamou de mercado da personalidade. Ou seja, o critério de seleção destes passa a se dar não por laços afetivos, mas por critérios de concorrência ditados pelo mercado. Significa dizer que a relação assimétrica entre patrão e empregado é atenuada e legitimada por um pretenso profissionalismo.

Dado o nível de discricção requerido em vários serviços de alto padrão, esses trabalhos ainda se pautam em relações de confiança, conquistados por indicação. Muitos desses trabalhadores, especialmente aqueles que desempenham algum trabalho doméstico, passam anos servindo o mesmo patrão. Uma pesquisa sobre os porteiros das residências de alto padrão nos Estados Unidos mostra que trabalham em média 15 anos em um mesmo prédio⁸⁴⁷. Apesar de serem profissionais de excelência, atestados pelo mercado, ainda dependem em grande medida de uma rede de contatos para o ingresso no mundo dos ricos.

Há também uma mudança de natureza do consumo conspícuo, que antes tinha como base a solidez e a durabilidade, e não uma demonstração da facilidade dos prazeres imediatos, pautados no descartável⁸⁴⁸. Ou seja, o consumo conspícuo passa de duradouro – assim como a posição social, herdada ou adquirida, que representava – para algo instável e impermanente.

As crescentes exigências do consumidor de serviços personalizados e de alto padrão geram mudanças na forma como os serviços são praticados e experimentados, com efeitos importantes na subjetividade do trabalho e nas estruturas de desigualdade.

O fato de muitos prestadores de serviços saberem detalhes da vida dos ricos os faz pessoalmente próximos, ainda que socialmente distantes. Aliás, faz parte do trabalho ser pessoalmente próximo no sentido de entender toda a rotina e a preferência do patrão como forma de oferecer serviços que facilitem ao máximo a sua vida e o poupe de aborrecimentos. O objetivo é a facilidade e a comodidade, mesmo se for a de abrir uma porta, além de anteciparem desejos que nem os próprios clientes sabem que têm: se a pessoa está cansada, oferecem uma cadeira e uma massagem; se a pessoa está doente, colocam uma caixa de lenço a mais no quarto; se a pessoa quer viajar, oferecem passeios a lugares únicos com atrações que nunca imaginaram. A subserviência dos funcionários é uma forma de competência e habilidade na profissão.

Diferentemente do que a visão clássica preconiza sobre a exploração de classes e alienação do trabalho, seja no chão de fábrica ou em outras atividades, como as de colarinho

⁸⁴⁷ BEARMAN, 2005.

⁸⁴⁸ BAUMAN, 2008.

branco ou ligadas ao setor de serviços de massa, alguns autores que estudam o setor de luxo sugerem outro tipo de relação, pautada mais no consentimento que no controle, mais na reprodução de comportamentos que na resistência. Significa dizer que, dependendo do tipo de função que exercem, esses trabalhadores não se veem como pobres ou excluídos. Essa é mais uma diferença importante em relação aos criados de antigamente.

Em primeiro lugar, por conta de sua remuneração, maior do que a média, ou mesmo pelas gorjetas gordas e outros mimos, como o passeador de cachorros que ganha de presente um relógio Michael Kors ou o *conciierge* que ganha *tickets* para espetáculos ou degustações gratuitas em restaurantes de renome. O acesso especial aos serviços consumidos pelos ricos confere certas vantagens a alguns funcionários. Por exemplo, Rachel Sherman, em sua pesquisa sobre hotéis de luxo nos Estados Unidos, relatou que os *concierges*, depois que passaram a trabalhar no hotel, passaram a ter um estilo de vida muito mais elegante e sofisticado; um deles disse que passou a tomar apenas tequilas de marcas renomadas⁸⁴⁹.

O serviço personalizado e menos propenso à rotina também confere maior autonomia para o funcionário. Esse fato, junto ao maior nível de qualificação, aumenta o seu *status* social. Veblen já atentava ao fato de que o criado se esforçava em manter ou aumentar o *status* de seu senhor na sociedade, para aumentar também o seu. Hoje, essa prática virou uma forma importante – e para muitos a única – de ascensão social.

É comum ouvir dos prestadores de serviços de luxo que os clientes e patrões são quase sempre cordiais e simpáticos, uma forma de “camuflar” a desigualdade social, por meio da criação de vínculos. Os clientes falam baixo no telefone, perguntam o seu nome e de onde são. Em contrapartida, os funcionários sempre devem demonstrar muita gratidão e sustentar a imagem de que o cliente não é “um rico esnobe”. Sendo assim, é mais fácil ser gentil com funcionários de serviços de luxo, uma vez que fazem todas as vontades e desejos dos clientes⁸⁵⁰.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o serviço de luxo oculta as relações de desigualdade, ele as naturaliza, uma vez que prover serviços para os ricos é uma forma de se juntar a eles.

Em termos da geração de emprego, autores como Nathan Wilmers sustentam que,

⁸⁴⁹ SHERMAN, 2007, p. 170.

⁸⁵⁰ Quando Rachel Sheerman pergunta para uma cliente do hotel se ela trata os funcionários do hotel de massa da mesma forma que no hotel de luxo ela responde: “Bem, eu tento não fazê-lo, mas às vezes é difícil ... porque acho que em muitos hotéis que não são de luxo, quando você precisa de algo, precisa pedir enfaticamente. [...] é difícil não tratar o trabalhador de maneira diferente”. (Ibidem, p. 217, tradução nossa).

à medida que uma economia se torna mais dependente de consumidores de elite⁸⁵¹, há uma maior polarização da estrutura de salários. A busca quase ilimitada por diferenciação de produtos e serviços de alto padrão levou a uma maior segmentação de mercado, criando uma hierarquia de produtos e produtores. Ou seja, a vida de luxo dos mais ricos retroalimentaria a desigualdade de salários no capitalismo contemporâneo.

Isso porque a expansão dos serviços pessoais, alimentada pela desigualdade social, gera, *grosso modo*, dois tipos de trabalho: os serviços de massa, ofertados por mão de obra sem qualificação e com baixos salários, também conhecida como *Mcjobs*; e os serviços para os ricos, personalizados e com mão de obra mais qualificada. Essa polarização do emprego corresponde à polarização das estruturas de consumo. Enquanto no longo prazo os prestadores de serviços para as massas estão fadados ao desemprego ou subemprego frente às novas tecnologias que substituirão seus postos de trabalho, os serviços para os ricos se encontram em franca expansão. Aqueles que têm recursos podem efetivar suas preferências por meio de um serviço pessoal direto (*face-to-face*), com atendimento individualizado e de alto padrão, enquanto os que não têm convivem com um sistema de baixa qualidade, caracterizado pela rotinização e crescente automatização⁸⁵².

É importante salientar que os serviços especializados de babás, tutores, estilistas etc. são trabalhos de natureza pessoal – ainda que profissionalizados –, uma vez que não se trata de um trabalho produtivo ou socialmente necessário. É um subsistema econômico baseado na desigualdade social, fruto da deformação progressiva da produção de mercadorias e da geração de renda.

Além de a concentração de riqueza gerar poucos empregos, ela o faz de forma perversa. Para a grande parte da sociedade brasileira que está fora do núcleo duro da economia brasileira e do círculo de emprego que orbita ao seu redor, sobra uma economia empobrecida e em decadência.

⁸⁵¹ No caso dos Estados Unidos, a participação dos gastos dos 5% mais ricos no PIB aumentou em 40% nas últimas duas décadas. Enquanto em 1992 o gasto dos mais ricos representava 23% dos gastos totais, em 2012 esse número subiu para 30%. (TIMIRAOS & HUDSON, 2015).

⁸⁵² ANTUNES, 2011.

Considerações Finais: Sociedade Fraturada

O Brasil caminhou na direção de um verdadeiro *apartheid* social nas últimas décadas. De um lado, temos o mundo integrado ao mercado financeiro e globalizado, composto pelos ricos e seus clientes mais bem remunerados cujo padrão de vida é comparável aos dos mais ricos do planeta. De outro lado, o mundo precário e marginalizado de uma enorme massa empobrecida. É o Brasil da fome, da dengue, das balas perdidas, das filas, da falta de esgoto e água encanada. Um caos social que parece não ter solução frente à falta de futuro.

Se a desigualdade social sempre foi a marca de um país fundado em quase 400 anos de escravidão, as últimas décadas assistiram a um aprofundamento sem precedentes dessa situação. Ao mesmo tempo em que a lógica rentista de valorização de ativos já existentes e a reprimarização da economia apontam para uma estagnação secular, a riqueza se concentra no topo. Com a regressão do sistema industrial, são as regiões onde moram e trabalham os ricos que concentram os empregos e a riqueza do país. Os mais pobres penduram-se nas rebarbas da renda dos de cima, onde as oportunidades no setor de serviço se apresentam. Onde há ricos, portanto, há muitos pobres.

Uma situação social como a que se desenha no Brasil contemporâneo só pode ser sustentada por uma forte segregação espacial, com cidades cheias de enclaves e muros. É preciso também uma segurança pública e privada que defenda a vida e o patrimônio dos mais ricos e que controle os pobres, mantendo-os à distância.

Para além da divisão entre bairros ricos e bairros pobres, centro e periferia, os anos 1990 trouxeram uma nova forma de organização do espaço urbano na qual a segregação social não se dá somente em termos de bairro, mas em todas as esferas da vida privada e social. Além da habitação e do trabalho, a segregação passou a se manifestar de forma explícita em *shoppings*, lojas, cabeleireiros, bares, restaurantes, padarias, supermercados, academias, aeroportos, hotéis, veterinários. Inclusive em hospitais e escolas.

Num país estagnado há décadas, os serviços de luxo cresceram em meio ao abandono dos bens e espaços públicos. O aumento do número de condomínios de luxo foi acompanhado pelo aumento do número de favelas, não apenas nas regiões metropolitanas, mas no interior do país. Enquanto as prateleiras dos supermercados *premium* foram tomadas por produtos importados, funcionais, frescos e orgânicos, a alimentação dos mais pobres tornou-se industrializada e ultraprocessada.

Novos *shoppings* de luxo foram abertos, estreando importantes grifes internacionais, ao mesmo tempo em que a proibição dos “rolezinhos” colocou em questão o

direito de ir e vir dos jovens da periferia. O crescimento dos hospitais com serviços de hotelaria cinco estrelas foi concomitante ao subfinanciamento do SUS e à preocupante redução do número de leitos no Brasil.

Enquanto a contratação de seguranças pelos mais ricos se tornou uma importante fonte de emprego, a segurança dos pobres passou a ser feita pelo tráfico e pelas milícias que os extorquem. Ao mesmo tempo em que os filhos dos ricos passaram a estudar em escolas bilíngues e a se graduarem no exterior, os mais pobres têm suas aulas canceladas devido a tiroteios e, para os poucos que avançam, restam universidades privadas de massa que vendem diplomas ou universidades públicas cada vez mais degradadas.

A explosão de vendas de aviões particulares acompanhou a piora do transporte público, cada vez mais caro, fazendo com que muitos passassem a andar a pé ou de bicicleta. Enquanto todas as atividades de entretenimento foram camarotizadas (estádios, *shows* e mesmo praias), as festas de rua ao som do *rap* e do *funk* foram estigmatizadas e se tornaram alvo de ações policiais.

Os lugares de residência, consumo, lazer e trabalho dos mais ricos se tornaram espaços vedados, verdadeiros enclaves fortificados⁸⁵³. São monitorados 24 horas, isolados por muros, cercas de segurança, câmeras, guaritas blindadas. Uma vez que os grupos sociais são separados por muros e tecnologias de controle, seus ambientes se tornaram homogêneos socialmente⁸⁵⁴.

Nas ruas das cidades ou nos espaços comuns desses enclaves fortificados não se veem os ricos, mas seus funcionários. As ruas dos Jardins, em São Paulo, são ocupadas por babás, motoristas e milhares de seguranças. Os corredores dos *shoppings* JK e Cidade Jardim parecem ser ocupados somente por faxineiras, vendedores e seguranças. Na Casa Santa Luzia, as filas nos caixas são preenchidas por motoristas, cozinheiras, copeiras, mordomos.

Quando dividem o espaço com os ricos – em seus condomínios de escritórios, residências, centro de lazer e compras –, a presença desses funcionários é regulada por inúmeros protocolos. Devem ser discretos, entrar pelos fundos, pegar elevadores separados, ser identificados por uniformes. Sujeitos a sistemas de segurança, checagem e triagem, são obrigados a mostrar identidade, abrir bolsas e mochilas. A cidade está repleta de mecanismos de segurança, mas também de discriminação e controle social⁸⁵⁵.

⁸⁵³ CALDEIRA, 2003, p. 259.

⁸⁵⁴ Ibidem, p. 211.

⁸⁵⁵ A esse respeito ver CALDEIRA (2003).

O espaço público se restringiu a um resíduo entre espaços privados, onde se explicita o conflito entre possuidores e despossuídos, automóveis blindados e pedestres em calçadas apertadas com gente pedindo esmolas⁸⁵⁶. As áreas da cidade dos ricos são construídas mais para proteger seus habitantes do que para integrá-los à comunidade. Seus moradores não têm nenhuma outra relação com a cidade, exceto o desejo de serem deixados em paz, entre seus pares, livres para consumirem bens e serviços que tragam conforto e prazer para sua vazia vida cotidiana⁸⁵⁷.

Estamos muito próximos de uma organização social e urbana antidemocrática e totalitária. Em primeiro lugar, porque só há convívio entre iguais. A configuração social e urbana brasileira coloca em xeque o que simboliza a experiência moderna na cidade: flunar em meio a uma multidão de pessoas anônimas que interagem independentemente de suas diferenças e desigualdades⁸⁵⁸. Em segundo lugar, porque o Estado de Direito está sendo constantemente ameaçado por formas de poder e de polícia paralelos, como o crime organizado e as milícias.

No mundo das cidades degradadas dos pobres, a vida é difícil. O investimento público não acompanhou a crescente massa de pessoas que passou a viver nas áreas periféricas. Os antigos centros das cidades e bairros mais populares foram sendo abandonados e se deterioraram ao longo das últimas décadas. As favelas, antes circunscritas a áreas pontuais na periferia, tornaram-se verdadeiras cidades, compondo um mundo paralelo.

É verdade que as favelas são territórios de exclusão desde sua formação. De 1950 a 1980, ainda que precárias, havia políticas de urbanização, com a entrada de serviços urbanos essenciais, a legitimação das associações de moradores e o arrefecimento dos conflitos fundiários em certas áreas⁸⁵⁹. Mas, a partir dos anos 1990, a diminuição do papel do Estado e a dominação pelo crime organizado fizeram com que as políticas de urbanização nesses locais fossem paulatinamente substituídas por políticas de segurança pública⁸⁶⁰. Quando a proteção social do Estado saiu de cena, a pobreza passou a ser combatida com violência policial, extrapolicial e de mercado.

Ser pobre no Brasil atual significa estar submetido à violência cotidiana. Estar suscetível à tirania do crime organizado no lugar em que se mora, às balas perdidas, ao mundo da falta e da necessidade permanente. Estar sempre entre a vida e a morte, entre comer ou

⁸⁵⁶ BAUMAN, 2009, posição 666 do ebook.

⁸⁵⁷ Ibidem, posição 211 do ebook.

⁸⁵⁸ CALDEIRA, 2003, p. 301. A respeito ver também BENJAMIN (2015).

⁸⁵⁹ RODRIGUES, 2016, p. 54.

⁸⁶⁰ Ibidem, p. 68.

passar fome, entre ter pouco num dia e não ter nada no outro. Também significa estar sujeito à violência por parte do Estado, por meio da extorsão e da violência dos policiais, do sofrimento à espera de atendimento médico, da sujeição a condições desumanas nas prisões, da exposição a vários tipos de doenças por falta de saneamento básico, das restrições ao direito de ir e vir.

Em suma, o Brasil passou a ser dividido entre dois tipos de cidadãos, (1) os que têm todos os direitos políticos, sociais e de propriedade respeitados e que querem se libertar de um país que desprezam, mas que lhes provê ganhos generosos e (2) os que estão presos à necessidade, sem direitos e condenados a uma vida sem futuro.

Para os ricos, a calamidade pública foi naturalizada e a barbárie que tomou conta do país não tem solução. Para justificar a ordem social existente, atribuem os seus privilégios e sua posição ao mérito. Propagam o discurso de que, num mundo em que os mercados operam livremente e no qual todos competem em condições iguais, os mais esforçados e melhores vencem. Como o sucesso seria uma questão de escolha e de responsabilidade individual, aqueles deixados para trás seriam merecedores do seu destino⁸⁶¹. Supondo que todos tivessem oportunidades iguais, não haveria nenhuma injustiça numa sociedade assim organizada.

Ocorre que o capitalismo é uma máquina de gerar desigualdades. A permanente diferenciação da estrutura social impossibilita que exista igualdade de oportunidades, mesmo em sistemas capitalistas mais regulados. Seguindo a trilha de Karl Marx, Max Weber apontava que, além da propriedade do capital, a sociedade também é clivada por monopólios sociais de diversas ordens, que tornam a equidade inalcançável. O monopólio sobre habilidades mercantilizáveis e relações sociais torna o processo de concorrência injusto, favorecendo os mais ricos, que tem melhores condições de colher as oportunidades e empregos disponíveis.

Mesmo partindo de uma teoria do capital humano, Pierre Bourdieu já havia demonstrado no final da década de 1970 que a igualdade do ponto de partida não é possível de ser alcançada⁸⁶². As desigualdades de renda, riqueza, posição, cultura e relações sociais se reproduzem e tornam impossível considerar a concorrência individual justa.

Se a retórica meritocrática já é duvidosa em si, o que se dirá, então, em um país desigual e estagnado como o Brasil, apartado entre ricos e pobres e cheio de iniquidades e privilégios. Num país em que o homem mais rico ganhou 1,3 bilhão de reais em 2019⁸⁶³ e

⁸⁶¹ SANDEL, 2020, posição 98 do Kindle.

⁸⁶² BOURDIEU, 2006.

⁸⁶³ SUPER-RICOS..., 2021.

80,0% da população ocupada ganhava em média até 2 salários mínimos, a diferença abissal de renda e riqueza torna a discussão sobre igualdade de oportunidades descabida.

Mas os endinheirados não estão dispostos a pagar impostos mais elevados para enfrentar os problemas do país, ou mesmo para garantir a “igualdade de oportunidades” sonhada por eles. Veem o Estado como ineficiente e fomentador de maus valores quando concede algum benefício social que desestimula a “meritocracia”. O Estado só tem serventia quando garante rendas monopólicas para os de cima e paga altos juros da dívida pública. Para os pobres, como diria Paulo Guedes, deve-se dar apenas as sobras⁸⁶⁴.

Desinteressados pelos destinos do país, os ricos brasileiros só se preocupam com seus ganhos e com a fruição de uma vida de consumo compatível com a dos mais ricos do mundo. E temem pela sua segurança, num país em que a desigualdade se tornou escandalosa. Em meio à barbárie, refugiam-se no exterior ou em seus *bunkers*, abandonando boa parte da população à sua própria sorte.

⁸⁶⁴ GRANADO, 2021.

PARTE III: REGRESSÃO CULTURAL E POLÍTICA

Capítulo 6 - Promessa de Civilização nos Trópicos

6.1. O Atraso Cultural e Político Brasileiro

Não existe processo de industrialização que não seja comandado por um Estado que encarne uma ideia de nação. A transformação acelerada das estruturas econômicas e sociais exige sacrifícios e depende da união nacional em prol do bem comum. Somente uma cultura sólida pode levar as pessoas a abandonarem questões imediatas – vinculadas à posição de classe, poder, gênero, etnia – em nome de um projeto de país que transcenda disputas sectárias⁸⁶⁵. Daí a importância de uma cultura que contemple a totalidade da sociedade, ainda que de forma desigual.

Em primeiro lugar, porque o prevalecimento do interesse público sobre o privado pressupõe uma ideia de vida comum, de sentimentos e formas de compreensão do mundo compartilhadas, possíveis somente através de uma cultura nacional. Os homens não criam laços uns com os outros apenas por intermediações contratuais, mas por semelhanças, costumes e simpatias.

Em segundo lugar, porque a cultura desempenha papel central na integração do indivíduo numa sociedade urbana, especialmente nas grandes cidades. O indivíduo desenraizado, ao abandonar sua terra, precisa se sentir parte de um todo para não submergir completamente na massa.

Em terceiro lugar, porque as relações de poder se convertem, ao longo do tempo, em uma tradição cultural que direciona o desenvolvimento econômico e a estruturação da sociedade de classes. Isto faz com que a cultura muitas vezes precise ser recriada para incorporar os estratos inferiores de modo mais harmônico. A cultura deve dar integridade à humanidade, dissolvendo conflitos através do entrelaçamento do interesse individual com o público.

Feitas essas considerações, a compreensão do processo de desenvolvimento capitalista requer a discussão sobre as relações entre as transformações da estrutura material e a cultura. Em termos marxistas, trata-se da distinção entre a “base” da sociedade, que inclui relações de propriedade e formas de produção, e a “superestrutura”, que inclui o direito, a arte, a política e as ideias.

⁸⁶⁵ EAGLETON, 2016, posição 1.489 do Kindle.

No caso brasileiro, o projeto de modernização e de incorporação da população à sociedade industrial iniciado com a Revolução de 1930 passava não somente pela superação do atraso material, mas pela criação de uma identidade nacional que desse sustentação a uma das maiores transformações econômicas e sociais vistas no século XX.

Essas questões podem ser melhor compreendidas através de uma breve comparação com o sucesso da industrialização atrasada no Japão e na Alemanha, à medida que a comparação sempre ilumina os problemas históricos. Tanto a Alemanha quanto o Japão se industrializaram sob a ameaça da influência estrangeira, que colocava em risco sua cultura nacional.

O Japão era um conjunto de ilhas com o poder centralizado durante o Xogunato Tokugawa (1603-1868). A disseminação de um confucionismo filosófico à japonesa – que prezava mais a lealdade que a generosidade – entre as elites e as camadas guerreiras levou à formação de uma cultura nacional forte que rejeitava e temia a influência ocidental.

A industrialização se tornou uma questão central quando frotas navais estrangeiras – britânicas, russas, norte-americanas, francesas e holandesas – se tornaram uma ameaça concreta à unidade nacional. Dada a enorme defasagem tecnológica, ganhou força na sociedade a ideia de que um “espírito japonês com habilidades ocidentais”⁸⁶⁶ era a única forma de evitar a destruição do Japão, o que exigia a formação de um Estado Nacional moderno e a incorporação das técnicas ocidentais.

A Revolução Meiji (1867-1868) aboliu privilégios de classes e revogou domínios hereditários sobre as terras, abrindo espaço para uma reforma agrária radical⁸⁶⁷. O Estado passou a industrializar o país através da criação de empresas públicas. E resolveu enviar missões exploratórias ao mundo desenvolvido para ver o que poderia ser copiado do ocidente. O sistema educacional compulsório se baseou na escola distrital francesa; a Marinha, na organização inglesa; o Exército, no modelo francês; o Código Civil, na lei alemã e assim por diante⁸⁶⁸. A generalização da educação compulsória permitiu que mercadores e trabalhadores atingissem conhecimentos comparáveis aos dos samurais⁸⁶⁹ e ajudou a difundir uma identidade nacional.

No final do século XIX, a superação do atraso econômico e social em relação ao Ocidente era fundamental para a sobrevivência do Japão enquanto nação. Mas as rápidas

⁸⁶⁶ MORISHIMA, 1982, p. 54.

⁸⁶⁷ NAKAMURA, 1966, p. 430.

⁸⁶⁸ MORISHIMA, 1982, pp. 88-89.

⁸⁶⁹ MORISHIMA, 1982, p. 17.

transformações econômicas e sociais decorrentes do processo de industrialização só foram possíveis graças à sólida cultura nacional, que permitiu que o país não perdesse sua identidade.

Já a industrialização da Alemanha envolvia problemas adicionais, posto que também era preciso constituir um Estado Nacional. A Germânia tinha uma língua comum e uma cultura que vinha se afirmando muito antes da unificação realizada por Bismarck em 1871. A importância da leitura da Bíblia, traduzida para o alemão por Lutero, foi decisiva para a alfabetização das áreas protestantes desde o século XVII⁸⁷⁰. A disseminação das escolas pietistas e depois públicas levou já em 1830 à generalização da alfabetização das crianças em algumas regiões⁸⁷¹.

Disse Herder que uma língua comum molda as percepções e os processos intelectuais que organizam a vida, dando uma forma específica à socialização numa determinada comunidade e num determinado espaço físico⁸⁷². Na visão de Herder, esse desenvolvimento social havia criado uma tradição cultural e um sentimento nacional na Germânia, presente em diversas unidades políticas⁸⁷³.

Mas, para sobreviver num mundo europeu de rivalidades crescentes entre potências industriais como a Inglaterra e a França, a nação alemã precisava estabelecer um Estado Nacional que desse condições para a superação do atraso econômico. A industrialização surgiu como o único caminho para a preservação da identidade nacional neste cenário. Ao mesmo tempo, sem a coesão social propiciada pela cultura alemã, os sacrifícios exigidos pela rápida industrialização ocorrida sob Bismarck (1871-1890) não teriam sido possíveis.

Dessa perspectiva comparada, o problema brasileiro era ainda mais complexo, uma vez que era econômico, social, político e também cultural. Além do seu processo de industrialização se dar na época da grande empresa capitalista, o Brasil tinha um Estado frágil, um território continental e não possuía uma identidade e nem uma cultura unificada. À despeito de uma língua comum, o português, as diferenças regionais eram bastante amplas e marcadas pela oralidade num país em que a escrita era restrita a um pequeno grupo social. Soma-se a isso o cosmopolitismo das “elites” inteiramente submetidas a uma cultura estrangeira. As artes brasileiras antes de 1930 não estavam calcadas numa cultura nacional.

⁸⁷⁰ MELTON, 2001, p. 84.

⁸⁷¹ GAWTHROP & STRAUSS, 1984, p. 54.

⁸⁷² PATTEN, 2010, p.10.

⁸⁷³ PATTEN, 2010, p. 3

Não havia uma maneira de sentir e de pensar brasileira, que expressasse o conjunto da nação e que servisse de substrato para manifestações culturais originais⁸⁷⁴.

A escravidão, fator determinante para a manutenção da integridade territorial, foi abolida em 1888. Durante a República Velha (1889-1930) o poder central era fraco e o país era uma federação extremada: união frágil, estados submissos às oligarquias e o poder local comandado pelo coronelismo. Havia justiças estaduais, códigos estaduais, tarifas alfandegárias estaduais, forças públicas estaduais maiores que o próprio Exército. Em suma, não havia um Estado forte, que dispusesse do monopólio legítimo da violência, apenas um Estado dominado politicamente pelas regiões produtoras de café e seus eventuais aliados.

A sociedade era fragmentada entre o litoral e o interior e mesmo entre as diferentes regiões havia profundas diferenças. Não havia uma cultura comum. Havia apenas folclore local que unia tradições portuguesas, costumes indígenas específicos da região e diferentes tradições africanas dependentes da presença, outrora maior ou menor, da escravidão no local.

Frente a essa enorme fragmentação política, social e cultural, enfrentar a questão nacional significava vencer o enorme atraso econômico e social ao mesmo tempo em que se forjava uma identidade nacional. Só uma cultura comum poderia dissipar paixões indisciplinadas, reconciliar interesses conflitantes e trazer concórdia a um país fragmentado⁸⁷⁵.

Para apreender o significado das transformações culturais posteriores à Revolução de 1930, é preciso, inicialmente, avaliar o atraso brasileiro em relação ao do resto do mundo na virada do século XX.

ii.

O Brasil nos anos 1920 era um país recém-saído da escravidão com 80,0% da população no campo. Sua vida econômica era baseada na produção de produtos primários para exportação, especialmente de café. A indústria, um desdobramento da expansão cafeeira, produzia basicamente bens de consumo leves e alguns materiais para a produção agrícola. Pesava pouco na atividade econômica global. Havia apenas duas cidades importantes, a capital Rio de Janeiro (1,2 milhão de habitantes) e São Paulo (580 mil).

Em contraposição, no mundo desenvolvido ocorreu (1870-1900) a II Revolução Industrial, da energia elétrica e do petróleo, da química pesada e da petroquímica, do motor a combustão interna que movia automóveis, aviões e tratores, da indústria de bens de capitais seriados, dos eletrodomésticos.

⁸⁷⁴ EAGLETON, 2016, posição 1.009 do Kindle.

⁸⁷⁵ EAGLETON, 2016, posição 1.371 do Kindle.

A grande empresa trouxe consigo a metrópole, mudanças na estrutura social (crescimento do operariado e dos seus sindicatos, emergência da nova classe média) e suas formas de vida, caracterizadas, antes de tudo, pela aceleração do tempo e pela despersonalização das relações sociais.

No Brasil, havia uma liberal-democracia de fachada, estabelecida pela Constituição de 1891. O processo político era viciado pelo poder local. Não havia justiça eleitoral e as eleições eram fraudadas de acordo com as conveniências dos oligarcas – voto de cabresto, mortos que votavam, bico de pena, degolas⁸⁷⁶. Como as mulheres e os analfabetos não votavam, os eleitores eram poucos. Em 1910, por exemplo, estima-se que apenas 5,0% da população brasileira votou na eleição de Hermes da Fonseca⁸⁷⁷.

Já o mundo desenvolvido vivia o florescimento dos espaços públicos, como teatros, cafés e praças, além do crescimento e da diversificação da imprensa, que propiciavam o confronto e a discussão de ideias. Nas cidades a participação da população no processo político era crescente através de sindicatos, partidos de esquerda e organizações sociais.

A falta de educação formal e a ignorância eram a marca do Brasil. De acordo com o Censo de 1920, 65,0% das pessoas eram analfabetas, mas o número era certamente maior, posto que quase não havia instrução na zona rural e a maior parte das mulheres não sabia ler e escrever. O ensino superior, criado no século XIX, era baseado na cultura estrangeira, sem nenhuma preocupação com a vida e os problemas brasileiros. O Brasil só criou universidades a partir dos anos 1920, séculos depois da América espanhola.

Em contraposição, países como os Estados Unidos, a França, a Prússia, a Inglaterra, o Japão, a Espanha e mesmo a Argentina, que já haviam realizado reformas educacionais importantes no século XIX, entraram no século XX com a educação básica generalizada⁸⁷⁸. Por exemplo, na França, o nível de alfabetização, ao redor de 30,0% no *Ancien Régime*, passou para 60,0% em 1860 e alcançou 90,0% em 1890. Na Inglaterra, em 1841, a população alfabetizada era de 59,0%, atingindo 97,0% em 1900⁸⁷⁹. O estabelecimento de escolas públicas de qualidade era a norma, dado que a educação era considerada como decisiva para a constituição de uma nação, a despeito de vários países terem educação privada e confessional de relevo.

⁸⁷⁶ A esse respeito ver LEAL (2012).

⁸⁷⁷ SOUZA, 2017, p. 119.

⁸⁷⁸ EASTERLIN, 1981, p. 8.

⁸⁷⁹ ORTIZ, 2001, p. 24.

No Brasil do início do século XX, o atraso cultural era imenso. Havia pouco espaço para o florescimento das artes e da cultura numa sociedade em que os homens viviam no campo, apenas preocupados com sua sobrevivência em trabalhos penosos.

Nesse país marcado pela escravidão e pela falta de educação formal, a imensa maioria da população vivia numa cultura eminentemente oral, com tradições folclóricas locais. Como disse Antonio Candido, o analfabetismo é o traço básico do subdesenvolvimento no terreno cultural. Ligam-se a ele também outras manifestações de debilidade cultural: escassos meios de comunicação e de difusão (editoras, bibliotecas, revistas e jornais), pequeno número de leitores (menor ainda que o de alfabetizados), além da impossibilidade de dedicação exclusiva dos escritores às atividades literárias⁸⁸⁰. Enquanto na Inglaterra, em 1836, alguns livros de Dickens tinham tiragem de 40 mil exemplares, no Brasil um *best-seller* como Urupês, de Monteiro Lobato, vendeu 8 mil cópias em 1918⁸⁸¹.

Um bom exemplo do nosso atraso era a Academia Brasileira de Letras (1897), cópia da francesa, estabelecida num prédio que reproduz o Petit-Trianon de Versalhes com 40 membros que se autodenominam imortais, fantasiados de farda bordada, bicórneo e espadim⁸⁸². Coelho Netto, um dos símbolos deste período, era fundador e imortal da segunda cadeira da Academia e o escritor mais lido do país, tendo publicado mais de 100 livros no início do século XX. Era reconhecido por uma escrita artificial e por enxergar no Brasil uma Grécia que nunca existira! Em suas próprias palavras, considerava que exagerara no delírio do adjetivo e na preocupação mais com a roupa do manequim do que com a anatomia do ser⁸⁸³. Era um escritor sem visão da vida brasileira e sem ideias, que transformou a arte de escrever em imitação empolada de estilos e fraseados vazios.

O ensino das artes plásticas no Brasil teve início com a criação da Academia Imperial de Belas Artes em 1826 em moldes semelhantes aos das academias europeias, reproduzindo modelos neoclássicos e românticos aclimatados por meio da pintura de paisagens locais ou pinturas históricas, como fazia Pedro Américo. No final do século XIX, artistas como Eliseu Visconti, Castagneto, Belmiro de Almeida e Almeida Júnior começaram a introduzir alguns elementos das correntes modernas europeias, mas sem se desvincularem do academicismo descolado da realidade do país⁸⁸⁴.

⁸⁸⁰ CANDIDO, 1987, p. 143.

⁸⁸¹ ORTIZ, 2001, p. 24 e p. 28.

⁸⁸² CANDIDO, 1987, p. 157.

⁸⁸³ CASTRO, 2019, posição 4.074 do Kindle.

⁸⁸⁴ CATTANI, 2011, p.27.

As principais manifestações culturais, restritas à elite, eram expressão de uma cultura europeizada. Tratava-se de uma consciência amena do atraso⁸⁸⁵, vinculada ao fato do Brasil ser um país novo que ainda não pudera se realizar, mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de futuro. Visto através do olhar estrangeiro, o país era retratado na literatura e nas artes plásticas como exótico e a elaboração do sentimento nacional passava pela exaltação da realidade natural do Brasil. O melhor exemplo é a mistificação ideológica do índio, idealizado como o homem no estado de natureza desde meados do século XIX nos textos de José de Alencar e Gonçalves Dias e retratadas de maneira romântica em pinturas como “Moema” (1866) de Victor Meirelles, “Iracema” (1881) de José Maria de Medeiros e “O Último Tamoio” (1883) de Rodolfo Amoedo.

A pequena elite, afrancesada e provinciana, entrava em contato com a modernidade principalmente através do consumo de luxo e das viagens ao exterior. O deslumbramento com um mundo visto como superior mantinha os ricos brasileiros imersos na suntuosidade da cultura europeia pré-modernista e na ignorância da realidade social do Brasil. Já o povo analfabeto, formado majoritariamente por ex-escravos, imigrantes, caipiras, sertanejos e peões, não tinha condições materiais ou elementos subjetivos para questionar a realidade ou transcender os usos e costumes originários de suas tradições mais arraigadas.

Já no mundo desenvolvido, a industrialização e a urbanização mudavam a forma como o homem via o mundo e a si mesmo, levando a uma crítica profunda da vida moderna. Produzia-se toda espécie de coisa em larga escala, às custas do esmagamento do espírito humano. A vida havia se tornado mecânica, fragmentada, vazia. Para enfrentar estas forças disruptivas, alguns artistas viam a necessidade de fortalecer e refinar o espírito do homem moderno. Esse homem, que tinha sua vida segmentada e fragmentada pela divisão do trabalho, precisava reencontrar sua unidade com o mundo, essencialmente por meio da arte e da cultura.

Na Europa e nos Estados Unidos, os modernistas renunciavam aos modelos estilísticos e temáticos clássicos, desenvolvendo novos estilos e linguagens que expressassem sua época e tivessem caráter universal⁸⁸⁶. Sem referência ao passado, a não ser para superá-lo, o objetivo era enfrentar o presente⁸⁸⁷. Mais do que retratar o mundo externo, a arte deveria desvelar a psicologia individual e coletiva, interpretando o encontro do homem com o mundo moderno. A arte deveria se opor ao racionalismo instrumental da civilização industrial, no esforço de interpretar a “espiritualidade” que inspiraria ou redimiria o industrialismo.

⁸⁸⁵ CANDIDO, 1987, pp. 140 - 162.

⁸⁸⁶ ARGAN, 2016, p. 185.

⁸⁸⁷ ARGAN, 2016, p. 228.

A “nova literatura” modernista, que já havia aparecido na Europa e nos Estados Unidos entre 1905 e 1910, foi impulsionada pela Primeira Guerra e pela Revolução Russa, refletindo e antecipando seus impactos psicológicos. A vanguarda francesa, o futurismo italiano e russo, o expressionismo alemão visavam destruir a estrutura sintática e etimológica da língua, abolindo tradições associativas para formar uma nova sintaxe⁸⁸⁸. O modernismo se valia de palavras soltas, sem coerência sintática, com formas cubistas constituindo um mundo de imaginação intuitiva.

Já nas últimas décadas do século XIX, apareceram na literatura inglesa os germes da arte moderna em escritores como Henry James, Bernard Shaw e Joseph Conrad, que davam vazão à liberdade do indivíduo e ao desenvolvimento da personalidade longe das convenções morais impostas pela sociedade. Estavam criadas as condições para a ruptura radical que aconteceria com Virgínia Woolf, D.H. Lawrence e James Joyce. Enquanto no romance vitoriano o escritor era detentor de um conhecimento seguro do mundo, no romance moderno a complexidade e a ambiguidade do real faziam com que o escritor não compartilhasse mais com seu público um conhecimento comum. A autoridade do narrador foi substituída pelos pensamentos e emoções dos personagens, pelo emprego do fluxo de consciência e pela quebra na sequência temporal lógica⁸⁸⁹.

O relativismo de precursores modernistas como Yeats e, posteriormente, T.S. Eliot criara uma poesia com significado em si mesma. Por meio da construção de imagens, os poemas refletiam a complexidade e a falta de sentido do mundo moderno, a perda da unidade do homem com o mundo. Ao juntar fragmentos aparentemente desconexos, constituía-se o movimento do pensamento numa mente viva, para além de sua estrutura lógica, incorporando seus aspectos emocionais⁸⁹⁰.

A literatura americana tornava-se uma das principais referências internacionais. Autores como Ezra Pound, Vachel Lindsay, Langston Hughes, Gertrude Stein, Robert Frost, Ford Madox Ford e Wallace Stevens tornaram-se importantes precursores da literatura modernista. Mas o ápice do modernismo americano seria alcançado por William Faulkner em O Som e a Fúria.

A experimentação estética de boa parte destes escritores era a aleatoriedade do tempo e a sua medição. Ao invés de ritmos e estruturas pré-estabelecidas, a escrita moderna

⁸⁸⁸ CARPEAUX, 2008, p. 2560.

⁸⁸⁹ CAVASCO & SIQUEIRA, 1985, p. 78.

⁸⁹⁰ CAVASCO & SIQUEIRA, 1985, pp. 75-76.

deveria ser como o mundo: caótica, irônica, estranha e digressiva⁸⁹¹. As palavras deveriam ser empregadas sem excessos e de forma precisa, os adjetivos deveriam ser poucos e o uso do narrador onisciente deveria ser evitado ou substituído pelo narrador em primeira pessoa ou nenhum. Devido à necessidade de repensar o tempo e a linearidade, os modernistas americanos usavam a justaposição, colocando uma história contra a outra, para que o leitor tirasse suas próprias conclusões⁸⁹².

Na Viena *fin-de-siècle*, escritores e pintores, sob a influência da psicanálise freudiana, debruçavam-se sobre o problema da natureza do indivíduo numa sociedade em desintegração. A concepção de homem racional, típica da cultura liberal tradicional, cedia lugar ao homem movido pelos sentimentos e instintos⁸⁹³. Dentro da crise da cultura liberal, Arthur Schnitzler, Hugo von Hofmannsthal e Stefan Zweig criaram uma nova literatura que procurava elaborar concepções sobre a relação entre política e psique. Assimilavam elementos estéticos, morais e científicos da cultura aristocrática, transformando os seus aspectos ornamentais em essência. A beleza, considerada pela velha cultura como escapatória do mundo cotidiano, deveria apontar para o âmbito mal definido do irracional. Assim como Freud, Schnitzler e Hofmannsthal percebiam a tensão entre os valores morais patriarcais e a vida dos instintos como um elemento central do ser humano.

O modernismo vienense chegou ao seu ápice com Robert Musil (O Homem sem Qualidades) que, com uma estética inovadora e humor corrosivo, mostrava como o mundo moderno tornara-se incompreensível às pessoas, dada a sua instabilidade e velocidade. Hermann Broch (Os Sonâmbulos), outro expoente da literatura vienense, utilizava técnicas expressionistas para fazer uma justaposição de poesia, drama, narrativa e ensaio.

Em relação à literatura alemã, basta mencionar o grande Thomas Mann, da Montanha Mágica, de José e seus Irmãos, de Doutor Fausto.

Na França, o modernismo literário poético descendeu diretamente de Rimbaud, cuja obra foi, por volta de 1910, reinterpretada e revalorizada por escritores como Apollinaire e Max Jacob. Na prosa, André Gide e Marcel Proust, de diferentes formas, encorajaram toda uma geração de jovens a questionar os valores da família e da tradição. Gide retratava em suas obras a aparente liberdade do indivíduo na escolha de seu futuro frente à indecisão moral. Já Proust revolucionou a forma de tratar a questão do tempo por meio da imaginação e da

⁸⁹¹ WAGNER-MARTIN, 2016, posição 133 do Kindle.

⁸⁹² WAGNER-MARTIN, 2016, posição 199 do Kindle.

⁸⁹³ SCHORSKE, 1988, p. 26.

memória consciente e inconsciente, cujas impressões tomavam forma pelo uso de metáforas, imagens, ritmos e associações da sintaxe.

Muitas vanguardas nasceram dessa nova literatura francesa, atacando as certezas racionalistas burguesas que teriam levado à decadência da Europa. Em 1917, escritores como Apollinaire, Reverdy e Jacob, reuniram-se na revista *Nord-Sud* aos dadaístas e depois aos surrealistas Aragon, Breton, Soupault. O “Dada” foi o centro histórico da evolução literária entre 1910 e 1924, uma vez que representou o encontro do expressionismo, do futurismo e do modernismo. Na literatura cubista, Apollinaire, Jacob, Salmon e Reverdy pretendiam decompor a lógica e os sentidos que organizavam a realidade aparente⁸⁹⁴. O surrealismo, o último dos movimentos modernistas, foi muito além do niilismo dadaísta. Escritores como Aragon, Breton, Soupault, Éluard fizeram parte desse movimento construtivo que, baseado na psicanálise freudiana e na sociologia marxista, pretendia transformar a sociedade⁸⁹⁵.

Nas artes plásticas, o movimento impressionista, que surgiu em Paris entre 1860 e 1870, foi o primeiro a romper com o passado, abrindo caminho para a pesquisa moderna. Pintores como Monet, Renoir, Degas, Cézanne, Pissarro e Sisley libertaram a percepção de preconceitos e convencionalismos para poderem se manifestar livremente⁸⁹⁶. A aversão pela arte acadêmica dos salões oficiais, a orientação realista, o trabalho ao ar livre e o desinteresse pelo objeto eram questões que os uniam.

Com Van Gogh e Gauguin, as premissas do impressionismo foram levadas às últimas consequências, renovando os próprios fundamentos da arte, não mais voltados para a impressão, a sensação e a visão, mas para a pura percepção da realidade em sua existência, em sua expressão. O uso das cores dos impressionistas deixava de ter interesse em sua correspondência visual para, em seu lugar, expressar determinadas relações de força (atração, tensão, repulsão)⁸⁹⁷. As artes plásticas, depois do expressionismo, deixaram de ser a representação do mundo, para se tornar uma ação que se expressa em si mesma, uma forma de comunicação e de mensagem⁸⁹⁸.

Fruto do movimento francês dos *fauves* e do alemão *Die Brücke*, as correntes expressionistas desembocariam no cubismo na França a partir de 1908 e em várias outras vanguardas⁸⁹⁹. Tendências construtivistas acentuaram-se em pintores como Matisse e Derain,

⁸⁹⁴ CARPEAUX, 2008, p. 2.471.

⁸⁹⁵ CARPEAUX, 2008, p. 2.623

⁸⁹⁶ ARGAN, 2016, p. 75.

⁸⁹⁷ ARGAN, 2016, p. 125.

⁸⁹⁸ ARGAN, 2016, p. 299.

⁸⁹⁹ ARGAN, 2016, p. 227.

cujos quadros causavam tanta estranheza ao público que o apelido de *fauves* lhes fazia jus. Pintores cubistas como Picasso, Braque, Gris, decompuseram a realidade em estruturas geométricas e reconstruíram um novo mundo pictórico com esses elementos. Futuristas como Marinetti, refletiam a psicologia da nova classe média, celebrando a técnica como força espiritual capaz de dominar os instintos. Pintores surrealistas como Max Ernst, Miró, Magritte, Tanguy davam vazão ao mundo do inconsciente e à sexualidade como temas de suas obras.

Em suma, enquanto a Europa e os Estados Unidos viviam uma verdadeira revolução nas artes – que passavam a ter uma função social decisiva no processo de democratização e na luta das forças progressistas contra as conservadoras –, o modernismo brasileiro nasceria atrasado e em circunstâncias muitos desfavoráveis. Diferente do próprio modernismo hispano-americano, no Brasil só havia praticamente parnasianismo e academicismo, manifestações culturais sem raízes na vida do país. Caberia aos modernistas romperem com esse vazio cultural, empregando os recursos das vanguardas europeias para criar uma arte e uma cultura que forjassem uma identidade nacional⁹⁰⁰.

6.2. A Revolução Cultural Brasileira

A formação de uma identidade nacional, embora já fosse uma questão importante para parcela pequena mas influente da sociedade na década de 1920, encontrava empecilhos para seu desenvolvimento na República Velha. Essa busca só poderia ganhar vazão a partir de 1930 com uma transformação radical nas estruturas políticas, econômicas e sociais que afirmasse a preponderância do interesse nacional e público.

A superação do atraso passava pela industrialização e pela construção de um Estado moderno e centralizado, mas também pela criação de uma sociedade democrática, “arejada”, urbana e educada que permitisse o florescimento de uma cultura brasileira que desse unidade à sociedade. Esse movimento, corporificado no Estado varguista, comandou, nos termos de Antonio Candido, uma verdadeira revolução cultural no país. Parafraseando Massimo d’Azeglio⁹⁰¹, depois de criar o Brasil era preciso fazer os brasileiros.

Este item aponta as relações entre industrialização e cultura e faz um panorama da Revolução Cultural brasileira até a contrarrevolução conservadora de 1964.

⁹⁰⁰ CARPEAUX, 2008, p. 2.566.

⁹⁰¹ HOBBSAWM, 1990, posição 884 do Kindle.

ii.

A industrialização, a urbanização e o crescimento econômico acelerado sob a direção do Estado criavam uma nova sociedade, alicerçada em novas estruturas de produção, novos setores econômicos, novos tipos de empregos. As cidades atraíam milhões de pessoas dos rincões do país, que passavam a ter uma vida mais livre e integrada ao mundo moderno, desvinculada dos laços de submissão típicos da sociedade rural brasileira.

O mundo urbano em crescimento também gerava muitos empregos nos serviços, exigindo pessoas letradas que soubessem se relacionar com o público. A criação do Estado moderno teve grande peso na geração de empregos de qualidade, visto que a expansão dos seus serviços e a maior complexidade da administração pública exigiam pessoal qualificado e concursado. Ampliava-se também a demanda por administradores, vendedores, médicos, advogados e outros profissionais liberais que formavam uma nova classe média, alargando o público de bens culturais. A sociedade urbana e industrial se adensava e criava novos espaços de convivência, de debate e de manifestação cultural, abrindo novas posições sociais que permitiam o questionamento do passado e da tradição de forma propositiva.

Essas mudanças ampliavam as possibilidades materiais para o desenvolvimento da cultura. O Estado cumpriu outro papel importante com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, comandado por Gustavo Capanema. O chefe de gabinete era Carlos Drummond de Andrade e contou, em algum momento, com a participação de Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Villa-Lobos, Joaquim Cardoso, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, Candido Portinari, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Anísio Teixeira e Afonso Arinos de Mello Franco, entre outros. O prédio foi feito por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a partir de desenhos iniciais de Le Corbusier, um dos maiores arquitetos modernistas do século XX.

O Estado varguista pretendia desenvolver uma educação que atuasse como força de modernização cultural, combatendo o atraso e as desigualdades sociais. A maior qualificação exigida pela ampliação mercado de trabalho também impulsionava a demanda por escola pública, gratuita e de qualidade, abrindo espaço para o movimento de renovação da educação, que aparecia em diversos lugares do Brasil.

A década de 1920 já havia sido palco de várias reformas educacionais promovidas pela Escola Nova, em contraposição ao ensino privado e confessional e contra os velhos métodos disciplinares de ensino. O movimento defendia uma concepção de educação iluminista, emancipadora, capaz de formar pessoas com espírito crítico, conscientes do país e do mundo em que viviam. Na concepção escolanovista, a educação deveria ser integral, com

uma formação completa em termos de carga horária, da profissionalização e das habilidades cognitivas e sociais.

Em São Paulo, a Reforma de Sampaio Dória em 1920 visava a erradicação do analfabetismo e a difusão de um modelo escolar capaz de formar o cidadão republicano, por meio da educação intelectual, moral e física⁹⁰².

Na Bahia, a Reforma proposta por Anísio Teixeira entre 1925-1928 defendia o ensino de uma cultura humanística integral. Frente ao alto índice de analfabetismo no estado – apenas 15,0% da população em idade escolar frequentava a escola em 1924 –, o objetivo do ensino deveria ser a alfabetização, mas também o desenvolvimento do nível moral e mental da população, fundamental para livrá-la do atraso⁹⁰³.

Já no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira assumiu a Diretoria da Instrução Pública em 1931 e se empenhou em montar uma rede de órgãos consultivos e executivos para enfrentar o problema da fragmentação escolar. Essa rede consolidava o sistema público de ensino, buscando a aproximação entre a cultura erudita e a popular, orientando e produzindo conhecimento para a formação de professores⁹⁰⁴. Faziam parte dessa rede o Instituto de Pesquisas Educacionais, a primeira instituição de pesquisa em educação do país, a Rádio Escola Municipal (de Roquete Pinto), a Biblioteca Central, a primeira biblioteca infantil (dirigida por Cecília Meireles) e os coros orfeônicos (coordenados por Heitor Villa-Lobos)⁹⁰⁵.

Junto a esses pioneiros da Escola Nova no Brasil, juntavam-se muitos outros como Manuel Lourenço Filho, que realizou a reforma do ensino público do Ceará em 1922 e 1923 e a Reforma de 1931 em São Paulo; Fernando de Azevedo, que comandou as reformas de 1927 a 1930 no Rio de Janeiro e em 1933 no estado de São Paulo; e Attilio Vivacqua que liderou a reforma escolanovista no Espírito Santo.

Em 1932, o debate sobre a educação nacional ganhou importância com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros, que reivindicava o reconhecimento da centralidade da educação como base do desenvolvimento nacional; uma política nacional para a educação; e a defesa do ensino público, gratuito e laico. Uma Educação Nova que se propunha a servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, sobre o princípio da vinculação da escola com o meio e a vida social guiado pelos valores da solidariedade, do serviço social e da cooperação⁹⁰⁶.

⁹⁰² CARVALHO, 2011, p. 5.

⁹⁰³ ROCHA, 2011, p. 69.

⁹⁰⁴ NUNES, 2011, p. 295.

⁹⁰⁵ NUNES, 2011, p. 311.

⁹⁰⁶ MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932.

Pela primeira vez, a universalização do acesso à escola se tornava uma questão política no Brasil. Era preciso “abrasileirar os brasileiros” por meio da alfabetização e da educação moral e cívica e integrar o imigrante estrangeiro, cujas escolas deveriam respeitar os feriados nacionais e incluir no currículo o ensino obrigatório de português, de geografia e de história do Brasil⁹⁰⁷.

Ainda que o acesso à educação continuasse insuficiente, a expansão do ensino no Brasil foi expressiva. O número de matrículas no ensino fundamental passou de 2,0 milhões em 1929 para 7,1 milhões em 1959. No ensino médio, o número de matriculados saltou de 33 mil em 1929 para 815 mil em 1959⁹⁰⁸.

A expansão do ensino demandava a formação de professores, o que significava expansão das escolas normais e, principalmente, criação de novas faculdades de ciências e letras, além de universidades. No ensino fundamental, o número de professores passou de 50 mil em 1929 para 197 mil em 1960 e, no ensino médio no mesmo período, de 8 mil para 94 mil⁹⁰⁹. Além de professores, a expansão das instituições de ensino abriu espaço para o crescimento de ocupações de apoio, como administradores, secretárias, zeladores, bibliotecários, serventes etc.

Ainda que continuasse muito restrita, a educação superior também se ampliou e passou por uma mudança de concepção. As faculdades existentes – voltadas para a formação de profissionais liberais como engenheiros, médicos e advogados – passaram a alargar seus horizontes científicos e culturais, base para a formação de todas as profissões modernas. Junto a essas, montou-se um quadro universitário mais amplo, de faculdades de ciências sociais e econômicas, de ciências matemáticas, físicas e naturais, e de filosofia e letras.

Os esforços iam na direção de construir um ensino superior gratuito, voltado não apenas para a formação profissional e técnica, mas para a formação de pesquisadores em todos os ramos do conhecimento humano. Para os defensores da Escola Nova, o papel da universidade era formar a elite intelectual, predisposta ao estudo científico dos grandes problemas nacionais. Deveria fazer parte dessa elite o professorado de todos os graus, por exercerem uma função pública de mais alta importância⁹¹⁰.

A escola e a universidade se tornavam instituições para formar o cidadão brasileiro e pensar as questões nacionais. A percepção do atraso brasileiro foi se acentuando e se

⁹⁰⁷ CARVALHO, 2011, p. 11.

⁹⁰⁸ ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX - IBGE E INEP.

⁹⁰⁹ ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX - IBGE E INEP.

⁹¹⁰ MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932.

transformando em uma consciência crítica que se tornaria uma força propulsora da transformação política do país⁹¹¹.

Os avanços educacionais ampliavam o público leitor e, consequentemente, o número de editoras. Além da José Olympio, da Nacional e da Civilização Brasileira, surgiram séries e coleções de livros fundamentais para a divulgação de estudos brasileiros de história, política, sociologia e antropologia, como *Brasiliana*, *Coleção Azul*, *Problemas Políticos Contemporâneos*, *Documentos Brasileiros*.

Posteriormente, nos anos 1960, muitas dessas editoras também produziram várias revistas importantes, como foi o caso da *Revista Civilização Brasileira*, organizada por Ênio Silveira e Moacyr Félix. Com seções regulares de literatura, teatro, cinema, artes plásticas e música, colaboravam com a revista intelectuais e artistas como Ferreira Gullar, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Cabral, Octavio Ianni, Caetano Veloso e Thiago de Mello, entre outros. Enquanto a revista francesa *Les Temps Modernes*, de Jean-Paul Sartre, tinha tiragem de 3 mil exemplares, a *Revista Civilização* tinha 20 mil⁹¹². De forma paralela, Ênio Silveira também lançou a *Revista Paz e Terra*, que posteriormente se tornou a Editora Paz e Terra, de linha humanista voltada para o público cristão.

O avanço da industrialização, da urbanização e da educação também possibilitavam maior variedade e tiragem de jornais e revistas; ampliação da indústria cinematográfica, tanto pelo aumento da importação de filmes estrangeiros e da produção de filmes nacionais, quanto pelo aumento do número de salas; massificação do rádio e consequente desenvolvimento da indústria fonográfica; crescimento das salas de concerto e de teatros; construção de estádios de futebol. O desenvolvimento material da cultura levava ao crescimento e à profissionalização de atividades como as de músico, maestro, arranjador, escritor, jornalista, fotógrafo, pintor, jogador de futebol, narrador esportivo, radialista, ator, figurinista, diretor, cenógrafo, câmera, roteirista, projetista, apresentador, dançarino etc.

Ainda que falar em socialização ou coletivização da cultura artística fosse difícil frente ao atraso do país e às enormes desigualdades de todas as ordens, não há dúvida que, a partir de 1930, se alargou o acesso e os espaços para a cultura em diversos setores, abrindo espaço para um grande movimento que foi se fortalecendo e se expandindo por toda a sociedade.

Começava a se esboçar uma mentalidade mais democrática a respeito da cultura, que passava a ser vista como direito de todos em oposição à visão elitista que predominava

⁹¹¹ CANDIDO, 1987.

⁹¹² RIDENTI, 2014, p. 112.

no Brasil⁹¹³. O país triste, identificado por Paulo Prado em “Retrato do Brasil”, que havia sido um dos últimos a abolir a escravidão poucas décadas antes, se reelaborava, buscando na cultura popular o solo fértil para sua vida social.

Para que a construção de uma cultura brasileira legitimasse o projeto desenvolvimentista, ela tinha que se projetar para o futuro. Mais do que resgatar tradições ou fazer uma crítica do presente, a cultura que foi sendo construída entre 1930 e 1964 apontava para a esperança num país que se desenvolvia e construía uma nova civilização nos trópicos, que misturava a alegria de viver com a criatividade. O desenvolvimento cultural brasileiro refletia uma imagem de uma sociedade em movimento, miscigenada, pacífica, moderna e democrática, num país bonito por natureza.

iii.

Nossa Revolução Cultural, interrompida pelo Golpe de 1964, será apresentada em suas linhas mais gerais. Falaremos, de maneira rápida e despretensiosa, tanto das artes eruditas, quanto das manifestações populares que trouxeram uma enorme contribuição para a formação da identidade nacional: a música popular e o futebol.

Esse movimento cultural teve um ensaio com a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Criada por uma contra-elite e por artistas insatisfeitos com os rumos do país, a Semana de 22 foi organizada por Mário de Andrade e financiada por Paulo Prado. Indignados com a debilidade da cultura nacional e com a modernização de fachada proposta pela elite da República Velha, os participantes tentavam criar um movimento contrário à cultura europeizada, “para inglês ver”. Para tanto, era necessário romper com os movimentos das artes baseados no academismo estrangeiro, que apenas repetiam e aperfeiçoavam estéticas já consagradas e eliminavam a pesquisa e a realidade brasileira. Apesar de ser um evento de pequeno porte, atraiu os principais artistas e intelectuais paulistas e vários cariocas.

Participaram da Semana de 1922, intelectuais e escritores como Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade; músicos como Villa-Lobos e Guionar Novaes; pintores como Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Vicente do Rego Monteiro, Oswaldo Goeldi, John Graz; escultores como Vitor Brecheret, Wilhelm Haerberg e Hildergardo Leão Veloso e arquitetos como Antônio Garcia Moya e Georg Przyrembel. Também apoiaram a iniciativa e estiveram presentes Sérgio Buarque de Holanda, Luís

⁹¹³ CANDIDO, 1984, p. 34.

Aranha, Guilherme de Almeida, Agenor Barbosa, Plínio Salgado, Cândido Mota Filho, Renato de Almeida, Henri Mugnier, Rubens Borba de Moraes.

O Movimento Modernista tinha, segundo Mário de Andrade, três princípios fundamentais: o direito à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; a estabilização de uma consciência criadora nacional. A ideia era criar uma cultura com identidade nacional, articulando a espontaneidade e a cultura oral do povo com a produção intelectual e a cultura erudita. Essas seriam as bases para a superação da ausência de uma identidade nacional, antevista por Mário de Andrade em “Macunaíma - o Herói sem Nenhum Caráter”. No livro, o anti-herói guiado pelo princípio do prazer, sem valores morais, incapaz de se ajustar ao princípio da realidade freudiano e sem destino ou projeto era uma alegoria do Brasil.

Mas o modernismo não se restringiu à Semana de Arte Moderna de São Paulo, que contou com a participação de vários intelectuais e artistas do Rio de Janeiro. O espírito modernista pairava sobre uma faixa da classe média intelectualizada do Brasil inteiro. Lembremos das viagens de Mário de Andrade para Minas Gerais, onde se encontrou com Carlos Drummond, Pedro Nava e outros intelectuais e artistas mineiros. Ou do movimento modernista de Recife, impulsionado por Gilberto Freyre, Vicente e Joaquim do Rego Monteiro, e Manuel Bandeira.

iv.

Já durante a Semana de Arte Moderna despontava uma nova literatura, que se insurgia contra os arcaísmos portugueses e o purismo gramatical praticado pela Academia Brasileira de Letras. A busca por uma “linguagem brasileira” requeria a depuração antioratória da linguagem e sua simplificação crescente, que permitissem o rompimento com o artificialismo e o engessamento da língua.

Os princípios vanguardistas dos modernistas ganharam corpo com a Revolução de 1930 com o chamado romance social. Se até então a ênfase das discussões literárias estava mais ligada à estética e à experimentação da linguagem, com o romance social sua inclinação também passou a se centrar na função da literatura e no papel do escritor na sociedade⁹¹⁴.

O romance social buscava conhecer a realidade social do país com uma visão crítica em relação ao nosso atraso, à exploração do homem do campo ou da cidade. Muitos dos seus personagens centrais eram pobres, retratados para além de sua injustiça social:

⁹¹⁴ ARRUDA, 2011, p. 195.

negros, moradores do morro, descendentes de escravos, trabalhadores. As personagens mulheres também deixaram de cumprir apenas papéis de objeto amoroso. Ao romper as hierarquias que separavam os ricos e os pobres enquanto personagens literários, o romance social aproximou a distância entre a língua falada e a norma culta, criando uma nova forma de linguagem literária verdadeiramente brasileira⁹¹⁵.

Não é preciso lembrar dos nordestinos José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e Jorge Amado. Nem de gaúchos como Érico Veríssimo e Dyonélio Machado. Na literatura “intimista”, vale lembrar dos mineiros Lúcio Cardoso e Cyro dos Anjos e, um pouco mais adiante, da ucraniana Clarice Lispector.

Por meio do espírito modernista foram construídos retratos das regiões do Brasil, que apesar de suas particularidades, criavam uma unidade nacional para além do seu próprio localismo⁹¹⁶. Nas palavras de José Lins do Rego:

Ser da sua região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura viva, mais ligada à realidade. Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade. Nesse sentido, o regionalismo do Congresso do Recife merecia que se propagasse por todo o Brasil porque é essencialmente revelador e vitalizador do caráter brasileiro e da personalidade humana. Com um regionalismo desses é que poderemos fortalecer ainda mais a unidade brasileira. Porque cultivando o que cada um tem de mais pessoal, de mais próprio, vamos dando mais vida ao grupo político, formando um povo que não será uma massa uniforme e sem cor⁹¹⁷.

O movimento literário culminou em Guimarães Rosa, cuja obra fundia o real e o mágico, em contos e novelas marcados pelo uso da fala popular, expressões regionais, neologismos, palavras indígenas e estrangeiras.

O florescimento da poesia também foi notável. Pensemos em Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Vinícius de Moraes, que à certa altura optou pela junção entre a poesia e a música. O movimento de busca por uma linguagem brasileira com os versos livres, o anti-sentimentalismo e a antiênfase criou uma poesia original, que falava tanto dos grandes temas sociais do Brasil, como das questões vinculadas ao homem moderno sem perder seu caráter universal.

É importante ressaltar que, num primeiro momento, o florescimento dessa nova literatura teve papel fundamental na “descoberta” do país. Mas a “invenção do Brasil” também

⁹¹⁵ BUENO, 2021.

⁹¹⁶ A este respeito, ver SALLA, 2015.

⁹¹⁷ REGO, 1942, pp. 130-131.

se deveu aos trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. E bem mais adiante de Celso Furtado e Florestan Fernandes.

v.

Mas a revolução cultural brasileira, naturalmente, não se restringiu à literatura. Na pintura, depois da Semana de 1922, floresceu a procura por uma plástica brasileira, independente da temática.

Ainda que a pesquisa estética de vanguarda fosse incentivada, havia limites próprios ao atraso cultural do Brasil àquele momento. Diferentemente da arte europeia de vanguarda, que culminava numa arte não-figurativa, abstrata ou surrealista, a arte moderna brasileira não poderia prescindir num primeiro momento da fixação no nacional, dado o seu enorme atraso⁹¹⁸. Na visão de Mário de Andrade, essa busca passava pela representação do homem brasileiro, tarefa que não havia sido cumprida pelos pintores naturalistas e realistas do século XIX como Almeida Júnior⁹¹⁹.

A década de 1920 já havia sido marcada pelo experimentalismo ligado às vanguardas modernistas europeias, trazidas por pintores como Anita Malfatti. Outro exemplo foi Tarsila do Amaral, que utilizava uma paleta de cores incomum à modernidade europeia, inspirada na cultura popular brasileira (rosas, azuis claros, amarelos e verdes). Seus quadros acompanhavam movimentos literários como o Pau-Brasil e Antropofagismo, com temas brasileiros, com técnicas cubistas e com influências do surrealismo em quadros como o *Abaporu*.

O movimento modernista também expressou diferenças regionais ao longo da década de 1920, especialmente com pintores pernambucanos radicados no Rio de Janeiro. Sob influência surrealista, os primeiros trabalhos de Cícero Dias traziam imagens flutuantes que evocavam o sonho e o inconsciente a partir do imaginário fantástico nordestino. Neste mesmo período, os trabalhos de Vicente do Rego Monteiro eram inspirados nas lendas indígenas, recorrendo à figuração geométrica cubista e também à ornamentação da cerâmica marajoara.

Na década de 1930, o caráter experimental das vanguardas foi cedendo espaço para a imersão em uma arte mais realista⁹²⁰, cuja grande expressão foi Cândido Portinari. Para Mário Andrade, a obra de Portinari representava o apreço pelos valores plásticos, pelos assuntos nacionais, pela capacidade de traduzir a realidade humana do Brasil. O escritor

⁹¹⁸ CHIARELLI, 2012, p. 39.

⁹¹⁹ CHIARELLI, 2012, p. 39.

⁹²⁰ CATTANI, 2011, p. 66.

enxergava na pintura de Portinari o que ele gostaria de fazer na literatura: uma arte nacional e moderna, com uma linguagem e uma estética brasileira.

Di Cavalcanti foi outro importante artista que abordou temáticas nacionais, preocupado com a questão social. Ao retratar figuras populares e a vida do povo – a mulata, a favela, o malandro, o samba, os pescadores, os bares –, valorizava temas de caráter realista. Além dos artistas já citados, destacam-se outros como Lasar Segall, Carlos Scliar, José Pancetti, Alberto da Veiga Guignard, Lygia Clark, Lygia Pape, Hélio Oiticica, Waldemar Cordeiro, Geraldo de Barros, que compunham um movimento cultural cada vez mais forte.

O gosto pelas “coisas belas”, antes restrito à elite, se tornou mais acessível ao público com a criação do Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947, do Museu de Arte Moderna (MAM) em 1948 e da Bienal de Artes Plásticas em 1951. Além de garantirem maior projeção e divulgação dos diversos artistas brasileiros, trouxeram ao Brasil obras de grandes gênios como Renoir, Degas, Manet, Monet, Van Gogh, Gauguin, Picasso, cujo contato só era possível por meio de viagens a Europa. Prédios como o do MASP de Lina Bo Bardi eram símbolos de um país novo também na arquitetura, que culminaria em Brasília, uma cidade monumento criada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

vi.

Nas artes cênicas, antes de 1930, o cenário era ainda mais desolador. Havia apenas algumas iniciativas isoladas, como o Teatro de Brinquedo de Álvaro Moreyra. O que havia no teatro nacional até então eram operetas, a típica comédia de costumes e o teatro musicado de origem francesa, cujo objetivo era a diversão e a gargalhada⁹²¹. Como os personagens encenados eram sempre do mesmo tipo, não demandavam muito preparo técnico ou recursos artísticos.

As primeiras tentativas de mudança vieram de alguns empresários e atores que, embora envolvidos com esse modelo de teatro comercial, desejavam romper com a comédia de costumes. “Deus lhe Pague”, de Joracy Camargo em 1932, foi uma das primeiras peças que tratava de questões sociais, com uma história que girava ao redor de um mendigo. Peças como essas começaram a ser encenadas pelas companhias mais representativas do momento, como a de Procópio Ferreira e a de Dulcina-Odilon. Mas o teatro ainda estava preso à cópia de modelos importados, sem ligação com o país.

⁹²¹ PRADO, 1988, p. 20.

No bojo das transformações que estavam em curso nas outras artes, o teatro da década de 1940 caminhou na direção da incorporação dos processos da dramaturgia moderna importados da Europa e da sua aplicação às temáticas nacionais⁹²². Mas, até 1948, esse movimento, apesar de ter alcançado alguns avanços, ainda era marcado pelo amadorismo. Alguns esforços pontuais foram empreendidos por companhias como o Grupo de Teatro Experimental e da Escola de Arte Dramática de São Paulo e o Teatro do Estudante do Brasil no Rio de Janeiro. Outra companhia carioca, “Os Comediantes”, dirigida por Ziembinski, apresentou “Vestido de Noiva” (1943) de Nelson Rodrigues, um marco no teatro brasileiro por ser a primeira peça moderna apoiada num texto de autor nacional.

Mas a incorporação de um teatro moderno e profissional ocorreu somente com o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), fundado em 1948 em São Paulo, pelo empresário Franco Zampari, que trouxe diretores e técnicos da Itália com o propósito de elevar o patamar do teatro brasileiro por meio da encenação de textos consagrados. Foram apresentadas peças de Shakespeare, Ibsen, Pirandello, Sartre, Beckett, comandadas por encenadores como Gianni Ratto e Adolfo Celli e com atores como Paulo Autran, Cacilda Becker, Tonia Carrero, Sergio Cardoso. Além dos atores, o TBC profissionalizava diretores, cenógrafos, figurinistas, operadores de luz e som etc. Em 16 anos de existência foram apresentadas 144 obras, vistas por quase dois milhões de pessoas em um espaço onde o divertimento casava-se com a cultura. O TBC fechou em 1964, mas deixou vários herdeiros, como a companhia de Sérgio Cardoso, o teatro Cacilda Becker, o teatro Maria Della Costa e a Companhia Tônia Carrero e Paulo Autran.

O período de profissionalização do teatro brasileiro foi também acompanhado de um crescente debate sobre o seu caráter elitista. Opondo-se a esse estado de coisas, alguns grupos de Recife nos anos 1940, como o Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP) e o Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP) viram a necessidade de tornar o teatro de qualidade acessível às camadas menos favorecidas da população⁹²³.

Mas a democratização das artes cênicas – ainda muito restrita – passava também pela necessidade de criar uma literatura dramática de caráter nacional, capaz de buscar seus temas nos assuntos do povo. Essas foram as bases para o que ficaria conhecido como “Teatro

⁹²² PRADO, 1988, p. 27.

⁹²³ TEATRO do Estudante de Pernambuco (TEP). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo404785/teatro-do-estudante-de-pernambuco>>. Acesso em: 31 de Mar. 2021. Verbete da Enciclopédia.

do Nordeste”, composto por uma linha de dramaturgos e encenadores, como Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho, interessados em apresentar questões apoiadas nas tradições populares.

Para além das iniciativas regionais, os esforços na construção de uma dramaturgia moderna nacional que privilegiasse o engajamento social ganharam maior ossatura a partir dos anos 1950, especialmente com o Teatro de Arena. Essa tentativa foi bem sucedida principalmente depois da contratação de Augusto Boal e de outros atores e diretores como Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, Milton Gonçalves, Vera Gertel, Flávio Migliaccio, Floramy Pinheiro, Riva Nimitz. Produziram peças como “Eles não Usam Black-Tie” (1958), de Gianfrancesco Guarnieri, “Chapetuba Futebol Clube” (1959), de Oduvaldo Vianna Filho, “Gente Como a Gente” (1959), de Roberto Freire e “Arena Conta Zumbi” (1965), de Boal e Guarnieri, com músicas de Edu Lobo.

O Teatro Oficina, fundado nos anos 1960, também nasceu com a proposta de fazer um teatro conectado à realidade política e social do país. Comandado pelo encenador e ator José Celso Martinez Corrêa, o Oficina ganhou notoriedade em 1967 com “O Rei da Vela”, um marco do tropicalismo.

Ao final dos anos 1960, o teatro havia se profissionalizado e formado um grupo de artistas e produtores de grande capacidade técnica, interessada na construção de uma cultura brasileira.

vii.

A revolução cultural brasileira também se estendeu ao cinema, ainda que as dificuldades fossem grandes diante da forte penetração das produções norte-americanas.

Já nos anos 1930, os comportamentos, hábitos, modas e valores difundidos pelos filmes hollywoodianos começavam a moldar a vida nas grandes cidades. A exportação de filmes americanos era parte de uma política de difusão da cultura e dos interesses dos Estados Unidos para o mundo, por meio dos grandes estúdios oligopolizados e do *star-system* de Hollywood.

A influência cultural europeia em território brasileiro cedia espaço para o *american way of life*, sem que o país tivesse desenvolvido plenamente uma cultura própria. O *happy end*, o progresso material, o *self made man*, o individualismo e a concorrência faziam parte da construção da identidade dos Estados Unidos como defensores da democracia e da justiça. As estrelas de cinema, um fenômeno novo na cultura mundial, passavam a orientar a moda e o comportamento, principalmente feminino. As revistas transformavam os atores do cinema americano e suas vidas cotidianas num assunto tão importante quanto suas imagens

cinematográficas. É em meio a essas dificuldades que a construção da cultura brasileira em geral e do cinema em particular deve ser compreendida.

Vendo o cinema nacional como “elemento de aproximação dos habitantes do país”, o governo Vargas passou a fomentar a indústria cinematográfica nacional, apontando as virtudes propagandísticas e pedagógicas do cinema como um dos fatores de instrução mais úteis de que dispunha o Estado moderno⁹²⁴. O cinema, símbolo do progresso e de modernidade, deveria ser usado como instrumento integrador da população brasileira dispersa pelo imenso território nacional⁹²⁵. Em 1934, a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais tornaram-se importantes incentivos para a produção cinematográfica brasileira, sem que fossem adotadas maiores barreiras à penetração dos filmes americanos.

O cinema industrial no Brasil surgiu em estúdios cariocas como Cinédia (1929) e Atlântida (1942). Os filmes eram caracterizados por melodramas e chanchadas musicais, de produção barata, com histórias banais e estética carnavalesca⁹²⁶. Serviam para divulgar as músicas de sucesso do período⁹²⁷. Mesmo assim, o filme nacional ainda encontrava grande resistência entre os distribuidores, amarrados ao oligopólio dos grandes estúdios norte-americanos.

Outro marco da industrialização do cinema brasileiro se deu com a Companhia Vera Cruz (1949) em São Paulo. Com equipamento modernos, diretores estrangeiros e elencos fixos, a Companhia modernizou a produção cinematográfica, que ganhou qualidade técnica e artística em seus dramas e comédias. Além de formar o gosto do grande público, o objetivo era competir com Hollywood, produzindo filmes com bom nível técnico⁹²⁸. Ainda que seus filmes fossem caracterizados pelo estrangeirismo, a maior produção cinematográfica ampliava o espectro de discussões sobre o cinema nacional que, inclusive, ganhava projeção no exterior.

⁹²⁴ ALMEIDA, 1999, p. 121.

⁹²⁵ “O papel do cinema, nesse particular, pode ser verdadeiramente essencial. Ele aproximará, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos, dispersos no território vasto da República. O caucheiro amazônico, o pescador nordestino, o pastor dos vales do Jaguaribe ou do São Francisco, os senhores de engenho pernambucanos, os plantadores de cacau da Baía, seguirão de perto a existência dos fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais, dos criadores do Rio Grande do Sul, dos industriais dos centros urbanos; os sertanejos verão as metrópoles, onde se elabora o nosso progresso, e os citadinos, os campos e os planaltos do interior, onde se caldeia a nacionalidade do porvir” (VARGAS, 1934, p. 188).

⁹²⁶ Deve-se destacar alguns filmes mais elaborados como “Limite” de Mário Peixoto (1931), “A Voz do Carnaval” (1933) de Ademar Gonzaga e Humberto Mauro, “Ganga Bruta” (1933) também de Humberto Mauro, que marcaram época.

⁹²⁷ NAPOLITANO, 2018, posição 117 do Kindle.

⁹²⁸ NAPOLITANO, 2018, posição 214 do Kindle.

Um exemplo significativo foi “O Cangaceiro” (1953), de Lima Barreto, que imitava abertamente o *western* americano.

Tal como nas outras artes, o cinema, num primeiro momento, precisava se modernizar, incorporando as condições técnicas de fora para o seu desenvolvimento. Mas ainda se fazia necessário desenvolver uma estética cinematográfica própria, engajada e inovadora.

Como salientou Jean-Claude Bernardet, o público brasileiro não conhecia o cinema brasileiro, porque ele quase não existia e os poucos filmes realizados raramente chegavam até ele. Apesar dos incentivos à produção, estes ainda eram baixos e insuficientes para manter uma produção cinematográfica maior e continuada. Para o público brasileiro, cinema era coisa de estrangeiro. Quando o filme brasileiro fugia da chanchada, o público se desapontava por também não encontrar aquilo que estava acostumado a ver nos *westerns*, comédias e musicais americanos⁹²⁹.

A ausência de um tratamento cinematográfico da realidade brasileira, aliada à mentalidade importadora, precisava ser superada. O filme nacional deveria ter, acima de tudo, o compromisso de levar ao público a descoberta de novos aspectos de sua realidade. O público não tinha o hábito de se ver na tela e os personagens e as situações quase nunca eram baseados em elementos de sua vida e realidade⁹³⁰. Essas eram algumas das questões a serem enfrentadas pelo cinema brasileiro que estava prestes a surgir nos anos 1960 e 1970: o Cinema Novo.

Influenciado pelo neorrealismo italiano e pela *nouvelle vague* francesa, a ideia era fazer um cinema de autor, com produção independente e sem grandes orçamentos, que iria contra a lógica dos *blockbusters* de Hollywood e do caráter comercial dos estúdios paulistas no início da década de 1950. O cinema independente era visto como uma saída possível para retratar com liberdade ideológica e política a realidade brasileira. Como diria Glauber Rocha, um dos principais representantes do Cinema Novo, partia-se do princípio de ter “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”.

Essa “ideia na cabeça” era denunciar a realidade brasileira, por meio do retrato do sofrimento daqueles que tentavam sobreviver num país profundamente desigual. Era um cinema que falava do povo, pelo povo e que dava palavra ao próprio povo⁹³¹. O movimento renovou a linguagem cinematográfica brasileira por meio do retrato da fome e da miséria, que

⁹²⁹ BERNARDET, 2007, p. 31.

⁹³⁰ BERNARDET, 2007, p. 33.

⁹³¹ RIDENTI, 2014, p. 83.

passaram a ser discutidas sob vários ângulos – social, político, poético, experimental e documental⁹³².

Como seus protagonistas e personagens estavam no campo e nas ruas, o Cinema Novo criou uma estética adequada ao ar livre e à espontaneidade das cenas. Tecnicamente, esse método requeria o uso de câmeras leves e negativos de maior sensibilidade, que conferiam maior flexibilidade para as gravações.

Os autores do Cinema Novo desenvolviam trabalhos em conjunto e trocavam ideias e percepções sobre as produções individuais. Um bom exemplo disso foi o primeiro grande filme do grupo, “Cinco Vezes Favela”, patrocinado pelo CPC da UNE, realizado Marcos Farias, Miguel Borges, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman.

Outros filmes importantes foram “Vidas Secas” (1963), de Nelson Pereira dos Santos; “Deus e Diabo na Terra do Sol” (1964) e “Terra em Transe” (1967), de Glauber Rocha; “Ganga Zumba” (1963), de Cacá Diegues; “Cabra Marcado para Morrer” (iniciado em 1964 e terminado em 1984), de Eduardo Coutinho; “São Bernardo” (1972), de Leon Hirszman; e “O Padre e a Moça” (1966) e “Macunaíma” (1969), de Joaquim Pedro de Andrade.

O Cinema Novo teve importante participação na cultura brasileira em formação, também pela sua participação nos movimentos sociais, estudantis e políticos em geral, que tiveram grande influência nas elites e nas classes médias.

viii.

A despeito do grande avanço da literatura e das artes plásticas, cênicas e cinematográficas, a música e o futebol foram as grandes manifestações da nossa revolução cultural.

No início do século XX, a música ouvida e produzida pela elite cosmopolita era marcada pelo internacionalismo. Importava-se uma música tida como europeia, vista como superior e sem raízes no país. Esta ausência de vínculos culturais levava a uma formação musical que assumia os piores aspectos da virtuosidade, se tornando uma “[...] enfeitação total, desrelacionada com o progresso espiritual da coletividade”⁹³³. As modinhas sentimentais de origem portuguesa, as valsas, as polcas e o foxtrote americano eram uma manifestação melodramática e semiculta, nem popular nem erudita, de uma ingenuidade atrasada⁹³⁴.

⁹³² ROCHA, 1965.

⁹³³ ANDRADE, 2012, posição 197 do Kindle.

⁹³⁴ ANDRADE, 2012, posição 210 do Kindle.

Nas camadas mais pobres havia o folclore, principalmente de origem africana, com destaque para os batuques e o lundu. Havia também a tradição das danças – reisados, cheganças, congos e congados, pastoris, caboclinhos e caiapós, bumba-meu-boi, maracatu etc. Os músicos populares improvisavam instrumentos de percussão e utilizavam flautas, violões e bandolins – instrumentos mais simples e baratos. Essas manifestações populares ganharam corpo no início do século XX com a modinha, o maxixe, o choro e, acima de tudo, o samba⁹³⁵.

O crescimento da maior cidade brasileira, o Rio de Janeiro, foi fundamental para o desenvolvimento de novas expressões culturais, graças à confluência de pessoas das mais diversas origens, sociais e regionais, na única metrópole brasileira.

Nas noites cariocas, o encontro dos mais pobres com a classe média em expansão começou a formar uma música que misturava diversas tradições populares, difundindo gêneros como o choro e o maxixe. Os chorões, grupos formados por músicos amadores de classe média baixa que tocavam de “ouvido”, animavam a vida boêmia, integrando diferentes tipos ao seu redor – de Villa-Lobos a Sinhô.

Músicos como Pixinguinha, Donga e João da Baiana criaram uma música inovadora e alegre que ganhou o mundo⁹³⁶. Havia também músicos de formação clássica como Ernesto Nazareth, que transformavam as melodias das ruas numa música mais sofisticada, com maior riqueza rítmica, beleza e expressão⁹³⁷. Os músicos formados em conservatórios foram importantes, tanto para compor as orquestras que iam se formando nas rádios, cinemas e salões, como para dar à música uma forma mais bem definida tecnicamente.

Um dos resultados mais importantes dessa mistura de músicas e de diferentes tipos sociais num mundo urbano em crescimento foi o samba. As batucadas, as rodas de canto e de dança em casas de tias baianas ou em terreiros nos morros foram ganhando novas formas entre os boêmios cariocas. Essas rodas de batuque tiveram os nomes de caxambu, jongo, partido alto e deram origem às rodas de samba⁹³⁸. Comandados por um figurante, os batuques eram acompanhados de uma dança que movimentava todo o corpo, no ritmo do balanço dos quadris e do estalar dos dedos, enquanto os demais participantes formavam uma roda ao seu redor. Em bairros de classe média como o Estácio e a Vila Isabel, essas tradições africanas, em parte trazidas da Bahia nas décadas anteriores, ganharam uma maior elaboração rítmica, harmônica

⁹³⁵ ANDRADE, 2012, posição 312 do Kindle.

⁹³⁶ Pixinguinha, filho de um flautista que trabalhava nos Correios, começou a tocar cedo na noite carioca e nos cinemas, ranchos e teatros de revista. No Cine Palais, fez parte dos Oito Batutas, grupo que marcou época no Brasil e que excursionou pela França e pela Argentina. Sob a influência do jazz, Pixinguinha e seu grupo tocavam choros, maxixes, canções sertanejas, batuques, cateretês.

⁹³⁷ SEVERIANO & MELLO, 2015a, p. 31.

⁹³⁸ CAYMMI, 2014, posição 836 do Kindle.

e melódica, com uma identidade mais clara, mais sincopada e com instrumentos mais definidos, como o tamborim, a cuíca, o pandeiro e o surdo⁹³⁹.

A grande expressão do samba carioca foi então Noel Rosa, cujas músicas mostravam as dificuldades e as peripécias da vida urbana com leveza e graça. Noel utilizava elementos que o aproximavam do modernismo como o *nonsense*, o verso livre de métrica irregular, rimas ricas e inesperadas, que valorizavam a língua do povo e desprezavam exageros românticos, jamais mitificando o amor ou a mulher⁹⁴⁰.

Até a afirmação de uma forma mais definida de samba no início dos anos 1930, o carnaval não era uma festa de caráter nacional e era marcado por ritmos estrangeiros (polca, valsa, tango, mazurca, *schotishes*, *charleston* e *foxtrot*) e regionais (maxixe, moda, marcha, cateretê). O carnaval, que tem suas origens no entrudo português, era uma festa dos tempos coloniais em que as pessoas brincavam na rua jogando água, pós e limas de cheiro umas nas outras. A festa era típica das áreas de forte influência portuguesa. No início do século XX, essa festa, até então segmentada por classe, ganhou novas roupagens, especialmente no Rio de Janeiro, no Recife e na Bahia.

O corso era um desfile de carros que se assemelhava vagamente ao carnaval de Veneza com suas fantasias caras, confetes, serpentinas, plumas e paetês, ao som de músicas sem importância⁹⁴¹. A participação popular se restringia a assistir aos desfiles.

Para os mais pobres, além dos blocos de Recife e do Rio de Janeiro, a principal festa era conhecida como rancho. Tradição folclórica natalina da Bahia que se disseminou no também no Rio, reunia pastores, pastoras, mestres-salas, porta-bandeiras que desfilavam pela cidade com fantasias em direção a um presépio. Acompanhado por uma pequena orquestra, dançavam e cantavam músicas com o tema da festividade.

Foi no Rio de Janeiro do final dos anos 1920, com o concurso de sambas na casa do pai-de-santo Zé Espinguela, que surgiram as escolas de samba. Os primeiros desfiles de samba no carnaval do Rio de Janeiro começaram com escolas como “Deixa Falar”, “Cada Ano Sai Melhor”, “Estação Primeira” (Mangueira), “Vai como Pode” (Portela) e “Vizinha Faladeira”. As escolas ganharam prestígio com a criação da União das Escolas de Samba com 28 agremiações no Rio de Janeiro (1934) e com o financiamento do desfile pela prefeitura (1935).

⁹³⁹ SAMBA. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo14337/samba>. Acesso em: 11 de outubro de 2021. Verbete da Enciclopédia.

⁹⁴⁰ CAYMMI, 2014, posição 1.143 do Kindle.

⁹⁴¹ CAYMMI, 2014, posição 1.278 do Kindle. Na Bahia, o corso está na origem dos trios elétricos.

O carnaval se tornou um evento cada vez maior. As escolas de samba se tornaram instituições sociais importantes, por reunirem as comunidades locais e formarem um número crescente de músicos, compositores, cantores, passistas e dançarinos, figurinistas e carnavalescos que ficavam responsáveis pela bateria, carros alegóricos, coreografias, alegorias e fantasias. Sambistas como Cartola, Ismael Silva, Heitor do Prazeres, Arturzinho, Paulo, Nilton Bastos, Carlos Cachça e Bide tornaram-se grandes artistas populares, que ajudaram a elevar o samba a uma das maiores manifestações culturais do país.

As marchinhas carnavalescas também passaram a fazer grande sucesso. Diferentemente do samba, sua origem era a polca-marcha, incorporando elementos das marchas portuguesas e de ritmos americanos em voga no período⁹⁴². Lamartine Babo, um dos ases das marchinhas, também era produtor de rádio e radialista. Ainda que fosse leigo em teoria musical, seu humor refinado e irreverência o levaram a compor marchinhas inesquecíveis e hinos para os clubes de futebol cariocas.

A popularização das marchinhas e do samba transformou o carnaval numa festa nacional, parte do sentimento do que é ser brasileiro. Criou-se um momento privilegiado, suspenso no tempo e no espaço da vida cotidiana, onde passou a ser possível transformar o particular em universal, o regional no nacional, o individual no coletivo⁹⁴³. No carnaval, a história do Brasil passou a ser contada pelos próprios brasileiros, de forma mais cantada e brincada do que falada, consolidando o samba como forma ideal de relacionamento social⁹⁴⁴.

Como aponta Roberto DaMatta, o carnaval é a única festa nacional sem “dono”, na qual é deixado de lado o caráter hierárquico e repressivo da sociedade brasileira, dando vazão à liberdade e à individualidade do povo. Ricos e pobres, pretos e brancos, patrões e empregados, sambistas e sambeiros reúnem-se no carnaval de forma igualitária⁹⁴⁵.

No Rio de Janeiro, não apenas os conflitos de classe eram abrandados no carnaval, como havia uma inversão de papéis durante quatro dias do ano: os privilegiados paravam para ver os mais pobres desfilarem vestidos de reis, rainhas ou figuras mitológicas. As fantasias criavam um campo social de encontro e de mediação social que, apesar das incompatibilidades dos papéis representados, as fronteiras entre os diversos grupos sociais ficavam em suspenso em nome da “brincadeira” e da “folia”⁹⁴⁶. Ao dramatizar determinados aspectos da vida social,

⁹⁴² CAYMMI, 2014, posição 931 do Kindle.

⁹⁴³ DAMATTA, 1997, posição 347 do Kindle.

⁹⁴⁴ DAMATTA, 1997, posição 2.032 do Kindle.

⁹⁴⁵ DAMATTA, 1997, posição 1.856 do Kindle.

⁹⁴⁶ DAMATTA, 1997, posição 804 do Kindle.

o carnaval resignificava a realidade por meio do deslocamento da perspectiva e da criatividade, oferecendo à sociedade uma visão alternativa de si mesma⁹⁴⁷.

O carnaval e o samba, símbolos do espírito carioca, tornaram-se parte do que é ser brasileiro. Diria Mário de Andrade que a música é a mais coletiva das artes, visto que exige uma grande quantidade de intérpretes, ouvintes e de meios que os conectem. Sem esse movimento coletivo, que dissemina tradições sonoras e conhecimento técnicos, tanto da estrutura musical como dos instrumentos, não há música nacional⁹⁴⁸.

Num país continental, com pouquíssimas conexões de transportes e comunicação entre suas partes, a constituição de uma cultura nacional só poderia começar com a música transmitida pelo rádio, que ultrapassa as barreiras locais e vai conectando todo o país.

Apesar da primeira rádio ter sido inaugurada em Recife em 1919, a primeira transmissão oficial ocorreu apenas em 1922. Até 1935, o rádio manteve um caráter não-comercial e suas emissoras se constituíam como sociedades e clubes cuja programação era de caráter erudito, literário e musical⁹⁴⁹. Os poucos aparelhos que havia eram de galena e o ouvinte pagava uma contribuição ao Estado pelo uso das ondas. Durante toda a década de 1920 o rádio manteve seu caráter experimental, muito mais centrado no talento individual do que numa organização empresarial. Seu raio de ação limitava-se ao perímetro das cidades em que operavam devido à falta de tecnologia adequada.

Essas limitações foram ultrapassadas a partir da década de 1930, com a produção dos rádios a válvula. Por serem mais baratos, possibilitaram a ampliação do público ouvinte. O rádio, nas palavras de Roquette Pinto, tornava-se “o jornal de quem não sabia ler; o mestre de quem não podia ir à escola; o divertimento gratuito do pobre”⁹⁵⁰.

A permissão da publicidade no rádio a partir de 1932 fez com que as emissoras passassem a ter um caráter mais empresarial, com mais autonomia na gestão de recursos e na exibição da programação⁹⁵¹. O *cast* passou a ser mais profissional e bem remunerado.

A dimensão comercial foi se acentuando e consolidando uma cultura popular ampliada que encontrou no rádio um meio para se desenvolver. O número de emissoras passou de 106 em 1944 para 300 em 1950⁹⁵² e o número de aparelhos de 2,5 milhões em 1952 para 4,7 milhões em 1962⁹⁵³. Mesmo diante dessa expansão, o alcance do rádio encontrava limites

⁹⁴⁷ DAMATTA, 1997, posição 428 do Kindle.

⁹⁴⁸ ANDRADE, 2012, posição 269 do Kindle.

⁹⁴⁹ ORTIZ, 2001, p. 39.

⁹⁵⁰ CAYMMI, 2014, posição 535 do Kindle.

⁹⁵¹ PRADO, 2012, p. 42.

⁹⁵² ORTIZ, 2001, p. 40.

⁹⁵³ ORTIZ, 2001, p. 47.

relativos ao próprio atraso da sociedade brasileira. Considerando-se a população total, havia 6,6 aparelhos para cada 100 habitantes em 1962⁹⁵⁴. Ainda assim, até o final da década de 1950, o rádio brasileiro exerceu um papel central na integração cultural, na informação, na política e na consciência de nação, especialmente depois da estatização da Rádio Nacional em 1940.

Apesar da programação variada, a base do rádio era a música, especialmente com a transmissão direta de programas de auditório, que contavam com a participação do público. Na Rádio Nacional cantavam Carmen Miranda, Orlando Silva, Silvio Caldas, Mário Reis, Ciro Monteiro, Irmãos Batista, Aracy de Almeida, Emilinha, Dorival Caymmi, Angela Maria, Francisco Alves, Cauby Peixoto. As rádios mantinham orquestras dirigidas por arranjadores como Guerra Peixe, Radamés Gnattali, Gaó, Léo Perachi, Lírrio Panicali, Maestro Gaya e Moacir Santos. Eram verdadeiras escolas que formavam músicos, cantores, arranjadores, maestros.

Além do rádio, o teatro de revista e o cinema falado também tiveram importância para a renovação da música brasileira. O público ouvia seus artistas no rádio e comprava seus discos para, depois, vê-los nas produções cinematográficas. Os filmemusicaís dos anos 1930 e 1940 atraíam mais o público pelos seus quadros musicais, com os intérpretes mais famosos do carnaval, do que pelo enredo em si. Muitas dessas produções contavam com o apoio estatal, por meio da promulgação de leis que estimulavam atividades artísticas obrigando a inclusão de autores brasileiros em todas as programações musicais e o pagamento de direitos autorais por todas as empresas que lidassem com música⁹⁵⁵.

É preciso enfatizar que o desenvolvimento tanto do país como da música estavam fortemente entrelaçados ao projeto nacional de Vargas. Mário de Andrade e Villa-Lobos, que trabalhavam no Ministério da Educação, viam a música como um importante elemento agregador da nacionalidade brasileira em formação. Em seu ensaio sobre a música brasileira, Mário de Andrade via a música como lugar privilegiado para a superação do atraso e da falta de uma identidade nacional, posto que a música popular é “a criação mais forte e a caracterização mais bela de nossa raça”⁹⁵⁶. A música seria uma espécie de orquestrador de uma sociedade complexa e fragmentada, “(...) forma de conquistar uma linguagem que concilie o país na horizontalidade do território e na verticalidade das classes”⁹⁵⁷.

⁹⁵⁴ ORTIZ, 2001, p. 47.

⁹⁵⁵ CAYMMI, 2014, posição 1.321 do Kindle.

⁹⁵⁶ ANDRADE, 2012, posição 315 do Kindle.

⁹⁵⁷ WISNIK, 1983, p. 14.

Esse movimento de renovação da música popular, que contava com o apoio do Estado, propiciou a profissionalização de uma classe artística no Brasil e tornava a atividade rentável para as gravadoras, emissoras de rádio, editores de música, mercado cinematográfico, arrecadadoras de direito autoral, imprensa, cassinos, clubes e demais casas de espetáculo. Boa parte desses artistas estava envolvida com o samba, que não só ganhava a preferência do povo brasileiro, mas tornava-se uma importante fonte de renda de músicos, cantores e compositores. Durante a década de 1930, das 6.706 composições gravadas em disco, 2.176 eram sambas e 1.225 eram marchinhas⁹⁵⁸.

Além das inovações musicais trazidas pelo samba, pela primeira vez o povo passou a ser exaltado nas músicas, surgindo um traço característico do que é ser brasileiro. O samba falava das virtudes da miscigenação, da mulata, do povo espontâneo e feliz. Essa mudança pode ser vista em um samba como “Pra que Discutir com Madame?”, de Haroldo Barbosa e Janet de Almeida, que valorizava o povo miscigenado ao mesmo tempo em que tecia uma crítica à elite preconceituosa.

Madame diz que a raça não melhora
Que a vida piora por causa do samba
Madame diz o que samba tem pecado
Que o samba, coitado, devia acabar
Madame diz que o samba tem cachaça
Mistura de raça, mistura de cor
Madame diz que o samba democrata
É música barata sem nenhum valor
Vamos acabar com o samba
Madame não gosta que ninguém sambe
Vive dizendo que samba é vexame
Pra quê discutir com madame?

O samba se consolidou como um autêntico “ritmo da terra”, uma arte de alto valor, tornando-se decisivo para a formação da identidade nacional, que foi sendo forjada por grandes artistas como Ary Barroso. Pianista de formação e músico em orquestras de jazz, Ary foi um dos grandes compositores da música brasileira do século XX. A partir do folclore, criava músicas que expressavam o orgulho de ser brasileiro, como na música “Isto Aqui O que é?”:

⁹⁵⁸ SEVERIANO & MELLO, 2015, p. 88.

Isto aqui, ô-ô
 É um pouquinho de Brasil, iá-ia
 Desse Brasil que canta e é feliz, feliz, feliz
 É também um pouco de uma raça
 Que não tem medo de fumaça, ai-ai
 E não se entrega, não

Ary Barroso libertou a música das tragédias da vida e do romantismo barato, colocando em seu lugar um samba que representava a grandeza da terra e de um país em construção⁹⁵⁹. É o autor de “Aquarela do Brasil”, reconhecido como uma espécie de segundo Hino Nacional:

Brasil meu Brasil brasileiro
 Meu mulato inzoneiro
 Vou cantar-te nos meus versos
 Ô Brasil, samba que dá
 Bamboleio, que faz gingar
 Ô Brasil do meu amor
 Terra de nosso Senhor
 Brasil, Brasil, pra mim, pra mim
 Abre a cortina do passado
 Tira a mãe preta do cerrado
 Bota o Rei Congo no congado
 Brasil, Brasil, pra mim, pra mim
 Deixa canta de novo o trovador
 À merencória luz da Lua
 Toda canção do seu amor
 Quero ver a Sá Dona caminhando
 Pelos salões arrastando
 O seu vestido rendado

Nas palavras do próprio Ary Barroso, “de dentro da minha alma, extravasara um samba que eu há muito tempo desejara, um samba que, em sonoridades brilhantes e fortes, desenhasse a grandeza, a exuberância da terra promissora, da gente boa, laboriosa e pacífica, povo que ama a terra em que nasceu”⁹⁶⁰. Múltiplo e extremamente talentoso, Ary Barroso também foi um dos mais bem-sucedidos radialistas do país, atuando como locutor esportivo e apresentador de programa de calouros.

A identidade nacional era um amálgama de diversas tradições folclóricas regionais que estavam sendo reelaboradas por grandes artistas e que se tornavam parte do que é ser

⁹⁵⁹ CABRAL, 2016, posição 3.485 do Kindle.

⁹⁶⁰ CABRAL, 2016, posição 3.495 do Kindle.

brasileiro. A construção de uma cultura nacional, num país continental com tantas heterogeneidades regionais, passava não apenas pela homogeneização de costumes e gostos, mas pela assimilação e reconhecimento de suas diferenças. Era justamente o reconhecimento e a exaltação da heterogeneidade regional e racial que conferia ao Brasil um traço único, de uma nova civilização nos trópicos.

Um exemplo importante desse fenômeno é a música de Dorival Caymmi. Com uma composição de música e letra minimalista e moderna, Caymmi fazia das tradições baianas e seus personagens – pescadores, baianas – uma inspiração para uma música que falava do povo. Sua música singular captava a musicalidade profunda das cantigas de roda e de autores anônimos, que Caymmi sintetizava em suas canções. É da Bahia, referência inescapável do Brasil e do brasileiro, que ele falava⁹⁶¹. Idealizava a Bahia com suas rimas exatas, sonoridade e plasticidade. Mas Caymmi não se restringiu às canções praieiras. Já no Rio de Janeiro, compôs “Maracangalha”, “Marina”, “Rosa Morena”, “Sábado em Copacabana” e muitas outras.

Luiz Gonzaga é outro exemplo importante de músico que partiu do folclore – no seu caso, do sertão nordestino – para criar uma música inovadora e que passou a ser um traço reconhecido da cultura brasileira. Depois de se aventurar pelo Rio de Janeiro como sanfoneiro na zona portuária, o primeiro lugar no programa de calouros de Ary Barroso abriu as portas para sua música inovadora.

Com sua inteligência incomum e grande criatividade na elaboração de melodias, harmonias, arranjos e improvisos, Luiz Gonzaga teve parceiros importantes como Humberto Teixeira e Zé Dantas, que compunham as letras e davam vazão aos sentimentos e às histórias de sua região, que os analfabetos sanfoneiros do sertão não tinham como expressar de maneira mais elaborada⁹⁶². Músicas como “Asa Branca”, “Vem Morena”, “Respeita Januário”, “Riacho do Navio”, “Baião” e “Xote das Meninas” passaram a ser ouvidas em todo o Brasil. A temática e os ritmos ganhavam público no Rio de Janeiro e nas cidades do Sudeste em rápido crescimento graças à migração de milhões de nordestinos, que se reconheciam em suas músicas.

Mas a construção de uma música brasileira, com origens no folclore, atingiu o seu ápice com Villa-Lobos, ao incorporar elementos estéticos da música popular à música erudita. O Choros nº10, por exemplo, é uma fusão cultural extraordinária, marcada pelo canto dos índios parecis, por instrumentos de percussão de origem africana e instrumentação europeia.

⁹⁶¹ CAYMMI, 2014, posição 2.486 do Kindle.

⁹⁶² DREYFUSS, 2012, p. 106.

Na melhor tradição da cultura e da música erudita defendida, por exemplo, por Chopin, Mahler e Stravinsky, Villa-Lobos se apropriou dos temas ligados ao folclore local, incorporando cantos de pássaros, canções indígenas, melodias folclóricas, cantigas de roda, repentes à sua produção. Altamente sofisticada, moderna e inovadora, a música villalobiana alternava formas tonais mais simples e muitas vezes se aproximava da música atonal. Produziu uma música rica, variada e original, reconhecida internacionalmente.

O governo Vargas criou o programa nacional de canto orfeônico, que visava à formação musical do povo sob a direção de Villa-Lobos. O canto orfeônico era importante para “obter a disciplina espontânea e voluntária dos alunos, despertando, ao mesmo tempo, na mocidade, um sadio interesse pelas artes em geral e pelos grandes artistas nacionais e estrangeiros”⁹⁶³. Segundo Mário de Andrade, a formação de corais por Villa-Lobos era uma “(...) sadia e harmônica fusão social entre a arte erudita e o povo”⁹⁶⁴.

As tendências apresentadas mostram que a cultura musical forjada nas décadas posteriores à Revolução de 1930 estava marcada pelo que Mário de Andrade chamava de fase nacionalista, em que os músicos tomavam consciência de si mesmos e de suas raízes. Ainda que estivesse se desenhando uma identidade nacional, a música não havia atingido uma “fase cultural” madura, que se caracterizaria pela liberdade estética de autores com mais recursos, inclusive técnicos, graças a uma melhor educação formal e musical da população.

Pode-se dizer que a Bossa Nova, a partir do final dos anos 1950, representou um amadurecimento nessa direção, ao introduzir novos estilos de composição, harmonização, ritmo e interpretação, que elevaram a música brasileira a um novo patamar. A Bossa Nova se tornou parte importante do imaginário do brasileiro moderno e representou um dos aspectos do florescimento cultural que acompanhava o grande desenvolvimento econômico do Brasil, marcado pelos 50 anos em 5 de Juscelino Kubitschek.

O crescimento econômico e a forte mobilidade social do período confirmavam as expectativas de que o Brasil estava se transformando, despertando uma nova sensibilidade entre os jovens que, nas palavras de Vinícius de Moraes, buscavam não “fuga e alienação aos problemas do seu tempo, mas a maneira mais harmoniosa de configurá-los. A Bossa Nova despertava como uma resposta simples [...] desses jovens a seus pais e mestres: uma estrutura simples de sons super-requintados de palavras em que ninguém acreditava mais”⁹⁶⁵.

⁹⁶³ VILLA-LOBOS, 1946.

⁹⁶⁴ ANDRADE, 1963.

⁹⁶⁵ MORAES, 2009.

No disco “Canção do Amor Demais” (1958), Tom Jobim, Vinícius de Moraes e Elizete Cardoso criaram um samba sincopado, instrumental, harmonioso, minimalista, cantado de maneira suave com oralidade e letras sofisticadas⁹⁶⁶. Foi nesse disco que João Gilberto, que participava da orquestra, mostrou pela primeira vez a batida de violão característica da Bossa Nova. Sob influência do samba e do jazz, a Bossa Nova ampliava a liberdade de improvisação e a sofisticação da harmonia, dando às melodias graça e leveza desconhecidas no samba antigo, mais escorado no ritmo e na percussão⁹⁶⁷.

O encontro de Vinícius de Moraes com Tom Jobim marcou o início de um movimento de grande efervescência e de renovação da música brasileira. O casamento entre o erudito e o popular elevou a música nacional a outro patamar: tanto nas letras, que inicialmente eram sonetos de Vinícius, como na harmonia e nas melodias, criadas por um músico de formação clássica como Tom.

Tom Jobim foi um dos maiores músicos da segunda metade do século XX. Aprendeu tardiamente a tocar piano, mas teve uma formação clássica sólida, estudando composição e regência com o maestro alemão Koellreuter, sendo fortemente influenciado por Villa-Lobos. Depois de se aventurar por boates para viver como pianista, se tornou arranjador da gravadora Continental, onde transcrevia para a pauta as melodias de compositores leigos e transformava melodias simples em peças de grande elaboração para orquestra, se aproximando e conhecendo aprofundadamente a música popular brasileira.

O primeiro momento da parceria com Vinícius foi a produção das músicas para a peça “Orfeu Negro” de Vinícius, que estreou em 1956. A profícua parceria entre ambos criou clássicos como “Só Danço Samba”, “Ela é Carioca” e “Garota de Ipanema” – uma das músicas mais tocadas no mundo em todos os tempos e que ganhou o Grammy, vencendo os Beatles, os Rolling Stones e Elvis Presley. Jobim lançou seu primeiro álbum solo nos Estados Unidos “The Composer of Desafinado Plays” em 1963 e gravou discos com grandes nomes da música norte-americana como Frank Sinatra, Stan Getz e Charlie Byrd. Muitas de suas composições, traduzidas para o inglês, se tornaram parte do repertório de importantes artistas do jazz, como Sarah Vaughan, Ella Fitzgerald, Oscar Peterson, Dizzy Gillespie e Count Basie.

Ao longo dos anos, sua produção musical se tornou mais sinfônica, especialmente depois da parceria com Claus Ogerman, Nelson Riddle e Eumir Deodato, alguns dos maiores

⁹⁶⁶ TOM Jobim. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa6060/tom-jobim>>. Acesso em: 08 de dez. 2020. Verbete da Enciclopédia.

⁹⁶⁷ MORAES, 2009.

arranjadores do mundo. A música de Tom Jobim passou a incorporar crescentemente temas ligados à valorização da natureza brasileira e à defesa do meio-ambiente. Com Tom Jobim, a música brasileira atingiu um reconhecimento internacional sem precedentes. A renovação musical propiciada pela Bossa Nova, portanto, não se restringiu a um estilo musical que perdurou entre o final dos anos 1950 e início dos 1960. Trata-se de um movimento que foi tomando novos caminhos, com desdobramentos nas décadas posteriores.

Vinicius de Moraes, diplomata, professor de literatura na Universidade de Oxford e já reconhecido como um dos maiores poetas da língua portuguesa antes da Bossa Nova, tornou-se também um grande compositor, cronista e crítico de cinema. Depois da parceria com Tom Jobim, Vinicius tomou novos caminhos musicais chegando aos afro-sambas, em parceria com Baden Powell no final dos anos 1960. O disco misturava cantos africanos e gregorianos, com elementos rítmicos do candomblé, unindo instrumentos de percussão utilizados nos terreiros – como agogô, afoxé, atabaque e bongô – com sax, flauta, violão, baixo e bateria.

Outro marco da Bossa Nova foi o disco “Chega de Saudade” (1959) de João Gilberto. Com uma audição incomparável e uma obsessão pela perfeição, desenvolveu uma nova forma de interpretação musical, em que surgiu uma interdependência e uma complementariedade entre voz e violão desconhecida. Com uma voz de baixa intensidade, ele a equiparou à potência do violão, fazendo uma música suave e aberta a múltiplos timbres, além de descontinuidades e irregularidades que criam efeitos rítmicos inovadores em músicas cantadas de formas diferentes ao menos três vezes na mesma faixa. Como o forte de João Gilberto não era a composição, ao longo dos anos, passou a reelaborar e reinterpretar grandes clássicos do samba da época de ouro, como “Aquarela do Brasil”, “Rosa Morena”, “Samba da Minha Terra” e “Bolinha de Papel”, dando-lhes uma roupagem moderna e sofisticada que o consagrou como um dos cantores mais premiados dos Estados Unidos.

Outros nomes importantes foram Carlos Lyra, Roberto Menescal, João Donato, Sérgio Mendes e Paulo Cesar Pinheiro⁹⁶⁸. A partir de meados dos anos 1960, os festivais de música transmitidos pela televisão deram grande impulso à Música Popular Brasileira (MPB) e a uma nova geração de artistas como Edu Lobo, Chico Buarque, Milton Nascimento e, posteriormente, Gilberto Gil e Caetano Veloso, além de cantoras como Elis Regina.

⁹⁶⁸ A esse respeito, ver também SEVERIANO & MELLO, 2015b, Parte I.

ix.

Uma outra manifestação cultural importantíssima para a formação de uma identidade nacional foi o futebol. No Brasil, o futebol inicialmente era restrito à elite que estudava na Europa ou aos estrangeiros que vinham operar investimentos internacionais, como as ferrovias de capital inglês. O esporte tinha ar sofisticado e comemorações regadas a champanhe em clubes brasileiros de nome inglês.

A simplicidade do jogo facilitou sua disseminação, visto que pode ser adaptado a muitos locais – descampado, terraço, gramado – e precisa apenas de uma bola – de capotão, meia, bexiga de boi – e de traves para fazer um gol, que podem ser de bambu, ferro, madeira, pedras, tijolos. Estas características ajudaram a popularizar o futebol entre as camadas mais pobres de trabalhadores urbanos, que se expandiam rapidamente. Nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, surgiram inúmeros campos de futebol e clubes. O Bangu, fundado em 1904 no Rio de Janeiro, foi o primeiro clube de operários; muitos outros surgiram em diversas cidades, mas as principais ligas de futebol eram elitistas e defendiam o amadorismo, o que excluía os pobres de suas disputas.

A crescente busca por títulos abriu espaço para a profissionalização dos jogadores e a entrada nas ligas dos clubes das camadas inferiores e de comunidades estrangeiras remediadas. Como as vitórias e os títulos se tornavam cada vez mais importantes, surgiram oportunidades a negros e mulatos que jogavam melhor que os estudantes ricos sem grandes habilidades. O Vasco da Gama foi o primeiro time campeão (1923) em cuja equipe havia uma maioria de negros e operários.

As disputas se tornaram internacionais e o Campeonato Sul-Americano de 1919 foi o grande marco da “pátria de chuteiras”: o presidente Delfim Moreira declarou ponto facultativo para o comércio e o setor público no dia da final contra o Uruguai. A vitória emocionante, com o gol de um mulato de olhos verdes, filho de um comerciante judeu e de uma ex-escrava, chamado Artur Friedenreich, sacramentou a nova paixão nacional.

O futebol se tornou um símbolo da modernidade brasileira, se consolidando como uma manifestação cultural que unia brancos, mulatos, negros e índios de Norte a Sul e que dava identidade ao país. Mas essa nova identidade não era unânime e muitos das camadas superiores tinham horror a essa miscigenação e a essa afirmação de uma brasilidade que não era branca e nem europeia.

Iniciada em 1931 pela Rádio Educadora Paulista, a transmissão pelo rádio foi decisiva para o crescimento do futebol. Ao mesmo tempo em que o rádio levava o futebol

para mais pessoas, o esporte popularizava o veículo de massa⁹⁶⁹. A criatividade de locutores como Ary Barroso e o alcance do rádio deram outra dimensão ao futebol, que por vezes era mais emocionante no rádio do que ao vivo⁹⁷⁰.

A seleção brasileira passava a representar a pátria contra uruguaios e especialmente argentinos, dado que a contraposição forjou uma forte identidade nacional. O futebol era uma manifestação cultural singular marcada pela alegria e pelos malabarismos de jogadores que unia a todos em conquistas mostravam que o Brasil tinha valor.

Uma característica importante do futebol brasileiro, o drible para superar os zagueiros e marcar gols, era uma marca de Charles Miller, um dos introdutores do futebol no Brasil, que permaneceu. Segundo Gilberto Freyre, nosso futebol mulato, com seus floreios artísticos e sua rebeldia contra excessos de uniformização, de geometrização e de standardização, era a verdadeira expressão da cultura brasileira. O gosto pela flexão, pela surpresa, lembrava passos de dança dionisiaca, que permitia o improvisado, a diversidade, a espontaneidade individual. Ao contrário do futebol europeu, expressão apolínea de método científico e de esporte em que a ação mecanizada é subordinada ao todo⁹⁷¹.

Essa nova forma de jogar futebol, organizada taticamente com habilidade, irreverência, alegria, dribles e com a bola no chão, era comandada por artistas populares que articulavam a plasticidade de seus movimentos com a inteligência na busca pela vitória. Com a influência da linha de passe e o deslocamento dos jogadores argentinos que vieram jogar no Brasil nos anos 1930 e 1940, essa dança ganhou maior elaboração, mas ainda não havia se transformado numa atividade coletiva organizada, possível somente com o desenvolvimento tático trazido por Bela Gutman, treinador húngaro do São Paulo (1957) que revolucionou o futebol brasileiro.

A Copa de 1950 foi um momento de afirmação dessa cultura e do país no mundo, com a melhor seleção do mundo e com a construção do maior estádio do planeta, o Maracanã. “Se podemos ser bons no esporte, podemos ser em outros setores”, dizia o *Jornal dos Sports* na véspera da final⁹⁷². A inesperada derrota na final para o Uruguai levantou sérias dúvidas sobre esse movimento que incorporava negros e pobres. Inicialmente, a culpa recaiu sobre a debilidade de uma “raça” que não tinha fibra por conta da sua miscigenação. A derrota foi

⁹⁶⁹ PRADO, 2012, p. 85.

⁹⁷⁰ GUTERMAN, 2009, posição 894 do Kindle.

⁹⁷¹ FREYRE, 2002. pp. 625-626.

⁹⁷² GUTERMAN, 2009, posição 1.270 do Kindle.

vista como o fracasso de um projeto de país, de um sentido de comunidade que se estava construindo⁹⁷³.

O “Maracanazo” trouxe à tona o complexo de “vira-lata” identificado por Nelson Rodrigues, o sentimento de inferioridade face aos estrangeiros. Mas à seleção não faltava qualidade e sim preparação adequada: a pobreza dos jogadores era tal que o grupo da Copa de 1958 tinha jogadores com anemia, verminose e problemas dentais – foram extraídos 118 dentes de jogadores antes da viagem à Suécia⁹⁷⁴.

O futebol, que se tornava um dos primeiros fenômenos culturais de massa do século XX, ganhou nova estatura com o jeito de jogar brasileiro. A seleção brasileira, campeã do mundo por 3 vezes entre 1958 e 1970, encantou o mundo com sua forma de jogar e com artistas como Pelé, Garrincha, Didi, Zito, Vavá, Gerson, Tostão, Clodoaldo, Rivellino, Jairzinho. O futebol se tornou parte indissociável da cultura brasileira e uma das mais importantes e reconhecidas expressões culturais do século XX. A equipe brasileira da Copa de 1970 foi a representante máxima da beleza do jogo.

Em suma, nossa Revolução Cultural criou um movimento vivo, original e vigoroso. O Brasil deixava para trás seu passado terrível e se afirmava como um país moderno em termos econômicos, com grande mobilidade e dinamismo social, que produzia uma cultura alegre e rica, admirada no mundo todo, especialmente por sua música e seu futebol. Sentíamos orgulho de sermos brasileiros.

x.

A vida política e social também ganhou uma nova ossatura, especialmente a partir de 1945, com o surgimento de uma democracia representativa. Destruída a democracia de fachada da República Velha, na qual os coronéis impunham sua vontade através do bico de pena, do voto de cabresto, das fraudes eleitorais em larga escala, surgiu no pós-guerra um sistema representativo em que se ampliou o direito ao voto para as mulheres e para todos os maiores de 18 anos que fossem alfabetizados.

A democratização do pós-guerra abriu caminho para criação de um espaço público no Brasil, um ambiente no qual as pessoas podiam debater as questões de seu tempo. Nesse período, que se estende até 1964, “a escola, a universidade, os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos culturais, todos eram palco do debate de ideias e da controvérsia política, todos

⁹⁷³ GUTERMAN, 2009, posição 1.280 do Kindle.

⁹⁷⁴ GUTERMAN, 2009, posição 1.616 do Kindle.

iam ajudando a constituir um espaço público que adquiria, pouco a pouco, capacidade de julgamento independente”⁹⁷⁵.

Os partidos políticos, agora nacionais, tinham base social definida e programas a serem seguidos. O Partido Social Democrático (PSD), fundado por Getúlio Vargas, era o maior do país, sendo um partido de centro formado pelos interventores dos Estados, também ligado aos interesses das oligarquias locais. A União Democrática Nacional (UDN) era o segundo maior partido e representava o anti-getulismo e a elite atrasada brasileira, com plataforma moralista e apoio da classe média tradicional e do pequeno empresariado. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também criado por Getúlio, era uma espécie de socialdemocracia adaptada ao Brasil, que contava com grande apoio das camadas populares urbanas em crescimento.

Havia também outros partidos menores, mas importantes na dinâmica política do período, como o Partido Social Progressista (PSP), do governador de São Paulo Ademar de Barros, e o Partido Democrata Cristão (PDC), que tinha um projeto reformista de construção de um capitalismo social.

Os sindicatos se estruturaram com o apoio do Estado e do imposto sindical, o que muitas vezes foi visto equivocadamente como “peleguismo”. Tal como nos Estados Unidos, seu fortalecimento dependia diretamente do Estado, que mediava conflitos e organizava a sociedade urbana-industrial em formação. Os sindicatos ganharam poder e influência ao longo dos anos 1950 e 1960, com a deflagração de greves e a formação de organizações maiores e centrais sindicais. O movimento sindical, em suas diversas tendências, discutia não só questões corporativas como salários ou benefícios, mas também os problemas do país.

A incorporação de subalternos e de trabalhadores à vida urbana, organizada em instituições que incitavam o debate e o conflito de ideias, aumentava o nível de politização da sociedade. A cultura passou a ser crescentemente permeada pela política, colocando questões para além da busca de uma identidade social. Mais do que retratar o Brasil, a cultura se tornava uma forma de reflexão e de intervenção na realidade social. A militância política que ganhava força ajudou a criar movimentos artísticos e culturais importantes, autônomos e diversificados.

A vitalidade da sociedade também podia ser vista no movimento estudantil, que mobilizava a juventude com as bandeiras da justiça social e da rebelião contra o

⁹⁷⁵ CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 2009, p. 87.

patriarcalismo. A mobilização dos jovens atingia secundaristas e universitários, ia dos grêmios estudantis à União Nacional dos Estudantes (UNE).

Depois de 1961, no âmbito da UNE foram criadas a UNE Volante e os Centros Populares de Cultura (CPCs) em todo o Brasil, com o projeto de construir uma cultura nacional e democrática por meio da conscientização das classes populares. O Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular da Cultura, elaborado pelo sociólogo Carlos Estevam Martins, postulava a impossibilidade de uma arte popular fora da política. Quase ao mesmo tempo nascia o Movimento de Cultura Popular (MCP) no Recife, fundado pelo prefeito Miguel Arraes, Germano Coelho, Ariano Suassuna, Paulo Freire, Francisco Brennand, Aloizio Falcão, entre outros⁹⁷⁶. O movimento era ligado à Secretaria de Educação do Município e desenvolvia atividades culturais em várias frentes, com o objetivo de elevar o nível cultural do povo.

Parte pequena da Igreja, ligada ao romantismo cristão, também ganhou expressão nos anos 1960, com o Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação, que ampliaram a participação dos leigos e que tinha a opção preferencial pelos pobres. A Juventude Universitária Católica (JUC) foi um movimento importante, que elegeu Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brandt e José Serra para a presidência da UNE⁹⁷⁷. O movimento católico também discutia a realidade nacional e o subdesenvolvimento, com participação crescente nos movimentos ligados à cultura popular. Numa crítica à modernidade capitalista, priorizava-se a qualidade sobre a quantidade, o trabalho sobre o dinheiro, o humano sobre a técnica, o serviço comunitário sobre o enriquecimento individual⁹⁷⁸.

A democracia representativa estava se tornando, pouco a pouco, mais participativa, graças à mobilização popular dos partidos, dos sindicatos e dos movimentos estudantis. A vida política e social ganhava novas cores, com o debate amplo sobre as perspectivas da economia brasileira. Discutia-se o papel que seria reservado à iniciativa estatal e à iniciativa privada, nacional e estrangeira na superação dos obstáculos que entravavam o desenvolvimento nacional. A estruturação de um espaço público crescente levava as discussões gerais para a luta por questões concretas, como a campanha “O Petróleo é Nosso”, uma das maiores da história política brasileira. A campanha, articulada por militares, estudantes, homens públicos e intelectuais, se opunha aos interesses privados, especialmente estrangeiros, na exploração do petróleo brasileiro. As manifestações populares foram

⁹⁷⁶ Sobre o Movimento de Cultura Popular, ver COELHO (2012).

⁹⁷⁷ COSTA, 2021.

⁹⁷⁸ RIDENTI, 2014, p. 188.

decisivas para a criação da Petrobrás, última grande conquista de Vargas, a despeito da enorme pressão contrária dos norte-americanos.

No início dos anos 1960, parecia que o Brasil havia sido capaz de criar uma cultura original nos trópicos. Estava em curso um movimento de positivistas, católicos, socialistas, comunistas, nacionalistas que fazia prevalecer valores modernos anti-utilitários e subordinava os interesses individuais aos da coletividade.

A formação da opinião pública sobre os destinos do país ocorria nas universidades, movimentos culturais, sindicatos, partidos políticos etc. Ao lado de uma indústria cultural incipiente, ainda em formação e sem a força da televisão e do celular, contrapunham-se espaços públicos que promoviam a discussão crítica, a cidadania e a politização da população. Eram discutidos os rumos da educação, da estrutura agrária, da tributação, a desigualdade social, a miséria rural, a subida dos salários, a ampliação dos direitos sociais, o controle público do capital externo e dos meios de comunicação de massa⁹⁷⁹.

Em suma, a pauta política que ganhava corpo no país era a do desenvolvimento econômico, da democratização da sociedade, da ampliação de direitos sociais, da igualdade social.

⁹⁷⁹ RIDENTI, 2014, p. 20.

Capítulo 7 - 1964

O “Movimento de 1964” tem sido interpretado quase que exclusivamente de uma perspectiva liberal: houve um golpe militar (ou militar-civil) que atingiu o seu ápice com o AI-5, quando foi suprimido o que restava do Estado Democrático de Direito⁹⁸⁰. E, depois de vários episódios que não vem ao caso lembrar, finalmente o Estado Democrático de Direito foi restaurado com a Constituição de 1988.

A interpretação liberal, portanto, chama a atenção corretamente para a supressão das liberdades civis e políticas. Mas não apreende o significado do processo histórico-estrutural desencadeado em 1964, apontando apenas o desenrolar dos acontecimentos entre o Golpe de 31 de março de 1964 e a Constituição de 1988.

Não diz nenhuma palavra sobre a estrutura de poder real que se desdobra a partir de 1964, sobre a plutocracia que vai governando o país apoiada em novos meios de dominação, ou sobre o verdadeiro sentido de uma contrarrevolução que pretendia apagar o passado. Não há uma perspectiva de história de longa duração, em que se observa os acontecimentos posteriores ao golpe de 31 de março como uma conjuntura histórica determinada, que culmina em Jair Bolsonaro.

Os articuladores do Golpe não pretendiam apagar o passado varguista e juscelinista no que se refere ao seu projeto de industrialização, diferentemente do que Celso Furtado e muitos diziam à época. Pretendiam, sim, apagar o movimento de ampliação dos direitos sociais e a politização das crescentes massas urbanas, que se organizavam ao redor dos sindicatos e do PTB; a rebelião da juventude contra o patriarcalismo, que se consubstanciava no vigoroso movimento estudantil universitário de esquerda; as manifestações culturais, fruto da construção do espaço público e de uma identidade nacional. Somente uma verdadeira contrarrevolução social, política e cultural, cujo pontapé inicial foi o Golpe de 1964, poderia conter um movimento orgânico, articulado e popular como o que havia no país.

Em termos concretos, a articulação do golpe foi complexa e requereria não apenas o uso da força para subverter a ordem, mas também apoio popular e reconhecimento externo.

O protagonismo dos militares que assumiram a presidência encobriu, para os observadores desatentos, a participação de outros grupos, a começar pelas elites empresariais. O Golpe foi tramado dentro do segmento conservador das Forças Armadas, com o marechal

⁹⁸⁰ O Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, dava ao Presidente o poder de (1) fechar o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, (2) intervenção em estados e municípios, (3) suspender direitos políticos, (4) cassar mandatos, (5) decretar estado de sítio e (6) suspender o habeas corpus.

Cordeiro de Farias à frente. Mas não há dúvidas sobre a participação de presidentes e executivos de grandes empresas nacionais e multinacionais, de donos dos meios de comunicação, da parte predominantemente liberal da classe política e do governo dos Estados Unidos. Os conspiradores também sabiam que um apoio popular considerável era indispensável. Para tanto, a Igreja Católica e a mídia tiveram papel fundamental para formar a opinião da classe média e do pequeno e médio empresariado e estimular manifestações populares que impulsionassem a subversão da ordem.

Talvez o principal articulador do Golpe tenha sido Golbery do Couto e Silva, um intelectual de alto nível e o elo entre os militares, as elites empresariais e os norte-americanos⁹⁸¹. Durante anos, a partir do IPES, elaborou um projeto de transformação do país numa potência econômica e militar em que uma elite tecnocrática, através da operação de um novo e moderno aparelho de Estado, guiaria a maioria, com o apoio dos principais empresários e executivos e do empresariado em geral.

O IPES articulou o empresariado e os executivos ligados às novas atividades industriais aos tecnocratas conservadores do Rio de Janeiro, surgindo como formulador de um projeto de desenvolvimento que atenderia às necessidades de uma economia industrial que não cabia mais no arcabouço institucional existente. Outro objetivo era a conscientização do empresariado e da tecno-burocracia ao seu redor a respeito da necessidade de olhar adiante, além do curto prazo.

O IPES era financiado pelas 500 maiores empresas e bancos – nacionais e internacionais – para realizar atividades clandestinas como o grampeamento telefônico de opositores e para fomentar grupos de discussão sobre as necessidades do Brasil. Toda a intelectualidade de direita e parte importante da burocracia pública do período juscelinista também estava ligada a ele – Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Glycon de Paiva, Dênio Nogueira⁹⁸².

Já a classe política favorável ao Golpe, formada principalmente por deputados e senadores da UDN e por governadores como Carlos Lacerda (UDN), Ademar de Barros (PSP), Ildo Meneghetti (PSD) e Ney Braga (PDC), pretendia que o Golpe depusesse o presidente

⁹⁸¹ Coronel reformado e oficial de ligação das tropas brasileiras com as norte-americanas na Segunda Guerra Mundial, Golbery se tornou um personagem estratégico. Também possuía muitas reservas em relação ao próprio Exército: “Olhe, devo muito ao Exército, mas quando fui para a reserva, a pedido, em 1961, fiz isso por asco. Asco do medo, da pusilanimidade, que foram os fatores essenciais para permitir a posse do João Goulart na Presidência, depois da renúncia do Jânio. Eu saí porque estava enojado. E não haveria de ser agora que ia me meter de novo nisso. Se algum general quiser vir aqui na minha casa para comer, que passe na geladeira. Lá tem comida. Eu não vou conversar nem perder meu tempo com gente aborrecida. Prefiro ler meus livros” (GASPARI, 2002, p. 24).

⁹⁸² A esse respeito, ver DREIFUSS (1987).

João Goulart e que rapidamente devolvesse o poder aos civis. O núcleo golpista da UDN era formado por liberais econômicos que se colocavam contra o movimento de democratização da sociedade, com uma pauta moralista que tinha pouco apelo popular. Carlos Lacerda, aspirante a presidente, era declaradamente golpista desde 1950, quando já dizia em seu jornal: “O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”⁹⁸³.

A oposição ao movimento de democratização da sociedade não era apenas interna. Com a Guerra Fria, os Estados Unidos se tornaram hostis e se opunham a qualquer movimento nacionalista na América Latina, realizando golpes, deposições, assassinatos em diversos países como Guatemala (1954), El Salvador (1960), Equador (1961), Colômbia (1962), Brasil (1964), República Dominicana (1965), Chile (1973)⁹⁸⁴. A defesa a qualquer custo dos seus interesses no continente atacava políticas autônomas e de desenvolvimento econômico e social a pretexto de combate ao comunismo⁹⁸⁵.

Desde o fim da II Guerra Mundial, os norte-americanos já haviam se indisposto com Vargas, tendo inclusive participação importante na sua deposição. Com a Revolução Cubana e a posterior adesão de Castro ao comunismo em 1961, a posição dos EUA em relação à América Latina se tornou ainda mais dura, especialmente pelo temor que o Brasil se tornasse uma nova China⁹⁸⁶.

Os norte-americanos financiaram as campanhas de candidatos defensores de seus interesses na eleição de 1962 através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)⁹⁸⁷ e os programas sociais de governadores favoráveis às suas posições através da Aliança para o Progresso. Quando decidiu que era preciso retirar Goulart do governo, os Estados Unidos enviaram o coronel Vernon Walters, especialista em golpes de Estado⁹⁸⁸, para articular o

⁹⁸³ SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 401.

⁹⁸⁴ VETERANS FOR PEACE, 2021. A esse respeito, ver também RABE (2015).

⁹⁸⁵ George Kennan, um dos articuladores da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, dizia que “The United States should not hesitate to remind Latin Americans that the United States was a great power and ‘that we are by and large much less in need of them than they are in need of us’. (...) ‘You must recognize that we are a great and strong people; that we have our place in the world’ (KENNAN apud RABE, 2012, pp. 23-24).

⁹⁸⁶ MORRE..., 2002.

⁹⁸⁷ PAULA, 2021.

⁹⁸⁸ “Além de estar presente no Brasil em 1964, Walters esteve em Teerã em 1953, quando foi deposto o primeiro-ministro do Irã Mohammad Mussadeq, que havia nacionalizado as companhias petrolíferas estrangeiras, mas não há provas de seu envolvimento na conspiração. Ele também teria estado no Chile antes da queda do presidente Salvador Allende, em 1973, mas não existem evidências de sua participação no golpe”. (MORRE..., 2002).

movimento diretamente com seus amigos Golbery e Castelo Branco, fornecendo apoio militar e financeiro.

Esta posição dos Estados Unidos fortalecia a oposição golpista, que já vinha tentando bloquear o movimento de ampliação de direitos e de participação popular desde o governo Vargas. O Ministro da Justiça de então, Tancredo Neves, apontava que:

Se não fosse o suicídio de Vargas, 1954 teria sido 1964. Você verifica: as lideranças de 1964 são as mesmas de 1954. Com os mesmos objetivos. 1964 foi uma revolução de direita, uma revolução conservadora, uma revolução nitidamente pró-americano, feita, inclusive, com a participação deles, americanos, que já tinham participado em 1954. Para mim, este é o aspecto mais importante do suicídio de Vargas. Você verifica também que o Jânio, em 1961, foi na verdade um cripto-64. O Jânio teve uma cobertura enorme de todos os elementos que fizeram 1964. Quando foi de sua renúncia, se não é o movimento do Brizola no Sul, eles já teriam realmente, nessa oportunidade, implantado 64⁹⁸⁹.

A nova classe média e o pequeno e médio empresariado, que temiam perder seus privilégios e a diferenciação em relação aos subalternos⁹⁹⁰, era a camada social adequada para apoiar esse projeto de desenvolvimento econômico que repudiava a ampliação da democracia participativa e as manifestações culturais que emergiram desde a Revolução de 1930.

A Igreja Católica teve papel preponderante na mobilização da classe média a favor do golpe, na medida em que apoiava esse projeto antipopular contra o “comunismo ateu” e a “república sindicalista”. A esmagadora maioria da Igreja estava favorável ao golpe, apesar de haver exceções à orientação geral como Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, arcebispo de São Paulo.

Os meios de comunicação também foram de grande importância na mobilização da classe média e do pequeno e médio empresariado. Durante boa parte do governo Goulart, apenas a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de São Paulo* fizeram oposição sistemática. Mas, com a deterioração da situação e a crescente radicalização, o *Jornal do Brasil*, a *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Correio da Manhã* e as rádios foram muito importantes para a mobilização a favor do golpe.

⁹⁸⁹ ROCHA LIMA & RAMOS, 1986, pp.58-59.

⁹⁹⁰ O Manifesto dos Coronéis, escrito por Golbery do Couto e Silva em 1954, refletia a insatisfação das camadas médias em relação ao aumento de 100% do salário mínimo, que provocaria “uma aberrante subversão de todos os valores profissionais” e desprestigiaria as Forças Armadas. A esse respeito, ver COSTA (2021).

Num primeiro momento, todos estes interesses convergiram no apoio ao Golpe de 1964, que deveria apagar o passado getulista através da eliminação de suas lideranças políticas, intelectuais, sociais e culturais, além de destruir e perseguir suas bases de sustentação. O primeiro objetivo era claro: liquidar o inimigo, por meio de prisões, torturas, cassações, perseguições.

O Movimento de 1964 depôs o presidente da República, impôs uma ditadura, cassou políticos, fechou espaços de discussão para interromper o processo de democratização e de ampliação dos direitos sociais. Em 1965, com o Ato Institucional nº 2, o regime determinou que as eleições presidenciais seriam indiretas e que os partidos políticos estavam extintos, podendo o Presidente cassar mandatos e suspender direitos políticos.

Foram proscritos todos que eram identificados com o getulismo e o juscelinismo. A pequena oposição política restante ficou restrita a um único partido, o MDB de getulistas e juscelinistas que não foram cassados como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Já a classe política aliada aos vencedores de 1964 teve que se acomodar à ARENA, criando dificuldades para compor diversos interesses e lideranças em um mesmo estado ou município.

A UDN, principal base política de apoio ao golpe, era originalmente composta pelos liberais derrotados em 1932, 1937 e 1950 que defendiam um liberalismo bacharelesco e restrito, que excluía as massas populares e defendia um governo das “elites esclarecidas”. O partido se proclamava herdeiro dos movimentos liberais históricos. Na primeira eleição presidencial (1945), a UDN era o “partido dos lenços brancos”, uma alusão à campanha de Teófilo Otoni no século XIX, que pretendia mostrar que não tinha máculas na vida pública, empunhando os lenços contra os ingleses defensores da abolição do tráfico de escravos. Um liberalismo à brasileira, defensor da escravidão no século XIX e elitista, moralista e golpista no pós-guerra.

Com o bipartidarismo e a criação da ARENA, a UDN teve que se fundir e se compatibilizar com o coronelismo e a parte mais conservadora do PSD, cujo exemplo maior era Filinto Müller. A composição política no interior do país era difícil, o que acabou exigindo a criação de “sublegendas”. Mas a ARENA, o maior partido do Ocidente nas palavras de seu presidente Francelino Pereira, era dirigida pelos liberais da UDN. Em 14 anos de bipartidarismo, a presidência da ARENA teve 6 udenistas e apenas 2 não udenistas⁹⁹¹.

Ou seja, depois do Golpe, como toda a oposição foi varrida, a classe política ficou restrita a liberais políticos, liberais econômicos, políticos “profissionais” e aos ligados

⁹⁹¹ BENEVIDES, 1981, p. 97.

diretamente aos interesses regionais do interior do país, sem os quais seria impossível governar um país continental e heterogêneo.

Mas as cassações no período imediatamente posterior ao Golpe foram proporcionalmente maiores entre os próprios militares. Foi necessário realizar um grande expurgo, com milhares de cassações de oficiais de todas as Forças. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, durante todo o período da ditadura foram perseguidos, presos, torturados ou cassados entre 6.500 e 7.500 membros das Forças Armadas e das polícias militares⁹⁹².

Os sindicatos, espaços importantes de discussão e de defesa dos interesses dos trabalhadores, foram igualmente perseguidos. Após o golpe, o Estado interveio em 563 sindicatos, com destituição de diretorias e nomeação de interventores, levando praticamente ao fim do movimento sindical⁹⁹³.

O movimento estudantil, que mobilizava a juventude e ampliava o debate sobre a política e os rumos do país, sofreu severas restrições, com o fechamento da UNE e de outras entidades, além da prisão e da perseguição a estudantes⁹⁹⁴. As cassações se estenderam às universidades, com a demissão de professores, suspensão de direitos políticos e a intervenção na Universidade de Brasília. A intimidação também se dava por meio da espionagem, da violação do sigilo postal e telefônico e da invasão de vários campi.

O fechamento de espaços públicos também ocorria na esfera cultural através de prisões e perseguições de artistas e do estabelecimento de um clima de intimidação, especialmente no cinema e no teatro, onde artistas sofreram agressões como na peça “Roda Viva”. Até 1968 houve ainda bastante resistência dos que não haviam sido presos. Marcaram época protestos como aqueles organizados pelo Show Opinião, de Augusto Boal; pelo Teatro Opinião, especialmente com a peça de Millôr Fernandes “Liberdade, Liberdade!”, com Paulo Autran declamando ao final “Resisto”, e “Zumbi”, na qual a revolta escrava era referida à ditadura; pelo episódio que ficaria conhecido como o dos “Oito do Glória” e passeatas como a dos 100 mil, que ocorreu em junho de 1968.

A resistência e a luta armada serviram de justificativa para endurecer o regime com a instauração do AI-5, como desejavam os setores da “linha-dura” e muitos que ascenderam ao comando do país com a presidência de Costa e Silva (1967-1969). Se num primeiro momento foi cortado o contato da produção cultural e dos movimentos políticos com

⁹⁹² MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2021.

⁹⁹³ RODRIGUES, 2020.

⁹⁹⁴ É possível que, só em 1968, 3.000 estudantes tenham sido detidos. GASPARI, 2002, parte III, capítulo 2.

as classes populares urbanas e rurais, depois de 1968 todas as manifestações culturais foram proibidas ou censuradas⁹⁹⁵.

Mas havia também um segundo movimento em curso desde o Golpe. Se para muitos golpistas – principalmente aqueles ligados à linha dura – se tratava apenas de destituir um governo “esquerdista” e perseguir inimigos políticos, para outra parte dos conspiradores, como o grupo conhecido como “Sorbonne” ligado a Golbery, havia um projeto mais ambicioso de reforma econômica, social, política e cultural do país.

Em termos econômicos, havia o projeto de “Brasil Potência”⁹⁹⁶, que os militares acalentavam desde a Proclamação da República e que seria a realização dos grandes destinos de um país continental. O sonho de transformar o Brasil em grande potência mundial ganhou concretude com o tenentismo conservador dos anos 1920, do qual muitos golpistas de 1964 fizeram parte como Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Jurandir Mamede, Nelson de Mello, os irmãos Geisel, os irmãos Kruel, Ademar de Queiróz e Golbery do Couto e Silva⁹⁹⁷.

Faziam parte desse projeto a continuidade da industrialização, com os elevados investimentos das empresas estatais; as grandes transformações na área de financiamento do setor público e da economia com a (1) elevação importante da carga tributária com novos impostos e a cobrança efetiva do impostos de renda, (2) “realismo tarifário” nas empresas públicas, (3) criação da dívida pública com correção monetária, (4) criação dos fundos para fiscais como o FGTS e o PIS/PASEP; além da importante reorganização institucional – com a criação do Banco Central, reforma trabalhista, unificação dos sistemas previdenciários, modernização da agricultura e de reformas na saúde, educação, habitação.

Durante o governo Médici e Geisel, o delineamento do projeto de Brasil Potência ficou mais claro, com a ampliação do mar territorial para 200 milhas e o desenvolvimento do complexo industrial-militar – indústria de armamentos de todos os portes, foguetes, tanques, minas terrestres, lança-mísseis, satélites. A consolidação de uma potência militar demandava a continuidade da industrialização, fundamental para a produção de armas e para prover a infraestrutura que daria as condições logísticas para o controle do território e para a projeção de poder na sua nova área de influência. Estas transformações anunciavam um novo

⁹⁹⁵ SCHWARZ, 1978, p. 63.

⁹⁹⁶ “O crescimento do final da década dos 50 não conferiu sentido autêntico ao desenvolvimento nem à democracia, não obstante o considerável progresso industrial realizado (...). A Revolução veio para dotar o país das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica capazes de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática e soberana, assegurando, assim, a sua viabilidade como grande potência” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1970. p. 4).

⁹⁹⁷ A esse respeito, ver SAES (2011).

posicionamento do país na esfera ocidental, que alterava a correlação de poder e demandava a hegemonia sobre o Cone Sul, o Atlântico Sul e a África.

Mas este movimento, que culminou no acordo de transferência de tecnologia nuclear com a Alemanha Ocidental em 1975, provocou a ruptura da aliança preferencial com os Estados Unidos, com o fim do acordo militar, denúncias de violação dos direitos humanos no Brasil e acirramento das disputas no setor de tecnologia da informação.

Os conflitos também se acirravam entre os próprios militares. Além da clara divisão entre a “linha dura” e a “Sorbonne”, havia problemas permanentes na hora da sucessão presidencial que resultavam da destruição da ordem constitucional: se não havia mais lei, o que prevalecia era a força.

Por exemplo, Costa e Silva se apoiou na anarquia militar posterior ao Golpe para se impor como o sucessor de Castelo, contra a vontade do grupo da “Sorbonne”. A trombose de Costa e Silva criou novos problemas: o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, foi impedido de assumir, sendo a presidência ocupada por uma junta militar. Surgiram impasses de diversas ordens, como qual seria a duração do mandato do novo presidente e como se daria a sua escolha. A despeito da ampla maioria obtida pelo general Albuquerque Lima entre os oficiais votantes, o escolhido foi o general Médici. Problemas desta natureza foram se perpetuando à medida que a ditadura se prolongava e tinha que resolver questões delicadas com base na força⁹⁹⁸.

À medida que a ditadura se tornava muito mais duradoura do que previa parte de seus apoiadores originais, o regime também se desgastava com a classe média, que reclamava da falta de participação política depois de 10 anos sem eleições e também das ondas de perseguições, assassinatos, censura etc. A igreja, apoiadora do golpe num primeiro momento, também começou a se tornar crítica das torturas e se tornou uma opositora importante dos rumos que o regime havia tomado.

A subida da inflação era outro problema para as camadas médias da população: o crescimento econômico acelerado, em conjunto com o choque do petróleo, provocaram uma forte elevação dos preços. A falsificação do índice de inflação em 1973 pelo governo não diminuiu a insatisfação popular, que se acentuou em 1974 com a subida do preço da gasolina, que foi de 110,0% em São Paulo⁹⁹⁹.

O descontentamento com o regime eclodiu com o desempenho surpreendente do MDB nas eleições para o Congresso Nacional em 1974, assustando os militares, que passaram

⁹⁹⁸ A esse respeito ver GASPARI (2002), volume I e II.

⁹⁹⁹ MOREIRA FILHO & PEREIRA, 1977.

a enfrentar uma maior oposição no Legislativo. A ARENA tinha problemas de identidade, era conhecida como o “partido do sim, senhor”, além das dificuldades ligadas às diferenças locais e regionais criadas pela fusão dos partidos após o Golpe. O pequeno MDB elegeu 16 dos 22 senadores em disputa e conquistou 161 das 364 cadeiras da Câmara dos Deputados¹⁰⁰⁰ e se tornou um partido de peso, atraindo oportunistas sem compromissos ideológicos ou partidários, como Orestes Quéricia e Jader Barbalho.

Parte importante da grande mídia que apoiou o golpe, também se tornou descontente com a ditadura graças à Lei da Imprensa de 1967 e à censura prévia estabelecida em 1970. Estes instrumentos ampliavam o poder do regime sobre os meios de comunicação, tirando sua autonomia e restringindo o poder privado. O descontentamento era maior em jornais como *O Estado de São Paulo*, uma espécie de alterego da UDN, que decidiu publicar receitas de bolo e poesias no lugar de matérias censuradas. Já a *Folha de São Paulo* tornou-se publicamente contrária ao regime apenas quando Geisel anunciou a abertura lenta, gradual e segura. Em contraposição, o grupo O Globo, por ser um dos principais beneficiários do regime, manteve-se neutro até a redemocratização, quando começou a criticar os militares e a ditadura.

Apesar dos interesses imediatos das elites empresariais na continuidade do crescimento, parte dos líderes empresariais, como Henry Maksoud e Jorge Gerdau, falavam contra o excesso de Estado na economia, identificado como a própria ditadura, o que violava a liberdade dos mercados. Como dizia o senador e banqueiro Magalhães Pinto: “Democracia política e economia dominada pelo Estado são incompatíveis [...] uma economia fechada leva ao fechamento da política”¹⁰⁰¹. Esta divergência culminou na campanha encabeçada pelo jornal *O Estado de São Paulo* contra a “estatização”¹⁰⁰², depois acompanhada pela *Revista Visão* e pelo *Jornal do Brasil*.

Além dos atritos com os norte-americanos, a mídia, a classe média e o empresariado, havia conflitos dentro do próprio do governo Geisel. A desaceleração da economia e a mudança súbita do cenário internacional deflagrada pelo choque do petróleo ameaçavam a continuidade da ditadura, que se tornava mais impopular com o passar dos anos. Frente a esse cenário, seria necessário realizar um ajuste econômico, que seria mal recebido pela população, ou dar continuidade ao crescimento acelerado, amainando os conflitos com

¹⁰⁰⁰ FARIA & FONTENELLE, 2014.

¹⁰⁰¹ PESSANHA *apud* MACIEL, 1999, p. 16.

¹⁰⁰² A esse respeito, ver MACIEL (1999), capítulo 1.

endividamento externo. A opção pelo segundo caminho – o do crescimento acelerado com endividamento externo – agradava ao empresariado, aos bancos e à classe média.

Como já apresentado na primeira parte dessa tese, a opção pela continuidade do crescimento acelerado colocou o país em uma posição delicada quando houve o choque de juros norte-americanos, que exigiria uma posição firme de defesa dos interesses nacionais frente aos bancos internacionais, o que não aconteceu. Na crise da dívida, o que se viu foi o abandono do projeto de país por parte mesmo dos militares que, depois de quase 20 anos no poder, já não contavam com os antigos tenentes que sonhavam com o Brasil Potência. Em meio a uma crise do balanço de pagamentos na qual os bancos internacionais exigiam um duro ajuste recessivo, não houve resistência do empresariado, da classe média emergente, da mídia e da classe política. Enquanto o país mergulhava numa crise secular, deixando o crescimento econômico e a mobilidade social para trás, estes grupos usaram o Estado para garantir altos ganhos de curto prazo com a dívida pública interna.

É importante ressaltar que todos os interesses com representação política legítima durante a ditadura, à exceção do pessoal da “Sorbonne” e uns poucos do MDB, eram liberais e se opunham a qualquer projeto nacionalista ou à afirmação dos interesses do país que o indispusesse com o sistema financeiro internacional e os Estados Unidos.

O empresariado, a mídia e a classe média aceitavam o estatismo dos militares por conta dos ganhos oriundos do crescimento econômico e pelo medo da repressão estatal. Mas, em sua visão estreita, os seus interesses monetários individuais sempre se sobrepunham aos nacionais. Sempre foram poucos os líderes empresariais que tinham uma visão de país e da necessidade de um projeto nacional mais amplo, como os que assinaram o Manifesto dos Oito, em 1978¹⁰⁰³.

Com a debacle do país, os defensores da indústria, do Estado e do Brasil Potência foram responsabilizados por todos os seus males. As forças que apoiaram o golpe passaram a defender a redemocratização para livrar o país do atraso. Passaram a falar mal da ditadura que tanto apoiaram e a defender as liberdades políticas, desde que as massas não se organizassem e participassem efetivamente do jogo político, numa espécie de “liberalismo restrito” udenista¹⁰⁰⁴. Passaram a se afirmar liberais na economia e contra o estatismo, ainda que desde os anos 1980 vivessem às custas da dívida pública e do Estado através do rentismo.

¹⁰⁰³ Os signatários do Manifesto dos Oito foram Antônio Ermírio de Moraes, Claudio Bardella, Jorge Gerdau, Severo Gomes, Paulo Villares, Paulo Vellinho, Laerte Setubal Filho e José Mindlin.

¹⁰⁰⁴ A esse respeito ver BENEVIDES (1981), parte I.

À exceção dos militares e da burocracia do Estado, que resistiria ao desmonte da indústria e do Estado, havia grande proximidade entre todos os outros grupos na defesa de seus interesses, liderados por um núcleo ideológico fortemente influenciado pelos Estados Unidos. Os bancos privados, com a paralisia da economia e do Estado durante os anos 1980, se tornaram o setor dominante e mais bem representado politicamente do país, afirmando-se como defensores incontestes do neoliberalismo e dos interesses financeiros internacionais associados a eles.

Essa era a trágica situação do Brasil ao final do regime militar, quando se organizava a transição para o regime democrático.

Capítulo 8 - A De-Civilização Brasileira

A imagem de “Brasil, país do futuro”, que se consolidou ao longo do século XX, encarnava um novo ideal de civilização assentado numa base material moderna e “nos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância¹⁰⁰⁵”. Hoje, nada parece mais distante. Nossa crise não é apenas econômica, mas também social, política e cultural, em uma palavra: civilizacional.

A situação brasileira faz eco às palavras de Norbert Elias ao concluir, décadas depois de ter escrito O Processo Civilizador, que este processo podia ser revertido e que as sociedades podem caminhar para uma de-civilização¹⁰⁰⁶.

Elias entendia por civilização o processo social de auto-regulação, de “controle das paixões e da conduta, que guarda estreita relação com o entrelaçamento e interdependência crescente entre as pessoas”¹⁰⁰⁷. Esse processo de pacificação da sociedade é impulsionado pelo monopólio legítimo da violência pelo Estado e por uma ordem competitiva, que impõem a sublimação dos impulsos agressivos dos indivíduos. A adoção de condutas admiradas por seus pares na luta por prestígio social vai levando os indivíduos a inculcarem valores e a desenvolverem mecanismos internos de coerção. Essa ordem competitiva precisa se apoiar em valores comuns, capazes de mitigar os efeitos destrutivos da concorrência entre indivíduos privados, acomodando os perdedores e oferecendo alternativas para a solução pacífica dos conflitos, de forma a evitar o acúmulo de ressentimento e ódio.

Mas o processo civilizador está sempre correndo perigo, uma vez que padrões mais civilizados de comportamento e sentimento dependem de condições específicas como a manutenção do padrão habitual de vida e a pacificação social¹⁰⁰⁸. O problema surge quando os valores comuns, que dão coesão a uma sociedade e dignidade a todos os seus membros, são colocados de lado¹⁰⁰⁹.

Como a história do século XX provou, todas as tentativas de retirar as travas ao funcionamento do capitalismo resultaram em barbárie. Keynes, em O Fim do *Laissez-Faire*, já dizia que uma sociedade estruturada sobre a livre concorrência e o amor ao dinheiro estimulava impulsos agressivos¹⁰¹⁰ que se tornavam um obstáculo a formas superiores de desenvolvimento humano e a qualquer projeto de civilização.

¹⁰⁰⁵ CARDOSO & NOVAIS, 2009, p. 7.

¹⁰⁰⁶ ELIAS, 1997, p. 161.

¹⁰⁰⁷ ELIAS, 1993, p. 54.

¹⁰⁰⁸ ELIAS, 1997, p. 161.

¹⁰⁰⁹ ELIAS, 1997, pp. 275-276.

¹⁰¹⁰ WINSLOW, 1986, pp. 553-554; KEYNES, 1963.

O Brasil atual é um exemplo eloquente de de-civilização, que se manifesta num conjunto de patologias sociais.

Uma sociedade segregada, com dois tipos de cidadãos, não pode ser civilizada. Enquanto os ricos vivem numa espécie de “condado” – um espaço seguro, “moderno” e apartado do resto do país –, dezenas de milhões vivem em meio a cidades caóticas e abandonadas, em casas precárias, sem segurança, esgoto, água, áreas de lazer, acesso à cultura e mais grave ainda, convivendo permanentemente com a insegurança alimentar e a fome.

A imposição da concorrência como forma de organização de todas as esferas da vida naturalizou os ditames econômicos e impôs uma ordem totalitária de fundo social-darwinista em que os supostamente eficientes e melhores devem ser premiados e o restante da população – ineficiente e desqualificada – deve sofrer as consequências de sua falta de ajuste ao mundo. No Brasil recente, seus resultados sociais foram catastróficos, uma vez que a ampliação da desigualdade, do desemprego e a piora das condições de vida da maior parte da população transformaram a violência num recurso cotidiano para a sobrevivência¹⁰¹¹.

O Brasil tem o maior número de homicídios no mundo¹⁰¹², o equivalente ao de 154 países somados. As vítimas são fundamentalmente jovens do sexo masculino, negros e de baixa renda, num montante tão expressivo que chega a alterar a base da pirâmide demográfica¹⁰¹³.

Também é o país da violência doméstica e com o maior número de feminicídios do mundo,¹⁰¹⁴ principalmente entre mulheres jovens e negras, assassinadas pelo parceiro ou ex-parceiro.

É o país dos maus tratos às crianças e aos adolescentes, com uma média de 223 denúncias diárias de agressões físicas e psicológicas por pais ou parentes próximos. É também o país que mais mata crianças e adolescentes no mundo¹⁰¹⁵, com uma média de 32 homicídios por dia¹⁰¹⁶.

O trânsito é outro local onde a de-civilização se manifesta com vivacidade. Além das 400 mil pessoas sequeladas por acidentes anualmente¹⁰¹⁷, o Brasil é o terceiro país no ranking mundial de mortes no trânsito¹⁰¹⁸.

¹⁰¹¹ CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 2009, p. 99.

¹⁰¹² OUR WORLD IN DATA, 2021.

¹⁰¹³ ALVES, 2018.

¹⁰¹⁴ WORLD BANK, 2021.

¹⁰¹⁵ OUR WORLD IN DATA, 2021.

¹⁰¹⁶ UNICEF, 2021.

¹⁰¹⁷ LAJOLO, 2017.

¹⁰¹⁸ WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018.

A explosão da violência cotidiana foi acompanhada por uma mudança na motivação dos crimes. Jurandir Freire Costa disse que a cultura do respeito à vida exigia que a impiedade se ocultasse na sombra da virtude. Entre a causa e o crime existiam certos princípios éticos. No Brasil recente, no entanto, prevalecem os crimes sem razão ou por razões insignificantes¹⁰¹⁹. É isso o que horroriza.

Preocupa o fato de que, nesse cenário de “guerra cotidiana”, o Estado tenha perdido o monopólio legítimo da violência em várias situações concretas, frente ao fortalecimento do crime organizado, das milícias, e do crescimento de empresas de segurança privada. Manietado pelas políticas neoliberais de austeridade, o Estado paga mal os policiais, a infraestrutura é precária e a solução de crimes muito pequena – o esclarecimento de homicídios dolosos no Brasil foi de apenas 44,0% dos casos em 2018¹⁰²⁰.

A de-civilização também se manifesta no acirramento dos conflitos judiciais. Apenas em 2019, eram 77,1 milhões de processos acumulados¹⁰²¹. Frente ao acúmulo de processos e ao elevado número de recursos, uma causa demora, em média, quatro anos e três meses para ser resolvida. Como costumam dizer os juristas, justiça tardia não é justiça.

Além da escalada da violência física, a de-civilização também é marcada pelo aprofundamento da violência simbólica e da angústia pela emulação. O país da ostentação e do materialismo vulgar dos ricos é também o país da tentativa quase sempre fracassada de grande parte da população, mergulhada na pobreza, de se inserir numa sociedade pautada pelo dinheiro e pelo consumismo.

A cisão social entre poucos “vencedores” e milhões de “perdedores” tem alimentado o ressentimento e exacerbado o preconceito racial e de classe em suas formas mais cruas. A crise não fez as pessoas mais racistas e classistas do que já eram, mas criou circunstâncias para expressarem seus preconceitos sem vergonha de fazê-lo¹⁰²².

As centenas de milhares de pobres presos, que rejeitam as ocupações miseráveis e entram para a criminalidade¹⁰²³, expõem outro sintoma de nossa decadência civilizacional: a incapacidade de oferecer emprego e inserção social digna, no terceiro país que mais encarcera no mundo¹⁰²⁴.

¹⁰¹⁹ COSTA, 2003.

¹⁰²⁰ INSTITUTO SOU DA PAZ, 2021, p. 12. Deve-se considerar que apenas 17 estados divulgam os dados.

¹⁰²¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020, p. 4.

¹⁰²² COHEN, 2021, posição 1.560 do Kindle.

¹⁰²³ WACQUANT, 2009, prólogo.

¹⁰²⁴ WORLD PRISON BRIEF, 2021.

Frente ao desemprego, à mobilidade descendente, à queda dos rendimentos e à violência, a estrutura familiar foi abalada¹⁰²⁵, especialmente nos estratos sociais mais pobres, exatamente os que concentram o maior número de mulheres chefe de família. Em sua grande maioria são mães solteiras, com histórico de abandono e de violência doméstica, que recebem pouco ou nenhum auxílio governamental e enfrentam grandes dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, além de terem que lidar sozinhas com o trabalho doméstico e a criação dos filhos.

A escola foi se tornando incapaz de frear a regressão dos padrões civilizatórios num país com um dos piores sistemas educacionais do mundo. Deixou de preparar para a vida prática, de transmitir valores da solidariedade e da nação e de cultivar a cidadania. A violência também passou a fazer parte do dia a dia de muitos professores e alunos em áreas periféricas, vítimas de ameaças do tráfico ou mesmo de balas perdidas. Ainda que a degradação do ensino público tenha sido mais significativa, o ensino privado – dominado pelos sistemas de ensino e sua lógica financeira – também piorou.

À medida que o padrão educacional se deteriorou em todos os estratos sociais, o senso crítico e o gosto se degradaram, também impulsionados pela massificação do entretenimento. As manifestações culturais de massa, submetidas ao domínio de meios de comunicação calcados no sucesso comercial, se tornaram cada vez mais rebaixadas. Basta observar o que aconteceu com a música, grande símbolo da nossa cultura no século XX, que se tornou mais pobre em termos rítmicos, melódicos e harmônicos, além de sexualizada. Apoiada no que Foucault chamava de “monarquia do sexo”¹⁰²⁶, a indústria cultural brasileira se utiliza abertamente do sexo na luta pela audiência e pela ampliação de suas receitas publicitárias, estimulando as “paixões vulgares”.

A disseminação da internet e das redes sociais agravou esse quadro. O Brasil só está atrás da Filipinas em tempo de uso da internet pelos usuários, com uma média de mais de 10 horas *online* por dia¹⁰²⁷. A alta frequência de uso das redes sociais, especialmente entre os jovens e as crianças, tem estimulado a solidão e a melancolia, tornando os usuários, paradoxalmente, cada vez mais sociais¹⁰²⁸. As novas mídias, no afã de transformar tudo em dinheiro através da venda de informações pessoais, têm estimulado a radicalização para criar

¹⁰²⁵ CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 2009, pp. 100-101.

¹⁰²⁶ A esse respeito, ver FOUCAULT (1978) e FOUCAULT (1988).

¹⁰²⁷ KEMP, 2021.

¹⁰²⁸ COHEN, 2021, posição 2.130 do Kindle.

polêmicas e aumentar o tempo de uso das redes, ampliando a agressividade e a raiva entre os usuários e transformando seus espaços em arenas de conflitos reducionistas.

O domínio da internet também acentuou o privatismo e levou à perda da intimidade, uma vez que todos os momentos da vida são acompanhados e geram dados a serem monetizados pelas *big techs*¹⁰²⁹.

As novas mídias e seus equipamentos, que se apresentam como modernos, “descolados” e que exaltam o indivíduo, estimulam a concorrência entre os indivíduos privados em todos os espaços da vida. O medo de estar perdendo algo e ficando para trás (“*fear of missing out*”) mantém as pessoas ansiosas, o que se tornou um assunto amplamente debatido em estudos acadêmicos recentes¹⁰³⁰. Segundo Jacques Alain-Miller, o modelo de vida cotidiana do século XXI é o do vício, seja nas drogas ou em qualquer atividade que pode se transformar em uma compulsão: compras, atividades físicas, sexo, trabalho, *smartphone*, redes sociais, jogos¹⁰³¹.

Em conjunto com uma vida social em declínio, os efeitos do acirramento da concorrência, amplificados pelas novas mídias, podem ser vistos na difusão dos distúrbios narcisistas e no aumento de casos de depressão, síndrome do pânico, anorexia, bulimia, ansiedade. Apesar dessas tendências estarem presentes em maior ou menor medida em todo o mundo, no Brasil elas se manifestam de maneira intensa.

A de-civilização também pode ser vista na crise política em que o país está imerso nos últimos anos. Desde a redemocratização, o sistema político brasileiro se reduziu a um presidencialismo de coalizão¹⁰³², marcado pela presença do “Centrão” e pela corrupção generalizada de uma oligarquia política que responde apenas aos mais ricos – para muitos, a política se tornou um negócio. Sem sintonia com os problemas do país, as instâncias políticas se tornaram incapazes de enfrentar o processo acelerado de degradação da sociedade.

A religião da prosperidade, sem transcendência e valores comuns mais elevados, também é outro sinal da degradação social. Seu crescimento nas últimas décadas serviu de base para a entrada de líderes religiosos na política, que se posicionam contra o Estado laico e defendem a agenda neoliberal.

O Brasil também se tornou o país da predação bárbara do meio ambiente, em especial, da Amazônia e do Pantanal; da queima das florestas; dos rios cheios de mercúrio do

¹⁰²⁹ Eric Schmidt, um dos fundadores e ex-CEO do Google, disse: “Se você tem alguma coisa que você não quer que ninguém saiba, talvez você devesse não fazê-la”. (COHEN, 2021, posição 2.205 do Kindle).

¹⁰³⁰ A esse respeito, ver ELHAI et al. (2016), ELHAI et al. (2017) e ELHAI et al (2021).

¹⁰³¹ ALAIN-MILLER, 2016.

¹⁰³² ABRANCHES, 2018.

garimpo; da matança impiedosa dos índios; do uso de substâncias tóxicas proibidas no mundo todo; da poluição dos rios, da terra e do ar.

Em suma, nosso processo de de-civilização pode ser vislumbrado no tipo humano que o capitalismo brasileiro produziu e nos seus efeitos sobre a sociedade e a natureza.

Afinal, como uma sociedade viva e dinâmica, que passava por um grande desenvolvimento cultural e por um movimento de crescente democratização, transformou-se numa das sociedades mais violentas e degradadas do mundo?

ii.

As contradições do desenvolvimento capitalista estão no centro da discussão sobre a de-civilização. Se a sociedade industrial teve resultados econômicos extraordinários e transformou a história da humanidade, seus efeitos sociais deletérios também foram impressionantes.

A expansão dos mercados, a mecanização da produção, a utilização de fontes inanimadas de energia levaram a uma revolução permanente das formas de produção, na busca pela valorização do capital. Os seus resultados econômicos levaram à forte queda no valor dos produtos industriais e agrícolas, à urbanização acelerada, à transformação permanente das ocupações, à fluidez do tempo e do espaço, ao surgimento do indivíduo livre da servidão e dos laços primários de dependência pessoal.

Mas o capitalismo, ao ampliar velozmente a produtividade e revolucionar as formas de produção, provoca problemas sociais terríveis: a obsolescência de atividades e ocupações, o desemprego estrutural, a miséria e a fome, além do acirramento da concorrência e do individualismo, que desestruturam laços sociais e tradições familiares e religiosas.

Se o desenvolvimento do capitalismo pode ser pensado como uma reorganização da sociedade para adequá-la à valorização do dinheiro, uma das suas consequências é o estabelecimento da concorrência em todas as esferas da vida humana. A concorrência se impõe no mercado de coisas e de trabalho e também, progressivamente, nas relações familiares, comunitárias, sociais em geral¹⁰³³.

O indivíduo associal em concorrência é a base sobre a qual a sociedade capitalista se estabelece. Numa cultura dominada pelas coisas, marcada pela despersonalização e pela ausência de afetos, o capitalismo vai tornando o homem um ser abstrato, sem vínculos, que maximiza seus interesses privados na ausência de um mundo comum a defender¹⁰³⁴.

¹⁰³³ A esse respeito, ver BERLAN (2012).

¹⁰³⁴ BERLAN, 2012, capítulo 2.

Mas as tendências destrutivas do capitalismo – de-civilizatórias – sempre provocaram reações sociais, que englobam desde vertentes do romantismo até movimentos sociais de origem religiosa, feminista e operária.

De acordo com Charles Taylor, a cultura moderna é caracterizada pela tensão permanente entre as fontes morais¹⁰³⁵ que a compõe: a judaico-cristã, a razão instrumental e o racionalismo ilustrado, especialmente nas suas vertentes radicais. O avanço do capitalismo, assentado na razão instrumental – que, com sua lógica utilitária, subordina tudo e todos e os reduz a montantes de dinheiro –, é marcado pelo conflito com os valores seculares e religiosos não mercantis “[...] que, corporificados em instituições (a democracia de massas, a escola republicana, as igrejas, a família cristã, etc.), põe freios ao funcionamento desregulado e socialmente destrutivo do capitalismo”¹⁰³⁶.

Desde o século XIX, as sociedades modernas reagiram à destrutividade provocada pelo capitalismo impondo barreiras para defender valores comuns, modos de vida e tradições culturais. Na Inglaterra, esse movimento levou à proibição do trabalho de crianças nas fábricas, à exigência de educação formal, à regulação da jornada de trabalho, ao descanso semanal, à fixação do salário mínimo.

Além da regulamentação do mercado de trabalho, começou a ganhar força a demanda por direitos sociais, que reduzissem os danos provocados por acidentes de trabalho, invalidez e velhice, contra os quais foram criados seguros sociais. Numa segunda onda de luta por direitos sociais foram criadas as aposentadorias por tempo de serviço, as pensões e o seguro desemprego. E, num terceiro momento, os benefícios às famílias¹⁰³⁷.

O movimento de criação dos direitos sociais foi impulsionado pelos movimentos de caráter religioso e pelas lutas sociais do operariado e de partidos de esquerda, cujos marcos foram a introdução da seguridade social, o sufrágio universal e a elevação do gasto público social¹⁰³⁸. A luta por esses direitos também incluía a ampliação da cobertura, o tamanho dos benefícios e a sua universalização.

Segundo Titmuss, os direitos sociais eram fundamentais para evitar que o fracasso individual e a consciência individual do fracasso se tornassem estigmas sociais que levassem à sua perpetuação¹⁰³⁹. Os direitos sociais também são importantes à medida que dão um sentido de comunidade por meio de valores partilhados. Para outros autores, como T. H. Marshall, os

¹⁰³⁵ As fontes morais são bens, imaginários ou reais, que geram enriquecimento moral.

¹⁰³⁶ CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 2009, pp.45.

¹⁰³⁷ KERSTENETZKY, 2012, p. 13.

¹⁰³⁸ KERSTENETZKY, 2012, p. 15.

¹⁰³⁹ TITMUSS, 1959, p. 55.

direitos sociais representam “um direito absoluto a certo padrão de civilização”¹⁰⁴⁰ e um desdobramento inevitável da ideia de cidadania. Era sobre uma perspectiva de vida social e cultural comum que se assentava o Estado de Bem-Estar Social¹⁰⁴¹.

Desde então, as políticas sociais universais se tornaram decisivas para a segurança econômica das famílias, estabilizando as condições de vida das crianças e viabilizando a participação econômica das mulheres, por meio da escola pública e dos cuidados na primeira infância e dos idosos, como ocorreu na Suécia e em outros países europeus¹⁰⁴².

O Estado de Bem-Estar Social pode ser considerado como uma condensação de todas as medidas criadas pela sociedade para barrar as tendências destrutivas do capitalismo. Evidentemente, a ampliação dos direitos sociais só pôde se tornar efetiva com a regulação estatal do capitalismo, especialmente em relação à repressão financeira, fundamental para reduzir a livre movimentação do capital e criar condições mais favoráveis para o investimento produtivo.

iii.

No Brasil, essas tendências destrutivas do capitalismo também encontravam barreiras à sua disseminação, ainda que menos eficazes. Ao mesmo tempo em que se industrializava, o país tentava construir uma nação pautada por valores comuns, que dessem unidade a um país continental e heterogêneo, por meio da criação de valores nacionais, consubstanciados no Estado-nação e na extensão progressiva dos direitos trabalhistas e sociais.

O desenvolvimento de valores modernos não mercantis, estimulados pelos espaços públicos e de organização social, como os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos, também se constituía como barreira ao avanço da mercantilização. Outra barreira era a expansão do ensino público de qualidade, por meio de uma educação crítica pautada em valores republicanos. O freio às tendências destrutivas do capitalismo advinha igualmente dos valores comunitários da religião, da tradição, da família.

Mesmo diante dos avanços realizados depois de 1930, o Brasil nunca chegou a alcançar o patamar do Estado de Bem-Estar Social de países mais desenvolvidos¹⁰⁴³.

¹⁰⁴⁰ MARSHALL, 2009, p. 153.

¹⁰⁴¹ POLANYI,

¹⁰⁴² KERSTENETZKY, 2012, pp. 45-46.

¹⁰⁴³ Sobre as especificidades do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, ver AURELIANO & DRAIBE (1989).

A longa ditadura deflagrada pelo golpe de 1964 abortou qualquer projeto universalista e redistributivista de direitos sociais. Os governos militares ampliaram o espectro dessas políticas, mas sem a universalização efetiva de direitos e com a ampliação desigual da proteção e das oportunidades¹⁰⁴⁴.

Além disso, o regime promoveu o utilitarismo e a concorrência individual, fechou os espaços públicos e generalizou uma educação de baixa qualidade e de pouca capacidade crítica, ao mesmo tempo em que a cultura de consumo se consolidava e os meios de comunicação se concentravam. Depois de mais de 20 anos no poder, a ditadura brasileira produziu uma geração imersa nos valores da concorrência e do consumo, marcada pelo fim do debate sobre os rumos do Brasil.

As pressões de-civilizadoras, que haviam ganhado *momentum* durante a ditadura, encontraram terreno fértil para o seu avanço com o neoliberalismo, que tinha como objetivo retirar todos os entraves à livre movimentação de capital e cortar direitos sociais, vistos como obstáculos à acumulação de capital.

Num cenário de baixo crescimento econômico, a desestruturação do mercado de trabalho, a imposição do teto de gastos públicos e a reforma trabalhista transformaram o Brasil numa sociedade na qual a concorrência entre indivíduos se aproximou da sua essência: generalizada, sem freios e marcada por monopólios econômicos e sociais que favorecem os mais bem posicionados.

¹⁰⁴⁴ KERSTENETZKY, 2012, pp. 199-201.

Capítulo 9 - Cultura de Consumo e Meios de Comunicação de Massa

O acirramento da concorrência individual também se expressa na disseminação de uma cultura de consumo, um modo de vida pautado pelo desejo incessante por mercadorias para se diferenciar socialmente¹⁰⁴⁵.

O consumo como forma de distinção social tem suas raízes na Sociedade de Corte do *Ancien Régime*. Entre os nobres vigia a ideia de que o prestígio estava ligado ao estilo de vida ostentatório e aos laços de sangue. Para pertencer à nobreza não bastava ter títulos e riquezas, mas comportamentos adequados¹⁰⁴⁶. A honra e a virtude estavam acima do dinheiro, que era visto como “sujo”¹⁰⁴⁷. Como disse Norbert Elias, o luxo na sociedade de corte não era visto como algo supérfluo e a etiqueta era parte importante da organização da vida social¹⁰⁴⁸.

Com o avanço do capitalismo, o *ethos* passou a ser outro: guiado não mais pela honra, mas pela racionalidade econômica. O burguês deve submeter as despesas às receitas, com o objetivo de poupar para ganhar mais no futuro. Na sociedade burguesa, os traços da coerção e das exigências sociais aparecem com muito mais força no âmbito profissional do que privado. Nessa sociedade, a riqueza respeitada é aquela conquistada pelo esforço e pelo trabalho, com o objetivo de acumular dinheiro.

Em uma espécie de manifesto contra a sociedade aristocrática feudal, Adam Smith, em seu livro “*Theory of Moral Sentiments*” (1759), tece uma crítica mordaz aos valores do excesso, da ostentação e da aversão ao trabalho. O excesso de lazer desfrutado pelos senhores da terra levaria à preguiça, indolência, ignorância e falta de clareza em relação a seus próprios interesses. O aumento da riqueza deveria ser fruto do trabalho e a atividade econômica – a produção e o consumo de mercadorias – deveria ser ditada pelo mercado e não por autoridade de qualquer espécie.

Em sua visão, essa sociedade comercial estimularia tanto o empregador quanto o empregado a trabalharem duro. Para enriquecer, não seria necessário roubar ou usurpar, mas trabalhar com afinco, produzindo e criando riqueza. A competição seria a grande força que impeliria as pessoas a se submeterem ao trabalho por livre e espontânea vontade. Diferentemente das sociedades pregressas, a sociedade comercial seria uma sociedade independente e livre. De uma perspectiva liberal, o consumo ostentatório era irracional e negligenciável¹⁰⁴⁹.

¹⁰⁴⁵ SMART, 2010, posição 181 do Kindle.

¹⁰⁴⁶ SOMBART, 2009, p. 17.

¹⁰⁴⁷ Estas tensões se explicitavam nas relações entre a *noblesse de robe* e *d'épée*.

¹⁰⁴⁸ ELIAS, 2001, p. 83.

¹⁰⁴⁹ ORTIZ, 2019, p. 70.

Smith pensava em uma sociedade de pequenos e médios proprietários, na qual o comércio entre as nações levaria à paz e à amizade. Acumular riqueza para investir aumentaria os níveis de produção e de riqueza das nações. Mas esse destino estaria comprometido se os capitalistas fossem levados pelo espírito do monopólio e pelo desejo de lucros mais altos. Se guiados por interesses econômicos egoístas em busca de lucros exorbitantes, colocariam em risco o bem-estar social. O problema maior, para Smith, não era o de ganhar mais dinheiro para aumentar sua riqueza através da produção, mas o de esbanjar e desperdiçar¹⁰⁵⁰.

A figura do burguês é de uma pessoa austera, frugal, que trabalha muito e poupa muito, reinvestindo tudo na expansão de seus negócios. Uma antítese, portanto, da nobreza, que gastava sem se preocupar em ganhar e vivia de maneira ociosa, imersa numa vida de prazeres. Esse tipo de ética burguesa, do protestante asceta, diria Max Weber, era ajustada a um período de acelerada industrialização em que os investimentos produtivos eram fundamentais para a expansão do capitalismo¹⁰⁵¹.

Mas à medida em que a II Revolução Industrial se consolidou e os níveis de produtividade cresceram vertiginosamente, a capacidade de produção de bens pelo sistema industrial se tornou uma questão fundamental a ser enfrentada.

O asceticismo intramundano deixou de ser uma mola propulsora e se transformou num grilhão que restringe a evolução do sistema¹⁰⁵², tornando-se um perigo para a produção e o consumo de massas. Com o desenvolvimento da sociedade moderna, começaram a prevalecer noções econômicas vinculadas à soberania do consumidor, que começaram a aparecer na economia vulgar com Frédéric Bastiat e ganharam força na vertente austríaca de Hayek e Mises, que tirava qualquer dimensão ética relacionada às formas de consumo, à poupança e à frugalidade.

Foi no final do século XIX e início do século XX, com a produção e o consumo em massa nos Estados Unidos, que os traços de uma cultura de consumo começaram a se tornar mais fortes e visíveis, constituindo um modo de vida que se propagou pelo mundo afora, ganhando crescente influência.

Como as escalas de produção mudaram de patamar durante a II Revolução Industrial, a crescente oferta de bens exigia novas formas de comercialização, financiamento e divulgação dos produtos. O problema não era mais como produzir em quantidade suficiente

¹⁰⁵⁰ PACK, 2010, p. 75.

¹⁰⁵¹ A esse respeito, ver WEBER (2004). Esse, no entanto, não era o único caminho para o desenvolvimento do capitalismo, o que ficou claro no debate realizado entre Weber e Sombart depois do lançamento de sua obra “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”.

¹⁰⁵² MARCUSE, 2007, p. 06.

para abastecer os mercados, mas como fazer com que os indivíduos desejassem comprar coisas produzidas industrialmente, que cresciam em variedade e número. As empresas começaram a perceber que teriam que desenvolver novos métodos para atrair os consumidores.

Os mercados públicos, as feiras, os armarinhos, os empórios foram progressivamente substituídos por lojas elegantes nas melhores ruas, com a maior presença de lojas de departamentos e suas novas formas de exibição e apresentação de mercadorias. Também surgiram catálogos de vendas por correspondência para estimular a compra de produtos em áreas mais distantes. A disseminação da moda, caracterizada pela constante mudança de estilo e de design, incitava a renovação de roupas e de bens por modelos mais novos e atuais.

Essas transformações revolucionaram os padrões de consumo, por meio da permanente diferenciação e generalização dos bens e serviços, antes restritos apenas aos mais abastados. O desenvolvimento capitalista incorporou grandes contingentes populacionais à produção, mas também às práticas de consumo modernas, provocando grande impacto sobre as estruturas sociais existentes, transformando sociedades rurais, estáticas e homogêneas, em sociedades urbanas, dinâmicas e crescentemente diferenciadas.

Em cidades repletas de desconhecidos, o reconhecimento da posição social dependia cada vez mais dos bens adquiridos. Thorstein Veblen, no final do século XIX, observou o nascimento da grande empresa capitalista e do consumo de massas nos Estados Unidos, salientando que a diferenciação do consumo das classes ricas e sua imitação pelas inferiores fazia parte da lógica do progresso nas modernas sociedades industriais. A concorrência, imposta pela busca pela valorização do capital, foi transposta também para o domínio individual através do consumo.

No pós-guerra, a produção em larga escala e a baixos custos propiciados pelo modo de produção fordista deram força ao consumo de massas nos países desenvolvidos, fazendo com que o consumo ocupasse um lugar proeminente na vida social.

A moda, o estilo e o design passaram do mercado de luxo para o popular, acelerando o ritmo de consumo não apenas de roupas, ornamentos e decoração, mas também de uma ampla gama de estilos de vida e atividades de lazer¹⁰⁵³. A maior democratização do acesso a bens de consumo duráveis, como automóveis, geladeiras, fogões elétricos, mobiliário, tornou-os sinônimos de conforto e de modernidade.

¹⁰⁵³ SMART, 2010, posição 301 do Kindle.

As agências de publicidade, as organizações de *marketing* e os meios de comunicação se tornaram decisivos num mundo dominado por coisas. As imagens publicitárias e as narrativas de *marketing* passaram a promover a ideia de que consumir produz satisfação e felicidade, se tornando parte essencial da vida social moderna.

Olhando para essa sociedade, Jean Baudrillard percebia que a lógica do consumo ia além de seu valor de uso. O imenso arsenal de mercadorias criou um sistema cultural de objetos¹⁰⁵⁴, que passou a definir a posição do indivíduo na sociedade.

A concorrência individual se impôs sobre indivíduos isolados, sem vínculos com os outros, que buscavam se destacar da massa indiferenciada que os cercava nas cidades. Pautada por uma ordem em que só se pode ser relativamente diferente, os objetos de consumo são signos do sucesso individual na competição pela sobrevivência e pelo enriquecimento. Se se soma a isso o fato de que as demarcações de classe vão se tornando cada vez mais vagas e transitórias nessa sociedade em que os bens consumíveis brotam aos borbotões, o consumo desponta como a forma *par excellence* de se apresentar como bem-sucedido¹⁰⁵⁵.

Progressivamente, o consumo perdeu seu caráter de satisfação das necessidades absolutas, que todos têm e que independem da posição social. Como diria Keynes, as necessidades relativas, que sentimos apenas quando sua satisfação nos eleva e nos torna superiores aos nossos semelhantes, se tornaram os principais motivos do consumo. Isso também significa que as necessidades relativas ao desejo de superioridade sobre os outros são insaciáveis¹⁰⁵⁶.

Como os objetos deixam de ser sinais de distinção à medida que se massificam,

“Não existem limites para as ‘necessidades’ do homem enquanto ser social (...) É precisamente aí que residem o valor estratégico e a astúcia da publicidade: atingir cada qual em função dos outros, nas suas veleidades de prestígio social reificado. Nunca se dirige apenas ao homem isolado; visa-o na relação diferencial e quando dá a impressão de retardar as suas motivações ‘profundas’, fá-lo sempre de modo *espectacular*, isto é, convoca sempre os vizinhos, o grupo, a sociedade inteiramente hierarquizada para o processo de leitura e de encarecimento que ela instaura”¹⁰⁵⁷.

¹⁰⁵⁴ BAUDRILLARD, 1997.

¹⁰⁵⁵ “Sendo as mercadorias procuradas pelas suas qualidades de índices de *status*, o impulso de substituir os modelos mais antigos e baratos por outros novos e mais caros deixa de ter relação com a utilidade das mercadorias, tornando-se um meio de subir na escala social” (BARAN & SWEEZY, 1978, p. 342).

¹⁰⁵⁶ KEYNES, 1963, item 2.

¹⁰⁵⁷ BAUDRILLARD, 1995, p. 64.

O consumismo, em contradição com sua aparência, não significa fruição dos objetos e aumento do prazer. Ao contrário da ideologia propalada, o consumismo se configura como necessidade de diferença, dado que ele nunca é feito de maneira isolada, e fonte de frustração, visto que novas necessidades são criadas permanentemente.

O falso caráter de muitas das necessidades propagadas pela cultura do consumo foi apontado também por Herbert Marcuse. A maior parte das necessidades prevalecentes para relaxar, se divertir, se comportar e consumir de acordo com a propaganda, para amar e odiar o que os outros amam e odeiam, são falsas necessidades determinadas por poderes externos sobre os quais os indivíduos não têm controle¹⁰⁵⁸.

A grande empresa e seu aparato de propaganda criam falsas necessidades para ampliarem seu lucros, sem nenhum tipo de consideração sobre seus efeitos deletérios. Frente a uma desigualdade social crescente, a produção se volta para entupir de coisas os que têm renda, sem nenhuma preocupação com a satisfação das necessidades absolutas dos mais pobres.

A lógica da produção do capitalismo tardio se torna irracional em termos da satisfação das necessidades humanas e também em relação à vida humana no planeta. Essa irracionalidade se transformou em razão que desumaniza, promove o desenvolvimento furioso da produtividade, a pilhagem da natureza, o acúmulo de bens, transformando-se em força destrutiva, não só em termos dos recursos naturais, mas também dos valores comunitários e culturais¹⁰⁵⁹.

ii.

No Brasil, a cultura de consumo penetrava na sociedade à medida que a industrialização avançava, especialmente após o Plano de Metas estabelecer a indústria produtora de bens duráveis de consumo. A sociedade brasileira, que assistia a um acelerado processo diferenciação social decorrente da industrialização, via o consumo se tornar uma expressão do sucesso e da mobilidade social ascendente.

Esses novos estilos de vida e formas de organização social ao redor de um sistema de objetos eram ancorados no crescimento dos supermercados – por exemplo, Disco, Pão de Açúcar, Peg-Pag, Supermercados Real; das lojas de departamento – Mesbla, Lojas Pernambucanas, Ducal, Lojas Arapuã, Eletro-radio Braz, Mappin; na abertura do primeiro *shopping center* – o Iguatemi em São Paulo.

¹⁰⁵⁸ MARCUSE, 2007, p. 07.

¹⁰⁵⁹ MARCUSE, 1965, p. 07.

A estruturação do crédito ao consumidor era uma exigência dessa nova estruturação produtiva. Criado pelas reformas do regime militar, o crédito ao consumidor abriu novas possibilidades para o crescimento do sistema financeiro e para o consumo, com o parcelamento das compras de bens duráveis como geladeiras, televisores, carros etc. Em conjunto com o crescimento acelerado da renda e o barateamento permitido pela ampliação das escalas de produção, o crédito ao consumidor estimulou o consumo de massa de bens para uma sociedade dinâmica, disseminando uma cultura de consumo no Brasil com grande velocidade.

Os bens duráveis de consumo passaram a constituir o padrão de vida da nova classe média que crescia aceleradamente. A difusão do ideal do *american way of life*, principalmente via publicidade, sugeria o esforço pessoal como solução para alcançar o padrão de consumo considerado como condizente com o estilo de vida moderno.

Evidentemente, a propaganda, a publicidade e o *marketing* requerem veículos que atraiam os indivíduos, potenciais consumidores. A indústria cultural transforma os bens culturais em mercadorias e atrai um grande público através do entretenimento – shows, espetáculos, músicas, filmes, novelas, jogos –, permitindo a venda de inserções publicitárias, o verdadeiro objetivo da propriedade privada dessa indústria.

A indústria cultural brasileira, até meados dos anos 1960, estava assentada fundamentalmente no rádio, no cinema e na imprensa, mas o seu desenvolvimento esbarrava em algumas questões.

O rádio a válvula era caro e dependente de eletricidade, o que restringia seu acesso às áreas urbanas e aos que tinham dinheiro para comprá-lo. Com o surgimento do rádio a pilha a partir da década de 1950, o rádio se popularizou e rompeu progressivamente as barreiras espaciais, chegando, inclusive, a algumas áreas rurais distantes. O cinema, produzido industrialmente em Hollywood e propagador dos valores do americanismo, atingia apenas os estratos superiores urbanos da sociedade brasileira. A imprensa estava presente em muitas cidades e tinha uma variedade considerável de publicações nas grandes cidades. Era importante para a formação da opinião dos estratos superiores da sociedade, mas o seu alcance era limitado pelo alto índice de analfabetismo.

Com o golpe de 1964, ocorreu uma ruptura importante. A televisão, que havia surgido nos anos 1950 e que se tornaria a indústria cultural dominante nas décadas seguintes, foi vista como peça importante pelo novo regime para conformar um projeto de sociedade diferente. Uma transformação profunda como essa precisa ser avaliada a partir das condições sociais do país de então e de suas particularidades.

Uma vez que a educação era um monopólio social, restrita a uma parcela muito pequena da população, a maioria das pessoas não frequentou a escola e não sabia ler, sendo incapaz de compreender como o mundo funcionava, as origens das dificuldades que enfrentavam e os interesses por trás das discussões políticas e econômicas.

A enorme massa de migrantes, fugindo da miséria rural e em busca de melhores oportunidades nas cidades, formava uma população urbana desenraizada. Sua reação frente a esse novo mundo era de deslumbramento, mas também de inadaptação aos papéis sociais impostos pela vida urbana. A ausência de uma educação emancipadora e o isolamento relativo do recém-chegado num ambiente estranho contribuíram para a formação de pessoas sem senso estético, espírito crítico e capacidade de julgamento.

Foi sobre uma base social precária como essa, em que prevalecia a incultura e a comunicação oral, que se massificou um meio de comunicação de outra natureza, baseado em imagens em movimento que são assistidas diariamente por horas a fio. Essa é uma particularidade importante do Brasil, visto que tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa, a televisão foi introduzida quando não havia mais movimentos de migração em massa e a generalização da educação havia acontecido décadas antes.

O acesso à educação formal no Brasil passou por uma enorme expansão durante o regime militar, ainda que insuficiente – entre 1959 e 1979, o número de matrículas do ensino fundamental passou de 7,1 milhão para 22,0 milhões e no ensino médio passou de 815,0 mil para 2,6 milhões. Mas, como a ditadura optou por não tributar os mais ricos, a escassez de recursos para a provisão da Educação também levou a duas tendências marcantes: (1) a massificação e degradação do ensino público e (2) o incentivo à expansão do ensino privado.

A educação foi se reduzindo à profissionalização, voltada para formar autômatos para trabalhos em fábricas, lojas e outros serviços urbanos. Não era a “escola pública, gratuita e de qualidade” de formação iluminista, crítica, que desenvolvia o raciocínio e dava condições de entender o mundo, mas uma escola que se resumia a ensinar a ler, escrever e decorar.

Essa expansão foi calcada na criação de novas escolas com professorado improvisado e cargas horárias elevadas, o que levou Anísio Teixeira a declarar que “mais educação significa pior educação”¹⁰⁶⁰. O achatamento salarial degradou as condições de vida e o prestígio do professorado¹⁰⁶¹, levando à perda do respeito dos alunos. Professores com excesso de aulas, sem tempo para estudo e leitura em salas inchadas era um conjunto fadado

¹⁰⁶⁰ TEIXEIRA, 1989.

¹⁰⁶¹ O salário de um professor do Rio de Janeiro, por exemplo, caiu de 9,8 salários mínimos em 1950 para 2,8 em 1977, afastando as pessoas de melhor qualificação e proletarizando o professorado (CUNHA, 1991, p. 75).

ao fracasso. A degradação do ensino também se estendeu às escolas privadas, pelas razões já discutidas na primeira parte dessa tese.

Ou seja, no Brasil a televisão se tornava crescentemente dominante ao mesmo tempo em a educação formal piorava de qualidade e deixava de prover capacidade de julgamento aos indivíduos.

Outra particularidade é que a televisão se afirmou como principal indústria cultural num momento de censura e de fechamento de espaços públicos, vistos como subversivos e contrários ao ideal de sociedade que se pretendia criar. O projeto modernizador dos militares e das elites empresariais intentava criar uma sociedade próspera, em que os de baixo continuassem sob sua tutela. A televisão no Brasil deveria manter a população entretida e distante das questões políticas e econômicas, a cargo das elites.

Por isso, o projeto dos militares demandava um modelo de organização da televisão específico, que se aproximava do americano e não do europeu em que os canais públicos tinham um papel decisivo, voltados para a difusão da cultura e da informação. Mesmo nos Estados Unidos, em que os canais públicos desempenham papel pouco relevante, a televisão não foi dominada por apenas um grande grupo privado.

A televisão brasileira resultou também da confluência de interesses entre um dos principais apoiadores do golpe, Roberto Marinho, e dos norte-americanos, tornando a Rede Globo a grande monopolista. Marinho, que já possuía rádios e jornal no Rio de Janeiro, criou sua emissora de televisão em 1965 com 6,0 milhões de dólares do grupo americano Time-Life, que também forneceu a assessoria para seu estabelecimento; capacitação dos profissionais da TV Globo; auxílio no planejamento, construção e operação de estúdios; e orientação para a aquisição de filmes e propagandas produzidas no exterior¹⁰⁶². Depois de uma CPI e de um grande escândalo nacional, Marinho comprou a participação da Time-Life com o financiamento do Banco do Estado da Guanabara. A perseguição à TV Excelsior, contrária ao regime, e a implosão do grupo Diários Associados com a morte de Assis Chateaubriand, dono da TV Tupi, deixou a Globo sem concorrência.

Com a criação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite em 1969, a Embratel criou condições para a transmissão televisiva de caráter nacional. A Globo tirou grande vantagem dessa infraestrutura, podendo transmitir a sua programação para todo o país. À sua sombra, foi criada uma indústria cultural altamente concentrada, formada não apenas

¹⁰⁶² NOAM, 2016, p. 616.

por sua cadeia de retransmissoras e também fonográfica, editorial, publicitária etc., que se tornou o suporte ideal para o novo regime.

O modelo de organização de televisão a ser implementado dependia da generalização do acesso aos aparelhos, o que foi possibilitado pelas novas formas de crédito criado nos anos 1960. O Brasil passou de 601,5 mil aparelhos de TV em 1960 para quase 14,1 milhões em 1980¹⁰⁶³, o equivalente a 52,7% dos domicílios. Apesar de concentrada, inicialmente, na classe média em expansão, a TV se tornou o meio de comunicação mais importante e foi alcançando as camadas mais pobres ao longo dos anos.

Durante os anos 1970 e 1980, a programação televisiva foi estruturada para incorporar diferentes públicos, divididos por classe, idade e gênero, assentada no noticiário, no futebol e na novela.

O controle do futebol se tornou fundamental para fechar a grade no horário nobre nas quartas à noite e nas tardes de domingo. O monopólio sobre a transmissão do esporte mais importante do mundo e paixão nacional garantia enorme audiência à Globo.

Mas o centro da programação era a novela, antes e depois do Jornal Nacional e antes do futebol. O programa se tornou o principal produto da indústria cultural nacional a partir da década de 1970, sendo responsável pelos maiores índices de audiência da TV aberta¹⁰⁶⁴. A Globo passou a ser a principal produtora de novelas – entre 1970 e 1980 produziu 77 novelas contra 52 da Tupi, 18 da Record e 9 da Bandeirantes. Assim como já ocorria no período anterior, a novela continuou superando a audiência de shows de auditório e noticiários.

Progressivamente, as novelas passaram a tratar de questões vinculadas à metrópole, mostrando, por exemplo, a tensão entre a modernidade e os valores tradicionais da cidade pequena e da vida rural. *Selva de Pedra* (1972-73) contava a história do homem que perdeu a sua ingenuidade ao entrar em contato com o anonimato e a esfera frívola da cidade grande, apresentando os desafios morais daqueles que queriam manter os laços comunitários e familiares.

Mas a realidade retratada nas novelas foi se tornando cada vez mais simplista e despolitizada. A ênfase passou a ser no cotidiano, especialmente da classe média, tornando-se um pastiche que buscava criar identificação do telespectador com a personagem através de comportamentos e clichês. A novela também difundia bens de consumo, gerando receitas por

¹⁰⁶³ CENSOS DEMOGRÁFICOS, IBGE.

¹⁰⁶⁴ Sobre a importância da telenovela no Brasil, ver ORTIZ et al. (1991); GOMES (1998); ALMEIDA (2003); HAMBURGUER (2005).

meio do *merchandising*: a importância da roupa de cama mais fina, a marca de carro da patroa, a decoração da casa etc. Deve-se destacar a modernização das temáticas mais femininas (como é o caso de *Dancing Days*), que tratavam, por exemplo, da inserção da mulher no mercado de trabalho e da crescente liberalização dos costumes, principalmente em relação ao sexo. Ainda assim, persistiram as noções mais tradicionais de família, mulher e maternidade, como a de que mulheres casadas e com filhos não deveriam trair o marido.

Além dos novos temas, a Rede Globo industrializou a produção de novelas, que passou a ter padrões de duração e a contar com departamentos especializados nas suas diversas etapas, o que incluía um departamento de pesquisa de mercado, que permitia um controle racionalizado do produto lançado no mercado. Era possível alterar o produto no momento em que ele estava sendo levado ao ar para se adequar aos desejos do público e dos anunciantes.

Essas técnicas de produção fizeram da novela o produto mais rentável da história da televisão mundial. Uma telenovela como *Roque Santeiro* teve gastos de 2,0 milhões de dólares. Os comerciais chegavam a 19,8 mil dólares por 30 segundos na novela das 20h, além da inclusão de *merchandising* em várias ocasiões. Estima-se que, nessa época, a telenovela se pagava no segundo mês de veiculação. Em 1976 a Globo se tornou uma das mais importantes exportadoras de novelas do mundo e em 1984 atingiu a marca de 92 países compradores de seus produtos, sendo que 30 adquiriram novelas. Em 1985, 10,0% de seus ganhos vinham da exportação de suas produções.

A Globo passou a estabelecer contratos de exclusividade com os seus atores, associando estilos e rostos à marca da emissora. Diferentemente do que acontecia no teatro ou no cinema, os diretores das novelas desfrutavam de certo anonimato frente à enorme importância atribuída ao elenco, cujos atores se transformavam em celebridades.

A novela era o centro do *star system* no Brasil. Esse movimento foi muito diferente do que ocorreu nas *soap-operas* americanas, nas quais os atores eram de baixo escalão, muitas vezes iniciantes, enquanto os consagrados estavam no cinema.

Ao redor desse *star system* foi construída uma poderosa indústria de bens culturais, que conferiu legitimidade tanto para a personificação dos artistas, como para a disseminação de comportamentos e padrões de consumo vinculados à emissora. É o caso das revistas da Editora Globo, programas de auditórios (*Domingão*), da re-exibição da novela (*Vale a Pena Ver de Novo*), do cinema (*Globo Filmes*), do teatro e dos veículos online (*globo.com*). O caso da música é bastante emblemático: a trilha sonora, que antes ficava a cargo do sonoplasta, aos poucos foi ganhando autonomia e deixada a cargo de grandes contratos com artistas de renome, principalmente para a música de abertura da novela. Com a

criação da Som Livre pela Globo em 1971, as novelas contavam com o lançamento de dois discos, o nacional e o internacional.

A Globo se tornou o centro da produção de celebridades no Brasil, fossem elas atores, comediantes, apresentadores ou músicos. Fator percebido tanto por Adorno e Horkheimer quanto por Wright Mills e Baudrillard, a celebridade é o ápice do sucesso e o objetivo supremo num mundo moldado pela comunicação de massa, sendo ela sempre uma “heroína” do consumo, marcada por despesas monstruosas e pelo estímulo ao consumo desenfreado – o que proporciona uma boa fonte de lucros para as grandes corporações.

A imagem do sucesso e sua psicologia individualizada constituem um dos aspectos mais vivos da cultura popular e um meio eficaz de desviar a atenção da política. Praticamente todas as imagens da cultura popular se referem a indivíduos que conseguem seus objetivos pessoais por métodos individuais, sem ação coletiva.

Mesmo os artistas ditos progressistas, que tinham um mais papel crítico a respeito da construção de uma cultura brasileira, se submeteram à lógica do entretenimento e da criação de celebridades. A Rede Globo empregou vários artistas envolvidos nos movimentos culturais de outrora, inclusive, os de esquerda, com o próprio Estado financiando algumas produções artísticas e empreendimentos culturais¹⁰⁶⁵. Os cineastas, roteiristas e diretores tinham liberdade relativa, desde que não entrassem em conflito com a emissora ou com o governo. Como chegou a dizer Eduardo Coutinho, se até 1979 a censura se dava por parte do Estado, a partir de então era a própria Globo quem censurava¹⁰⁶⁶. A censura não se dava apenas em termos do conteúdo, mas também em termos da forma, homogeneizando a duração dos planos, a captação da imagem, a intervenção do repórter etc.

Os diretores de teatro e cinema também se adaptaram ao formato comercial das telenovelas, mais engessado e suscetível às pesquisas de mercado. Apesar da grade de programas televisivos ser ampla, sua criação estava subjugada ao formato pasteurizado e às fórmulas prontas. Ainda assim, muitos artistas viam de forma positiva essa liberdade relativa, por terem encontrado na Rede Globo a audiência e o público amplo que sempre almejaram. O mercado cultural passou a ser marcado pelo entretenimento fácil, sobretudo na música popular e na televisão¹⁰⁶⁷.

¹⁰⁶⁵ RIDENTI, 2014, p. 286.

¹⁰⁶⁶ RIDENTI, 2014, p. 287.

¹⁰⁶⁷ NAPOLITANO, 2018, posição 1.087 do Kindle.

A Globo, líder de audiência, passou a ser acompanhada por algumas emissoras satélites, como o SBT do ex-camelô Sílvio Santos nos anos 1970 e, nos anos 1990, a Record do bispo Edir Macedo.

O SBT, desde o início, esteve voltado para as camadas mais pobres. Em 1975, antes de ganhar a concessão do canal 11 de televisão no Rio de Janeiro, Sílvio Santos já possuía metade das ações da TV Record de São Paulo. Com o desmantelamento da TV Tupi e sua extinção pelo governo militar, o Grupo obteve as concessões da TV Tupi em São Paulo, da TV Continental no Rio de Janeiro, da TV Piratini no Rio Grande do Sul, da TV Marajoara no Pará. Com a expansão do número de TVs nas camadas inferiores, seu público pôde crescer, assistindo programas de auditório como o “Quem Quer Dinheiro?”, a “Porta da Esperança” e as vendas do Baú da Felicidade. A programação jornalística era episódica, apenas com programas semi-oficiais como a “Semana do Presidente”.

A Record também se tornou um dos principais grupos de mídia do país depois que o bispo Edir Macedo comprou as emissoras de rádio e de TV da família Machado de Carvalho e de Sílvio Santos em 1989. Manteve seu perfil comercial, exibindo programas que eventualmente contrariam a moral da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e restringindo a programação religiosa a uma parte do dia.

A mídia impressa também se transformou. Concentrou-se em poucos grupos de alcance nacional, que se reestruturaram a partir da lógica da televisão, inclusive no que diz respeito à disseminação de novos comportamentos e estilos de vida.

A Abril se consolidou como um dos maiores grupos editoriais do mundo, dividindo o mercado brasileiro com a editora Globo. As revistas segmentadas ganharam força na classe média em expansão e passaram a moldar os comportamentos familiares, amorosos, sexuais, de consumo, de cuidados dos filhos e do corpo. São revistas como “4 Rodas” (1960), “Playboy” (1975) e “Ele & Ela” (1969), “Cláudia” (1961), “Nova” (1973), “Pais & Filhos” (1968).

Enquanto “O Cruzeiro” e “Manchete” eram revistas de fotos com poucas reportagens, a “Veja” (1968), da Editora Abril, era uma revista informativa e que cresceu em importância e tiragem, formando a opinião de parte importante da classe média, tal como suas concorrentes “Isto É” e “Época”. Ao longo dos anos, revistas de negócios como “Exame” (1971) e “Você S.A.” (1998) ganharam proeminência e também moldaram a opinião sobre negócios e economia.

De uma perspectiva mais abrangente, a estruturação de uma indústria cultural moderníssima implantada pela ditadura possibilitou que os espaços públicos fossem

substituídos pela Rede Globo e pela grande imprensa, controladas por um pequeno grupo de poderosos empresários. O interesse comum era o de instaurar uma contra-revolução conservadora que colocasse fim à construção da cultura nacional mais democrática em curso desde 1930.

O progresso material promovido pela ditadura e os estilos de vida e de consumo disseminados pela indústria cultural serviram para ocultar a construção de uma sociedade crescentemente desigual e despolitizada. Para os militares e as elites empresariais era interessante que o sentido de modernidade fosse associado à elevação dos padrões de consumo e que a cultura fosse submetida ao entretenimento americanizado.

Além da televisão ser uma novidade atraente, a legitimação dessa nova indústria cultural também advinha de demandas anti-sistêmicas de liberação dos costumes. O disciplinamento social, fundamental para a formação do caráter e para a inculcação dos valores modernos, que já era retratado como repressão e cerceamento da liberdade individual no cinema americanizado, ganhou novo e redobrado impulso com a televisão.

Cresceu a tensão entre a liberdade negativa demandada por uma sociedade imersa na cultura de consumo e a disciplina social imposta pela escola, pela família, pela igreja e pelo Estado, que estruturava a sociedade. Na medida em que o individualismo e o consumismo sem peias foram impulsionados por essa indústria cultural americanizada, a solidariedade e a ordem regulada foram perdendo eficácia na sociedade.

A cultura de consumo se apoiou no progresso material, na televisão e no crédito, que permitiam o gozo imediato¹⁰⁶⁸. O prazer sexual e sensorial se encaixou perfeitamente na sedução premeditada da mídia e do consumo, criando pessoas hedonistas, despolitizadas e despreocupadas com o futuro. A indústria cultural americanizada difundiu a ideia de um mundo novo de liberdades e prazeres, feito de espontaneidades alegres e livres da influência de poderes e normas patriarcais, educacionais ou estatais. Numa sociedade como essa, os códigos éticos definharam e a socialização passou a ser moldada por uma potente e onipresente indústria cultural.

Como asseverava Jurandir Freire Costa, a imagem do corpo foi culturalmente transformada pela cultura do consumo:

“Os indivíduos são convencidos de que nenhuma sociedade é ou foi capaz de outorgar tanta ‘liberdade’, autonomia, prazer e bem-estar a seus membros. Cria-se o mito da igualdade diante dos direitos do

¹⁰⁶⁸ “A cultura já não se ocupa de como trabalhar e realizar, mas sim de como gastar e gozar. (...) Nas décadas de 1950 e 1960, o culto do orgasmo sucedeu o culto da riqueza como a paixão básica da vida norte-americana” (BELL, 1989, p. 77).

prazer, simulacro da igualdade diante dos direitos do homem, e reforça-se a ideologia da competição e do sucesso individual. (...) É o lado que exhibe a excelência do regime. [Mas] (...) ninguém está à altura deste ideal, por um motivo simples: ele não é criado para ser alcançado e, portanto, para saciar o prazer dos indivíduos, mas para mantê-los em estado de perpétua insatisfação, que é o combustível do consumo. Junto com novos modelos de roupa, aparelhos de som, televisores, calculadoras eletrônicas, vídeo-cassetes, microcomputadores caseiros, relógios cronometrados, etc., os novos modelos de beleza, saúde e prazer são construídos numa velocidade vertiginosa”¹⁰⁶⁹.

A revolta contra a família patriarcal e a “repressão sexual” foram ocupando o debate sobre os rumos da sociedade e da cultura.

Com o desgaste do regime militar, especialmente depois da segunda metade dos anos 1970, os meios de comunicação de massa foram se afastando, tentando se livrar de sua identificação com a ditadura. De forma cada vez mais independente, a indústria cultural privada, monopolista e americanizada passou a controlar o debate público e a ditar como e o que as pessoas devem ver e saber.

Apagava-se todo o movimento cultural anterior e todo o processo de politização da sociedade. Apesar de artistas de outrora terem resistido ou de novos artistas preocupados em construir uma cultura brasileira terem surgido, eram, em sua maioria, frutos de iniciativas isoladas. A produção cultural foi sendo rebaixada e cada vez mais reduzida ao entretenimento.

Ainda que as editoras, diferentemente dos outros meios, não tivessem sofrido tanto com a censura, a qualidade dos livros piorou ao longo do tempo. Editoras como a Rocco e a Intrínseca entraram no ramo da autoajuda e assemelhados. Pode-se dizer que o teatro, a arte mais censurada e perseguida pelo regime, perdeu vigor, ficando dominado por peças ligadas aos atores e diretores da Rede Globo e comediantes de *stand-up*. O cinema brasileiro, salvo honrosas exceções, ficou cada vez mais ligado à Globo Filmes e aos grandes estúdios norte-americanos. As artes plásticas se tornaram cada vez mais dependentes das galerias de arte.

Progressivamente, a música se tornou mais sexualizada e mais pobre em termos rítmicos, harmônicos e melódicos, marcada nos anos 1980 e 1990 pela ascensão do sertanejo, do axé e do pagode. Seu sucesso passou a depender de sua veiculação como trilha sonora das novelas e da presença dos músicos nos programas de auditórios, nos especiais de fim de ano e em megaeventos como o *Rock in Rio*. Manifestações da cultura popular, como o carnaval e

¹⁰⁶⁹ COSTA, 1984, pp. 178-181.

o futebol, também foram crescentemente submetidos à lógica da indústria cultural e do entretenimento, tornando-se megaeventos privados, segmentados de acordo com a renda.

iii.

Com a ascensão do neoliberalismo nos anos 1990, a reiteração da ideia neoclássica de soberania do consumidor se tornou um dos pilares da nova ordem estabelecida. A escolha do consumidor se tornou uma virtude inquestionável de um mundo individualista, sinônimo de liberdade e corolário do capitalismo moderno. Ganhou força redobrada a ideia de que cabe ao mercado garantir a provisão de mercadorias, sem a interferência ineficaz de um Estado opressor. Para seus defensores, “um sistema social baseado na escolha é melhor do que um sem”¹⁰⁷⁰.

A discussão sobre o consumo nos manuais neoliberais se reduziu à típica divisão entre bens essenciais e supérfluos e de conceitos como o da elasticidade da demanda. Essa neutralização moral do debate sobre o consumo é reflexo do que aconteceu com o debate econômico como um todo, tomado pelo economicismo e pelo alto nível de abstração, com pressupostos descolados da realidade.

O ataque engendrado contra o Estado, a partir dos anos 1980, sob o argumento de sua suposta ineficiência, fez com que o discurso da corrupção, antes atrelado aos vícios privados, fosse transferido para a ordem pública. Caberia ao Estado garantir apenas as necessidades mais básicas da população – que são idênticas e não precisam de diferenciação, enquanto o mercado deveria atender aos desejos individuais. Nesse mundo, a liberdade de escolha tornou-se o modo de dominação, legitimação e significação da sociedade de massas.

Em detrimento do sentimento de coletividade, a liberdade de escolha corresponde a uma falsa individualidade, fixada em objetos de consumo. Nessa lógica, os desejos devem ser realizados de maneira livre, sem intervenções¹⁰⁷¹. A honra foi sacrificada em nome da fortuna e da extravagância da conduta, e os devaneios consumistas extrapolaram a lógica da necessidade. Trata-se de um mundo sem nenhuma repressão das pulsões e ausência completa de valores comunitários. Aqueles que advogam contra os desejos de consumo insaciáveis são a favor do atraso e contra a liberdade de escolha.

Diferente da sociedade aristocrática, em que o luxo era visto como virtude, ou da sociedade burguesa, em que o luxo era visto como vício, na sociedade rentista contemporânea

¹⁰⁷⁰ SMART, 2010, posição 889 do Kindle.

¹⁰⁷¹ BERRY, 1994, p. 106.

o luxo se tornou não apenas o centro da sociedade de consumo, mas também incorporou o discurso da meritocracia.

Essa perspectiva de exaltação do consumo e da liberdade de escolha é problemática desde o seu ponto de partida. A noção apriorística de soberania do consumidor é equivocada porque sugere que os consumidores, por meio do exercício da escolha, possuem poder e influência para coagir oligopólios internacionais e pressupõe que os indivíduos sejam livres para escolher e tomam decisões racionalmente.

Essa visão ignora a existência de grandes e poderosas corporações com capacidade de investir somas substanciais de capital não apenas no design, planejamento e fabricação de bens ou na oferta de serviços, mas também em técnicas cada vez mais sofisticadas de *marketing*, *branding*, publicidade, voltadas para estimular desejos. Visto dessa perspectiva, o consumidor não é sujeito, mas o próprio objeto de consumo.

Como diria Christian Laval, esta concepção de liberdade via consumo corresponde a uma nova forma de controle social, não mais fundada na disciplina como ocorria desde o século XVIII até meados do século XX, mas no controle biopolítico, isto é, através da manipulação de interesses de indivíduos, que aspiram à liberdade em todos os domínios – sexual, cultural, econômico – e respondem a estímulos monetários¹⁰⁷². A imposição de regras e deveres e o disciplinamento dos comportamentos foram progressivamente substituídos por intervenções indiretas que criam artificialmente mercados, governando as pessoas através do incitamento a condutas corretas e punições econômicas aos inadequados.

Esse mundo da liberdade de escolha, governado pela busca do prazer imediato, está na raiz da fratura e do caos social que assola o mundo nas últimas décadas, sendo o Brasil um dos exemplos mais extremos.

O Brasil adentrou o século XXI sendo um dos países com os meios de comunicação mais concentrados do mundo.

Ainda que a Constituição de 1988 proíba o monopólio e o oligopólio dos meios de comunicação, a não regulamentação desse assunto permitiu que a já elevada concentração no setor crescesse ainda mais. O mesmo aconteceu com a produção de conteúdo. A Constituição também prevê que a produção regional e independente de conteúdos fosse estimulada. No entanto, a esmagadora maioria dessa produção restringe-se ao eixo Rio-São Paulo, feita pelas próprias emissoras de radiodifusão e não por produtoras independentes¹⁰⁷³.

¹⁰⁷² LAVAL, 2007, posição 5.720 do Kindle.

¹⁰⁷³ EKMAN & BARBOSA, 2014.

De acordo com um amplo estudo internacional com 30 países realizado por Noam (2016)¹⁰⁷⁴, o Brasil ficou em 24º lugar em relação ao número de empresas que dominam os diversos veículos de mídia, atrás de países como Rússia, Índia, Argentina, Egito e Israel¹⁰⁷⁵. Essa falta de pluralidade é ainda mais grave frente à ausência de meios de comunicação públicos de relevo: o Brasil é o 29º da lista, com participação do Estado inferior a 1,0%¹⁰⁷⁶.

É importante salientar que o alto nível de concentração da mídia não se dá apenas em audiência, mas também em relação a sua propriedade horizontal e cruzada. Significa dizer que o acesso às notícias e à parte importante dos bens culturais e do entretenimento é controlado por poucas grandes empresas, proprietárias dos principais veículos de mídia.

Nas mídias tradicionais, são grupos de emissoras da TV aberta e suas afiliadas, agências de notícias, canais de TV fechada, rádios, jornais e revistas. Além dos veículos de mídia, possuem outros negócios no setor, como retransmissoras, produção cinematográfica, edição de livros, agências de publicidade. A propriedade cruzada, com presença em múltiplos canais, garante audiência, escala, controle sobre a informação e poder sobre a sociedade.

O Grupo Globo, ainda líder de audiência no Brasil (com 33,3% em 2020)¹⁰⁷⁷, possui cinco emissoras de televisão aberta nas principais metrópoles brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Brasília e Belo Horizonte), além de outras 118 emissoras afiliadas. Na TV paga, o grupo controla, por meio da Globosat, 33 canais e 8 serviços de conteúdo *on demand*. Além do jornal *O Globo* (com 9,0% de mercado em 2016), é dono de outros jornais como *Extra*, *Expresso* e *Valor Econômico*. Também controla a Editora Globo, que publica 14 revistas e possui 16 portais *online*. Na rádio, mantém as redes da Rádio Globo (3,1% de mercado em 2016), CBN (2,2% de mercado em 2016), Sound! e BH FM, além de outras 50 afiliadas. Na indústria fonográfica, o Grupo atua por meio da Som Livre, que produz atualmente mais de 100 artistas¹⁰⁷⁸.

A TV Record é a segunda com maior audiência no Brasil (12,6% em 2020¹⁰⁷⁹). O Grupo também é proprietário do canal de TV fechada Record News, do jornal *Correio do Povo*, do Portal R7 e de rádios como a Record AM SP, Rádio Contemporânea RJ e Rádio Guaíba RS. Além da TV Record, Macedo tem outros veículos de comunicação diretamente

¹⁰⁷⁴ Apesar dos dados estarem desatualizados, são escassos os estudos que fizeram uma comparação internacional ampla sobre o assunto. Ainda que os dados sejam de 2009, eles retratam as especificidades do caso brasileiro.

¹⁰⁷⁵ NOAM, 2016, p. 1.022.

¹⁰⁷⁶ Ibidem, p. 1.039.

¹⁰⁷⁷ KANTAR IBOPE, 2020. Os dados são referentes à audiência das 7h à meia-noite nas 15 principais regiões metropolitanas do país, entre os meses de janeiro e dezembro de 2020.

¹⁰⁷⁸ INTERVOZES & REPORTERES SEM FRONTEIRAS, 2021.

¹⁰⁷⁹ KANTAR IBOPE, 2020.

ligados à IURD, além de horários em outras emissoras. A Universal também possui um jornal impresso de tiragem milionária, além de seu portal na internet¹⁰⁸⁰.

A Folha da Manhã deixou de ser apenas a editora de um jornal para se tornar um conglomerado em meados dos anos 1990, com o estabelecimento da parceria com a gráfica americana Quad Graphics e com a criação da empresa Universo OnLine (UOL), portal alimentado com conteúdo dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde* e *Notícias Populares*, textos traduzidos do *The New York Times* e do *Boston Globe* e material da revista *IstoÉ*¹⁰⁸¹. Essa reestruturação dobrou o faturamento do grupo entre 1995 e 2000 e transformou a *Folha de São Paulo* no maior jornal em circulação média até a década seguinte. Já o Grupo OESP, donos do jornal mais tradicional de São Paulo, possui a Agência Estado, o portal estadao.com.br e a emissora de rádio Território Eldorado, entre outras empresas de mídia.

Além dos grupos citados, a mídia tradicional brasileira é controlada pelos Grupos Silvio Santos, Bandeirantes, RBS, Abril, SADA, Jovem Pan, Grupo Jaime Câmara, Diários Associados, Comunicação Três, Grupo Amilcare Dallevo & Marcelo de Carvalho. Entre os seus principais controladores, há alguns bilionários listados pela Forbes, como Roberto Irineu Marinho, José Roberto Marinho e João Roberto Marinho (Globo), Carlos Sanchez e Lirio Parisotto (Grupo NC, que tem parceria com o Grupo RBS). Outros que já apareceram na lista são Edir Macedo (Record e IURD) e Silvio Santos (SBT).

Além desses grandes grupos empresariais, muitas retransmissoras de televisão e rádio pertencem a grupos políticos que dominam os estados da federação, como a família Magalhães na Bahia, a família Sarney no Maranhão e a família Collor de Mello em Alagoas. Estima-se que políticos (deputados, senadores, governadores e alguns prefeitos) possuíam 30,0% das concessões de rádio em 2016, ainda que a Constituição proíba essa prática¹⁰⁸².

A transmissão de valores e a venda de mercadorias e serviços também se entrelaçaram crescentemente com o entretenimento, com a promoção de profissionais típicos da indústria cultural americanizada: celebridades, artistas globais, modelos, jogadores de futebol, apresentadores de programas televisivos, *youtubers*, cantores, participantes de *reality shows* etc. São funcionários ricos, subordinados ao núcleo formado pelos proprietários e acionistas dessas grandes empresas, que servem como veículos da propaganda dos estilos de vida e dos valores determinados por esses grupos.

¹⁰⁸⁰ INTERVOZES & REPORTERES SEM FRONTEIRAS, 2021.

¹⁰⁸¹ INTERVOZES & REPORTERES SEM FRONTEIRAS, 2021.

¹⁰⁸² NOAM, 2016, p. 613.

A remuneração dos artistas e apresentadores ligados aos grandes grupos de mídia televisivos, especialmente os da Rede Globo, difere enormemente do restante dos profissionais de artes cênicas do Brasil, cuja média salarial era de 4,0 mil reais em 2017¹⁰⁸³. Os atores globais ganhavam entre 120,0 mil a 300,0 mil reais por mês, além das receitas publicitárias. As redes sociais alavancam a remuneração dessas estrelas televisivas, transformando-as em verdadeiras marcas. Recentemente, alguns atores globais resolveram seguir carreira independente, por ganharem mais vendendo sua imagem e fazendo publicidade nas redes sociais.

Os apresentadores da Globo também estão entre os mais bem pagos do meio. Tiago Leifert, ex-apresentador do *Big Brother Brasil*, *The Voice Brasil* e da Copa do Mundo, ganhava 400 mil reais mensais em 2019. A remuneração de Fátima Bernardes, somada com os ganhos publicitários em seu programa, chegava a 2,0 milhões de reais; a de Ana Maria Braga seria de 1,7 milhão de reais; Luciano Huck faturaria 1,3 milhão de reais; Galvão Bueno, 1,0 milhão de reais; e William Bonner, 650,0 mil reais mensais¹⁰⁸⁴.

A articulação com a grande mídia também transformou um dos principais ramos do entretenimento, o futebol. O contubérnio entre a mídia, o sistema financeiro e os principais campeonatos de futebol levou ao aumento dos valores pagos e a sua grande concentração em poucos clubes e jogadores. Os jogadores de futebol se tornaram alguns dos mais bem pagos dentro da indústria de entretenimento. Neymar Júnior, o quinto atleta mais bem pago no mundo, recebeu, em seu primeiro contrato com o Paris Saint-Germain (PSG), 350,0 milhões de euros ao longo de cinco anos. Mas mesmo os jogadores de categoria mediana de grandes grupos se tornam miliardários. Um exemplo é Lucas Lima, contratado em 2017 pelo Palmeiras, que por um contrato de cinco anos, receberá 50,0 milhões de reais em salários, luvas e direitos de imagem.

Como essas celebridades se tornaram marcas, contam com uma equipe grande de pessoas para fazer seu gerenciamento de imagem e cuidar de seus contratos. Neymar Júnior, por exemplo, conta com duas empresas para isto, a NR Sports e a N&N Consultoria. Compõem seus quadros 65 funcionários¹⁰⁸⁵, advogados, economistas e profissionais de *marketing*. Em um período de 12 meses entre 2014 e 2015, o valor movimentado pelas empresas foi de 62,4 milhões de reais.

¹⁰⁸³ FIRJAN SENAI, 2019, p. 23.

¹⁰⁸⁴ GLOBO..., 2019.

¹⁰⁸⁵ LOPES, 2018.

iii.

A III Revolução Industrial e Tecnológica possibilitou o surgimento de formas produção mais flexíveis, que possibilitaram maior variedade de produtos a custos menores, ampliando as possibilidades de diferenciação social via consumo. Houve uma tendência crescente dos mercados se tornarem cada vez mais segmentados, em detrimento das necessidades comuns balizadas pelos produtos padronizados.

Movimento semelhante ocorreu na indústria cultural. A disseminação da TV a cabo no Brasil mudou a lógica de segmentação, da grade de programação para a grade de canais. Essa lógica de segmentação exigiu uma enorme ampliação da produção de conteúdo, que foi sendo crescentemente preenchida por empresas norte-americanas, ameaçando o monopólio da Rede Globo.

Além da TV a cabo, as novas mídias, ligadas ao celular e à internet, trouxeram grandes corporações estrangeiras para o mercado em maior expansão do Brasil. Nos últimos 20 anos, os computadores conectados à internet e os aparelhos celulares transformaram a vida dos indivíduos e suas relações.

Os *smartphones* foram os grandes impulsionadores dessas mudanças nos últimos 10 anos, quando o celular deixou de ser um simples aparelho e integrou funções como câmeras digitais, tocadores de música e vídeo, leitores de e-mails, agenda, mapas e localização imediata. A possibilidade de se instalar aplicativos foi um grande salto e permitiu que as pessoas se conectem a redes sociais, passando a utilizar mensagens de texto, imagens, vídeos e atualizações sobre sua vida praticamente em tempo real.

No Brasil, em 2018, havia 107,9 milhões de pessoas (61,0%) e 36,7 milhões de domicílios (54,0%) com acesso à internet, que passam em média 5 horas por dia em *desktops* e 4 horas em dispositivos móveis¹⁰⁸⁶. Entre os que navegam na *web*, 68,0% afirmaram assistirem a vídeos, programas, filmes e séries *online* e 63,0% disseram ouvir música *online*. A onipresença do celular e da internet torna essa indústria cultural mais potente que as anteriores, apesar de a TV ainda ser a mídia mais consumida no Brasil.

A mídia digital, tida como mais democrática, combina novas e velhas formas de concentração que se manifestam de duas maneiras: (1) no controle sobre as grandes plataformas de distribuição de conteúdo por empresas como Facebook, Google e Youtube; (2) nos portais e *sites* de notícias mais acessados pertencentes aos grandes grupos da mídia tradicional.

¹⁰⁸⁶ INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2018, p.43.

Ainda que exista uma infinidade de aplicativos e portais disponíveis aos usuários, esse mercado é dominado por poucas empresas de propriedade de grandes empresas norte-americanas – Facebook, Google, Twitter, LinkedIn – e chinesas – TikTok e Kuaishou. Estas plataformas proveem a infraestrutura para a troca de mensagens, fotos, vídeos, informações, notícias e se tornaram os principais meios utilizados para propaganda e publicidade nos dias de hoje.

O principal negócio dessas plataformas é a venda de informações e dados pessoais de bilhões de pessoas, que são providos gratuitamente pelos próprios usuários ao fazerem pesquisas, postarem fotos, interagirem com os outros, ouvirem músicas. Os algoritmos dessas plataformas, a partir dessas informações, geram recomendações, otimizam buscas e sugerem amigos com a finalidade de gerar mais tráfego, coletar mais dados e atrair mais usuários para os quais mais anúncios podem ser veiculados. O controle sobre as informações se tornou o principal ativo dessas grandes corporações, que estão entre as maiores e mais poderosas do mundo, monetizando conteúdos e usuários.

Além de dirigida a públicos mais específicos, a propaganda veiculada nas redes sociais também é mais eficiente por ser menos explícita e mais integrada à exposição da vida privada dos usuários, que se tornaram garotos propagandas travestidos de influenciadores digitais. Apresentar novos produtos, suas formas de uso e combinações possíveis deixou de ser meramente propaganda para se tornar um tipo de conteúdo consumido voluntariamente pelos usuários das redes.

Os brasileiros gastavam, em 2018, em média 3h43min por dia nas redes sociais. Dos 13 aplicativos mais acessados no Brasil, 6 são controlados pelo Facebook (Facebook, FB Lite, FB Messenger e FB Messenger Lite, WhatsApp e Instagram)¹⁰⁸⁷, que correspondem a 85,0% de *downloads* da Play Store (Tabela 45). O país é o terceiro maior mercado do Facebook, com 122,0 milhões de usuários, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos¹⁰⁸⁸. Um dos fundadores do Facebook, Luiz Eduardo Saverin, está entre os mais ricos do Brasil. Outros aplicativos muito instalados são Snapchat, Spotify, Google, Netflix e Pinterest, que somam 5,0% do número de downloads.

¹⁰⁸⁷ INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2018, p.108.

¹⁰⁸⁸ INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2018, p.44.

Tabela 45 - Principais grupos no mercado de aplicativos no Brasil em 2018

Grupo	Aplicativos	Downloads (mil)	Percentual
Facebook	6	250.760	85%
Snapchat	1	14.500	4%
Spotify	1	10.000	3,4%
Google Play Games	1	6.000	2%
Netflix	1	4.700	1,6%
Pinterest	1	3.692	1,2%
Studio Sol	1	1.800	0,6%
Deezer	1	1.371	0,4%
Globo	1	160	0,1%

Fonte: INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2018, p. 109.

As plataformas digitais também impactaram enormemente o mercado musical. Além de redes sociais, como Facebook e Instagram, outras plataformas como Youtube, Spotify e Deezer impulsionaram a carreira de muitos artistas, transformando-os em multimilionários. No Facebook, das 50 páginas com maior número de seguidores em 2017, 40,0% estavam ligadas a perfis de artistas, entre eles Jorge e Mateus Brazil (14,6 milhões de seguidores), Aline Barros Brazil (14,4 milhões), Luan Santana Brazil (14,1 milhões), Paula Fernandes Brazil (12,9 milhões) e Anitta Brazil (12,7 milhões)¹⁰⁸⁹. Muitos deles são cantores sertanejos, um dos gêneros que mais cresceu no Brasil nas últimas décadas, acompanhando a expansão do agronegócio e do seu estilo de vida.

Essas mídias abriram espaço para o surgimento de novos atores, cujo sucesso depende de vídeos ou postagens que viralizam em suas redes pessoais, impulsionados por polêmicas, humor, exposição da vida pessoal, situações vexatórias, comentários sobre *games* e entretenimento em geral e por comentários “lacradores”, inesperados e que deixam o interlocutor sem resposta – tudo eventualmente inflado por gastos com propaganda e pelos algoritmos das plataformas, que lucram com o conteúdo produzido gratuitamente pelos usuários.

Muitos influenciadores digitais estão entre os novos ricos do setor. Dos 50 canais brasileiros mais populares do Youtube em 2017, 46 são canais de entretenimento¹⁰⁹⁰. Whindersson Nunes, o segundo maior *youtuber* do Brasil em 2021, tem 42,9 milhões de seguidores e fatura, segundo estimativas, cerca de 487 mil reais mensais apenas com seus vídeos¹⁰⁹¹.

¹⁰⁸⁹ INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2018, p.113.

¹⁰⁹⁰ INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2018, p.114.

¹⁰⁹¹ DE YOUTUBER..., 2021.

Uma percepção importante é que os veículos e conteúdos *online* também são dominados pelos conglomerados de mídia tradicional, cuja atuação se estendeu para a internet. Apesar das novas mídias atacarem a lógica de negócio da grande mídia tradicional, seja pela ascensão do modelo *on demand* ou pela diminuição do consumo da mídia impressa, elas possibilitaram aos grupos empresariais o reaproveitamento do seu material no mundo *online*, por meio da propriedade cruzada.

Todos os principais grupos possuem *sites* ou portais próprios, como o G1 da Globo, o R7 da Record, o Band.com.br da Bandeirantes. Grupos como Folha e Estadão apostaram no conteúdo pago e em assinaturas digitais como forma de driblarem a queda do consumo das edições impressas. Em geral, não são *sites* puramente jornalísticos. Por exemplo, o UOL, pertencente ao Grupo Folha, reúne diversos outros *sites* para impulsionar o seu número de visitas, com notícias sobre celebridades, fofocas, matérias pagas e de conteúdo sexual. O Globo.com veicula conteúdos similares, além de outros produtos do grupo. Se excluídos os *sites* vinculados a plataformas e aplicativos, os mais acessados no Brasil pertencem ao Grupo Globo (globo.com) e ao Grupo Folha (uol.com.br).

Tabela 46 - Sites mais acessados no Brasil (dez. de 2017)

Posição	Site	Origem
1	Google.com.br	Estados Unidos
2	Youtube.com	Estados Unidos
3	Google.com	Estados Unidos
4	Facebook.com	Estados Unidos
5	Live.com	Estados Unidos
6	Globo.com	Brasil
7	Uol.com.br	Brasil

Fonte: INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2018, p.112.

Esses apontamentos são suficientes para mostrar que a pretensa democratização das novas mídias, nas quais se apregoa que qualquer um pode ter “voz”, se estabelecer e enriquecer fazendo sua carreira individual, está longe da realidade. As redes sociais são o ápice do espaço privado – não-público – controlado por pouquíssimos grupos estrangeiros e nacionais, altamente concentrados, que definem o que vai ser visto e consumido.

Mas não é apenas a altíssima concentração de mercado que faz a mídia brasileira pouco democrática. Uma vez em que as novas e velhas mídias se entrelaçaram, o conteúdo se torna cada vez mais homogeneizante e totalizante.

Ao mesmo tempo em que o conteúdo produzido pela mídia tradicional é recortado e reajustado para ser usado nas redes sociais e em *sites*, as novas mídias reformularam o conteúdo dos programas. A televisão apresenta *memes*, vídeos da internet, postagens das redes sociais, seja em programas de fofocas, seja nos noticiários. Ou seja, apesar das novas e velhas mídias disputarem mercado, isso não significa pluralidade de conteúdos e de programação.

O avanço da indústria cultural e sua forte concentração torna tudo homogêneo, criando uma falsa unidade entre o universal e o particular com o objetivo de manter a dominação de classe através de uma “(...) sociedade alienada de si mesma”¹⁰⁹². Não que ela crie um único padrão aceitável de conduta e gosto mas sim alguns padrões básicos capazes de incorporar toda a sociedade: “cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para o seu tipo”¹⁰⁹³.

Junto à piora da educação, o caráter concentrado e homogeneizante da mídia brasileira tem sido responsável pela degradação do gosto, inclusive dos mais ricos. Já não há uma nítida diferenciação no consumo do conteúdo audiovisual entre as classes sociais. A beleza e a qualidade estética ficaram subordinadas ao que chama atenção e gera visualizações, *likes* e suporte para propaganda, não importando se chama atenção pelo grotesco, pela hipersexualização ou pelo entretenimento vazio.

Em suma, se a alta concentração das mídias tradicionais já tinha um efeito deletério sobre a formação da opinião pública e a produção cultural no Brasil, as novas mídias agravaram a situação, graças ao seu alcance e poder de penetração. Foram incorporadas em meio a uma sociedade já deteriorada, em que os laços sociais foram esgarçados pela crise econômica e a massa de indivíduos isolados se tornou ainda mais suscetível ao controle midiático

Num mundo sem laços sociais, em que as pessoas passam horas sob o bombardeio da mídia, suas únicas referências sociais acabam sendo as celebridades fabricadas pelos grandes grupos – meros objetos de propaganda, admirados não pela sua conduta cívica e padrões morais, mas por sua imagem, sucesso e consumo suntuário.

¹⁰⁹² ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 114.

¹⁰⁹³ BAUDRILLARD, 1995, p. 116.

iv.

Ainda que o avanço da cultura de consumo seja uma tendência estrutural do desenvolvimento capitalista observada com maior ou menor intensidade em todos os países, o Brasil chama a atenção pelas suas especificidades.

As novas práticas de consumo, com a regressão do sistema industrial, tornaram o país muito dependente de importações. Para sustentar o consumo dos mais ricos com produtos diferenciados e prover um mercado de massas para os mais pobres, o país passou a importar bugigangas de todos os tipos: eletrônicos, vestuário, alimentos, calçados, produtos de beleza, produtos para a casa. Dentre as nossas patologias está o que Gilberto Freyre já apontava sobre o Brasil antigo: as pessoas se acham modernas pelo que consomem, não pelo que produzem.

É igualmente grave o fato de a disseminação da cultura de consumo ter ocorrido em meio ao aprofundamento da desigualdade social, num país em que a maior parte da população está mergulhada na pobreza.

A exaltação do consumo desenfreado, num país onde 80,0% da população ocupada recebe em média até 2 salários mínimos e grande parcela tem dificuldades para comer dignamente, é imoral. Quando as pessoas só valem o que elas têm, qual é o valor dos pobres? Incapazes de aderirem ao ritmo imposto pela sociedade de consumo, os pobres se veem como consumidores fracassados e a carência material se torna uma das suas mais dolorosas privações¹⁰⁹⁴.

Uma vez que a estima social vinculada ao trabalho foi minada, para evitar a total humilhação social, os mais pobres se sentem compelidos a gastar o pouco dinheiro de que dispõem com objetos de consumo sem sentido. Basta olhar para famílias cujas habitações estão em condições precárias, mas possuem celular e televisão de última geração.

Para se integrar minimamente à sociedade de consumo, a única saída apresentada aos pobres é o endividamento. A expansão financeira, ao mesmo tempo em que valoriza a riqueza dos mais ricos, provê o crédito caro aos de baixo. Não é de se espantar que o crédito tem sido destinado mais ao financiamento do consumo do que do investimento nos últimos anos. Para aqueles que sequer têm cartão de crédito, a situação é ainda pior por ficarem à margem de qualquer possibilidade de mobilidade aparente. A impossibilidade de se endividar se traduz em completa exclusão social, por não serem reconhecidos nem como cidadãos, nem como consumidores.

¹⁰⁹⁴ A esse respeito, ver BAUMAN (1999).

Por outro lado, o consumo conspícuo dos ricos brasileiros, alimentado pela concentração de renda e riqueza em níveis inéditos, define novos padrões e parâmetros de inserção social que os demais tentam inutilmente imitar. As posses de cada um são minimizadas diante da ostentação dos ricos que, em uma das nossas patologias sociais, transformam-se em objetos de adoração universal.

Como o dinheiro é o único valor social, e o consumismo, uma das suas expressões, os ricos brasileiros não têm pudor de ostentar suas casas, viagens, carros e roupas. À medida que a desigualdade de riqueza se acentuou mesmo entre os mais ricos, a concorrência se acirrou: no tamanho do avião particular e do iate; no número de casas de campo e fora do país; no tamanho do *closet*; no dispêndio com festas; na viagem ao hotel mais caro, no lugar mais exótico e com o serviço mais exclusivo. Não basta ter. É preciso exhibir continuamente para o maior número de pessoas o que se têm e o que se usufrui no mundo da glória fugaz das redes sociais.

À medida que os ricos estão tomados pela busca por distinção, não sobra espaço para a cultura e outros valores mais elevados. O Brasil, hoje, é um país dominado pelo seu materialismo vulgar. Não interessa se a escola e a faculdade são boas e formam pessoas com valores, mas se são caras e de “grife”, de preferência americanas; assim como objetos, quadros e obras de arte em geral não são importantes pela sua qualidade artística, mas apenas por seu preço. Não há realização de objetivos mais elevados ou satisfação pessoal, mas uma corrida ensandecida por novas sensações e prazeres que mostrem que a pessoa é especial e preencham o vazio interior, num mundo árido dominado pelo dinheiro.

Capítulo 10 - O Império da Finança e da Mídia

Vejamos agora a dimensão política de nossa de-civilização. A ascensão do rentismo levou a uma enorme concentração do poder nas mãos de poucos magnatas, ao mesmo tempo em que a estagnação secular provocada pelo neoliberalismo desorganizou a sociedade, transformando-a numa massa amorfa, cuja força política se restringe ao voto nas eleições. Essa mudança começou no início dos anos 1990, mas é preciso avaliar seus antecedentes.

O anunciado fim da ditadura militar no início dos anos 1980 colocava na ordem do dia a questão do sistema político pós-ditadura. Como seria organizado? Uma simples mudança de regime, com a introdução de eleições diretas para presidente como ocorreria no Chile em 1988-1989 ou uma mudança mais profunda, com a elaboração de uma nova carta constitucional? Haveria eleição direta para presidente antes ou depois?

Em meio à crise da dívida externa, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), liderado por seu presidente Ulysses Guimarães, lançou em 1983 uma campanha pelas eleições diretas para presidente, que ficou conhecida como “Diretas Já”. A despeito da grande resistência de líderes do PMDB como Tancredo Neves, Ulysses disse: “vamos chamar o povo às ruas. Se ele vier, veio. Se não, tudo bem. Nossa obrigação moral é fazer a campanha”¹⁰⁹⁵.

O movimento ia além da proposta de eleição direta para presidente. Incorporava os compromissos básicos do PMDB, reafirmados no belo discurso que fez Ulysses Guimarães no encaminhamento da votação da emenda Dante de Oliveira, com o Congresso Nacional cercado pelo Exército:

- 1) Assembleia Nacional Constituinte em 1986;
- 2) retomada do desenvolvimento econômico;
- 3) moratória da dívida externa por pelo menos 5 anos;
- 4) reforma financeira que englobasse a reestruturação da dívida pública, a desdolarização, a revisão da correção monetária, o saneamento das empresas públicas;
- 5) reforma fiscal para eliminar a regressividade do sistema tributário;
- 6) o reaparelhamento fiscal resultante deveria ter como objetivo o aumento dos gastos sociais em saúde, educação e saneamento, transportes coletivos de massa e habitação popular;

¹⁰⁹⁵ CARDOSO DE MELLO, 2004, p. 119.

- 7) política salarial justa;
- 8) política agrícola planejada e reforma agrária;
- 9) política industrial que impedisse a desarticulação do parque produtivo e que incentivasse a inovação em áreas estratégicas como informática, microeletrônica e bioengenharia;
- 10) eliminação das desigualdades regionais¹⁰⁹⁶.

As palavras de Ulysses Guimarães se chocavam com os interesses dominantes na sociedade brasileira¹⁰⁹⁷, que se encontravam acomodados ao ajuste recessivo que punia o povo brasileiro. É importante dizer que Ulysses foi o último grande líder político remanescente do período desenvolvimentista. Entrou na política cedo, foi presidente da Câmara dos Deputados durante o governo Juscelino e Ministro da Indústria e Comércio do governo João Goulart.

A campanha pelas “Diretas Já” foi um grande movimento de massas que demandava a volta das eleições diretas para presidente, catalisando também o mal-estar existente em relação aos rumos políticos, econômicos e sociais do país. Não há dúvidas de que o PMDB de Ulysses Guimarães defendia um capitalismo domesticado pelos valores democráticos¹⁰⁹⁸.

O movimento empolgou o país, levando milhões de pessoas às ruas no maior movimento popular da história do Brasil: no seu maior comício – no Anhangabaú, poucos dias antes da votação – havia 1,5 milhão de participantes¹⁰⁹⁹. Segundo pesquisa do IBOPE, 84,0% da população apoiava o movimento¹¹⁰⁰. A Globo, por ser a emissora oficial do regime, transmitiu o evento como uma festa de comemoração do aniversário de São Paulo, enquanto os manifestantes bradavam: “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”¹¹⁰¹.

Mas a grande mobilização em torno das “Diretas Já” não teve força para aprovar a emenda constitucional Dante de Oliveira que estabeleceria eleições diretas em 1985, já que precisava de 320 votos para ser aprovada, mas teve 298. Sua derrota fora arquitetada pelos militares e pelo partido de sustentação do regime – o PDS –, que buscavam bloquear o movimento popular que poderia mudar a correlação de forças políticas na sociedade. Sua oposição era grande mesmo dentro do PMDB, uma vez que Tancredo Neves já havia se

¹⁰⁹⁶ GUIMARÃES, 2012, pp. 328-329.

¹⁰⁹⁷ CARDOSO DE MELLO, 2004, p. 117.

¹⁰⁹⁸ Como pode ser visto no documento “Esperança e Mudança” (PMDB, 1982).

¹⁰⁹⁹ SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 484.

¹¹⁰⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014.

¹¹⁰¹ Por ideia do editor da Brasiliense, Caio Graco, os apoiadores das “Diretas Já” deveriam se vestir de amarelo. O Brasil se tornou uma vibrante onda amarela durante a campanha.

articulado com Golbery, o governo norte-americano e o empresariado para realizar a transição do regime político sem alterar a estrutura de poder¹¹⁰².

O movimento pelo fim da ditadura, encarnado no PMDB, obteve vitória acachapante nas eleições de 1986 no bojo da euforia com o Plano Cruzado. Elegeu 22 dos 23 governadores e 303 dos 559 constituintes (54,2% do total)¹¹⁰³. O PMDB, único partido de oposição permitido durante a maior parte da ditadura, se tornou a maior força política do país, conseguindo incorporar a grande diversidade de vozes vindas da sociedade e de diferentes grupos políticos¹¹⁰⁴.

A Constituinte foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987 sob a presidência de Ulysses Guimarães. Apesar da miríade de posições políticas – de conservadores e liberais a progressistas –, as divergências eram acomodadas pelo presidente, que comandava a pauta e negociava em nome do partido.

O conjunto de forças políticas que elaborou a Constituição de 1988 era muito amplo, uma vez que era formado por todos que lutavam pelo fim da ditadura. Mas a Constituição de 1988 significou uma verdadeira vitória da ala progressista do PMDB, que via nela a possibilidade de criar uma democracia substantiva¹¹⁰⁵ no Brasil.

O processo constituinte avançou sob o comando firme de Ulysses Guimarães, que passou mais de 9.000 horas em sessões e comitês de elaboração, negociando com os constituintes e os mais diversos *lobbys* que se formaram para influenciar os rumos da nova Constituição. O peso do poder econômico se manifestou na tentativa de subornar constituintes – a provável origem do “Centrão”¹¹⁰⁶. Apesar da forte resistência às pautas mais progressistas por parte dos mais conservadores, elas foram habilmente contornadas pelo presidente do Congresso.

A Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, foi escrita no decorrer do mais democrático debate constitucional da história do país. A sociedade participou ativamente do desenho da Constituição por meio de emendas populares, que funcionavam como um instrumento de democracia participativa, como no caso da Emenda Popular nº 91, que tratava

¹¹⁰² Paulo Maluf, candidato derrotado no Colégio Eleitoral em 1985, em diversas entrevistas, declarou que o candidato do regime era Tancredo Neves. A esse respeito, ver CHRISTOFOLETTI (2005). Essa é a mesma visão de Lula, que apontou Tancredo Neves como o maior inimigo das Diretas, pois tinha convicção que só seria eleito presidente através de eleições indiretas (COUTO, 1998, pp. 331-333).

¹¹⁰³ NOGUEIRA, 2021.

¹¹⁰⁴ SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 473.

¹¹⁰⁵ Conceito formulado por Karl Mannheim (MANNHEIM, 1967).

¹¹⁰⁶ SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 489.

da criação do Conselho de Comunicação Social que regularia a organização da mídia e do monopólio estatal das telecomunicações¹¹⁰⁷.

A Constituição de 1988 era bem diferente da Constituição de 1946, tipicamente liberal-democrática. Na Constituição de 1946, a função do cidadão se reduzia à escolha do líder. Schumpeter definiu a democracia liberal como um mercado, o eleitor médio não tem conhecimentos, nem preparação para decidir sobre os rumos de uma sociedade,¹¹⁰⁸ devendo se limitar à eleição periódica de uma parcela da elite, organizada em partidos, que governa todos os demais por um determinado período¹¹⁰⁹.

A Constituição de 1988 pressupunha, mais do que a retomada dos direitos políticos, uma mudança profunda na estrutura política e social, que ia não apenas contra o regime militar, mas contra o *establishment*. A Nova Constituição amparava a democracia brasileira não apenas enquanto método de governo, mas também como um ideal de sociedade a ser buscado.

Alinhada com as mais avançadas da Europa, a Constituição de 1988 pretendia ampliar as condições para o exercício da cidadania, considerada um direito ligado à dignidade da pessoa humana, com o estabelecimento de direitos políticos amplos, como o voto do analfabeto e de instrumentos de participação popular (referendos, plebiscitos, leis de iniciativa popular), e com a universalização dos direitos sociais. Não era só a volta de uma democracia liberal. Era uma Constituição Cidadã, como foi brilhantemente nomeada pelo também professor de Direito Constitucional Ulysses Guimarães¹¹¹⁰.

Na concepção da Constituição de 1988 estava a ideia de que não se pode ter liberdade sem dispor dos meios e dos recursos para exercê-la. Além de garantir as liberdades individuais e os direitos políticos, estava subjacente a noção de que todos os membros da sociedade devem desfrutar das mesmas condições de dignidade, construídas sobre um sentimento de que as leis e as instituições são uma construção comum¹¹¹¹.

A democracia, para ser cidadã, precisa da participação direta e organizada dos cidadãos no processo político. Sem participação popular, o sentimento de identidade e a

¹¹⁰⁷ RODRIGUES, 2013, p. 107.

¹¹⁰⁸ PETRUCCIANI, 2014, posição 2.857 do Kindle.

¹¹⁰⁹ SCHUMPETER, 1984, p. 336.

¹¹¹⁰ Disse Ulysses Guimarães: “Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia, em participativa além de representativa. É o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais” (GUIMARÃES, 2012, p. 452).

¹¹¹¹ TAYLOR, 2016, posição 292 do Kindle.

iniciativa cidadã tendem a se atrofiar¹¹¹² e o regime político a degenerar para o mero exercício do poder, para a tirania¹¹¹³.

A Constituição, nas palavras de Ulysses Guimarães, intentava transformar o homem em cidadão, partindo do suposto de que “só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa”¹¹¹⁴. Um país repleto de miseráveis não pode ter um Estado Democrático de Direito¹¹¹⁵.

Pautada pela ideia de democracia substantiva, a Constituição de 1988 definiu direitos sociais à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados e direitos trabalhistas. Merece destaque o estabelecimento da Seguridade Social, que cria o Sistema Único de Saúde (SUS) – com atendimento de saúde universal a todos os brasileiros –, a assistência social e a aposentadoria rural atrelada ao salário mínimo.

Outra questão decisiva para a construção de uma democracia participativa, que perpassa todos os temas abordados, é a do espaço público. Cafés, salões, sociedades da mesa, jornais livres e diversos, desde o século XVII, tornaram-se importantes para organizar a discussão numa ordem social cada vez mais fragmentada. No espaço público, o interesse individual se transforma em uma força política através da livre discussão de argumentos, que encaminha consensos do que é do interesse de todos. Vitais para o processo democrático, os espaços públicos são formas de tornar a atividade política participativa e não subjugada ao domínio oligárquico dos donos do dinheiro.

A esfera pública pressupõe uma série de direitos básicos, sem os quais não é possível estabelecer o debate racional e crítico sobre os problemas da sociedade e seu futuro, que incluem as liberdades civis e políticas, a ausência de laços de dependência pessoal e uma organização democrática dos meios de comunicação. Também requer a universalização da educação de qualidade, o acesso à cultura, tempo livre e renda que possibilitem espaço, tempo e condições de participar de debates para formar a opinião.

A preocupação com a criação de um espaço público também estava presente nos debates da Constituinte. A Constituição de 1988 assegurava grandes avanços na questão dos meios de comunicação, como o fim da propriedade cruzada, o monopólio estatal dos meios

¹¹¹² CRISTI & TRANJAN, 2016, posição 23 do Kindle.

¹¹¹³ TAYLOR, 2016, posições 178 e 194 do Kindle.

¹¹¹⁴ GUIMARÃES, 2012, p. 448.

¹¹¹⁵ “O inimigo mortal do homem é a miséria. O estado de direito, consectário da igualdade, não pode conviver com o estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria”. (GUIMARÃES, 2012, p. 450).

de comunicação, a garantia da liberdade de expressão, a defesa da pessoa e da família diante do poder da mídia, além de estabelecer princípios norteadores para a produção audiovisual e para a política de concessão dos meios de comunicação, que passariam pelo Conselho de Comunicação Social¹¹¹⁶. Essas mudanças criavam mecanismos para democratização de importantes espaços públicos, dominados, até então, por monopólios privados, como o da Rede Globo na televisão.

Essa avançadíssima Constituição foi criada sobre as bases políticas da eleição de 1986. Mas a regulamentação de alguns pontos cruciais e a efetivação de vários direitos sociais dependiam das eleições subsequentes do Congresso e, especialmente, da de Presidente da República em 1989. Como ficaria claro ao longo do tempo, seus aspectos mais progressistas foram bloqueados ou desidratados. Da perspectiva da construção de uma nação, a eleição de 1989 representou a terceira grande derrota das forças progressistas, depois do Golpe de 1964 e da frustração do movimento das “Diretas Já”.

ii.

O início dos anos 1990 marcou uma mudança importante. A eleição de Collor em 1989 e a do Congresso em 1990 – na qual houve uma renovação de 63,0% das cadeiras – sinalizavam que o cenário era outro.

Os meios de comunicação, o empresariado e o sistema financeiro, que despontava como a força dominante na economia desde o início da crise da dívida, fizeram valer seu poderio econômico e social. Também se apoiavam no governo americano e na finança internacional, que pretendiam impor a agenda neoliberal ao país¹¹¹⁷.

Na primeira eleição direta para presidente em 1989, ainda havia alternativas políticas e projetos distintos de poder que os eleitores pudessem escolher. Mas a vitória de Fernando Collor sobre Luiz Inácio Lula da Silva, apoiada pelas elites dominantes, marcou a ascensão do neoliberalismo e uma degradação ainda maior da política brasileira.

A candidatura de Collor, um aventureiro sem base social ou partido com representação no Congresso, foi construída em grande parte pela Rede Globo. Depois de sua eleição para governador em 1986, Collor contou com o apoio de Roberto Marinho e de Alberico Souza Cruz, diretor da Central Globo de Jornalismo, para se tornar uma figura

¹¹¹⁶ LATTMAN-WELTMAN, 2008, p. 42.

¹¹¹⁷ A pressão norte-americana pode ser vista quando o chefe de missão do FMI, José Fajgenbaum, afirmou, em visita ao Brasil em 1991, que um acordo de longo prazo precisaria ser completado com uma reforma da Constituição. (VILLA, 2006, posição 2.203 do Kindle).

nacional. O programa Globo Repórter, que marcou sua primeira grande aparição nacional contra os marajás (02/04/1987), mostrava os absurdos do serviço público em Alagoas¹¹¹⁸.

Depois de diversas jogadas de *marketing* demagógico à la Jânio Quadros – venda de carros oficiais¹¹¹⁹, fotos com os bolsos vazios para fora da calça¹¹²⁰ – que ganhavam espaço na TV Globo, em revistas como a *Veja* e em jornais, Collor forjava uma imagem de político corajoso, impetuoso, intolerante com a corrupção e com os “marajás”.

Seu perfil se encaixava perfeitamente no que as pesquisas de opinião já apontavam em 1988: a corrupção era o maior problema do Brasil e o “marajatismo”, um elemento importante¹¹²¹. Alguns meses das eleições, Collor já havia subido significativamente nas pesquisas e era o candidato com maior potencial para derrotar os candidatos contrários ao *establishment* – Lula, Brizola e Ulysses.

Com o apoio entusiástico da mídia, Collor era apresentado como um jovem governador moderno, transparente e incorruptível. Apesar do *marketing* – feito por Duda Mendonça – colocá-lo como representante da nova política, Collor havia sido prefeito biônico de Maceió, indicado pelo regime militar, com diversas denúncias de corrupção¹¹²². Sem mencionar as inúmeras denúncias de violência pregressa (brigas e depredação de bares, hotéis etc.)¹¹²³, de uso de drogas e de envolvimento com “magia negra”, denunciadas pelo próprio irmão Pedro durante seu governo¹¹²⁴.

Uma candidatura fabricada como a de Collor mostra a importância crescente da Rede Globo e dos grandes grupos de comunicação na formação da opinião pública, especialmente depois do fim da ditadura. O domínio sobre a formação da opinião pública transformou a grande mídia numa espécie de substituto dos partidos políticos, com uma agenda comum, ocultada pelo discurso fictício da liberdade de informação¹¹²⁵.

A articulação entre a Globo e os principais grupos políticos do país se estreitou também em razão de mudanças de ordem técnica. Durante o governo Sarney, foram distribuídas 958 novas concessões de rádio e televisão, permitidas pela utilização de novas faixas de frequência, conhecida como UHF (*Ultra High Frequency*). O UHF possibilitava a

¹¹¹⁸ CONTI, 1999, p. 41.

¹¹¹⁹ CONTI, 1999, p. 79.

¹¹²⁰ CONTI, 1999, p. 98.

¹¹²¹ CONTI, 1999, p. 97.

¹¹²² CONTI, 1999, p. 87.

¹¹²³ CONTI, 1999, p. 57.

¹¹²⁴ AZEVEDO, 2012.

¹¹²⁵ CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 2009, p. 98.

multiplicação dos canais de TV – repetidoras da Globo e das outras menores – e ampliava o espaço para as rádios FM, apesar de seu raio de transmissão ser inferior.

Essas concessões foram dadas a políticos que já detinham repetidoras como o próprio Fernando Collor, além de outros como José Sarney (Mirante-MA), Antônio Carlos Magalhães (Rede Bahia-BA), Henrique Alves (Intertv-RN), Agripino Maia (TV Tropical-RN), Jader Barbalho (RBA-PA).

O poder e a influência dos grandes grupos de comunicação se mostraram especialmente no segundo turno da eleição de 1989. Collor se defrontou com Lula, que contava com grande arco de apoio político.

O empresariado e o sistema financeiro adeririam a Collor. O presidente da FIESP, Mario Amato, havia declarado que 800 mil empresários deixariam o Brasil caso Lula vencesse. Collor também se apoiou no anticomunismo – do pequeno e médio empresariado e das classes médias – e numa forte indústria de boatos que associava Lula à Cuba, à liquidação da família, à desapropriação de imóveis, ao confisco das cadernetas de poupança e à colocação de trabalhadores sem-terra nas casas da classe média¹¹²⁶. Um exemplo revelador foi o sequestro de Abílio Diniz. Nas vésperas da eleição, as imagens do cativo mostravam os sequestradores, quase todos chilenos e argentinos, com camisas e material de campanha do PT. Pouco tempo depois, ficou claro que tudo havia sido forjado.

Na reta final das eleições, Lula e Collor estavam praticamente empatados nas pesquisas: 46,0% das intenções de voto contra 47,0%, respectivamente¹¹²⁷. As últimas semanas antes da votação foram decisivas: Collor tinha a seu favor, dinheiro, propaganda e mídia. O ex-governador de Alagoas ainda foi favorecido pela escandalosa manipulação do último debate pela Rede Globo – conforme admitido pelo próprio Roberto Marinho¹¹²⁸ –, mostrando Lula inseguro e hesitante e Fernando Collor um candidato firme e preparado.

Collor venceu as eleições com 50,0% dos votos, contra 44,0% de Lula¹¹²⁹, marcando a entrada do país na era da política dominada pelo *marketing* vazio e demagógico. Para posar de opositor à velha política, Collor colocava a venda vários bens públicos – imóveis, carros e aviões –, fazendo alusão à austeridade¹¹³⁰. Tornou a saída do Palácio um “show” em que seus apoiadores ficavam aguardando a passagem do presidente, além de criar factoides aos finais de semana com voo em caça F-5, visitas a bases militares, passeios de *jet-*

¹¹²⁶ SCHWARCZ & STARLING, 2015, p.492.

¹¹²⁷ SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 492.

¹¹²⁸ JÚNIOR, 1992.

¹¹²⁹ SCHWARCZ & STARLING, 2015, p.493.

¹¹³⁰ CONTI, 1999, p. 79.

ski e em motocicletas¹¹³¹. A cada problema enfrentado, inimigos imaginários e teorias da conspiração eram levantadas¹¹³².

Proclamando-se defensor dos pobres e “descamisados”, Collor deu os primeiros passos na direção das políticas neoliberais, ao promover a abertura financeira, realizada por Marcílio Marques Moreira que havia construído sua vida profissional como auxiliar de Walter Moreira Salles; a abertura comercial sem nenhuma contrapartida; a privatização de empresas estatais; e o início do desmonte do Estado desenvolvimentista.

Para tanto, Collor contava com o apoio do Congresso à agenda neoliberal. A Câmara dos Deputados, eleita em 1990, teve renovação recorde: o PMDB manteve a maior bancada, mas com apenas 21,5% das cadeiras. O mesmo ocorreu no Senado, com o PMDB mantendo a maior bancada com 27 membros, com o restante dividido entre 7 partidos¹¹³³.

Outra mudança importante foi o crescimento da fragmentação partidária: em 1986, eram 13 os partidos representados na Câmara; em 1990, o número saltou para 19¹¹³⁴. A fragmentação amplia a força do *establishment*, ao dificultar qualquer mudança de rumo, uma vez que as negociações envolvem mais gente, mais interesses, favorecendo a manutenção do *status quo*.

Tão logo assumiu o novo Congresso, “parlamentares do PFL, PL, PSDB e PMDB iniciaram conversações para formar um bloco suprapartidário chamado de ‘acordão’”¹¹³⁵, uma espécie de substituto do Centrão, que tinha entre suas lideranças o então senador Fernando Henrique Cardoso¹¹³⁶.

Mas as afrontas sistemáticas ao Congresso, o clima de guerra com os setores organizados da sociedade, as denúncias de corrupção que se acumulavam, a baixíssima popularidade e o movimento de rua dos estudantes “cara-pintadas” levaram ao processo de *impeachment* e à saída de Collor de cena.

Depois de seguidas hesitações, o presidente Itamar Franco (1992-1994) nomeou Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, com uma equipe econômica que retomaria com vigor a agenda neoliberal.

¹¹³¹ VILLA, 2016, posição 604 do Kindle.

¹¹³² VILLA, 2016, posição 1.943 do Kindle.

¹¹³³ VILLA, 2016, posição 1.200 do Kindle.

¹¹³⁴ VILLA, 2016, posição 1.237 do Kindle.

¹¹³⁵ VILLA, 2016, posição 572 do Kindle.

¹¹³⁶ ABRANCHES (2018). Fernando Henrique Cardoso só não foi ministro de Collor devido ao veto de Mário Covas. A esse respeito, ver GASPARI (1998). Quanto à vitória de Collor, Fernando Henrique disse: “Interessei-me tanto pelos planos iniciais de Collor que fiquei satisfeito com um convite para ser seu ministro das Relações Exteriores, embora o tivesse recusado. Depois de quatro décadas de intensas mudanças chegou a parecer por algum tempo que o Brasil finalmente estaria tomando um novo rumo”. (CARDOSO, 2013, p. 211).

iii.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, instalou-se no Brasil o neoliberalismo em sua vertente radical: o governo dos ricos, o império das finanças e de seus aliados, nacionais e internacionais.

A vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, fortaleceu a visão de que o capitalismo neoliberal era a única alternativa possível de organização econômica, social e política. Como já vimos, essa doutrina foi imposta aos países endividados da América Latina pelo governo norte-americano, pelos organismos financeiros internacionais e pelos mercados financeiros. Internamente, encontrou terreno fértil entre o sistema financeiro e o empresariado, sendo abraçado pelos grandes grupos de comunicação.

Como examinamos na primeira parte desta tese, a lógica que passou a orientar a política era a do Estado como uma empresa que deve servir aos mercados, e não mais aos cidadãos¹¹³⁷ – reduzidos a consumidores eleitorais. Essa mudança de concepção levou ao desmonte do Estado desenvolvimentista com a desarticulação das instâncias de planejamento e coordenação, a privatização de empresas, a concessão de ativos públicos, a desregulamentação do mercado financeiro, o subfinanciamento e a crescente mercantilização dos serviços públicos. A renegociação das dívidas de Estados e municípios levou ao subfinanciamento e a uma situação de penúria em todos os entes subnacionais. O Estado, visto como uma empresa, não pode gastar mais do que arrecada, exceto com a dívida pública, uma vez que é preciso manter a “credibilidade” junto ao sistema financeiro.

Outro apoio político entusiástico ao neoliberalismo veio do “Centrão”, constituído por parlamentares para os quais a política é apenas um negócio. A força do “Centrão” restringiu a utilização dos mecanismos de ampliação da participação popular e bloqueou a regulamentação de questões decisivas como a do imposto sobre as grandes fortunas – pendente até hoje – e a dos meios de comunicação, que avançou somente na direção da descaracterização da Constituição, com o fim do monopólio estatal das telecomunicações e a permissão à entrada de capital estrangeiro¹¹³⁸.

Houve ampliação importante do gasto social e dos direitos políticos, mas a Constituição foi neutralizada e a redemocratização acabou mantendo a ordem “natural” das coisas, pautada num “capitalismo de vencedores”¹¹³⁹.

¹¹³⁷ BROWN, 2019, posição 291 do Kindle.

¹¹³⁸ RODRIGUES, 2013, pp. 114-115.

¹¹³⁹ CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 2009, capítulo 5.

O problema, que ficaria claro desde os anos 1990, era que não havia forças sociais para sustentar as transformações asseguradas pela Constituição nem para se contrapor à desestruturação do Estado. Não que não houvesse resistência, como greves, manifestações e outros movimentos de massa ou tentativas de obstrução de votações no Parlamento por parte dos grupos progressistas. Mas não foram suficientes para bloquear as forças dominantes.

iv.

As reformas de cunho neoliberal desestruturaram não somente o Estado brasileiro, mas também o sistema industrial, o mercado de trabalho e instituições como sindicatos, movimentos sociais, entidades empresariais, criando uma massa de indivíduos desenraizados, indiferenciados e despolitizados.

A permanente revolução das estruturas produtivas, provocada pelo avanço do capitalismo, já traz problemas para a estrutura social à medida que torna classes e grupos sociais supérfluos ao longo do tempo. Mas, com a III Revolução Industrial, a globalização e as reformas neoliberais, esse processo se acelerou enormemente. A estrutura de classe foi se polarizando entre ricos e trabalhadores em geral. Desenraizados, passaram a habitar um mundo vazio, sem relações estruturadas.

No Brasil contemporâneo, surgiu uma enorme massa de pessoas sem interesses comuns imediatos e sem representação nos partidos, sindicatos, organizações profissionais ou movimentos sociais para expressar seus anseios¹¹⁴⁰. São indivíduos atomizados e solitários, voltados apenas para os seus interesses individuais. Esse fenômeno atinge todas as camadas sociais, dos ricos aos pobres, que se sentem desencaixados numa sociedade em que os laços sociais são frágeis.

Além dessa massa sem vínculos estáveis, há uma ralé composta por desclassificados de todas as camadas sociais, seja pelo rebaixamento econômico, seja pela ausência de estima social¹¹⁴¹.

Parte da ralé advém da classe média que assistiu à piora do seu padrão de vida, frente ao aumento dos custos de serviços como educação, saúde, moradia, serviços domésticos e transporte, ao mesmo tempo em que sua renda encolhia ou estagnava.

Muitos novos ricos que ascenderam durante o período, como aqueles vinculados ao agronegócio, segurança, educação, varejo, também não se veem representados na política

¹¹⁴⁰ PIRES, 2020, p. 43.

¹¹⁴¹ ARENDT, 2013, posição 6.855 do Kindle.

e não têm prestígio social diante de seus pares. Max Weber chamava de *parvenu*¹¹⁴² o que os ricos tradicionais pejorativamente chamam de “emergentes”: gente que prosperou, mas que não tem reconhecimento social. O caso brasileiro mostra o que Arendt já havia constatado: a ralé é composta por gente de todas as classes sociais.

Mas a ralé brasileira é formada, em sua maioria, pelas dezenas de milhões de desclassificados que convivem com a insegurança sobre a renda corrente e o futuro, fazendo trabalhos ocasionais com baixo reconhecimento social. Numa sociedade regida pela concorrência desvairada e marcada pelo consumo ostentatório, sentem-se permanentemente fracassados ao se comparar com seus pares ou celebridades.

Em termos da representação política, a maior parte desses desclassificados se sente usada como massa de manobra em épocas de eleição. E outra parte se torna uma importante força política nas mãos de pastores, bispos e apóstolos de igrejas neopentecostais, que são as únicas instituições que recebem e ouvem os mais pobres.

Como diria Arendt, o colapso do sistema de classes costuma ser seguido pelo colapso do sistema partidário¹¹⁴³, que deixa de ter enraizamento e conteúdo programático, ficando descaracterizado. Num momento em que a concepção de política tecnocrata e favorável às finanças se tornou dominante nos partidos de direita, mas também de esquerda, ninguém tem nada a dizer a essa multidão sem vínculos sociais mais fortes e perspectiva de futuro.

O antigo PMDB, de lideranças progressistas na luta contra a ditadura, já vinha se esfarelado desde o fracasso do Plano Cruzado e da elaboração da Constituição. Depois da eleição de 1990, tornou-se um partido de forte base regional que elege deputados, senadores e alguns governadores.

Dono de uma das maiores máquinas partidárias, o PMDB (agora novamente MDB) se transformou num aglomerado de apoio parlamentar a governos, sejam eles quais forem, mediante cargos, verbas e corrupção. O partido se tornou a base do que Sérgio Abranches chamou de “presidencialismo de coalizão”, o regime no qual o presidente precisa criar uma grande coalização parlamentar para poder governar¹¹⁴⁴.

O Partido dos Trabalhadores (PT) é outro caso emblemático: o forte encolhimento dos sindicatos e das comunidades eclesiais de base mingou a sua base social. Esse processo

¹¹⁴² WEBER, 2002, p. 692.

¹¹⁴³ ARENDT, 2013, posição 6.870 do Kindle.

¹¹⁴⁴ ABRANCHES, 2018, posição 6.520 do Kindle.

foi simultâneo à burocratização do PT promovida pelo presidente de então, José Dirceu. Como todos os outros partidos, foi se reduzindo a uma organização que luta por vitórias eleitorais.

O ocaso do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) também reflete esse movimento de desorganização da sociedade. O encolhimento das altas classes médias e da base empresarial, minadas pelo baixo crescimento econômico, corroeu as bases sociais do partido, que também se descaracterizou e perdeu sua identidade.

A maioria dos partidos políticos brasileiros se tornou uma “elite” indiferenciada, sem programa ou base social definida. São máquinas voltadas para obtenção de poder e cargos em governos. Na eleição de 2018, o país tinha 35 partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e 30 partidos com representação no Congresso Nacional. Essa quantidade elevada de partidos é consequência da derrubada da cláusula de barreira pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2006, que levaria o país a ter apenas 7 partidos.

A fragmentação partidária se tornou funcional para o *establishment*, uma vez que, para os detentores do poder – que compram leis, licitações e favores dos reguladores – é melhor “negociar” com muitos e pequenos do que com poucos e grandes partidos.

Para qualquer Presidente, essa situação se tornou um problema, dado que exige o loteamento de cargos que comandam gordos orçamentos e o oferecimento de vantagens, tais como a liberação das emendas parlamentares, para aprovar projetos e constituir uma base no Parlamento.

Frente aos interesses do *establishment* e à necessidade de formação de maioria parlamentares por parte dos governos, o “Centrão” ganhou importância redobrada. Os políticos profissionais que o compõem se tornaram decisivos para a afirmação dos interesses financeiros – como disse o banqueiro André Esteves¹¹⁴⁵ – e para a composição de qualquer governo.

Portanto, a desorganização do sistema partidário fortaleceu a corrupção como um dos pilares da estrutura de poder¹¹⁴⁶. Se antes muitos políticos tinham valores e compromissos ideológicos claros e ligações com seu eleitorado através de instituições de representação – movimentos sociais, igrejas, sindicatos –, hoje a maioria se apoia em campanhas caras e em trocas de favores, o conhecido “toma lá dá cá”.

¹¹⁴⁵ “Pelo caráter fisiológico, a gente tende a desprezar essa galera que flutua pelo centro – que cada hora tem um nome, centrão, bloco –, agora, não tenho dúvida, durante cem anos de história, esse centro que enos manteve republicanos” (ARCANJO & SOPRANA, 2021).

¹¹⁴⁶ CASTELLS, 2018, posição 229.

v.

A primeira parte desta tese mostrou como o Sistema Financeiro se tornou o núcleo do poder no Brasil, ao controlar de maneira fortemente centralizada a concessão de crédito e os ativos financeiros. Entre os setores que controla, está a grande mídia.

Após o IPO do PagSeguro, que transformou Luís Frias em bilionário, o grupo Folha também montou o banco PagBank, que se tornou mais importante que o grupo de comunicação. Frias já deu declarações que não vê futuro para o jornal, que tem dado prejuízo nos últimos anos. O grupo Estado de São Paulo, depois de vários problemas financeiros, passou a ser propriedade de um *pool* de bancos comandado pelo Itaú-Unibanco. O Grupo Globo, além de obter maiores ganhos nas suas aplicações financeiras do que nas suas atividades-fim como a televisão e os jornais, também controla parte da plataforma de investimentos Órama. A revista *Exame*, e ao que parece a revista *Veja*, foram compradas da Editora Abril pelo Banco BTG Pactual.

Outros exemplos são o Grupo Record, detentor de 49,0% do Banco Renner, e o Grupo Sílvio Santos, que ainda é dono do Baú da Felicidade Crediário e da Liderança Capitalização (Tele Sena), depois de ser obrigado a se desfazer do banco Panamericano.

É importante dizer que o controle desses grandes grupos sobre o debate público cresceu também na produção de conteúdo. Para ganharem escala, suas agências de notícias passaram a produzir conteúdo não só para os seus próprios veículos, mas também para outras empresas de mídia, principalmente para veículos menores do interior do país que se transformaram em meros repetidores de notícias na mídia impressa e no rádio¹¹⁴⁷. Atualmente, o mercado brasileiro de produção de notícias e informações é controlado por três agências de notícias – Agência Estado, a Folhapress e a Agência Globo –, que exercem forte influência sobre a informação circulante.

Os altos níveis de concentração da mídia e sua crescente dominação por interesses financeiros proscreeu o debate sobre os grandes destinos do país. Travestidos de *experts* – mas com interesses inconfessáveis –, comentaristas, jornalistas e entrevistados em programas sobre política e economia defendem apenas posições de uma parte do espectro político¹¹⁴⁸. A ideologia neoliberal dominou os meios de comunicação e tornou hegemônico o discurso de que a única alternativa para uma sociedade em desagregação é o teto dos gastos públicos que, ao conter um Estado gastador e ineficiente, favorece os pobres. A solução para os problemas

¹¹⁴⁷ A este respeito, ver AGUIAR (2015).

¹¹⁴⁸ A respeito da influência dos interesses financeiros e corporativos na pauta da mídia, ver MOROZOV (2017).

econômicos de um país imerso na pobreza também passaria por soluções individuais, como o empreendedorismo, que levaria ao sucesso os melhores e mais esforçados.

Alguns autores veem as novas mídias como um espaço mais democrático e plural, uma vez que possibilitam uma multiplicidade de pontos de vistas¹¹⁴⁹. É fato que as novas mídias criaram outras fontes de informação, como *blogs* de jornalistas independentes, *sites*, canais no *YouTube*, *podcasts* e ampliaram o acesso à mídia internacional.

A despeito do aumento da produção de conteúdo independente e alternativo, o acesso depende de mecanismos de busca – um mercado monopolizado pelo Google – e dos algoritmos das redes sociais que selecionam e organizam os conteúdos de toda internet de acordo com os seus interesses financeiros e políticos¹¹⁵⁰. As *big techs* faturam com a provisão de infraestrutura e com a venda de dados, reafirmando a influência do poder econômico sobre o que as pessoas leem, veem, escutam, compram. Aparece mais, quem paga mais.

Como essas empresas ganham com a ampliação da audiência, tornou-se extremamente lucrativo produzir e divulgar narrativas falsas e apelativas, “caça-cliques”, fortalecendo movimentos políticos outrora à margem, que ganharam importância em decorrência do poderio econômico dos grupos que representam.

O problema das redes sociais não reside apenas na divulgação em massa de notícias falsas, mas na velocidade e na facilidade de sua disseminação. Outro problema relacionado à velocidade das redes é o baixo nível das discussões e a superficialidade no tratamento dos temas, o que torna difícil debates mais aprofundados, uma vez que visões simplistas são mais fáceis de disseminar por meio do Twitter e do Facebook, num ambiente controlado por algoritmos que tendem a polarizar o debate em bolhas.

No Brasil, todos esses problemas são amplificados pela enorme deterioração da educação básica e superior, pública ou privada, que não forma indivíduos com senso crítico e capacidade de compreensão do mundo. No país, grande parcela da população utiliza as redes sociais como fontes de informação. De acordo com um relatório de 2017 elaborado pelo Instituto Reuters, 66,0% dos usuários entrevistados usavam as redes sociais para se informar e 63,0% compartilhavam notícias pelas plataformas.

vi.

A concentração do poder econômico nas últimas décadas significou maior poder político para o *establishment* e novas formas de dominação que dispensam a força.

¹¹⁴⁹ Por exemplo, HABERMAS (2009).

¹¹⁵⁰ INGRAM & BAR-TURA, 2014, p. 80.

Mas o calcanhar de aquiles dos donos do poder é que eles encontram enormes dificuldades em eleger seus representantes. O povo resiste da única maneira possível às políticas contrárias aos seus interesses: através do voto.

Um exemplo disso foi o profundo mal-estar com a situação econômica, social e política do país que se explicitou na eleição de Lula em 2002. Apesar do enorme apoio popular, Lula teve grandes dificuldades para se contrapor aos interesses constituídos. O PT tinha uma bancada relativamente pequena no Congresso (91 dos 513 deputados), os sindicatos e movimentos sociais estavam enfraquecidos e a mídia e o sistema financeiro fizeram um grande terrorismo ao redor de sua eleição.

A “Carta ao Povo Brasileiro”, publicada em 22 de junho de 2002, foi uma tentativa de “acalmar o mercado”, ao firmar um compromisso com muitos de seus ditames. Ou seja, a presidência da República, como se verificou, podia ser ocupada por qualquer um, seja Collor, Bolsonaro ou mesmo Lula, desde que cumpridos os desígnios das finanças e dos grandes grupos de comunicação.

O crescimento econômico puxado pela demanda chinesa por *commodities* e, depois, a crise financeira internacional de 2008 abriram espaço para maior ação política e ampliação dos gastos públicos pelo governo. Mas o fim do ciclo de bens duráveis em meio a uma eleição acirrada e sob grande pressão do sistema financeiro e dos meios de comunicação, o segundo governo Dilma, sucumbiu aos desígnios dos donos do poder e adotou sua política econômica, que levou à corrosão das bases de apoio de Dilma, ao seu *impeachment* e à retomada do neoliberalismo radical com Michel Temer.

A impopularidade das medidas adotadas trazia novamente a questão de quem deveria representar a agenda do *establishment* nas eleições subsequentes. Tratava-se de encontrar um candidato demagogo que simulasse ser representante dos interesses populares, mas que defendesse os das classes dominantes.

Líderes demagógicos aparecem no Brasil com regularidade, como no caso de Jânio Quadros, que prometia “varrer” a corrupção em 1960; Fernando Collor, que prometia caçar marajás e representar os “descamisados” em 1989; e Jair Bolsonaro em 2018, que “era contra tudo que está aí”.

Em comum, nenhum deles tinha programa econômico ao se apresentar como candidato. Basta lembrar da resposta de Bolsonaro ao ser indagado sobre questões econômicas: “pergunte para o Paulo Guedes, o Posto Ipiranga” – o representante das finanças e o fiador do governo. A despeito do discurso contra as injustiças, do ataque aos corruptos e

da defesa dos pobres sem voz, todos ficaram marcados pela defesa incontestada da agenda das classes dominantes no Brasil.

vii.

Em suma, o *establishment* que domina o Brasil está centrado no imenso poderio das finanças, cada vez mais entrelaçado com os grandes grupos de mídia. A sua base de apoio conta também com o agronegócio; o que restou do grande empresariado ligado à indústria, ao comércio e aos serviços; o pequeno e médio empresariado; parte importante das igrejas neopentecostais; a alta classe média.

Nos últimos anos, a atuação política do *establishment* esteve sustentada no financiamento legal e ilegal dos poderes constituídos, mas também no “terrorismo de mercado” que ameaça com a instabilidade do câmbio, do financiamento da dívida pública e das cotações da bolsa de valores. O *establishment* consolidou a proteção dos seus interesses financeiros com a imposição do teto para os gastos públicos no governo Temer e com a independência formal do Banco Central no governo Bolsonaro.

Em relação aos poderes políticos da Presidência da República e do Congresso Nacional, seus aliados estão no “Centrão” e no bloco conservador do Senado, num sistema político altamente fragmentado, que favorece a atuação do *establishment* por meio do oferecimento de propinas e favores, do financiamento de campanhas legais e ilegais, inclusive pelas mídias sociais. A compra do “Centrão” também está relacionada à governabilidade, o que cria uma relação espúria entre o Executivo e o Legislativo, que desemboca no oferecimento de cargos e verbas, na corrupção nas estatais, nos “mensalões”, nas emendas parlamentares e no “orçamento secreto”.

A escolha do presidente, por sua vez, é decisiva para os rumos da estruturação do poder. As campanhas presidenciais dependem cada vez mais de grande volume de recursos para serem trocados por votos e gastos nas mídias sociais e também da exposição favorável na mídia, que, a partir de suas pesquisas de mercado, é capaz de criar candidatos que se encaixem nas demandas dos eleitores-consumidores.

As últimas décadas provaram que qualquer presidente pode ser eleito, independentemente de sua trajetória pregressa e de seu caráter, desde que se submeta aos desígnios dos donos do poder e não tenha base popular, que pode levar a mudanças em relação aos ditames do *establishment*. O populismo, palavra polissêmica que possui sentido pejorativo no Brasil, é pespegada a qualquer líder que possua raízes e relações mais fortes com o povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM PAÍS SEM DESTINO?

Vimos detidamente os traços da regressão econômica, social e civilizacional do Brasil. O leitor atento há de se perguntar: esse país tem destino? Pois há países sem destino.

Seria esse o nosso caso? Difícil responder. A nossa própria história demonstrou que foi possível, em 50 anos, construir um país a um passo do desenvolvimento, saindo de um atraso extraordinário.

Havia uma plêiade de homens dispostos a não se conformar com a miséria, o analfabetismo, a fome que acometiam um país dominado por uma elite afrancesada que pouco tinha a ver com o nosso país. Que lutaram para acabar com a privatização do Estado, que só servia aos ricos. Nem todos tinham a mesma ideologia, mas tinham a firme disposição de transformar o Brasil em uma nação civilizada.

O último relatório da OCDE sobre o crescimento mundial aponta para mais 40 anos de estagnação no Brasil¹¹⁵¹. É o mesmo que dizem alguns donos do poder e do dinheiro: cresceremos no máximo 2,0% ao ano, se não fizermos mais reformas que piorem as condições de vida da população para tornar o país mais “competitivo”.

Deveríamos aceitar a miséria e a desigualdade como um destino inevitável? Vamos dizer aos nossos filhos e netos que migrem de um país sem futuro como centenas de milhares de brasileiros já fazem?

A situação é difícil. Mas, diante dela, devemos nos lembrar do que disse Ulysses Guimarães no dia de promulgação da Constituição Cidadã de 1988: “A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz, nem os evangelhos”¹¹⁵².

¹¹⁵¹ GUILLEMETTE & TURNER, 2021, p. 14.

¹¹⁵² GUIMARÃES, 2012, p. 449.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

47% DOS moradores nas favelas não têm água e quase 15% das famílias não têm sabonete, releva pesquisa. **emRIBEIRÃO**, Ribeirão Preto, 09 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://emribeirao.com/cidades/47-dos-moradores-nas-favelas-nao-tem-agua-e-quase-15-das-familias-nao-tem-sabonete-releva-pesquisa-35673/>>. Acesso em 21 de set. de 2020.

A ROTINA dos trabalhadores que passam quase um terço do dia no transporte em SP. **G1**, 14 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2019/01/14/a-rotina-dos-trabalhadores-que-passam-quase-um-terco-do-dia-no-transporte-em-sp.ghml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

A VIOLÊNCIA contra professores no Brasil. **Terra**, 23 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-violencia-contra-professores-no-brasil,fe646b068f66bae69f23f9c52647ecc51mckrw01.html>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **O *make up* do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

_____. Segurando com a dez: A classe trabalhadora e o desenvolvimento brasileiro. In: 38 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2014, Caxambu. **Anais do Encontro**, 2014.

ABRANCHES, Sérgio H. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ABREU, Allan de. **Cocaína - a rota caipira: narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil**. Rio de Janeiro, Record, 2018.

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). **CPDOC/FGV**, 2021. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>>. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

ADORNO, Luís. Escolas de SP têm 117 crimes registrados ao dia; furto e ameaça puxam lista. **Uol**, São Paulo, 18 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/18/sp-tem-media-de-117-crimes-registrados-por-dia-em-escolas.htm>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

_____. Investigação detecta membros do PCC em EUA, Europa e América do Sul. **Uol**, 06 de out. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/06/investigacao-brasileira-detecta-ao-menos-387-membros-do-pcc-em-16-paises.htm>>. Acesso em 15 de out. de 2020.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha; BORGHI, Raquel Fontes, BERTAGNA, Regiane Helena; PAIVA, Gustavo Bottura; XIMENES, Salomão Barros. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à

efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, Campinas, jan-mar., 2016.

AGUIAR, Pedro. Agências de Notícias Brasileiras e Conglomerados de Mídia: concentração, convergência e dependência. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 4 a 7/9/2015.

ALAIN-MILLER, Jacques. Há grande desordem entre os significantes! - Entrevista. **Lavrapalavra**, 29 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2016/01/29/ha-grande-desordem-entre-os-significantes/>>. Acesso em 17 out. 2021.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Pobreza e exclusão social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (Orgs.). **Pobreza e Mobilidade Social**. São Paulo: Nobel, 1993.

ALEGRE, Silvia Elena. O café dá para tudo. A participação das elites cafeeiras no negócio de atração e transporte de imigrantes. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 2014, Santos. **Anais Eletrônicos do Encontro**, 2014.

ALENCAR, Vagner; BELAZI, Bruna. **Cidade do Paraíso: Há vida na maior favela de São Paulo**. São Paulo: Primavera Editorial, 2013.

ALMEIDA, Claudio Aguiar. O cinema brasileiro no Estado Novo: o diálogo com a Itália, Alemanha e URSS. **Revista de Sociologia e Política**, nº12, jun. 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a07>>. Acesso em 31 mar. 2021.

ALMEIDA, Guilherme Ribeiro. **Reestruturação do Setor Bancário na Década de Noventa**. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual de Campinas apresentada, Instituto de Economia, Campinas, 2003.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **Telenovela, consumo e gênero**. Bauru (SP): EDUSC-ANPOCS, 2003.

ALMEIDA, Henrique. Para muitos brasileiros ricos, Portugal é quase uma nova Miami. **Uol**, 21 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/05/21/para-muitos-brasileiros-ricos-portugal-e-quase-uma-nova-miami.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 15 de ago. de 2020.

ALMEIDA, Luciana Schleder. **Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte matogrossense**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Cresce o número de homicídios no Brasil em meio à crise social. **EcoDebate**, 18 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2018/06/18/cresce-o-numero-de-homicidios-no-brasil-em-meio-a-crise-social-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em 15 de out. de 2021.

ALVES, Maria Helena Moreira; EVENSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

AMORIM, Daniela; DURÃO, Mariana; CHIARA, Márcia de. Ao menos 18 fábricas fecharam por dia nos últimos cinco anos. **Terra**, 17 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/ao-menos-17-fabricas-fecharam-por-dia-nos-ultimos-cinco-anos,63adc60afd29e4fec6f74454a9b7a085og2p23a0.html>>. Acesso em 3 de fev. de 2021.

ANDRADE, Mário. **O Movimento Modernista**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

_____. Distanciamentos e Aproximações. In: ANDRADE, Mário. **Música, Doce Música**. São Paulo: Martins, 1963.

_____. **Aspectos da música brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ANDRADE, Rogerio Pereira de; DEOS, Simone. A trajetória do banco do Brasil no período recente, 2001-2006: banco público ou banco estatal privado? **Revista de Economia Contemporânea**, v.13, n.1, Rio de Janeiro, jan./abr. 2009.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente; SANTOS, Denis Paulo dos. Pobreza nas cidades médias brasileiras. ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

ANSEEUW, Ward; WILY, Liz Alden; COTULA, Lorenzo; TAYLOR, Micahel. **Land Rights and the Rush for Land: Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project**. Rome: ILC, 2012.

ANTUNES, Davi José Nardy. **Capitalismo e Desigualdade**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2011.

_____. Funding, State, and Debt Crisis. In: GRIVOYANNIS, Elias G. **The New Brazilian Economy: Dynamic Transitions into the future**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2017.

ANUÁRIO ANÁLISE SAÚDE. 3ª edição, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/analiseeditorial/docs/analise_saude_2013?e=1807243/6676033>. Acesso em maio de 2019.

ARCANJO, Daniela; SOPRANA, Paula. Dono do BTG fala como influencia políticos e BC, e compara impeachment de Dilma a 64. **Folha de São Paulo**. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/dono-do-btg-fala-como-influencia-politicos-e-bc-e-compara-impeachment-de-dilma-a-golpe-de-64.shtml>>. Acesso em 26 de out. de 2021.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e Regionalismo no Brasil: Entre Inovação e Tradição. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 2, pp. 191 – 212. São Paulo, nov. de 2011.

ARRAES, Ronaldo A.; TELES, Vladimir Kühl. Trajetória Recente da Inadimplência Rural: Nordeste Versus Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v.30, n. Especial, Fortaleza, dez. de 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. **Pesquisa para identificar, medir e analisar os modos utilizados pela população do município de São Paulo nos seus deslocamentos diários**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/modos-utilizados-pela-populacao-de-sp.pdf>>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

AURELIANO, Liana; DRAIBE, Sonia. A Especificidade do “Welfare State” Brasileiro. In: CEPAL. **Economia e Desenvolvimento - A Política Social em Tempo de Crise: Articulação Institucional e Descentralização**, vol 1. Brasília, 1989.

AUTOR, David H. **The Polarization of Job Opportunities in the U.S. Labor Market - Implications for Employment and Earnings**. Washington: The Center for American Progress/The Hamilton Project, abril de 2010.

AUTOR, David H., KATZ, Lawrence F.; KEARNEY, Melissa. The Polarization of the U.S. Labor Market. **NBER Working Paper**, n. 11.986, Cambridge, janeiro de 2006.

AUTOR, David H., LEVY, Frank; MURNANE, Richard J. The Skill-Content of Recent Technological Change: An Empirical Investigation. **Quarterly Journal of Economics**, volume 118, n. 04, Cambridge, setembro de 2003.

AZEVEDO-RAMOS, Claudia; MOUTINHO, Paulo; ARRUDA, Vera Laísa da S.; STABILE, Marcelo C. C.; ALENCAR, Ane; CASTRO, Isabel; RIBEIRO, João Paulo. Lawless land in no man’s land: the undesignated public forests in the brazilian Amazon. **Land Use Policy**, v. 99, dez. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. A entrevista que Pedro concedeu à VEJA há 20 anos e que está na raiz do ódio que Fernando Collor tem da revista. **Veja**, São Paulo, 8 de mai. de 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-entrevista-que-pedro-concedeu-a-veja-ha-20-anos-e-que-esta-na-raiz-do-odio-que-fernando-collor-tem-da-revista/>>. Acesso em: 27 de out. de 2021.

BAER, Mônica. **O Rumo perdido: A crise fiscal e financeira do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Quase 100% das igrejas são irregulares no Brasil, dizem “contadores cristãos”. **Folha de São Paulo**, 19 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/quase-100-das-igrejas-sao-irregulares-no-brasil-dizem-contadores-cristaos.shtml>>. Acesso em 24 de ago. de 2020.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês. **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas - SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

BALTHAZAR, Ricardo. FHC revê trajetória em novo livro e diz que Brasil naturalizou pobreza e desigualdade. **Folha de São Paulo**, 14 de mai. de 2021. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/fhc-reve-trajetoria-em-novo-livro-e-diz-que-brasil-naturalizou-pobreza-e-desigualdade.shtml>>. Acesso em 5 de jun. de 2021.

BALTRUSIS, Nelson; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana. **Caderno CRH**. Salvador, v. 22, n. 55, p. 135-149, jan./abr., 2009.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BRASIL). **Privatização da Vale do Rio Doce: o Estado no lugar certo**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1997.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**, 2017. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>> Acesso em 18 de abr. de 2021.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. In: BARROSO, A. S. & SOUZA, R. (ORGS.) **Desenvolvimento, ideias para um projeto nacional**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2011.

BARBOSA, Mariana; RIBEIRO, Marili. Loja é referência em decoração de luxo. **O Estado de S. Paulo**, 15 de jul. de 2009. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,loja-e-referencia-em-decoracao-de-luxo,402841>>. Acesso em 15 de out. de 2020.

BARG, Danielle. Com mensalidade a R\$800, a “academia gourmet” é puro glamour. **Terra**, 26 de mar. de 2015. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/beleza/com-mensalidade-a-r-800-academia-gourmet-e-puro-glamour,6ff0044e02d4c410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

BARRETO FILHO, Herculano. “Virou faroeste”: Milícia explorava shoppings e matou por R\$ 5, diz polícia. **Uol**, Rio de Janeiro, 06 de out. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/06/faroeste-milicia-investigada-por-homicidios-explorava-ate-shopping-no-rj.htm>>. Acesso em 09 de out. de 2020.

BARROS, Guilherme. Setubal vê Lula e Alckmin conservadores. **Folha de São Paulo**, 13 de ago. de 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1308200602.htm>>. Acesso em 05 de set. de 2021.

BARTELT, Dawid; PAULA, Marilene de. Mergulhando na conversa: os novos pobres e as transformações da sociedade brasileira. In: BARTELT, Dawid; PAULA, Marilene de (orgs.). **É o fim da nova classe média? Trabalho, religião e consumo em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Plano Real, Dependência e Dívida Externa. **IV Simpósio Brasil-Alemanha**, organizado pela Fundação Konrad Adenauer em Sankt Augustin. Alemanha, 1999. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1930/TD76.pdf>>. Acesso em 26 de ago. de 2021.

BATTY, David. “Some families are too shady to work with”: meet the tutors of the ultra-rich. **The Guardian**, 13 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/education/2018/mar/13/some-families-too-shady-tutors-of-ultra-rich>>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **O Sistema de Objetos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

_____. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.

BEARMAN, Peter. **Doormen**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

BEDINELLI, Talita. A desilusão da periferia de São Paulo com a grande promessa para melhorar a saúde. **El País**, São Paulo, 15 de mai. de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/politica/1526051359_124838.html>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

BELL, Daniel. **Las contradicciones culturales del capitalismo**. Madri: Alianza Editorial, 1989.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O declínio de Bretton Woods e a Emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, vol.4, n.1, Campinas, 1995.

_____. **O Capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. **Depois da Queda: A economia brasileira depois da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

_____. **A escassez na abundância capitalista**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENHABIB, Seyla. **The Reluctant Modernism of Hannah Arendt**. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

BENIGER, James R. **The Control Revolution - Technological and Economic Origins of the Information Society**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. Ontario: Batoche Books, 2000.

BERLAN, Aurélien. **La fabrique des derniers hommes: Retour sur le présent avec Tönnies, Simmel et Weber**. Paris: La Decouverte, 2012.

BERMÚDEZ, Ana Carla. 43% dos cursos superiores particulares têm nota ruim em avaliação federal. **Uol**, São Paulo, 20 de out. de 2020. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/10/20/conceito-enade-2019.htm>>. Acesso em 21 de out. de 2020.

BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em Tempo de Cinema: Ensaio sobre o Cinema Brasileiro de 1958 a 1966**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERRY, Christopher J. **The ideia of luxury: a conceptual and historical investigation**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1994.

BETIM, Felipe. No país com mais empregadas domésticas, a vida de 7 milhões de mulheres é uma luta. **El País**, São Paulo, 13 de fev. de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/politica/1518183910_858999.html>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

_____. Tuberculose na Rocinha expõe o Brasil que estacionou no século XIX. **El País**, Rio de Janeiro, 12 de set. de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/01/politica/1441120198_053979.html>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

BICHONE, Rafael; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira; KAMIMURA, Quésia Postigo. Estudo do mercado de jatos executivos no Brasil: uma abordagem qualitativa. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 12, p. 82 -122, dez. 2016.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

BLANC, Paul. **Fake Silk: The Lethal History of Viscose Rayon**. New Haven: Yale University, 2016.

BLOWER, Ana Paula. Mais de 30% dos municípios do país tiveram endemia ou epidemia associadas ao saneamento básico. **O Globo**, 19 de set. de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/mais-de-30-dos-municipios-do-pais-tiveram-endemia-ou-epidemia-associadas-ao-saneamento-basico-23079502>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

BOCAGE, Sergio du. A desordem das organizadas. **Agência Brasil**, 12 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2019-11/coluna-desordem-das-organizadas>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

BORGES, André. O maior grileiro de terra indígenas da Amazônia. **Estado de São Paulo**, 16 de abr. de 2021.

BORGES, Rafaela. A montadora de luxo com crescimento absurdo. **O Estado de São Paulo**, 02 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://jornaldocarro.estadao.com.br/primeira-classe/montadora-de-luxo-crescimento/>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

BORGES, Waleska. Nota zero para o apoio psicológico a alunos de escolas públicas. **IG**, 25 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/08/5675409-nota-zero-para-o-apoio-psicologico-a-alunos-de-escolas-publicas.html>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

BOSTON CONSULTING GROUP. **Global Wealth 2014: Riding a wave of growth**. Jun. de 2014. Disponível em: <http://image-src.bcg.com/Images/Riding_a_Wave_of_Growth_Jun_2014_tcm20-74487.pdf>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Rio Grande do Sul: Editora Zouk, 2006.

BRANCATELLI, Rodrigo; DÉCIMO, Tiago. Pistas privadas faturam com jatinho. **O Estado de São Paulo**, 07 de ago. de 2012. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pistas-privadas-faturam-com-jatinhos,33419>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

BRÁS, João Marcelo. **Funk ostentação: SP-ZN**. Curitiba: Ed. Apris Ltda., 2018.

BRASIL pode se transformar na “roça do mundo” se abrir mão da indústria manufatureira. **Agência de notícias CNI**, 20 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/brasil-pode-se-transformar-na-roca-do-mundo-se-abrir-mao-da-industria-manufatureira/>>. Acesso em 04 de fev. de 2021.

BRENNAN, Catherine. **Max Weber on Power and Social Stratification**. Nova York: Routledge, 1997.

BROWN, Wendy. **In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2019.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. São Paulo: Ática, 2003.

BUENO, Luís. **Romance de 30: variedade a ser descoberta**. Jornal de Biblioteca Pública do Paraná. Disponível em: <<https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Especial-Romance-de-1930#>>. Acesso em 31 de mar de 2021.

BURATINI, Ricardo. **Estado, capitais privados e concorrência no setor elétrico brasileiro: da construção do modelo estatal a crise do modelo competitivo**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2004.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS (BEA). **Survey of Current Business**, 2017. Disponível em: <www.bea.gov>. Acesso em 18 de abr. de 2021.

CABRAL, Sérgio. **No tempo de Ary Barroso**. São Paulo: Lazuli Editora, 2016.

CAFARDO, Renata. Escolas novas já pagam até R\$20 mil para atrair professor. **Estado de São Paulo**, 07 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,escolas-novas-ja-pagam-ate-r-20-mil-para-atrair-professor,70002141009>>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diretas Já: sintonia entre as lideranças políticas e a maioria da população**. 07 de mai. de 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/433136-diretas-ja-sintonia-entre-as-liderancas-politicas-e-a-maioria-da-populacao/>>. Acesso em 27 de out. de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS**. 2019. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/splan/planod/plhis-texto-aud19.pdf>>. Acesso em: 19 de ago. de 2020.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Lanterna na Popa: Memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CANDIDO, Antonio. **A Revolução de 1930 e a Cultura**. Novos Estudos Cebrap, v.2, 4, pp. 27 - 36, São Paulo, abr. de 1984.

_____. **A Educação pela Noite & Outros Ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Estado brasileiro e os limites da 'estatização'. **Ensaios de Opinião**, vol. 05, Rio de Janeiro, 1977.

_____. Prefácio. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O Senhor e o Unicórnio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Entrevista. In: MELHEM, Celia Soibelman; RUSSO, Sonia Morgenstern. **Dr. Ulysses**. São Paulo: Prêmio, 2004.

_____. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

CARDOSO DE MELLO, Zélia Maria. **São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da Riqueza - Contribuição ao Estudo da Passagem da Economia Mercantil-Escravista à Economia Exportadora Capitalista**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração. São Paulo, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. **Discurso de Despedida do Senado Federal - Filosofia e Diretrizes de Governo**. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. **Discurso de Despedida do Senado Federal: Filosofia e Diretrizes de Governo.** Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal-1994?TSPD_101_R0=81fd8ec6380a7d2f0b5816729602dbafqRu000000000000000005e015cc9ffff000000000000000000000000000006134dd4800000b585808282a9212ab200026e4bdad7e6526008e2ce9da1a725bd2830b498bf89b00efc5d8f17c21daf736083347db840a2800f702a81b7a8a683591b4897b3aa4254741e36993bd99680d8bffe6870e53e8b58bb0a24d07ea72e>. Acesso em 05 de set. de 2021.

_____. **O improvável presidente do Brasil: recordações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARNEIRO, Felipe. A doce vida de Joesley Batista no exílio. **Revista Veja**, Nova York, 27 de mai. de 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/a-doce-vida-de-joesley-batista-no-exilio/>>. Acesso em 16 de ago. de 2020.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental.** Senado Federal: Brasília, 2008.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, São Paulo, jun. de 2014.

CARVALHO, Edemir de. Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras. In: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona, Vol. VII, n. 146 (128), ago. de 2003.

CARVALHO, Fernando Cardim. **O novo perfil do sistema financeiro nacional.** São Paulo: ANDIMA, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza. **Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946).** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

CASTANHO, Lucas. Em menos de dois anos, número de favelas quase dobra em Ribeirão Preto. **A Cidade On Ribeirão**, Ribeirão Preto, 11 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1312777,em+menos+de+dois+anos+numero+de+favelas+quase+dobra+em+ribeirao+preto.aspx>>. Acesso em 21 de set. de 2020.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa G.; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; NADALIN, Vanessa Gapriotti. Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critérios da década de 1970. **Texto para Discussão IPEA**, n. 1.860, Rio de Janeiro, agosto de 2013.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTILHO, Fernando. Morre, aos 93 anos, Hilson de Brito Macedo. **Uol**, 13 de jan. de 2015. Disponível em:

<<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/01/13/morre-aos-93-anos-hilson-de-brito-macedo-164063.php>>. Acesso em 18 de ago. de 2020.

CASTRO, Daniel. Globo gasta R\$ 8,3 bilhões para fazer TV, mas ganha dinheiro é com juros. **Uol**, 13 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/globo-gasta-r-83-bilhoes-para-fazer-tv-mas-ganha-dinheiro-e-com-juros-25350>>. Acesso em 16 de jul. de 2020.

CASTRO, Ruy. **Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CATTANI, Antonio David. **A riqueza desmistificada**. Porto Alegre: Ed. Marcavizual, 2013.

CATTANI, Icleia Borsa. **Arte Moderna no Brasil: Constituição e Desenvolvimento nas Artes Visuais (1900-1950)**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

CATUCCI, Anaísa. SC reúne mercado milionário de iates de luxo e estaleiros internacionais. **G1**, Santa Catarina, 27 de ago. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/sc-que-da-certo/noticia/2016/08/sc-reune-mercado-milionario-de-iates-de-luxo-e-estaleiros-internacionais.html>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

CAVASCO, Maria Elisa. SIQUEIRA, Valter Lellis. **Rumos da Literatura Inglesa**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

CAYMMI, Stella. **O que é que a baiana tem? Dorival Caymmi na era do rádio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA-Esalq/USP). **Metodologia - PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução**. Piracicaba: CEPEA, 2017.

CENTRO DE ESTUDOS DE MERCADO DE CAPITAIS; FIPE. **Investimento e poupança na economia brasileira 2000-2017: O crowding out do setor privado**. Mar. de 2018. Disponível em: <<http://cemecfipe.org.br/wp-content/uploads/2018/02/NOTA-CEMEC-04-2018.pdf>>. Acesso em 16 de jul. de 2020.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. **Relatório I: Sistematização de informações relativas à precariedade e ao déficit habitacional e correção de bases de favelas e loteamentos**. Dez. de 2016. Disponível em: <http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ckeditor/relatorio1_CEMSehab2016.pdf>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

_____. **Relatório II: Estimativas Relativas à Precariedade Habitacional e ao Déficit Habitacional no Município de São Paulo**. Dez. de 2016. Disponível em: <http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ckeditor/relatorio2_CEMSehab2016.pdf>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Missão Niemeyer**. Fundação Getúlio Vargas, 2021. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-niemeyer>>. Acesso em 05 de set. de 2021.

CEPAL. Relações de Troca Post-Guerra entre Países Subdesenvolvidos e Países Industrializados (Extratos de um Estudo das Nações Unidas). **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, nº 3, FGV, Rio de Janeiro, 1949.

CERATTI, Mariana. Os pobres do futebol: aqueles que não se chamam Neymar. **El País**, Brasília, 07 de jun. de 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/07/deportes/1402163547_688609.html>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

CERIONI, Clara. Irmãos Campana questionam uma de suas obras mais conhecidas. **Revista Exame**, 01 de out. de 2017. Disponível em: <<https://exame.com/casual/irmaos-campana-os-craques-que-reinventaram-o-design-de-objetos/>>. Acesso em 16 de out. de 2020.

CEZIMBRA, Márcia; ORSINI, Elisabeth. **Os emergentes da Barra**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1996.

CHADDAD, Fábio. **Economia e organização da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

CHAGAS, Cassiele Arantes de Moraes. **A periferização da pobreza e da degradação sócio-ambiental na Região Metropolitana de São Paulo, o caso de Francisco Morato**. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Breve história da democracia. In: **Democracia em Colapso?**. São Paulo: Boitempo/SESC, 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil: o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, vol. 32, n.4, Belo Horizonte, Out./Dez. 2016.

CHIARA, Márcia de. Negócio na periferia exige diferenciais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 de nov. de 2010. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,negocio-na-periferia-exige-diferenciais-imp-,646666>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

_____. Com ajuda do câmbio, demanda alta e safra recorde, renda no campo sobe 37%. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-ajuda-do-cambio-demanda-alta-e-safra-recorde-renda-no-campo-sobe-37,70003524412>> Acesso em 3 de fev. de 2021.

CHIARELLI, Tadeu. **Um modernismo que veio depois**. São Paulo: Alameda, 2012.

CHRISTOFOLETTI, Lilian. “O candidato do regime era ele”, afirma Maluf. **Folha De São Paulo**, 15 de jan. de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1501200509.htm>>. Acesso em 15 de out. de 2021.

CHISTINO, Marcio Sergio; TOGNOLLI, Claudio. **Laços de sangue: a história secreta do PCC**. São Paulo: Matrix Editora, 2017.

CILO, Nelson. Acessíveis, clínicas médicas populares crescem e se diversificam. **Correio Braziliense**, 20 de out. de 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/09/20/internas_economia,783279/acessiveis-clinicas-medicas-populares-crescem-e-se-diversificam.shtml>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

COCCO, Giuseppe. Depois da “Nova Classe Média”: Trabalho e Capitalismo Contemporâneo. In: BARTELT, Dawid; PAULA, Marilene de. **É o fim da nova classe média? Trabalho, religião e consumo em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.

COELHO, Diego Bonaldo; MASIERO, Gilmar; CADEIRO, Luiz. A ascensão da China e seus reflexos no Brasil: fundamentos e evidências para uma estratégia de desenvolvimento. **Revista Brasileiro de Inovação**. Campinas, 14, n. esp., p. 85 - 108, jul. 2015.

COELHO, Germano. **História do Movimento de Cultura Popular**. Recife: Ed. do Autor, 2012.

COFEN; FIOCRUZ. **Perfil da enfermagem no Brasil: relatório final**. Volume I. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/pdfs/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

COHEN, Daniel. **The inglorious years: the collapse of the industrial order and the rise of digital society**. Princeton: Princeton University Press, 2021.

COLLINS, Randall. **The Credential Society: An Historical Sociology of Education and Stratification**. Orlando: Academic Press, 1979.

COMÉRCIO popular é fundamental para sustentação da indústria e de setores produtivos. **Terra**, 19 de out. de 2016. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/comercio-popular-e-fundamental-para-sustentacao-da-industria-e-de-setores-produtivos,223b3161778904907cb886b7feb1c9d43emsxfs6.html>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ. **São Paulo 1975: Crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. **Pesquisa Origem Destino 2017: A mobilidade urbana da região metropolitana de São Paulo em detalhes**. São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/arquivos/Ebook%20Pesquisa%20OD%202017_final_240719_versao_4.pdf . Acesso em 23 de jun. de 2020.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: 50 Anos de Síntese da Sociedade Brasileira. **SMABC**, 2009. Disponível em: < <https://smabc.org.br/sindicato-dos-metalurgicos-do-abc-50-anos-de-sintese-da-sociedade-brasileira/>>. Acesso em 21 de dez. de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). **Inadimplentes brasileiros 2018: Perfil e**

comportamento frente às dívidas. Ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas>>. Acesso em 28 jul. de 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). **Inadimplência de Pessoas Físicas.** Fev. de 2020. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas>>. Acesso em 28 jul. de 2020.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE). **Mercado de Insumos Agrícolas.** Brasília: Cadernos do Cade, fev. de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Justiça em números 2019.** Brasília: CNJ, 2019.

_____. **Justiça em números 2020: Sumário Executivo.** Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB_V2_SUMARIO_EXECUTIVO_CNJ_JN2020.pdf>. Acesso em 17 de ago. de 2021.

CONTI, Bruno de. Previ, Petros e Funcef: uma análise da alocação das carteiras das três maiores entidades brasileiras de previdência complementar (2003-2013). In: SANTOS, Claudio Hamilton Matos dos. **Características Estruturais do Sistema Financeiro Brasileiro: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2014-2015.** Brasília: IPEA, 2016.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSER, Lewis. A. Servants: the obsolescence of an occupational role. **Social Forces**, vol. 52, n.1, p. 31-40, sep. 1973.

COSTA, Célia Maria Leite. **O Manifesto dos Coronéis.** CPDOC, 2021. <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ManifestoCoroneis>>. Acesso em 13 de out. de 2021.

_____. **Os estudantes e a política.** CPDOC, 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_estudantes_e_a_politica>. Acesso em 13 de out. de 2021.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. A fúria de um mundo agonizante. **Folha de São Paulo**, 01 de abr. de 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u54275.shtml>>. Acesso em 16 de out. de 2021.

COSTA NETO, Antônio Lourenço. Análise Sociológica do Dever Fundamental de Pagar Tributos. In: **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**, organização CONPEDI/ UFBA. Florianópolis: CONPEDI, 2018

COTEMINAS, a melhor empresa do Brasil. **IstoÉ Dinheiro**, 6 de out. de 2004. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20041006/coteminas-melhor-empresa-brasil/16658>>. Acesso em 4 de ago. de 2020.

COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura. Brasil, 1964 - 1985.** São Paulo: Record, 1998.

_____. **Matarazzo**. Livro I. São Paulo: Ed. Planeta, 2004.

COUTINHO, Luciano. A Especialização Regressiva: Um Balanço do Desempenho Industrial Pós-Estabilização. In: REIS, João P. Velloso (org.) **Brasil: Desafios de um País em Transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2018**. Research Institute, out. 2018. Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/corporate/en/research/research-institute/global-wealth-report.html>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

CRIANÇAS de escolas públicas são barradas em shopping de elite em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/criancas-de-escola-publica-sao-barradas-em-shopping-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

CRISTI, Renato; TRANJAN, J. Ricardo. Charles Taylor and Republican Democracy. In: TAYLOR, Charles. **Democracia Republicana - Republican Democracy**. Santiago, Chile: LOM Ediciones, 2016.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **Dívida Externa e Política Econômica: A Experiência Brasileira nos Anos 70**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1999.

_____. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2287>. Acesso em: 5 set. 2021.

CUNHA, Ericson. França inicia estratégia para ter autossuficiência em proteína vegetal e visa aumentar a produção de soja em 40%. **Notícias Agrícolas**, 03 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/275289-franca-inicia-estrategia-para-ter-autossuficiencia-em-proteina-vegetal-e-visa-aumentar-producao-de-soja.html#.YBwKgS35RpQ>>. Acesso em 04 de fev. 2021.

CUNHA, Joana. Mudança de brasileiros ricos para o exterior cria mercado de revenda de móveis de luxo. **Folha de São Paulo**, 08 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/12/mudanca-de-brasileiros-ricos-para-o-exterior-cria-mercado-de-revenda-de-moveis-de-luxo.shtml?origin=folha>>. Acesso em 15 de ago. de 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Movimentos sociais, sindicais e acadêmicos. In: CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, Míriam Branco. A remuneração dos profissionais no Hospital Israelita Albert Einstein. *Debates Gvsaúde – segundo semestre de 2007*, n. 4. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/debatesgvsaude/article/viewFile/34848/33641>

CURI, Felipe Lobato. **Considerações da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional (SSPIO), acerca dos efeitos do referido decisum na rotina operacional da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro referentes à ADPF 635**. Relatório elaborado pelo delegado. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/473753748/SEPOL-SSPIO-ADPF-635-pdf>>. Acesso em 14 de set. de 2020.

CUSTO do capital e tributação travam desempenho do Brasil frente a outros 17 países. **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, Brasília, 29 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/custo-do-capital-e-tributacao-travam-desempenho-do-brasil-frente-a-outros-17-paises/>>. Acesso em 29 de jul. de 2020.

CYMBALRUK, Fernando; BARONI, Larissa Leiros; PIOVEZAN, Stephanie; SOBRINHO, Wanderley Prete. Universal para quem?. **Uol Notícias**, 23 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/desigualdades-da-saude-publica-acesso.htm#universal-para-quem>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston, Mass.: Harvard University, 1957.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEFANTE, Marcelo; MONTTOYA, Marco Antonio; VELOSO, Paulo Roberto; COSTA, Thelmo Vergara Martins. O papel do crédito agrícola brasileiro e sua distribuição por estratos de produtores. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 7, n. 12, pp. 87 - 110, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. **Uma Metodologia para Determinação de Preços Mínimos**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 1977.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Desenvolvimento Recente da Economia Brasileira**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1984.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: Um Estudo da Reflexão Agrária. In: **Estudos Avançados**, v. 15 n. 45, São Paulo, 2001.

D'ERAMO, Marco. **Dominio: La guerra invisibile dei potenti contro i sudditi**. Milão: Feltrinelli Editore, 2020.

DESCONFORTO do brasileiro gera oportunidade, diz Jorge Paulo Lemman. **Folha de São Paulo**, 28 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/desconforto-do-brasileiro-gera-oportunidade-diz-jorge-paulo-lemann.shtml>>. Acesso em 29 de jan. de 2021.

DE YOUTUBER a milionário: Como Whindersson Nunes construiu sua fortuna. **Uol**, 15 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/celebridades/de-youtuber-milionario-como-whindersson-nunes-construiu-sua-fortuna-57400>>. Acesso em 20 de set. de 2021.

DIEGUEZ, Consuelo. O estouro da boiada: como o BNDES ajudou a transformar a Friboi na maior empresa de carnes do mundo. **Revista Piauí**, fev. de 2015. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-estouro-da-boiada/>>. Acesso em 11 de out. de 2020.

DORMIR na rua, pedalar 30 km e trabalhar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. **Época Negócios**, 22 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/bbc/2019/05/22/dormir-na-rua-pedalar-30-km-e-trabalhar-12-horas-por-dia-a-rotina-dos-entregadores-de-aplicativos.htm>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

DOURADO, Simone Pereira da Costa. A contribuição de Georg Simmel para pensar o crescimento das cidades no Brasil. In: **42º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, out. de 2018.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DREYFUSS, Dominique. **Vida do Viajante: A Saga de Luiz Gonzaga**. São Paulo: Editora 34, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; GONSALVES, Rodrigo; ESTEVÃO, Ivan. Neopentecostalismo como Gramática Neoliberal de Sofrimento. **LavraPalavra**, fev. 2021. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2021/02/19/neopentecostalismo-como-gramatica-neoliberal-de-sofrimento/>>. Acesso em 11 de jun. de 2021.

DURÃO, Mariana. Brasil está entre países com maior fuga de milionários: 2 mil saíram em 2017. **BBC**, 27 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-45303739>>. Acesso em 15 de ago. de 2020.

DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ROSSI, Pedro. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luísa Matos de. **Economia para poucos: impactos sociais e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018

EAGLETON, Terry. **Culture**. New Haven: Yale University Press, 2016.

EASTERLIN, Richard A. Why Isn't Whole World Developed?. **The Journal of Economic History**, vol. XLI, n. 1, mar. 1981.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy**. London: Penguin UK, 2018.

EKMAN, Pedro; BARBOSA, Bia. Regulação da mídia não é censura. **Carta Capital**, 3 de jun. de 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/regulacao-da-midia-nao-e-censura-2340/>>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

ELHAI, Jon D.; DVORAK, Robert D.; LEVINE, Jason C.; HALL, Brian J. Problematic smartphone use: A conceptual overview and systematic review of relations with anxiety and depression psychopathology. **Journal of Affective Disorders**, vol. 207, Londres, janeiro de 2017.

ELHAI, Jon D.; LEVINE, Jason C.; DVORAK, Robert D.; HALL, Brian J. Fear of missing out, need for touch, anxiety and depression are related to problematic smartphone use. **Computers in Human Behavior**, vol. 63, Londres, outubro de 2016.

ELHAI, Jon D.; YANG, Haibo; MONTAG, Christian. Fear of missing out (FOMO): overview, theoretical underpinnings, and literature review on relations with severity of negative affectivity and problematic technology use. **Brazilian Journal of Psychiatry**, vol. 43, n. 2, São Paulo, março/abril de 2021.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio De Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2 v.

_____. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução história do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Visão 2030: O Futuro da Agricultura Brasileira**. Brasília: Embrapa, 2018.

FAGUNDEZ, Ingrid. Jassa da periferia de SP faz a cabeça de jovens com arrepiado à la Neymar. **Folha de São Paulo**, São Paulo 19 de abr. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/04/1617912-jassa-da-periferia-de-sp-faz-a-cabeca-de-jovens-com-arrepiado-a-la-neymar.shtml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

FARIA, Adriano; FONTENELLE, André. Especial: Senado 74 - A eleição que abalou a ditadura. **Senado Notícias**, 14 de nov. de 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>>. Acesso em 8 de mai. de 2021.

FAVA, Vera Lúcia. **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil**. São Paulo: FIPE/USP, 1984.

FENAVIST. **VI ESSEG: Estudo do Setor de Segurança Privada**. 2019. Disponível em: <http://fenavist.org.br/wp-content/uploads/2019/07/ESSEG-19_WEB1.pdf>. Acesso em 18 de ago. de 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERNÁNDEZ, María. 6,3 milhões, o exército mundial de revendedoras da união entre Natura e Avon. **El País**, Madri, 23 de mai. de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/23/economia/1558606597_597104.html>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

FERREIRA, Afonso. Padarias de luxo usam apelo orgânico para atrair clientes. **Uol**, São Paulo, 22 de jul. de 2013. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/22/padarias-de-luxo-usam-apelo-organico-para-atrair-clientes.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

FERREIRA, Cláudio Lima. **A obra de design dos Irmãos Campana sob o olhar das Relações Complexas**. Tese (doutorado), Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FERREIRA, Francisco; JOLLIFFE, Dean Mitchell; PRYDZ, Espen Beer. The international poverty line has just been raised to \$1.90 a day, but global poverty is basically unchanged. How is that even possible? **World Bank Blogs**, October 04, 2015. Disponível em:

<<https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/international-poverty-line-has-just-been-raised-190-day-global-poverty-basically-unchanged-how-even>>. Acesso em 31 de jan de 2020.

FERREIRA, Francisco; LANJOUW, Peter; NERI, Marcelo. **A new poverty profile for Brazil using PPV, PNAD and censos data**. World Bank, 1998.

FERREIRA, Ivanir. Estudo mapeia condições das favelas em São Paulo. **Jornal da USP**, 02 de fev. de 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/estudo-mapeia-condicoes-das-favelas-em-sao-paulo/>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

FERREIRA, Pedro. Falta consciência: garis sofrem lesões com lixo mal-embalado. **O Tempo**, Belo Horizonte, 02 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/falta-consciencia-garis-sofrem-lesoes-com-lixo-mal-embalado-1.2189469>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira; FISHLOW, Albert. **Agricultura e Indústria no Brasil: Inovação e Competitividade**. Brasília: IPEA, 2017.

FILHO, Oswaldo Amorim; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

FIORAVANTI, Livia Maschio. Cidade cativa: estratégias de uma urbanização oligopolista em uma cidade mato-grossense. In: **XII Enanpur**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1732/1711>>. Acesso em 19 de ago. de 2020.

FIRJAN SENAI. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>>. Acesso em 19 de out. de 2020.

FOUCAULT, Michel. Não ao Sexo Rei. **Ensaio de Opinião**, vol.8, Rio de Janeiro, 1978.

_____. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO, Luísa. Violência fecha escolas e interrompe aulas em 93 de 100 dias no Rio. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 12 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1900460-violencia-fecha-escolas-e-interrompe-aulas-em-93-de-100-dias-no-rio.shtml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

FRANCO, Marielle. **UPP: A redução da favela a três letras**. São Paulo: Ed. N-1 Edições, 2018.

FREELAND, Chrystia. **Plutocrats: The rise of the new global super-rich and the fall of everyone else**. Nova Iorque: The Penguin Press, 2012.

FREITAS, Maria Cristina Penido; PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.17, dez. 2001.

FRENKEL, Roberto. Decisiones de Precio en Alta Inflación. **Desarrollo Económico**, vol. 19, Buenos Aires, outubro-dezembro de 1979.

FRESTON, Paul C. **Evangélicos e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese (doutorado), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1993.

_____. Breve história do Pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto. et al. (Orgs.). **Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

FUCS, José. Mudanças no trabalho, aceleradas pela pandemia, desafiam sindicatos. **Uol**, São Paulo, 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/01/18/mudancas-no-trabalho-aceleradas-pela-pandemia-desafiam-sindicatos.htm>>. Acesso em 05 de set. 2021.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil 2015. **Estatística & Informações: Demografia e Indicadores Sociais**, Belo Horizonte, vol. 6., 2018.

FUNDOS de private equity usam onda de IPOs para vender empresas do portfólio. **Infomoney**, 21 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/fundos-de-private-equity-usam-onda-de-ipos-para-limpar-portfolio-de-negocios/>>.

FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, pp. 253 - 269, Mai./Ago. 2019.

GARCIA, Diego. Milícias já oferecem serviços como aterros e consultas médicas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/milicias-ja-oferecem-servicos-como-aterros-e-consultas-medicas.shtml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

GARGARO, Larissa. Oasis Collections chega a Trancoso com casas luxuosas e serviços dignos de hotel 5 estrelas. **Revista Vogue**, 15 de dez. de 2015. Disponível em: <<https://vogue.globo.com/lifestyle/noticia/2015/12/oasis-collections-chega-trancoso-com-casas-luxuosas-e-servicos-dignos-de-hotel-5-estrelas.html>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

GASPARI, Elio. Covas, como Didi, joga parado. **Folha de São Paulo**, 4 de jan. de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc040119.htm>>. Acesso em 26 de out. de 2021.

_____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASQUES, José Garcia; BACCHI, Mirian Piedade Rumenos; RODRIGUES, Luciano; BASTOS, Eliana Teles; VALDES, Constanza Produtividade da agricultura brasileira: A hipótese da desaceleração. In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio; GASQUES, José Garcia (Orgs.) **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

GAVRAS, Douglas. Telemarketing para no tempo e já é setor que mais fecha empregos no Brasil. **Uol Economia**, 16 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/11/16/telemarketing-e-setor-que-mais-destroi-empregos.htm>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

GAWTHROP, Richard; STRAUSS, Gerald. Protestantism and Literacy in Early Modern Germany. **Past and Present**, n. 104, aug. 1984.

GENTIL, Denise Lobato; ARAÚJO, Victor Leonardo de. **Dívida pública e passivo externo: onde está a ameaça?** Texto para discussão 1769. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1079/1/TD_1768.pdf>. Acesso em 26 de ago. de 2021.

GEROMEL, Ricardo. **Bilionários, o que eles têm em comum além de nove zeros antes da vírgula**. São Paulo: Leya Editora, 2014.

GILLIE, Alan. The origin of the poor line. **Economic History Review**, XLIX, 4, pp. 715-730, Oxford, 1996.

GIMENEZ, Denis Maracci. **A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2007.

_____. **Ordem liberal e a questão social no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008.

GINAK, Leticia. Casa Santa Luzia, a mãe dos pequenos empreendedores. **O Estado de São Paulo**, 26 de nov. De 2019. Disponível em: <<https://pme.estadao.com.br/noticias/geral,casa-santa-luzia-a-mae-dos-pequenos-empreendedores,70003103127>>. Acesso em 19 de jun. de 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil 2019 - Relatório Executivo**. Brasília: SEBRAE/IBQP, 2019.

GLOBO vai reduzir salários de Bonner, Huck e outros “medalhões”, diz site. **IstoÉ**, 22 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/globo-reduzira-salarios-de-bonner-huck-e-outros-medalhoes-diz-site/>>. Acesso em 15 de out. de 2020.

GOMES, Laura Graziela Figueiredo Fernandes. **Novela e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio Orair. Progressividade Tributária: a agenda negligenciada. **IPEA**, Texto para Discussão, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2190.pdf>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

GODINHO, Rogério. **O Filho da Crise**. São Paulo: Matrix, 2011.

GODOY, Marcelo. PCC usa doleiros e já fatura mais de R\$ 400 milhões. **O Estado de São Paulo**, 03 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pcc-usa-doleiros-e-ja-fatura-mais-de-r400-milhoes,70002335331>>. Acesso em 09 de ago. de 2020.

GOMES, Paulo. Hiperverticalização chega a favelas de São Paulo, onde lajes se sobrepõem. **Folha de São Paulo**, São Paulo 7 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/hiperverticalizacao-chega-a-favelas-de-sao-paulo-onde-lajes-se-sobrepoem.shtml>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

GOÑI, Uki. China's billion dollar pig plan met with loathing by Argentinians. **The Guardian**, 14 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2020/aug/14/chinas-billion-dollar-pig-plan-met-with-loathing-by-argentinians>>. Acesso em 4 de fev. de 2021.

GOOS, Maarten; MANNING, Alan. Lousy and Lovely Jobs: the Rising Polarization of Work in Britain. **Centre for Economic Performance Discussion Paper**, n. 604, Londres, novembro de 2010.

GOOS, Maarten, MANNING, Alan; SALOMONS, Anna. Recent Changes in the European Employment Structure: The Roles of Technology and Globalization. **Centre for Economic Performance Discussion Paper**, n. 1026, Londres, novembro de 2010.

_____. Explaining Job Polarization: The Roles of Technology, Offshoring and Institutions. **Center for Economic Studies Discussions Paper Series**, n. 11.34, Lovaina, dezembro de 2011.

GÖRGEN, James. **Sistema Central de Mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2009.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Os planos de Flordelis para matar o marido e “não escandalizar o nome de Deus”, segundo os investigadores. **El País**, São Paulo, 24 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-24/os-planos-de-flordelis-para-matar-o-marido-e-nao-escandalizar-o-nome-de-deus-segundo-os-investigadores.html>>. Acesso em 14 de set. de 2020.

_____. Bolsonaro legisla, o Brasil atira e a compra de armas triplica. **El País**, Salto de Pirapora, 27 de out. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-27/bolsonaro-legisla-o-brasil-atira-e-a-compra-de-armas-triplica.html>>. Acesso em 29 de out. de 2020.

GOTTEMS, Leonardo. Soja na Sibéria é possível? **Agrolink**, 15 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/soja-na-siberia-e-possivel-_440953.html>. Acesso em 04 fev. de 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere - volume III**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2017.

GRANADO, Luís Felipe. Guedes propõe dar resto de comida para os desamparados. **Portal IG**, 17 jun. de 2021. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2021-06-17/paulo-guedes-economia-bolsonaro.html>>. Acesso em 21 jun. de 2021.

GRANDIN, Felipe; COELHO, Henrique; MARTINS, Marco Antônio; SATRIANO, Nicolás. Franquia do crime: 2 milhões de pessoas no RJ estão em áreas sob influência de milícias. **G1**, 14 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-2-milhoes-de-pessoas-no-rj-estao-em-areas-sob-influencia-de-milicias.ghml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

GRANDO, João Werner. Alguns sócios do Aché acham pouco R\$11 bi pelo laboratório. **Revista Exame**, 23 de mar. de 2013. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/11-bilhoes-e-um-impasse/>>.

GRILLO, Cristina. Cadelinha de “lorde” inglês vive em suíte exclusiva no Copacaba Palace. **Folha de São Paulo**, 30 de abr. de 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1447434-cadelinha-de-lorde-ingles-vive-em-suite-exclusiva-no-copacabana-palace.shtml>>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

GUDIN, Eugenio. O Caso das Nações Subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, nº 3, FGV, Rio de Janeiro, 1952.

GUILLEMETTE, Yvan; TURNER, David. The Long Game: Fiscal Outlooks to 2060 Underline Need for Structural Reform. **OECD Economic Policy Paper**, nº29, Paris, 2021.

GUIMARÃES, Claudia Maria Cavalcanti de Barros. **1964 Estado e Economia: A Nova Relação**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1990.

GUIMARÃES, Ulysses. **Ulysses Guimarães Seleção de Textos - Perfis Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1991.

_____. **Europe: The Faltering Project**. Cambridge: Polity Press, 2009.

HAMBURGER, Ester. **O Brasil Antenado: A Sociedade da Novela**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

HARVEY, David. **Social Justice in the City**. Londres: Edward Arnold, 1976.

HEINRICH BÖLL STIFTUNG. **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

HENRIQUE, Wilnês. **O Capitalismo Selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1999.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 74, pp. 159 -196, out. 2010.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). **Price volatility and food security. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**. Roma, 2011.

HILTON, Matthew. The legacy of luxury: moralities of consumption since the 18th century. **Journal of Consumer Culture**, 4 (1), pp. 101 - 123, 2004.

HIRAKURI, Marcelo Hirochi; LAZZAROTTO, Joelsio José; OLIVEIRA, Arnold Barbosa de; DALL'AGNOL, Amélio. **Árvore do conhecimento: soja**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica, 2020. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_10_271020069131.html#>. Acesso em 17 de out. de 2020.

HIRATA, Daniel Veloso. No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea?. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (Orgs.) **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____. **Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida**. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010.

HISAYASU, Alexandre. PCC 10 anos: O poder financeiro. **O Estado de São Paulo**, 2016. Disponível em: <<https://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/poder-financeiro>>. Acesso em 09 de ago. de 2020.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOFFMANN, Rodolfo. Considerações sobre a evolução recente da distribuição de renda no Brasil. **Revista Administração de Empresas**, v.13, n.4, São Paulo, 1973.

_____. **Pobreza no Brasil**. Piracicaba: Esalq, 1984.

_____. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 21 (1), pp. 417 - 421, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLZER, Harry J., LANE, Julia I., ROSENBLUM, David B.; ANDERSON, Fredrik. **Where Are All the Good Jobs Going? What National and Local Job Quality and Dynamics Mean for U.S. Workers**. Nova York: Russell Sage, 2011.

HOWELL, David. R. The great laissez-faire experiment: american inequality and growth from an international perspective. **Center for American Progress**, Washington D.C., dec. 2013.

HUGHES, Pedro Javier Aguerre. **Periferia: um estudo sobre a segregação socioespacial na cidade de São Paulo**. Tese (doutorado), Pontifícia Universidade Católica, Ciências Sociais, São Paulo, 2003.

INGRAM, David & BAR-TURA, Asaf. The public sphere as site of emancipation and enlightenment: a discourse theoretic critique of digital communication. In: BOROS, Diana & GLASS, James. **Re-imagining public space: the Frankfurt School in the 21st century**. Nova York: Palgrave McMillan, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AVIAÇÃO. **Anuário Brasileiro de Aviação Civil 2018**. Disponível em: <<http://www.institutoaviacao.org/anuario2018>>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019.

_____. a. **Rendimento de todas as fontes: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf>. Acesso em 9 de jun. de 2021.

_____. b. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760>>. Acesso em 9 de jun. de 2021.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Desindustrialização Setorial no Brasil**. Abr. 2019a. Disponível em: <https://www.iedi.org.br/media/site/artigos/20190418_desindustrializacao_t3rPaHz.pdf>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da violência**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

_____. **A caminho do passado: A balança comercial da indústria em 2018**. Carta 905, 2019b. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_905.html>. Acesso em 19 de out. de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020.

_____. **Censo Escolar 2017: Notas estatísticas**. Brasília, jan. de 2018.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Onde mora a impunidade? Porque o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios**. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2021.

INTERNATIONAL CAR DISTRIBUTION PROGRAMME (ICDP); FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (FENABRAVE). **Futuro do negócio das concessionárias**. Reino Unido, out. de 2019. Disponível em: <<https://online.fliphtml5.com/ordey/wzhl/#p=8>>. Acesso em 31 de jul. de 2020.

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Monopólios digitais: concentração e diversificação na Internet**. São Paulo: Intervozes, 2018.

INTERVOZES & REPORTERES SEM FRONTEIRA. **Media Ownership Monitor Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>>. Acesso em: 18 de mai. de 2021.

IODICE, Giuliana. Marcos Proença expande seu império da beleza. **Forbes**, 24 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbeslife/2019/03/marcos-proenca-expande-seu-imperio-da-beleza/>>. Acesso em 13 de ago. de 2020.

ITALIANI, Rafael. Em táxi de luxo de São Paulo, motorista fala até mandarim. **O Estado de São Paulo**, 18 de jan. de 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,em-taxi-de-luxo--motorista-fala-atemandarim,10000007344>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

JAKITAS, Renato. Empreendedores criam mercado de docerias em São Paulo e faturam alto. **O Estado de São Paulo**, 28 de ago. de 2013. Disponível em: <<https://pme.estadao.com.br/noticias/geral,empreendedores-criam-mercado-de-dockerias-em-sao-paulo-e-faturam-alto,3370p>>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

JARDIM, Antonio de Ponte. A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de & OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (orgs.). **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JOZINO, Josmar (a). O avanço do PCC: das biqueiras de Santos aos principais portos europeus. **UOL**, 12 de set. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2020/09/12/o-avanco-do-pcc-das-biqueiras-de-santos-ao-principais-portos-europeus.htm>>. Acesso em 14 de set. de 2020.

_____. (b). Preso do PCC usava avião particular para passear e levou diretor da prisão. **UOL**, 08 de out. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2020/10/08/preso-do-pcc-usava-aviao-particular-para-passear-com-diretor-de-presidio.htm>>. Acesso em 15 de out. de 2020.

_____. (c). Investigações apontam Bolívia como lar dos 5 maiores traficantes do Brasil. **UOL**, 04 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2020/11/04/policia-continua-sem-pistas-dos-cinco-maiores-narcotraficantes-brasileiros.htm>>. Acesso em 3 de fev. de 2021.

_____. Apreensões revelam frota de aeronaves do PCC superior à de polícias de SP. **UOL**, 27 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2021/01/27/pcc-adquire-mais-avioes-e-helicopteros-do-que-as-policias-paulistas-juntas.htm>>. Acesso em 3 de fev. de 2021.

JUCÁ, Beatriz. Moradores das favelas sonham com casa e negócio próprios em 2020, mas sem otimismo por segurança. **El País**, Fortaleza, 41 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2019-12-31/favelas-brasileiras-sonham-com-casa-e-negocio-proprios-para-2020-mas-nao-esperam-mais-seguranca.html>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

JÚNIOR, João Batista. Silas Malafaia: o caçador de pastores. **Veja São Paulo**, 05 de dez. de 2016. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/entrevista-silas-malafaia/>>. Acesso em 11 de jun. de 2021.

JÚNIOR, Reali. Marinho declara-se responsável pela eleição. **Estado de São Paulo**, 01 de dez. de 1992.

KEMP, Simon. **Digital 2021: Global Overview Report**. 27 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report>>. Acesso em 17 de out. de 2021.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: A Reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KEYNES, John Maynard. **Economic Possibilities for our Grandchildren**. In: KEYNES, John Maynard. *Essays in Persuasion*. Nova Iorque: W.W. Norton, 1963.

_____. **The End of *Laissez-Faire***. In: KEYNES, John Maynard. *Essays in Persuasion*. Nova Iorque: W.W. Norton, 1963.

_____. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KLEIN, Herbert; LUNA, Francisco Vidal. **Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2019.

KOIKE, Beth. Unip dá salto com ensino a distância. **Valor econômico**, São Paulo, 24 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/07/24/unip-da-salto-com-ensino-a-distancia.ghtml>>. Acesso em 28 de out. de 2020.

KPMG; Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital. **Indústria de Private Equity e Venture Capital no Brasil**. 2019.

KREIN, José Dari. As relações de trabalho no Brasil na primeira década do século. **Carta Social e do Trabalho**, n.22, Campinas, abr./jun. de 2013.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. Trabalho no Governo Lula: Avanços e Contradições. **Revista ABET**, vol. X, n.2, jul-dez. 2011.

LAGO, Luciana Corrêa. **Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

LAJOLO, Mariana. Trânsito no Brasil mata 47 mil por ano e deixa 400 mil com alguma sequelas. **Folha de São Paulo**, 31 de mai. de 2017. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/05/1888812-transito-no-brasil-mata-47-mil-por-ano-e-deixa-400-mil-com-alguma-sequela.shtml>>. Acesso em 13 de out. de 2021.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Comunicação e regulação na editoração multimídia: um enfoque histórico. In: SARAIVA, Enrique; MARTINS, Paulo Emilio; PIERANTI, Octavio Penna (Orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

LAURENCE, Felipe; CALMON, Elisa. Empresas de educação Eleva e Cogna anunciam troca de ativos. **Estado de São Paulo**, 24 de fev. de 2021.

Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Instituto de Economia, Piracicaba, 2018.

LIPOVETSKY, Gilles; ROUX, Elyette. **O luxo eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

LIPTON, David; SACHS, Jeffrey; FISCHER, Stanley; KORNAI, Janos. Creating a market economy in Eastern Europe: The case of Poland. **Brookings Papers on Economic Activity**, Washington, vol. 1990, n.1, 1990.

LISTA de casamento de Marina Ruy Barbosa tem vaso de R\$ 43 mil e até robô. **Uol**, Rio de Janeiro, 19 de set. de 2017. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/19/lista-de-casamento-de-marina-ruy-barbosa-tem-vaso-de-r-43-mil-e-ate-robo.htm>>. Acesso em 14 de out. de 2020.

LOCHERY, Neill. **Brasil - Os Frutos da Guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

LOPES, Pedro. Neymar S/A: A engrenagem por trás do maior jogador de futebol do Brasil. **Uol**, 12 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://truestoryaward.org/story/29>>. Acesso em 15 de out. 2020.

LOPEZ, Felix; GUEDES, Erivelton. **Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986 - 2017): Atlas do Estado Brasileiro**. 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasestado/indicadores>>.

LOTUFO, Érico. O que a Arco Educação tem feito para se adaptar aos tempos de pandemia. **Época Negócios**, 30 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/04/o-que-arco-educacao-tem-feito-para-se-adaptar-aos-tempos-de-pandemia.html>>. Acesso em 31 de jul. de 2020.

LUNA, Denise. Venda de ativos da Petrobras já soma mais de R\$231 bi, diz Privatômetro do OSP. **Portal Terra**, 26 de ago. de 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/venda-de-ativos-da-petrobras-ja-soma-mais-de-r-231-bi-diz-privatometro-do-osp,61857bfc2db973ed47161d65f0dc5482axc8gwef.html>>. Acesso em 26 de ago. de 2021.

LUZ, Cátia; PORTO, Gustavo; ALVES, Murilo Rodrigues. Grupo Amaggi negocia compra da Fazenda Itamarati. **O Estado de São Paulo**, 10 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-amaggi-negocia-compra-da-fazenda-itamarati,70002144978>>. Acesso em 07 de out. de 2020.

MAAKAROUN, Bertha. Dívida dos estados são herança explosiva. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 02 de mai. de 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/02/interna_politica,758266/dividas-dos-estados-sao-heranca-explosiva.shtml>. Acesso em 26 de ago. de 2021.

MACARINI, José Pedro. **Um estudo da política econômica do Milagre Brasileiro (1969-1973)**. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1984.

_____. A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967 - 1973). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), dez. 2007.

MACEDO, Edir. **A libertação da Teologia**. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, s/d.

MACIEL, Marcos Cícero Noce de Paulo. **Metamorfoses do Estado Brasileiro: do II PND ao Governo FHC**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1999.

MACPHERSON, C. B. **La democracia liberal y su época**. Madri: Alianza Editorial, 1997.

MADEIRO, Carlos. Atlas da Violência: 123 dos municípios brasileiros concentram metade dos homicídios do país. **Uol**, Maceió, 16 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/15/atlas-da-violencia-22-dos-municipios-brasileiros-concentram-metade-dos-homicidios-do-pais.htm>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

_____. Sem cubanos, mais de 500 cidades em extrema pobreza ficam sem médicos. **Uol**, Maceió, 23 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/11/23/sem-cubanos-mais-500-cidades-em-extrema-pobreza-ficam-sem-medicos.htm>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

MAIA, Geraldo. **Restructuring the banking system: the case of Brazil**. Genebra: BIS Policy Papers, 1999. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/plcy06b.pdf>>. Acesso em 26 de ago. de 2021.

MAIS da metade dos aposentados rurais do País está no Nordeste. **IG Economia**, 09 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/previdencia/2019-05-09/mais-da-metade-dos-aposentados-rurais-do-pais-esta-no-nordeste.html>>. Acesso em 9 de jun. de 2021.

MAIS de 60% dos hospitais públicos estão sempre lotados. **G1**, 27 de mar. de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/03/mais-de-60-dos-hospitais-publicos-estao-sempre-superlotados.html>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

MANCIBO, Deise; VALE, Andréa Araujo, MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995 - 2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan-mar. de 2015.

MANNHEIM, Karl. **Man and Society: In an Age of Reconstruction: Studies in Modern Social Structure**. San Diego: Harcourt Brace, 1967.

MARCUSE, Herbert. Industrialization and Capitalism. **New Left Review**, mar/abr., 1965. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/i30/articles/herbert-marcuse-industrialization-and-capitalism>>. Acesso em 15 de out. de 2021.

_____. **One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society**. Londres: Routledge, 2007.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, 2004.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MARKOVITCH, Jacques. **Pioneiros e Empreendedores - vol. 2**. São Paulo: EDUSP, 2005.

MARQUES, Pedro, Uber com diploma. **Uol Economia**, São Paulo, 03 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/profissionais-com-faculdade-viram-uber/#tematico-1>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

MARSHALL, T. H. Citizenship and Social Class. In: MANZA, J.; SAUDER, M. (eds.). **Inequality and Society**. Nova York: W. W. Norton and Co, 2009.

MARTINS, Éder Luiz. **O Brasil durante o Estado Novo: Avanços, impasses e contradições da industrialização retardatária**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2020.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 155-182, out. 1999.

MARZOCHI, Roger. Conheça uma das maiores fazendas do mundo, localizada em Mato Grosso. **Globo Rural**, Querência, 13 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Videos/noticia/2019/06/conheca-uma-das-maiores-fazendas-do-mundo-localizada-em-mato-grosso.html>>. Acesso em 7 de out. de 2020.

MASSETTO, Giovana. Euca Energy investirá mais de R\$ 12 bilhões em nova fábrica de celulose. **Canal Rural**, 22 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://blogs.canalrural.com.br/florestasa/2019/12/22/euca-energy-investira-12-bilhoes-celulose/>>. Acesso em 4 de ago. de 2020.

MASSON, Celso. Seu barco, sua casa. **Revista IstoÉ**, 02 de out. de 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/seu-barco-sua-casa/%3e.%20Acesso%20em%2019%20de%20jun.%20de%202020%3e.%20Acesso%20em%2028%20de%20jun.%20de%202020.>>>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

MATA, Milton da. Crédito rural: caracterização do sistema e estimativas dos subsídios implícitos. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. de 1982.

MATTOS, Laura. Igreja Universal expande ações sociais e ocupa espaços ignorados pelo poder público. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/igreja-universal-expande-acoes-sociais-e-ocupa-espacos-ignorados-pelo-poder-publico.shtml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

MATTOSO, Jorge; BALTAR, Paulo. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, v.18, n. 1, Porto Alegre, 1997.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; CAPUTO, Ana Claudia; ARAUJO, Victor Leonardo de; COSTA, Glória Maria Moraes da. **O BNDE e a execução do Plano de Metas: 1956/60**. Campinas: ABPHE, 2009.

MELTON, James Van Horn. **The rise of the public in enlightenment Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Regime faz expurgo nas forças armadas: Golpistas afastam, cassam e prendem militares legalistas e democratas.** Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/regime-faz-expurgo-nas-forcas-armadas>>. Acesso em: 05 de mai. 2021.

MENDONÇA, Heloísa. Viver com 413 reais ao mês, a realidade de metade do Brasil. **El País**, 04 de nov. de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/30/economia/1572454880_959970.html>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

MENEGAT, Marildo. **Como afundamos no submundo das milícias.** Outras Mídias, 10 de out. de 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-afundamos-no-submundo-das-milicias/>>. Acesso em 13 de out. de 2021.

MENINA morre baleada dentro da escola e violência deixa 12 mil crianças sem aula no Rio. **Jornal da Record**, 31 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/menina-morre-baleada-dentro-da-escola-e-violencia-deixa-12-mil-criancas-sem-aula-no-rio-06102018>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

MENINO morreu em corredor de hospital após esperar 11 horas por leito. **G1**, 31 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/03/31/menino-morreu-em-corredor-de-hospital-apos-esperar-11-horas-por-leito.ghtml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

MERCADO de carros de luxo deve crescer 30%, diz Mercedes. **Revista Exame**, 01 de ago. de 2014. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/mercado-de-carros-de-luxo-deve-crescer-30-diz-mercedes/>>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

MERLIN, Bruno. Importação de vestuários no Brasil pode atingir US\$ 2 bilhões em 2018 e superar média histórica. **Portogente**, 17 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://portogente.com.br/noticias/comercio/99480-importacao-de-vestuarios-no-brasil-pode-atingir-us-2-bilhoes-em-2018-e-superar-media-historica>>. Acesso em 18 de out. de 2020.

MILITÃO, Eduardo, Salário de professor no Brasil é “horrível”, diz ex-presidente do Inep. **Uol Educação**, Brasília, 22 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/06/22/salario-de-professor-no-brasil-e-horrivel-diz-ex-presidente-do-inep.htm>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Safra 2019-2020.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/PLANO_SAFRA_2019_2020.pdf>. Acesso em 16 de jul. de 2020.

MIRANDA, José Carlos. **Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990.** IPEA, Texto para discussão nº 829. Brasília, out. de 2001.

MORAES, Vinicius. **Para uma menina com uma flor.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORCEIRO, Paulo César. **Penetração dos Insumos Importados na Indústria Brasileira.** São Paulo: IEDI, mai. de 2019.

MOREIRA, Maurício Mesquita. A indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer? In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (orgs.) **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

MOREIRA, Maurício Renato Pina; SCHREINER, Sidney. Pesquisas de Origem e Destino na Região Metropolitana do Recife. In: XXXI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRANSPORTE DA ANPET, 2017, Recife. **Anais...** Recife: nov. 2017.

MOREIRA, Sonia Virgínia. A financeirização da indústria de mídia & telecomunicações no Brasil. In: 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2018, Joinville. **Anais...** Joinville: set. 2018.

MOREIRA FILHO, Edgar Fraga; PEREIRA, Wilson. Economia da gasolina - consequências na demanda de autopeças. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.17, n.15, set./out. 1977.

MORISHIMA, Michio. **Why has Japan succeeded? Western technology and the japanese ethos**. New York: Cambridge University Press, 1982.

MOROZOV, Evgeny. Moral panic over fake news hides the real enemy - the digital giants. **The Guardian**, 8 jan. de 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jan/08/blaming-fake-news-not-the-answer-democracy-crisis>>. Acesso em 15 de out. de 2020.

MORRE nos EUA general que conspirou contra Jango. **Folha de São Paulo**, 15 fev. de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1502200212.htm>>. Acesso em 10 de mai. de 2020.

MOTTA, Eugênia. Casas e Economia Cotidiana. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (Org.). **Vida Social e Política nas Favelas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: PAULA; Delsy Gonçalves de.; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha (Orgs.). **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

MOURA, Júlia; CUCOLO, Eduardo. Empresas listadas na Bolsa atravessam a década reduzindo seus investimentos. **Folha de São Paulo**, 03 de abr. de 2021.

MOURA, Maríndia. Madeiras são alvos de ação contra extração ilegal de madeira de reserva indígena de RO. **G1**, 27 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2020/05/27/madeiras-sao-alvo-de-acao-contr-extracao-ilegal-de-madeira-de-reserva-indigena-de-ro.ghtml>>. Acesso em 16 de mai. de 2021.

MURPHY, Raymond. **Social Closure - Theory of Monopolization and Exclusion**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

NAKAMURA, James I. Meiji land reform, redistribution of income, and saving from agriculture. **Economic Development and Cultural Change**, vol. 14, n. 4, Chicago, jul. 1966.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950 - 1980)**. São Paulo: Contexto, 2018.

NAUGHTON, Barry. Is China Socialist? **Journal of Economic Perspectives**, Volume 31, Number 1, Winter 2017.

NOAM, Eli M. **Who owns the world's media? – Media concentration and ownership around the world**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016.

NOGUEIRA, André Magalhães. Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. **CPDOC**, 27 de out. de 2021. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>>. Acesso em 27 de out. de 2021.

NUNES, Clarice. Modernidade pedagógica e política educacional: a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (1931-1935). In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza. **Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

NUNES, Nilza Rogéria. **Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares**. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2018.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE SEGURANÇA VIÁRIA. **Condução de motocicletas no Brasil**. Indaiatuba, São Paulo: 2017. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/conducao-de-motocicletas-no-brasil.pdf>>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **Um estudo da reforma tributária de 1966**. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1978.

OLIVEIRA, João do Carmo; MONTEZANO, Roberto Marcos da Silva. Os limites das fontes de financiamento à agricultura no Brasil. **Estudos Econômicos**, v.12, n.2, São Paulo, ago. de 1982.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. **Consumo e cultura material, São Paulo, Belle Époque (1890 - 1915)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2009.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **O idealismo da constituição**. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

ONZE países com mais seguranças particulares do que policiais. **Forbes**, 18 de set. de 2017. Disponível em: <<https://forbes.com.br/colunas/2017/09/11-paises-com-mais-seguranças-particulares-do-que-policiais/#foto9>>. Acesso em 18 de ago. de 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Um Olhar sobre a Educação**. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <<http://portalods.com.br/publicacoes/education-at-a-glance-2018-um-olhar-sobre-a-educacao/>>. Acesso em 20 de jun. de 2021.

ORSOLINI, Marcio. Boom do Mercado brasileiro atrai novos fabricantes de iates. **Revista Exame**, 13 de dez. de 2011. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/boom-do-mercado-brasileiro-atrai-novos-fabricantes-de-iatres/>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. **O universo do luxo**. São Paulo: Editora Alameda, 2019.

ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela: História e Produção**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

OSORIO, Rafael. Desigualdade e Pobreza. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), **PNAD 2014 - Breves Análises**. Brasília: IPEA, 2015.

OUR WORLD IN DATA. **Recent homicide estimates**. Outubro de 2021. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/homicides#licence>>. Acesso em 9 de out. de 2021.

OYAMA, Patrícia. As novas escolas de elite querem formar líderes cosmopolitas e sensíveis – e cobram caro por isso. **Época Negócios**, 02 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/06/novas-escolas-de-elite-querem-formar-lideres-cosmopolitas-e-sensiveis-e-cobram-carro-por-isso.html>>. Acesso em 05 de ago. de 2019.

PACK, Spencer J. **Aristotle, Adam Smith and Karl Marx: on some fundamental issues in 21 st Century Political Economy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010.

PÁDUA LIMA, Maria Lúcia. **O Euromercado e a expansão do Capital Financeiro**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1985.

PAGE, Benjamin I.; SEAWRIGHT, Jason; LACOMBE, Matthew J. **Billionaires and Stealth Politics**. Chicago: Chicago University Press, 2018.

PARKIN, Frank. **Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique**. Nova York: Columbia University Press, 1979.

PASSARELLI, Silvio; FEIJÓ, Sara Duarte. **Revistas de luxo: o fascinante mundo da mídia AAA**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2014.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). Esperança e Mudança: Uma proposta de governo para o Brasil. **Revista do PMDB**, Rio de Janeiro, ano 2, nº4, out./nov. de 1982.

PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Helio; PAGOTTO, Silvia. **Mudança social e pobreza no Brasil: 1970 - 1980**. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1983.

PATTEN, Alan. **“The Most Natural State”: Herder and Nationalism**. Department of Politics, Princeton University, jun. 2010.

PAULA, Christiane Jalles de. **O Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD**. CPDOC. Disponível em: <

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica>. Acesso em 13 de out. de 2021.

PEDRO Bial abre mansão com móveis de luxo e impressiona com pau-brasil no quintal. **Revista Quem**, 03 set. 2021. Disponível em: < <https://revistaquem.globo.com/Casa-dos-Famosos/noticia/2020/09/pedro-bial-abre-mansao-com-moveis-de-luxo-e-impressiona-com-pau-brasil-no-quintal.html>>. Acesso em 19 de jun. de 2021.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. In: **GEOgraphia**, 17 (35), pp. 10 - 39, 2015.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; SCHWANEN, Tim. **Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): Diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Texto para discussão 1813. Brasília, fev. de 2013.

PEREY, Erik; MEYER, Lionel. **Luxury Attitude: enquête sur le service dans le domaine du luxe et comment s'en inspirer pour fidéliser ses clients**. Paris: Ed. Maxima, 2013.

PESSOA, Daniela. Nos bastidores do Copa. **Revista Veja Rio**, Rio de Janeiro, 10 de ago. de 2011. Disponível em: <<https://vejario.abril.com.br/cidades/copacabana-palace-hotel/>>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

_____. O cirurgião plástico Carlos Fernando Gomes de Almeida é o novo queridinho das celebridades. **Veja Rio**, 05 de jun. de 2017. Disponível em: <<https://vejario.abril.com.br/cidade/cirurgiao-plastico-celebridades-carlos-fernando-gomes/>>. Acesso em 14 de ago. de 2020.

PETRUCCIANI, Stefano. **Modelos de Filosofia Política**. São Paulo: Paulus, 2014.

PFEFFERMAN, Guy; WEBB, Richard. Pobreza e distribuição de renda no Brasil. In: **Revista Brasileira de Economia**, 37 (2), abr./jun., 1983.

PHILIPS, Tom. Did Brazil's evangelical superstar have her husband killed? **The Guardian**, 10 de jun. 2021. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2021/jun/10/floredelis-did-brazil-evangelical-superstar-have-her-husband-killed>>. Acesso em 16 de jun. de 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã Vai Ser Maior: O que Aconteceu com o Brasil e as Possíveis Rotas de Fuga para a Crise Atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHO, Angela. Governo de SP muda merenda, e aluno chega a ter almoço de arroz com farofa. **Folha de São Paulo**, 11 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/governo-de-sp-muda-merenda-e-aluno-chega-a-ter-almoco-de-arroz-com-farofa.shtml>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Hospitais de ponta implantam até biometria para controlar remédios. **Folha de São Paulo**, 25 de ago. de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1806215-hospitais-de-ponta-implantam-ate-biometria-para-controlar-remedios.shtml>>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

PIRES, Felipe Augusto Mariano. Hannah Arendt e o Totalitarismo como Forma de Governo Apoiada na Ralé e nas Massas. **Investigação Filosófica**, Macapá, vol. 11, n. 1, 2020.

POCHMANN, Marcio; CAMPOS, André; BARBOSA, Alexandre; AMORIM, Ricardo; ALDRIN, Ronnie (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

PORCIONATO, Gabriela Lanza; CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Aspectos sociais do Matopiba: Análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Texto para discussão. Brasília, mai. de 2018.

PORTO, Alessandra de Figueiredo. **Copacabana Palace: Imaginário, consumo e estilos de vida no Palácio da Princesinha do Mar**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

_____. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **A Revolução Brasileira/ A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO, Décio de Almeida. **O Teatro Brasileiro Moderno**. São Paulo: Perspectiva - Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PRADO, Magaly. **História do rádio no Brasil**. São Paulo: Editora da Boa Prosa, 2012.

PRADO, Francieli Muller. **Fazendo antropologia na rua: a gênese da produção social da marginalidade entre os “flanelinhas”**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências Sociais, Maringá, 2016.

PREFEITURA de SP faz acordo com iFood e Loggi para segurança de entregador. **Revista Exame**, 18 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/prefeitura-de-sp-faz-acordo-com-ifood-e-loggi-para-seguranca-de-entregador/>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Metas e bases para a ação do governo**. IBGE: Rio de Janeiro, 1970.

PRESSINOTT, Fernanda. Marfrig compra mais ações e agora tem 31,6% da BRF. **Valor Investe**, 03 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2021/06/03/marfrig-compra-mais-acoes-e-agora-tem-316percent-da-brf.ghtml>>. Acesso em 8 de jun. de 2021.

PRIME Fraction Club completa nove anos e prevê crescer 27% em 2017. **Terra**, 31 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/prime-fraction-club-completa-nove-anos-e-preve-crescer-27-em-2017,d9fec61cda3d3c04557d99a1f48b95e1vb670dp2.html>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

PROFESSORES querem saída da Unifesp de Guarulhos. **G1**, 03 de ago. de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/professores-querem-saida-da-unifesp-de-guarulhos.html>>. Acesso em 21 de out. de 2020.

PULICI, Carolina Martins. **O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, 2010.

_____. Prédios neoclássicos no espaço residencial das elites de São Paulo. In: **Estudos Avançados**, 29 (85), pp. 237-261, 2015.

QUADROS, Waldir. **O milagre brasileiro e a expansão da nova classe média**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1991.

_____. **Aspectos da crise social brasileira dos anos oitenta e noventa**. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2003.

_____. **A profundidade da atual crise social**. Texto para Discussão. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, n. 361, Campinas, set. 2019.

QUADROS, Waldir; GIMENEZ, Denis; ANTUNES, Davi José Nardy. Afinal, Somos um País de Classe Média? Mercado de Trabalho, Renda e Transformações Sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, Dawid (Org.) **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 7 (3), pp. 340-353, set./dez. 2015.

QUEIROZ, Rosane. Meu, seu, nosso. **Revista Veja São Paulo**, 01 de jun. de 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/empresas-de-propriedade-fracionada/>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

RABE, Stephen G. **The Killing Zone: The United States Wages Cold War in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicato, Desenvolvimento e Trabalho: Crise Econômica e Ação Política no ABC. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, pp. 217 - 231, Mai./Ago. 2013.

RAMALHO, Y. M. M. et al. **Mudanças Estruturais nas Atividades Agrárias: Uma Análise das Relações Intersectoriais no Complexo Agroindustrial Brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES/DEEST, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **Ainda se pode falar de democracia?** Lisboa: KKYM, 2014.

RANGEL, Natália. Tesouras milionárias. **IstoÉ**, 04 de jul. de 2007. Disponível em: <https://istoe.com.br/200_TESOURAS+MILIONARIAS/>. Acesso em 13 de ago. de 2020.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Belknap Press, 1971.

REBELLO, Aiuri. André do Rap, elo do PCC com a máfia italiana na rota da cocaína, surfa nos embates do Judiciário. **El País**, São Paulo, 14 out. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-14/andre-do-rap-tino-empresarial-e-elo-com-mafia-italiana-na-principal-rota-da-cocaina-rumo-a-europa.html>. Acesso em 15 de out. de 2020.

RECEITA identifica 2,1 mil brasileiros com imóveis não declarados em Miami. **IG**, 18 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2017-07-18/miami-imoveis.html>>. Acesso em 15 de ago. de 2020.

REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS. **Controle Territorial Armado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2020.

REGO, José Lins. **Gordos e magros: ensaios**. Rio de Janeiro: C.E.B., 1942.

REYDON, Bastiaan; FERNANDES, Vitor Bukvar; SIMIQUELI, Roberto Resende; BUENO, Ana Paula. **Projeto Governança Fundiária no Mato Grosso**. Campinas, dez. 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/65992251-Pmms-projeto-governanca-fundiaria-no-mato-grosso-relatorio-final-campinas-dezembro-de-2014.html>>. Acesso em jul. de 2019.

RIBEIRO, Bruno. Compartilhamento por aplicativo chega aos táxis aéreos. **O Estado de São Paulo**, 31 de ago. de 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,compartilhamento-estilo-uber-chega-aos-taxis-aereos,10000073052>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROCHA, Glauber. **Estética da fome**. Manifesto lido em 1965, em Gênova (Itália). Disponível em: <<https://hambrecine.files.wordpress.com/2013/09/eztetyka-da-fome.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. A instrução pública na Bahia 1924-1928: Anísio Teixeira. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza. **Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

ROCHA, Matheus. Superlotados, com cirurgias à luz de velas: a realidade dos hospitais públicos brasileiros. **Revista Época**, 11 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/superlotados-com-cirurgias-luz-de-velas-realidade-dos-hospitais-publicos-brasileiros-23657633>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

ROCHA, Sônia. Estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil: opções metodológicas. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. **Pobreza no Brasil - Afinal, de que se trata?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROCHA LIMA, Valentina; RAMOS, Plínio de A. **Tancredo Fala de Getúlio**. São Paulo: L&PM Editores, 1986.

RODRIGUES, Emerson; FEITOSA, Márcia; MELO, Emanoela Campelo de. Cúpula do PCC gastou R\$ 8,5 milhões em carros e imóveis ao chegar no Ceará. **Diário do Nordeste**, 21 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/cupula-do-pcc-gastou-r-8-5-milhoes-em-carros-e-imoveis-ao-chegar-no-ceara-1.1897594>>. Acesso em 08 de ago. de 2020.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Sindicato**. CPDOC, 2020. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SINDICATO.pdf>>. Acesso em 13 de out. de 2020.

RODRIGUES, Robson; RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio. **A segurança privada no Rio de Janeiro e no Brasil: Tamanho e Evolução**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2019.

RODRIGUES, Rute Imanishi. Uma construção complexa: necessidades básicas, movimentos sociais, governo e mercado. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (Org.). **Vida Social e Política nas Favelas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2016.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. A Constituição de 1988 e a comunicação: a história de um processo inacabado de regulamentação. **Revista Mosaico**, vol. 4, nº 7, Rio de Janeiro, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito: São Paulo: espaço, história e política**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ROSSETTI, Fernando; SIMÕES, Rogério. Governo quer liberalizar ensino superior. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de ago. de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff310801.htm>>. Acesso em 21 de out. de 2020.

ROSSI, Marina. O alarmante uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos. **El País**, São Paulo, 30 de abr. de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flávio. Economia Política da Austeridade. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luísa Matos de. **Economia para poucos: impactos sociais e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018.

RUAS, José Augusto Gaspar. **Dinâmica de concorrência na indústria parapetrolífera offshore: evolução mundial do setor de equipamentos subsea e o caso brasileiro**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **Militares e desenvolvimento no Brasil: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins do século XIX do tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo**. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.

SALGADO, Eduardo. O avanço da elite no campo: Quem são e como vivem os brasileiros da fatia do país à prova de crise. **Revista Veja**, ano 37, n. 39, 29 de set. de 2004.

SALIS, Carmen Lúcia Gomes de. **Estatuto da Terra: Origem e (Des)Caminhos da Proposta de Reforma Agrária nos Governos Militares**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, História e Sociedade, Assis, SP, 2008.

SALLA, Thiago Mio. Literatura, Política e Legitimação Institucional: **O Romance de 1930 e o Modernismo de 1922 segundo a retórica estadonovista**. Teresa: Revista de Literatura Brasileira, 16. São Paulo, 2015.

SALOMON, Marta. A nova corrida do ouro na Amazônia: onde garimpeiros, instituições financeiras e falta de controle se encontram e avançam sobre a floresta. **Texto para discussão n.4, Instituto Escolhas**, mai. de 2020. Disponível em: <https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/05/TD_04_GARIMPO_A-NOVA-CORRIDA-DO-OURO-NA-AMAZONIA_maio_2020.pdf>. Acesso em 15 de mai. de 2021.

SALTORATO, Patrícia; DOMINGUES, Larissa Cecília; DONADONE, Júlia César; SANCHES, Eliane Costa; SOLA, Fernanda. Fusões, aquisições e difusão da lógica financeira sobre as operações de varejo brasileiro. **Revista Gestão da Produção**, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 84 - 103, 2016.

SAMORA, Roberto. Conselhos de SLC e Terra Santa aprovam acordo para formação de gigante do agro. **Yahoo Finanças**, 21 de mai. de 2021. Disponível em: <https://br.financas.yahoo.com/noticias/conselhos-slc-e-terra-santa-123210123.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlMmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAI43wudzrXplEVPZBImkixIh6EnVu2whclimbXSWCRRnyY9S9NxnclNoSJDA7YOfcCDPKRuKWCLoyHk0GPvsmJ19iP1c_QVC21LdxkkfhGdfA_uNJ00uHBoRsnwCMMhGfzJyalzM2KHYjGyEGtw2XP6urcghYSF5jPi9YQef562J>. Acesso em 26 de mai. de 2021.

SANDEL, Michael. **A Tirania do Mérito: O Que Aconteceu com o Bem Comum?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SARAIVA, Camila. Revisitando a dinâmica social das Favelas. In: MARQUES, Eduardo (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2015.

SCANTIMBURGO, João de. **José Ermírio de Moraes: o homem, a obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SHELLER, Fernando; LUZ, Cátia. O Brasil sai da crise do coronavírus mais fragilizado, diz Alfredo Setubal. **O Estado de S. Paulo**, 23 de set. de 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-brasil-sai-da-crise-do-coronavirus-mais-fragilizado-diz-alfredo-setubal,70003448734>>. Acesso em 26 de out. de 2020.

SCHINCARIOL, Juliana. CEOs têm remuneração 600 vezes maior que funcionário. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 29 de set. de 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/carreira/noticia/2020/09/28/ceos-tem-remuneracao-600-vezes-maior-que-funcionario.ghtml>>. Acesso em 15 de out. de 2020.

SCHMIDT, Blake. Sempre polêmico, Daniel Dantas fica bilionário com pecuária. **Bloomberg**, 14 de jun. de 2017. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com.br/blog/sempre-polemico-daniel-dantas-fica-bilionario-com-pecuaria/>>. Acesso em 11 de out. de 2020.

SCHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-Siècle: Política e Cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

_____. **The Economics and Sociology of Capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **O Pai de Família e Outros Estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SEBRAE. **Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**. Brasília: SEBRAE, 2018.

SEBRAE (a). **O Financiamento dos Pequenos Negócios**. Brasília: SEBRAE, 2019.

SEBRAE (b). **Pesquisa Perfil da ME e EPP**. Brasília: SEBRAE, 2019.

SEN, Amartya K. **On Economic Inequality**. Delhi: Oxford University Press, 1973.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERRA, Adriana Stankiewicz. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2017.

SERRA, José C. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio Sobre a Crise - vol. 01**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

SERRA, Paolla. Número de baleados que dão entrada no Hospital Getúlio Vargas passa de um por dia este ano. **Jornal Extra**, 12 de abr. de 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/numero-de-baleados-que-dao-entrada-no-hospital-getulio-vargas-passa-de-um-por-dia-este-ano-15847803.html>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

SERVILHA, Valdemar. O financiamento da agricultura brasileira. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1994.

SETTE, Guilherme; VILARDAGA, Vicente. O drama dos professores brasileiros. **Revista IstoÉ**, 18 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-drama-dos-professores-brasileiros/>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza Homem de. **A Canção no Tempo: 85 anos de músicas brasileiras - Vol. 1: 1901-1957**. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____. **A Canção no Tempo: 85 anos de músicas brasileiras - Vol. 2: 1958-1985.** São Paulo: Editora 34, 2015.

SHERMAN, Rachel. **Class Acts: Service and inequality in luxury hotels.** California: University of California Press, 2007.

SHOPPING muda de foco na crise: em vez de loja, uma igreja. **Pequenas Empresas, Grandes Negócios**, 06 de mai. de 2018. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2018/05/shopping-muda-de-foco-na-crise-em-vez-de-loja-uma-igreja.html>>. Acesso em 24 de ago. de 2020.

SILVA, Adroaldo Moura da. **Intermediação Financeira no Brasil: origens, estrutura e problemas.** São Paulo: USP - FEA, 1978.

SILVA, Carlos Freire da. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo.** Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

SILVA, Carlos Henrique Costa. **A hotelaria e o comércio de luxo nas metrópoles de São Paulo e Buenos Aires.** Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

_____. O lugar dos hotéis de luxo na metrópole: negócios e turismo em São Paulo. **Revista Percursos**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 97-123, 2010.

SILVA, José Graziano; KAGEYAMA, Ângela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1996.

SILVEIRA, Joel. **A milésima segunda noite da Avenida Paulista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVESTRINI, André Dressano; LIMA, Roberto Arruda Souza Lima. Securitização da dívida rural brasileira: o caso do Banco do Brasil de 1995 a 2008. In: **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, n.04, out/dez 2011.

SMART, Barry. **Consumer Society: Critical Issue and Environmental Consequences.** Los Angeles: SAGE, 2010.

SOARES, Flávia Cristina. **Juventude e estilo de vida: um estudo sobre torcida organizada.** Rio de Janeiro: Ed. Jaguatirica, 2019.

SOARES, Ingrid. Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o marido. **Correio Braziliense**, 24 de set. de 2019. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>>. Acesso em 16 de jun. de 2021.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Falta de médicos e de remédios: 10 grandes problemas da saúde brasileira. **Uol**, São Paulo, 09 de maio. de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/listas/falta-medico-e-dinheiro-10-grandes-problemas-da-saude-no-brasil.htm>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

SOMBART, Werner. **Lujo y capitalismo**. Madri: Editora Sequitur, 2009.

SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. **Perto da Justiça, Longe do Cidadão: a Administração Judicial das Eleições no Brasil (1881-1932)**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2017.

SOUZA, Cleber. Fila sem fim, 40 min para entrar: o “corre” no metrô mais cheio da periferia. **Uol**, São Paulo, 27 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/27/apos-concessao-demanda-sobe-42-e-estacao-capao-e-a-10-mais-cheia-de-sp.htm>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

SOUZA, Fernanda. Courchevel, na França, é um dos resorts de esqui mais luxuosos. **Revista Viagem**, 28 de dez. de 2014. Disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/materias/courchevel-na-franca-e-um-dos-resorts-de-esqui-mais-luxuosos-do-planeta/>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Brasília, 2016.

SPADOTTO, Bruno Rezende; SAWELJEW, Yuri Martenauer; FREDERICO, Samuel; PITTA, Fábio Teixeira. Financial capital, land grabbing and multiscale strategies of corporations specializing in the land market in the Matopiba region (Brazil). **Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration (RANEP)**, Moscow, Russia, 13-16 de Out. de 2017.

STOCHERO, Tahiane. Venda de aviões privados cresce no país mirando novo tipo de público. **G1**, São Paulo, 08 de abr. de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/venda-de-avioes-privados-cresce-no-pais-mirando-novo-tipo-de-publico.html>>. Acesso em 19 de jun. de 2020.

SUPER-RICOS têm isenção de 60% no IR; restante dos contribuintes, 25%. **Correio Braziliense**, 06 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/07/4935856-super-ricos-tem-isencao-de-60--no-ir-restante-dos-contribuintes-25.html>>. Acesso em: 9 de out. de 2021.

SUZIGAN, Wilson. Política Cambial Brasileira, 1889-1946. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 25, n. 3, Rio de Janeiro, 1971.

TÁPIA, Jorge B. **A trajetória da política de informática brasileira (1974-1991): Atores, instituições e estratégias**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea. In: REGO, José M. (org.) **Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TAVARES, Walkyria Menezes leitão. **A indústria eletrônica no Brasil e seu impacto sobre a balança comercial**. Estudo Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, Brasília, 2001.

TAYLOR, Charles. **Democracia Republicana - Republican Democracy**. Santiago, Chile: LOM Ediciones, 2016.

TELLES, Vera. **Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza**. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo. **Caderno CRH 19**, Salvador, 1993.

_____. Direitos Sociais: afinal, do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, 37, pp. 34-45, mar./mai., 1998.

TELLES, Vera; CABANES, Robert (Orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

TITMUSS, R. **Essays on the “Welfare state”**. New Haven: Yale University Press, 1959.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. São Paulo: Ed. Moderna, 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

TOLEDO, Giuliana de. Médicos ganham salários de jogador de futebol e têm passe milionário. **Revista Galileu**, 20 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/03/medicos-ganham-salarios-de-jogador-de-futebol-e-tem-passe-milionario.html>>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

TOMAZELA, José Maria. Após boom, Sorocaba vê shoppings às moscas. **O Estado de São Paulo**, 08 de jun. de 2015. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-boom--sorocaba-ve-shoppings-as-moscas---imp,1701894>>. Acesso em 26 de jul. de 2020.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Civil Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TRÊS anos depois de lei, 70% das domésticas estão na informalidade. **Revista Exame**, 12 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/tres-anos-depois-de-lei-70-das-domesticas-estao-na-informalidade/>>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

UGOLINI, Edda; TAVARES, Elisa; LUGLIO, Gizella. **Casando com Boutique de 3**. Rio de Janeiro: 3R Studio Editora, 2016.

UNDP. **Human Development Report 2015: Work for human development**. New York: UNDP, 2015.

UNICEF. **Homicídios de crianças e adolescentes**. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em 13 de out. de 2021.

UNIVERSAL oferece comida nas portas de hospitais públicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 de ago, de 2019. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1641064729805929-grupo-saude-da-universal>>. Acesso em 23 de jun. de 2020.

VALIM, Carlos Eduardo. A saúde encontra o luxo. **IstoÉ Dinheiro**, maio de 2019. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/a-saude-encontra-o-luxo-albert-einstein-sirio-libanes/>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

_____. O mar está para luxo. **Revista IstoÉ Dinheiro**, 02 de jun. de 2017. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/o-mar-esta-para-o-luxo/%3e>>. Acesso em 28 de jun. de 2020.

VARELLA, Claudia. Viagem de 7 dias de primeira classe para mesmo resort da Anitta custa R\$104 mil. **Economia Uol**, 16 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/16/maldivas-quanto-custa-viagem-resort-anitta.htm>>. Acesso em 20 de mai. de 2019.

VARGAS, Getúlio. O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país. In: **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1934.

VARGAS, Getúlio; COSTA, Artur de S. **DECRETO-LEI Nº 6.224 de 24 DE JANEIRO DE 1944**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6224.htm>. Acesso em 7 de nov. de 2016.

VEBLER, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa: Um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VELOZO, Erica Jann; PINHEIRO, Leonardo Barboza; SANTOS, Marcos José Araújo; CARDOZO, Julio Sergio de Souza. Concentração de Firms de Auditoria: Atuação das *Big Four* no Cenário Empresarial Brasileiro. **Pensar Contábil**, v. 15, n. 58, Rio de Janeiro, set./dez. 2013.

VENÂNCIO, Romuldo. A multiplicação dos peixes no alto do “paranazão”. **Plant Project**, 16 de abr. de 2020. Disponível em: <<http://plantproject.com.br/novo/2020/04/multiplicacao-dos-peixes-no-alto-do-paranazao/>>. Acesso em 5 de ago. de 2020.

VETERANS FOR PEACE. **Timeline of U.S. Acts of Aggression in Latin America**, 2021. Disponível em: <veteransforpeace.org>. Acesso em 9 de mai. de 2021.

VEYNE, Paul. **História da Vida Privada - volume 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1988.

VILICIC, Filipe; SALDAÑA, Paulo; SOBRINHO, Wanderley Preite. **Tiros e bisturis: a vida e a morte no Heliópolis, hospital fincado na maior favela de São Paulo**. Publicação eletrônica disponível na Amazon, 2007.

VILLA, Marco Antonio. **Collor Presidente**. São Paulo: Record, 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Estúdio Nobel Fapesp e Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, vol. 25, n. 71, São Paulo, Jan./Abr. 2011.

VILLA-LOBOS, Heitor. **Educação Musical**. Relatório completo sobre o programa de implantação nacional do ensino de canto orfeônico nas escolas. Boletim Latino-Americano de Música VI (VI-1), Rio de Janeiro, 1946

VOZA, Pasquale. Risorgimento. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

WACQUANT, Löic. **Castigar a los pobres: el gobierno neoliberal de la inseguridad social**. Barcelona: Gedisa, 2009.

WAGNER-MARTIN, Linda. **American Modernism**. New York: Routledge, 2016.

WEBER, Isabella M. **How China Escaped Shock Therapy**. Londres: Routledge, 2021.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad - Esbozo de Sociología Comprensiva**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

_____. **A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBSTER, Frank. **Theories of the Information Society**. Nova York: Routledge, 2006.

WEIMANN, Guilherme. Petrobrás vai distribuir dividendos maiores do que o lucro obtido em 2020. **Sindipetro Unificado**, 01 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://sindipetrosp.org.br/petrobras-vai-distribuir-dividendos-maiores-do-que-o-lucro-obtido-em-2020/>>. Acesso em 15 de mai. de 2021.

WILLIAMSON, John. **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

WILMERS, Nathan. Does Consumer Demand Reproduce Inequality? High-Income Consumers, Vertical Differentiation, and the Wage Structure. **American Journal of Sociology**, n. 1, pp. 178 - 231, jul. 2017.

WINSLOW, E. G. Keynes and Freud: Psychoanalysis and Keynes's Account of the "Animal Spirits" of Capitalism. **Social Research**, Baltimore, vol. 53, n. 4, 1986.

WISNIK, José Miguel. Getúlio da Paixão Cearense: Villa-Lobos e o Estado Novo. In: WISNIK, José Miguel; SQUEFF, Ênio. **O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WIZIACK, Julio. Novos ricos prosperam com agronegócio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de jan. de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/204433-novos-ricos-prosperam-com-agronegocio.shtml>>. Acesso em 15 de jun. de 2020.

WORLD BANK. **Female Intentional homicides**. Outubro de 2021. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=VC.IHR.PSRC.FE.P5&country=#>>. Acesso em 9 de out. de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on road safety 2018**. 12 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789241565684>>. Acesso em 9 de out. de 2021.

WORLD PRISON BRIEF. **Highest to Lowest Prison Population Total**. Outubro de 2021. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All>. Acesso em 9 de out. de 2021.

WRIGHT MILLS, Charles. **A nova classe média: White Collar**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1969.

ZANETIC, André. **A questão da segurança privada: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança**. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2005.

ANEXOS**Anexo 1**

Quadro 7 - *Ranking* dos bilionários brasileiros da *Forbes* em dólares (março/2019)

Ranking brasileiro	Ranking mundial	Bilionário	Patrimônio (em bilhões de dólares)	Empresa	Ramo de atividade
1	31	Joseph Safra	25,2	Banco Safra	Financeiro
2	35	Jorge Paulo Lemann	22,8	Anheuser-Busch InBev	Bebidas
3	138	Marcel Herrmann Telles	9,9	Anheuser-Busch InBev	Bebidas
4	140	Eduardo Saverin	9,7	Facebook	Redes Sociais
5	162	Carlos Alberto Sicupira	8,9	Anheuser-Busch InBev	Bebidas
6	645	José João Abdalla Filho	3,4	Banco Clássico (acionista majoritário em diversas empresas estatais)	Financeiro
7	715	Abílio Diniz	3,1	Grupo Pão de Açúcar	Rede varejista de alimentos
8	715	Fernando Roberto Moreira Salles	3,1	Herdeiro Banco Unibanco	Financeiro
9	715	João Moreira Salles	3,1	Herdeiro Banco Unibanco	Financeiro
10	715	Pedro Moreira Salles	3,1	Herdeiro Banco Unibanco	Financeiro
11	715	Walther Moreira Salles Junior	3,1	Herdeiro Banco Unibanco	Financeiro
12	745	Andre Esteves	3	Banco Pactual	Financeiro
13	877	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	2,6	Herdeiro Banco Itaú	Financeiro
14	916	Jayne Garfinkel	2,5	Porto Seguro	Seguradora
15	916	João Roberto Marinho	2,5	Globo	Mídia
16	916	José Roberto Marinho	2,5	Globo	Mídia
17	916	Roberto Irineu Marinho	2,5	Globo	Mídia
18	962	Ana lucia de Mattos Barretto Villela	2,4	Herdeira Banco Itaú	Financeiro
19	1008	Walter Faria	2,3	Grupo Petrópolis	Bebidas
20	1008	Candido Pinheiro Koren de Lima	2,3	Hapvida	Hospitais e clínicas
21	1057	José Luis Cutrale	2,2	Sucocitricut Cutrale	Suco de laranja concentrado
22	1057	Alceu Ellas Feldmann	2,2	Fertipar	Fertilizantes e pesticidas
23	1057	Luis Frias	2,2	PagSeguro Digital e Fundador UOL	Pagamento eletrônico e mídia
24	1057	Luciano Hang	2,2	Havan	Rede de lojas de departamento
25	1057	Jorge Moll Filho	2,2	Rede D'Or	Hospitais e Laboratórios
26	1057	Ermirio Pereira de Moraes	2,2	Herdeiro Votorantim	Agronegócio, cimento, energia, finanças, indústria química, metalurgia, papel e celulose
27	1057	Maria Helena Moraes Scripilliti	2,2	Herdeira Votorantim	Agronegócio, cimento, energia, finanças, indústria química, metalurgia, papel e celulose
28	1057	Nevaldo Rocha	2,2	Riachuelo	Rede varejista de vestuário
29	1116	Aloysio de Andrade Faria	2,1	Banco Real	Financeiro
30	1168	Dulce Pugliesi de Godoy Bueno	2	Amil	Seguro saúde
31	1168	Alexandre Grendene Bartelle	2	Grendene	Calçados
32	1281	João Alves de Queiroz Filho	1,8	Hypermarcas	Bens de consumo corrente
33	1281	Julio Bozano	1,8	Banco Bozano	Financeiro
34	1281	Carlos Sanchez	1,8	EMS	Farmacêutico
35	1349	Antônio Luiz Seabra	1,7	Natura	Cosméticos
36	1349	Ricardo Villela Marino	1,7	Herdeiro Banco Itaú	Financeiro
37	1425	Luiza Helena Trajano	1,6	Magazine Luiza	Rede varejista de eletrônicos e móveis
38	1425	Rodolfo Villela Marino	1,6	Herdeiro Banco Itaú	Financeiro
39	1511	Lia Maria Aguiar	1,5	Herdeira Bradesco Bradesco	Financeiro
40	1511	Daniel Feffer	1,5	Suzano	Papel e celulose
41	1511	David Feffer	1,5	Suzano	Papel e celulose
42	1511	Ruben Feffer	1,5	Suzano	Papel e celulose
43	1511	Lirio Parisotto	1,5	Videolar e Innova	Petroquímico
44	1511	José Isaac Peres	1,5	Multiplan	Shopping Centers
45	1605	Jorge Feffer	1,4	Suzano	Papel e celulose
46	1605	Liu Ming Chung	1,4	Nine Dragons	Papel e celulose
47	1605	Paulo Setubal Neto	1,4	Banco Itaú	Financeiro
48	1717	Joesley Batista	1,3	JBS	Alimentos
49	1717	Wesley Batista	1,3	JBS	Alimentos
50	1818	Samuel Barata	1,2	Drogarias DPSP	Farmacêutico
51	1818	Miguel Krigsner	1,2	Fundador Boticário	Cosméticos
52	1818	Jorge Pinheiro Koren de Lima	1,2	Herdeiro Hapvida	Hospitais e clínicas
53	1818	Candido Pinheiro Koren de Lima Junior	1,2	Herdeiro Hapvida	Hospitais e clínicas
54	1941	Maria Angela Aguiar Bellizia	1,1	Herdeira Banco Bradesco	Financeiro
55	1941	Maurizio Billi	1,1	Eurofarma	Farmacêutico
56	1941	Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	1,1	Vice-presidente CCR	Infraestrutura
57	1941	Rubens Menin Teixeira de Souza	1,1	MRV Engenharia, Banco Inter	Engenharia, Financeiro
58	2057	Pedro Grendene Bartelle	1	Grendene, Vulcabras Azaleia	Calçados

Fonte: Forbes (março/2019).

Anexo 2

Quadro 8 - Check-list de prestadores de serviços de casamentos e outras festas indicado pela empresa “Boutique de 3”

-
1. Gráfica especializada e Calígrafa: papelaria
 - 1.1. *Save the date*
 - 1.2. Convite
 - 1.3. *Site* dos noivos
 - 1.4. Cartão de agradecimento
 - 1.5. Criação da identidade visual do casamento (cor, estilo, monograma, tipo de letra etc.)
 2. Audiovisual: fotógrafo, *videomaker*, cinegrafista
 3. DJ
 4. Atração principal
 - 4.1. Artista
 - 4.2. Montagem e desmontagem do palco
 - 4.3. Equipe de som e luz
 5. Coral e orquestra
 6. Maquiador
 7. Cabelereiro
 8. Estilista
 9. Bufê: *chefs*, auxiliares, garçons, copeiras
 10. Doces: doceira, *cake designer*
 11. Bebidas e *drinks*: *bartender*
 12. Manobristas e seguranças
 13. Lembrancinhas
 14. Decoradora
 15. Equipe de toalete
 16. Equipe de limpeza
 17. Buquê e floristas
 18. Equipe de receptivo
 19. Lugar do casamento
 20. Celebrante
 21. *Happy hour* exclusivo para madrinhas e padrinhos
 22. Chá de cozinha
 23. Chá bar
 24. *Destination wedding*
-

Fonte: Elaborado a partir de UGOLINI, Edda; TAVARES, Elisa; LUGLIO, Gizella. Casando com Boutique de 3. Rio de Janeiro: 3R Studio Editora, 2016.

Anexo 3

Tabela 47 - Preços de alguns dos procedimentos realizados no Hospital Albert Einstein

Procedimento	Diária	Tempo Cirúrgico	Morumbi (R\$)	Perdizes (R\$)
Erradicação de Varizes	1 dia	2 horas	8.798,90	5.397,42
Apendicectomia Videolaparoscópica	2 dias	2 horas	17.814,76	14.627,18
Colecistectomia Videolaparoscópica	1 dia	2 horas	15.821,30	12.808,57
Gastroplastia Videolaparoscópica	4 dias	4 horas	33.232,50	-
Hemorroidectomia	1 dia	2 horas	9.988,65	7.870,56
Herniorrafia Inguinal ou Umbilical sem uso de vídeo	1 dia	2 horas	8.279,46	6.386,48
Hernia Epigástrica OU Umbilical Convencional Perdizes	Day Clinic	1h30	-	4.793,72
Hernia Inguinal Bilateral Convencional Perdizes	1 dia	3 horas	-	7.269,42
Hernia Inguinal Bilateral Vídeo Perdizes	1 dia	3h30	-	12.247,08
Hernia Inguinal Unilateral Convencional Perdizes	1 dia	2 horas	-	6.273,68
Hernia Inguinal Unilateral Vídeo Perdizes	1 dia	2h30	-	11.176,83
Infiltração Peridural de Corticoide Day Clinic	Day Clinic	01 hora	3.553,99	3.105,43
Tireoidectomia	2 dias	4 horas	18.693,26	16.276,86
2º Tempo Reconstrução de Mama	1 dia	4 horas	10.020,82	8.352,48
Exereses de Nódulo de Mama	Day Clinic	1h30	8.707,67	7.399,91
Linfadenectomia Axilar	1 dia	2 horas	10.193,82	8.413,86
Mastectomia com Linfadenectomia	3 dias	5 horas	23.515,57	-
Mastectomia com ou sem Linfonodo Sentinela	3 dias	4 horas	19.256,14	16.584,24
Mastectomia com Reconstrução (exclui próteses)	3 dias	6 horas	27.092,36	-
Quadrantectomia/Setorectomia de Mama com Linfadenectomia	2 dias	4 horas	15.404,85	-
Artroscopia de Joelho ¹	Day Clinic	2 horas	10.552,50	6.954,00
Cirurgia de Calázio	Day Clinic	1h30	3.792,82	3.071,46
Cirurgia de Pterígio	Day Clinic	1h30	3.655,47	2.963,31
Correção de Estrabismo	Day Clinic	2 horas	5.564,73	4.505,60
Facectomia	Day Clinic	1h30	5.580,54	4.520,67
Facectomia C/ Facoeulsificação	Day Clinic	1h30	7.294,72	6.023,96
Retinopexia	Day Clinic	2 horas	7.469,87	5.801,53
Sondagem das Vias Lacrimais	Day Clinic	1h30	3.768,22	3.022,22
Trabeculectomia (Tratamento de Glaucoma)	Day Clinic	2 horas	7.699,14	5.984,51
Transplante de Córnea	Day Clinic	4 horas	7.323,92	-
Transplante de Córnea com Intralase	Day Clinic	1h30	8.869,12	-
Transplante de Córnea com Intralase/ Trepano Geral	Day Clinic	1h30	8.960,62	-
Vitrectomia	Day Clinic	2 horas	8.067,49	7.046,70
Abdominoplastia/Dermolipectomia	1 dia	4h30	10.182,00	7.130,00
Bichectomia	Day Clinic	1h30	4.547,67	3.469,87
Blefaroplastia Day Clinic	Day Clinic	2 horas	4.865,00	3.470,00
Cirurgia de Implante Capilar	1 dia	1h30	7.335,00	-
Cirurgia de Mohs	Day Clinic	4 horas	8.125,00	5.920,00
Correção de Cicatriz	Day Clinic	2 horas	4.485,00	3.550,00
Correção de Orelha de Abano	Day Clinic	2 horas	4.870,00	3.605,00
Correção de Ginecomastia	Day Clinic	2 horas	6.155,00	4.205,00
Dermolipectomia Braquial	1 dia	4 horas	7.580,00	6.475,00
Dermolipectomia de Coxa	1 dia	4 horas	8.250,00	7.050,00
Exereses de Cisto Sebáceo ou Nevus Day Clinic	Day Clinic	1h30	4.415,00	2.755,00
Hiperhidrose Axilar Day Clinic Perdizes	Day Clinic	1h30	-	3.600,00
Inclusão de Prótese de Mento ²	Day Clinic	1 hora	3.850,00	3.500,00
Inclusão/Retirada de Prótese ou Expansor em qualquer região ²	Day Clinic	2 horas	6.179,00	4.182,00
Lipoabdominoplastia	01 dia	5h30	11.850,00	10.050,00
Lipoaspiração 01 hora	Day Clinic	01 hora	4.250,00	3.600,00
Lipoaspiração 02 horas	Day Clinic	02 horas	5.685,00	4.000,00
Lipoaspiração 04 horas	Day Clinic	04 horas	6.834,00	4.750,00
Mamoplastia/ Mastopexia com ou sem Inclusão de Prótese ²	1 dia	4 horas	8.195,00	6.085,00
Mentoplastia	Day Clinic	4 horas	6.070,00	5.200,00
Ninfoplastia	Day Clinic	1h30	4.041,30	2.980,95
Rinoplastia	Day Clinic	3 horas	6.442,00	4.270,00
Ritidoplastia 1/3 (Superior ou Inferior) / Mini-Lifting	Day Clinic	4 horas	7.750,00	6.180,00
Ritidoplastia/Lifting (Inclui a Blefaroplastia)	1 dia	5 horas	9.740,00	6.810,00
Ablação de Próstata a Laser	02 dias	03 horas	21.300,00	-
Cirurgia de Varicocele	Day Clinic	1h30	5.600,84	4.486,31
Cistoscopia com Biópsia (Centro Cirúrgico)	Day Clinic	1 hora	5.000,00	4.450,00
Correção de Hidrocele	Day Clinic	1h30	4.704,80	3.672,55
Implante Duplo J	Day Clinic	1 hora	5.172,75	4.950,00
Nefrectomia Parcial Robótica	3 dias	5 horas	32.810,00	-
Nefrectomia Radical Robótica	2 dias	4 horas	24.425,00	-
Orquidopexia	Day Clinic	1h30	6.484,05	5.040,14
Pieloplastia Robótica	3 dias	4 horas	27.250,00	-
Postectomia Day Clinic	Day Clinic	1 hora	4.143,43	3.314,74
Prostatectomia e ou Linfadenectomia Pélvica Robótica	3 dias	5 horas	28.000,00	-
Prótese Peniana (Exclui a Prótese)	Day Clinic	2 horas	6.289,89	4.928,94
RTU de Bexiga	3 dias	2 horas	12.350,00	-
RTU de Próstata	3 dias	2 horas	15.449,23	-
Ureterolitotripsia Flexível	2 dias	2 horas	18.227,32	18.227,32
Ureterolitotripsia Rígida	2 dias	2 horas	15.482,24	15.482,24
Ureterolitotripsia Rígida e Flexível	2 dias	2 horas	20.093,98	20.093,98
Vasectomia Day Clinic	Day Clinic	1 hora	3.856,44	3.120,97

* Não estão inclusos: Atendimento no PA; Exames pré-operatórios; Próteses e/ou Órteses; Intercorrências/complicações ocorridas no período previsto do PG; Reoperações; Internação em outro aposento senão o contemplado; Medicamentos para patologias não relacionadas ao PG; Quimioterápicos; Serviço de apoio nutricional, suplementos alimentares, dietas enterais e/ou parenterais.

** Valores referentes a fevereiro de 2019.

Fonte: <https://medicalsuite.einstein.br/apoio-comercial/Paginas/procedimentos-gerenciados.aspx#>

Anexo 4

Quadro 9 - Lista das universidades nas quais os alunos da *Chapel - The international American School of Brazil* foram aprovados entre 2016 a 2019

ARGENTINA

Pontificia Universidad Católica Argentina

Universidad Del Salvador

BRASIL

Escola Superior de Propaganda e *Marketing*

Fundação Armando Alvares Penteado

Fundação Getúlio Vargas

Inspere

Instituto Mauá de Tecnologia

Universidade de São Paulo

Universidade Presbiteriana Mackenzie

CANADÁ

Carleton University

Concordia University

Dalhousie University

Memorial University of Newfoundland

University of Alberta

University of British Columbia

University of Calgary

University of Ontario

University of Saskatchewan

University of Toronto

CHINA

New York University- Shanghai

EMIRADOS ÁRABES

NYU Abu Dhabi

ESPANHA

Esade Business & Law Schools

IE University

Suffolk University, Madrid

ESTADOS UNIDOS

American University

Augustana College

Babson College

Baylor University

Bentley University

Boston College

Boston University

Bradley University
California College of the Arts
California State University, Fresno
California State University, Long Beach
Calvin College
Clemson University
College of William & Mary
Colorado College
Colorado State University
Columbia College of Chicago
Chapman University
Clark University
DePaul University
Drexel University
Eckerd College
Emory University
Eugene Lang College - The New School of Liberal Arts, NY
Flagler College
Florida Institute of Technology
Florida International University
Florida Southern College
Fordham University
Full Sail University
Georgetown University
Georgia Institute of Technology
George Washington University
Hawaii Pacific University
Hofstra University
Hult International Business School
Indiana University Bloomington
Iona College
Lasell College
Lehigh University
Lesley University
Louisiana State University
Loyola Marymount University
Loyola University Chicago
Loyola University New Orleans
Lynn University
Marist College
Marymount Manhattan College
Massachusetts College of Pharmacy and Health Sciences
Merrimack College
Miami University in Oxford
Michigan State University
Mount Ida College
Mount Olive College
New York University
Newbury College
Northeastern University

Northwestern University
Pace University
Pennsylvania State University
Pepperdine University
Pratt Institute
Purdue University
Rensselaer Polytechnic Institute
Rochester Institute of Technology
Roger Williams University
Rollins College
San Diego State University
Savannah College of Art & Design
SCAD
Seattle University
Seton Hall University
Skidmore College
St. John's University
St. Leo University
St. Thomas University
Stetson University
Suffolk University
SUNY Stony Brook University
SUNY at Buffalo
Syracuse University
Temple University
The George Washington University
The New School – Parsons
The Ohio State University
The University of North Carolina of Chapel Hill
Tufts University
University of California, Berkeley
University of California , San Diego
University of California, Davis
University of California, Irvine
University of California, Riverside
University of California, Santa Barbara
University of Chicago – Illinois
University of Colorado Boulder
University of Georgia
University of Illinois- Urbana Champaign
University of Iowa
University of Massachusetts Amherst
University of Massachusetts Boston
University of Miami
University of Michigan
University of Nebraska
University of Nebraska Lincoln
University of New Hampshire
University of New Haven
University of Notre Dame

University of Pennsylvania
University of Pittsburgh
University of Richmond
University of San Francisco
University of San Diego
University of South Florida
University of Southern California
University of Tampa
University of Virginia
University of Washington Seattle
University of Wisconsin Madison
Villanova University
Virginia Polytechnic Institute and State University
Wentworth Institute of Technology
Wesleyan University
Wheaton College
Whittier College
Worcester Polytechnic Institute
FRANÇA
American University of Paris
Sciences Po
HOLANDA
Eindhoven University of Technology
INGLATERRA
Newcastle University
Hult International Business School
Lancaster University
Plymouth University
Regent's College
Royal Holloway, University of London
Richmond, The American International
University in London
The University of Bradford
The University of Edinburgh
The University of Manchester
University of Bristol
University of Kent
University of Leeds
University of York
University of Westminster
Kings College
ITÁLIA
John Cabot University
JAPÃO
Osaka University
Sophia University
Tohoku University
MÉXICO
Instituto Tecnológico Monterrey
Universidad Anahuac Mexico Norte

Universidad Iberoamericana

ORIENTE MÉDIO

American University of Beirut

Lebanese American University

SINGAPORE

Yale – NUS

SUIÇA

Franklin University of Switzerland

Les Roches International School of Hotel Management

Fonte: <http://chapelschool.com/novo/university-acceptances/>. Acesso em setembro de 2019.